

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**O Império das Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata  
mineira, 1853 – 1893**

Luiz Fernando Saraiva

Niterói, outubro de 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**O Império das Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata  
mineira, 1853 – 1893**

Luiz Fernando Saraiva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História. Área de Concentração: História Contemporânea.

Orientação: Prof. Dr. Carlos Gabriel  
Guimarães (PPGH / UFF)

Niterói, outubro de 2008

SARAIVA, Luiz Fernando.

**O Império das Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853 – 1893** / Luiz Fernando Saraiva – 2008

350 f.; il.

Orientador: Carlos Gabriel Guimarães.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense,  
Departamento de História, 2008.

1. Minas Gerais – História – Século XIX. 2. Classes Dominantes – Minas Gerais. 3. Zona da Mata mineira. 4. Poder Político. I. Guimarães, Carlos Gabriel. II. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b> .....	5
<b>Resumé</b> .....	6
<b>Introdução</b> .....	8
<b>PARTE I</b> .....	15
<b>Capítulo 1: O Império das Minas Gerais na segunda metade do XIX</b> .....	15
1.1 Autonomismo, Separatismo e Mudancionismo: O caso mineiro .....	23
1.2 As origens dos conflitos: os jogos de interesses em Minas Gerais.....	47
1.3 Duas questões para se discutir as Minas Gerais no século XIX.....	56
<b>Capítulo 2: Em busca de uma síntese (im) possível para Minas Gerais no século XIX ..</b>	59
2.1 Em busca do possível – População, atividades econômicas e atuação política na Minas Gerais na segunda metade do XIX .....	88
2.2 O Centro .....	95
2.3 Sul .....	100
2.4 A Região Norte (e o Leste) .....	103
2.5 O Triângulo .....	105
2.6 A Mata .....	107
<b>Capítulo 3: Do Império: Estado &amp; Poder enquanto construção teórica dos Historiadores (o caso da Zona da Mata mineira)</b> .....	111
3.1 A Concepção da História tradicional-liberal para o Brasil, Minas Gerais e a Zona da Mata mineira.....	116
3.2 As Concepções Contemporâneas sobre Estado & Poder para o Brasil, Minas Gerais e a Zona da Mata mineira.....	129
<b>PARTE II</b> .....	155
<b>Capítulo 4: O Império do Café? Poder e representação em Minas Gerais no século XIX</b> .....	155
4.1 O Poder e as Minas: principais grupos políticos em Minas Gerais no século XIX .....	158
4.2 O Conselho de Estado .....	162
4.3 Ministros de Estado .....	196
4.4 O Senado .....	208

<b>Capítulo 5: A Criação de Juiz de Fora e de Belo Horizonte a evolução política do Império e das Minas Gerais 1853 – 1893</b> .....	220
5.1 Do Sertão: O pequeno mundo selvagem e a civilização que o cercava .....	220
5.2 Das eleições no Império Brasileiro: evolução do sistema político e representação por regiões .....	247
<b>Capítulo 6: Os debates no Império: Juiz de Fora, Província e Império</b> .....	284
<b>Conclusão</b> .....	250
<b>Fontes</b> .....	265
<b>Bibliografia</b> .....	267

## Lista de Quadros, mapas e tabelas

### Capítulo 1

Mapa I: Mesorregiões polarizadas por Belo Horizonte – Cedeplar .....	18
Mapa II: 5 localidades escolhidas para serem a nova capital das Minas Gerais 1891 .....	46
Gráfico I: Criação de Vilas em Minas Gerais 1711 – 1890 .....	23
Gráfico II: Evolução do Número de Comarcas para Minas Gerais 1808 – 1891 .....	31

### Capítulo 2

Mapa I: Minas Gerais no Estudo de John Wirth .....	64
Mapa II: Minas Gerais no Estudo de João Antônio de Paula .....	65
Mapa III: Minas Gerais no Estudo de Douglas Cole Libby .....	67
Mapa IV: Minas Gerais na Concepção de Mônica Ribeiro de Oliveira .....	68
Mapa V: Minas Gerais na Concepção de Maria do Carmo Salazar Martins e Helenice Carvalho Cruz da Silva .....	69
Mapa VI: Minas Gerais no Estudo de Laird Bergard – 1808 .....	72
Mapa VII: Minas Gerais no Estudo de Laird Bergard – 1821 .....	73
Mapa VIII: Minas Gerais no Estudo de Laird Bergard – 1833 .....	74
Mapa IX: Minas Gerais no Estudo de Laird Bergard – 1854 .....	75
Mapa X: Minas Gerais no Estudo de Laird Bergard – 1868 .....	76
Mapa XI: Minas Gerais no Estudo de Mário Marco Sampaio Rodarte .....	77
Mapa XII: Capitania das Minas Gerais regionalização para o século XVIII de Alexandre Mendes Cunha .....	79
Mapa XIII: Minas Gerais no Estudo de Clotilde Paiva e Marcelo Godoy .....	80
Mapa XIV: Formação das Identidades Políticas Mineiras ao longo do século XIX .....	86
Tabela I : População Total, Livre e Escrava por Regiões de Minas Gerais 1833 – 1838 .....	91
Mapa XIV : População Total por Regiões de Minas Gerais 1833 – 38 .....	91
Tabela II: População Total, Livre e Escrava por Regiões de Minas Gerais 1872 .....	93
Mapa XV: População Total por Regiões de Minas Gerais 1872 .....	94
Tabela III População de Municípios da Região Central 1833 – 1835 e principais atividades .....	99
Tabela IV: População de Municípios da Região Sul 1833 – 1835 e principais atividades .....	102
Tabela V: População de Municípios da Região Norte-leste 1833 – 1835 e principais atividades .....	104
Tabela VI População dos Distritos da Comarca do Rio Paracatu (Região Triângulo) 1833 – 1835 .....	107

Tabela VII: Distribuição da População Escrava e Livre por Comarcas, Municípios e Distritos para a Região da Mata mineira 1833 – 1838 .....	110
--	-----

#### Capítulo 4

Quadro I: Membros do Conselho de Estado de Minas Gerais .....	164
Gráfico I: Políticos Mineiros com Assento no Conselho de Estado .....	165
Gráfico II: Número de Sessões Realizadas no Conselho de Estado 1850 – 1889 .....	190
Quadro II: Conselheiros de Estado nomeados Senadores .....	192
Quadro III: Conselheiros de Estado nomeados Ministros .....	192
Quadro IV: Membros do Conselho de Estado que foram presidentes de Província .....	194
Quadro V: Políticos Mineiros que foram Ministros do Império .....	198
Quadro III: Senadores por Minas Gerais .....	210
Gráfico III: Composição do Senado no II Reinado por Filiação Ideológica .....	212

#### Capítulo 5

Mapa I: Expansão das Vilas pelo Vale do Rio Paraíba do Sul .....	223
Tabela I: Quadro da renda de exportação e despacho marítimo arrecadada nas Mesas de Consulado do Império nos anos de 1847, 1857 e 1867 .....	224
Tabela II: Relação das famílias da Zona da Mata e seus integrantes no tráfico de escravos para Minas Gerais (remessas acima de 20 cativos), 1809-1830 .....	231
Tabela III: Estrutura da posse de escravos na Zona da Mata mineira (1809 – 1830 / 1831 –1832) .....	232
Gráfico I: Produção de Café da América Latina, do Brasil e de Minas Gerais 1853 – 1897 .....	235
Tabela IV: Produção da América Latina, Brasil, Colômbia, Suriname, Venezuela e Minas Gerais (em 1.000 toneladas) 1853 – 1896 .....	235
Tabela V: Evolução da composição das exportações mineira, 1818-1884 (%) .....	236
Tabela VI: Arrecadação das principais cidades mineiras – 1849 a 1888 .....	237
Mapa II: Comarcas Mineiras e Cabeças de Distritos Eleitorais – Minas Gerais – 1822 .....	253
Quadro I: Lista dos Deputados Mineiros da Assembléia Nacional Constituinte .....	254
Quadro II: Número de Deputados Representantes por Província durante o Império Brasileiro (1822 – 1889) .....	255
Quadro III: Proporção Eleitores e Fogos por Comarca em Minas Gerais – em novembro de 1842 .....	260
Mapa III: Distribuição do número de votantes para as comarcas mineiras – 1842 .....	261
Quadro IV: Demonstrativo das Comarcas, Municípios, Freguesias e Distritos, contendo o número de Quarteirões, e dos votantes e Eleitores da Província por Freguesia em 1854 .....	264

Quadro V: Eleições de 1856 – Distritos e Deputados Eleitos .....	270
Quadro VI: Divisão Administrativa dos Distritos eleitorais em Minas Gerais 1860 .....	272
Quadro VII: Distritos eleitorais, número de Eleitores e Votantes em Minas Gerais 1872 .....	276
Quadro VIII: Distritos Eleitorais Minas Gerais – 1881 .....	281

### **Capítulo 6**

Quadro I: Gabinetes Imperiais de 1853 – 1862 .....	289
Quadro II: Gabinetes Imperiais de 1862 – 1868 .....	303
Quadro III: Gabinetes Imperiais de 1868 – 1878 .....	307
Quadro IV: Gabinetes Imperiais de 1878 – 1885 .....	308
Quadro VI: Gabinetes Imperiais de 1885 – 1889 .....	310



**Resumo:**

A presente pesquisa aborda a formação da região da Zona da Mata mineira ao longo da segunda metade do século XIX, mais especificamente entre 1853 a 1893 em suas relações políticas e econômicas com o Império Brasileiro e também com o resto da província de Minas Gerais. O objetivo central é o de demonstrar como a montagem e expansão do complexo agro-exportador da cafeicultura pela região irá ocorrer concomitantemente ao aumento das disputas pelo poder político dentro da província de Minas e ainda na busca pelo poder junto ao Império Brasileiro representado pela corte no Rio de Janeiro.

Na primeira parte apresentamos um breve relato da situação política das Minas Gerais no século XIX, apontando para os movimentos políticos que atravessaram a província e as formas como a Historiografia abordou os temas da regionalização, diversidade econômica e relações políticas dentro das Minas Gerais e em relação ao poder central no Rio de Janeiro. A segunda parte estuda a inserção da Zona da Mata mineira nestas relações de poder e da forma como a expansão da cafeicultura irá gerar uma classe consciente de seu papel de dirigentes no seio desta sociedade e que irá lutar pela hegemonia sobre a província no período final do estudo.

**Resume:**

La présente recherche aborde la formation de la région de la Zona da Mata mineira (Zone de la forêt de Minas) durant la seconde moitié du XIXe siècle, plus spécifiquement entre 1853 et 1893, dans ses relations politiques et économiques avec l'Empire Brésilien, mais aussi avec le reste de la province de Minas Gerais. L'objectif principal est de démontrer comment le montage et l'expansion du complexe agro-exportateur de la culture du café à travers la région va survenir en même temps que l'augmentation des luttes pour le pouvoir politique à l'intérieur de la province de Minas Gerais et aussi pour le pouvoir auprès de l'Empire Brésilien, représenté par la Cour à Rio de Janeiro.

La première partie est consacrée à un bref compte-rendu de la situation politique de Minas Gerais, au XIXe siècle, soulignant les mouvements politiques qui ont traversé la province et les formes par lesquelles l'Historiographie a abordé les thèmes de la régionalisation, diversité économique et relations politiques à l'intérieur de Minas Gerais et par rapport au pouvoir central à Rio de Janeiro. La deuxième partie étudie l'insertion de la Zona da Mata Mineira dans ces relations de pouvoir, et la forme par laquelle l'expansion de la culture du café va engendrer une classe consciente de son rôle de dirigeant au sein de cette société, classe qui va lutter pour son hégémonie sur la province jusqu'à la période finale de notre étude.

*Para Rita Almico  
por todos motivos...*

## **Agradecimentos:**

Sempre que lia a parte dos agradecimentos de diversas dissertações e teses sentia uma ‘inveja boa’ (se é que isso existe) de basicamente duas coisas: no prazer de um trabalho concluído e nas pessoas, grupos e famílias que se relacionavam a cada autor. Chegada mais uma vez a minha vez de agradecer penso nessa inveja, compartilho mais uma vez o prazer de um trabalho findo e me emociono ao listar as pessoas, grupos e famílias de cujo afeto e profissão me fazem devedor.

Em primeiro, ao Instituto Cultural Amilcar Martins (ICAM) pela bolsa de pesquisa que me foi concedida no 1º semestre de 2006, fundamental para reafirmar minha condição de pesquisador e alçar vôos maiores. Em segundo ao Conselho de Aperfeiçoamento da Pesquisa (CAPES), pela bolsa que me foi concedida desde 2007 e que contribuiu para a conclusão da pesquisa.

Iniciei a tese em Minas Gerais em 2004, como professor de Curso Pré-vestibular, Colégio de Ensino Médio e Faculdade Particular; hoje a termino como professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Existe um oceano de histórias e pessoas impossíveis de serem quantificadas / qualificadas nesse profundo azul, mas vou tentar... geograficamente do Rio de Janeiro, passando por Minas, outros estados e chegando finalmente à Bahia; historicamente sem seguir cronologias, mas tentando um fio condutor entre o pessoal e o profissional que tantas vezes se misturam.

Em Niterói minha primeira dívida vai para Carlos Gabriel Guimarães meu orientador e alguém que não ousa chamar de mentor, mas a quem admiro e cujos passos tento seguir. Obrigado e desculpas por todos os problemas que te trouxe, poucas vezes tive tanta prova de amizade e conhecimento em uma mesma pessoa. À Théo Piñero Lobarinhas e Sônia Regina de Mendonça, por terem sido meus professores e também argüidores no exame de qualificação, os desafios que me colocaram ‘viraram’ meus fantasmas nos últimos anos, espero tê-los conjurados.

A Pedro e Ricardo companheiros de ‘antes, durante e depois’ da aula para quem a compreensão de que laços estudantis mesmo na Pós-Graduação são tão importantes. A Couceiro e Rejane que conheci na Bahia, mas que voltaram para onde de origem, obrigado pela amizade ‘instantânea’ porém sólida como a Pedra da Gávea. Ainda no Rio, minha família

‘emprestada’ Júnior, Márcia e Valentina, a quem eu devo uma amizade profunda, tantas vezes reiterada e agora, mais do que nunca necessária.

Em Juiz de Fora tanta gente.... Nilciléia Peixoto e Marta Barone por manterem vivas as chamas do compromisso com a educação no “*Cavalo de Tróia*”. A Anderson Silva porque algumas amizades nunca acabam entre o dito e o interdito. A Manoel Leopoldino e Paula porque mesmo tendo se mudado para o Rio, foi em Minas que nos conhecemos e dividimos tantos momentos agradáveis. A Henrique Barreto de Oliveira e Janaína Mostaro pela competente pesquisa como estagiários no momento em que nem eu sabia ao certo o que queria. Fernandinho (Dani e Aninha), Zimbrão (Ilana e Heitor), Jonis Freire, Fernanda, Henrique Lacerda e Elione Silva Guimarães (também Arthur), Lincoln (Sandra), novamente Henrique Barreto (Juliana) obrigado pela amizade e carinho de quem compartilha uma mesma área e ‘luta’ nas mesmas trincheiras – não somos apenas ‘colegas’ somos uma ‘rede’ de amigos e ‘cumpades’. A família de Rita (Carminha, Marcelo, Paula, Taís, Fátima, Sérgio, Gabriel e Fabiana) pelo respeito e carinho com que sempre me trataram, sinto saudades...

Saindo de minha antiga cidade, o pouco tempo que pude pesquisar na “*Cidade das Minas*” não me fazem esquecer de ‘dona’ Ângela por ter me recebido com tanto carinho em sua casa, poucas pessoas merecem a dignidade do ‘dona’ como a Senhora. No Arquivo Público Mineiro ao funcionário Dênis e ao professor Renato Pinto Venâncio por terem se ocupado de meus assuntos e ao último por ter aceitado o convite do 2º Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira. Ainda a Roberto Borges Martins e ‘Duca’ obrigado pelo carinho e respeito como sempre me trataram desde o 1º Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira, nos vemos no 3º.

Antes de ‘chegar’ à Bahia, tenho que lembrar outras ‘bandas’; do sul, Martha Daisson Hameister finalmente cheguei ao cabo de minha jornada, agora começamos outra. Um pouco mais ao norte, no Ceará tenho o querido Américo a que agradeço por tudo, principalmente pela convivência silenciosa porque “*dizem que os cães vem coisas*”. Antônio Reis também perdido pelo Brasil, obrigado, Aduino e Ivar, também, aos professores Rômulo Andrade e José Modesto idem, ibidem. A Valdeni e Bruna por terem empreendido esta mudança conosco, muito obrigado.

Na Bahia, pouco tempo, mas tanta gente boa.... Luiz Antônio (Kátia e Beatriz) que apostaram ‘igual’, Silvio Humberto, Rita Dias e Betinho, PG (e Luciana), Xavier (Jana e Luna), André, Camila, Rita Dória, Zé, Lorena, Julie (aqui) e Newton (agora de volta para o Sul), Nei Pontão (Cecília e Iuna) minhas ‘famílias extensas baianas’, muito, mas muito obrigado mesmo. Vocês estão me ensinando outros mundos, espero não decepcioná-los.

Para todos àqueles que tive o privilégio de ser professor, em vários níveis, obrigado porque foram vocês verdadeiramente que me ensinaram a sonhar outros mundos.

Intencionalmente deixo por último, alguns, que estão comigo no “*início, fim e meio*”. Meus irmãos Paulo e Cláudia cuja distância não afeta, ao contrário reforça o afeto, novos tempos... Obrigado por me esperarem, ‘Popó’ por ser melhor que eu, ‘Lelé’ por ser melhor que nós dois. Meus pais, Luiz e Raymonde mais uma vez obrigado por tudo, por estarem nas origens, nos ‘meios’ e terem se tornado tão importantes no final quando eu mais precisei, o filho de vocês completou mais uma mudança, feliz.

Rita à quem dedico esta tese não são mais necessárias as palavras... Enfim para Daniel e Alice nossos filhos, o que posso dizer? Obrigado por terem me permitido cumprir as promessas feitas há 11 e 09 anos atrás, hoje tento ser melhor no mundo pelos dois, aliás, eu nem sabia que o que eu chamava de ‘mundo’ não existia antes de vocês nascerem...

## **Introdução:**

A presente pesquisa pretende trabalhar com a construção do Poder Político nas Minas Gerais ao longo do século XIX tomando como base aquela que se tornará uma de suas regiões mais dinâmicas, a Zona da Mata mineira. A idéia central é de que o Poder Político – entendido aqui como a hegemonia no controle do Estado e também de uma direção intelectual por sobre o conjunto da sociedade da época – não necessariamente correspondia ao domínio econômico de uma região sobre as demais, mas sim à uma série de processos políticos, culturais, jurídicos, enfim, em uma série de relações sociais.

Se a análise se encaixa dentro de discussões políticas, o olhar do historiador econômico surge nas tímidas tentativas de quantificar / qualificar a documentação estudada e na busca de distinguir a “*linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação*”.<sup>1</sup> A busca de um sentido entende que a formação das Minas Gerais não é somente um ato reflexo de suas relações econômicas, como também não poderia ser somente a consequência de suas disputas políticas. Unir essas discussões foi o propósito central que nos animou em nossa pesquisa.

Para tanto, *espacialidade e cronologia* foram duas das ferramentas fundamentais do ofício do Historiador, aprendido em diversas e, por vezes, duras lições – De onde se fala? E de quando se fala? – Já delimitamos que vamos trabalhar com as Minas Gerais na metade final do Oitocentos, mas uma parte específica dessa Minas Gerais, a sua porção mais setentrional, ou a Zona da Mata mineira, região definida por Manoel Bandeira como “*o primeiro sorriso de minas*” dado o seu caráter central nos caminhos e descaminhos daqueles que sucessivamente migraram para as Minas Gerais.

Região obscurecida por uma historiografia brasileira e mineira que a trataram de soslaio, mas que insistiu em ressurgir a partir de vivências regionais por vezes redutoras e provincianas, mas que recentemente tentam entender essa região dentro dos nexos maiores e mais amplos que a condicionam, as Minas Gerais, o Brasil e uma Economia-mundo.

Respondido “De onde se fala?”, partimos para o “quando se fala?”, para ser pretensamente ‘exato’, temos duas datas, ou efemérides que respondem a pergunta: o dia 07 de Abril de 1853 quando vai ser instalada a Câmara Municipal da Vila do Santo Antônio do Paraibuna daquela que irá se tornar a cidade mais importante da Província no final do período

---

<sup>1</sup> PRADO, Caio Júnior. **Formação Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 1999, p. 19

e, o dia 17 de Dezembro de 1893 quando a Assembléia Estadual vota a criação da “*Cidade das Minas*”, a nova capital de um Estado marcado por diversas fraturas cuja função da nova cidade seria unir, inclusive as ‘dores’ de Juiz de Fora que terá sido uma das ‘preteridas’ nessa escolha.

Este período pode ser expandido se pensarmos que a criação da cidade do Santo Antônio do Paraibuna se dera por ato da assembléia provincial alguns anos antes, ainda em 1850 e que a criação da nova capital somente iria se concretizar no final de 1897. Se o objetivo de nosso estudo é o tentar entender a criação destas duas cidades dentro de processos maiores ocorridos no século XIX, temas como a expansão da cafeicultura; a diversificação econômica ocorrida nas Minas Gerais e a diferenciação de espaços políticos na província passam a ser nossos objetos de atenção, ampliando ainda mais o período, ao menos para o início do Dezenove.

Tais discussões se encontram no primeiro capítulo que tenta definir alguns dos pontos essenciais em nossa pesquisa. As Minas Gerais “De onde se fala” se constituem em um espaço de atuação fluído e de difícil apreensão, o ser mineiro foi um objetivo difícil de ser alcançado no período em tela e as constantes razias internas e externas dão ‘mostras’ desse processo. Sua unidade, a duras penas conquistadas, é prova dessas ações tortuosas, onde vários projetos e possibilidades se alinhavaram. O que denominamos de conflitos ‘separatistas’, ‘autonomistas’ e ‘mudancionistas’ foram, portanto, os objetos desta primeira seção. Indo de certa forma na ‘contramão’ da historiografia mineira, acreditamos que Minas Gerais se construiu no XIX e não no período áureo da Mineração.

Esse ‘espaço’ socialmente construído foi também reconstruído por historiadores de diversos matizes teórico-metodológicos, especificamente àqueles que trabalham dentro da História Econômica e da Demografia. O percurso dessa construção e reconstrução guiará o segundo capítulo, onde buscamos entender quantas regiões possíveis ‘cabem’ nas Minas Gerais do século XIX e, na medida de nossas pretensões anunciamos a nossa própria concepção possível das Minas no período. O objetivo aqui é o de demonstrar como as intercessões entre a História e a Geografia no esforço de regionalização das Minas Gerais é ‘única’ e específica entre as províncias brasileiras no século XIX.

O terceiro capítulo deste trabalho pretende discutir conceitos como Estado; origens do poder e sociedade nas Minas Gerais dentro das posições historiográficas vigentes. Desde uma produção tomada como “*tradicional*” até as discussões teóricas que dominam contemporaneamente o tema. O esforço aqui tem sentido distinto do capítulo anterior. Se o capítulo dois é basicamente “*geográfico*”, o terceiro capítulo se pretende “*historiográfico*”,



quais os pontos que se ocuparam os historiadores que estudaram as origens do poder nas Minas Gerais, desde a construção do Estado até as diferentes formas de atuação política dos diversos grupos sociais. Esses três capítulos encerram uma primeira seção do trabalho, onde as distinções nos levam a ‘montar’ um cenário fluído por definição, tanto do espaço como das formas de se abordar as sociedades que se estabeleceram neste espaço.

O quarto capítulo inicia a última seção do trabalho, os possíveis enfoques de **região** e **poder** tomam como hipótese central as **assimetrias** presentes na História das Minas Gerais e como ocorreu um descompasso entre o poder político e o poder econômico. Nesta segunda seção a discussão se inicia com uma análise do poder político exercido na Província e no Império. A descrição dos grupos políticos que exerceram cargos públicos eletivos ou não dentro da estrutura do Império Brasileiro se completa com uma tentativa de entender essas trajetórias. A idéia é relacionar a expansão das atividades econômicas com uma maior ou menor atuação política dos grupos ou classes dominantes na Província.

Estas relações terão como ponto de partida arbitrário a criação da vila do Santo Antônio do Paraibuna e como curso não-natural as discussões sobre a criação de uma nova capital que teria como objetivo unir o Estado, integrando os seus habitantes. Tais fatos serão discutidos no capítulo cinco e dentro do período entre a criação destas duas cidades temos algumas mudanças significativas em torno desta sociedade mineira como a vigorosa expansão da cafeicultura e o rearranjo político e ‘*não direto*’ que tal expansão irá causar. Neste capítulo iremos buscar ainda um ‘histórico’ dos processos eleitorais. Como necessário contraponto a distribuição do poder político em Minas, entendemos que as formas de organização administrativas da província irão provocar ‘descompassos’ entre o número de eleitores, votantes e representantes em cada uma das regiões da província, além de promover distorções na representação política e ‘fidelidades fragmentadas’.

O último capítulo pretende fazer uma análise de alguns dos principais debates travados nas várias instâncias do poder ao longo da segunda metade do século XIX. A esfera ‘local’ representada pela câmara municipal de Juiz de Fora e pelo jornal local “*O Pharol*”; a esfera provincial será dada pela análise das atas da Assembléia da Província e dos Relatórios dos Presidentes. Por último, na esfera ‘imperial’ iremos percorrer as atas da Assembléia da Câmara de Deputados do Império, ocasionalmente do Senado e também do Conselho de Estado buscando encontrar as convergências e divergências que teriam se manifestado nesse momento entre estes vários planos de atuação política.

Tal capítulo chama atenção sobre a questão das fontes utilizadas nesta pesquisa e uma breve explicação se faz necessária. De certa forma entendemos que as fontes por nós

estudadas foram ‘extensas e abrangentes’, por envolverem todas as atas do município de Juiz de Fora, da Assembléia Legislativa da Província de Minas, da Câmara dos Deputados do Império e do Conselho de Estado. Ocasionalmente foram utilizados dados estatísticos de várias instituições do Império, anexos dos relatórios de presidentes de província, como também biografias, genealogias e textos autorais dos vários ‘personagens’ que se apresentaram no decorrer do estudo. Por outro lado, uma sensação de incompletude visto que cada um dos tópicos e capítulos abordados indica um conjunto muito maior de fontes possíveis de pesquisa. Nos limites dados supomos que o resultado indica a boa intenção da semente.

Por último, para ‘provarmos’ a ‘tese’ sobre a pequena participação política que a Mata mineira teve no período em tela, formulamos as seguintes hipóteses que serão ‘testadas’ ao longo do texto que:

1º - A *assimetria temporal* irá ter um papel fundamental na história desta região. Como iremos trabalhar oportunamente, a Mata mineira somente deixará de ser “*sertão*” para se converter em “*civilização*” em meados do século XIX, isto significa dizer que nas primeiras décadas do XIX a “*demografia*” e a “*economia*” teriam tido aí papel determinantes, não havia ‘povoamento’ e nem ‘riquezas’ consideráveis na região;

2º - O *exercício formal do poder* exigia mais do que apenas o predomínio econômico, implicava também em acesso à bens culturais que demandavam experiências e tradições – ou usando termos tomados emprestado de José Murilo de Carvalho, “*treinamento*” e “*formação*”, praticamente inexistentes na Mata mineira;<sup>2</sup>

3º - A *formação de uma região* ou o processo de expansão e colonização dos *sertões* implicava em ‘pesados’ investimentos e também em uma presença constante por parte das classes dominantes da região na construção de uma “*hegemonia*” local até a busca de atuação em esferas mais ‘amplas’ do poder.<sup>3</sup> Diferentemente das áreas de colonização mais antiga, a Mata mineira não irá assistir ao *absenteísmo* tão presente no Centro e mesmo no Sul e,

4º - As *Estratégias de Poder* por parte das regiões mais ‘antigas’, a crise da mineração e a estagnação da produção voltada para o mercado interno em comparação à vigorosa expansão cafeeira levaram, *deliberadamente* a busca do poder político pelas das frações dominantes dessas áreas o que levou, em parte, o descompasso, que assistimos.

---

<sup>2</sup> Estamos nos utilizando portanto das discussões introduzidas pelo autor em sua obra CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, particularmente a Parte I.

<sup>3</sup> O conceito de “*hegemonia*” vem da obra de Antônio Gramsci que foi utilizada para o estudo do Brasil Império por MATTOS, Ilmar Rohloff de, **O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial.** Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

## Capítulo 1: O Império das Minas Gerais na segunda metade do XIX

(...) *quer ir para Minas,  
Minas não há mais.*

Carlos Drummond de Andrade<sup>4</sup>

Em 1982 o 1º Seminário de Economia Mineira trouxe como uma das suas discussões centrais o Painel intitulado de **Minas, não há mais?** A paráfrase ao poema de Carlos Drummond se refletiu nos debates travados entre os participantes que incluíram Vera Alice Cardoso Silva, Antônio Cândido de Mello e Souza, Afonso Romano de Sant'Anna, Otávio Soares Dulci e Fernando Brant. Na leitura da transcrição do debate empreendida pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR / UFMG) em 1986, e reeditado no 13º Seminário de Economia Mineira em 2008, fica claro a pluralidade das visões possíveis sobre Minas Gerais. Cada um dos autores abordou Minas Gerais ressaltando o seu caráter diverso. Vera Alice Cardoso Silva, por exemplo, destacou duas características de uma possível 'identidade mineira' mitificada: a 'sovinice' de seus habitantes e a 'esperteza' de seus políticos, segundo a autora, tanto um quanto o outro aspecto estariam ligados a economia e sociedade mineira ao longo do século XVIII e XIX. Otávio Soares Dulci por sua vez chamou a atenção do ideal de conciliação dos políticos mineiros ao longo do século XX. Praticamente todos os demais autores destacaram aspectos peculiares de uma 'identidade' ou 'cultura' mineira.

De certa forma foi o texto de um "*não-historiador*",<sup>5</sup> Antônio Cândido de Mello e Souza que, ao nosso ver, tocou mais diretamente a assertiva de Drummond e a pergunta do painel: é possível considerar a existência de uma Minas Gerais? Existe uma unidade política,

<sup>4</sup> José, poema de ANDRADE, Carlos Drummond de, *In: Antologia Poética*. São Paulo: Record, 1999.

<sup>5</sup> No próprio painel Antônio Cândido é reconhecido pelo debatedor, o professor Francisco Iglesias, como crítico literário. Divergimos em parte desta afirmação de 'não-historiador' atribuído por Iglesias, pois entendemos que a pesquisa de doutoramento de Antônio Cândido **Os Parceiros do Rio Bonito** defendida em 1964 teria sido uma obra inovadora não somente dentro do campo a que se propôs, a sociologia, mas também dos estudos que na última década se convencionaram chamar de 'Mundos do Trabalho', ou seja as vivências das diversas populações rurais e urbanas no país, principalmente após a abolição da escravidão. Usando de recursos da História Oral e a análise das tradições de uma dessas comunidades, o professor Antônio Cândido 'antecipou' em mais de 30 anos algumas das preocupações e metodologias fundamentais para os atuais empreendimentos em curso nesse campo da História. Cf. mais sobre a discussão de Antônio Cândido como historiador em Santos, Luiz Antonio C. *A radicalidade de Os Parceiros do Rio Bonito*. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Jun 2002, vol.17, nº 49.

econômica, cultural nessa sociedade? O texto de Antônio Cândido inicia destacando a fragmentação de Minas Gerais e a sua diversidade interna. Faz referências à alguns movimentos separatistas ocorridos na província ao longo do XIX e, particularmente no Sul de Minas. Destaca que esses movimentos se originaram dos “*mineiros da periferia*” (em relação à região central, núcleo inicial da colonização ainda no século XVIII) que tiveram dificuldades de se identificar como ‘puramente’ mineiros ou então pertencentes à uma outra identidade que lhes foi negada. A resposta possível segundo o autor seria então que somente existe uma Minas Gerais na diversidade. De qualquer maneira para Antônio Cândido esses movimentos nunca tiveram, de fato, a intenção de romperem com a unidade mineira.

Em trabalho mais recente os pesquisadores do CEDEPLAR se propuseram estudar o ‘Brasil de hoje’ de acordo com suas áreas de influências econômicas e em dois eixos principais de análise: **Lugar Central** e **Área de Mercado**.<sup>6</sup> Nestes estudos, que muito devem à Nova Geografia Econômica (NGE), os autores repensaram o Mapa do Brasil a partir das principais cidades e regiões de atração econômica, introduzindo o conceito de macro-pólos para se entender os grandes centros do país, tomando como base suas capacidades de ‘transbordamento’. Ou seja, de como as atividades financeiras, industriais e de serviços em determinadas áreas metropolitanas – como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, etc – atraem todo o entorno, criando assim uma nova relação com o espaço onde os marcos políticos e/ou físicos não são os mais importantes para se compreender a dinâmica do território brasileiro.

O trabalho tem ainda o mérito de aprofundar a discussão sobre os limites econômicos e sociais das divisões políticas existentes no país; abrindo a possibilidade de outras ligações para além do econômico *strictu sensu*. Como exemplo da importância do estudo, podemos compreender com ferramentas mais ‘precisas’ que determinadas regiões, mesmo pertencendo a um estado da federação, tenha relações comerciais, financeiras e de consumo mais intensas com outros centros, fora da unidade política de origem. No caso específico das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, suas importâncias para o cenário nacional continuam determinantes. As formas como essas duas cidades extrapolam os limites regionais, se projetando como ‘pólos nacionais’ e criando interfaces com todo espaço do país e também como estas regiões interferem nos demais estados da federação, criando

---

<sup>6</sup> Este trabalho foi publicado em diversas revistas acadêmicas e discutido em vários congressos e eventos nacionais e internacionais da área. Serviu ainda de subsídios para muitas discussões, entre estas publicações citamos LEMOS, Mauro Borges, DINIZ, Clelio Campolina, GUERRA, Leonardo Pontes e MORO, Sueli. A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V. 33, nº. 4, p. 665-700, Outubro-Dezembro 2003.

‘desdobramentos’ e ‘desconexões’ em todo nosso território são outras contribuições importantes do estudo.

A posição de Minas Gerais nesse trabalho demonstra como este estado da federação é repleto de divisões internas e profundamente ligado a outras regiões do país. A importância aludida anteriormente a São Paulo e Rio de Janeiro no cenário nacional continua, no presente, como no passado, a provocar conseqüências em Minas, conforme pode ser observado no Mapa I.

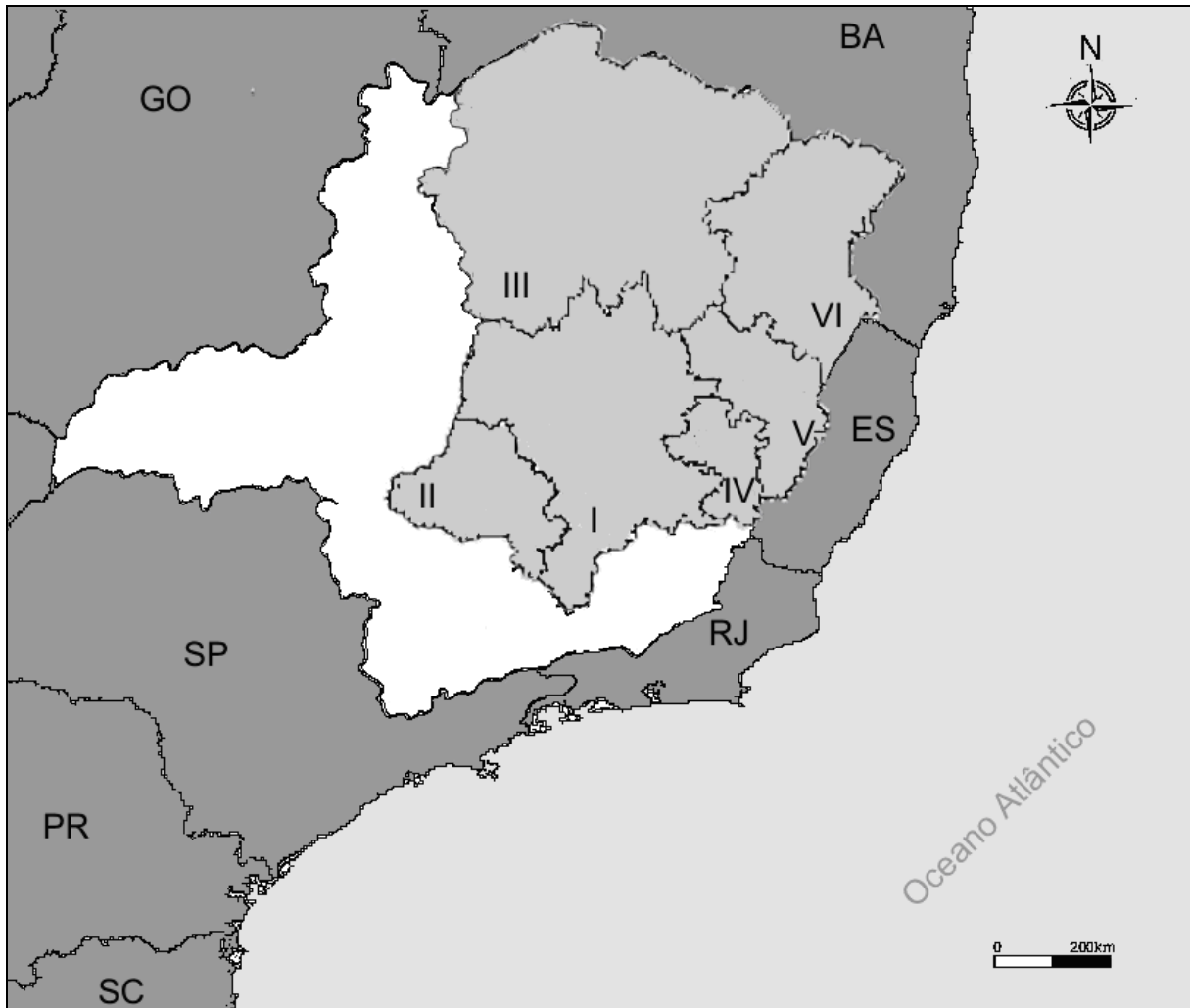
A fragmentação das Minas Gerais para outras unidades da federação com maior capacidade econômica fica clara e, segundo ainda os autores, ao analisarem estes resultados:

*No caso de Minas, o pólo de Belo Horizonte possui uma capacidade limitada de polarização sobre o espaço geográfico mineiro, “perdendo” as regiões de maior peso econômico e preservando, além de seu entorno industrial, regiões menos desenvolvidas e de subsistência. O Triângulo Mineiro e a parte “rica” do Sul de Minas vão para São Paulo. O Rio incorpora a Zona da Mata Mineira e o restante do Sul do Estado, enquanto o Noroeste Mineiro é incorporado por Brasília-Goiânia.<sup>7</sup>*

---

<sup>7</sup> Idem, p. 682

**Mapa I: Mesorregiões  
polarizadas por Belo Horizonte – Cedeplar**



Fonte: (elaboração própria a partir de) LEMOS, Mauro Borges, DINIZ, Clelio Campolina, GUERRA, Leonardo Pontes e MORO, Sueli. *A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica*. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, V. 33, no. 4, p. 665-700, Outubro-Dezembro 2003, p. 684. Meso-regiões de I- Belo Horizonte; II- Divinópolis; III- Montes Claros; IV- Ipatinga; V- Governador Valadares e VI- Teófilo Otoni.

Corroborando com essa análise, Horácio Capel Saez, em um trabalho de 1969, já havia dito que “*O caso de Belo Horizonte constitui um claro exemplo, e não único no Brasil do que poderia denominar-se ‘metropolização imperfeita’ em que certos aspectos essenciais da economia estão subtraídos ao controle da metrópole regional*”.<sup>8</sup> O que se apreende então

<sup>8</sup> CAPEL, Horácio Saez. *La regionalización en los países en vías de desarrollo: el caso de Brasil* Horacio In: *Revista de geografia*, Any: 1969 Vol.: 3 Núm.: 1-2, p. 115, tradução nossa, no original “*El caso de Belo Horizonte constituye así un claro ejemplo, y no el Único en el Brasil, de lo que podría denominarse*

destas análises é que Minas Gerais possui modernamente um espaço fragmentado, marcado por profundas diferenças e que dificultam a formação de uma economia integrada e centralizada em sua capital. Os reflexos desta situação econômica teriam sido o lento crescimento e integração da economia industrial mineira ao longo do século XX e a persistência de bolsões de pobreza em seu território.<sup>9</sup>

Fiéis a uma ‘tradição intelectual’ mineira que discute repetidamente o seu espaço, os pesquisadores do CEDEPLAR são portadores de uma profecia auto-realizável; a fragmentação contemporânea e histórica da assim chamada Minas Gerais. Investigar mesmo que *an passant* essa fragmentação é a parte inicial que nos motivou nesse trabalho.

Desde a publicação da **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais** pelo brigadeiro Raimundo José da Silva Matos em 1837, reeditada em 1982 pela editora Itatiaia, e mesmo antes, as discussões sobre o ‘espaço’ mineiro são marcados pelas tentativas e dificuldades em se definir o seu território.<sup>10</sup> Esta que foi uma das províncias mais importantes do Brasil ao longo do século XIX e, a despeito de numerosos estudos, continua gerando inúmeras controvérsias quando se pensa na sua conformação. Parte destas dificuldades resulta das divisões múltiplas do Antigo Regime sobrepondo limites eclesiásticos, administrativos e fiscais, o que fazia com que em 1853 os deputados mineiros propusessem no Parlamento do Império e ao Arcebispo de Salvador a criação do Bispado de Diamantina, desligando-se, portanto, de suas antigas prelações – na Bahia e em Pernambuco. Ou que diversos municípios da Zona da Mata mineira tivessem ligados a curatos na província do Rio de Janeiro até meados do século XIX ou então que o termo da Vila de Campanha, na comarca do Rio das Mortes e, grande parte do Sul da província, pertencesse ao Arcebispado de São Paulo.<sup>11</sup>

Parte importante desta diversidade, também se explica pela própria dinâmica de seu espaço. De acordo com João Antônio de Paula o ‘espaço’ mineiro é “*Fruta paulista-*

---

*‘metropolización imperfecta’ en la que ciertos aspectos esenciales de la economía están sustraídos al control de la metrópoli regional.”*

<sup>9</sup> FIGUEIREDO, Ana Teresa Lanna e DINIZ, Célio Campolina. Distribuição Regional da Indústria Mineira. In: **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 10 n. 2 dez 2000 e DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

<sup>10</sup> MATOS, Raimundo José da Silva. **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais**. Vol. 1. Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte / São Paulo. 1981. O Brigadeiro Cunha Matos, juntamente com o Cônego Januário da Cunha Barbosa, fundou o IHGB em 1838. Cf. GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, pp. 5-27. Se levarmos em conta a análise de Alexandre Mendes Cunha, um dos primeiros trabalhos geográficos sobre as Minas Gerais seria “*O Triunfo Eucarístico*” de Simão Ferreira Machado de 1763 da qual se tratou Minas Gerais, na “prévia alocutória” e “faz apresentar o espaço das Minas, seu povoamento, seus núcleos, o estabelecimento da presença da Coroa” CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação**. Tese de Doutorado, UFF, Niterói, 2007, p. 56.

<sup>11</sup> Cf. à respeito as **Atas da Câmara Geral dos Deputados** (doravante ACGD) sessão de 23 de maio de 1843. Disponível em [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br).

*nordestina e indígena, européia e africana, Minas Gerais é um marco na constituição de uma civilização brasileira*".<sup>12</sup> De outro lado, desde cedo a 'identidade' mineira foi também a 'fruta' das disputas entre àqueles responsáveis pela descoberta do ouro, como os bandeirantes paulistas e os demais colonizadores representados pelos 'emboabas' como nos mostra o trabalho de Francisco Eduardo de Andrade em **A Invenção das Minas**.<sup>13</sup>

Essa 'Minas Gerais' somente se delimita em termos do território atual no início do século XIX com a adesão da comarca do 'triângulo mineiro' ligado até então à Goiás em 1816 e com a 'reorganização' das divisas entre Minas, Bahia e Pernambuco neste mesmo período.<sup>14</sup> Isto porque entre 1817 e 1827 parte do sertão do rio Carinhanha – que inicialmente pertencera à Pernambuco – fora colocada sobre administração mineira; as dificuldades de 'controle' desta região fizeram com que em 1827 seus territórios fossem anexados à província da Bahia, criando uma serie de interesses na formação de uma 'unidade administrativa' no Rio São Francisco que voltará à baila inúmeras vezes.<sup>15</sup>

Além dos problemas formais de limites, é impossível também caracterizar as Minas Gerais a partir de uma, ou duas, ou mesmo mais atividades econômicas principais. Tributárias da expansão da mineração no século XVIII e de seus desdobramentos, cada uma das suas sub-regiões do que se entende hoje por Minas Gerais, ao longo do XIX, teve diversas atividades em diversos graus de interação, o que correspondeu a estruturas sociais mais ou menos distintas. Mineração de metais e pedras preciosas, mineração de ferro e outros metais não tão valiosos – presença de capital inglês em grandes empresas de capital misto, pequenas forjas de ferreiro resultantes do capital do tráfico. Agriculturas em larga escala voltadas para o abastecimento de mercados d'aqui e d'acolá – locais e regionais; Agriculturas em larga escala, voltadas para a exportação internacional – d'alem mar. A não tão simples agricultura de subsistência convivendo em diversos níveis com a criação de animais em grande, médio e pequeno porte. As manufaturas agrárias de produtos específicos, como aguardentes, açúcar, panos, couros, fumo d'entre outros. A existência de grandes centros comerciais; cidades decadentes; entrepostos de diversos produtos, registros centenários; alfândegas modernas que demoraram a sair do papel, mas não de sua intenção; estradas precárias; estradas modernas; ferrovias viáveis e inviáveis. Fábricas hodiernas; boom industrial, aparelhamento urbano,

<sup>12</sup> PAULA, João Antônio de. **O Prometeu no Sertão: Economia e Sociedade da Capitania das Minas dos Matos das Gerais**. Tese de Doutorado, USP: São Paulo, 1988, p. 43.

<sup>13</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro (1680-1822)**. São Paulo, 2002, Tese, Doutorado em História – FFLCH/USP.

<sup>14</sup> IGLESIAS, Francisco. **Minas Gerais In: História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Monárquico)**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, Tomo II, Volume 2, pp. 372-374.

<sup>15</sup> Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827 (doravante DI) que mandava incorporar provisoriamente a comarca do Rio São Francisco à Província da Bahia. Disponível em [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br).



financeiro, mercantil. Alianças políticas onde predominam relações familiares; famílias divididas em conflitos; composição, contraposição. Revoltas e conciliações ao longo do XIX.

A unidade mineira, entretanto, não correspondeu, de fato nem de direito, em uma unidade política, econômica, social ou ainda cultural. Sintomaticamente o Arquivo Público Mineiro mantém dentro da seção **Secretaria do Interior** a série **Limites com os Estados**,<sup>16</sup> com documentos datando ainda do início do XVIII e os últimos referindo-se à meados do século XX. Essa série pode ser encarada também como um ‘eufemismo’ para fragmentação e movimentos separatistas que irão ocorrer durante *toda* a história das Minas Gerais, *ao menos*, durante o Dezenove.

Buscando as origens desses movimentos ainda na Guerra dos Emboabas (1707 – 1709) que cria a “*Capitania de São Paulo e Minas Gerais independente da do Rio de Janeiro*”,<sup>17</sup> assistimos no século dezoito a disputa por várias regiões que faziam parte das Minas. Em 02 de Dezembro de 1720 a elevação de Minas Gerais à Capitania Geral separada de São Paulo, provocou diversas reações contrárias como a continuidade dos conflitos entre paulistas e ‘emboabas’ o que culminou com a invasão em 12 de Janeiro de 1743 da região de Campanha por Bartolomeu Correia Bueno que depôs as autoridades nomeadas pelo governo da Capitania.<sup>18</sup>

Em 13 de maio de 1757, através de uma ordem régia de D. José I, as comarcas das Minas Novas do Fanado foram unidas à comarca do Serro Frio por causa dos “*descaminhos*” que havia na produção de diamantes e pelo fato destas comarcas pertencerem à Capitania da Bahia, embora estivesse distante desta mais de 200 léguas (ou 1.300 quilômetros), enquanto a comarca do Serro Frio ficasse por volta de 40 léguas (ou 260 quilômetros) e onde residia o intendente geral dos Diamantes.<sup>19</sup> Pouco depois, na porção sul da capitania assistimos ao governador Luiz Diogo Lobo da Silva publicando um bando em 24 de Setembro de 1764 que destituía as autoridades civis e eclesiásticas paulistas dos povoados de São Pedro de Alcântara e Jacuí. Em Dezembro de 1775 a região voltaria a pertencer ao Bispado de São Paulo, situação esta que se arrastaria ao longo do oitocentos e voltaria várias vezes à discussão.<sup>20</sup>

<sup>16</sup> Esta série está organizada ainda em sub-séries como se segue: 1. São Paulo e Minas Gerais; 2. Rio de Janeiro e Minas Gerais; 3. Espírito Santo e Minas Gerais; 4. Goiás e Minas Gerais; 5. Bahia e Minas Gerais.

<sup>17</sup> Ordem régia de 09 de Novembro de 1709 *apud* VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras**. Introdução Edilane Maria de Almeida Carneiro, Marta Eloísa Melgaço Neves; pesquisa histórica Bruno Fagundes; leitura paleográfica e atualização ortográfica Cláudia Alves Melo. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998, 4 v em 2, p. 868.

<sup>18</sup> MORAES, J. G. Filho. **As Sete Irmãs da Campanha: A História e a Lenda**. São Paulo: s/Ed. 1951.

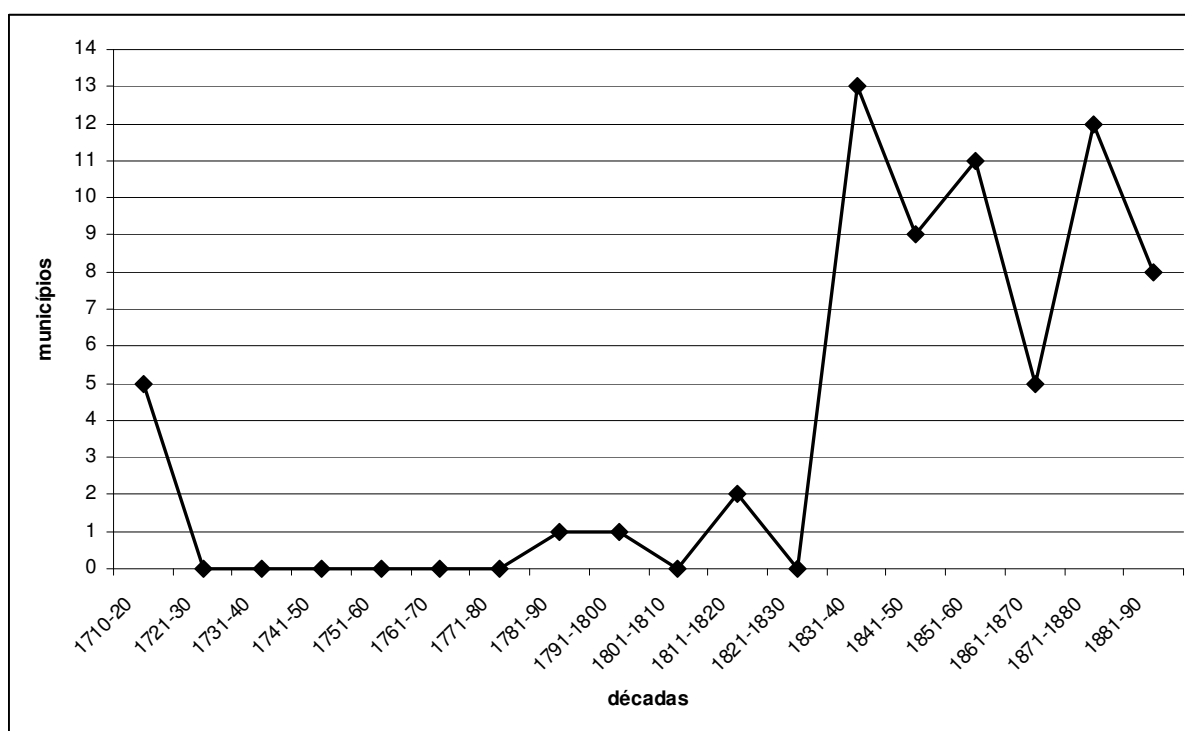
<sup>19</sup> VEIGA, op. cit. 868.

<sup>20</sup> LIMA, Nominato José de Souza. Questão de limites entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro** (doravante **RAPM**). Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte, Vol 08, Fascículo 1, 2, Páginas 175-257, jan./jun. 1903 e LIMA, Augusto de. Memória histórica e documentada

Estes conflitos por limites e jurisdições continuaram na 1ª metade do século XIX, agravados por eventos como a vinda da família real, a construção do Estado Brasileiro e a expansão da “*Economia Mercantil Escravista Cafeeira Nacional*” pelo centro-sul do país. O desenvolvimento desigual que irá atingir as várias regiões da província irão reforçar identidades regionais e aumentar as forças pela ‘fragmentação’ da província.

No gráfico 1 podemos entender estes desdobramento a partir da criação de diversas vilas mineiras a partir das três iniciais, Mariana, Vila Rica (Ouro Preto) e Sabará em 1711 até o final do XIX. A simples análise da criação das diversas vilas ao longo do tempo pode nos indicar de um lado o crescimento da economia e do povoamento das Minas Gerais ocorrido durante este período e, por outro lado, o desmembramento do território como resultado de ‘vontades políticas’ principalmente dos agentes detentores de riquezas. Assim, das 03 vilas fundadas no núcleo minerador (a partir de 1711), assistimos no século XIX a fundação de 60 vilas, sendo que a maior parte dessas (33) foi criada no período de 1831 até 1860. Este período foi um momento fundamental para a consolidação do Estado Brasileiro e da província de Minas, que abrange a vitória liberal nas eleições provinciais de 1831, a abdicação de D. Pedro I, a Revolução Liberal de 1842 e a cooptação da fração da classe senhorial mineira ao projeto saquarema de Estado. A criação dessas vilas ocorreu em uma conjuntura mais ampla de discussão dentro dos limites da província e das várias possibilidades de discussão e redefinição de seu território.

Gráfico I: Criação de Vilas em Minas Gerais 1711 – 1890



Fonte: COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. pp. 92 a 124. BARBOSA, Waldemar. **Dicionário geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

## 1.1 Autonomismo, Separatismo e Mudancionismo: O caso Mineiro

*Todos os Estados brasileiros são criações políticas, mas nenhum tem a variedade de paisagens que constitui o patrimônio peculiar de Minas Gerais*

John Wirth.<sup>21</sup>

Ao estudarmos a documentação ‘oficial’ como os relatórios ministeriais e de província, atas do Conselho de Estado, atas da Câmara dos Deputados (Geral e Provincial), correspondências e petições de diversas câmaras municipais produzida pelos diversos agentes ‘mineiros’ ou não no século XIX encontramos uma imensa quantidade de informações contraditórias sobre o território da província de Minas Gerais. Particularmente em meados do século XIX, ou entre os anos de 1831 e 1860, assistimos a um aumento significativo dessas discussões conforme pode se facilmente imaginar do gráfico anterior. Tais documentos tratam

<sup>21</sup> WIRTH, John D. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889 - 1937**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 40

de temas amplos e variados como os problemas e limites do território das Minas com as províncias vizinhas como o Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Bahia e Goiás; tratam também da criação, extinção e separação de bispados, comarcas, vilas, paróquias, freguesias e distritos no ‘interior’ das próprias Minas. Encontramos por fim, uma série de documentos defendendo a separação ou desmembramento da província com a criação de novas unidades administrativas e vários projetos que propunham a transferência de sua capital da Vila de Ouro Preto.

Identificamos essas questões como uma das mais importantes variáveis explicativas da trajetória política de Minas Gerais no século em questão e, tentando compreender esta trajetória, estamos classificando aqui esses movimentos em três grandes grupos, ou ‘autonomistas’, ‘separatistas’ e ‘mudancionistas’. Por ‘autonomismo’ estamos considerando todas as discussões ocorridas em vários âmbitos (imperial, provincial e local) sobre limites administrativos, jurídicos, civis e eclesiásticos que se refiram as divisões internas em Minas Gerais e também aos conflitos entre as suas ‘fronteiras’ com as províncias anexas. As várias discussões e decisões sobre os limites entre distritos, freguesias, municípios e comarcas foram extremamente abundantes em todo o período da pesquisa e implicam na redefinição do território mineiro. Em 1837, no primeiro relatório que temos da Presidência da Província de Minas Gerais, encontramos reclamações devido às divisões administrativas civis e eclesiásticas e as constantes divisões executadas pela Assembléia Provincial recém-criada (em 1834). Tanto que o presidente à época, Antônio da Costa Pinto (1<sup>a</sup> Barão e Visconde de Oliveira), afirmava que:

*Ninguém poderá desconhecer o quanto importa a boa ordem do serviço público a harmonia da divisão Civil, Judiciária e Eclesiástica; a falta dela ocasiona irregularidades na execução das leis, estorva a marcha dos negócios, dá ares há muitos cidadãos para se subtraírem ao cumprimento de seus deveres, produz conflitos de jurisdição e sobrecarrega o Governo de um expediente minucioso, resolvendo infinitas dúvidas, que se poderão prover, e, o que é pior, que dão motivos a inimizades e discussões muito graves.*<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> “Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1837 pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto”. Ouro-Preto, Typ. do Universal, 1837 (doravante Relatório de Presidente de Província, ano). Filho do Conde de Sirjimirim, o senhor de engenho Antonio da Costa Pinto foi vereador de Santo Amaro (Bahia), Coronel da Guarda Nacional, governador de outras províncias e ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

E completava mais à frente dizendo que muitas das decisões da Assembléia da Província traziam mais confusão quanto ao estabelecimento dos limites entre as vilas e suas subdivisões “*Daí resulta alguma dissonância nos referidos Atos Legislativos, que tendo sido sucessivamente promulgados*”.<sup>23</sup> As reclamações diziam respeito especificamente as decisões da Assembléia Legislativa da Província que havia criado e desmembrado inúmeros distritos de várias vilas e, elevando-os à categoria de paróquias, sem as necessárias autorizações eclesiásticas e administrativas.

O processo de povoamento do Brasil durante o período colonial havia criado interposições de ‘poderes’ e ‘esferas’ administrativas conforme dito anteriormente, tanto que na província de Minas Gerais em 1837 havia “*128 paróquias, 93 acham-se providas 33 tem párocos encomendados; 93 formam o Bispado de Mariana; uma pertence ao do Rio de Janeiro; 4 ao de Goiás; 6 ao de Pernambuco; 9 ao de São Paulo e 15 ao Arcebispado da Bahia*”.<sup>24</sup> Essa confusão ocorria por todas as províncias do Império, tanto que o decreto imperial de 8 de Novembro de 1831 prescrevia que as Freguesias (sinônimo de paróquia) que estivessem em território de diferentes vilas deveriam ficar pertencendo àquelas onde estivesse colocada a Igreja Matriz. Tal lei justificou que a Assembléia Legislativa de Minas tomasse inúmeras decisões em relação aos distritos e paróquias.

No contexto do século XIX é importante termos em mente que os distritos constituíam-se em unidades administrativas ‘menores’ e que, portanto, possuíam pequena autonomia e a presença do Estado era mínima. Nos distritos normalmente somente havia a presença de um sub-delegado com pouquíssimos soldados e recursos. Os “*juízes de paz*” ou municipais nem sempre existiam nessas localidades e, praticamente todas as questões jurídicas (como cobrança de dívidas, registro de transações comerciais, inventários *post-mortem*, julgamento de delitos, etc) ocorriam nas sedes dos municípios muitas vezes a léguas de distância. Isso quando não se tratava de questões mais importantes como os julgamentos que exigiam os tribunais de júri e ações de maior valor financeiro que somente poderiam ser executadas pelos “*Juízes de Direito*” que só atendiam nas “*cabeças das comarcas*”, normalmente ainda mais longe.<sup>25</sup>

Da mesma forma, as questões eleitorais que começavam a tomar uma importância maior nesse momento também se faziam presentes, a escolha dos representantes para as

---

<sup>23</sup> Idem, ibdem.

<sup>24</sup> Idem, ibdem.

<sup>25</sup> Será feita ao longo de várias partes deste trabalho uma análise da Estrutura Administrativa do Estado Imperial Brasileiro, para uma análise mais analítica desta estrutura cf. TAPAJÓS, Vicente. **História administrativa do Brasil; organização política e administrativa do Império**. Coord. De Vicente Tapajós. Brasília, Fundação Centro de Formação do Servido Público, 1984.

câmaras municipais, como também de deputados provinciais e gerais e senadores, o que interessava aos grupos dominantes locais. O complexo sistema eleitoral do Império obrigava a constantes deslocamentos dos eleitores e votantes o que trazia diversos inconvenientes, quando não inviabilizavam a própria participação política desses grupos ou forçavam redefinições dos limites administrativos. Tanto que vemos em 1858 o deputado provincial mineiro Simão da Cunha Pereira propunha como projeto de lei “*Artigo 1º O 6º distrito eleitoral da Província fica elevado à comarca da Diamantina tendo por limites os do mesmo distrito*”.<sup>26</sup>

A elevação dos distritos à categoria de paróquia tinha então um significado maior do que somente as questões eclesiásticas. A elevação de um distrito à categoria de Paróquia ou Freguesia, além de garantir a presença constante de um padre representava uma ‘evolução’ no *status* e autonomia das localidades além de ser uma etapa no ‘processo’ que acabaria dando origem a uma vila ou município.

As Paróquias ou Freguesias eram tão importantes nesse contexto não só porque podiam ser feitos vários registros de natureza cartorial (como as certidões de batismo e óbito, e registros paroquiais de terra), como também a presença de um juiz de paz era mais ‘fácil’ além do que, automaticamente as paróquias se organizavam em colégios eleitorais garantindo a realização das eleições. Assim foi praticamente uma constante na documentação do século XIX as solicitações dos inúmeros povoados pedindo para serem elevados à categoria de paróquias ou então que se modificasse o ‘pertencimento’ político ou eclesiástico. Um desses documentos foi um abaixo assinado dos moradores da Freguesia de São Paulo do Muriaé na Mata mineira contra a pretensão dos moradores do Distrito de Nossa Senhora da Glória que querem a transferência da sede da Freguesia para lá. O documento, datado de 29 de Junho de 1848, dizia que:

*a povoação de São Paulo foi desde de 1819 criada por decreto do senhor D. João VI para servir não só de catequese, e civilização do índios Puris e Coroatos, como mesmo para a administração dos Sacramentos e prestação dos recursos espirituais à todos àqueles que então para ali entrassem com objetivo de apossar terras; competindo por isso a esta povoação hoje Freguesia o direito de Antiquidade.*<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Arquivo Público Mineiro (doravante APM), Atas da Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais (doravante AALPMG), sessão de 12 de Abril de 1858.

<sup>27</sup> APM Seção Assembléia Legislativa (AL) 1/6 Cx. 11 29/06/1848 (doc. 14)

Além do princípio da antiguidade para justificar a manutenção da freguesia em São Paulo do Muriaé, o documento fala do grande crescimento da freguesia, que “*tem suficiente extensão, não só para ser, como Distrito, como para ser uma florescente Vila no porvir*”;<sup>28</sup> fala do mesmo modo da inadequação do espaço do distrito de Nossa Senhora da Glória; do fato da Igreja de São Paulo do Muriaé ter sido recentemente reformada e da adesão à “*Religião, ao Trono Imperial, e a causa Constitucional*”. Além da assinatura de 43 moradores da freguesia acompanhava ainda um documento assinado pelo padre Antônio Caetano da Fonseca onde declarava que a Igreja, de fato, estava toda reformada.<sup>29</sup>

Os moradores do distrito de Nossa Senhora da Glória, que já haviam solicitado à transferência de paróquia em 1848, reagiram e, em 1850, solicitaram à Assembléia da Província “*a reintegração da categoria de Freguesia que foi perdida com a transferência do Curato de São Paulo do Muriaé*”.<sup>30</sup>

Dessa forma interessava aos moradores e políticos das várias regiões das Minas Gerais a elevação dos distritos à categoria de Freguesia, na medida em que muitas vezes tais elevações não respeitavam as regras eclesiásticas ou a autoridade dos bispos que eram responsáveis pela indicação dos párocos. Tais reclamações se seguem em praticamente todos os relatórios dos presidentes como os de 1843, 1844, 1845 e, em um exemplo bem sintomático, em 1848 o então presidente Bernardino José de Queiroga irá reclamar a Assembléia Legislativa provincial que:

*Alguns embaraços tem o Governo encontrado na execução de diversas leis provinciais, que estabeleceram divisas entre municípios, freguesias, ou distritos, e é da maior urgência removê-los, Quando são incertas as divisas além de sofrer a administração da justiça, dificulta-se a arrecadação das rendas públicas, e aparecem outros inconvenientes, que um governo prudente deve ser muito solícito em evitar. Por isso eu vos recomendo o maior escrúpulo à este respeito, esperando que esta Assembléia reveja algumas leis que, estabelecendo divisas, tem criado dificuldades, que podem muito prejudicar ao serviço público.*<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup> Idem, ibidem

<sup>29</sup> Idem, ibidem

<sup>30</sup> APM AL 1/6 Cx. 14 – 1850 (doc. 14).

<sup>31</sup> Relatório de Presidente de Província, 1848

Nos anos seguintes as reclamações ainda continuaram com relação às confusões dos limites traçados pela Assembléia Provincial, tanto que em 1862 veremos o desabafo do 3º vice-presidente que diz “*A experiência parece já ter bem demonstrado os graves inconvenientes que resultam das repetidas criações e desmembrações de municípios e freguesias*”.<sup>32</sup>

Da mesma forma a questão do desmembramento dos termos, distritos, freguesias e vilas provocaram uma séria de ‘conflitos de competência’ entre o poder provincial representada pelas Assembléias Legislativas locais e o poder geral, representado pelos Gabinetes do Império e também do Conselho de Estado, órgão de consulta privativo do Imperador e que será mais detalhado à frente. No caso vemos na reunião de 19 de julho de 1856 a última reunião do Conselho de Estado presidida por Honório Hermeto Carneiro Leão ou o Marquês do Paraná, um dos mais importantes políticos mineiros do período conforme se verá uma consulta de 09 itens sobre “*tendentes a resolver questões suscitadas sobre o direito de decretar a anexação e desanexação de Ofícios*”.<sup>33</sup>

Entre os quesitos suscitados vemos que os principais resumiam-se em:

(...)

2º – *Pode o Poder Geral, pelo princípio de que lhe compete a organização judiciária, criar ofícios de Justiça privativos?*

3º – *Pode o Poder Geral, em virtude do mesmo princípio, criar dois ou mais ofícios cumulativos, quando esse número convier à administração?*

4º – *Podem as Assembléias Provinciais tornar privativos os Ofícios que o Poder Geral tem criado, como cumulativos, ou vice-versa, tornar cumulativos aqueles que o Poder Geral criou como privativos?*

5º – *Podem as Assembléias Provinciais suprimir absolutamente os Ofícios de Justiça, criados pelo Poder Geral?*<sup>34</sup>

(...)

O que havia provocado a discussão foram os constantes conflitos sobre as decisões das Assembléias Provinciais que interferiram diretamente nos cargos de nomeação e remuneração por parte do Império como os juizes de direito, os procuradores, os escrivães, oficiais de

<sup>32</sup> Relatório de Presidente de Província, 1862.

<sup>33</sup> Atas do Conselho de Estado Pleno, 19 de julho de 1856 (Doravante ACEDP, data), pp. 206 e 207.

<sup>34</sup> Idem, ibidem (grifos nossos).



justiça e cartório como resultante destes desmembramentos. O parecer da comissão acabou por diferenciar estas atribuições o que definiu que:

*Devemos distinguir duas classes de Empregados Provinciais e Municipais. Há pois Empregados Provinciais e Municipais criados por Leis Gerais para execução das Leis também gerais, relativas a objetos **sobre os quais não podem legislar as Assembléias de Províncias**. Tais são os Juizes de Direito, Municipais, de Órfãos, de Paz, os Promotores, Tabeliães, Escrivães, Párcos, Vereadores, Chefes de Legião, e mais Oficiais da Guarda Nacional. Há Empregados Municipais e Provinciais criados por Leis Provinciais, ou ainda mesmo Gerais relativas a objetos **sobre os quais podem legislar as Assembléias de Província**. Tais são os Empregados na Instrução Pública, e na direção e administração de obras provinciais e municipais, na arrecadação e fiscalização das Rendas Provinciais e Municipais, na direção, e administração das casas de prisão, trabalho, correção, e socorros públicos, nos Corpos Policiais das Províncias, na administração dos bens provinciais, na organização da estatística da Província, na catequese e civilização de indígenas, no estabelecimento de colônias, etc.*<sup>35</sup>

Estes desmembramentos tinham ainda, além do interesse das populações locais, forte caráter ‘político’ obviamente por parte dos ‘grandes proprietários’ e dos políticos destas regiões. Tanto que o Visconde do Uruguai, ou Paulino José Soares de Souza que já havia sido eleito deputado geral em 1836, nomeado no mesmo ano Presidente de Província do Rio, e quatro vezes ministro entre 1840 e 1953 publicou em 1862 a obra **Ensaio sobre o Direito Administrativo** onde ao se referir ao comportamento dessas câmaras desabafava:

*Todos sabem como pelas Assembléias Provinciais são feitas entre nós estas divisões. São completamente arbitrárias, porque não tem padrão e condições que lhes sirvam de base. Uma influência eleitoral quer assegurar a sua dominação, e enfraquecer o adversário. Convém-lhe adquirir uma freguesia com cujos votos conta, e passar pra um município ou freguesia vizinha indivíduos com cujo auxílio se avanteja o adversário, o qual ficará inutilizado com a nova divisão. Promove então a divisão territorial ou conveniente modificação da existente.*<sup>36</sup>

<sup>35</sup> Idem, 208

<sup>36</sup> URUGUAI, Visconde de. **Ensaio sobre o direito administrativo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1962, p. 60

Estas decisões re-dividindo as vilas e seus limites internos diminuem de intensidade nas décadas de 1870 e 1880 muito embora continuassem a acontecer, com diversas nuances, até o final do império. Sem querer extrapolar os limites da discussão histórica aqui proposta, o fato do Estado das Minas Gerais ser hoje a unidade da federação com o maior número de municípios pode ter parte destas origens nesse processo.

Os exemplos aqui, praticamente ‘pinçados’ à esmo, mostram uma das faces do que estamos entendendo aqui por ‘autonomismo’. Outras expressões desses interesses foram a criação das comarcas e bispados. Dentro das divisões administrativas e os ‘usos’ políticos, a questão das Comarcas também adquiriu grande importância no cenário político e da regionalização das Minas Gerais no Império. Nesse caso tratava-se não apenas do crescimento da população e do aparelho judiciário na figura do Juiz de Direito e do Promotor Público, ‘personagens’ estáveis dentro dos quadros da magistratura imperial, diferentemente dos Juízes de Paz que não possuíam estabilidade, mas da ‘disputa’ entre os municípios de uma determinada região por sediar o tribunal de 2ª Instância. Eram estes tribunais que resolviam a maior parte dos litígios referentes a crimes, cobranças de dívidas acima de determinados valores, execuções e disputas como por bens e heranças. Ser sede de Comarca também significava ser “*cabeça de distrito*” em relação aos processos eleitorais e permitia aos grupos dominantes maior influência nestas eleições.<sup>37</sup> Quando da criação da vila do Santo Antônio do Paraibuna em 1850, o deputado provincial à época o Coronel Francisco de Paula Ramos Horta insistiu muito dentro da comissão de estatística para que “*As Vilas do Presídio do Rio Preto e de Santo Antônio do Juiz de Fora formarão uma nova Comarca com denominação de Comarca do Rio Preto*”.<sup>38</sup> A proposta acabou sendo derrotada e os municípios criados continuaram ligado à Barbacena, principal vila da região à época. Em 1855 com o município já criado o assunto voltou à baila sendo que o deputado provincial José Rodrigues de Lima Duarte (mais tarde Visconde de Lima Duarte) que era originário da vila de Barbacena se colocou contra a transferência da sede da Comarca dessa vila para a vila de Santo Antônio do Paraibuna.<sup>39</sup> No gráfico abaixo podemos visualizar esse crescimento do número de comarcas ao longo do século XIX.

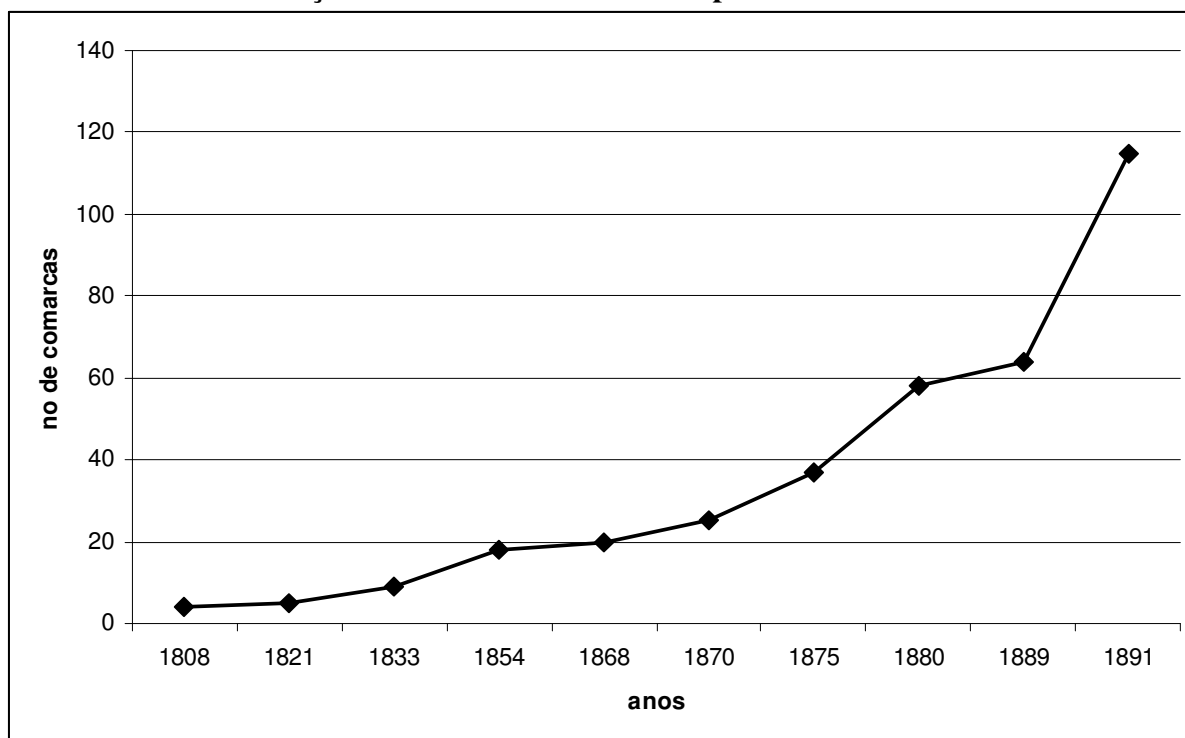
---

<sup>37</sup> TAPAJÓS, op. cit.

<sup>38</sup> APM, AL 3/8 1850 Caixa 01. “*Projeto de Lei, emendas e modelos de redação da lei 476 projeto 23*”, Emendas oferecidas ao 1º projeto, emenda nº 6.

<sup>39</sup> AALPMG, sessão de 01 de maio de 1855.

**Gráfico II: Evolução do Número de Comarcas para Minas Gerais 1808 – 1891**



**Fonte:** VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras**. Introdução Edilane Maria de Almeida Carneiro, Marta Eloísa Melgaço Neves; pesquisa histórica Bruno Fagundes; leitura paleográfica e atualização ortográfica Cláudia Alves Melo. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998, 4 v em 2, pp. 881 e 882 e BERGAD, Laird W. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru: EDUSC, 2004 pp. 37 a 41.

Quanto aos bispados a criação dos mesmos era de competência da Assembléia Geral e do Imperador para efetuar as diligências necessárias junto aos bispos, ao arcebispo e à Santa Sé em Roma dependendo das circunstâncias. Conforme se verá logo à frente, diversas vezes a criação de bispados, particularmente o de Diamantina constituiu-se num dos únicos pontos de união da bancada dos deputados mineiros na Corte conforme veremos.

Parte desse ‘autonomismo’ se deu nas discussões recorrentes sobre o grau de liberdade das províncias frente à centralização ocorrida a partir do “*Regresso Conservador*” do período final da Regência, e que se prolongou no Segundo Reinado, embora esse ponto seja importante na configuração do Estado brasileiro e dos debates parlamentares na visão de José Murilo de Carvalho.<sup>40</sup> Também encontramos nas constantes buscas por mais independência administrativa e financeira de que os municípios no império se empenharam desde a

<sup>40</sup> Sobre os conflitos entre as províncias e a busca por maior autonomia cf principalmente CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e Centralização no Império Brasileiro: História e argumento. In: Idem. **Pontos e Bordados, escritos de História Política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

independência e, cujo impulso foi tolhido pela lei de 01 de maio de 1828 de caráter centralizador e que diminuiu a autonomia dos mesmos. Este ponto é igualmente importante e empreenderemos nos dois últimos capítulos uma análise da atuação da Câmara da Vila do Santo Antônio do Paraibuna, e do Juiz de Fora.<sup>41</sup>

Esses interesses até aqui trabalhados são em grande medida comum à todas as províncias do país e, do mesmo modo, comum a maioria dos municípios. O que se teve de específico em Minas Gerais foram os projetos que *efetivamente* propunham o ‘separatismo’ de regiões da província ou então o ‘mudancionismo’, ou seja, a transferência de sua capital. Praticamente ausente de uma análise mais acurada por parte da historiografia mineira desde a sua origem, o tema do ‘separatismo’ se reveste de grande importância nos estudos contemporâneos que, cada vez mais tentam dar conta das diversidades regionais da província mineira. Identificar esses movimentos com suas respectivas regiões e o contexto em que surgiram passa então, a ser fundamental se quisermos reconstruir essas Minas.

O primeiro movimento nesse sentido que identificamos foi o do ano de 1843, quando o deputado Francisco Barros Pimentel, pela província do Rio de Janeiro, propôs dividir Minas Gerais, alegando principalmente o ‘risco’ que a província poderia trazer à estabilidade do país.<sup>42</sup> A revolução liberal de 1842, que havia ocorrido em Minas, São Paulo e no Rio de Janeiro, opondo grupos liberais destas províncias ao governo central com sede no Rio de Janeiro, ainda assustava aos membros conservadores do governo que achavam ‘perigoso’ o grande peso que estes elementos podiam significar para a ‘ordem’ do país.

No caso de Minas Gerais o ‘medo’ era duplo, de um lado que a divisão interna poderia levar a um quadro de maiores conflitos visto que “*torna-se um teatro aberto aos devaneios das inteligências, aos caprichos das facções*”<sup>43</sup> e de outro, o receio da criação de um ‘bloco’ mineiro já que, como a província era a que possuía a maior representação na Câmara de Deputados Geral (com cerca de vinte deputados), poderia colocar em risco a estabilidade do império. Ou nas palavras do deputado Francisco Barros Pimentel, “*vinte homens dominados dos mesmos princípios, ligados pelos mesmos interesses, podem fazer e tem feito revoluções*”.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> Mais à frente faremos uma discussão mais detalhada sobre o significado da lei de 1º de outubro de 1828 e as ‘lutas’ travadas pelos municípios no Brasil Império frente aos poderes ‘centrais’. Cf. LIZ, Iara Cortes. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo - 1780-1831**. São Paulo: UNESP, 1999.

<sup>42</sup> Anais da Câmara Geral dos Deputados (Doravante ACGD), sessão em 18 de março de 1843.

<sup>43</sup> idem, p. 324

<sup>44</sup> Idem, p. 325

O projeto mostra bem as várias discussões que ocorriam entre mineiros e não mineiros acerca dos limites da província à época, entre as várias percepções sobre as divisões possíveis das Minas Gerais, o mesmo deputado afirmava:

*Senhores, muitos meios se apresentam pelos quais se pode dividir as Minas Gerais. Dizem uns que seria muito vantajoso tirar uma porção do sertão dessa província pelos lados de Goiás, Pernambuco e Bahia, e outro destas duas últimas, e formar uma grande província central. Outros querem dar-lhe um porto, querem dela destacar um pedaço e uni-lo ao Espírito Santo, para facilitar destarte a navegação do Rio Doce. Outros ainda querem que se dê a São Paulo o que fica além do Sapucaí, que, tirando um pedaço de São Paulo e outro de Goiás, se crie para aquele lado uma nova província.*<sup>45</sup>

Como o projeto não defendia especificamente uma ou outra divisão, fica claro que o que estava em jogo naquele momento não era uma questão de ‘identidade’ política possível, da qual Francisco Barros Pimentel seria portador. Tratava-se na verdade da diminuição do ‘peso’ da bancada mineira e a conseqüente divisão da província para evitar novos conflitos como o que tinha acabado de ocorrer em 1842 com a rebelião das províncias de Minas e São Paulo. Apesar do projeto ser fruto de um deputado fluminense, é fato que entre os próprios mineiros havia interesses em se dividir o seu território. Tanto que, à mesma época, o conselheiro e ministro da Justiça, Honório Hermeto Carneiro Leão (futuro Marquês do Paraná), que havia nascido em Jacuí, na parte sul-mineira e, de quem já foi dito que “*antecipa uma verdadeira geopolítica interior*”<sup>46</sup>, propôs uma divisão de Minas Gerais e São Paulo com a criação da província do Paraná, também como reflexo indireto da revolução de 1842.<sup>47</sup>

A província mineira seria dividida em três. A primeira seria a de **Minas** propriamente dita, composta pelas comarcas de São João Del Rei, Ouro Preto, Mariana e Sabará – o que significava, *grosso modo* a região central mineradora, a Zona da Mata e o Leste de Minas. A segunda seria a **Província de Campanha** – que abrangeria todo o Sul, tendo como capital a

<sup>45</sup> Idem, p. 326 e 327

<sup>46</sup> MENDES, Cândido de Almeida. *Paraná e o homem público brasileiro*. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org). **O Marquês de Paraná**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 68.

<sup>47</sup> Sobre a criação da Província do Paraná cf. TAPAJÓS, op. cit, p. 234.

cidade de Campanha. Por fim, a terceira seria a **Província do Jequitinhonha**, abrangendo vastas extensões de território mineiro ao norte e oeste.<sup>48</sup>

Apesar de seu projeto não ter sido apresentado no plenário da câmara pela comissão de estatística, vemos em 24 de agosto de 1870, portanto 33 anos depois, um representante dessa comissão ao se referir a um projeto visando a criação da Província do Macapá disse que “*não é só este projeto, há mais outros dividindo Minas Gerais em três províncias e a comissão tem encontrado embaraços para resolver tão melindroso assunto*”<sup>49</sup> O próprio Marquês do Paraná voltou à carga tempos depois da primeira proposta, já como chefe do Gabinete de 1853 a 1856 (o Gabinete da Conciliação) propondo a criação de um ‘estado tampão’ entre Minas Gerais e o Espírito Santo e, quando questionado por alguns deputados mineiros, respondeu “*Não estou na minha Minas para servir às fronteiras, mas ao grande país*”.<sup>50</sup> Essa vocação para a “*geopolítica interior*” de Honório Hermeto, ficou mais nítida quando percebemos que foi ele um dos principais articuladores da criação da província do Paraná (finalmente criada em 1853) e da desvinculação do Pará da antiga comarca do Rio Negro, depois província do Amazonas ainda em 1850.<sup>51</sup>

O sul de Minas Gerais foi, aliás, a região da província onde os movimentos separatistas e de fragmentação mais se fizeram sentir, pois, de um lado várias comarcas foram atraídas para se fundirem à província de São Paulo, como as de Sapucaí e Rio Verde; de outro houve fortes movimentos separatistas, sendo a vila de Campanha da Princesa (depois Campanha) a principal localidade a liderar estes movimentos.<sup>52</sup> A primeira indicação que temos veio também de 1843 quando em 29 de abril o deputado pela província da Bahia Carneiro de Campos propôs novamente a separação da comarca de Curitiba do território paulista – alegando além do grande desenvolvimento da mesma, a rebelião de 1842 e a continuidade dos conflitos no sul do país – e a anexação de parte do sul de Minas que pertenciam ao Bispado de São Paulo. O ex-presidente da Província, Bernardo Jacinto da Veiga que acabava de se retirar do comando da mesma se declarava contra o projeto de fusão dessa região à São Paulo, mas defendia a criação de uma nova província a partir desta região.<sup>53</sup>

<sup>48</sup> FILGUEIRAS, Carmegildo e ARAÚJO, Thomas de Aquino. **Os correios na História da Campanha**. Campanha, MG: Ministério das Comunicações, ECT, Diretoria Regional da Campanha, 1973, p. 74.

<sup>49</sup> ACGD, 24 de agosto de 1874.

<sup>50</sup> *Apud*: MENDES, Cândido de Almeida, op. cit. p. 68.

<sup>51</sup> Idem, ibidem e TAPAJÓS, Vicente. op cit. p. 142, Coleção de Leis do Império (Doravante CLI)

<sup>52</sup> Sobre a região e sua importância política e econômica cf; ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Família, Fortuna e Poder no Império do Brasil – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

<sup>53</sup> MENDES, op. cit. Bernardo Jacinto da Veiga foi presidente d província de MG por duas vezes, conselheiro

Quando em 1853 finalmente foi criada a Província do Paraná, novamente cogitou-se a anexação da comarca do Rio Sapucaí à São Paulo, o que foi vigorosamente criticado por deputados mineiros como Antônio Cândido da Cruz Machado (futuro Visconde do Serro Frio). O que esses deputados propunham mais uma vez, não era a ‘unidade mineira’, mas sim a criação de uma província unindo as partes do sul da comarca do Rio das Mortes que teria como capital a cidade de Campanha.<sup>54</sup>

Em 1854 o movimento separatista estava mais organizado envolvendo diversos ‘cidadãos ilustres’, políticos e algumas Câmaras Municipais. Vários abaixo-assinados, solicitações das Câmaras, jornais e deputados manifestaram-se favoráveis a idéia, sendo que em 04 de agosto de 1854 os deputados Francisco Otaviano Pereira da Silva, José Antônio de Miranda e Cândido Borges Monteiro (Visconde de Itaúna) apresentaram o projeto na Assembléia Geral no qual se lia:

*As comarcas do Sapucaí, Rio Verde e Três Pontes, e o município de Lavras, pertencentes à província de Minas, formarão uma nova província, tendo por capital provisória o lugar que o governo designe, até definitiva resolução da assembléia provincial respectiva.*<sup>55</sup>

Afonso de Alencastro Graça Filho em um de seus vários trabalhos sobre a Vila de São João Del Rei relata sobre este movimento que:

*Em julho de 1854, as câmaras municipais de Campanha, Pouso Alegre, Lavras, Baependy, Cristina, Itajubá, Três Pontas, Jacuhy e Passos enviaram representações à Assembléia Provincial para a criação da Província de Minas d’Entre Rios. Dos municípios envolvidos, somente Aiuruoca foi contra. Caldas não se pronunciou e Jaguary reivindicava a anexação da Comarca de Sapucahy ao território paulista.*

*Anteriormente, em maio do mesmo ano, Campanha havia se antecipado, sob a liderança do Barão do Rio Verde, fazendeiro e proprietário de antiga manufatura de chapéus, solicitando a provincialização das Comarcas de Sapucahy, Rio Verde, Três Pontas e do Município de Lavras, tendo como capital a cidade de Campanha. Os projetos de desmembramento não vingaram, sendo combatidos pela Câmara dos Deputados e a presidência do Conselho dos*

<sup>54</sup> ACGD, sessão em 24 de abril de 1854.

<sup>55</sup> Idem, ibidem

*Ministros. As representações se queixavam da falta de rendas, evasão fiscal, diversidade e distância geográfica da capital Ouro Preto, que impediam uma administração uniforme e eficiente.*<sup>56</sup>

Segundo o mesmo autor algumas vilas mineiras como a de São João Del Rei se opuseram ao projeto, não por que não concordassem com o movimento, mas, ao contrário, por terem sido excluídas do mesmo. Completando a citação acima, Graça Filho termina afirmando que “*A proposta da criação da província de Minas de Entre Rios foi duramente atacada por S. João del Rei, que fora excluída do arranjo. De São João foram enviadas circulares de protesto para todo sul de Minas*”.<sup>57</sup>

Este projeto foi ainda veemente combatida por Honório Hermeto Carneiro Leão que, nesse momento, colocava-se favorável a criação de uma nova província na região leste, unindo partes de Minas Gerais ao Espírito Santo.<sup>58</sup> Novos projetos separatistas originários do Sul de Minas foram propostos na década de 1860, em 1862 e 1868. O primeiro foi proposto pelo deputado Evaristo Ferreira da Veiga com o nome de **Província de Minas do Sul** com a capital novamente na cidade de Campanha.<sup>59</sup> Já o segundo, consistiu em um abaixo-assinado encabeçado pelo também deputado Américo Lobo Leite Pereira, com cerca de 47 assinaturas propondo a criação da **Província do Sapucaí** tendo por capital, ainda que provisória, mais uma vez na cidade de Campanha.<sup>60</sup>

Na década de 1870 assistimos ainda duas tentativas de separar o Sul do resto de Minas Gerais. Em 1872 liderada pela Câmara municipal de Campanha e pelo deputado Manoel Inácio Gomes Valadão,<sup>61</sup> que apresentou o projeto à Câmara dos Deputados e, em 1876 em um memorial apresentado diretamente à Princesa Regente Isabel.<sup>62</sup> No período de 1880 mais

<sup>56</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. O mosaico mineiro oitocentista: historiografia e diversidade regional. In: **Revista Tempos Gerais**. Nº 3, Maio de 2001. p 46.

<sup>57</sup> Idem, ibdem

<sup>58</sup> MENDES, Cândido de Almeida. Paraná ... op. cit.

<sup>59</sup> Evaristo Ferreira da Veiga, filho de Lourenço Xavier da Veiga, era natural de Campanha. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, começou sua trajetória política como juiz municipal e de órfãos em Pouso Alegre e Jaguary. Foi deputado em várias legislaturas, senador e presidente de província. Cf. [www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores\\_biografia.asp](http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp)? E o Capítulo IV e Anexo I.

<sup>60</sup> A trajetória de Américo Lobo Leite Pereira foi a mesma de Evaristo e de outros da elite imperial do 2º Reinado. Era natural de Campanha. Bacharel pela faculdade de Direito de São Paulo, foi Juiz municipal e de órfãos em Pouso Alegre e Rio Pardo. Teve uma longa carreira legislativa pelo partido liberal, chegando até o início da República, quando foi senador. Cf. [www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores\\_biografia.asp](http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp)? E o Capítulo IV e Anexo I.

<sup>61</sup> O comendador Manuel Ignácio Gomes Valladão foi o chefe do clã político dos Gomes Valladão de Campanha, descendente de família egressa dos tempos da mineração. Cf. SOUZA, Vera Lúcia do Lago. **Athenas do Sul de Minas entre a Memória e a História da Educação: Práticas e Representações das Elites de Campanha – 1870/1930**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação. UNICAMP, 2006.

<sup>62</sup> FILGUEIRAS, Carmegildo, op. cit, p. 75



uma vez dois projetos foram apresentados, em 08 de julho de 1883 pelo deputado Olimpio Oscar de Vilhena Valadão<sup>63</sup> e em 05 de outubro de 1887 pelo Senador por São Paulo Joaquim Floriano de Godoy. Esse último defendia que a nova província, a do Rio Sapucaí, deveria abranger também a parte limítrofe de São Paulo e a capital deveria ser a cidade de Taubaté.<sup>64</sup>

Com a Proclamação da República as idéias separatistas da região voltaram mais uma vez à tona e chegaram a se materializar quando em 1892 foi criado o **Estado do Sul de Minas**, tendo como sede do governo provisório a cidade de Campanha estabelecida por seus moradores e políticos locais em 20 de fevereiro de 1892. Tal fato se deu durante os acirrados debates na imprensa mineira e na Assembléia Estadual que estava discutindo entre outros assuntos a transferência da capital de Minas Gerais. O movimento durou pouco mais de uma semana e foi facilmente reprimido pelo governo federal que enviou uma expedição e retomou o controle da situação.<sup>65</sup>

Outras regiões que apresentaram forte sentido separatista foram o Oeste e o Norte do Estado, tanto que já em 1852 vemos uma solicitação da Câmara Municipal de Sabará à Assembléia Provincial com a proposta de criação da **Província do Rio São Francisco** à noroeste do Estado e que, em *linhas gerais*, seria composta pelo porção mineira do referido rio. A nova província teria como sede a Vila do Urubu na Bahia, além de envolver vários outros municípios como São Romão, Januária e Paracatu. O presidente da Província de Minas Gerais à época Luiz Antônio Barbosa escreveu no Relatório Provincial do ano de 1853 sobre a proposta e, colocou-se contra o projeto, não porque prejudicaria as Minas Gerais, tanto que ele afirma que “(...) *do ponto de vista dos interesses desta província de Minas creio que o menor inconveniente será a perda de um território de 3.150 léguas quadradas com 35 mil habitantes*”.<sup>66</sup>

O problema em questão era que a província ficaria definitivamente impossibilitada de conseguir um ‘porto’ para o escoamento de seus produtos e que a nova província teria ainda pouco desenvolvimento econômico capaz de sustentar seus gastos. Para Luiz Antônio Barbosa o desenvolvimento de todo o Rio São Francisco levaria naturalmente a esse processo em “*um futuro não muito remoto*”.<sup>67</sup> No contexto da década de 1850 a reorganização do Estado Imperial brasileiro fruto da consolidação do Segundo Reinado, permitiu o surgimento

<sup>63</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo. Cf. SOUZA, op. cit.

<sup>64</sup> Natural de São Paulo, foi médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Deputado provincial, geral, senador e presidente de província. Cf. Cf. [www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores\\_biografia.asp](http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp)?

<sup>65</sup> Cf. acerca deste movimento VEIGA, Xavier, p. 183.

<sup>66</sup> Relatório de Presidente de Província 1853. p 1 a 4. Cf. também GENOVÊS, Patrícia Falco. **O Espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado**. Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 2003, pp 234 – 36.

<sup>67</sup> Idem, ibem.

de diversos movimentos que expunham essas e outras insatisfações. Também havia causado grande impacto entre os meios políticos o relatório da expedição **Concernente à Exploração do Rio São Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até o Oceano Atlântico – 1850 / 1852**, chefiada pelo engenheiro alemão Henrique Guilherme Geraldo Halfeld.<sup>68</sup> Além de ser um dos primeiros a falar da possibilidade de transposição das águas do São Francisco, Halfeld reforçou em seu relatório as imagens de uma região riquíssima, pronta para ser colonizada. No contexto da expansão da “*hegemonia saquarema*” que se consolidava neste momento, a ocupação dos “*Sertões*” para ali se desenvolver a “*Civilização*” passava a ter uma importância fantástica nesse imaginário político. Minas Gerais adquiria um papel fundamental como uma das maiores províncias ‘centrais’ e também como o ‘elo’ de ligação entre o Sul e o Norte.<sup>69</sup>

Assim a idéia de uma nova província unindo genericamente o Vale do Rio São Francisco não desapareceu e manteve adeptos. Na verdade, a extensão do Rio São Francisco e as várias colonizações que ocorreram ao longo do mesmo nos séculos XVII, XVIII e XIX transformaram essa região, que foi intensamente ‘disputada’. Tanto que as propostas para a criação dessa nova província tinham sido sugeridas anteriormente, em 1830 pelo deputado pernambucano Luiz Cavalcanti e, em 1850 e 1866 por vários deputados da Bahia.<sup>70</sup>

Esse projeto, ligeiramente modificado, voltou para discussão, dessa vez na Assembléia Geral entre 1853 e 1854. Entre outras idéias debatidas pelos deputados estava a incorporação à suposta província de outras regiões do Rio São Francisco, especificamente da parte baiana. Vários deputados da Assembléia Geral também se colocaram contra o projeto, propondo em contrapartida a re-divisão eclesiástica da província como forma inclusive de se levar a ‘civilização’ para as regiões distantes do país, o que poderia obstar os movimentos separatistas. Essa proposta foi liderada pelo deputado mineiro Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos e contou com a adesão de 14 deputados também mineiros.<sup>71</sup> A idéia era a de se criar o bispado de Diamantina que teria por sede essa cidade e compreenderia as comarcas do Serro, do Rio São Francisco e do Jequitinhonha – essas duas últimas ainda ligadas ao bispado

<sup>68</sup> HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **Atlas e relatório concernente a exploração do Rio de São Francisco desde a cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico: levantado por ordem do governo de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II**. Rio de Janeiro : Lithografia Imperial, 1860.

<sup>69</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de, **O Tempo Saquarema**, op. cit.

<sup>70</sup> ACGD vários anos 1830, 1856 e 1860.

<sup>71</sup> Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos era natural de Ouro Preto e irmão de Bernardo Pereira de Vasconcelos (ambos eram filhos do major da guarda nacional Diogo Antonio de Vasconcelos, fazendeiro de Mariana). Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi juiz municipal e de órfão de Ouro Preto, chefe de polícia da Corte, deputado provincial e geral em várias legislaturas, presidente de província e senador. Cf. [www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores\\_biografia.asp](http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp)? E Capítulo IV e Anexo I.

de Pernambuco e ao Arcebispado da Bahia respectivamente, como já citado anteriormente, tal bispado foi finalmente criado em 06 de junho de 1854.<sup>72</sup>

O projeto da província do Rio São Francisco (ou do Urubu como também foi chamado) gerou reações diversas nas populações locais. A da Câmara Municipal da Vila de Januária na Comarca do Rio São Francisco se declarou contrária à idéia, solicitando em 18 de maio de 1853 na Assembléia Geral que o seu território não fosse incluído na nova Província.<sup>73</sup> Já em 12 de agosto do ano seguinte vemos uma representação da Câmara Municipal de São Romão solicitando exatamente a criação desta nova província unindo o norte de seu território ao novo bispado recém-criado.<sup>74</sup>

Essa nova província composta pela separação das Minas ou a ‘união’ de partes desta com a Bahia volta à cena em 1862 quando o próprio Imperador D. Pedro II comenta ter recebido um “*projeto de divisão da província de Minas assinado por 40 deputados*”. O imperador afirma que em resposta ao projeto, o gabinete presidido pelo Marquês de Olinda preferia a união com partes da Bahia e defendia que a capital deveria ser a vila de Paracatu que já havia se desenvolvido bem mais desde então.<sup>75</sup> O abaixo assinado referia-se, como já vimos, à criação da Província de Minas do Sul e o ‘deslocamento’ do mesmo, do sul da província para a região do Vale do São Francisco mostra como era frágil a ‘teia’ de alianças que unia a bancada mineira durante todo o período. Paradoxalmente, como iremos defender à frente, foram justamente as divisões internas da bancada mineira entre os vários interesses e, conseqüentemente, projetos possíveis de divisão de seu território que impediram a própria “fragmentação” da província.

A importância que o Rio São Francisco teve na integração do país constituiu-se em um tema recorrente na política imperial e, particularmente da província mineira o que explica as várias nuances da questão – como o separatismo, ou a re-divisão eclesiástica ou ainda os projetos de desenvolvimento regionais, envolvendo ferrovias, companhia de navegação e colonização na década de 1870, à exemplo da companhia de colonização do Mucuri que tinha sido fundada pelo mineiro Teófilo Benedito Otoni ainda na década de 1840 para a área do Leste das Minas.<sup>76</sup>

<sup>72</sup> VEIGA, op. cit. p. 750

<sup>73</sup> ACGD, 18 de maio de 1853

<sup>74</sup> ACGD 12 de agosto de 1854

<sup>75</sup> BEDIAGA, Bedonha. **Diário de D. Pedro II**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999 (CD-ROOM), 23 de julho de 1862.

<sup>76</sup> Sobre Teófilo Otoni e a Companhia do Mucuri cf. DUARTE, Regina Horta (org.). **Notícias sobre os selvagens do Mucuri**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002; ARAUJO, Valdeci Lopes de (org.). **Teófilo Otoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível**. Belo Horizonte: APM, 2007

Entre 1868 e 1870 houve vários e acalorados debates no parlamento acerca do prolongamento da ferrovia D. Pedro II, cujo projeto tinha sido proposto ainda no gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos, que havia indicado que a referida ferrovia se expandiria até o rio São Francisco para daí se ligar pela navegação ao norte do Império. A reação, conforme se verá mais adiante, se deu tanto internamente nas Minas Gerais, quanto na deputação das províncias do ‘norte’ do país (Bahia, Pernambuco e o Ceará). A grande discussão dos deputados representantes dessas províncias era de que o governo deveria fazer a ligação com o Rio São Francisco pelo Nordeste – particularmente pela Bahia – e investir mais na região, criticando ainda o excesso de verbas públicas para ferrovias e construções que beneficiavam somente as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Em parte como conseqüência desses debates e da dificuldade do governo do Império em lidar com os interesses das várias províncias, o próprio D Pedro II e o gabinete conservador comandado pelo Duque de Caxias propuseram em 1873 mais uma vez a criação da Província do São Francisco. Na fala do trono proferida no dia 03 de maio deste ano o Imperador relacionava esses vários interesses conflitantes quando afirmou:

*Estudam-se os prolongamentos das estradas de ferro de Pernambuco, Bahia e São Paulo, e progride o da estrada que corta os territórios do Rio de Janeiro e de Minas Gerais em demanda do rio São Francisco. Várias outras empresas de iniciativa particular e das administrações provinciais tem sido contratadas sem ônus dos cofres do Estado, para ligarem-se àqueles principais ramos do nosso sistema de vias férreas (...)*

*Pendem de vossa decisão dois projetos de mais reconhecida utilidade, que vos foram recentemente apresentados em nome do governo, para a reforma da guarda nacional e do nosso sistema de eleições; e bem assim outros que, provieram de vossa ilustrada iniciativa. Entre estes últimos mencionarei, pelo seu alcance os que são relativos às promoções da armada, ao recrutamento, a justiça de 2ª instância e a criação de uma nova província.*

*(...)*

*Uma nova circunscrição administrativa, que compreenda as férteis margens do rio São Francisco, é um centro de vida e de progresso para aquela extensa e afastada zona do território nacional, até hoje privada, em grande parte, dos influxos e vantagens da civilização.<sup>77</sup>*

---

<sup>77</sup> ACDG, Sessão Imperial do Encerramento da 1ª e da abertura da 2ª sessão da 15ª legislatura da Assembléia Geral em 03 de maio de 1873, p. 04

O projeto da criação dessa Província nunca chegou a ser votado, muito devido às constantes disputas entre as várias deputações provinciais, além de resistências locais, porém, a persistência dessas idéias na política do Segundo Reinado reforça a discussão que uma *identidade mineira* estava longe de ser matéria unânime para os contemporâneos.

Também na região denominada à época de *Sertão do Rio Doce* e que corresponde ao Leste de Minas, as múltiplas divisões ‘internas’ e a expansão do processo de colonização se faziam sentir. A criação da Companhia do Vale do Rio Mucuri de Teófilo Benedito Otoni ainda na década de 1840 havia iniciado o povoamento na região a partir da antiga região diamantífera – ao norte. Em conjunto com esta expansão, a cafeicultura a partir da Zona da Mata mineira – pelo sul – também levava a ocupação dessa região limítrofe com o Espírito Santo o que acabou por gerar conflitos e disputas. No caso aqui em questão, não era a possibilidade do desmembramento das Minas Gerais que se discutia, mas o seu contrário, que as Minas acabassem por anexar territórios do Espírito Santo.

Já vimos que entre 1853 e 1854 o então Visconde do Paraná havia proposto a criação de uma nova província nesta região, tanto que em 1860 o único deputado do Espírito Santo, Antônio Pereira Pinto apelava para a boa vontade dos demais colegas da Câmara para a ‘defesa’ dos limites provinciais, segundo ele, ameaçados pela expansão de mineiros, fluminenses e baianos por sobre o Espírito Santo. Os conflitos entre autoridades já se faziam sentir na localidade de Veados, cerca de “oito léguas” (mais ou menos 53 quilômetros) acima da Vila de Itapemirim onde “há autoridades mineiras indevidamente investidas de cargos policiais”. Embora admitisse a tarefa “civilizadora” de mineiros e fluminense “com seus capitais e suas indústrias”, não desejava “que os diretos desses imigrantes vão ao ponto de desalojar os donos da terra”.<sup>78</sup> Os interesse mineiros pelo Espírito Santo irão continuar para além deste período, tanto em busca de uma ‘saída’ para o litoral quanto pela expansão da cafeicultura que irá ocorrer a partir da Mata mineira em direção àquela região.<sup>79</sup>

A região do triângulo mineiro vai se tornar famosa pelos vários movimentos separatistas que irá apresentar modernamente no século XX.<sup>80</sup> No século XIX, no entanto,

<sup>78</sup> ACDG, sessão de 30 de junho de 1860, p. 301.

<sup>79</sup> Cf. sobre os interesses mineiros no Espírito Santo, WIRTH, op. cit. e sobre a expansão da cafeicultura ALMADA, Wilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e Transição: O Espírito Santo (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. P. 92.

<sup>80</sup> De maneira sucinta vemos que já em 1906 será criado um ‘Clube Separatista’ na cidade de Uberaba e um ‘Partido Separatista’ em Araguari, em 1934 o movimento ressurgiu liderado pelo jornalista Quintiliano Jardim e o jornal **Lavoura e Comércio**, com adesão significativa de mais de 5.000 pessoas. Vemos novos movimentos separatistas na década de 1950 e 1960, sendo que em 1967 será criada a **União para o Desenvolvimento e Emancipação do Triângulo** (UDET) com a organização de vários congressos (o 1º será em Araxá) que terá a adesão de políticos e líderes das cidades de Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patrocínio, Patos de Minas, Monte Carmelo, Uberaba e Uberlândia. Também irão apoiar o movimento instituições da sociedade civil como a

esses movimentos também ocorreram, embora com menor intensidade. As primeiras tentativas separatistas datam de 1857 quando a câmara municipal da vila do Prata solicitou o seu desligamento da província mineira e em 1875 a partir da cidade de Uberaba e do jornal fundado pouco antes por Henrique Raimundo des Genelles na mesma cidade. O historiador G. Bilharinho, um dos defensores contemporâneos deste separatismo afirmou que “*O Triângulo nunca foi somente mineiro. Nunca foi parte integrante de Minas, sua história foi feita através de São Paulo e Goiás*”.<sup>81</sup>

Sintomaticamente a Zona da Mata mineira foi uma das poucas regiões que não teve um movimento forte, ou sistemático de separatismo em relação à província. Como já assinalado por Peter Blasenhein, o máximo que a região presenciou foram algumas discussões de seus deputados na Assembléia Geral e Provincial. Referências à separação foram levantadas todas as vezes que seus interesses imediatos se apresentaram ameaçados, ou segundo o autor:

*Igualmente, os representantes da região freqüentemente aludiam à possibilidade de secessão, pela união à Província do Rio, à qual a Mata estava ligada por fatores geográficos e econômicos. Mas a ameaça secessionista que nunca era séria, constituiu um modo de obter apoio para projetos legislativos patrocinados pela Mata. As referências a essa alternativa invariavelmente eram concluídas com a declaração de que a lealdade do povo pela Mata aos interesses da região somente era ultrapassada pela sua lealdade à Pátria mineira.*<sup>82</sup>

Conforme discutiremos à frente, também na Câmara Municipal de Juiz de Fora e no jornal local “*O Pharol*” encontramos severas críticas ao governo da província em Ouro Preto, sendo que nas duas ‘instituições’ encontravam-se os principais defensores da transferência da capital mineira entre 1891 e 1893, mas não de um movimento coerente de criação de uma nova Província ou o Estado. O fato é que durante todo o Segundo Reinado não encontramos

---

**Associação Comercial e Industrial de Uberaba (ACIU), a União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia (UESU) e a União Triangulina dos Estudantes Secundaristas (UTES), dentre outras. O movimento irá continuar nas décadas de 1970 e 1980 quando voltou à baila na Assembléia Nacional Constituinte, cf. SILVA, Alex Marciel da (*et alli*). O Processo de Regionalização e Reorganização Territorial do Triângulo Mineiro: As Origens e Causas do Movimento Emancipacionista. In: **II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas para o Cerrado no Século XX”** Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia, 2003 (ANAIS).**

<sup>81</sup> BILHARINHO, G. Os Emancipacionistas do Triângulo perfeito. In: **Brasil Triângulo**. Uberaba: s. ed., p. 07.

<sup>82</sup> BLASENHEIN, Peter Lois, Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira - 1870 / 1906. In: **V Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte, UFMG/PROEP, 1982.

propostas dos políticos da Mata mineira no sentido de se criar uma nova província a partir da região. Diferentemente das demais regiões estudadas, não partiu da Mata nenhuma proposta de separatismo das Minas tanto na análise das Atas da Câmara dos Deputados do Império quanto das Atas da Assembléia da Província e mesmo da Câmara Municipal da vila do Juiz de Fora que estudamos.

O fracasso de todas essas tentativas não importa dizer que não foram significativas ou que não tiveram ressonância política, ao contrário, mostram como a construção das Minas Gerais estava longe de ser um consenso entre os grupos políticos que a compunham. É importante destacar que a maioria das províncias do Império Brasileiro não assistiu a movimentos similares aos que ocorreram nas Minas Gerais. Em São Paulo, por ocasião da Revolução de 1842 algumas vilas foram provisoriamente anexadas ao Rio de Janeiro, quando do fim do movimento algumas dessas Câmaras Municipais pediram para continuarem ligadas à Corte e mesmo depois do fim dos conflitos, como a vila de Bananal.<sup>83</sup> Da mesma forma a criação da província do Paraná em 29 de agosto de 1853 levou algumas regiões da nova província a se manifestarem no sentido de permanecerem ligadas à São Paulo. No limite da documentação pesquisada podemos dizer que o ‘separatismo’ foi uma especificidade da política mineira no século XIX.

Em conjunto com os movimentos ‘separatistas’ que ocorreram em todo o período, assistimos ainda uma série de movimentos que estamos definindo aqui como ‘mudancionistas’. Tratou-se na verdade de uma série de projetos surgidos à partir de políticos de diferentes regiões que foram discutidos na Assembléia Legislativa da Província e também pelos presidentes da província e na imprensa sobre a transferência da capital das Minas da ‘decadente’ vila de Ouro Preto para algum outro ponto da província

Segundo Joaquim Nabuco Linhares em 1833 foi cogitado a 1ª hipótese da mudança da capital.<sup>84</sup> Entre 1843 e 1844 segundo o mesmo autor o presidente da província Francisco José de Souza Soares de Andréa teria cogitado também esta possibilidade. Apesar de criticar bastante “*esta capital pela sua péssima localização*”,<sup>85</sup> não encontramos no Relatório

---

<sup>83</sup> ACGD, sessão de 18 de maio de 1853, p. 229

<sup>84</sup> LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da Capital (apontamentos históricos). In: **RAPM**. Volume 10, fascículo 1 e 2, janeiro / junho, Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte, 1905, p. 344. O autor não afirma, porém podemos lançar a hipótese de que tal movimento tentasse transferir a capital para a vila de São João Del Rei e que tenha sido um reflexo da “sedição de 1833”. Cf. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, op. cit.

<sup>85</sup> Relatório de Presidente de Província, 1844, p. 35. Francisco José de Souza Soares de Andréa, 1º Barão de Caçapava, era natural de Lisboa. Militar e engenheiro, veio para o Brasil com a Corte, e participou da Guerra da Cisplatina. Foi presidente das províncias do Pará, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul (duas vezes). Cf. BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. VI Volumes. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

apresentado no ano de 1844 quaisquer menção à mudança da capital, da mesma forma, nos atos legislativos dos anos de 1843 e 1844 também não foram encontradas referências à essa possível mudança. Entretanto, no discurso do novo Presidente em 1851, o senhor José Ricardo de Sá Rego afirmou que, de fato, em 1843 Francisco José de Souza Soares de Andréa havia dito que Ouro Preto “*estava longe de satisfazer a todas essas exigências e mal poderia em qualquer tempo desenvolver-se com o esplendor e acúmulo de interesses que tocam à capital de uma província tão importante*”.<sup>86</sup>

De qualquer maneira o discurso ‘mudancionista’ voltou à baila em 1851 quando o presidente da província José Ricardo de Sá Rego propôs a mudança da capital e indicou como possibilidades Mariana e São João Del Rei, sendo que essa última:

(...) ainda mais, porque sua feliz situação, a amenidade de seu clima, a fertilidade de seu solo, e a disposição para facilitar os transportes em toda a circunvizinhança da cidade e sua maior proximidade da ação do governo geral, são outros tantos motivos para torná-la em pouco tempo uma capital que não só corresponda à importância da Província, mas até venha a ser a primeira cidade central do Império.<sup>87</sup>

Projeto semelhante e o mais importante de todos segundo Joaquim Nabuco Linhares foi apresentado na Assembléia Legislativa Provincial pelo Padre Agostinho Francisco Paraíso, originário da região Norte da comarca do Serro. Em 06 de novembro 1867 o padre Agostinho leu na Assembléia o projeto que dizia: “Art. 1º - A capital da província de Minas Gerais fica transferida para a povoação do Jequitibá, margem do Rio das Velhas, e termo do Curvelo”.<sup>88</sup> Segundo Joaquim Nabuco Linhares diversas sessões naquele ano foram dominadas por esse debate e, o projeto proposto pelo Padre Paraíso (como era chamado) foi aprovado, sendo vetado posteriormente pelo presidente de Província à época.<sup>89</sup>

Esses movimentos ‘mudancionistas’ atingiram seu auge no momento da proclamação da República entre 1889 e 1893 quando no país, mas particularmente em Minas Gerais, surgiram vários movimentos propondo a criação de novos ‘estados’ ou a transferência de antigas capitais. Houve propostas ‘mudancionistas’ da própria capital do país, refletida na

<sup>86</sup> Relatório do Presidente de Província 1851.

<sup>87</sup> Idem, ibidem

<sup>88</sup> Apud LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da Capital (...) op. cit. p. 349.

<sup>89</sup> Idem, p. 352 e Relatório do Presidente de província 1867.



“*Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*” que propugnava a criação de uma capital no centro do país como se vê logo nos suas “*Disposições Preliminares*”:

*Art 2º - Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.*

*Art 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal.*

*Parágrafo único - Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.*

(...)

*Art 34 - Compete privativamente ao Congresso Nacional:*

(...)

*13º) mudar a capital da União;* <sup>90</sup>

A nova constituição também abriu espaço no artigo 4º para que os Estados se desmembrassem ou se subdividissem. Nesse contexto surgiram em diversos estados do país, como no Rio de Janeiro e na Bahia, propostas de mudança das capitais. Vemos por exemplo Machado de Assis em uma crônica no dia 28 de Janeiro de 1894 comentar que “*dizem esta semana que será sancionada a lei que transfere provisoriamente para Petrópolis a capital do Rio de Janeiro (...) Campos queria eleição, Vassouras e Nova Friburgo apresentaram-se igualmente*”.<sup>91</sup> Mais à frente o escritor completa “*De resto estamos assistindo a uma florescência de capitais novas. A Bahia trata da sua; turmas de engenheiros andam pelo interior cuidando da zona em que deve ser estabelecida a futura cidade*”.<sup>92</sup>

Dessa forma a criação de Belo Horizonte se inseriu dentro de um quadro mais amplo dentro do cenário nacional, mas também dentro de um quadro específico das distintas identidades mineiras. Entre 1890 e 1893 grandes debates ocorreram na “*Assembléia Constituinte do Estado de Minas Gerais*” e depois na Assembléia Estadual e em praticamente todos os jornais mineiros sobre a transferência da capital da “*decadente*” Ouro Preto. A bancada dos deputados de Minas Gerais se dividiu em vários grupos, inclusive àqueles representantes de Ouro Preto que se colocaram contra a mudança da capital. Apesar dessa

<sup>90</sup> Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

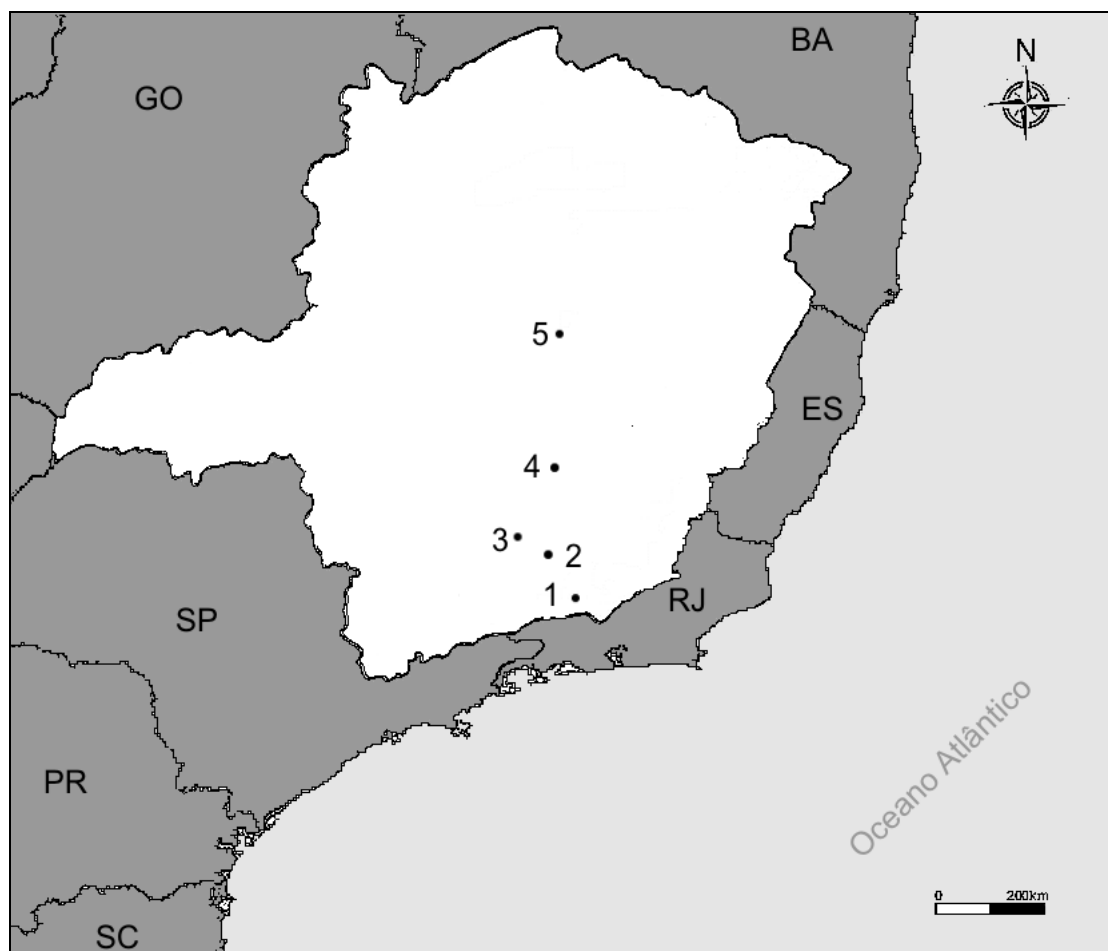
<sup>91</sup> ASSIS, Machado de. *A Semana (1892 – 1897)*. In: **Obras Completas de Machado de Assis**. São Paulo: Editora Mérito S.A., vol. 27, 1961, p. 23.

<sup>92</sup> Idem, p. 24

oposição surgiram várias propostas para a localização da nova capital e, pela “*Lei n.º 1 de 28 de outubro de 1891*”, apareceram como locais possíveis para “*Cidade das Minas Gerais*”, as seguintes cidades: Belo Horizonte (distrito de Sabará); Várzea do Marçal (distrito de São João Del Rei); Paraúna (Distrito de Diamantina) e as cidades de Barbacena e Juiz de Fora.<sup>93</sup>

A localização dos cinco possíveis locais mostrava bem o eixo norte-sul onde o desenvolvimento da província tinha ocorrido de forma mais intensa desde o século XVIII (São João Del Rei e Sabará), mas também e principalmente ao longo do XIX (Diamantina, Barbacena e Juiz de Fora). Os critérios adotados para a escolha dessas cinco localidades, bem como as discussões técnicas e políticas que acabaram fazendo a escolha recair sobre Belo Horizonte serão alvo da parte final deste trabalho.

### Mapa II: 5 localidades escolhidas para serem a nova capital das Minas Gerais 1891



Fonte: (elaboração própria a partir de) WIRTH, John D. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889 – 1937**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias – Rio de Janeiro: Paz e

<sup>93</sup> APM Seção Obras Raras – 0067 século XIX **Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital** e também o **Relatório da Comissão de Estudos da Nova Capital** (Versão resumida que foi impressa em 1902 somente com o Relatório do Daniel Aarão Reis)

Terra, 1982, p. 42, Localidades: 1 Juiz de Fora; 2 Barbacena; 3 Várzea do Marçal (São João Del Rei); 4 Belo Horizonte (Sabará) e 5 Paraúna (Diamantina).

Por tudo que foi trabalhado até aqui dentro desse quadro de divisões e re-divisões e discussão sobre a capital de Minas Gerais na segunda metade do XIX, fica a impressão de que somente a região compreendida por Ouro Preto, Mariana, Queluz, Sabará e algumas outras vilas do núcleo minerador inicial pertenceria a uma assim chamada *mineridade* conforme destacado por Antônio Cândido. Por isso mesmo causa espanto ao vermos em 12 de maio de 1854 o requerimento “*da câmara municipal da vila do Ouro Preto, comarca do Paraibuna, pedindo ser desanexada da província de Minas Gerais e reunida à do Rio de Janeiro*”.<sup>94</sup> Isto significa dizer que mesmo *dentro* da região central havia divisões e disputas que colocaram questões ‘separatistas’ e ‘mudancionistas’ e, expressavam conflitos na formação de uma identidade em comum.

## 1.2 As origens dos conflitos: os jogos de interesses em Minas Gerais

Analisando os conflitos nas Minas Gerais oitocentista, esses tiveram suas origens ainda na independência, do comportamento distinto adotado pelas câmaras municipais de Vila Rica, e os demais municípios mineiros, especificamente quanto a adesão à figura do Príncipe Regente, depois imperador D. Pedro I. Enquanto Vila Rica assumiu uma postura por maior autonomia política frente à corte representada pelo Rio de Janeiro e ao Imperador, a vila de São João Del Rei, Barbacena, Baependi e outras aderiram ao monarca como forma de tentar aumentar sua influência junto ao mesmo e por terem também ‘interesses mercantis’ junto ao Rio.<sup>95</sup>

Estes conflitos ficam mais nítidos quando, em 07 de março de 1821, D. João VI ainda no Brasil deu “*Instruções para as eleições dos deputados das Cortes, segundo o método estabelecido na Constituição Espanhola, e adotado para o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve*”.<sup>96</sup> Essas eleições somente foram realizadas em setembro e na análise dos fatos que se seguiram fica patente as dissensões que estariam ocorrendo na província de Minas Gerais em relação às decisões tomadas pelas Cortes em Lisboa (visto que nenhum dos representantes

<sup>94</sup> ACGD, sessão de 12 de Maio de 1854, p. 27.

<sup>95</sup> SILVA, Wlamir. *Autonomismo, contratualismo e Projeto Pedrino: Minas Gerais na Independência*. In: *Revista de História Regional*. 10 (1): p. 60, Verão, 2005. Sobre o abastecimento e comércio da região do Sul de MG com o RJ cf. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808 – 1842)*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1979

<sup>96</sup> Decreto Imperial de 07 de março de 1821.

eleitos por Minas Gerais chegou a ir para Portugal)<sup>97</sup>, mas também das dissensões que estariam ocorrendo na própria província e também na adesão ao poder que estava sendo ‘constituído’ no Rio de Janeiro. Isto porque parte significativa dos políticos estabelecidos em Vila Rica, liderados pelo sargento-mor José Maria Pinto Peixoto e pelo intendente do ouro José Teixeira da Fonseca e Vasconcellos,<sup>98</sup> se aproveitaram da presença dos “*eleitores de comarca*” e demais autoridades em Vila Rica para forçar via adesão do “*povo e da tropa*” a eleição da 1ª junta provisória da província.

A eleição para os representantes das cortes ocorreu em Vila Rica nos dias 17, 18 e 19 de setembro de 1821. Na madrugada de 19 para 20 de Setembro de 1821 o Sargento-mor José Maria Pinto Peixoto e José Teixeira da Fonseca e Vasconcelos ‘retiraram’ os soldados e oficiais dos quartéis e conclamaram aos eleitores de província e demais autoridades a realizarem as eleições da referida junta. Prevista pela circular expedida pelo Príncipe Regente em 14 de agosto de 1821, a eleição dessas juntas provisórias da forma como foi ‘convocada’, ou seja, com intensa pressão e participação popular, demonstram uma leitura própria e particular de autonomia por parte de um grupo de políticos mineiros. Essa eleição revela ainda que a província estava dividida em grupos e facções de várias tendências e que parte destas divisões possuía caráter regional.<sup>99</sup>

Aparentemente a população mais pobre de Vila Rica teria aderido ao movimento na esperança de mudanças sociais. Sendo que existem poucas menções a tais atos por parte dos contemporâneos e da própria historiografia.<sup>100</sup> Tal fato teria assustado parte significativa dos

---

<sup>97</sup> A despeito do governo provisório ter enviado recursos para o pagamento do deslocamento e estadia dos deputados, conforme se verifica no ofício de 09 de fevereiro de 1822, os representantes eleitos pela província assinaram um manifesto em 25 de fevereiro de 1822 no qual afirmam ser intenção das Cortes voltar ao “(...) *vergonhoso estado de Colônia, que se tenta novamente reduzir-nos; aterrados com a perspectiva da inevitável ruína da nossa pátria e obedientes ao imperioso dever que nos impõe a suprema lei da salvação do povo, tomamos a resolução de suspender a nossa viagem enquanto a revogação dos tais decretos de 29 de setembro de 1821 não afiançar no soberano Congresso as devidas considerações acerca deste Reino e do seu decoro*” VEIGA, op. cit. p. 254 –255.

<sup>98</sup> Bacharel em Direito por Coimbra, Deputado Constituinte, Presidente de Província de MG e Senador, José Teixeira da Fonseca e Vasconcellos recebeu o título de Visconde de Caeté. Cf. Cf. [www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores\\_biografia.asp?](http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?)

<sup>99</sup> Cf VEIGA, op. cit p. e também SILVA, Wlamir, op cit.

<sup>100</sup> A participação popular no momento da independência é ainda assunto de grandes controvérsias entre os historiadores. Segundo Jurandir Malerba os estudos passaram de uma ausência sintomática do povo à época da independência, passando por uma visão onde essas ‘massas’ teriam sido manobradas por interesses dos vários grupos em disputas, até uma visão recente onde diversos autores tentam devolver a historicidade destes setores compostos por homens livres pobres, negros, mestiços, brancos ‘nacionais’, portugueses e ‘europeus’ e os escravos nesses movimentos. Autores como João José Reis tentam entender como foi a adesão dos escravos nas lutas pela independência da Bahia, enquanto Glayds Ribeiro Sabina estudou os vários grupos que compunham os “populares” na cidade do Rio de Janeiro, marcados por distinções étnicas. Por fim Iara Cortes Liz tem demonstrado como o medo de revoltas populares é uma presença quase unânime nas documentações exaradas das diversas províncias para o poder ‘central’ consubstanciado no Rio de Janeiro. Cf. sobre essa discussão MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre independência do Brasil (desde c.1980).

principais membros das classes dominantes da província e levado a uma composição entre os “liberais” e os políticos mais ‘tradicionais’. Tanto que foi eleito o governador da Província Manuel de Portugal e Castro para chefe da junta provisória, como vice-governador José Teixeira da Fonseca e Vasconcellos e como chefe militar José Maria Pinto Peixoto, bem como a maioria dos ‘deputados’ da junta (10 no total) de tendência mais autonomista em uma clara composição das várias ‘forças’ envolvidas.

Entre setembro de 1821 e março de 1822 a junta tomou uma série de decisões contrárias às determinações dadas pelo Rio de Janeiro como a retenção das rendas do quinto real, a nomeação e destituição de autoridades administrativas, militares e judiciais entre outras. Em suma, a posição desse grupo e em relação ao regente seria “(...) *que as ordens e avisos do príncipe se executassem somente quando entendesse que eram a bem da província; senão, não*”.<sup>101</sup>

Segundo Wlamir Silva a junta provisória começou a se afastar cada vez mais também das outras vilas mineiras que por diversas vezes se dirigiram ao Príncipe Regente no sentido de realizar novas eleições na província e de se criar um novo governo provisório. O clima de confronto que se estabeleceu entre a Junta Provisória e o Príncipe Regente, bem como aos políticos mineiros ligados ao imperador no Rio e de várias vilas como Barbacena, São João Del Rei e outras, foi um dos principais fatores que levou D. Pedro a partir para Minas Gerais na famosa viagem iniciada em 25 de março de 1822 pela província.

A adesão dos vereadores, autoridades e moradores das vilas de Barbacena, São João Del Rei, e com o abandono da Junta por parte do governador e vice-governador, o Príncipe Regente conseguiu apoio político para em 13 de abril determinar a destituição da junta “*afim de se proceder à eleição dos 7 membros de que se há de compor a junta provisória do governo desta província; removendo o mesmo governo, logo*”.<sup>102</sup> A ‘pressa’ do príncipe era tão grande que no mesmo documento exigiu-se que a eleição fosse realizada até o dia 20 do mês seguinte e que se dispensasse uma nova seleção de eleitores. Pacificada a província e, em uma atitude conciliatória, o já imperador D. Pedro I, em 1823, viajou para Vila Rica recebendo o título de “*Imperial Cidade de Ouro Preto*”.

Segundo ainda Wlamir Silva, a divisão política nesse episódio demonstrava que havia em Minas Gerais no momento da independência quatro grupos distintos, a saber: “o

---

University Of Oxford: **Centre For Brazilian Studies, Working Paper** Number CBS-45-03, 2003 e LIZ, Iara .. op. cit.

<sup>101</sup> VEIGA, op; cit. p. 830.

<sup>102</sup> 13 de abril de 1822 “*Aviso mandando proceder à eleição da nova Junta do Governo Provisório de Minas Gerais*”, VEIGA, op. cit. p. 379

*constitucionalismo radical, o constitucionalismo moderado, o absolutismo e, talvez, o republicanismo*".<sup>103</sup> Os "*constitucionalistas moderados*" relacionavam a autonomia e governo à presença e obediência do Príncipe Regente no Rio de Janeiro. Havia também os "*constitucionalistas radicais*" que assumiram o poder nesse momento e que defendiam uma maior autonomia da província, somente devendo obediência às Cortes (que ainda não haviam revelado sua face recolonizadora). O governador da capitania à época Manuel de Portugal e Castro e o bispo Santíssima Trindade representavam a face de um terceiro grupo, os "*Absolutistas*" que aderiram ao Príncipe Regente ligados ao princípio de autoridade e soberania do mesmo. O governador da capitania já havia inclusive se recusado a convocar uma eleição para a junta do governo provisório ocorrida no dia 16 de julho do mesmo ano quando de um levante de populares com apoio de alguns oficiais da tropa. Por último, haveria ainda juntamente com os populares, principalmente negros e a gentalha que participaram entusiasticamente desses movimentos autonomistas os perigosos "*anarquistas*" segundo a expressão de época.<sup>104</sup>

A complexa negociação entre os políticos mineiros colocou em oposição grupos políticos distintos e, de acordo com o autor, "*não se trata aqui de opor estas vilas como pólos ou mesmo estereótipos microrregionais. De fato, estas foram manifestações circunstanciais, frutos de conjunturas locais que poderiam ser passageiras*".<sup>105</sup> Acreditamos, entretanto que o maior isolamento da região mineradora representada por Ouro Preto, associada aos grandes interesses comerciais de vilas como Barbacena, Campanha da Princesa, São João Del Rei, entre outras com o comércio de alimentos, fumo e gado com o Rio de Janeiro conforme assinalado por Alcir Lenharo e diversos outros autores, possa ser um importante motivo explicativo destas dissensões entre as várias regiões de Minas.<sup>106</sup>

O fato é que a pesquisa empreendida por Lenharo demonstrou que a expansão de uma produção voltada para o mercado interno que, partindo de regiões de Minas Gerais, principalmente o Sul de Minas, passou a abastecer à corte no Rio de Janeiro, teve como consequência a formação de interesses políticos e econômicos distintos. Criando grupos de pressão política que foram fundamentais para a construção do próprio Estado brasileiro. O que defendemos aqui é que esta expansão levou a **divisões internas** dentro dos interesses dos vários grupos mineiros.

---

<sup>103</sup> SILVA, Wlamir, op. cit., p. 80.

<sup>104</sup> Idem, p. 86

<sup>105</sup> Idem, ibidem

<sup>106</sup> Sobre a ligação mercantil entre Minas e as Cortes e as consequências políticas desse movimento cf. LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808 – 1842)**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1979.

Podemos perceber esses interesses quando analisamos as correspondências trocadas por várias vilas da província com o Príncipe Regente, mostrando motivações e estratégias distintas. Entendemos que, nesse momento da história das Minas foi a partir das câmaras municipais que os grupos políticos demonstraram esses interesses ligados a sua maior ou menor relação com as trocas econômicas e políticas na Corte.<sup>107</sup>

Assim, no contexto da crise levantada pela eleição da 1ª junta provisória, os moradores da vila de Barbacena, que ficava as margens do Caminho Novo e possuíam forte ligação com o Rio de Janeiro, se colocaram à favor do príncipe e contrários a várias câmaras mineiras. Em 11 de fevereiro de 1822 enviaram uma mensagem de apoio ao Príncipe Regente e em oposição “*daquele governo*” (da junta) e “*dos demais termos desta província*”, oferecendo a própria Vila de Barbacena como possível sede do Governo, ou em uma citação mais longa:

*Seria para nós uma glória, um prazer incomparável, quando Vossa Alteza Real; acreditando a sinceridade de nossas protestações, viesse estabelecer entre nós a Sua residência, e confiasse à nossa vigilância, e ao nosso cuidado a guarda de Sua Real Pessoa e de toda a Sua Augusta Família.*

*Este estabelecimento além de nos oferecer um meio de testemunhar a nossa fidelidade, seria vantajoso aos cômodos de uma Corte por concorrerem nesta pequena ‘Vila de Barbacena’ todas as circunstâncias, que devem acompanhar a Fundação de uma Corte da Capital de um grande Império.*

*Bem que ela não seja situada no centro do Brasil, goza de circunstâncias, que fazem esquecer aquela vantagem: um ar são, fresco: um país abundante de águas, as mais puras, abundante dos gêneros preciosos, onde apesar do desprezo da Agricultura, nunca se conheceu fome: um país que pela sua configuração, bem que situado na Zona quente, goza dos bens de ambas as Zonas, da quente e da temperada: uma Povoação a mais vizinha aos portos do mar, que oferece fácil comunicação com as Povoações marítimas, com a dependência unicamente de útil, e preciso trabalho de formar, uma estrada, tão necessária e que sua falta faz nossa vergonha, e que indispensavelmente se deve empreender: um país que goza de todas estas vantagens, parece que nada lhe falta pra ser a Capital do Reino do Brasil, e de toda a Monarquia: nós dizemos, que de toda a Monarquia, pois que bem provado está, que é no Brasil, que se deve estabelecer a Sua Sede: quando não favorecessem a este sentimento todas as razões que citam os Publicistas, bastaria esta única – que estabelecida a Corte no Brasil, será um impossível, que a Nação não conserve a sua integridade. Enfim, Senhor, nós quiséramos, que*

---

<sup>107</sup> A manutenção do poder das câmaras e um novo contrato celebrado entre elas e o Imperador foi ressaltada por LIZ, op. cit.

*Vossa Alteza Real para segurar a Sua decisão a este respeito examinasse ocularmente o terreno, com todas as suas circunstâncias: isto além de ser para nós de um grande prazer, firmaria talvez a resolução de um negócio de tanta ponderação, e de que depende em parte a prosperidade da Monarquia.*<sup>108</sup>

Cerca de 51 moradores entre vereadores, juizes, ordenanças e outros assinaram esse documento onde se desprende, para além do desejo da Vila se tornar capital do Império a ausência de uma identidade mineira. A **identificação** da região como um país, também demonstra como os conceitos de *pátria, nação, país* e *território* estavam longe de terem o sentido que possuem hoje. A necessidade de “*uma estrada tão necessária*” era uma das maiores demandas para uma região marcada por uma economia mercantil de abastecimento e de intenso tráfico de escravos que se esforçava por estreitar os laços com o ‘litoral’, e não com o ‘coração das minas’ como também se pode perceber na leitura do trecho acima.<sup>109</sup>

Nas correspondências de outras vilas, demandas regionais similares surgem como São João Del Rei e Campanha. A primeira pede graças iguais as que Vila Rica teria recebido, sugerindo que havia se ‘comportado melhor’ que outras e que era maior “*cumpridora da ordem*”. A vila de Campanha, por sua vez, ofereceu várias doações em dinheiro e gêneros dos moradores locais para o Príncipe Regente e dizendo ser somente de seu desejo estreitar os laços com a corte.<sup>110</sup>

Reflexos também foram os movimentos rebeldes que ocorreram em 1833 e 1842, onde, além das disputas políticas entre grupos provinciais e o governo central, ficou clara a **cisão** entre os próprios mineiros e as várias regiões que a compunham. Tal se deu em 1833 com a “*Sedição de Ouro Preto*” quando a câmara municipal desta cidade bem como a maioria de seus habitantes se rebelou contra o Presidente da Província Manoel Inácio de Melo e Souza (1º barão de Pontal)<sup>111</sup> e também o deputado e conselheiro do governo mineiro à época Bernardo Pereira de Vasconcelos.<sup>112</sup> O movimento foi classificado como *restaurador*

<sup>108</sup> **As Câmaras Municipais e a Independência.** Rio de Janeiro, Arquivo Nacional / Conselho Federal de Cultura, 1973, vol. 2, p. 28 e 29.

<sup>109</sup> Sobre o tráfico de Escravos para as Minas Gerais a partir da atuação dos grupos dominantes da Vila de Barbacena para o período cf. PINHEIRO, Fábio Wilson Amaral. **O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c.1809- c.1830.** Dissertação de Mestrado, PPGHS / IFCS UFRJ, 2007.

<sup>110</sup> Idem, pp. 29 / 52

<sup>111</sup> Bacharel em Direito por Coimbra, foi juiz de fora m Goiás Velho, Ouvidor da Comarca de São João Del Rei, Desembargador da Casa da Suplicação (Corte/RJ), deputado provincial e geral, Membro da Primeira Junta Governativa Provisória 1821, Membro do Conselho do Governo de Minas Gerais 1823, senador e presidente de província. Cf. [www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores\\_biografia.asp](http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp)? Cf. ainda Capítulo IV e Anexo I

<sup>112</sup> Cf. A respeito do movimento LISLY, Andréia Gonçalves. A “Oligarquia Tenebrosa”: Um perfil sócio-econômico dos Caramurus Mineiros (1831-1838). In: **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira,**



ou *caramuru* por pretender, desta vez, a volta de D. Pedro I ao poder, na prática, percebe-se que as principais motivações eram as divisões políticas na província e a disputa por cargos e maior influência eleitoral.<sup>113</sup>

Andréa Lisly mostra que além das principais famílias da cidade “*o movimento envolveu tropas de linha, proprietários de terras e escravos, comerciantes, guardas nacionais, ouvidores, o Juiz de fora de Ouro Preto e juizes de paz, um amplo leque de apoios sociais*”.<sup>114</sup> Apesar de o movimento ter simpatizantes em vilas, freguesias e distritos próximos como Caeté, Sabará, Pitangui, Baependi, Rio Pomba e Ponte Nova, os conflitos que duraram cerca de dois meses, ficaram restritos a Ouro Preto e a ‘vitória’ do governo imperial significou o enfraquecimento da câmara municipal da cidade. Várias Câmaras Municipais se colocaram abertamente contra o movimento, principalmente as de São João Del Rei e Mariana o que indicou também a continuidade das diferenças políticas entre os vários grupos políticos mineiros.<sup>115</sup>

A denominada “*Revolução de 1842*” expressou muito desses conflitos locais e a ‘disputa’ entre grupos políticos distintos. Além do seu conteúdo liberal, contrário ao gabinete conservador estabelecido por D. Pedro II e da articulação política com as províncias de São Paulo e partes do Rio de Janeiro, o movimento se colocava expressamente contra os desmandos do novo governo provincial e a atuação do Presidente da Província, Bernardo Jacinto da Veiga. As perseguições políticas aos funcionários e representantes liberais e algumas das principais famílias mineiras foram os principais fatores que, na justificativa dos participantes, deflagrou o movimento.<sup>116</sup>

A historiografia já tratou exaustivamente desse movimento e, o que se desprende destas análises e, do próprio depoimento dos políticos envolvidos nesse processo é que a ‘derrota’ dos liberais de fato dificultou a ascensão dos mesmos e dos movimentos ‘centrífgos’ nas Minas Gerais. Entretanto, a ‘reconciliação’ do Império com esses mesmos políticos a partir de meados da década de 1840 fez com que novamente os vários movimentos e também estas ‘pulsões’ por maior autonomia e disputas entre cidades voltassem à tona, como se viu no ‘renascimento’ dos movimentos separatistas da década de 1850.<sup>117</sup>

---

Diamantina: CEDPLAR/UFMG, 2006 e SILVA, Wlamir. *Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas*. In: **LOCUS: revista de história**. Juiz de Fora, vol. 4 no 1, 1998

<sup>113</sup> SILVA, Wlamir. *Usos da Fumaça* (...) op. cit.

<sup>114</sup> Idem, p. 111

<sup>115</sup> Idem, p. 109, 110.

<sup>116</sup> Entre os vários autores liberais que irão escrever sobre o movimento convém cf a visão de REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas Recordações**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

<sup>117</sup> Discordamos, portanto, de uma análise como vista em vários autores que determinam para as Minas Gerais da segunda metade do século XIX uma predominância dos conservadores tendo como inflexão a derrota dos liberais

Ainda nos anos de 1869 e 1870 podemos perceber novamente alguns conflitos internos nas Minas Gerais e que poderiam ter acabado em conflitos similares aos de 1822, 1833 e 1842. O conflito se deu a partir da administração do presidente de província o político conservador José Maria Correia de Sá e Benevides que governou as Minas Gerais de maio de 1869 a maio de 1870. Em 27 de julho de 1870 alguns deputados gerais eleitos pela província reclamaram da atuação do referido presidente, apesar desses deputados pertencerem ao mesmo partido. Na longa acusação empreendida pelo deputado Benjamin Rodrigues Pereira com apoio dos também deputados Camilo da Cunha Figueiredo e Antônio Cândido da Cruz Machado reclamavam que a atuação do referido presidente tomou “*medidas extremas e fatais ao partido conservador*”. Segundo Benjamin Rodrigues Pereira além das perseguições políticas aos funcionários e líderes políticos liberais e mesmo conservadores, ocorreu manipulação dos recrutamentos com objetivo de intervir na eleição de fevereiro de 1870, perseguições à câmara da cidade do Turvo, proteção a um oficial de péssima conduta, demissões de delegados e oficiais da polícia da província, incompetência e parcialidade na execução das leis, etc.<sup>118</sup>

Na defesa empreendida dias depois o deputado Evaristo Ferreira da Veiga procurou desqualificar as acusações dizendo tratar-se de disputas políticas locais, e teve apoio de vários deputados como o representante mineiro Antônio Augusto da Silva Canedo e o deputado por São Paulo Manuel Antônio Duarte de Azevedo. Sem responder a maioria das acusações, minimizou as denúncias ao companheiro de partido insistindo na manutenção da hierarquia do gabinete e a insatisfação de grupos locais, prejudicados pela administração do presidente.<sup>119</sup>

Tratava-se na verdade de um momento delicado para a província conforme se verá mais à frente. Podemos apontar de forma resumida que o final da década de 1860 foi marcado por algumas questões importantes, como a queda do gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos que foi substituído em 1868 pelo conservador Joaquim José Rodrigues Torres (o visconde de Itaboraí), pondo fim a um período de seis anos de governo progressista liberal.<sup>120</sup> Em Minas Gerais, a queda do gabinete provocou uma ‘enxurrada’ de mais de 60 leis modificando circunscrições e limites administrativos de difícil aplicação.<sup>121</sup> A morte do Senador Benedito Teófilo Otoni deflagrou uma disputa eleitoral bem intensa por sua vaga em

---

em 1842. Conforme ficará mais claro em nossas análises no capítulo IV cremos que a presença dos liberais nos mais importantes ‘postos’ políticos do segundo reinado será uma mostra do quão mais complexa era a política mineira no período.

<sup>118</sup> ACGD, 27 de Julho de 1870.

<sup>119</sup> ACGD, 30 de julho de 1870.

<sup>120</sup> Sobre o partido progressista cf. CARVALHO, op. cit, pp. 181-208.

<sup>121</sup> Relatório de Presidente de Província, 1868.

1870, ao mesmo tempo, as crises das companhias do Mucuri e da União & Indústria haviam gerado pesados investimentos por parte do governo imperial o que havia despertado severas críticas de deputados de diversas províncias, incluindo aí setores da bancada mineira que não se sentiam contemplados pelas ‘ajuda’ imperial.

No ano de 1870 a discussão sobre o prolongamento da ferrovia D. Pedro II cindiu ainda mais a bancada de Minas Gerais. O que a gestão de Benevides revela foi que a questão das divisões partidárias nem sempre foram suficiente para expressarem as divisões existentes nas Minas Gerais – como já abundantemente apontado pela historiografia pertinente sempre em relação às ‘estratégias’ e divisões familiares – no caso, havia também divisões dos interesses de varias regiões de Minas Gerais. O presidente da província perseguiu algumas vilas, funcionários e políticos ligados a algumas regiões como o Norte da Província (especificamente a vila de Rio Pardo e ao seu juiz) e também a região da Mata mineira (em relação à vila de Ubá, o seu delegado de polícia e a oposição à eleição para o senado de Mariano Procópio Ferreira Lage).

Também as demais eleições nesse período foram marcadas por diversas fraudes e embates entre os vários grupos políticos, sendo que somente no ano de 1870 foram anuladas eleições em 27 distritos.<sup>122</sup> A insatisfação contra o presidente da província e os graves conflitos internos não irão se traduzir em uma revolta armada, porém os discursos separatistas ou por maior autonomia irão aumentar conforme visto anteriormente.

Estas revoltas e crises, além de trazerem ‘pulsões’ separatistas como visto, abriram novas frentes dentro das disputas regionais mineiras, no caso os movimentos ‘mudancionistas’ ou que propunham o câmbio da sede do governo da vila de Ouro Preto. É revelador que os primeiros movimentos pela transferência da capital de Minas Gerais no século XIX tenham ocorrido justamente à época dos episódios de 1833, 1842 e do final da década de 1860. Dito de uma outra forma, existiu uma forte correlação entre os conflitos regionais nas Minas Gerais com as propostas ‘separatistas’ e ‘mudancionistas’ que eram discutidas em vários âmbitos como na província e mesmo na capital do Império pelos deputados e senadores mineiros.

### **1.3 Duas questões para se discutir as Minas Gerais no século XIX**

Por tudo que viemos levantando até o presente momento, entendemos que qualquer historiador que queira caracterizar as Minas Gerais no século XIX tem pela frente a árdua

---

<sup>122</sup> Relatório de Presidente de Província, 1870.

tarefa de equacionar a questão das ‘identidades’ e outras questões que se levantam a partir desta rápida visão sobre o tema. A primeira constatação a ser aceita e que tentamos entender ao longo deste trabalho é que a ‘pretensa’ unidade de Minas Gerais foi um mito no Oitocentos e uma conquista do final deste século e início do XX. Em grande medida, Belo Horizonte, a capital criada em 1893 foi a ‘solução’ encontrada pelas várias regiões e grupos em disputa que irá colocar um fim nesses movimentos, ou ao menos diminuir as intensidades das ‘pulsões’ separatistas ao longo do século XX.

Se a historiografia brasileira tem cada vez mais questionado uma idéia de identidade nacional antes do processo de independência fica claro que tampouco existia uma identidade mineira nesse momento. A analogia com o processo de construção do Estado Brasileiro fica mais clara no estudo de Jurandir Malerba quando este diz:

*(...) que a construção da nação é processo que se arrasta, pelo menos, até praticamente a segunda metade do século XIX. Mas este não pode confundir-se com a formação do Estado e, menos ainda, com a Independência do Brasil de Portugal, o processo da emancipação política brasileira.*<sup>123</sup>

Em suma, os avanços no debate historiográfico sobre Independência, Estado e Nação levam à conclusão de que uma precisa distinção conceitual entre o “*processo de Independência*”, a “*construção do Estado*” e “*formação da nação*” é um imperativo. Acreditamos que, de maneira análoga até um momento muito avançado da história da Província das Minas Gerais a ‘história das Minas Gerais’ é completamente diferente da ‘formação das Minas Gerais’.

A segunda constatação e que será tratada com mais cuidado nos próximos dois capítulos é o reflexo deste processo na própria historiografia mineira. Vemos como seminal dentro deste processo que um dos maiores historiadores mineiros ainda no início da república, José Pedro Xavier da Veiga, tenha sido originário de uma das regiões onde o separatismo foi mais sentido, o Sul da Província e, particularmente a cidade de Campanha, principal ‘centro’ de várias destas propostas. Xavier da Veiga foi membro da Assembléia Provincial em 1873 e, em seu primeiro discurso como deputado defendeu veemente a necessidade da criação da Província do Sul de Minas, tarefa que assumia por ‘herança’ de família – já que era

---

<sup>123</sup> MAELRBA, op. cit. p. 15.

descendente de Bernardo Jacinto da Veiga e Evaristo Ferreira da Veiga alguns dos líderes mais ativos destes movimentos no XIX.<sup>124</sup>

Quando se tem a proclamação da República assumiu o historiador “*monarquista e conservador*”, como bem assinalado por Roberto Borges Martins, a tarefa de organizar não somente o Arquivo Público do Estado, mas também a monumental **Efemérides Mineiras** – obra que seria essencial para a consolidação de uma ‘historiografia oficial’ das Minas Gerais conforme se verá no capítulo III. Paradoxalmente as questões do separatismo das diversas regiões como levantadas anteriormente ‘desaparecem’ das **Efemérides**, apesar de sua abundância e, como esperamos ter demonstrado, pertinência no período abordado.

Xavier da Veiga foi ainda um dos maiores responsáveis pela **Revista do Arquivo Público Mineiro**, publicadas anualmente por esta instituição desde 1896 e onde as questões separatistas pouco aparecem, embora diversos estudos assumam profundo caráter ‘regionalista’; enfim, e o que é bastante revelador coube ainda a Xavier da Veiga a organização inicial do Arquivo Público Mineiro e que, em grande parte, até hoje se mantêm, como visto na questão dos **Limites dos Estados**.<sup>125</sup>

Em toda a **Efemérides Mineiras** somente existem três referências aos movimentos separatistas dentro da Província, sintomaticamente todos ocorridos no sul do Estado. Como primeiro vemos a biografia de Antônio Dias Ferras da Luz quando Xavier da Veiga anota que este que escreveu em 1854 uma “(...) ‘*memória*’ acerca da necessidade da criação de uma nova província no sul de Minas, cuja capital devia ser a Campanha”.<sup>126</sup> As **Efemérides** também apontam para o projeto apresentado por alguns deputados em 3 de Agosto de 1854 cujo título era “*Projeto apresentado na Câmara dos Deputados pelo Dr. E. Otaviano de Almeida Rosa, segundo o qual as comarcas do Rio Verde, Sapucaí e Três Pontas e o município de Lavras formavam uma nova província*”.<sup>127</sup> Por último em 5 de Janeiro de 1892 lemos que ocorreu um:

<sup>124</sup> CARNEIRO, Edilane Maria de Almeida e, NEVES, Marta Eloísa Melgaço. Introdução. In: VEIGA, Xavier da... op. cit, p. 20.

<sup>125</sup> Acreditamos assim que tanto na compilação das **Efemérides** quanto na organização do acervo do Arquivo Público Mineiro Xavier da Veiga tenha aplicado critérios idênticos que subsumiam as discussões separatistas. Não pertence ao escopo do trabalho identificar até que ponto estas ‘omissões’ foram deliberadas ou inconscientemente guiadas pelo ‘esforço’ de se construir esta tal identidade mineira. De forma análoga as Atas da Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais encontram-se divididas entre as publicadas em tomos separados, atas manuscritas e àquelas preservadas nos jornais mineiros do período, entendemos que tal ‘divisão’ corresponda exatamente à organização inicial proposta por Xavier da Veiga.

<sup>126</sup> VEIGA, op. cit, p. 500

<sup>127</sup> Idem, p. 740

*Movimento popular na cidade da Campanha para o fim de ser criado um novo estado no território do sul de Minas. Para dirigi-lo foi instituída uma junta, que proclamou ao povo, fundou órgão oficial na imprensa e chegou mesmo a exercer na cidade ação governativa. com aplausos da população. Dois meses depois estava normalizada ali a situação das coisas públicas, tendo sido posteriormente anistiados pelo governo federal os chefes do movimento separatista e aqueles que os secundaram.<sup>128</sup>*

A historiografia mineira que se seguiu à Xavier da Veiga realizou um grande número de investigações em várias ‘direções’ dentro da ‘História de Minas’, inicialmente com obvia fixação no século XVIII e o ‘esplendor’ da mineração. Mais recentemente começou a se descobrir as Minas Gerais no século XIX e a sua ‘formação’, porém a questão do separatismo pouco foi trabalhada, ao contrário, a idéia de um consenso e uma aliança dos políticos mineiros constituiu-se a tônica da maioria dos estudos realizados. Esta criação de uma Minas Gerais unida e coesa embora ‘múltipla’ serviu, obviamente, a interesses distintos. Entendemos aqui que, apesar do ‘silêncio’ desta historiografia, os diversos movimentos por autonomia, separação e mudança da capital como ‘conseqüência e causa’ das disputas econômicas e políticas surgidas entre as diversas regiões da província, depois Estado tenham um significado profundo, a construção de uma ‘identidade mineira’ que retomando à palestra inicial de Antônio Cândido se esforça para definir, embora muitas vezes se identifique exatamente nas ‘margens’ da discussão.

Identificar, portanto, essas regiões em suas diferenças e os motivos de suas disputas, passam a ser o nosso objetivo no próximo capítulo.

---

<sup>128</sup> Idem, p. 183

## Capítulo 2: Em busca de uma síntese (im) possível para Minas Gerais no século XIX

*Se existe uma região que possa dispensar o resto do mundo, será certamente a província de Minas Gerais.*

Auguste de Saint Hilaire<sup>129</sup>

Conforme visto no capítulo anterior, a unidade política foi longe de ser a realidade para a província de Minas Gerais no século XIX. Como conseqüência *a posteriori* desta fragmentação existe na historiografia pertinente, inúmeras formas de se dividir este território, todos variando de acordo com os interesses e objetos que se queira mostrar.<sup>130</sup> Poucas regiões do país tem uma discussão tão rica e variada sobre a regionalização de seus contornos ao longo do século XIX. Entendemos ainda que estas discussões reflitam exatamente a importância da tese que estamos tentando demonstrar: a grande diversidade econômica e social de Minas Gerais que irá desdobrar-se em uma estrutura política peculiar no período (e também na própria historiografia posterior).

Se, politicamente Minas foi marcada por diferenças significativas, do ponto de vista econômico a história da província também é igualmente problemática. Tomando como exemplo, a questão da pecuária voltada para o mercado interno no XIX, vemos que:

*O complexo agropecuário escravista-mercantil voltado ao abastecimento interno abrangia extensas porções do território mineiro. A produção agropecuária das regiões Sul, Norte e Oeste, inclusive o Alto Parnaíba e o Triângulo Mineiro, supria a subsistência mineira e gerava excedentes para o mercado do centro-sul brasileiro, permitindo financiar as importações, inclusive de escravos. Áreas de outras províncias ocupadas por mineiros compartilhavam estas características, como o sul de Goiás e o noroeste paulista.*<sup>131</sup>

Dessa forma, praticamente nenhuma região mineira se definiria somente pela pecuária, mas esta atividade esteve presente em praticamente todas as regiões. O mesmo vale para a

<sup>129</sup> HILAIRE, August de Saint. **Viagem pela província do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira, Belo Horizonte: editora Itatiaia Ltda, 2000, p. 46

<sup>130</sup> Estamos entendendo como 'historiografia pertinente' aquele conjunto de autores que se debruçaram sobre as Minas Gerais ou determinadas regiões dentro da província. Tais estudos serão listados ao longo de todo o capítulo

<sup>131</sup> RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As Fronteiras da Província: Rotas de Comércio Interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884**. Dissertação de Mestrado, UNESP / Araraquara, 2006, p. 33 (grifos nossos).

produção mercantil de alimentos e as produções voltadas para a exportação, que também não podem ser definidas *a priori* como exclusivas de uma região, embora guardem maiores especificidades, ou:

*Cada região [de Minas Gerais] tinha importantes setores voltados para a exportação: a **extração de diamantes** sustentava o Serro [Norte]; a **produção de ouro** ainda era significativa para as economias regionais em Ouro Preto e Rio das Velhas [Centro]; a **exportação de tabaco** era decisiva em Rio Verde e Baependy [Sul]; as **atividades agropastoris** estavam bastante concentradas no **sul**; a **indústria têxtil** era encontrada em **quase toda a província**. Não obstante, cada uma dessas regiões também tinha setores que comercializavam uma quantidade desconhecida de produtos dentro de Minas Gerais. O **café** [Mata] era um setor cada vez mais importante na economia de exportação da província (especialmente depois de 1850), mas os níveis absolutos dos impostos da coletoria indicam padrões de desenvolvimento econômico semelhantes nos distritos do sudeste, sul e centro (...).<sup>132</sup>*

A diversidade da economia mineira no Oitocentos no entanto não foi sempre percebida pelos historiadores como reflexo de especialização sub-regionais capazes de provocar diferenciações significativas. De um lado, grande parte da historiografia se concentrou em estudos sobre o século XVIII ou a época da mineração. Francisco Iglesias ao estudar a Província de Minas Gerais em 1953 já dizia ser necessário “*levar Minas para o XIX. Já é tempo de incorporar à província à História*”,<sup>133</sup> porém, ao dividir seu estudo em tópicos como “*Lavoura*”; “*Pecuária*”; “*Indústria*”; “*Mão-de-obra*”; “*Ensino técnico*”; “*Transportes*” e “*Finanças*” pouco notou ou identificou as regionalizações ou especializações da economia mineira e, quando o fazia, não atribuía maiores conseqüências a tais fatos. Não era obviamente o foco principal de seu trabalho promover a regionalização de Minas como ele mesmo ainda anotou “*Não fugisse ao objeto limitado que temos e gostaríamos de assinalar o significado de cada gênero no conjunto da região (...)*”.<sup>134</sup>

O estudo utilizou-se principalmente dos Relatórios dos Ministros de Estado e dos Presidentes da província e Iglesias foi um dos primeiros a notar uma característica básica

<sup>132</sup> BERGAD, Laird. **Escravidão e História Econômica: Demografia de Minas Gerais, 1720 – 1880**. Tradução de Baetrix Sidou, Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 105 – 106, (grifos nossos).

<sup>133</sup> IGLESIAS, Francisco. **Política Provincial do Governo Mineiro (1835 – 1889)**. Rio de Janeiro: INL, 1958, p. 2.

<sup>134</sup> Idem, p. 70



desta economia no século XIX, a ‘dicotomia’ entre as atividades voltadas para o mercado interno e àquelas voltadas à exportação, ou:

*O choque entre a produção de gêneros exportáveis e a de gêneros alimentícios, na Província do centro, ainda que real, não nos parece tenha atingido a mesma gravidade que em outras regiões do país: Minas precisava produzir para seu consumo, pelos embaraços naturais da importação. A distância do litoral não a predispunha também para as culturas destinadas ao exterior, mais vantajosas nas proximidades dos portos.*<sup>135</sup>

Economia de forte caráter vicinal, relativamente coesa e com pouca articulação externa, em linhas gerais seria essa a visão que se tinha sobre as Minas Gerais ao trazer a “*província para a história*”.

No final dos anos de 1970 a obra de Alcir Lenharo irá dimensionar melhor essa importância ao demonstrar que o crescimento da produção do mercado de abastecimento para com a corte no Rio de Janeiro irá formar um poderoso ‘bloco’ de interesses pela consolidação do Estado brasileiro no Centro-Sul. A análise dos esforços empreendidos pelo poder central (leia-se D. João VI, D. Pedro I e II), políticos e grandes proprietários rurais para a construção de estradas, bem como pela estabilidade para a resolução de conflitos políticos será, segundo Lenharo alguns dos principais elementos que unirá Minas Gerais ao Império Brasileiro.<sup>136</sup>

O fato é que esta diversidade de atividades entre o mercado interno e o externo gerou inclusive um importante debate já amplamente conhecido sobre a economia mineira no século XIX. Tal debate inaugurou-se com o trabalho de Amílcar Martins Filho e Roberto Borges Martins publicado em 1983 sobre o título de **Slavery in a Non-Export Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited**.<sup>137</sup> A idéia central dos autores questionava a suposta decadência das Minas Gerais, a partir da crise e decadência da mineração.

Essa visão vinha, entre outros de Celso Furtado que afirmava sobre o período da 2ª metade do século XVIII que “*era natural que, com o declínio da produção do ouro, viesse*

<sup>135</sup> Idem, p. 71

<sup>136</sup> LENHARO, op. cit.

<sup>137</sup> MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. e MARTINS, Roberto Borges. Slavery in a Non-Export Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited. In: HAHR, v. 63. n. 3, agosto, 1983, pp 537-590. Cf ainda MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamas e LAPA, José R. do Amaral. **História Econômica da Independência e do Império**. 2ª ed. Revista. São Paulo: HUCITEC/ABPHE/Ed da USP. Imprensa Oficial, 2002.

*uma rápida e geral decadência*".<sup>138</sup> Esta decadência se desdobrou sobre a primeira metade do XIX e, ainda nos dizeres do autor, *"o pequeno consumo do país estava em declínio com a decadência da mineração, e espalhava-se pelas distintas províncias exigindo uma complexa organização comercial"*.<sup>139</sup>

A produção de subsistência e o desenvolvimento do comércio interno seriam na visão dessa corrente a prova do declínio das atividades econômicas mais pujantes do período final do sistema colonial. Discordando frontalmente desta visão, tida como hegemônica à época, o estudo dos Martins se baseou na análise da importação de escravos da capitania depois província de Minas para o período do final do século XVIII e início do século XIX, os autores mostraram que Minas continuou a maior *"importadora líquida"* de escravos do final dos setecentos até a abolição do tráfico de escravos em 1850.<sup>140</sup> A conclusão óbvia era a de que a suposta decadência não encontrava eco na realidade encontrada de maciça vinda de escravos para todo o Brasil e para as Minas em particular.

Este 'modelo' de crescimento e diversificação das várias atividades econômicas, no que João Fragoso e Manolo Florentino denominaram de *"Período Colonial Tardio"*, foi bastante disseminado nos novos estudos nas últimas décadas.<sup>141</sup> A maior polêmica, entretanto, suscitada pelos estudos de Amílcar e Roberto Borges Martins referiu-se não ao 'modelo explicativo da economia nacional' e sim à qual 'modelo' explicaria o dinamismo da economia mineira, ou 'modelo explicativo da economia mineira'. A hipótese levantada, ainda no artigo de 1983, era de que esses escravos estariam, em sua maioria, engajados em atividades de subsistência, voltadas principalmente para a manutenção de um mercado interno.

O historiador Robert Slenes reconheceu o mérito dos trabalhos mas passou a questionar a interpretação sobre as principais atividades em que se empregavam estes escravos. Segundo Slenes, para além de uma agricultura e pecuária de subsistência, as Minas Gerais mantiveram taxas "líquidas" de importação de escravos associadas a expansão da cafeicultura pela Mata mineira e pelo desenvolvimento de outras atividades voltadas para a exportação, como a produção de diamantes.<sup>142</sup> Tal debate irá se prolongar no início dos anos 1990 e envolveu diversos outros autores.

<sup>138</sup> FURTADO, Celso. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000 p. 89

<sup>139</sup> Idem, p. 111.

<sup>140</sup> MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico (...)* p. 121 (tabela)

<sup>141</sup> Cf. FRAGOSO, João Luís Ribeiro e FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>142</sup> SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. In: **Cadernos do IFCH**. Campinas, UNICAMP, n. 17. junho de 1985.

Nessa análise sumária de uma discussão muito mais complexa, gostaríamos de chamar a atenção para uma conseqüência à nosso ver, fundamental: A necessidade de caracterizar a Economia mineira no século XIX a partir de suas diversas produções regionais. Os trabalhos que se seguiram ao debate no âmbito da História Econômica e da Demografia passaram a estudar esta economia de acordo com sua natureza. Ou seja, ‘se’ E ‘em que grau’ A produção mineira se destinava ao mercado e que mercado era esse? A regionalização dos estudos tornou-se uma necessidade imperativa a partir de então.

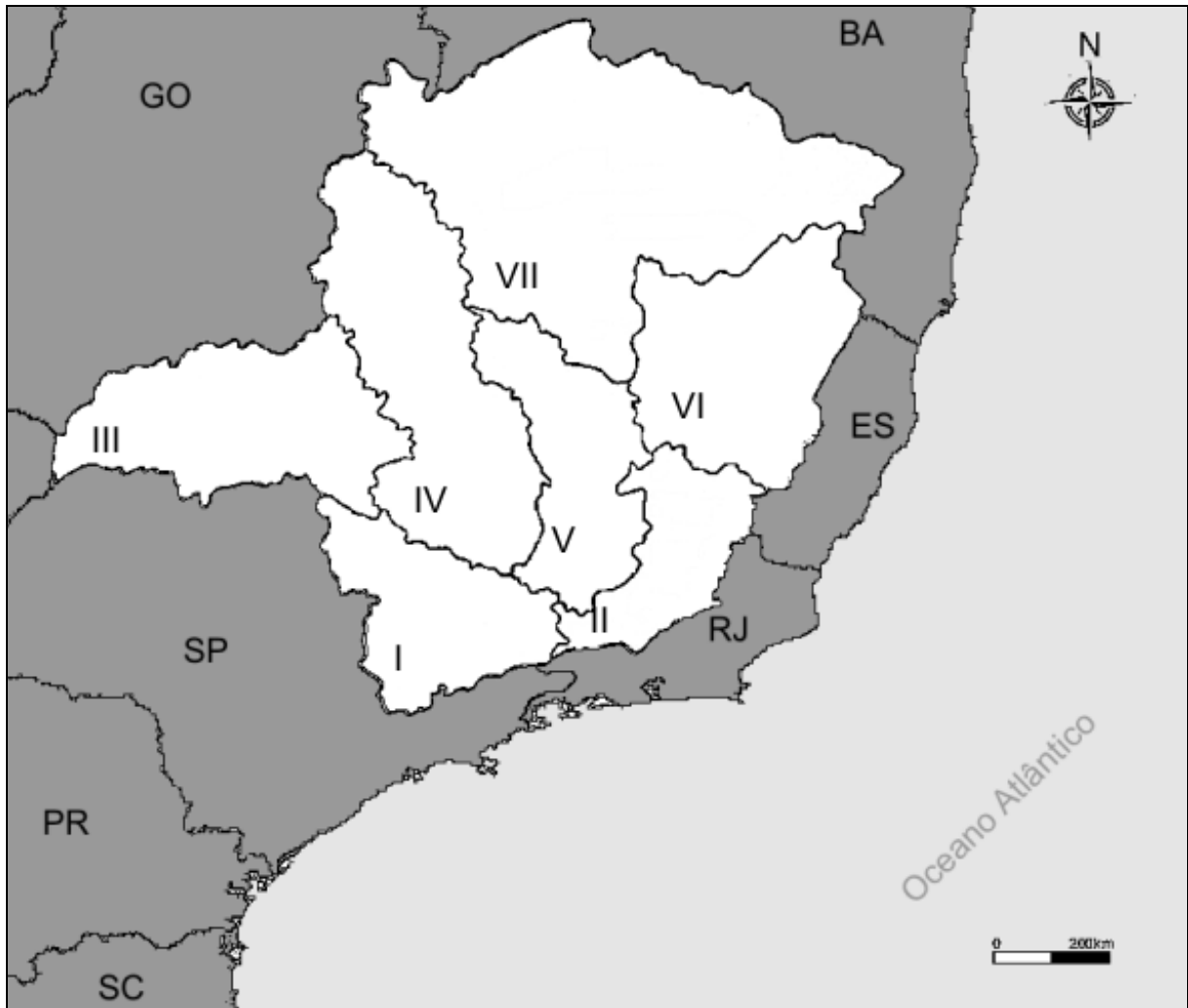
De uma análise também superficial dos estudos das últimas três décadas sobre Minas Gerais no século XIX, iremos encontrar ao menos oito formas de se entender o seu território, aceitas e rejeitadas por diversos historiadores e todas com suas correspondentes justificativas ou ‘lacunas’. A diversidade e a regionalização das Minas tornaram-se a *pièce de résistance* da historiografia mineira desde então.

Uma das primeiras e mais ‘tradicionais’ porque “*sancionadas pelo costume*” foi delimitada por John Wirth na sua obra **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889 – 1937** publicada em 1982 dividiu Estado em sete regiões à saber: ‘Centro’, ‘Oeste’, ‘Triângulo’, ‘Norte’, ‘Leste’, ‘Sul’ e a ‘Mata’, conforme se percebe no mapa I. O estudo tinha como principal ‘eixo’ as discussões políticas dentro de Minas para o período da República Velha, mesmo assim, a visão de Wirth para as regiões mineiras se apoiaria nos processos de colonização e povoamento que ocorreram ao longo dos séculos XVIII e XIX e nas características distintas que estas regiões irão ter. Ainda segundo o autor regionalização de Minas Gerais seria um processo extremamente difícil e controverso.<sup>143</sup>

---

<sup>143</sup> WIRTH, John, op. cit, a expressão “*sancionada pelos costumes*” aparece na p. 41 nota.

**Mapa I: Minas Gerais no Estudo de John Wirth**



**Fonte:** (elaboração própria a partir de) WIRTH, John D. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889 – 1937.** Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 42. Regiões: I Sul; II Mata, III Triângulo; IV Oeste; V Centro; VI Leste e VII Norte.

O ‘modelo’ do autor foi utilizado tanto para os estudos que abordaram as Minas Gerais na segunda metade do século XIX quanto àqueles que estudaram as Minas nos períodos seguintes e foi amplamente aceito por estudiosos até as críticas mais recentes. Entre as críticas feitas ao estudo de Wirth se destaca àquelas realizadas por Mônica Ribeiro de Oliveira. Para esta autora a concepção do autor sobre as Minas Gerais tomaria como base os pressupostos teóricos de Celso Furtado que via no final do século XVIII e início do XIX a “(...) *decadência dos núcleos urbanos e da dispersão populacional, que passa a se espalhar por vasta região,*

*formando pequenas unidades isoladas umas das outras*”, tese refutada por Martins e Slenes como visto.<sup>144</sup>

Além disso, a autora afirma que ao dividir o ‘espaço’ da província o autor não leva em conta as articulações internas que a historiografia mais recente vem apontando.<sup>145</sup> Outros autores irão apontar ainda o ‘anacronismo’ das análises por delimitar as regiões a partir do **Anuário Estatístico de Minas** do ano de 1929 e no estudo **Distribuição da população no Estado de Minas Gerais em 1940** publicado em 1953 e que teriam sido retroativamente aplicados aos séculos XVIII e XIX.<sup>146</sup>

Em 1988 a tese de doutorado do Professor João Antônio de Paula **O Prometeu no Sertão: Economia e Sociedade da Capitania das Minas dos Matos das Gerais** propôs como divisão da província no final do XVIII e no início do XIX um ‘mapa’ baseado na regionalização da produção levando em conta “*tanto características ecológicas quanto histórico-econômicas*”.<sup>147</sup> Assim, segundo o autor, Minas poderia ser dividida em oito regiões a saber: ‘Centro’; ‘Sul e Rio das Mortes’; ‘Mata’; ‘Doce e Mucuri’; ‘Jequitinhonha’; ‘São Francisco’; ‘Paracatu’ e ‘Triângulo’.<sup>148</sup> Sua principal diferença em relação a divisão proposta anteriormente por Wirth está em re-dividir as regiões Oeste, Norte e Leste em quatro áreas distintas aglutinando ainda parte da região central à região do Jequitinhonha.

Apesar do autor tratar principalmente estas divisões a partir das atividades econômicas, seu estudo analisa também as configurações políticas destas regiões ao associá-las as várias vilas que compunham cada uma das oito regiões e de seus interesses distintos, além de ter se utilizado dos questionários das principais atividades econômicas enviados pelo governo da província em 1825 e das respostas de algumas destas Câmaras Municipais.<sup>149</sup>

---

<sup>144</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870**. Tese de Doutorado, PPGH/UFF Niterói, 1999, p. 80

<sup>145</sup> Idem, p. 81 e 82.

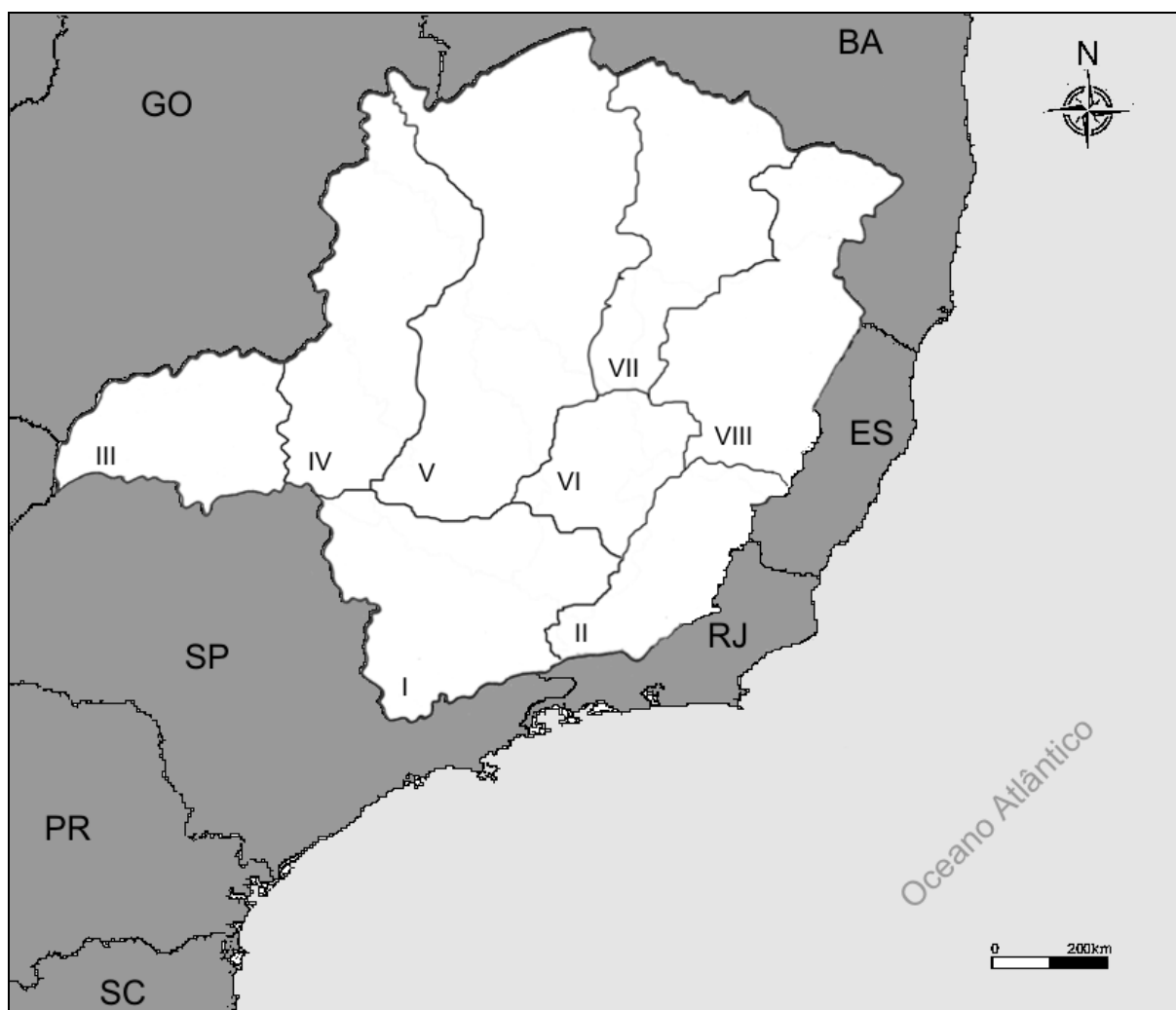
<sup>146</sup> Cf. WIRTH, op. cit. Capítulo I **O Mosaico Mineiro**, nota 2, p. 71, as duas obras citadas são respectivamente Anuário Estatístico de Minas Gerais. Ano II (1922 – 25). Diretoria Geral de Estatística, Belo Horizonte, 1929 e EGLER, Eugênia. **Distribuição da população no Estado de Minas Gerais em 1940**. In: **Revista Brasileira de Geografia**. 15 n° 1 (1953). As críticas serão realizadas principalmente pelos estudos desenvolvidos pelos estudos do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG conforme ficará mais claro nas páginas seguintes. Agradeço a Marcelo Magalhães Godoy as pertinentes críticas às fontes utilizadas por John Wirth para a regionalização de Minas.

<sup>147</sup> PAULA, João Antônio de. **O Prometeu no Sertão: Economia e Sociedade da Capitania das Minas dos Matos das Gerais**. Tese de Doutorado, USP: São Paulo, 1988.

<sup>148</sup> Idem, p. 158.

<sup>149</sup> Idem, p. 159 e *passim*.

**Mapa II: Minas Gerais no Estudo de João Antônio de Paula**



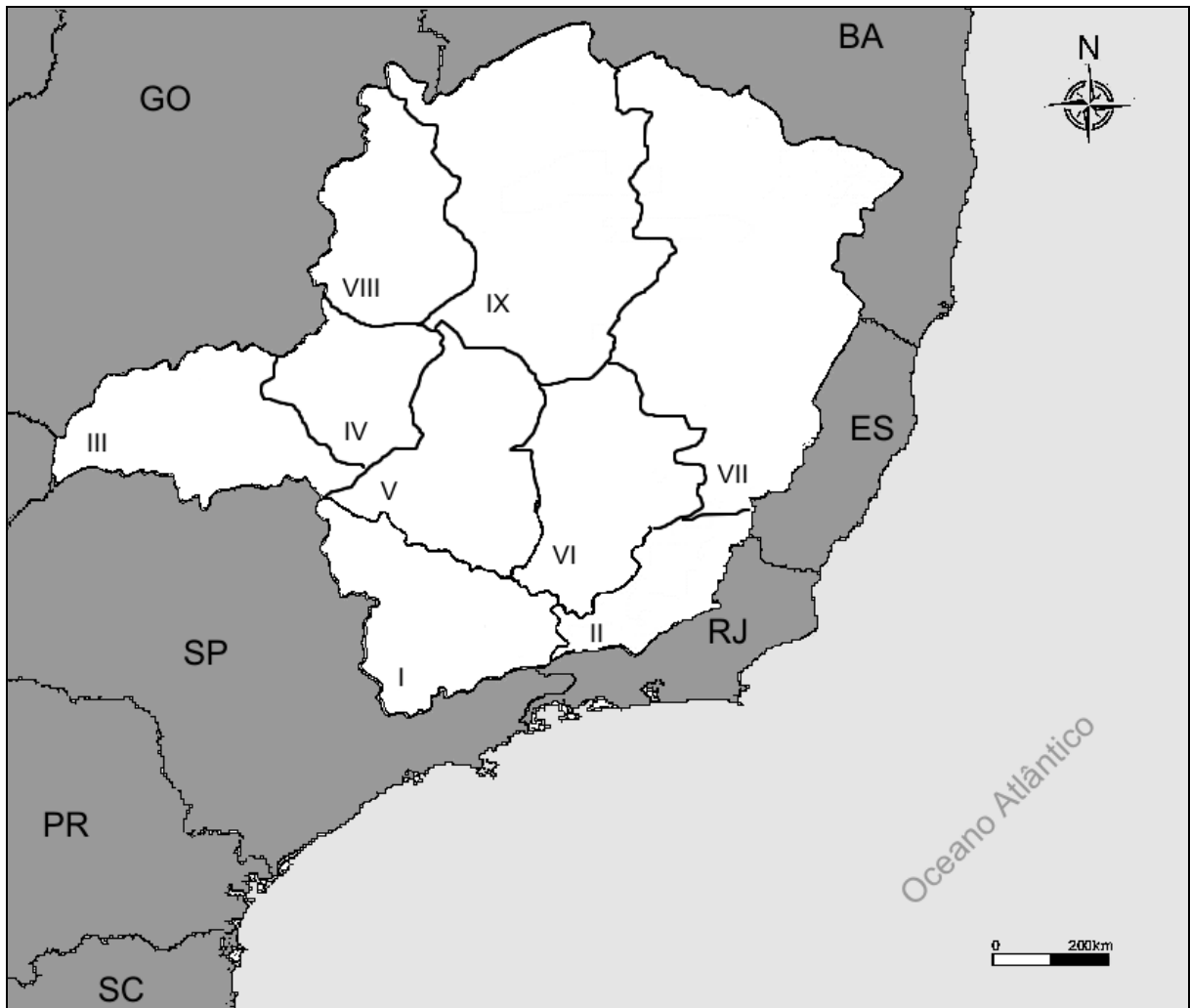
**Fonte:** (elaboração própria a partir de) PAULA, João Antônio de. **O Prometeu no Sertão: Economia e Sociedade da Capitania das Minas dos Matos das Gerais.** Tese de Doutorado, USP: São Paulo, 1988, p. 158. Regiões: I Sul e Rio das Mortes; II Mata; III Triângulo; IV Paracatu; V São Francisco; VI Centro; VII Jequitinhonha e VIII Doce e Mucuri.

João Antônio afirma ainda que estas divisões não eram estanques e que o desenvolvimento das atividades econômicas na capitania, depois província geraram, além de um intenso comércio uma série de atividades manufatureiras regionalmente especializadas e contando com grande integração interna.

Também em 1988 a tese de doutorado publicada de Douglas Cole Libby **Transformação e trabalho em uma economia escravista Minas Gerais no século XIX** irá propor uma divisão alternativa para Minas Gerais ao longo do século. Apoiado principalmente na análise dos dados das listas nominativas da década de 1830 e no censo de 1872 o autor irá regionalizar a província, a partir das atividades ocupacionais encontradas nos dados dos

censos e das listas nominativas. Nesta divisão Minas Gerais possuiria nove regiões como ‘Sul’; ‘Mata’; ‘Triângulo’; ‘Alto Parnaíba’; ‘Oeste’; ‘Metalúrgica-Mantiqueira’; ‘Jequitinhonha-Mucuri-Doce’; ‘Paracatu’ e ‘São Francisco-Montes Claros’.

**Mapa III: Minas Gerais no Estudo de Douglas Cole Libby**



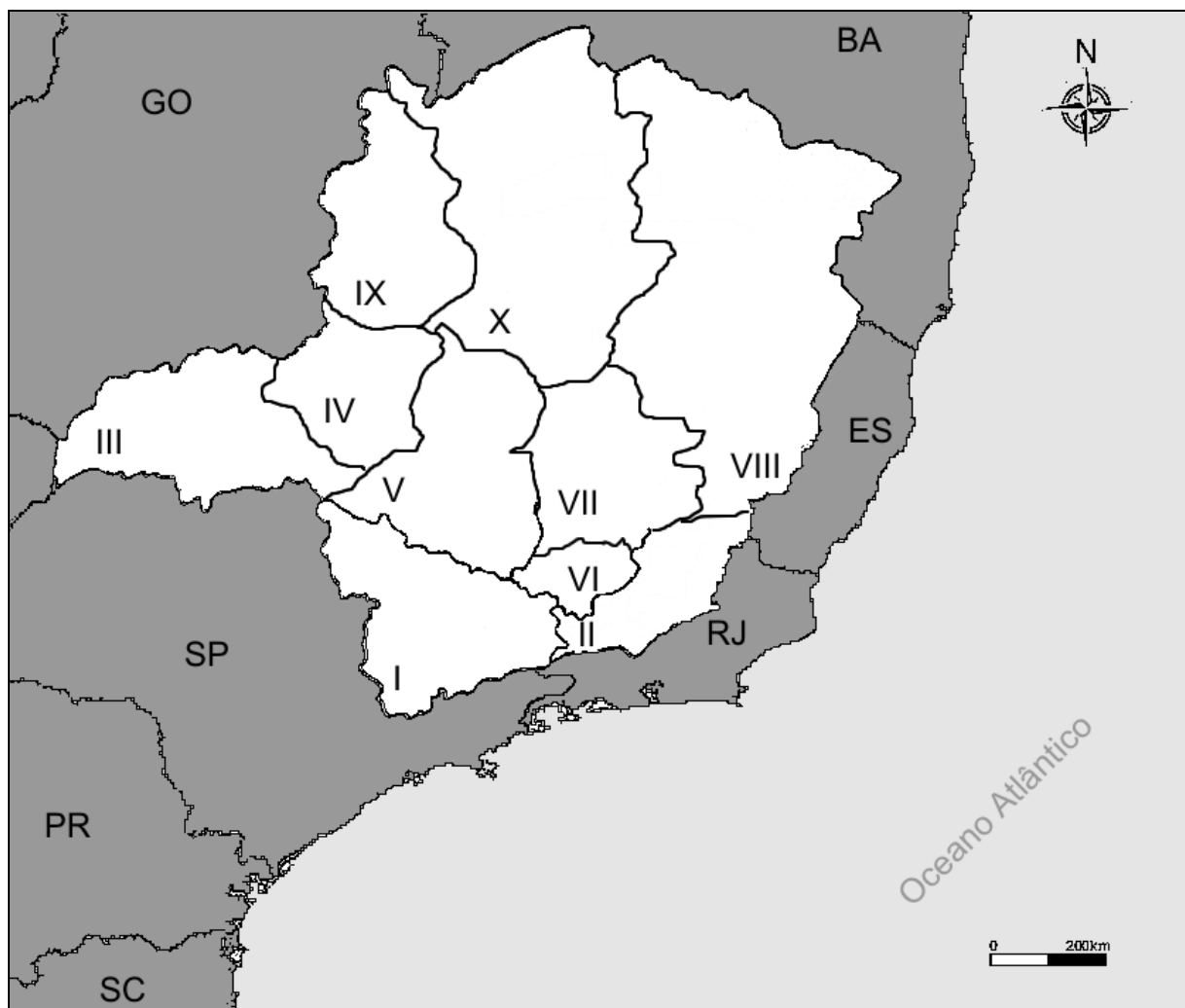
**Fonte:** (elaboração própria a partir de) LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista Minas Gerais no século XIX.** Brasiliense: São Paulo, p. 157 – 8, 211 e 231. Regiões: I Sul; II Mata; III Triângulo; IV Alto Parnaíba; V Oeste; VI Metalúrgica-Mantiqueira; VII Jequitinhonha-Mucuri-Doce; VIII Paracatu e IX São Francisco-Montes Claros.

A análise de Libby irá valorizar principalmente os dados demográficos sobre a posse de escravos e desenvolvimento das atividades manufatureiras que foram desenvolvidas na província ao longo do XIX. Mônica Ribeiro de Oliveira, já citada pelas críticas que fez a Wirth, irá na sua pesquisa de 1999 **Negócios de Família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780 – 1870** se utilizar desta regionalização para

estudar especificamente a expansão da cafeicultura pela Mata mineira a partir dos inventários *post-mortem* da região da Vila de Barbacena. A autora ‘aperfeiçoa’ a divisão de Libby da região ‘Metalúrgica-Mantiqueira’ ao dividi-la em duas, a primeira seria a região ‘Metalúrgica-Mantiqueira’ propriamente dita, já a segunda seria a região do ‘Campo das Vertentes’, englobando os municípios de São João Del Rei e Barbacena mais ao sul.<sup>150</sup>

De acordo com Mônica Ribeiro, esta divisão se explica não somente pelas características mais agrárias e mercantis destas vilas, mas também pelo fato de que esta região originou-se “*em função de sua localização estratégica, no acesso à região mineradora, facilitado pelo tráfego no Caminho Novo e, principalmente, como alternativa à aplicação de recursos*” na segunda metade do XVIII e início do XIX. Será ainda das ‘Vertentes’ que grande parte do capital que irá financiar a expansão agrícola da cafeicultura na Mata mineira a partir da 1ª metade do XIX.

**Mapa IV: Minas Gerais na Concepção de Mônica Ribeiro de Oliveira**



<sup>150</sup> OLIVEIRA, op. cit.



**Fonte:** (elaboração própria a partir de) OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870.** Tese de doutoramento, UFF, 1999, p. I Anexo I. Regiões: I Sul; II Mata; III Triângulo; IV Alto Parnaíba; V Oeste; VI Vertentes; VII Metalúrgica-Mantiqueira; VIII Jequitinhonha-Mucuri-Doce; IX Paracatu e X São Francisco-Montes Claros.

Concepção muito próxima dessa regionalização será a tomada por Maria do Carmo Salazar Martins e Helenice de Carvalho Cruz da Silva no estudo **Produção Econômica de Minas Gerais no século XIX**, publicado em 2003.<sup>151</sup> Tal trabalho se baseou nos “*Mapa Comparativo da População de Minas Gerais em Diferentes Épocas*” do “*Mapa Gradativo da População das Comarcas, Municípios e Paróquias da Província de Minas Gerais*” ambos de 1855 e que foram publicados no Relatório do Presidente de Província daquele ano e também em diversos arrolamentos que se seguiram entre 1855 e 1862. Tais dados tinham como objetivo a realização do 1º censo geral do Império Brasileiro, o que somente irá ocorrer em 1872. No caso, as autoras se utilizaram desses dados para tentarem identificar “*a qual tipo de lavoura e/ou pecuária se dedicavam os habitantes da província de Minas Gerais tanto no nível regional, chegando mesmo a particularizar alguns municípios quando necessário, como no território mineiro como um todo*”.<sup>152</sup>

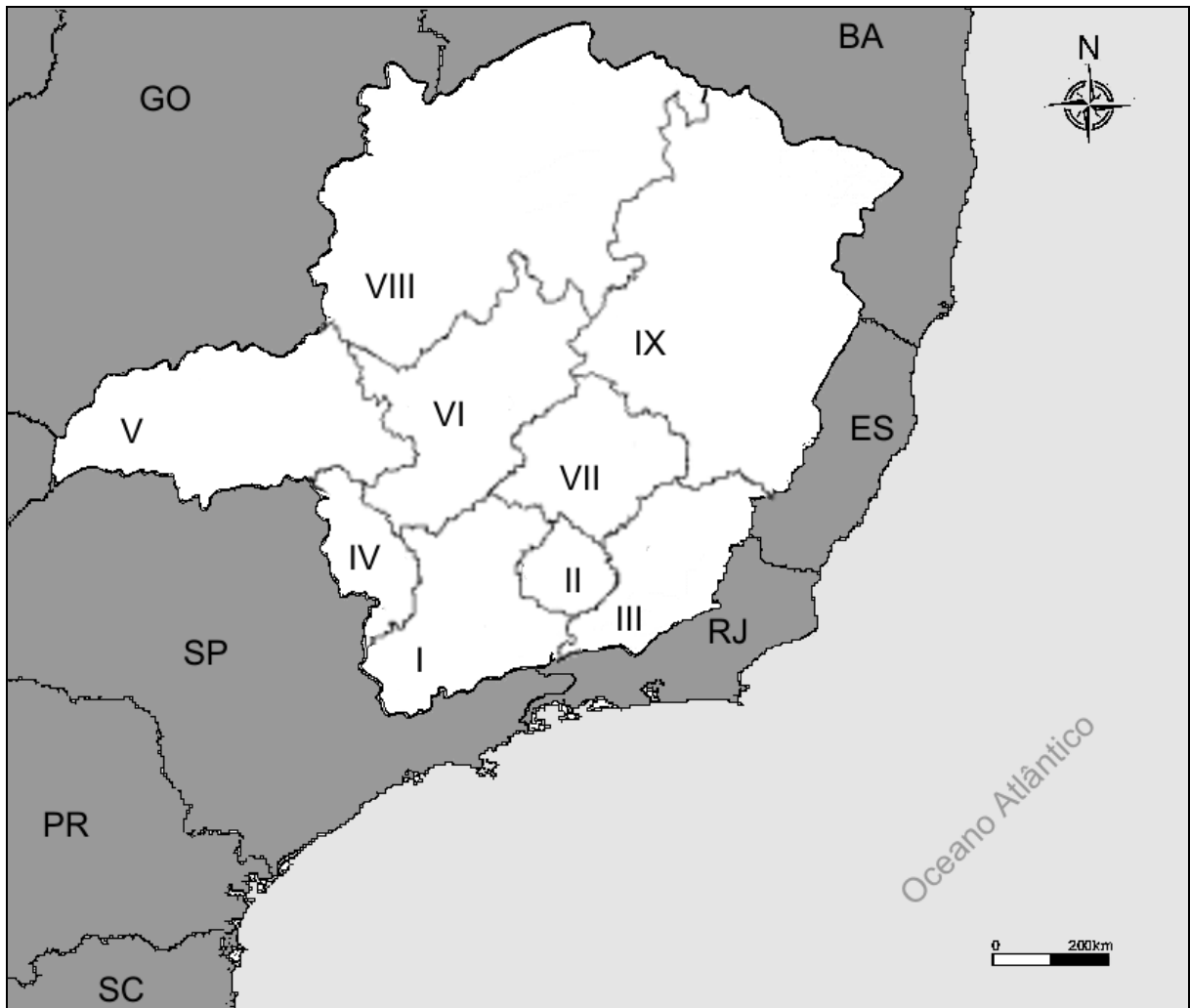
O resultado da regionalização será uma Minas Gerais dividida em 09 regiões a saber: ‘Sul’, ‘Vertentes’, ‘Mata’, ‘Sudoeste’, ‘Triângulo-Parnaíba’, ‘Centro-Oeste’, ‘Centro’, ‘Norte-Nordeste’ e ‘Jequitinhonha-Rio Doce’. A grande diferença desta regionalização da divisão proposta por Cole Liby e Mônica Ribeiro de Oliveira será a inclusão do Sudoeste de Minas como região específica, apartada da região sul e composta pelos municípios de Alfenas, Caldas, Jacuí e Passos. Tal esforço pode ser visto no mapa V

---

<sup>151</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar e SILVA, Helenice de Carvalho Cruz da. Produção Econômica de Minas Gerais no século XIX. In: **V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Caxambu, ABPHE, 2003, p. 5.

<sup>152</sup> Idem, p. 1.

**Mapa V: Minas Gerais na Concepção de Maria do Carmo Salazar Martins e Helenice Carvalho Cruz da Silva**



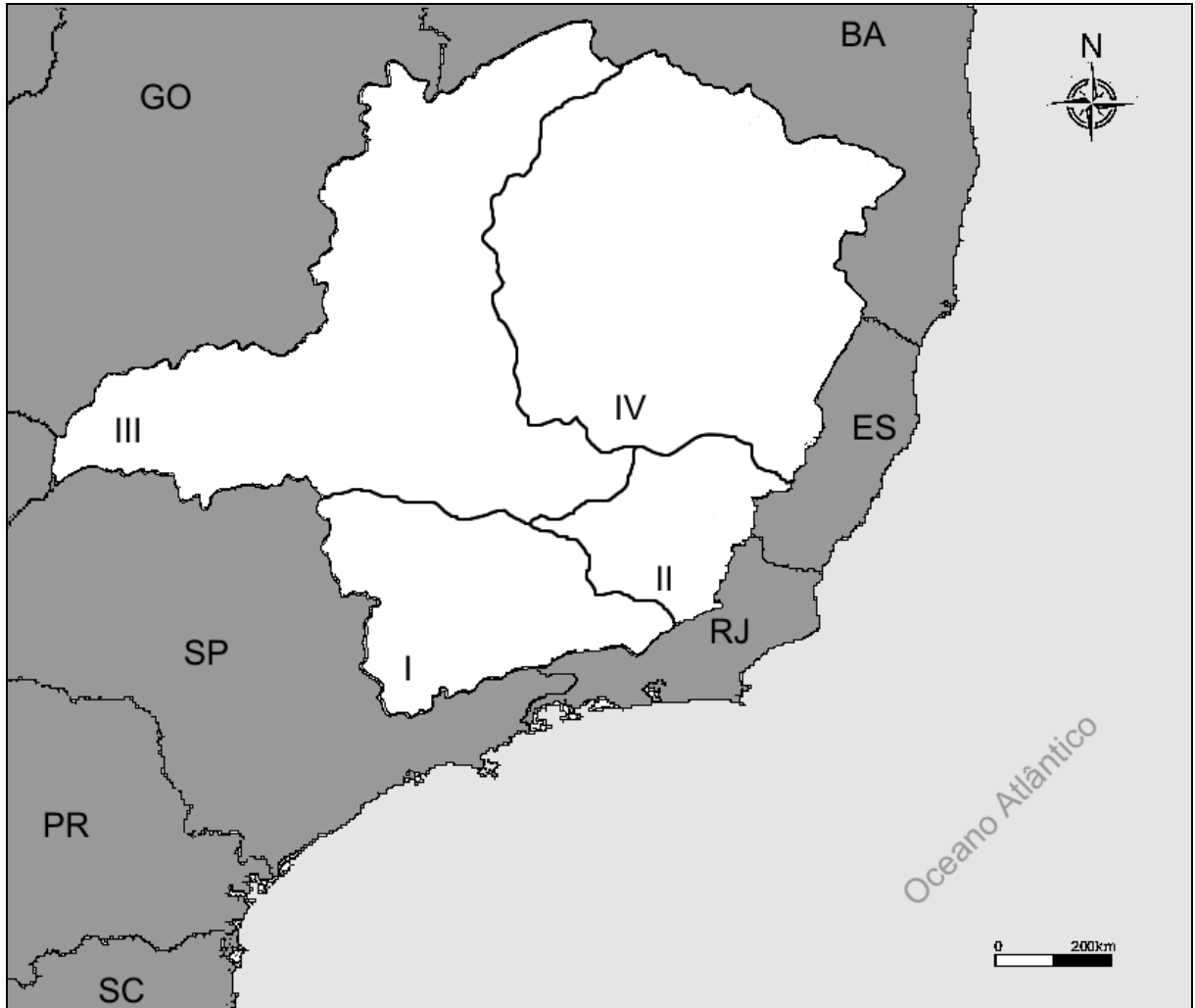
**Fonte:** (elaboração própria a partir de) MARTINS, Maria do Carmo Salazar e SILVA, Helenice de Carvalho Cruz da. Produção Econômica de Minas Gerais no século XIX. In: **V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Caxambu, ABPHE, 2003, p. 5. Regiões: I Sul; II Vertentes; III Mata; IV Sudoeste; V Triângulo-Parnaíba; VI Centro-Oeste; VII Centro; VIII Norte-Nordeste e IX Jequitinhonha-Rio Doce.

Essas variações interpretativas relacionam-se *via de regra* aos tipos de atividades econômicas estudadas (mercado interno, externo) o tipo de produção (mineração, pecuária, agricultura), mão-de-obra (escravos, camponeses, artesãos e lavradores) e também às fontes pesquisadas (dados dos censos de 1833, 1872; relatórios de câmaras municipais, etc). Tais regionalizações podem confundir os pesquisadores, entretanto, percebemos certas ‘coerências’ e permanências quanto às atividades desenvolvidas e os ‘sentidos’ da produção econômica.

Assim, as regiões mais à Oeste e Noroeste das Minas (como o ‘Triângulo’, o vale do ‘São Francisco’, ‘Paracatu’ e ‘Oeste’) tiveram como principal atividades a criação de gado ligada debilmente à circuitos mercantis, outras atividades possíveis foram àquelas derivadas da manufatura do couro, a plantação e manufatura do algodão e uma agricultura de alimentos. Já as regiões denominadas de ‘Centro’, ‘Vertentes’, e o ‘Sul’ e o ‘Sudoeste’ estariam ligadas à produção de alimentos com forte sentido mercantil (para ‘fora’ ou outras regiões da província), produtos voltados para a exportação (como o fumo, o algodão e o açúcar), manufaturas variadas e também a mineração de ouro e ferro principalmente. O ‘norte’ (entendido aqui como o ‘serro’) e a ‘mata’ seriam regiões ligadas à produtos ‘principais’ voltados para exportação, diamantes e café respectivamente.

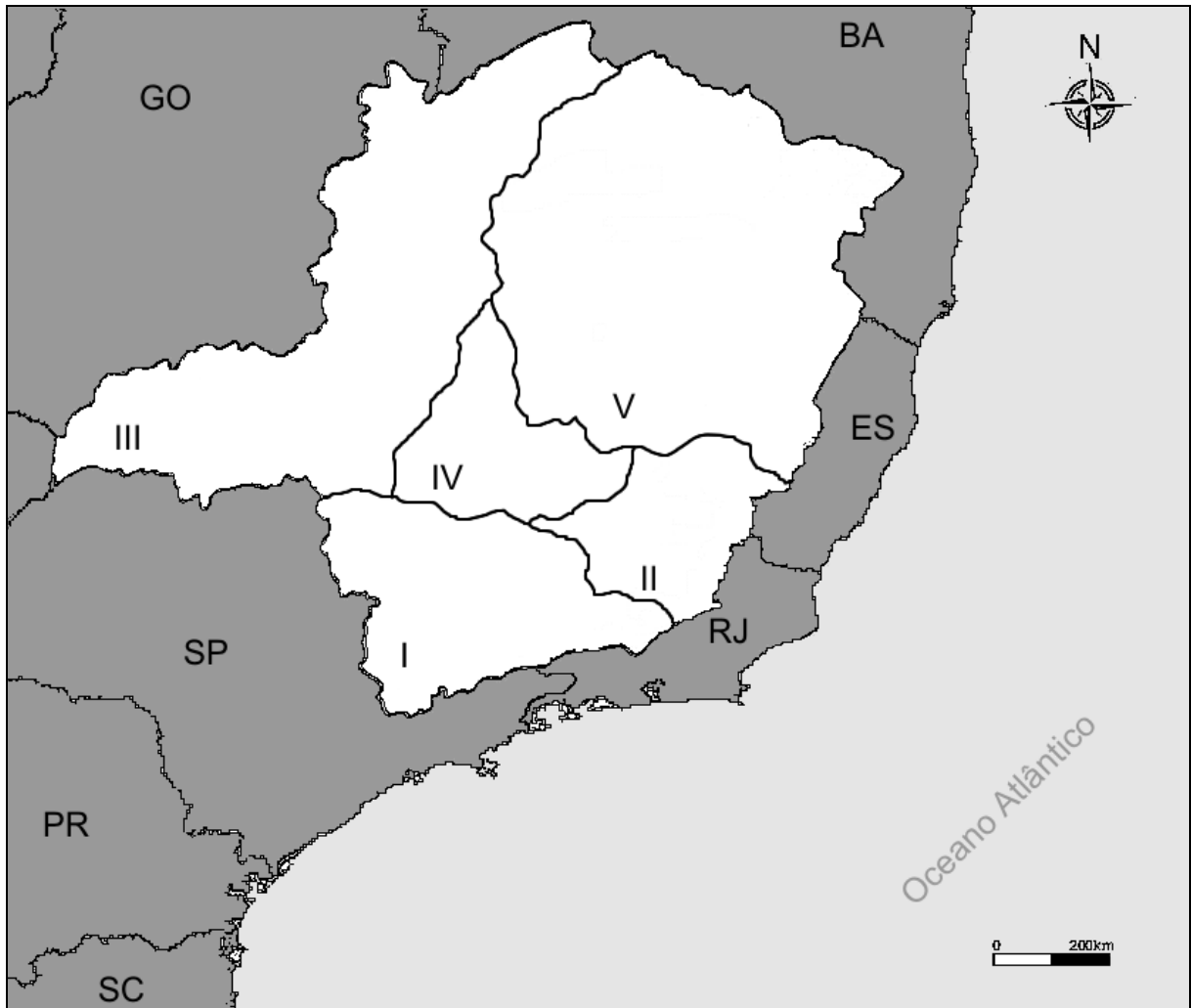
Outra ‘estratégia’ interpretativa pode ser encontrada na incorporação das categorias político-espaciais do século XIX, ou seja, assumindo os próprios limites “*político-administrativos*” do período. Tal foi o tratamento recentemente dado por Laird Bergard em sua pesquisa publicada em 2004 com o título **Escravidão e História Econômica: Demografia de Minas Gerais, 1720 – 1880** que considera as Minas Gerais a partir das “*divisões de época*” – ou utilizando-se de critérios estritamente jurídicos, as comarcas – o trabalho aborda desta forma a ‘evolução’ das divisões jurídico-espaciais ao longo do XIX. Os mapas VI, VII, VIII, IX e X demonstram essa ‘evolução’ para os períodos de 1808, 1821, 1833, 1854 e 1868.

**Mapa VI: Minas Gerais no Estudo de Laird Bergard – 1808**



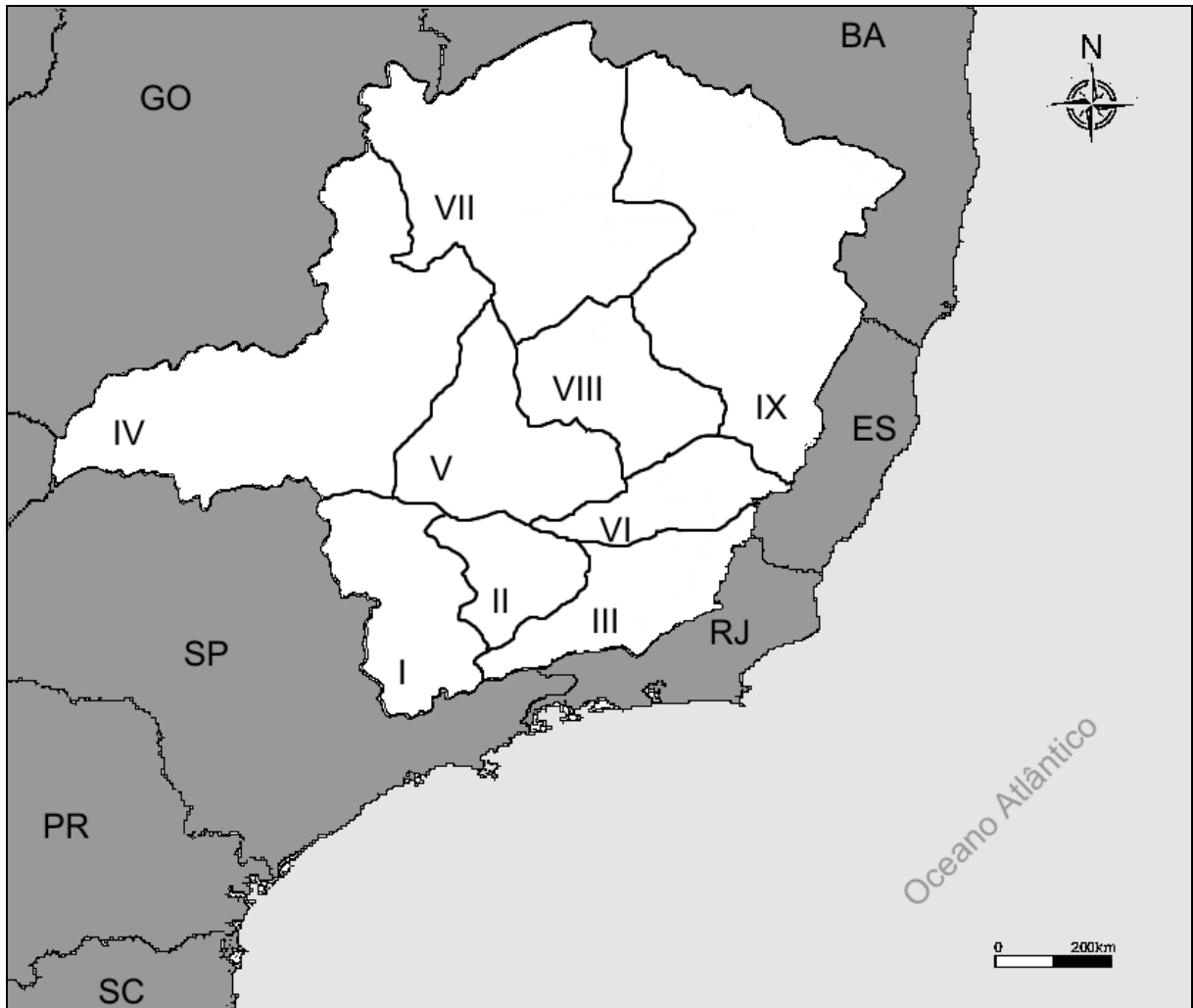
**Fonte:** (elaboração própria a partir de) BERGAD, Laird W. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 37. Comarcas: I Rio das Mortes; II Vila Rica; III Sabará e IV Serro do Frio.

**Mapa VII: Minas Gerais no Estudo de Laird Bergard – 1821**



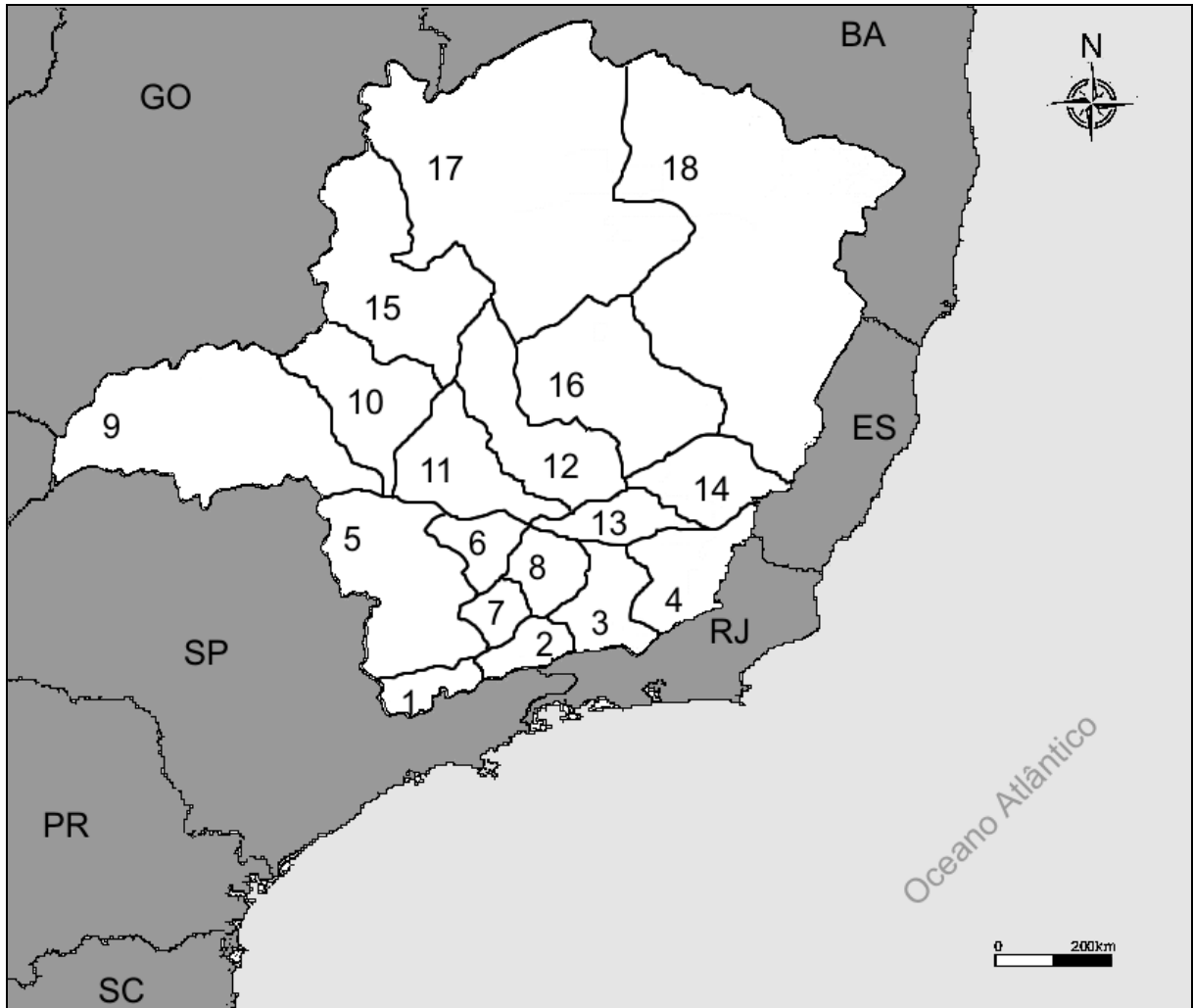
**Fonte:** (elaboração própria a partir de) BERGAD, Laird W. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888.** Bauru: EDUSC, 2004, p. 38. Comarcas: I Rio das Mortes; II Vila Rica; III Paracatu; IV Sabará e V Serro do Frio.

**Mapa VIII: Minas Gerais no Estudo de Laird Bergard – 1833**



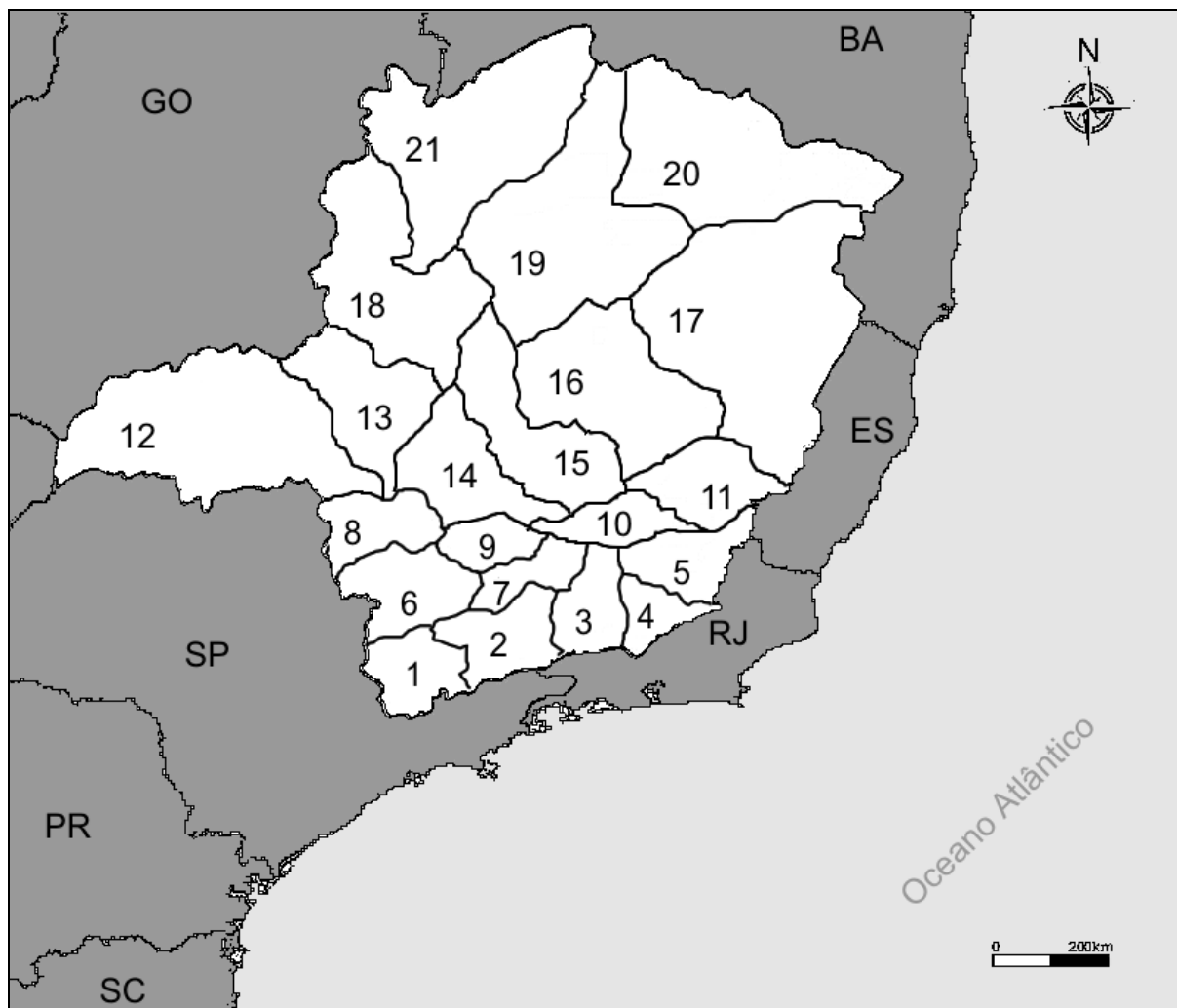
**Fonte:** (elaboração própria a partir de) BERGAD, Laird W. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888.** Bauru: EDUSC, 2004, p. 39. Comarcas: I Sapucaí; II Rio das Mortes; III Paraibuna; IV Paracatu; V Rio das Velhas; VI Ouro Preto; VII São Francisco; VIII Serro e IX Jequitinhonha

**Mapa IX: Minas Gerais no Estudo de Laird Bergard – 1854**



**Fonte:** (elaboração própria a partir de) BERGAD, Laird W. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 40. Comarcas: 1 Jaguarí; 2 Baependi; 3 Paraibuna; 4 Muriaé; 5 Sapucaí; 6 Rio Verde; 7 Pará; 8 Rio das Mortes; 9 Paraná; 10 Parnaíba; 11 Indaiá; 12 Rio das Velhas; 13 Ouro Preto; 14 Piracicava; 15 Paracatu; 16 Serro; 17 São Francisco e 18 Jequitinhonha.

**Mapa X: Minas Gerais no Estudo de Laird Bergard – 1868**



**Fonte:** (elaboração própria a partir de) BERGAD, Laird W. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 41. Comarcas: 1 Jaguarí; 2 Baependi; 3 Paraibuna; 4 Pomba; 5 Muriaé; 6 Sapucaí; 7 Rio das Mortes; 8 Rio Grande; 9 Pará; 10 Ouro Preto; 11 Piracicava; 12 Paraná; 13 Parnaíba; 14 Indaiá; 15 Rio das Velhas; 16 Serro; 17 Jequitinhonha; 18 Paracatú; 19 Gequitaí; 20 Rio Pardo e 21 São Francisco.

Esta forma de divisão, utilizando-se dos limites do próprio século XIX também foi utilizada por Afonso de Alencastro Graça Filho em sua pesquisa de 1998 sobre a comarca do Rio das Mortes, na verdade muito mais centrada na análise da vila de São João Del Rei.<sup>153</sup> Para o autor esta região diferenciou-se do restante da província mineira e, particularmente da região central por manter altos índices de crescimento e também diversificação das atividades econômicas o que teve conseqüências políticas como a busca por maior autonomia e a própria idéia de separatismo conforme visto no capítulo anterior. Diversos outros estudos que se

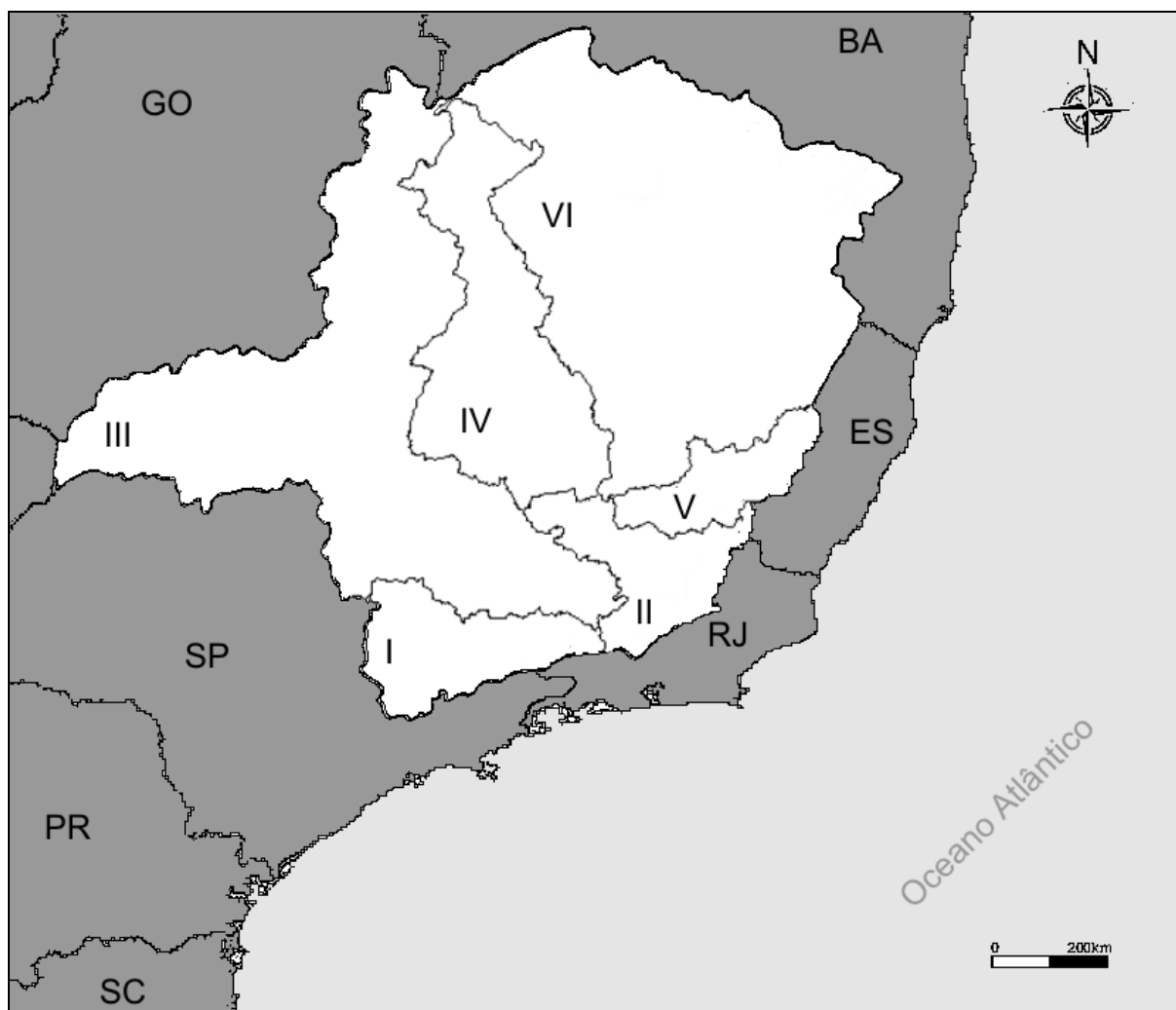
<sup>153</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del-Rei (1831-1888)**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1998.



organizaram em torno de uma região em especial também se basearam nas divisões administrativas da época.

Outra divisão usando-se dos critérios da época pode ser vista na dissertação de mestrado de Mário Marcos Rodarte, defendida em 1999.<sup>154</sup> Buscando estudar os ‘fluxos’ econômicos a partir dos dados censitários do século XIX e das informações disponíveis sobre os serviços dos correios em Minas Gerais para o período, o autor dividiu o território mineiro de acordo com as rotas estabelecidas pelos serviços de entrega das correspondências. Segundo suas próprias palavras “*As razões de se escolher estas áreas para análise é que elas foram definidas pelo próprio sistema de Correios e, por isso, conformam adequadamente os trajetos de circulação*”.<sup>155</sup> A regionalização resultante pode ser vista abaixo no Mapa XI

**Mapa XI: Minas Gerais no Estudo de Mário Marco Sampaio Rodarte**



<sup>154</sup> RODARTE, Mário Marco Sampaio. **O Caso das Minas que não se esgotaram: A pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG, 1999.

<sup>155</sup> Idem, p. 78

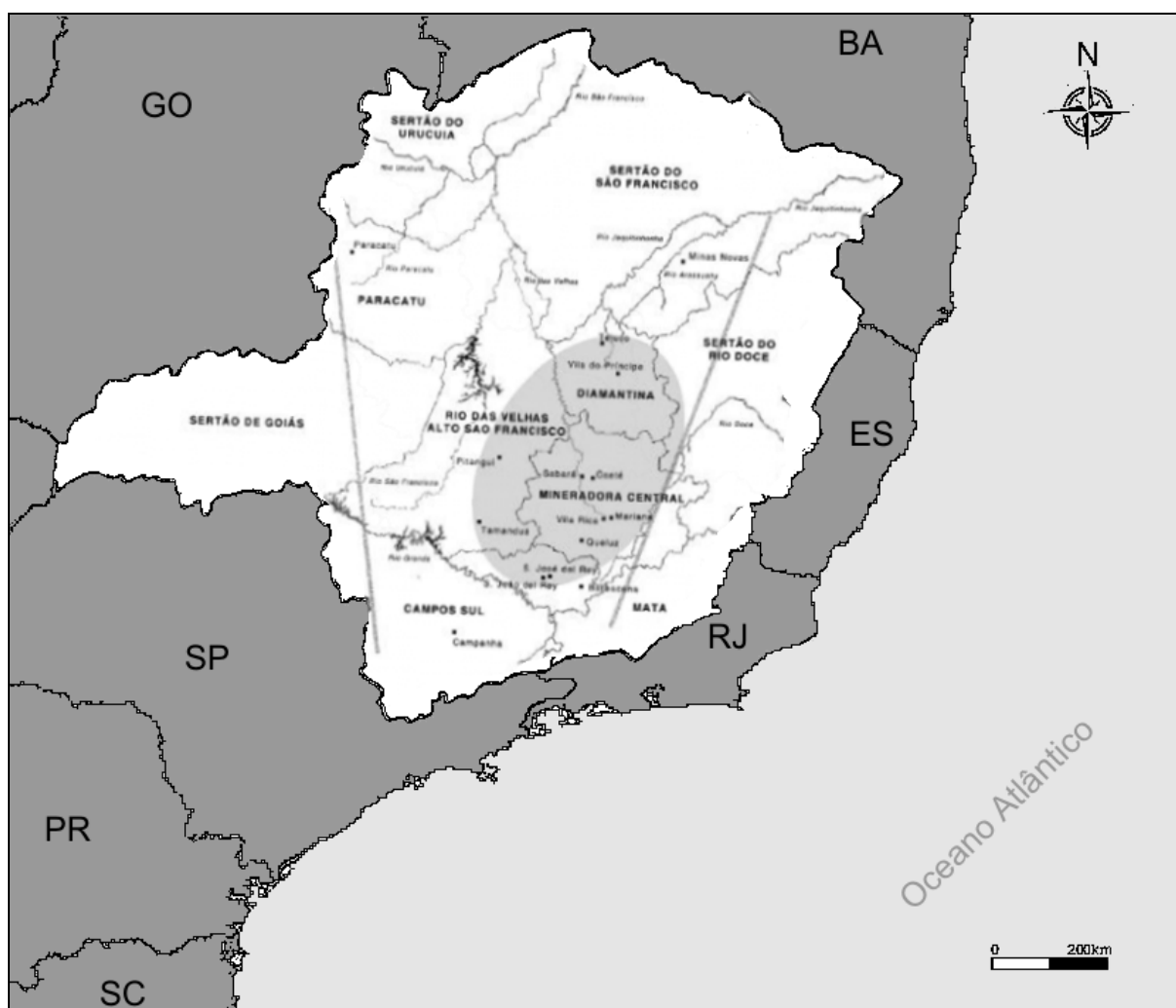
**Fonte:** (elaboração própria a partir de) RODARTE, Mário Marco Sampaio. **O Caso das Minas que não se esgotaram: A pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista.** Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG, 1999, p. 78. Regiões: I Sul; II Mata; III Oeste; IV Centro; V Mariana; VI Centro-leste.

Portadores conforme visto no início deste trabalho, de uma profunda discussão do ‘espaço mineiro’ o CEDEPLAR desenvolve coletivamente estudos sobre as regionalizações possíveis para Minas Gerais a partir do estudo de vários de seus pesquisadores. Recentemente Alexandre Mendes Cunha questionou a percepção contemporânea que a historiografia tinha do espaço geográfico das Minas Gerais para o século XVIII. Conforme percebemos no mapa XII, vemos que a regionalização do território mineiro a partir dos documentos de autoridades e relatos escritos, entende que o que se considerava como Minas Gerais seria somente o ‘espaço’ que circundava a região mineradora, introduzindo os conceitos de “*sertão*”, “*campos*”, “*currais*” e “*matos*” para as regiões escassamente povoadas, ou ainda inteiramente enecúmenas da capitania.<sup>156</sup>

---

<sup>156</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. **Vila Rica – São João del Rei: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX**, Dissertação de Mestrado, Niterói, ICHS/UFF, 2002

**Mapa XII: Capitania das Minas Gerais regionalização para o século XVIII de Alexandre Mendes Cunha**



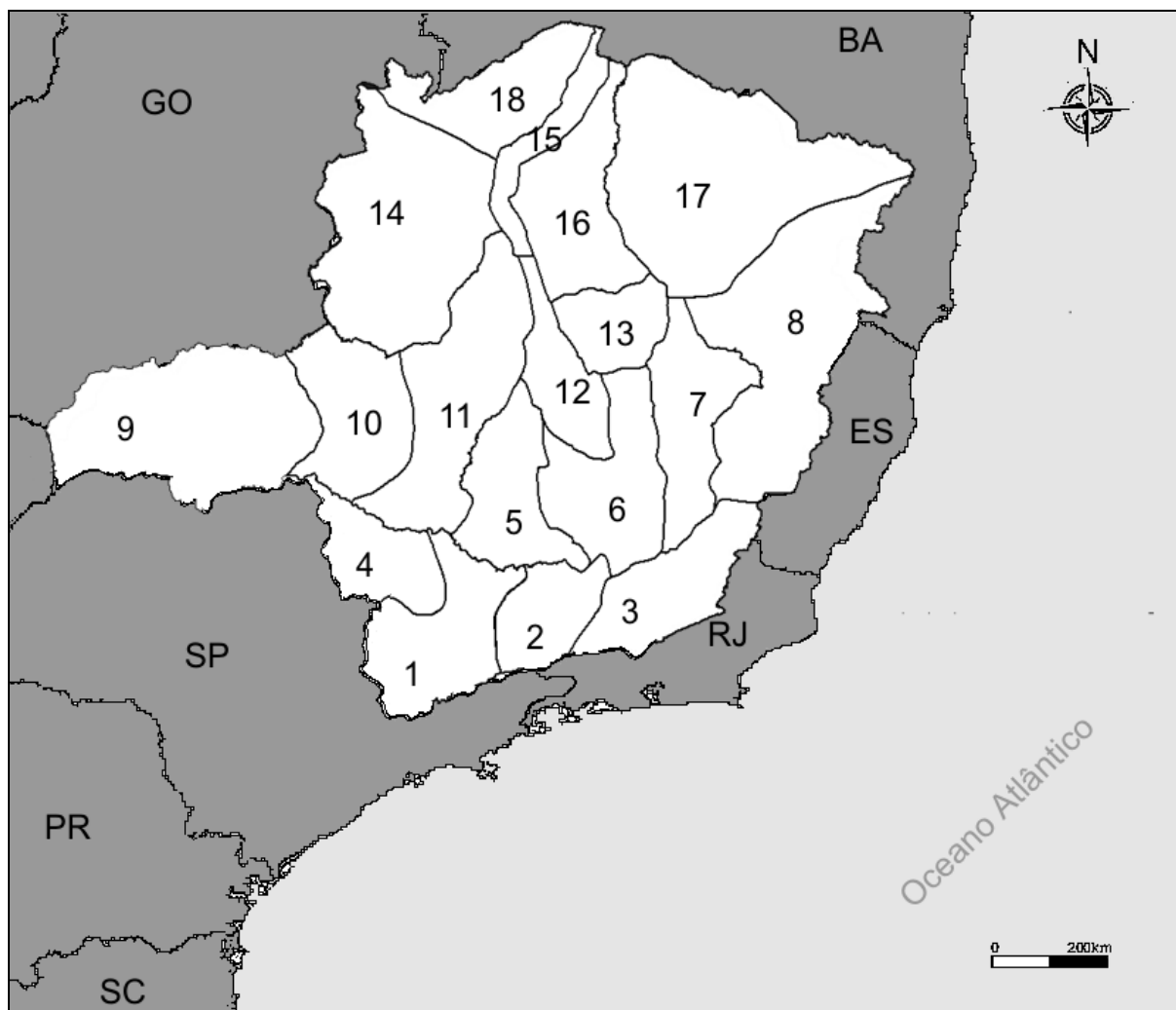
Fonte: (elaboração própria a partir de) CUNHA, Alexandre Mendes. **Vila Rica - São João del Rei: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX**, Dissertação de Mestrado, PPGH / UFF, Niterói, 2002.

A partir deste e de outros trabalhos Clotilde Paiva e Marcelo Godoy Magalhães propuseram recentemente uma ‘ousada’ divisão para o século XIX baseada em dois conjuntos de fontes: os relatos dos diversos viajantes do período e os dados dos censos demográficos realizados na província em 1833, 1835 e 1838.<sup>157</sup> Em trabalho minucioso onde foram

<sup>157</sup> Essa regionalização surge da tese de doutorado de Clotilde Andrade Paiva **População e economia nas Minas Gerais do Século XIX**. São Paulo: FFLCH-USP, 1996 e de um estudo de Marcelo Magalhães Godoy **Intrépidos viajantes e a construção do espaço – Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX**. Texto para discussão n.º.109, Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG, 1996. Ambos do mesmo ano e que irão ser generalizados nos estudos do CEDEPLAR a partir do texto dos dois autores Território de Contrastes Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX. In: **X Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina, CEDEPLAR / UFMG, 2002, a incorporação das análises pelos demais pesquisadores deste Centro e a sua difusão pelos estudiosos de Minas Gerais no XIX nos permitem utilizar a idéia de uma visão

‘cruzadas’ as atividades econômicas e as estruturas sociais resultantes, tais pesquisas apontam para uma Minas Gerais com 18 regiões distintas no período do Império de acordo com as atividades desenvolvidas e o maior ou menor ‘densidade’ econômica e populacional, o mapa XIII apresenta os resultados da pesquisa:

**Mapa XIII: Minas Gerais no Estudo de Clotilde Paiva e Marcelo Godoy**



**Fonte:** (elaboração própria a partir de) PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães.

**Território de Contrastes Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX.** In: **X Seminário sobre a Economia Mineira.** Diamantina, CEDEPLAR / UFMG, 2002, p. 20. Regiões: 1 Sul Central; 2 Sudeste; 3 Mata; 4 Sudoeste; 5 Intermediária do Pitangui-Tamanduá; 6 Mineradora Central Oeste; 7 Mineradora Central Leste; 8 Sertão do Rio Doce; 9 Triângulo; 10 Araxá; 11 Sertão do Alto São Francisco; 12 Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 13 Diamantina; 14 Paracatú; 15 Vale do Alto-médio Rio São Francisco; 16 Sertão; 17 Minas Nova; 18 Extremo Noroeste.

‘institucional’. Quando formos fazer referências à esses trabalhos estaremos utilizando principalmente a versão publicada no livro SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MATTOS, Hebe Maria e FRAGOSO, João Luís Ribeiro (orgs). **Homenagem a Maria Yedda Linhares.** Rio de Janeiro: Mauad / FAPERJ, 2001.

Os mesmos autores ao ‘olharem’ retrospectivamente este ‘espaço’ para o século XIX chegaram a conclusão que:

*A diversidade regional era um dos principais atributos da economia mineira oitocentista. Em parte herança do século XVIII, da forma como se organizou e desenvolveu a exploração aurífera, as especificidades econômicas regionais decorriam também da conjunção de múltiplos aspectos geográficos.*<sup>158</sup>

Conseqüentemente as formas como os historiadores trabalharam as Minas acabou por serem múltiplas e variadas e, fazendo um retrospecto dos estudos anteriores, os estudiosos do CEDEPLAR irão alertar que:

*Orientada por percepções deformadas da categoria espaço e de noções distorcidas do conceito de região, a historiografia referente ao período não conseguiu traduzir a idéia da diversidade regional em expressões concretas. A relação com a espacialidade tendia a estar marcada pelo esvaziamento de sua historicidade, pela imprecisão na definição dos recortes e pelo recurso a procedimentos excessivamente simplificadores. Neste cenário, a transposição de recortes do século XX para o XIX, a proposição de divisões do espaço sem a indicação dos critérios e fontes utilizados na definição das unidades regionais, a adoção de circunscrições judiciárias e político-administrativas enquanto unidades espaciais homogêneas ou a simples inexistência de delimitação do espaço foram procedimentos recorrentes.*<sup>159</sup>

A crítica destes pesquisadores aos diversos historiadores que trataram das Minas Gerais no século XIX podem então ser reunidas em três grandes linhas: 1º Àqueles que incorporaram anacronicamente categorias espaciais de um período para o outro; 2º Àqueles que não utilizaram de critérios claros na definição das regiões e, 3º Àqueles que se utilizaram das categorias administrativas próprias do século dezenove e que poderiam ser “inadequadas” para diversos ‘universos’ de análises.

A regionalização proposta pelo CEDEPLAR pode, sem dúvida, ajudar a entender a própria fragmentação da província como procuramos demonstrar até aqui. Entendemos,

<sup>158</sup> PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães, Minas Território de Contrastes.... op. cit p. 11

<sup>159</sup> Idem, ibdem

entretanto que, apesar de todo o mérito do trabalho, liderado por Clotilde Paiva, a máxima da geografia francesa ainda se mantém, a regionalização é um meio e não um fim em si mesmo.<sup>160</sup>

A divisão das Minas Gerais em 18 regiões se constituiu segundo nossa compreensão, em um grande esforço para demonstrar as divisões da província por volta das décadas de 1830 e 1840 a partir das principais atividades econômicas. Entendemos, no entanto que não permite explicar os diferentes movimentos de povoamento e construção de identidades políticas distintas que irão se estabelecer nas Minas Gerais para os períodos posteriores destas duas décadas, particularmente no caso da expansão da cafeicultura pela Mata mineira que ocorrerá neste momento e irá se acelerar na segunda metade do século.

Também entendemos que a opção pela ‘leitura’ dos viajantes pode apresentar uma série de limites. O primeiro refere-se aos relatos em si, as condições em que tais documentos eram produzidos muitas vezes eram longe do que estava de fato ocorrendo de concreto, ou significativo nestas áreas. Muitos relatos se esmeraram em relatar o pitoresco, o inexplicável ou, em outras palavras, naquilo que chamava a atenção dos viajantes.<sup>161</sup> Além deste ponto, as percepções vão ser guiadas pelos interesses distintos dos pesquisadores, mineralogistas, botânicos, artistas ou intelectuais de amplo espectro que terão visões diferentes das mesmas paisagens. Por último e que foi muito propriamente apontado pelos autores do CEDEPLAR, a leitura destas obras depende ainda dos próprios interesses dos historiadores, o que pode provocar “*o paradoxo de teses antagônicas encontrarem nos viajantes convenientes passagens a lhe darem respaldo ou a desqualificação dos depoimentos, reduzidos a meros adornos ilustrativos, sem importância na demonstração de qualquer preposição*”.<sup>162</sup>

Usando exatamente este ponto e como exemplo desta questão vemos que no estudo liderado por Clotilde Paiva não existiriam relatos significativos nas memórias dos viajantes de atividades econômicas e comerciais consideráveis para a Zona da Mata mineira.<sup>163</sup> Segundo os autores em todas os relatos estudados somente haveria duas referências a “*viveres*” para a região, em relação às várias atividades e categorias econômicas propostas como “*Extratativismo*”; “*Agricultura*”; “*Pecuária*”; “*Mineração*”; “*Agroindústria*”; “*Ofícios*

---

<sup>160</sup> Sobre a discussão sobre os múltiplos conceitos de região cf. à título de introdução ao debate CASTRO, Iná Elias de; CORREA, Roberto Lobato e GOMES, Paulo César da Costa (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 62.

<sup>161</sup> SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>162</sup> PAIVA, Idem p. 486.

<sup>163</sup> Cf. principalmente quadro 2 e 3, PAIVA, op. cit. p. 494 e 495.

*Manuais e Mecânicos*”; “*Siderurgia*”; “*Comércio*”; “*Serviços*” além de “*Outras Informações*”.<sup>164</sup>

Empreendendo uma leitura mais atenta de um desses relatos, a **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais** de Auguste de Saint Hilaire, entendemos que, ao contrário, existem várias referências a essas atividades no capítulo referente à Mata mineira denominado “*Caminho do Paraibuna à Entrada do Campo*” que poderiam ter sido notados pelos autores. No referido capítulo vemos que aparecem, pelo menos cinco indicações de “*vendas*” além de uma explicação para o grande crescimento populacional da região relacionada à “*vizinhança da capital [ou a Cidade do Rio de Janeiro]*” e ao fato de “*não pagar nenhuma taxa*” ou seja, os pesados impostos de registro e passagens com que os produtores e comerciantes mineiros tinham que se debater.<sup>165</sup>

Neste capítulo também fica clara a presença de alfaiates no registro do Paraibuna (na divisa do Rio de Janeiro com Minas Gerais). Saint Hilaire relata que seu acompanhante, o “*sr. Lagsdorff*” será abordado por dois homens que queriam tirar a medida de sua casaca para fins de reproduzir o ‘modelo’.<sup>166</sup> Existe ainda uma outra passagem já bastante ‘famosa’ por ter sido utilizada por historiadores que abordaram a questão da escravidão e da família escrava<sup>167</sup> quando Saint Hilaire conversa com um escravo africano e desse diálogo fica claro que ele irá se casar com uma escrava da mesma nação comprada por sua senhora. Neste mesmo trecho também o naturalista relata que o escravo possuía uma pequena roça de milho e outros gêneros onde podia trabalhar aos domingos afim de conseguir algum dinheiro.<sup>168</sup> Por último, temos neste relato uma descrição de um “*Rancho*” e uma “*Venda*” que demonstram que havia grande interesse dos tropeiros em trocar produtos transportados por mantimentos o que, junto com o início da expansão da cafeicultura neste período, explica o grande crescimento populacional que a região estaria vivendo.

Desta forma, entendemos que o comércio, intra e inter-regional e ainda interprovincial da Mata mineira; as atividades de manufaturas e mesmo a produção agrícola da região ficaram diminuídas nessa análise. Também outros estudos demonstraram que a Zona da Mata mineira possuía nesse momento ‘fluxos’ de povoamento distintos, uma em sua região ‘central’ originárias de colonizadores de Mariana e dedicados à produção de alimentos, fumo

<sup>164</sup> Idem, p. 490, Tabela 5.

<sup>165</sup> HILAIRE, op. cit., pp. 48 a 50.

<sup>166</sup> Idem, p. 49.

<sup>167</sup> O primeiro a chamar a atenção à tal passagem foi Rômulo Garcia de Andrade em sua tese de doutorado, **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezanove**. (Tese de Doutorado), São Paulo: USP, 1995.

<sup>168</sup> HILAIRE, op. cit., p. 53.

além de atividades extrativistas e outro que se processava na sua porção ‘sul’, ao longo do Caminho Novo e que já era marcado por uma maior grau de mercantilização.<sup>169</sup>

De qualquer maneira, a relação não-direta que estamos tentando estabelecer aqui entre a ‘Economia’ e ‘Política’ nas Minas Gerais do século XIX implica necessariamente em discutirmos este ‘Espaço’. Desta forma é importante que definamos de qual Minas Gerais e suas divisões internas vamos estar nos referindo para as análises à serem empreendidas neste trabalho.

Por tudo que viemos trabalhando até aqui, entendemos que é impossível definir as regiões de Minas Gerais a partir de uma única ou então um conjunto de atividades econômicas. Da mesma forma, não entendemos Minas como um todo coerente do ponto de vista político ou de uma identidade, assim, acreditamos que é no entrecruzamento destas duas realidades, a econômica e a política é que podemos captar minimamente as identidades possíveis. Desta forma iremos tentar identificar as várias regiões de Minas Gerais a partir de sua evolução histórica, de suas principais características econômicas e demográficas e também do comportamento político de suas principais lideranças durante os debates nas várias esferas do poder provincial e imperial.

A despeito das críticas que a regionalização proposta por John Wirth sofreu por parte de vários historiadores mineiros, entendemos que a consistência de suas análises se deve à compreensão das diversas “*identidades políticas*” surgidas (Centro, Norte, Leste, Mata, Sul, Triângulo e Oeste) como fruto de “*povoamentos ao longo do século XIX*”. Isto significa dizer que em conjunto com as atividades econômicas surgiram relações sociais próprias que definiram relações e posições políticas também específicas. O fato de o autor trabalhar com as regionalizações existentes na década de 1920 e 1950 não inviabilizam o ‘modelo’ alcançado, ao contrário, em nosso entendimento é exatamente o que o definem.

Em nossa compreensão é exatamente o contrário; será a partir das divisões políticas regionais da 1ª metade do século XX que podemos entender os sucessivos desdobramentos que as atividades econômicas e colonizações provocaram nas Minas Gerais. Dessa forma, as disputas políticas que o autor estuda para o período da República Velha tiveram suas origens

---

<sup>169</sup> ALMICO, Rita de Cássia da Silva, LAMAS, Fernando Gaudereto e SARAIVA, Luiz Fernando. A Zona da Mata mineira subsídios para uma Historiografia. In: **V Congresso Nacional de História Econômica e 6º Congresso Internacional de História de Empresas**, 2003, Caxambu. Congresso Brasileiro de História Econômica. Caxambu : ABPHE, 2003.



nas interações e interesses das diferentes regiões que compuseram o Estado no período imperial.<sup>170</sup>

A nossa divisão das Minas Gerais se inspira, portanto, nos estudos de John Wirth para o início da República porque, sem deixar de correr o risco de anacronismo, julgamos a que melhor explica a construção de regiões como fruto de processos sociais.<sup>171</sup> Concordando ainda com Pierre Bourdieu,<sup>172</sup> consideramos que tais divisões nada mais são do que critérios objetivos de identidade.

Definimos assim que a província mineira a partir de meados do século XIX será composta de três regiões com identidades definidas ou ‘estáveis’, como o *Centro*; o *Sul* e o *Norte*. As regiões do *Triângulo* e da *Mata* irão consolidar suas identidades ao longo da 2ª metade do Dezenove a partir da expansão das atividades econômicas e povoamento devendo ser vistas então como ‘em formação’. Por fim duas regiões que podem ser consideradas como regiões como ‘incompletas’ para o período, o *Leste* e o *Oeste* visto serem tributárias da expansão de populações da região *Central* principalmente em direção ao *Oeste* e do *Norte* em relação ao *Leste* depois da criação da Companhia do Vale do Rio Mucuri por Teófilo Benedito Otoni. O resultado provisório pode ser visto no mapa XIV:

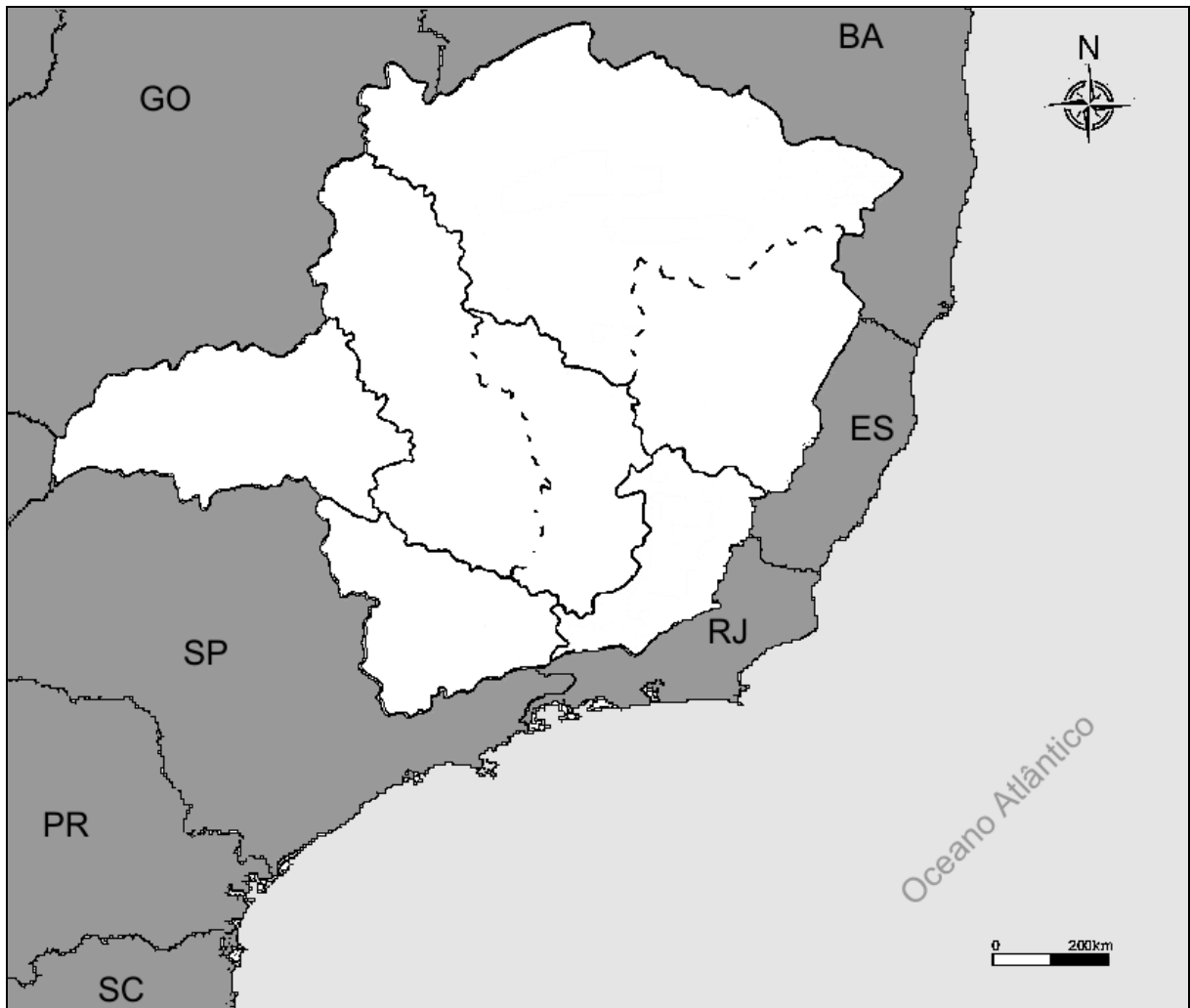
---

<sup>170</sup> Além das já citadas pelos autores do CEDEPLAR, cf também OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de op. cit. capítulo I.

<sup>171</sup> Além de WIRTH, John, já citado, estamos nos apoiando nas idéias região como uma construção social vista em MATTOS, Ilmar Rohloff de, **O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

<sup>172</sup> BOURDIEU, op. cit., p. 112.

**Mapa XIV: Formação das Identidades Políticas Mineiras ao longo do século XIX**



**Fonte:** (elaboração própria a partir de) WIRTH, John D. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889 – 1937.** Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 42.

O fato mais importante e que insistimos neste ponto e é de que em praticamente todas as regionalizações propostas a Mata mineira ‘permanece’ como uma região coerente e ‘organicamente’ delimitada pela expansão da cafeicultura em meados do XIX. Embora possa haver algumas ‘diferenças’ entre os limites da região como visto no trabalho de Rafael Rangel Giovani **Regiões em Movimento: Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897)** entendemos que a Mata será portadora de uma ‘identidade política’ cujas bases serão o conjunto de atividades econômicas e sociais.<sup>173</sup>

<sup>173</sup> O referido autor demonstra como os ‘limites’ da Mata mineira variam principalmente na região nordeste, onde alguns autores colocam os municípios de Piranga, Viçosa, Ponte Nova, Rio Casca, Abre Campo, Matipó e Manhuaçu não pertenceriam à Mata mineira, cf. GIOVANI, Rafael Rangel. **Regiões em Movimento: Um olhar**

Estas identidades não são isentas de críticas ou subdivisões. Os conflitos internos entre os próprios líderes políticos e populações à época vão tornar mais complexas essas discussões. As várias disputas que iremos assistir entre as câmaras municipais e alguns dos principais políticos mineiros no século XIX dentro de uma mesma região exemplificam isto.

Fica visível as disputas ao longo de todo o período as disputas envolvendo as Câmaras Municipais de São João Del Rei e Ouro Preto como visto no capítulo I. Também vimos que a região *Oeste* será portadora de movimentos distintos como a permanência dentro das Minas Gerais e o desejo de compor uma nova província no ‘Centro’ do país, porém, via de regra seu comportamento será o de acompanhar as ‘políticas’ do Centro. As diferentes posições tomadas pelas Câmaras Municipais e os principais políticos da Zona da Mata mineira sobre diversos aspectos como ferrovias, abolição e produção agrícola como apontadas por Ângelo Carrara, e que será visto mais à frente, compõem essas ‘divisões internas’, embora em nosso entender não impeça a idéia de uma identidade comum dada pelas atividades econômicas e interesses políticos.<sup>174</sup>

No caso particular da região Central vemos que estes conflitos são bastante expressivos e, a própria historiografia pertinente tende a subdividir o Centro em duas regiões como a ‘Central Mineradora’ ou ‘Metalúrgica’, incluindo aí Ouro Preto, Queluz, Mariana e a região das ‘Vertentes’ por exemplo que englobaria os municípios de São João e São José Del Rei e Barbacena. Outros autores como Afonso de Alencastro Graça Filho inclusive colocam a cidade de São João Del Rei como pertencente ao Sul da província, alegando uma identidade própria a partir da comarca do Rio das Mortes.

Acreditamos aqui que, ao contrário, o Centro das Minas Gerais irá se constituir ao longo do XIX em um ‘todo’ coerente e orgânico, não somente em questão das atividades econômicas como a agricultura, mineração e comércio com imbricados circuitos mercantis, mas principalmente a partir das demandas políticas. Os conflitos internos não irão fazer a região perder o controle da política por sobre a província em nenhum momento do século. Irão, na verdade, reforçar a construção e um poderoso ‘bloco’ de interesses para questões como transportes, notadamente as ferrovias; transição da mão-de-obra; educação, e a própria questão da transferência da capital. Contrariando parte da historiografia que vê na disputa entre a “*Várzea do Marçal*” (distrito localizado em São João Del Rei) e o “*Belo Horizonte*” (distrito de Queluz) para a criação da nova capital como a cisão desta região, entendemos que

---

sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação de Mestrado, UFMG, PPGG, 2006, p. 119 e seguintes.

<sup>174</sup> CARRARA, Ângelo. Diversidade e Continismo

o ponto mais importante foi a permanência da capital no ‘centro’ das Minas. Além de ter garantido a integridade do Estado na conturbada transição para a República, Belo Horizonte ou a “*Cidade das Minas Gerais*” contribuiu para impedir a fragmentação das Minas com a tentativa derrotada organizada por parcelas dos políticos do Sul como visto antes.

Da mesma forma o Triângulo mineiro será uma região que inicialmente incorporada às Minas irá ter um desenvolvimento ‘lento’ ao longo do século XIX, sendo que os movimentos separatistas que irão ocorrer na região, principalmente no início do século XX demonstram como será somente a partir deste ponto que pode se falar de uma ‘identidade’ própria. Os conflitos entre as vilas de Uberlândia e de Uberaba também demonstram como essa regionalização não é isenta de conflitos internos, ao contrário, é muitas vezes no embate ‘dentro’ de uma mesma região que esses conflitos ficam mais claros.<sup>175</sup>

Por último, e reforçando a idéia de que a regionalização não é um fim em si mesmo, mas um meio para a apreensão de determinadas realidades, quando formos trabalhar com as divisões eleitorais para Minas Gerais no capítulo V estaremos nos utilizando dos mapas com as divisões administrativas do período conforme visto em Laird Begard, mesmo com todas as distorções levantadas pelo estudo do CEDEPLAR. Tal opção se dá justamente por entender que as referidas distorções em relação às identidades em construção, irão definir não somente o número de votantes e eleitores além dos próprios representantes políticos da província, tanto na Assembléia Geral quanto na Provincial, mas principalmente as ‘fraturas’ existentes nas Minas nestes momentos.

## **2.1 Em busca do possível – População, atividades econômicas e atuação política na Minas Gerais na segunda metade do XIX.**

Tentando demonstrar a coerência da divisão proposta vamos empreender uma análise das várias regiões para a província em meados do século XIX utilizando para isso algumas variáveis: em primeiro lugar trata-se das **Listas Nominativas de 1831 e 1832** coligidas e que gentilmente nos foram cedidas por Maria do Carmo Salazar Martins para Minas Gerais. Um segundo conjunto de fontes foram os dados do **Recenseamento da População do Império de 1872** analisados de maneira geral por região. Também iremos trabalhar com dados sobre a produção econômica das várias regiões das Minas, tais informações foram recolhidas tanto da historiografia que se debruçou sobre estas várias regiões, como também alguns relatórios e dados estatísticos produzidos pelos ministérios e órgãos públicos, particularmente o relatório

---

<sup>175</sup> Alex Marciel da (op. cit)

do vice-presidente da província em 1845 Quintiliano José da Silva.<sup>176</sup> Por último, outra variável foi a trajetória de alguns dos principais políticos de cada uma das regiões estudadas, o que de certa forma, antecipa alguns resultados do capítulo IV.

Não se trata aqui de um esforço exaustivo na pesquisa demográfica conforme empreendido por diversos autores desde a década de 1980 com os estudos pioneiros de Iraci Del Nero<sup>177</sup> trata-se na verdade de uma tentativa de aproximação da diversidade da economia mineira – tema exaustivamente tratado pela historiografia – tendo em vista encontrar as identidades político-culturais geradas a partir de então. Ao longo do século XIX encontraremos vários políticos mineiros se identificando e defendendo interesses da Mata mineira, do Triângulo, do Sul, do Norte e mesmo do Centro ou das ‘verdadeiras’ Minas, é nas raízes destas ‘identidades’ que a nossa regionalização se apóia.

Iniciando uma discussão mais geral para a população de Minas na década de 1830 vemos que a população da província – excluindo os distritos que não foram levantados – era de cerca de 626.646 pessoas, sendo que a categoria ‘livres’ perfaziam um total de 418.422 ‘almas’ ou 66,77%. Esta população se dividia em 182.502 ‘brancos’, 190.132 ‘pardos’ e 45.788 ‘pretos’ livres (ou respectivamente 29,12%; 30,34 e 7,30% do total da população da província). O número de ‘pretos’ livres era bastante diminuto o que corrobora com as análises feitas para outras províncias, como por exemplo São Paulo.<sup>178</sup>

Pelos dados acima levantados, os escravos correspondiam então a 33,23% da população ou 208.224 indivíduos na província e se dividiam em 27.082 pardos e 181.142 ‘pretos’. O grande número de escravos tidos como ‘pretos’ correspondia a 86,99% dos escravos e 28,90% de toda a população, corrobora a tese do vigor do tráfico de escravos para Minas Gerais, ao menos para as primeiras décadas do século XIX. Em estudo mais minucioso com os dados desse período, Clotilde Paiva demonstra serem por volta de 43,4% o número de escravos africanos para a província neste período.<sup>179</sup>

Quanto a divisão por sexo, percebemos que, em termos gerais, existiam 297.085 mulheres para 329.561 homens. Detalhando um pouco mais os dados, encontramos 91.872 homens e 90.630 mulheres ‘brancos’ o que dá uma razão de masculinidade de 1,01 praticamente dentro de uma distribuição uniforme, já entre os ‘pardos’ livres, 96.150 eram mulheres e os homens eram em número de 93.982 com uma razão de masculinidade de 0,97 o

<sup>176</sup> Relatório de Presidente de Província, 1845.

<sup>177</sup> COSTA, Iraci Del Nero. **Minas Gerais: Estruturas Populacionais típicas**. São Paulo: USP, 1982.

<sup>178</sup> NERO, Iraci del e também o artigo de Manolo na Topoi sobre o alforrias no Rio de Janeiro (colocar o trabalho de Iraci)

<sup>179</sup> PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes (...) op. cit., p. 506, os autores fazem a ressalva que em cerca de 5.492 ‘casos’ não foi possível determinar a cor/origem dos escravos.

que demonstra, juntamente com o alto número de mulheres negras forras ou livres – que era de 24.182 para um número de homens negros livres de 21.606 ou 0,89 de razão de masculinidade – que as chances de alforrias eram maiores para as mulheres que para os homens. Também é certo que a desproporção entre os sexos era maior entre os escravos, embora entre o grupo dos escravos pardos essa desproporção fosse menor, afinal temos 13.106 mulheres para 13.976 homens ou 1,06 de razão, já entre os escravos pretos vemos que 108.125 eram homens e 73.017 eram mulheres ou 1,48 a mais alta taxa para os sub-grupos da população e, certamente uma das conseqüências do tráfico de escravos que privilegiavam o gênero masculino.

Após essas análises gerais podemos desagregar os dados para as várias regiões que compunham as Minas Gerais do século XIX. Os dados desagregados pelas regiões por nós delimitadas dão-nos conta de realidades bastante diversificadas e que guardam grande coerência com várias análises da História de Minas Gerais para o período. As regiões Central, Sul e o Norte, concentravam, como se poderia esperar, a mais altas taxas populacionais do início do XIX, com cerca de 395.815 indivíduos. A região Central de povoamento mais antigo possuía uma população de 226.433 habitantes (ou 55,13% da província). O Sul e o Norte cujo povoamento também havia se dado no século XVIII eram, respectivamente, a segunda e terceira regiões em termos de população, estas três áreas concentravam 480.464 pessoas, ou 76,67% de toda Minas Gerais.

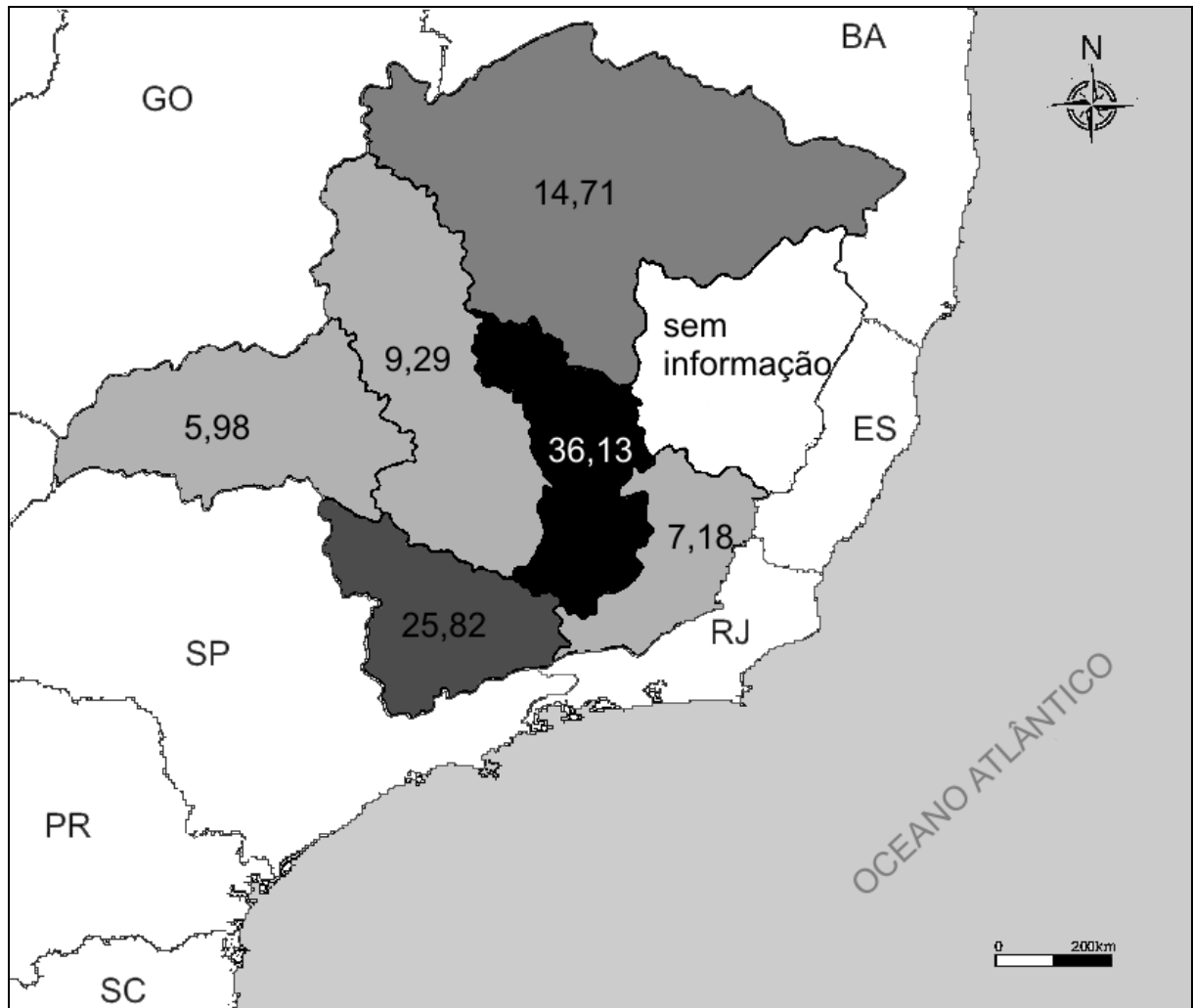
Os antigos ‘sertões’ que começavam a ser cada vez mais povoados neste momento correspondiam a pouco mais de 20% da população, sendo que o Oeste mineiro, das três áreas, era aquela que tinha a maior concentração demográfica, estimada em 58.245 pessoas ou 9,29% da população da província. A Mata possuía 45.000 habitantes e o Triângulo 26.855 ou 7,18 e 5,98% respectivamente. Cumpre ainda chamar a atenção que a região Leste não possuía nenhum distrito ou município recenseado neste momento, sendo difícil, portanto, definir qualquer forma de povoamento ‘regular’. Os dados estão dispostos na tabela (I) e o mapa (XIV) a seguir.

**Tabela I : População Total, Livre e Escrava por Regiões de Minas Gerais 1833 – 1838**

Regiões	Pop.Total	% provín.	Pop.Livre	Pop. Escrava	% de escravos na região
Central	226.433	36,13	141.784	84.649	37,38
Mata	45.000	7,18	25.089	19.911	44,24
Norte-Leste	92.187	14,71	69.939	22.248	24,13
Oeste	58.245	9,29	42.577	15.668	26,90
Sul	161.844	25,82	111.242	54.602	33,73
Triângulo	37.515	5,98	26.855	10.660	28,41
Total	626.656		417.486	207.738	33,15

Fonte: Listas nominativas 1833 – 1838, MARTINS, Maria do Carmo Salazar

**Mapa XIV : População Total por Regiões de Minas Gerais 1833 – 38**



Fonte: Tabela I

Quarenta anos podemos ver a ‘evolução’ da população mineira a partir do **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Desde 1821 já existia a intenção por parte de D.

João VI de promover o um recenseamento foi somente na década de 1870 que o gabinete conservador de José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco conseguiu completar este processo.<sup>180</sup> Apesar das tentativas anteriores terem gerado dados fragmentários inclusive para Minas Gerais conforme estudos como de Maria do Carmo Salazar Martins e Helenice Carvalho Cruz da Silva, optamos por trabalhar somente com os dados da década de 1830 e 1870 por entendermos já serem bastante indicativos da discussão proposta.

O crescimento da população mineira como um todo é bastante significativa conforme pode ser observado no quadro II, de 626.656 pessoas quarenta anos depois essa população da província já ultrapassava os dois milhões de habitantes (2.050.509 de acordo com os dados do censo), ou um crescimento de 327,21%. A população escrava decresceu em termos percentuais, passando de 33,15% da população para 22,26% muito embora permanecesse em termos absolutos como a maior do país passando de 207.738 para 373.336 cativos, ou seja um crescimento percentual de 179,71% e absoluto de 165.598 escravos na sua grande maioria importados a partir do Rio de Janeiro.<sup>181</sup>

Vemos também que ocorreram intensas migrações e povoamentos nas Minas Gerais, pois, apesar do Centro, do Sul e da região Norte-leste continuarem sendo as áreas mais povoadas da província com 65,86% do total, as demais regiões apresentaram um crescimento significativo, particularmente a Mata mineira que passou de 7,18 para 13,76%. Em termos absolutos esse crescimento foi ainda maior pois a região contava com 45.000 habitantes em 1833 e cresceu 626,94% ou 282.124 habitantes. Outra região que atravessou um grande crescimento foi o Oeste, fundamentalmente tributária da expansão da região Central, a região possuía em 1831 – 1833 cerca de 9, 29% da população da província ou 58.245 habitantes, na década de 1870 a região havia passado a ter uma população de 265.097 ou 12,93% do total com um crescimento absoluto de 455,14%. Das áreas de ‘expansão’ dentro das Minas Gerais o Triângulo mineiro passou de 5,98% da população na década de 1830 para 7,45%, ou em

---

<sup>180</sup> A lei eleitoral de 19 de Junho de 1822 previa o recenseamento geral do Império, cf. sobre algumas características das tentativas de recenseamento do Império cf. BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 1

<sup>181</sup> Existe um grande debate na historiografia econômica e demográfica mineira que aborda a 1ª metade do século XIX sobre a principal ‘fonte’ dos escravos mineiros. No caso trata-se da discussão sobre a ‘reposição’ da escravidão via tráfico ou via ‘reprodução natural’ dos cativos. De um lado BERGAD, Laird W. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru: EDUSC, 2004 defende que a última opção teria sido a mais utilizada na província e de outro MARTINS, Roberto Borges op. cit coloca a importação como a ‘via’ principal até o fim do tráfico de escravos em 1850. Apesar da importância do referido debate nossa pesquisa passa ‘ao largo’ destas questões, entendemos aqui que o maior ou menor ‘uso’ do trabalho escravo seja relacionado ao caráter e dinamismo das atividades econômicas regionais mineiras. Particularmente para a Mata mineira como ficará mais claro no capítulo V tendemos a concordar que a 1ª metade do século XIX será fundamental a importação maciça de escravos via porto do Rio de Janeiro a razão da formação dos grandes plantéis lá encontrados.



termos absolutos sua população cresceu de 37.515 ‘almas’ para 152.689, um crescimento de 407%. Chama a atenção ainda que o número de escravo da região, embora tenha sofrido um decréscimo relativo, de 28,41 para 20,39% possuiu em termos absolutos um crescimento bastante expressivo, passando de 10.660 cativos nos anos de 1830 para 25.864 ou 242,62% de aumento em 1872.

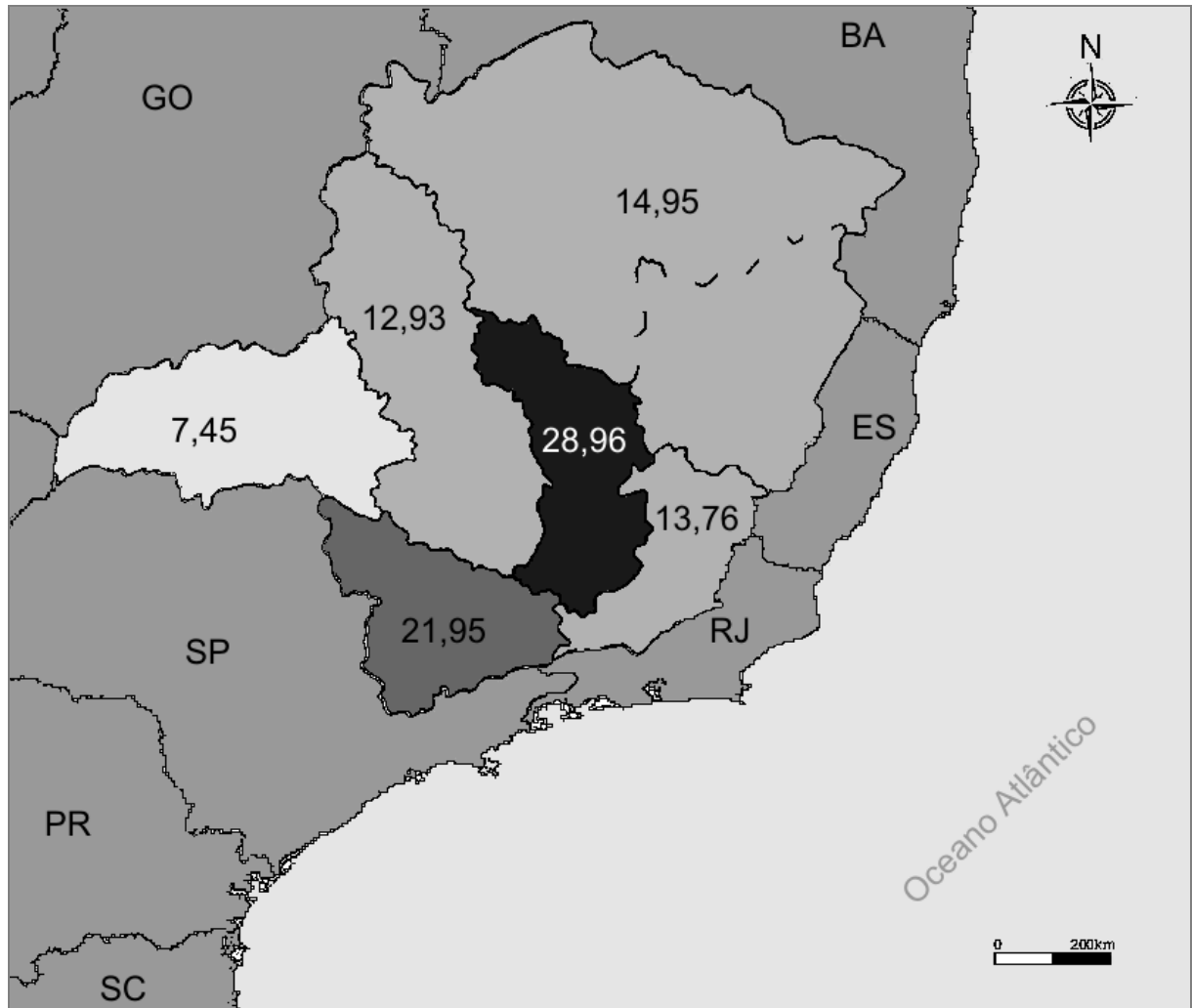
As regiões de povoamento mais antigo apresentaram índices de crescimento também expressivos, assim, a região Central que possuía 226.433 habitantes, ou 36,13% da população total da província, passou na década de 1870 a ter 593.850 ou 28,96%, decréscimo relativo de pouco mais de 7% embora sua população tenha crescido em 262,26%. A região Sul passou de 161.844 para 450.109 habitantes em 1872 (crescimento de 278,11%) embora em termos percentuais sua participação no conjunto da população tenha caído de 25,82 para 21,95% ou queda de pouco menos de 4%. Já a região Norte que possuía em 1830 92.187 habitantes, passou em 1872 a ter 306.649 um crescimento significativo de 332,63% o que fez com que, das regiões ‘antigas’ fosse a única que se mantivesse no mesmo patamar de representação da província, com pouco mais dos os mesmos 14 por cento do total.

**Tabela II: População Total, Livre e Escrava por Regiões de Minas Gerais 1872**

<b>Regiões</b>	<b>Pop.Total</b>	<b>% provín.</b>	<b>Pop.Livre</b>	<b>Pop. Escrava</b>	<b>% de escravos na região</b>
Centro	593.850	28,96	494.093	99.757	20,19
Mata	282.124	13,76	200.655	81.469	40,60
Norte-Leste	306.649	14,95	275.862	30.787	11,16
Oeste	265.097	12,93	223.409	41.679	18,66
Sul	450.109	21,95	356.329	93.780	26,32
Triângulo	152.689	7,45	126.825	25.864	20,39
Total	2.050.509	100,00	1.677.173	373.336	22,26

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 1872.

**Mapa XV: População Total por Regiões de Minas Gerais 1872**



**Fonte:** Tabela II

Consoante com estes dados, a distribuição da população escrava na província é bastante indicativa das atividades desenvolvidas em cada uma dessas regiões. Podemos entender, em uma primeira aproximação, que quanto maior fosse a proporção de escravos em relação à população livre, maior seria o engajamento destas regiões com atividades ‘eminentemente’ mercantis, não obrigatoriamente para a exportação internacional, embora este dado não possa ser aqui desprezado, como se verá mais à frente. Entendemos ainda que, de acordo com a historiografia pertinente, as diversas atividades voltadas para mercados mais amplos irá demandar maiores quantidades de mão-de-obra escrava incluindo ainda maiores plantéis, ou concentrações de escravos por unidade ou fogos.

Por último e como ficará mais claro nos capítulos IV e V, o crescimento da população de determinadas regiões irá criar demandas específicas que irão repercutir na estrutura política e na distribuição do ‘poder’ dentro da província mineira. Passamos agora a fazer uma breve

descrição das principais características das várias regiões mineiras conforme dito anteriormente.

## 2.2 A Região Central

A região central de Minas Gerais é obviamente a região das descobertas de ouro e mineração e que se estendeu a partir daí, seus principais municípios eram Vila Rica (depois Ouro Preto); Mariana, Sabará; Santa Luzia; Queluz (Conselheiro Lafaiete); Caeté; São João e São José Del Rei (atual Tiradentes); Santa Bárbara e Barbacena. Em 1821, no momento da independência correspondia a partes das comarcas de Sabará, Vila Rica e Rio das Mortes. Ponto central da aventura civilizatória mineira, foi a partir desta região que se expandiu as colonizações em direção ao Sul de Minas e ao Norte, ainda no século XVIII, à Zona da Mata mineira e também ao Norte e Oeste de Minas Gerais. Apesar da existência de economias especializadas na produção de alimentos em seu interior, a região como um todo foi marcada pela atividade mineratória, inicialmente do ouro, posteriormente do ferro, também será o mais importante centro comercial até meados do XIX e o centro administrativo e político das Minas Gerais. Já em 1833 compreendia as comarcas do Rio das Velhas; de Ouro Preto e das Mortes. Será subdivida ainda em 1854 e 1868 com a criação das comarcas de Piracicava e novamente de Sabará – que tinha sido extinta em 1833 e recriada em 1868.

Além disto, a economia dessa região estava longe de ser decadente ou estagnada, e a manutenção da atividade mineradora – inclusive com a presença de capital estrangeiro – associada a importantes atividades comerciais e ainda uma expressiva diversificação agrícola, mantiveram o Centro com uma participação significativa na economia mineira do XIX.<sup>182</sup>

A região Central mantinha dessa forma, altas taxas de população escrava, o que se desprende das atividades mineratórias; de produção de alimentos ligados ao circuito mercantil mineiro; de manufaturas e do transporte de gêneros de exportação (entendido aqui como para ‘fora’ da província). Admitindo variações sub-regionais bastante significativas, eram, entretanto, áreas bastante engajadas em produções *genericamente* mercantis o que demandava grande quantidade de trabalhadores escravos, embora pulverizados, por vezes, em unidades menores. Os dados do censo de 1833 – 1838 indicam a média do número de escravos em

---

<sup>182</sup> Cf. sobre a economia mineira e, principalmente da região central no XIX os trabalhos de LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988, PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX. In: **Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira**, CEDEPLAR / UFMG, Diamantina, 2004 e BERGAD, Laird, op. cit.

torno de 37,38% para o Centro ou um total de 84.649 cativos para uma população de 226.433 habitantes.

Podemos perceber ainda variações significativas entre os municípios e distritos na região. Vemos que, os distritos com as maiores populações escravas em relação ao conjunto da população livre, eram o do Espírito Santo das Carrancas no município de São João Del Rei e o distrito da Tapera em Mariana – respectivamente 72,47 e 70,53% de escravos sobre os livres.<sup>183</sup> O distrito de Tapera era o maior centro produtor de cana das Minas Gerais à época, ou ao menos o distrito com o maior número de Engenhos de Cana, cerca de 263 segundo dados de 1836 levantados por Andréa Lisly e também por Marcelo Magalhães Godoy.<sup>184</sup> A região de São João Del Rei já estudada por Afonso Graça Filho com uma economia bastante diversificada e várias atividades de exportação para a Corte o que, aparentemente dominava a economia do citado distrito.

Já os distritos com menor proporção de escravos eram também em Mariana (Cuité) e em São José Del Rei (Cláudio) – com 9,41 e 19,56% escravos respectivamente.<sup>185</sup> Percebe-se assim que na região central havia grande disparidade de atividades econômicas, sendo que a sua integração dava-se muito mais pelas relações políticas e de formação de mercados regionais do que por uma mesma produção ou atividade econômica comum à todos.

Temos como exemplo o distrito de Bonfim, situada na Serra do Espinhaço e que pertence à Bacia do Rio São Francisco no vale do Paraopeba distante cerca de 100 quilômetros Ouro Preto em uma região de transição para o Oeste de Minas. As primeiras notícias do povoamento da região são ainda do início do XVIII como região produtora de alimentos para as minas de ouro. Ente os fazendeiros conhecidos que no século XVIII ocuparam a região para a produção de alimentos temos Manoel Teixeira Sobreira e seu primo Manoel Machado que teriam conseguido entre 1735 e 1741 algumas sesmarias e ainda Alvarenga Peixoto, o inconfidente que seria outro grande proprietário de roças.<sup>186</sup> Já no século XIX sua economia permanecia essencialmente rural e com um forte desenvolvimento manufatureiro. A sua agricultura produzia gêneros alimentícios, algodão e cana, além da

<sup>183</sup> Em Espírito Santo das Carrancas a população era de 253 homens-livres para 666 escravos e 310 ‘livres’ para 742 escravos no distrito da Tapera.

<sup>184</sup> GONÇALVES, Andréa Lisly op cit e GODOY, Marcelo de Magalhães

<sup>185</sup> O distrito de Cláudio em São José Del Rei possuía 2.011 ‘livres’ para 489 escravos e em Cuité o número era de 260 ‘livres’ para apenas 27 escravos.

<sup>186</sup> Sobre Manoel Teixeira Sobreira e Manoel Machado cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais**. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995 e sobre Alvarenga Peixoto, cf. VEIGA, op. cit. onde se lê “*Proprietário de extensas fazendas de cultura em Paraopeba e na freguesia da Campanha, ali e em São João del Rei possuindo igualmente vastíssima porção de terras auríferas que explorava com mais de duzentos escravos*”. p. 120.

criação de gado e manufatura de tecidos e fabrico de aguardente que eram vendidos principalmente nas cidades mineradoras como Vila Rica (Ouro Preto), Mariana, Sabará, etc. e em parte exportado para outras províncias.<sup>187</sup>

Apesar de possuir uma média relativamente baixa de escravos, o distrito possuía em 1832 – 1833 cerca de 1.033 livres para 624 escravos (ou 37,66%), percebemos que tais dados, particularmente a produção de tecidos tidos como muito bons, justificavam uma realidade demográfica distinta; a grande presença de mulheres escravas em relação ao restante da província e também de um grande número de teares e rodas de fiar em 70% nos inventários post-mortem da região.<sup>188</sup>

Assim, apesar de distante de uma produção mineradora, o distrito de Bonfim do Paraopeba – que irá dar origem à vila da Rocinha em 1831 e em 1860 a cidade de Bonfim – estava inserido nos circuitos mercantis e também políticos da região central, tanto que o Barão de Paraopeba ou Romualdo José Monteiro de Barros será um dos membros da 2ª junta provisória do governo de Minas Gerais em 1822 e será presidente da província de Minas em 1850. Proprietário de minas de ouro, de uma das primeiras fundições de ferro da província, era ainda grande proprietário de terras no vale do Paraopeba visando a produção de abastecimento da região central.<sup>189</sup>

Ao se estudar a região Central, não podemos pensar em uma ou duas atividades que a definam e sim, em um conjunto de unidades que se organizaram inicialmente a partir da produção mineradora e que irão se desdobrar no século XIX em outras atividades, as relações políticas e mercantis, entretanto, continuarão a dar a tônica da região. Em trabalho de 1982 **Minas Gerais: Estruturas Populacionais Típicas** Iraci Del Nero já se propunha ‘classificar’ em termos demográfico-econômicos a região mineradora compreendida entre Vila Rica e a Vila do Carmo (Ouro Preto e Mariana) como estruturas populacionais “*urbana, rural-mineradora, intermédia e rural de autoconsumo*”.<sup>190</sup> Acreditamos que mesmo com todos os avanços nas pesquisas demográficas ocorridos nos últimos anos, tal caracterização ainda continua tendo validade para grande parte da região central.

Tanto que no relatório apresentado pelo presidente da província em 1845 vemos descrições enviadas pelas câmaras das principais vilas da região como Ouro Preto, Sabará, Itabira, Queluz, São João Del Rei e Barbacena esta grande diversidade de atividades. A vila

<sup>187</sup> MARQUES, Claudia Eliane Parreira, Riqueza e Escravidão. Dimensões Materiais da Sociedade no Segundo Reinado: Bonfim/MG. Universidade de São Paulo. 2000 (Dissertação de Mestrado), cf. ainda da mesma autora Economia e Demografia nas Minas Oitocentistas. In: X Seminário sobre Economia Mineira.

<sup>188</sup> MARQUES, Economia e Demografia ... op. cit., p. 4

<sup>189</sup> Cf. Anexo I e também VEIGA, op. cit. pp. 510, 557 e 786.

<sup>190</sup> COSTA, Iraci Del Nero. **Minas Gerais: Estruturas Populacionais Típicas**. São Paulo, 1982.

de Ouro Preto declara que “*ocupa-se uma grande parte de seus habitantes no comércio de gêneros do País, e de fora, e no de bestas novas importadas da província de São Paulo; outra na agricultura, e criação, alguns na mineração, e poucos nas artes e ofícios*”.<sup>191</sup> Alguns distritos do município ainda produziam para o comércio com o Rio de Janeiro, como o de São Bartolomeu que exportava doces de marmelo.

Em Sabará produzia-se de tudo Ouro, “*ferro taboado*”, açúcar, aguardente, rapaduras, vinagre, farinha de mandioca e de milho, polvilho, toucinho, tabaco, cereais, salitre, selas, couros miúdos e peixe, tecidos grosso de algodão e lã. A Câmara pedia a melhoria das estradas porque parte significativa desta produção era voltada para fora da província.<sup>192</sup>

Mesmo nas vilas da que região que apresentavam produção mais especializada como Itabira onde “*Ocupam-se os seus habitantes na mineração; no comércio, e nas fábricas de ferro em não pequena escala*” via-se ainda uma produção significativa de outras manufaturas como as de chapéus de palha “*que imitam os de fora*” e tantos gêneros alimentícios que se exportava para os municípios vizinhos. A vila de São João Del Rei por outro lado além da mineração produzia tecidos de panos de algodão de variados tipo mas:

*O que porém faz o rendimento principal dos habitantes deste importante município, além do comércio, em que assiduamente se empregam é a criação dos gados vacum, cavalari, muar, lanígero e suíno e por isso a principal exportação consta de queijos, toucinho e dos animais das espécies referidas.*<sup>193</sup>

Em Barbacena a Câmara declara que a região entorno da vila produz chá, cana, milho, arroz, feijão, tabaco, anil, algodão, mamona, mandioca e araruta. A expansão da cafeicultura também é assinalada na porção que dará origem à região da Mata mineira e, além da produção agrícola, a vila produzia ainda:

*tecidos de lã e algodão, dos quais alguns há mais ou menos aperfeiçoados tem caído em atraso, cuidando-se em geral dos tecidos grosseiros, de que se veste a escravatura empregada na lavoura. Em*

---

<sup>191</sup> Relatório, 1845, op. cit.

<sup>192</sup> Idem.

<sup>193</sup> Idem

*compensação porém fabricam-se com toda a perfeição selins e liteiras que se vendem na província e fora dela.*<sup>194</sup>

Na tabela III temos os dados agregados do censo da região central por vilas bem como os principais produtos para cada uma, o que possibilita uma análise mais clara de tudo o que foi dito, (os dados por freguesia encontram-se no anexo I):

**Tabela III População de Municípios da Região Central 1833 – 1835 e principais atividades**

Comarca	Município	Somatório	Livres	Escravos	Média	Principais Produtos
Rio das Mortes	São João Del Rei	22.140	1.229	9.841	44,44	Mineração Tecidos de Algodão Gado (vacum, cavalariça, lanígero, suíno e mular) Derivados de criação de gado (queijos, toucinho, etc)
Rio das Mortes	São José Del Rei	34.146	20.321	13.825	40,48	Açúcar Aguardente Panos de Algodão Derivados de criação de gado (queijos, toucinho, etc) Derivados da criação de gado (Solos, Selas, Selins)
Ouro Preto	Mariana	56.744	36.857	19.887	35,04	Alimentos (feijão, arroz, milho) Açúcar Tabaco
Ouro Preto	Queluz	24.725	14.787	9.938	40,19	Algodão Alimentos (Milho) Açúcar, Aguardente e Rapadura Tabaco
Rio Paraibuna	Barbacena	5.844	3.461	2.383	40,77	Alimentos (Chá, Arroz, Feijão, Milho) Anil e Mamona Tecidos de Algodão
Rio das Velhas	Sabará	42.959	28.585	14.374	33,45	Mineração (ferro e ouro) Alimentos (mandioca, milho e cereais) Açúcar, Aguardente e Rapaduras Tabaco Tecidos grosseiros de Algodão e Lã Derivados de couro
Rio das Velhas	Itabira	39.875	25.474	14.401	36,11	Mineração (ferro) Chapéus de Palha Alimentos

<sup>194</sup> Idem

**Fonte:** Listas Nominativas 1831 – 32, relatório de Presidente de província 1845

**Média:** % de escravos para a população livre.

O que irá garantir a unidade dessa região central será, sem dúvida, mais do que as atividades econômicas o exercício ‘direto’ do poder. Os maiores políticos mineiros tiveram sua origem a partir do centro da província, como também será desta região que partirá um grande número de mineiros para colonizar os sertões das Minas e mesmo do Vale do Paraíba fluminense em fins do XVIII e no início do XIX.

Verificamos ainda que a região Central concentrou a maior quantidade de políticos mineiros no XIX, tanto para a primeira quanto para a segunda metade do século XIX. Alguns estão sem dúvida entre as maiores lideranças políticas nacionais do Império Brasileiro como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão (já citados). Outros de grande importância serão João Gomes da Silveira Mendonça militar, membro do Conselho de Estado em 1823, senador em 1826, ou ainda Jacinto Furtado de Mendonça capitão-mor em Vila Rica, deputado e senador em 1826, ou Gabriel Mendes dos Santos, intendente dos diamantes, deputado entre 1831 a 1851 e senador neste mesmo ano.

Serão ainda políticos mineiros de presença nacional originários do ‘centro’ Manoel Inácio de Melo e Souza, o Barão do Pontal que esteve presente na primeira junta governativa provisória de 1821 e que foi ainda presidente da província em 1831 e José Cesário Miranda de Ribeiro ou o Visconde de Uberaba, Senador e membro do Conselho de Estado entre outros cargos. Ambos terão seus interesses ligados à mata mineira, conforme se verá com mais detalhes à frente, o barão de Pontal tornou-se ainda proprietário da Fazenda do mesmo nome na região atual de Ponte Nova, ao norte da Mata já Cesário de Miranda irá se mudar na década de 1840 para o arraial de Santo Antônio do Paraibuna no sul da Província.

### 2.3 O Sul

Entre 1808 e 1833 as comarcas do Rio das Mortes e depois a de Sapucaí corresponderiam, *grosso modo*, ao território do Sul de Minas, sendo que depois de 1850 alguns de seus municípios como Cristina, Baependi e Aiuruoca vão ficar ligados à comarca do Paraibuna, para efeito de nossas análises iremos tratar estes municípios como fazendo parte do Sul de Minas. A comarca do Rio das Mortes por sua vez corresponderia a uma parte da região do sul de Minas com os municípios de Três Pontas, Lavras e a sua outra parte corresponderia a porção setentrional do Centro com os Municípios de Oliveira, São João e



São José Del Rei, visto pela historiografia ora como pertencente à região central, ora ao Sul e ora com identidade própria, como visto.

O Sul de Minas se configura como uma das regiões de povoamento mais antigo das Minas esteve ainda diretamente ligada ao processo de construção do Estado Brasileiro via produção de alimentos e geração de um poderoso ‘bloco de interesses’ conforme destacou Alcir Lenharo.<sup>195</sup> Seus políticos tiveram atuação destacada em todo o século XIX e vários deles tiveram uma trajetória política ‘nacional’ como José Idelfonso de Souza Ramos originário de Baependi, Barão das Três Barras e Visconde de Jaguari, que foi Senador, Ministro e Conselheiro de Estado. Ou então Joaquim Delfino Ribeiro da Luz que foi Conselheiro de Estado, ministro da Marinha entre 1872 e 1875, da Justiça 1885 e 1887 e da Guerra 1887 e 1888, além de Senador, presidente de província, deputado geral e provincial.

Ao mesmo tempo em que a região se fortaleceu ligado à produção mercantil de subsistência e a exportação de fumo, o Sul de Minas se vinculou a expansão cafeeira ocorrida na 2ª metade do XIX, e da mesma forma da Zona da Mata, muitos dos seus “*barões do café*”<sup>196</sup> foram notáveis mais pelas fortunas do que pela atuação política. A expansão da cafeicultura pela região Sul foi tardia, tanto que em 1882 segundo Peter Blasenhein a região era responsável por cerca de 5% do café produzido pela província<sup>197</sup> e coexistiu com diversas atividades ligadas a uma atividade mercantil de subsistência, em conjunto com um importante setor de produção de fumo. Semelhante a Mata mineira, o Sul foi portador de identidades distintas dentro das Minas Gerais e irá entrar em choque diversas vezes com os políticos do ‘centro’.<sup>198</sup>

Agregados na Tabela IV podemos ver uma descrição sumária das produções de suas principais vilas bem como da distribuição de livres e escravos (os dados completos por freguesia estão no Anexo I):

<sup>195</sup> LENHARO, op. cit. Cf. também ODILA, op.cit.

<sup>196</sup> Estamos nos referindo à expressão *barões do café* na análise já consagrada de Sérgio Buarque de Holanda que indica que muitos dos grandes proprietários rurais se notabilizaram muito mais pelo tamanho de suas fortunas e por uma atuação em nível local do que pela exercício direto do poder imperial. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. Sobre uma doença infantil da Historiografia In: O Estado de São Paulo – Suplemento Literário. 24/06/1973.

<sup>197</sup> BLASENHEIN, Peter. **A Regional History of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870 – 1906**. Dissertation submitted for the degree of Doctor of Philosophy. Standford. Standford Universty, 1982, p. 38.

<sup>198</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia - Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 151.

**Tabela IV: População de Municípios da Região Sul 1833 – 1835 e principais atividades**

Comarca	Município	Total	Livres	Escravos	Média	Principais Produtos
Rio Sapucaí	Campanha	36.469	25.134	11.335	31,08	Engenhos Criação de Animais e Cereais Mineração (pouca) Tabaco (p/ corte) Fábrica de Chapéu
Rio Sapucaí	Jacuí	32.545	23.994	8.551	26,27	Tabaco Algodão Cana Café
Rio Sapucaí	Pouso Alegre	28.074	20.945	7.129	25,39	Agricultura Cereais Tabaco Chá
Rio das Mortes	Lavras do Funil	22.764	13.596	9.168	40,27	Comércio gêneros com a corte Queijo e Gado (p/ corte)
Rio Paraibuna	Baependí	44.007	26.240	17.767	40,37	Milho, Feijão e Arroz Porcos e Vacas (p/ corte) Tabaco (p/ corte) Queijos (p/ corte)

**Fonte:** Listas Nominativas 1831 – 32, relatório de Presidente de província 1845

**Média:** % de escravos para a população livre.

A mineração no Sul da província era praticamente residual, ao mesmo tempo a região tinha produções mais engajadas atividades agroexportadora de grande importância. Estes dados ficam mais claros quando percebemos que apesar do Centro possuir uma maior participação de escravos no conjunto da população que o sul de Minas, a região Central possuía em média plantéis menores. Enquanto no Sul a produção de diversos gêneros agrícolas, como o tabaco, o algodão e o café justificam uma maior concentração de escravos por unidade. No estudo citado sobre os dados das listas nominativas de 1831 encontramos que as freguesias com maiores concentração de escravos eram principalmente em Baependi onde o distrito de Favacho possuía 58,81% da população de cativos (594 para 416 ‘livres), ou o distrito do Carmo e de Serranos com respectivamente 49,08 e 48,01% de escravos (1.730 livres para 1.668 escravos no Carmo e 1.073 para 991 em Serranos). No estudo de Clotilde Paiva e Marcelo Magalhães vemos que cerca de 51 proprietários da região possuíam plantéis com mais de 50 escravos por unidade ou ‘fogo’ em um total de 3.675 cativos o que daria uma média de pouco mais de 72 escravos por ‘grande’ proprietário.

Entre os distritos que possuíam menor relação escravos / livres estavam os de Santa Rita (183 cativos para 1.539 livres) e Antas (173 para 1.224) da Vila de Pouso Alegre ou

respectivamente 10,62 e 12,38%. Assim, vemos que também a sub-especializações regionais que ocorriam no Centro também se reproduziam na região Sul.

## 2.4 A Região Norte (e o Leste)

A região Norte-leste possuía cerca de 14,71% da população mineira e a menor população escrava em termos percentuais (24,13%), sendo que também apresentava uma grande diversidade econômica que ia da extração de diamantes, chegando a atividades agro-pastoris veiculadas ao mercado interno, passando a metalurgia do ferro e a manufatura têxtil e do couro entre outras atividades.

Em 1831 – 1833 a região possuía sete vilas à saber, São Romão; Januária; Vila do Príncipe (Serro); Diamantina; Curvelo; Minas Novas e Rio Pardo e, dos distritos que possuíam maior relação escravos e livres temos São Miguel do Jequitinhonha município de Rio Pardo, Mendanha na Vila de Diamantina, Milho Verde e São Gonçalo na Vila do Príncipe e Inhaí também de Diamantina com 44,13, 43,70, 43,04 e 40,47% de escravos por homem livre respectivamente.

A região de Rio Pardo estava dentro da expansão pelos sertões que viemos nos referindo desde o início do trabalho. Fundado o distrito de São Miguel do Jequitinhonha na região do baixo-médio do rio que dá o nome ao distrito em 1811 pelo alferes Julião Fernandes Leão por ordem expressa da coroa. Tal distrito surgiu como um acampamento de armas para proteger as regiões diamantíferas e também para o combate aos índios botocudos que viviam nesta região.<sup>199</sup> A existência de algumas lavras diamantíferas garantiu uma ocupação ‘intensa’ do distrito que, entre 1833 e 1835 possuía 814 ‘livres’ e 643 ‘escravos’ a maior proporção escravos / livres como visto. Segundo o relatório de 1845 a vila produzia ainda “*algum café*”; milho, arroz, feijão, mandioca, açúcar, rapadura e aguardente e também a “*feitura de selas, selins, chapéus de palha...*”.<sup>200</sup> Tais atividades se espalhavam pelos demais distritos como os de Santo Antônio da Barra do Itinga e Salinas que apresentavam proporções bem menores de trabalhadores escravos (11,12 e 15,70% para cada distrito).

A vila de Diamantina segundo o relatório citado vivia predominantemente do “*Comércio e Mineração*” a grande importância desta última atividade justifica a grande concentração de escravos em todo o território da vila, se tomarmos somente Diamantina encontramos uma proporção de 32,91% de cativos. Tais foram os casos dos distritos de

<sup>199</sup> FONTE? COROGRAFIA HISTÓRICA??

<sup>200</sup> Relatório de Presidente de Província, 1845.

Medanha e Inhaí onde a alta presença de escravos se justificava exatamente pelas lavras diamantíferas, sendo que encontramos 355 livres para 276 escravos no primeiro e 897 para 610 no segundo.

Já na Vila do Príncipe a mineração era uma atividade ‘menor’ sendo que entre as atividades mais importantes eram justamente à produção de derivados de cana, milho, arroz, feijão além de “*diversos ofícios mecânicos*” como a marcenaria e os bordados praticamente sendo todos dirigidos para Diamantina. Desta forma vemos um ‘circuito mercantil’ local de grande dinamismo e que pode explicar as altas taxas de escravos no distrito de Milho Verde e São Gonçalo (573 livres para 433 cativos).

**Tabela V: População de Municípios da Região Norte-leste 1833 – 1835 e principais atividades**

Comarca	Município	Total	Livres	Escravos	Média	Principais Produtos
Rio São Francisco	São Romão	5.675	4.308	1.367	23,43	Sem informação
Rio São Francisco	Januária	3.064	1.829	555	22,59	Sem informação
Serro	Vila do Príncipe	12.665	3.101	9.564	27,01	Cana Milho Arroz Feijão Manufatura
Serro	Diamantina	11.757	7.925	3.832	32,91	Mineração Comércio
Serro	Curvelo	17.861	14.586	3.275	17,76	Sem Informação
Rio Jequitinhonha	Minas Novas	28.362	21.526	6.836	27,94	Sem informação
Rio Jequitinhonha	Rio Pardo	12.803	9.710	3.093	26,15	Agricultura Mineração (diamantes) Manufatura de couros Derivados de Cana Café

**Fonte:** Listas Nominativas 1831 – 32, relatório de Presidente de província 1845

**Média:** % de escravos para a população livre.

A região ‘norte’, antiga zona de mineração de diamantes também teve uma expressão significativa tanto na política como na economia. Alguns de seus mais importantes líderes como Visconde com grandeza de Serro Frio, Antonio Cândido da Cruz Machado, tiveram uma trajetória política importante no cenário nacional, pois foi deputado pela Província de Minas em várias legislaturas, presidiu ainda as Províncias de Goiás em 1854, Maranhão em 1855 e Bahia em 1873. Foi ainda senador nomeado em 1874 sendo que já tinha atuado junto

ao ministério do Visconde de Rio Branco na promulgação da lei do ventre-livre dado as suas convicções abolicionistas.<sup>201</sup>

Outros que podem ser destacados foram Bento Barroso Pereira Ministro da Guerra e da Marinha no início do Império (1824 e 1832) e Senador por Pernambuco e João da Mata Machado Ministro das Relações exteriores em 1884.

Outros que podem ser destacados foram Bento Barroso Pereira Ministro da Guerra e da Marinha no início do Império (1824 e 1832) e Senador por Pernambuco e João da Mata Machado Ministro das Relações exteriores em 1884. Também da região Norte, Teófilo Benedito Otoni que apesar de ser assumidamente republicano teve uma trajetória bastante expressiva no segundo reinado, como político (chegando a senador) além de ter se envolvido em diversos empreendimentos empresariais.<sup>202</sup>

## 2.5 A Região do Triângulo

As regiões mineiras do ‘Leste’, ‘Oeste’ e ‘Triângulo’ tiveram um papel bem pouco expressivo, tanto do ponto de vista político quanto econômico para as Minas Gerais no período. Para Clotilde Paiva e Marcelo Godoy, a região que aqui chamamos de *Leste* poderia ser, grosso modo, dividida em “*Mineradora Central Leste*” e também em “*Sertão do Rio Doce*” segundo os autores “(....). *Também existiam regiões praticamente desocupadas ou com ocupação exclusivamente indígena, como o Sertão do Rio Doce e o Extremo Noroeste*”.

<sup>203</sup> Dito de uma outra forma, grande parte da região Leste das Minas Gerais somente iniciou a sua colonização em meados do século XIX, e se vinculou principalmente aos grandes proprietários da região norte que passaram a conquistar suas terras. Optamos então por considerar essa região como vinculada à região Norte entre outros motivos porque não identificamos grande políticos que teriam tido sua origem e atuação nesta região.

Da mesma forma, se pensarmos em critérios expressamente administrativos da época, ou das atividades econômicas vemos que o ‘Triângulo’ e o ‘Oeste’ poderiam ser considerados como uma mesma região, ou nas palavras de Laird Bergad:

---

<sup>201</sup> VEIGA, Xavier, op. cit.

<sup>202</sup> Otoni, Carlos. Theophilo Benedicto Otoni: memória biographica lida no Instituto Historico e Geographico Mineiro e publicada em comemoração do 1º centenario do nascimento do grande cidadão: 1807 – 1907 In: **RAPM**. vol 12, 1907, Belo Horizonte: imprensa oficial de MG.

<sup>203</sup> cf. PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães, op. cit.

*Na vasta comarca de Paracatu, que abrangia o extremo oeste do Triângulo Mineiro e a região noroeste da província, diversas atividades sustentavam a vida econômica. Em **Araxá** [Triângulo], o gado bovino, cavalos, ovelhas e porcos eram criados em grandes fazendas; o milho, a mandioca, a mamona e o cultivo do tabaco em pequena escala eram as principais atividades agrícolas. Em todos os lugares havia os mesmos animais e as mesmas colheitas; em **Desemboque** [Oeste] o trigo e o café eram cultivados em pequena escala. Rapadura e cachaça eram produzidas em pequenos engenhos e exportadas para outras regiões de Minas, ao longo dos rios Paracatu e São Francisco.*<sup>204</sup>

O Triângulo que só passou oficialmente a fazer parte das Minas Gerais quando foi anexado à Comarca de Paracatu em 1816 como já visto, mesmo depois, se manteve muito ligado à São Paulo e Goiás por onde passavam extensos rebanhos em direção ao Sul de Minas, Rio de Janeiro e a região central.<sup>205</sup> O próprio desenvolvimento da região tinha se dado a partir da mineração em Goiás e Mato Grosso desde a segunda metade do XVIII. Foi o desenvolvimento de caminhos para essas minas que permitiram algum tipo de ocupação para a região. Estimulando ainda as atividades criatórias, de internada (para descanso do gado) e ligados ao abastecimento do comércio interno.

A região do Triângulo não teve muitos políticos de expressão no século XIX como o Centro, o Norte e o Sul, destacam-se entre os seus principais nomes encontramos Alexandre José da Silveira, que apesar de fazendeiro em São José Del Rei foi vereador da Vila de Uberaba em 1837, Juiz Municipal e de Órfãos, Coronel e Comandante da Guarda Nacional, deputado provincial nas legislaturas de 1854 a 1858, e Barão de Itaberava em 1854. Vindo a falecer em 1880. Outro foi Antonio Eloy Casemiro de Araújo, também fazendeiro em Paracatu foi deputado provincial entre 1858 – 1859, nomeado Barão de Ponte Alta em 1879, faleceu em 1903. Ainda entre seus principais ‘políticos’ podemos destacar àqueles que estavam vinculador ao comércio e o abastecimento da região centro-sul do país. Podemos destacar Joaquim Antonio de Souza Rabello, o Barão de Patrocínio, que além de Tenente-Coronel da Guarda Nacional foi grande criador de gado na região do Triângulo.<sup>206</sup>

O Triângulo diretamente ligado a atividades agro-pastoris possuía a menor proporção de escravos de Minas Gerais, com apenas 28,41% de escravos, o tardio povoamento da região, somado ao caráter extensivo das atividades criatórias ali realizadas explica esses

<sup>204</sup> BERGARD, Laird, op. cit, p. 87.

<sup>205</sup> RESTITUTTI, Cristiano Corte, op. cit. p. 183.

<sup>206</sup> VEIGA, Xavier da, op. cit.

dados. Segundo o relatório de 1845 em Araxá produzia-se algodão, não só para consumo e exportava-se *toucinho e gado cavalari, muar, vacum e lanígero*”.

**Tabela VI População dos Distritos da Comarca do Rio Paracatu (Região Triângulo)  
1833 – 1835**

Município	Distrito	População	Livres	Escravos	Média
Araxá	São José do Tijuco	1851	1067	784	42,36
Araxá	São José do Tijuco	1851	1067	784	42,36
Araxá	São Pedro de Alcântara	1506	971	535	35,52
Araxá	Patrocínio	1752	1136	616	35,16
Araxá	Santo Antonio e São Sebastião de Uberaba	6345	4120	2225	35,07
Araxá	Santíssimo Sacramento	2067	1349	718	34,74
Araxá	Vila do Araxá	3121	2124	997	31,94
Araxá	Paróquia do Desemboque, cabeça de Julgado	2002	1428	574	28,67
Araxá	Dores do Campo Formoso	2725	1966	759	27,85
Araxá	Santana da Barra do Rio do Espírito Santo	2043	1476	567	27,75
Araxá	Carmo	1485	1078	407	27,41
Araxá	São Francisco das Chagas	2249	1645	604	26,86
Araxá	Conceição	1716	1270	446	25,99
Araxá	Coromandel	2015	1602	413	20,50
Araxá	Santo Antonio do Paranaíba	811	677	134	16,52
Araxá	São João Batista da Serra da Canastra	252	219	33	13,10
Araxá	Santana da Barra do Rio das Velhas	2505	2186	319	12,73
Paracatu	Morrinhos	743	539	204	27,46
Paracatu	Santana da Catinga	1208	983	225	18,63
Paracatu	Santana dos Alegres	1119	1019	100	8,94

**Fonte:** Listas Nominativas 1831 – 32.

**Média:** % de escravos para a população livre.

## 2.6 A Mata mineira

Iremos fazer nessa seção uma análise ‘sumária’ da Mata, posto que no capítulo V iremos nos deter com mais profundidade em alguns aspectos da região. Em 1833 a Mata mineira era uma das regiões em Minas com menor população para o conjunto da província, cerca de 45.000 ou 7,18% do total. Desta população, o maior percentual de escravos em relação ao conjunto da população livre vem justamente da Mata onde a expansão do café incorporava cada vez mais terras, homens e capital, com 44,24% de sua população escrava cerca de 19.911 escravos para 25.089 livres, indicando bem um modelo de economia de ‘plantation’ que estava se formando. Não obstante a população da região não corresponder a 10% de toda a província, o que chamamos atenção aqui é o perfil da economia que estava se

criando, diferentemente de outras regiões mineiras, a formação da Mata mineira irá se dar, em consonância com a expansão cafeeira que vinha ocorrendo no Vale da Paraíba Fluminense e Paulista em direção à um produto principal, centrado na grande concentração de terras e em maior posse de cativos.

Isto porque não somente a proporção de escravos era bastante alta, mas também os plantéis de escravos por unidades produtivas da Mata mineira eram os maiores de toda a província. Trabalhando com uma menor quantidade de dados, porém com informações mais detalhadas (as listas nominativas de 1831/32 – 1838/40) Clotilde Paiva e Marcelo Magalhães Godoy apontam para sete proprietários da Mata com plantéis com mais de 50 indivíduos, na verdade estes fazendeiros possuíam em conjunto 969 cativos, o que nos daria uma média aproximada de mais de 130 escravos para cada um destes. Estes proprietários correspondiam a 0,8% do total da região e possuíam 14,7% de todos os cativos.

Especificamente para o distrito de Juiz de Fora (que irá dar origem à vila do Juiz de Fora) a lista nominativa de 1831 dá conta da existência de 833 escravos sendo que três fazendeiros possuíam 264 cativos, ou seja, plantéis com mais de 50 escravos começavam a se tornar relativamente comuns para a região.<sup>207</sup> O que se pode desprender destes dados é que a expansão da cafeicultura estava se dando de forma vigorosa o que também se percebe do relatório do vice-presidente da província em 1845 quando o mesmo ao descrever a situação econômica da vila de Barbacena (a quem o distrito pertencia) diz que “*A agricultura é a principal ocupação das pessoas mais abastadas do município, já se contam fazendeiros que cultivam o café em larga escala, sobretudo ao Sudeste*”.<sup>208</sup> O “*sudeste*” era exatamente a região compreendida pelos distritos de São Francisco de Paula, Cágado, Chapéu de Uvas, Juiz de Fora, Rio Preto que *grosso modo*, seguindo o Caminho Novo, já à época a Estrada do Paraíba. Estes distritos irão formar a região da ‘Mata Sul’ onde teremos a maior produção cafeeira e os maiores plantéis de Minas Gerais para a segunda metade do século XIX. Já à época a maioria destes distritos concentravam uma proporção de escravos para livres superiores à 50% (conforme os dados da tabela VII) o que demonstra um povoamento e crescimento vinculado à grande lavoura.

Entre as variações dentro da própria Mata, vemos que outras sub-regiões irão possuir menores proporções entre escravos *versus* livres como na região chamada por Ângelo Carrara

---

<sup>207</sup> É importante destacar que a propriedade de mais de 49 escravos eram considerados para todo o Brasil e particularmente para a região Centro-sul até meados do XIX como grandes plantéis, cf. entre outros LUNA, Francisco Vidal, KLEIN Herbert. **Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo de 1750 a 1850**. Tradução de Laura Teixeira Mota, São Paulo: EDUSP, 2005, p. 165.

<sup>208</sup> Relatório... 1845..., op. cit.



de ‘Mata central’. O distrito de Conceição do Turvo da vila do Pomba (mais tarde o município de Senador Firmino) possuía um total de 222 escravos para uma população de 978 livres ou 22,69% do total, a menor média escravos / livres da região. Isto pode significar que várias áreas dentro da Mata ainda estavam vinculadas a produções veiculadas à subsistência. Será, no entanto, a expansão da cafeicultura na região que irá dar unidade à Mata para as décadas seguintes quando a população da região irá crescer consideravelmente.

Esta expansão fica clara nos dados de diversos autores como em Laird Bergard que aponta que em termos de volume físico Minas Gerais exportou entre 1818 e 1819 9.739 arrobas, em 1828 o volume foi de 81.269 arrobas. Já em 1838 e 1839 a região produziu e exportou 243.473 arrobas e no início da década de 1840 (entre 1843 e 1844) aumentou para 263.980, isto dá um crescimento em termos percentuais de 834,46% na primeira década (1818 – 1828), 324,82% na segunda década (1828 – 1838) e 108,42% nos cinco anos seguintes (1838 – 1844).<sup>209</sup>

Esta produção fica mais precisa se entendermos segundo o trabalho de Restituti que entre 1818 – 1828 o café correspondia a 5,0% da composição das exportações mineira, na década de 1829 – 1839 esse percentual já havia saltado para 19,2% das receitas de exportação da província.<sup>210</sup> Na tabela abaixo fica claro ainda que a maioria dos distritos da região concentrava um percentual significativo de escravos o que indica que a expansão da cafeicultura estava ocorrendo de maneira bastante significativa em toda a Mata, embora, obviamente as facilidades de transporte e escoamento privilegiavam às áreas em torno do Caminho Novo ou a Mata Sul.

Nas décadas seguintes a Mata irá assumir a supremacia econômica na província e a cidade de Juiz de Fora se tornará uma das mais dinâmicas importantes de Minas Gerais. Politicamente, no entanto, a Mata não irá se ‘sobressair’ em relação aos políticos das antigas regiões Central, Norte e Sul. As razões dessa ‘assimetria’ serão explicitadas com mais vagar na trajetória dos principais políticos mineiros e, por comparação com àqueles da Mata. .

---

<sup>209</sup> BERGAR, op. cit, p. 93

<sup>210</sup> RESTITUTI, Cristiano

**Tabela VII: Distribuição da População Escrava e Livre por Comarcas, Municípios e Distritos para a Região da Mata mineira 1833 – 1838**

Comarca	Município	Distrito	Total	Livres	Escravos	% Escravos x livre
Rio Paraibuna	Barbacena	Rio do Peixe	1.190	695	495	41,60
Rio Paraibuna	Barbacena	Santa Rita	1.013	675	338	33,37
Rio Paraibuna	Barbacena	Ibitipoca	1.052	648	404	38,40
Rio Paraibuna	Barbacena	Piau	1.042	510	532	51,06
Rio Paraibuna	Barbacena	Borda do Campo	822	531	291	35,40
Rio Paraibuna	Barbacena	Barroso	553	329	224	40,51
Rio Paraibuna	Barbacena	São José do Paraíba	914	500	414	45,30
Rio Paraibuna	Barbacena	Espírito Santo	1.514	1013	501	33,09
Rio Paraibuna	Barbacena	Santana do Garambéu	738	421	317	42,95
Rio Paraibuna	Barbacena	Bom Retiro e Livramento	1.739	1.019	720	41,40
Rio Paraibuna	Barbacena	Simão Pereira	2.501	927	1.574	62,93
Rio Paraibuna	Barbacena	Freguesia do Rio Preto	2.420	1.314	1.106	45,70
Rio Paraibuna	Barbacena	Ilhéus	482	358	124	25,73
Rio Paraibuna	Barbacena	Bom Jardim	1.427	874	553	38,75
Rio Paraibuna	Barbacena	São Domingos	1.270	814	456	35,91
Rio Paraibuna	Barbacena	Bertioga	727	360	367	50,48
Rio Paraibuna	Barbacena	Curral Novo	1.042	415	627	60,17
Rio Paraibuna	Barbacena	Rosário	782	454	328	41,94
Rio Paraibuna	Barbacena	Quilombo	1.232	576	656	53,25
Rio Paraibuna	Barbacena	São Francisco de Paula	1.701	892	809	47,56
Rio Paraibuna	Barbacena	Cágado	1.491	531	960	64,39
Rio Paraibuna	Barbacena	Chapéu de Uvas	2.244	1.116	1.128	50,27
Rio Paraibuna	Barbacena	Juiz de Fora	1.532	583	949	61,95
Rio Paraibuna	Barbacena	João Gomes	1.087	542	545	50,14
Rio Paraibuna	Pomba	Pomba	1.121	545	576	51,38
Rio Paraibuna	Pomba	Conceição do Turvo	978	756	222	22,70
Rio Paraibuna	Pomba	Santo Antônio do Porto do Ubá	1.248	806	442	35,42
Rio Paraibuna	Pomba	São Sebastião do Feijão Cru	670	339	331	49,40
Rio Paraibuna	Pomba	São João Nepomuceno	1.388	532	856	61,67
Rio Paraibuna	Pomba	Nossa Senhora das Mercês do Pomba	1.974	1.343	631	31,97
Rio Paraibuna	Pomba	Senhor do Bonfim	2.566	1.595	971	37,84
Rio Paraibuna	Pomba	Santa Rita da Meia Pataca	911	631	280	30,74
Rio Paraibuna	Pomba	São José da Paraopeba	1.199	763	436	36,36
Rio Paraibuna	Pomba	Conceição do Rio Novo	2.430	1.682	748	30,78

### Capítulo 3: Do Império: Estado & Poder enquanto construção teórica dos Historiadores (o caso da Zona da Mata mineira)

*Se a prática historiográfica requer uma interrogação dos procedimentos de construção da memória, por que não submetemos a própria disciplina a esta investigação, como forma de compreendê-la como uma produção temporal das sociedades humanas?*

Manuel Luiz Salgado Guimarães<sup>211</sup>

O objetivo deste capítulo é o de trabalhar a História das Minas Gerais e da Zona da Mata mineira em particular a partir de sua historiografia, ou dito de outra forma, como os historiadores que se debruçaram sobre a História de Minas e da região a viram? Quais eram os fundamentos que os levaram a ‘apreender’ a província e suas subdivisões? Qual a sua importância para a pesquisa histórica e a maneira como ela era composta? A opção por esta abordagem tem um sentido bastante preciso: diluir a discussão sistemática – embora necessária – sobre a gênese do Estado brasileiro no século XIX e, ao compreender como os historiadores ‘entenderam’ esse processo, relacioná-lo à História de Minas Gerais e da Zona da Mata mineira.

Esta opção pelo *político* – aqui tomado em sentido mais amplo: “*Estado*” e *Poder* – se relaciona não somente ao nosso objeto de pesquisa em particular, mas também à própria centralidade deste tema para a historiografia nacional. Se a História surge como um esforço eminentemente político, desde os antigos gregos, será no XIX que este esforço irá atingir o seu auge.<sup>212</sup> O “*Século da História*” como é conhecido assiste ao surgimento dos Estados-nações enquanto entes quase *ahistóricos* no sentido que suas existências são ‘naturalizadas’. A função ideológica deste *ahistoricismo* é o próprio cerne da produção histórica.<sup>213</sup> Ou dito em outros termos, a produção histórica do século XIX sistematicamente expulsa a reflexão crítica dos fundamentos do “*Estado*”, do *Poder* e da *Política*, estas seriam o objetivo último da História. Não sem

<sup>211</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX *Inn: Topoi Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ / 7Letras, set. 2002, n. 5, pp. 184 – 200, p. 185.

<sup>212</sup> FONTANA, Joseph. **História: Análise do Passado e Projeto Social**. Tradução Luiz Roncari. São Paulo, Edusc, 1998.

<sup>213</sup> HOBBSBAWN, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

sentido, *fontes & métodos* marcam esta produção, não há a reflexão crítica do objeto, somente das matérias-primas, ou as fontes.<sup>214</sup>

Por isso também, evitamos sistematicamente, neste ponto do trabalho, a formulação de conceitos objetivos sobre o que entendemos por *Política, Poder* ou “*Estado*”. Tomamos aqui as concepções de cada ‘escola historiográfica’ de maneira sincrônica com a sua produção. Isto significa dizer que iremos buscar entender os conceitos na concepção que os próprios autores deram, evitando o *anacronismo entre os próprios pares* de se pensar a produção de um período com as opções teóricas de outro. Aqui também se quer furtar à armadilha teórica tantas vezes repetida por Fernando A. Novais de que todo historiador chama de “*Tradicional*” o conjunto de autores contra quem ele irá se bater, se autodenominando como a “*Nova Escola*”.<sup>215</sup>

Já foi dito que as Ciências Políticas buscam entender o “*mistério da obediência civil*” ou o que leva os homens a consentirem em ser dominados.<sup>216</sup> As várias teorias que explicam esta dominação partem desde os fundamentos jurídicos, passando por aspectos ideológicos e chegando até a caracterização dos grupos detentores do poder (classe política, elite do poder, classe dominante, etc.). Para tentarmos entender melhor este processo, cabe fazer, mesmo que de maneira sucinta, uma análise das várias teorias ou correntes que abordaram (e abordam) a temática do “*Estado*” e de sua relação com o próprio fazer historiográfico. Como tentaremos demonstrar, grande parte dos estudos sobre a Zona da Mata mineira (de Minas Gerais e do Brasil de uma maneira geral) tem o seu limite determinado pelas próprias concepções teóricas sobre o “*Estado*”.

Ao iniciarmos o estudo sobre as várias concepções de Estado Moderno, podemos afirmar que a 1ª matriz que tratou a questão do Estado de maneira mais contemporânea foi a corrente denominada de *jusnaturalismo*, que acabou por se confundir com a *teoria liberal*. Para Norberto Bobbio a construção do Estado Moderno tem suas origens na Europa dos séculos XII e XIII, durante a transição do feudalismo e foi fundamental o desenvolvimento do Estado como ‘ordem política’, independente e

---

<sup>214</sup> BARROS, Jose D’assunção. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

<sup>215</sup> NOVAIS, Fernando Antônio. Palestra proferida no **VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas**. ABPHE / UFSE. São Cristóvão, SE, 2007.

<sup>216</sup> A idéia do “mistério da obediência civil” surge em vários autores à partir do século XVI, um dos mais conhecido é Étienne de La Boétie e o seu **Discurso da Servidão Voluntária** publicado em 1562 que associa a obediência aos costumes. LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso da Servidão Voluntária**. Tradução de Laymert Garcia dos Santos, Comentários de Claude Lefort, Pierre Clastres e Marilena Cahuí, São Paulo: Brasiliense, 1998.

autônoma.<sup>217</sup> Segundo este autor, a formação do Estado Moderno ocorreu a partir de alguns pontos essenciais como: 1º- a centralização política que se verificou nos Estados Europeus; 2º- um processo de afirmação da territorialidade; 3º- a impessoalização do comando político e 4º- a autonomização do poder, “*onde a religião cessa de ser parte integrante da política*”.<sup>218</sup>

Se tomarmos como base os pontos acima citados, rapidamente perceberemos as peculiaridades do caso Brasileiro; a centralização política do Estado Brasileiro é fruto de um processo mais amplo que ocorria no cenário internacional. A afirmação da territorialidade se dará tanto nos limites externos das fronteiras como nas fronteiras ‘internas’ (ou os ‘sertões’) que irão sendo ocupadas nas diversas regiões do país. A impessoalização do comando político em nosso caso foi um processo lento e tortuoso. Por fim, o arranjo que iremos perceber no país, uniu durante o oitocentos o catolicismo e o Estado Imperial de maneira indelével como vimos no primeiro capítulo acerca das divisões civis e eclesiásticas.<sup>219</sup>

É assim que podemos entender a importância de Maquiavel no final do XVI e início do XVII neste contexto de transição. Se não podemos entender Maquiavel como um teórico *jusnaturalista*, ou um formulador de uma teoria do Estado Moderno ele foi o primeiro a formular uma teoria de como “*se constitui o “Estado” Moderno. Isso é o começo da ciência política; ou se quisermos, da teoria e da técnica da política entendida como uma disciplina autônoma, separada da moral e da religião*”.<sup>220</sup> Dito de uma outra forma, foi com Maquiavel que uma autonomização mais completa entre política e moral surgiu. Longe de um *pirronismo* renascentista como nos mostrou Joseph Fontana ou de uma postura *epicurista* dos grupos eruditos oriundos do contexto da contra-reforma como visto em Guinzburg em relação à moral e ao Estado,<sup>221</sup> esta nova concepção foi fundamental para a formulação de uma teoria geral do Estado, concepção esta que genericamente chamamos de *jusnaturalismo* e que teve o seu auge

<sup>217</sup> BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução Carmem C. Varriale, *et ali*, 6ª ed. Editora da UNB, Brasília, vol. 1, 1994, p. 427

<sup>218</sup> idem, p. 426-427.

<sup>219</sup> Cf. neste sentido, principalmente COSTA, Wilma Peres. A Economia Mercantil Escravista Nacional e o Processo de Construção do Estado no Brasil (1808-1850). In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo, HUCITEC/ABPHE, 1996, p. 147-159.

<sup>220</sup> GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel**. Tradução de Dário Canali, 16ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2001 p. 11.

<sup>221</sup> FONTANA, Joseph, op. cit. e GINZBURG, Carlo. Os pombos abriram os olhos: conspiração popular na Itália do século XVII. In: **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991. Também do mesmo autor \_\_\_\_\_. **O Queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

nos séculos XVIII e XIX. Embora possamos falar de vários autores como Thomas Hobbes, John Locke, Spinoza e Jean Jacques Rousseau que tiveram diferentes concepções de Estado, uma visão em comum abrangia a todos: a idéia de um conceito racional e positivo de Estado.<sup>222</sup>

O Estado para estes autores surgiu como parte de uma teoria universal das condutas humanas, que são dotadas de uma racionalidade própria e a escolha de viver em Sociedade, condiciona a criação de um Estado. Somente é possível viver em *Sociedade* e ser *Civilizado* a partir do momento em que se estabelece um Contrato Social, onde se aceita claramente as regras de um direito racional e a opção por regras. Partindo de visões distintas de um Estado de Natureza – que para a maioria será de guerras e conflitos – o homem escolhe viver em sociedade civil, criada e organizada *pelo* Estado.

Talvez uma passagem, tomada em John Locke, exemplifique melhor esta concepção:

*A fim de compreender corretamente o poder político, devemos considerar as condições em que estão todos os homens, ou seja, um “Estado” de liberdade perfeita, para fazer o que quiserem e dispor de seus bens e pessoas como considerarem adequado, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir autorização ou depender da vontade de qualquer outro homem. (...)*  
*Se o homem em “Estado” de natureza está tão livre quanto se disse, se é senhor absoluto de sua pessoa e bens, igual aos maiores, sem estar sujeito a quem quer que seja, por que abandonará sua liberdade? Por que desistirá de seu império e se sujeitará ao domínio e controle de algum outro poder? Ao que é evidente responder que, embora em “Estado” de natureza tenham esses direito, o seu gozo é muito incerto, e está constantemente exposto à intromissão de outros; para que todos sejam reis como ele, todo homem seu igual e a maior parte deles, como não faz uma rigorosa observância da equidade e da justiça, a fruição da propriedade que tem neste “Estado” é muito arriscada e muito insegura; e não é sem razão que procura e está disposto a formar com outros uma sociedade que já está unida, ou tem a idéia de unir para a preservação mútua de suas vidas, liberdades e bens, a que chamo pelo nome geral de – propriedade.<sup>223</sup>*

<sup>222</sup> MENDONÇA, Sonia. Regina. de. *Estado e Sociedade*. In: MATTOS, MARCELO BADARÓ (Org.). **História: Pensar & Fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História-UFF, 1998, v. 1.

<sup>223</sup> LOCKE, John. **Sobre o Governo Civil**. In: FENTON, Edw. **32 Problemas na História Universal**. São Paulo: Edart, 1974, pp. 90–1

O que fica evidente é que esta concepção, além de condicionar a existência da Sociedade ao Estado, determina que uma das funções básicas deste Estado seja a *preservação da propriedade*. Esta concepção teórica justifica a sociedade a partir da adesão individual, e também se chama de liberal porque esta adesão está condicionada à liberdade do indivíduo e a sua escolha meramente racional justificava a sociedade capitalista neste momento em ascensão. Retornando a análise de Bobbio, “*a ordem estatal torna-se assim um projeto ‘racional’ da humanidade em torno do próprio terreno: o contrato social que assinala a passagem do ‘Estado’ de natureza ao ‘Estado’ Civil*”.<sup>224</sup>

Para a maioria dos autores posteriores a esta concepção, a negativa de entender a sociedade por grupos (ou classes) sociais, impede uma consciência mais clara da transformação e das mudanças sociais. Entretanto, esta visão é até hoje recorrente, tendo um forte sentido ideológico, tanto que Luciano Gruppi ao comentar se existe uma “*Teoria Liberal*” ou “*burguesa*” de Estado afirma que:

*Há uma justificação ideológica do ‘Estado’, do ‘Estado’ existente ou do que se pretenda construir; mas não há uma teoria científica que explique como nasce o ‘Estado’, por que nasce. Por quais motivos, e qual é sua verdadeira natureza. Existem tratados volumosos em que se descreve toda a vida do ‘Estado’, são definidas suas instituições e estas são examinadas em suas relações mútuas. Mas não há nunca uma teoria que nos explique o que é realmente um ‘Estado’. Temos, sim, a justificação ideológica (isto é, não crítica, não consciente) do ‘Estado’ existente.*<sup>225</sup>

Sem entrar nas discussões se estamos diante de conceitos de *Teoria* ou *Ideologia* do Estado, o certo é que estas concepções liberais de História aparecem desde cedo como uma espécie de ‘pano de fundo’ da produção historiográfica brasileira, principalmente no século XIX. Eric Hobsbawm já havia chamado a atenção para o fato de que “*a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas (...) O passado é um elemento essencial, talvez, o elemento essencial*”

<sup>224</sup> BOBBIO, op. cit., p. 428.

<sup>225</sup> GRUPPI, op. cit., p. 29.

*nessas ideologia*”.<sup>226</sup> Tomando como referência que a concepção *jusnaturalista*, ou ao menos uma parte significativa do arcabouço liberal, foi predominante na cultura brasileira, notadamente no século XIX,<sup>227</sup> podemos nos perguntar daí qual sua influência na produção historiográfica brasileira do passado e mesmo do presente.

### 3.1 A Concepção da História *tradicional-liberal* para o Brasil, Minas Gerais e a Zona da Mata mineira

Francisco Iglesias ao se referir à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 já chamava atenção para as estreitas ligações entre o Instituto e o governo, onde “*Teve [o IHGB] sempre um caráter quase oficial, marcado pela simpatia que lhe teve D. Pedro II. Esse caráter agravou-se com o tempo*”.<sup>228</sup> Não somente o IHGB teve uma estreita ligação com os governos que se seguiram no Brasil, mas grande parte de sua produção historiográfica tinha como sentido principal:

*Fazer uma história que tenha função pedagógica, orientadora dos novos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados. É o velho modelo da história como mestra da vida que se cultua. Daí certa insistência em biografias de vultos tidos como exemplares.*<sup>229</sup>

Manoel Salgado Guimarães demonstra ainda que uma das funções precípuas do IHGB era o de escrever a História Oficial do Império Brasileiro, independente de Portugal e constituiu-se em um dos pilares do Império – como também vão ser as faculdades de Direito, Medicina, Academias Militares e o Colégio Pedro II. A sua

<sup>226</sup> HOBBSAWN, Eric. **Sobre a História**. Tradução de Cid Knipel Moreira, São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 17, cf. principalmente HESPANHA, Antônio Manuel. Para uma teoria da História Institucional do Antigo Regime. In: \_\_\_\_\_ (org) **Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime**, Coimbra: Fundação Calouste Gulbekian, 1984

<sup>227</sup> Sobre a influência do pensamento liberal e sua presença no Brasil, cf. o debate entre SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: **Cadernos Cebrap**. São Paulo: CEBRAP, n. 3, 1993 e FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. As idéias estão em seu lugar. In: **Cadernos de debate**. São Paulo: Brasiliense n° 1, 1976. Para uma visão ‘alternativa’ cf. entre outros, BOSI, Alfredo **A Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992, principalmente o capítulo A Escravidão entre dois liberalismos.

<sup>228</sup> IGLESIAS, Francisco. **Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG/IPEA, 2000, p. 64.

<sup>229</sup> Idem, p. 61.



criação durante o Regresso Conservador tinha ainda o sentido específico de restaurar a ordem e o “*poder do “Estado” sobre o poder da Casa*”.<sup>230</sup>

Mesmo com a influência visível de uma historiografia alemã do século XIX, notadamente avessa ao discurso liberal em sentido estritamente político, mas que ‘glorificava’ a questão das fontes;<sup>231</sup> a função quase ‘pública’ do Instituto com uma história *tradicional-liberal* fica clara, pois além de suas relações com o poder, também com sua produção – voltada para o resgate de documentos, realização de cursos, seminários e a publicação de sua revista, desde o século XIX até os dias de hoje – o que mais marca a atuação do IHGB, bem como de grande parte da historiografia dos Oitocentos, é uma história de forte caráter ‘formal’, política, praticamente avessa às questões sociais ou populares. Embora possamos encontrar notáveis exceções nesta visão,<sup>232</sup> o certo é que os historiadores nacionais até início do século XX foram marcados por uma visão conservadora, não só da sociedade, mas do próprio *fazer historiográfico*.

O autor clássico neste sentido continua sendo Francisco Adolfo Varnhagen e sua **História Geral do Brasil**. Neste livro, bem como em praticamente todos os outros, Varnhagen faz uma história eminentemente política, valoriza sempre o sentido de ordem e a própria idéia de ‘governo’, defende as guerras contra os índios, a escravização do negro, condena movimentos de rebeldia para com a Metrópole. Ou seja, reforça o tempo todo uma visão da autoridade do Estado como sendo *fundante* da sociedade brasileira.<sup>233</sup>

---

<sup>230</sup> Sobre o IHGB cf. GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**, nº 1, 1988, pp. 5-27

<sup>231</sup> O historiador brasileiro mais fortemente influenciado pela Escola Histórica Alemã e, que de forma sintomática assumiu uma postura independente e inovadora em relação à Historiografia do XIX foi Capistrano de Abreu. Talvez tenha sido Capistrano o primeiro historiador a ter uma preocupação com as classes populares dentro de uma visão de história menos elitista e menos ligada ao IHGB. A partir de 1879 Capistrano começou a trabalhar na Biblioteca Nacional, onde além do contato com documentação, em grande parte inédita, começou a leitura de autores como Niebuhr, Ranke e Humbolt, da Escola do realismo histórico alemão. Sua origem sócio-econômica, mestiço do sertão cearense, oriundo de uma família de médios proprietários rurais, completaram o quadro daquele que produziu talvez a mais importante obra da historiografia do XIX **Capítulos de História Colonial**. Sobre Capistrano de Abreu ver IGLESIAS, op. cit e COSTA, João Cruz. O pensamento brasileiro sob o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. T. II, vol.3. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand-DIFEL, 1987.

<sup>232</sup> Além do já citado Capistrano de Abreu, podemos ver como outro exemplo, inclusive anterior Philipp Von Martius e o seu projeto de *Como se deve escrever a história do Brasil* de 1843, *apud* IGLESIAS, op cit.

<sup>233</sup> Não pretendemos diminuir aqui, a importância da obra de Varnhagen, dado ao volume de documentos pesquisados, temas abordados e as suas contribuições para a História do Brasil ressaltaram, entretanto o seu caráter conservador dentro dos objetivos deste trabalho, para uma análise ponderada da obra do autor ver IGLESIAS, op.cit. pp. 72 – 94.

Esta historiografia, da qual Varnhagen surge como grande modelo é normalmente chamada de *tradicional* por ter sido, entre outros pontos a primeira “escola” histórica do país. Ao acrescentarmos o termo *liberal*, entendemos que o pensamento conservador irá se apropriar da teoria *jusnaturalista* exatamente na idéia da legitimidade do poder do Estado por sobre a sociedade. Dito de outra forma, só pode haver História onde existir Estado. Entendemos então a concepção liberal de Estado como uma *Teoria* (e também uma *Ideologia*) que permeia a nossa concepção de sociedade e interfere, conscientemente ou não no fazer historiográfico.

A aparente contradição de uma visão liberal que se apóia no Estado e não na ação do indivíduo é somente aparente. Os intensos debates sobre o “*lugar que as idéias*” terão na sociedade brasileira do XIX já demonstraram como uma das nossas grandes peculiaridades será o ordenamento uma ‘visão de mundo’ geral e universal à uma realidade distinta e também particular. Maria Sylvia de Melo Franco já havia respondido à Robert Swcharts que o “*deslocamento*” ou a “*adaptação*” das idéias liberais à escravidão, ao patriarcalismo e à uma sociedade colonial não eram exclusivas da experiência brasileira.<sup>234</sup>

Negar a influência deste arcabouço liberal e da experiência brasileira entre os historiadores *tradicionais-liberais* é, segundo o nosso entendimento, negar a própria concepção de mundo que define grande parte destes autores. Mesmo que esta ‘filiação’ não seja consciente ou opere no nível das ‘escolhas intelectuais’, justamente por isso ela é mais importante, quem nos lembra disso é John Maynard Keynes, quando ‘avisou’ que “*homens práticos, que acreditam estarem isentos de influências intelectuais, são geralmente escravos de algum economista já extinto*”.<sup>235</sup>

Exemplo desta visão ainda no Dezenove foi o esforço do IHGB para ‘recuperar’ uma ancestralidade civilizada do Brasil.<sup>236</sup> Este resgate se daria a partir da descoberta da “*cidade perdida da Bahia*” uma ‘lenda’ surgida por volta de 1756 a partir das viagens do Bandeirante João da Silva Guimarães pelo sertão baiano e que teve grande ressonância entre os intelectuais do início do Império. Grande parte deste interesse se explica pela crença em uma sociedade complexa, dotada de todos os requisitos de

<sup>234</sup> Foge e muito aos objetivos deste trabalho a discussão sobre as ideologias, ‘culturas políticas’ ou condicionantes culturais de nossa sociedade no XIX. Para acompanhar resumidamente este debate Cf. nota 17.

<sup>235</sup> KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1992.

<sup>236</sup> LANGER, Johnni. **A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império**. Revista Brasileira de História, 2002, vol.22, n.º.43, p.126-152. Cf. também MATTOS, Ilmar, op. cit a noção de Projeto de Civilização do Império e SALES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996

civilização (incluindo aí a própria idéia de Estado) anteriores às populações ameríndias a época da descoberta, conquista e colonização. Vários intelectuais participaram deste processo que incluiu, entre outros, o próprio naturalista Philipe Von Martius. O Imperador D. Pedro II financiou a expedição solicitada pelo IHGB que:

*Influenciada pelo conceito francês de civilização, a elite imperial procurava demonstrar constantemente a ligação do Brasil com o Velho Mundo e sua cultura. Desta maneira, utilizava um parâmetro de comparação com outras formas de sociedade, como a dos ameríndios, para poder expressar seus próprios valores e se auto-afirmar (...) A descoberta da cidade perdida refletiria diretamente nesta imagem do Brasil: uma nação em progresso, portadora de vestígios arqueológicos, conhecimentos científicos, ideais e costumes elevados.<sup>237</sup>*

Historiadores desta escola irão continuar ao longo do século XX a produzirem esta História Oficial “*não por emanar da ação direta do “Estado”, mas por ser escrita a partir das fontes ‘oficiais’, isto é, aquelas que manifestam as iniciativas do “Estado”: legislação, correspondência e quaisquer outros atos reveladores de das rotinas administrativas de um ou mais organismos do “Estado”*”.<sup>238</sup>

Esta produção terá os seus grandes momentos nas efemérides e, particularmente, com a comemoração do centenário da Independência do Brasil em 1922 vemos um dos seus ápices.<sup>239</sup> Historiografia esta que continuará eminentemente política e que verá a *Nação* antecedendo o “Estado”. A atuação política dos Orleans e Bragança será fundamental na formação de nosso Império, a participação expressiva das ‘boas famílias’ nesse processo será referendada pela “*Galeria dos Brasileiros Ilustres*” e nos “*Estadistas do Império*” para ficarmos somente em duas obras mais conhecidas deste período.<sup>240</sup>

<sup>237</sup> Idem, p. 130.

<sup>238</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno em Minas Gerais 1674 – 1807**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2006, p. 13.

<sup>239</sup> MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre independência do Brasil (desde c.1980). University Of Oxford: **Centre For Brazilian Studies**, Working Paper Number CBS-45-03, 2003. Neste importante estudo, o autor demonstra como cresce a produção historiográfica sobre a independência do Brasil ao longo do século XIX, na década de 20 do século XX e no sesquicentenário em 1972.

<sup>240</sup> A ‘brincadeira’ com importantes textos deste período – **Galeria dos Brasileiros Ilustres** de A. Sisson e **Um Estadista do Império** de Joaquim Nabuco – se justifica porque estamos relacionando aqui as próprias concepções históricas vigentes no século XIX com as obras que serão utilizadas de maneira mais

Esta adesão à ordem explica a certa ‘má vontade’ com que se vê a República e o período posterior à sua implantação entre a maioria dos autores dos Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelo país. Também aqui se entende a valorização das trajetórias exemplares, o reconhecimento da importância dos laços familiares, a dificuldade de se perceber os demais grupos sociais, a crença na ‘evolução’ e no progresso.

Em Minas Gerais vemos um esforço inicial de construção dessa historiografia *tradicional-liberal* desde meados do século XIX e, de maneira mais incisiva com a criação do **Arquivo Público Mineiro** no início da República. Conforme vimos no primeiro capítulo, a despeito de obras anteriores, é na passagem da República que temos a consolidação desta história *tradicional-liberal*. Xavier da Veiga será, como já foi dito, o principal nome dessa corrente. A publicação quase simultânea do primeiro número da **Revista do Arquivo Público Mineiro** (1896) de quem será o editor até 1900 e das **Efemérides Mineiras** (1897), além do trabalho de organização do próprio Arquivo o colocam em destaque que não encontra similar em outro autor. Xavier da Veiga criou uma verdadeira ‘escola’ de autores mineiros.

Entre estes historiadores podemos destacar Nelson Coelho de Senna, político e historiador que publicou mais de 20 artigos na **Revista do Arquivo Público Mineiro** entre 1897 e 1937, tendo contribuído ainda com as **Efemérides Mineiras** e sido ainda um dos principais responsáveis pela fundação do **Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais** em 1907.<sup>241</sup> Outro importante ‘colaborador’ do Arquivo e da Revista foi Antônio Sampaio Borges que publicou cerca de 16 artigos entre 1898 e 1909, normalmente versando sobre fatos da história de Minas com ênfase no “*sertão da farinha podre*” ou a região do Triângulo.<sup>242</sup>

Foge ao escopo desta pesquisa fazer uma exaustiva análise desta produção historiográfica, somente pretendemos defini-la em seus ‘contornos’ gerais. Como último ponto a chamar a atenção será o movimento de Xavier da Veiga e os demais membros

---

ou menos crítica pelos historiadores que vem depois cf. à este respeito COSTA, Emília Viotti da. **Do Império à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Edusp, 1992, especialmente o capítulo sobre José Bonifácio de Andrada.

<sup>241</sup> Entre os artigos mais importantes de Nelson Senna temos: Traços biographicos de serranos ilustres, já falecidos, A idade da pedra no Brasil, Os índios do Brasil, Bicentenário do Serro e Toponymia geographica de origem brasílico - indígena em Minas Geraes cf RAPM

<sup>242</sup> Tais como Observações meteorológicas em Uberaba, Nomenclatura das ruas, travessas, becos, colinas, templos e edificios publicos da cidade de Uberaba, provincia de Minas Geraes; precidida de um breve historico do começo, situação, dimensões e hydrologia desta povoação; razões que justificão a nomenclatura agora adoptada, e outras anotações, com as deliberações da Camara Municipal que autorizarão a presente organização, O Conego Hermógenes, O sertão da Farinha Podre, entre outros, idem

de valorizar a produção dos historiadores que teriam atuado ‘antes’. Entre estes, temos o Brigadeiro Cunha Matos, já citado e sua **Corografia Histórica das Minas Gerais** e ainda Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, magistrado e historiador falecido no início do século XIX e que irá ter alguns de seus estudos sobre as Minas publicados na Revista.<sup>243</sup>

Para estes autores grande parte da história das Minas será o esforço civilizacional, inicialmente dos desbravadores dos sertões, depois dos políticos e ‘homens da ordem’, sendo a tarefa completada posteriormente pelos cientistas e portadores do progresso, ou como já foi dito “*cidadãos mais laboriosos e empreendedores*”.<sup>244</sup>

E interessante notar ainda que estes cidadãos ‘empreendedores’ via de regra serão descendentes e contemporâneos das famílias dos ‘homens da ordem’, completando a percepção de famílias extensas tão em voga na historiografia mineira atual. Não somente por serem famílias ‘amplas’ com um grande número de membros, mas também por seus ‘membros’ se dedicarem a atividades também diversas e expressivas. Temos como exemplo, a família “*Monteiro de Barros*” que terá os políticos tradicionais (locais e nacionais), como também os grandes proprietários, riquíssimos senhores de terras e homens, os cientistas e por fim, os empresários modernizantes.<sup>245</sup>

---

<sup>243</sup> Entre 1896 e 1911 a **RAPM** publicou quatro artigos do magistrado Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos que faleceu no início do século XIX. Foram os seguintes artigos Parte inedita da monographia do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos sobre a Capitania de Minas - Geraes, escripta no primeiro decenio do presente século, Minas e quintos do ouro, Breve descrição geographica, physica e politica da Capitania de Minas Geraes e Questões de limites.

<sup>244</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras**. Introdução Edilane Maria de Almeida Carneiro, Marta Eloísa Melgaço Neves; pesquisa histórica Bruno Fagundes; leitura paleográfica e atualização ortográfica Cláudia Alves Melo. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998, 4 v em 2. p. 805

<sup>245</sup> Cf. sobre a família Monteiro de Barros o trabalho de HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. In: **II Seminário de estudos mineiros**. Belo Horizonte: UFMG, 1956, a citação seguinte: “*Os Monteiro de Barros, descendentes de um rico minerador e latifundiário da região de Congonhas do Campo, são, talvez, a constelação familiar mais numerosa e refulgente da nobreza e da política do império, estendendo a sua poderosa influência aos nossos dias. Dão duas gerações de barões e viscondes, além de um sem número de senadores e deputados, aparecendo na alta direção administrativa antes mesmo da Independência. Seus descendentes se formam entre as famílias políticas de São Paulo, ligam-se aos Guinle, aos Silveira e aos Amoroso Lima, do alto capitalismo carioca, assim como também se entrelaçam com a nobreza européia, sendo Monteiro de Barros a célebre condessa de Barral, cuja correspondência com Pedro II foi agora há pouco publicada. O comendador Manuel José Monteiro de Barros, irmão do 1º Visconde de Congonhas do Campo, transferiu-se, em princípios do século passado, com todos os seus filhos, genros e alguns sobrinhos, para vastas sermarias que adquirira no arraial do Feijão Cru, tornando-se um dos primeiros povoadores do atual município de Leopoldina, cuja chefia política jamais deixou de ser de sua família*”.

As duas concepções extremamente importantes para se compreender Minas colonial e Imperial: *Sertão & Civilização* foram herdadas pelas próprias personagens destes períodos. Eram categorias não somente de espaço, mas de formações sociais com condicionantes econômicas e políticas próprias e até hoje permanecendo como *variáveis explicativas* para a historiografia especializada.

No caso específico da região central os Bandeirantes e colonos portugueses que migraram em busca do ouro no final do XVII e início do XVIII seriam os primeiros personagens desta aventura.<sup>246</sup> Depois seriam seguidos por chefes políticos locais que teriam trajetórias locais e depois nacionais,<sup>247</sup> por fim, os empreendedores e / ou cientistas que se mudam para determinadas regiões de seu território, acompanhada da atuação progressista dos filhos da terra que saíram para estudar no contexto modernizante do Império Brasileiro.<sup>248</sup>

---

<sup>246</sup> Como exemplo de trajetória de ‘desbravador’ podemos destacar na obra de Xavier da Veiga algumas referências coligidas de um destes ‘personagens’ como o capitão-regente **Manuel Nunes Vianna** que no início da colonização das Minas foi líder dos emboabas que “*justamente revoltado contra a tirania e esposando intrépido as queixas e clamores do povo oprimido, Nunes Vianna — o protagonista do famoso drama — pôs a sua atividade, as suas excepcionais energias de ânimo e o seu espírito esclarecido e organizador ao serviço das vítimas que ele dirigiu e governou, e também ao serviço da terra que foi-lhe nova pátria. Era homem de vistas largas, superior ao seu meio e que, na conjuntura terrível em que viu-se colocado, soube elevar-se à altura das circunstâncias como o primeiro civilizador da sociedade inculta em que vivia, desbravando assim o terreno para a ação legal e igualmente organizadora e fecunda do Governador Amônio de Albuquerque Coelho de Carvalho*” VEIGA, op. cit, p. 252.

<sup>247</sup> Exemplo de político influente da região central e que ajudou na construção do Estado Brasileiro podemos citar **Antônio Augusto Monteiro de Barros**, político mineiro de família tradicional e que, segundo consta nas **Efemérides...** “*Em 1822 estava o Dr. Antônio Augusto Monteiro de Barros no exercício do cargo de juiz de fora de Ouro Preto quando entre ele e o Governador, D. Manuel de Portugal e Castro, apareceram atritos irritantes, em consequência da independência nacional que acabava de ser proclamada e da aclamação do Príncipe D. Pedro como Imperador do Brasil. D. Manuel, por origem, por princípios e pelo próprio nome era de Portugal: por patriotismo não podia deixar de ser-lhe hostil Monteiro de Barros, e nesse impulso assumiu atitude tão firme e enérgica que tornou-o na capital mineira um dos melhores cooperadores para a consolidação da nova ordem de coisas fundada na liberdade e autonomia nacional. Mostrou-se reconhecido o povo mineiro por esse e outros importantes serviços, elegendo-o deputado à Assembléia Geral Legislativa do Império na primeira legislatura (1826-1829) e mais tarde (1838) senador pela província, escolhido a 29 de setembro e empossado a 3 de outubro do dito ano. Foi magistrado reto e instruído, e na tribuna e comissões parlamentares deixou traços de sua passagem que atestam inteligência esclarecida, estudos conscienciosos, critério e civismo não vulgares.*”, idem, p. 986

<sup>248</sup> Por fim, como exemplo destes ‘personagens instruídos’ podemos selecionar nas efemérides dois personagens, um estrangeiro e um ‘filho da terra’ a primeira vem da notícia de que em 1896 “*Na cidade de Barbacena sucumbe a enfermidade pertinaz que há muito lhe depauperava as forças o ilustrado naturalista Carlos Schreiner, um sábio modesto (...). Nenhum estrangeiro se tem dedicado mais ao Brasil, e é para admirar a grande sorna de sacrifícios, a par da perseverança invejável, com que ele, espírito inclinado à observação e à análise, se dedicava a estudar nos mínimos detalhes a fauna brasileira, que lhe mereceu sempre longas e acuradas pesquisas (...). Carlos Schreiner nasceu em Saxe Weimar, na Alemanha; veio para o Brasil aos 18 anos, tendo falecido com 55 anos de idade. Naturalizado brasileiro desde muito moço, nenhum nacional já o excedeu em dedicação patriótica*”, idem, p. 400 – 401 e, ainda o médico Antônio Gonçalves Gomide que morrendo em 1835 tem como notícia “*(...)natural de Minas Gerais, nascido em 1770. Formou-se em Medicina na Universidade de Edimburgo; fez parte, e distintamente, da Assembléia Constituinte brasileira de 1823 e foi escolhido senador do Império por sua província natal a 22 de janeiro de 1826. na organização do Senado pelo primeiro imperador. Publicou*

Este ‘modelo explicativo’ irá variar com maior ou menor intensidade de acordo com o ‘onde?’ e o ‘quando?’ ou a ‘região’ e a ‘temporalidade’ colocados no início de nossa pesquisa e tão típicos da História mineira. Assim, se abre a ‘brecha’ que permite entender a importância das múltiplas Histórias Regionais Mineiras sem se questionar essa unidade pretendida. Existia (e existe) uma identidade comum aos primeiros historiadores que produziram trabalhos sobre a província, os ‘modelos’ *Sertão & Civilização* e *Desbravadores, Homens da ordem e Empreendedores* permaneceram fundamentalmente os mesmos.

Na Zona da Mata mineira a presença do **Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora** fundado em 1956 reforçou uma historiografia que teve e tem uma significativa produção sobre a região. Mesmo antes da fundação do referido Instituto, os primeiros trabalhos de caráter local sempre partilharam desta visão *tradicional-liberal*, ao associarem a História da região ao caráter público ou oficial dos empreendimentos, mesmo que realizados por particulares.

Exemplar neste sentido foi o requerimento apresentado por Elói de Andrade, vereador da Câmara municipal de Juiz de Fora em 1889, e um dos primeiros historiadores/memorialistas locais,<sup>249</sup> que defendia a conservação da documentação pública porque “*as atas da Câmara Municipal são a História da cidade*”.<sup>250</sup> Neste mesmo sentido temos a publicação do **Álbum do Município de Juiz de Fora**, encomendado pela Câmara Municipal em 1915, e a solicitação da Câmara Municipal de 1948 que fosse realizada uma pesquisa sobre a **História de Juiz de Fora**, o que acabou resultando em um livro do mesmo nome em 1950.

Os dois exemplos reforçam esta ligação entre o poder público, ou num sentido mais amplo o Estado e a História, e ao mesmo tempo ‘científica’ – posto que pautada em ‘fontes’ empíricas e pesquisa rigorosa. O **Álbum do Município de Juiz de Fora** é

---

*diversos trabalhos científicos concernentes a sua profissão, na qual adquiriu reputação notável*”, idem, p. 255.

<sup>249</sup> Vamos entender por memorialistas locais uma parte significativa da historiografia regional, normalmente membros do IHGB/JF aqueles autores ligados ao que chamamos de história *tradicional-liberal* ou como o que Evaldo Cabral de Melo recentemente denominou *história dos antiquários* – estudos regionais, realizados por cronistas, muitas vezes de sentido laudatório, mas que podem trazer informações relevantes para determinados temas. Folha de S. Paulo. Suplemento Mais! 08/12/2002. p. 2. Ver também em DOSSE, François. **A História à prova do Tempo**. Tradução Ivone Castilho Benedetti – São Paulo: Editora UNESP, 2001 quando o autor comenta sobre Memória e História que “o tempo da memória coletiva está ancorado na vida das pessoas sendo real e múltiplo, enquanto o tempo da história é, ao contrário, abstrato e arbitrário, fora do tempo vivido. Em última análise, a história só começaria no ponto em que termina a tradição (...) até um período recente história e memória se confundiram mais ou menos em torno dos mitos de origens” pp. 33 – 34.

<sup>250</sup> *Apud* OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. 2ª ed., Juiz de Fora: s./ed. 1966, p. 6.

uma publicação que traz informações bastante detalhadas sobre aquilo que era considerado como importante para os contemporâneos. Organizado em capítulos, a idéia do Álbum era o de mostrar o estado geral da cidade, tanto em seus aspectos **naturais** (*Orographia / Meteorologia / Flora e Fauna, etc*); **econômicos** (*Lavoura / Pecuária / Importação e Exportação / Indústria / Comércio, etc*); **culturais / urbanos** (*Instituições / Viação, Luz, Telegraphos, Telephones e Correios / Imprensa / Templos, etc*) e **Oficiais** (*Município / Câmara Municipal / Justiça Pública, etc / Alistamento Eleitoral / Distritos, etc*). A primeira parte do Álbum chama-se **Notas Históricas**, tratando-se principalmente de documentação ‘oficial’ coligida com o intuito de demonstrar a formação do município, outros documentos históricos são arrolados em todas as partes da obra como que reforçando as origens da região, sempre a partir da atuação do Estado. A visão sobre como a sociedade se organizava e, principalmente como os setores dominantes viam a cidade fica bastante sugestiva neste Álbum.

Análogo ao Álbum é o livro **História de Juiz de Fora** do historiador e funcionário público Paulino de Oliveira, que ‘conta’ a história da cidade a partir de uma descrição minuciosa, por vezes pitoresca, através das Atas da Câmara Municipal. Nas palavras do próprio autor “*Baseia-se, pois, este livro, em documentos oficiais. Se nele existe uma ou outra informação particular, declarada no texto, pode o leitor estar certo de que somente a aproveitei depois de verificar sua origem e constatar sua veracidade*”.<sup>251</sup>

A escolha de fontes públicas e mais ainda ‘oficiais’ não é simplesmente escolha metodológica, mas está de acordo com a própria visão acerca do que é História. O autor pesquisou em outros documentos (como processos criminais), mas como ele próprio assevera, apenas o fez para “*dar-me conhecimento de delitos em que se envolveram por vezes personagens de prol na História da cidade, mas que nenhuma relação tem com ela sob o ponto de vista que me dispus abordar*”.<sup>252</sup>

Como já foi dito, o **Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora** vai se coadunar a estes esforços para escrever a história da região com a publicação de uma série de revistas e trabalhos que também vão ajudar a formar a idéia da região a partir da legitimidade da ação estatal. Para conseguir tal intento, faz-se necessário, obviamente a construção de ‘mitos fundadores’; grandes personagens que tenham tido uma ação significativa para a cidade e que normalmente estavam ligadas ao poder público. Em

---

<sup>251</sup> Oliveira, Paulino, op cit. p. 7.

<sup>252</sup> idem, p. 6.



todas as obras citadas a presença dos ‘mitos fundadores’ locais vai ser extremamente importante.

Numa tentativa de entender melhor o papel que estes mitos vão ter, vemos na obra de Carlos Gabriel Guimarães sobre O Banco Mauá & MacGregor, a idéia *mito* de Irineu Evangelista de Souza onde:

*Percebemos que o **mito político** está presente na vida política, na medida que esta atividade racional, dirigida para objetivos concretos, e a atividade simbólica sobrepõem-se continuamente. Portanto, o surgimento do mito político Mauá na sociedade brasileira está relacionado não só com o aparecimento da política como função central da sociedade, a partir do processo de formação do “Estado” Nacional brasileiro, que começou no século XIX, como também instrumento de consenso e legitimação da própria política, principalmente em períodos de crises, como foi a década de 1920, com a crise da república Velha e do modelo agrário-exportador; o início da década de 1940, com a crise do “Estado” Novo; e a década de 1990, com o esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista e a implementação do projeto ‘neoliberal’ no Governo Collor, que está sendo consolidado no governo de Fernando Henrique Cardoso.*<sup>253</sup>

O autor ressalta ainda que nestes três momentos específicos (década de 1920, 40 e 90) foram publicadas biografias sobre o Visconde de Mauá, reforçando o lado do *empresário liberal*, tolhido pela atuação do Estado.<sup>254</sup> Se pudermos tomar esta análise de Carlos Gabriel Guimarães como referência, percebemos que também para a cidade de Juiz de Fora, uma maior preocupação do poder público e, também, dos intelectuais ligados às classes dominantes da região com a História ocorreu em momentos de clivagens políticas e econômicas.

Isto fica claro quando percebemos que a requisição do vereador Elói de Andrade se deu em 1889 durante a Proclamação da República, sendo Juiz de Fora, como quase toda a Zona da Mata mineira, tradicional reduto monarquista. Também a publicação do **Álbum do Município de Juiz de Fora** correspondeu ao período da ‘República Velha’

---

<sup>253</sup> GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: O caso da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866)**. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1997, p. 21.

<sup>254</sup> Idem, ibdem.

onde grandes transformações econômicas estavam ocorrendo se, por um lado o café dava mostras de decadência na cidade e entorno (embora não em toda a Zona da Mata mineira), ao mesmo tempo a cidade aumentava sua importância econômica intra-regional dada pelo desdobramento das atividades financeiras, comerciais e fiscais.<sup>255</sup> Por último o livro **História de Juiz de Fora** foi uma ‘encomenda’ pública, num momento (o final dos anos de 1940) onde a decadência ou estagnação da cidade e região já era amplamente percebida / discutida pelos contemporâneos.<sup>256</sup>

Esta historiografia travou verdadeira ‘batalhas’ sobre as origens do povoamento: quem teria sido o ‘juiz de fora’ a partir do qual se deu o nome da cidade e qual o seu verdadeiro ‘fundador’. A questão do “*Juiz de Fora*” (o suposto funcionário da coroa que teria sido proprietário de uma fazenda onde surgiu a cidade) monopolizou durante muito tempo as atenções dos historiadores locais. A dispersão da documentação referente a este período inicial da história da região levou a várias ‘lacunas’ e debates na Imprensa local, em Revistas Especializadas e, principalmente no **Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora** que adentraram o século XX.<sup>257</sup> Ao mesmo tempo sobre o ‘fundador’ da região, a polêmica se deu entre dois nomes, o do Engenheiro Henrique Guilherme Halfeld e o fazendeiro e Capitão Antônio Dias Tostes.<sup>258</sup>

A história da Zona da Mata mineira teve então um forte cunho regionalista, naquilo em que Pierre Bourdieu chama a atenção como um movimento de defesa da identidade regional, através de lutas simbólicas contra regiões que se colocam como dominantes – no caso Belo Horizonte, a nova capital, ou o poder imperial, depois federal do Rio de Janeiro.<sup>259</sup>

---

<sup>255</sup> A respeito do desenvolvimento econômico da região da Zona da Mata mineira para o período da República Velha cf. principalmente PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos: Uma análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo 2004.

<sup>256</sup> Sobre a decadência da região cf. em PAULA, Maria Carlota. **Vicissitudes da Industrialização Periférica: O caso de Juiz de Fora 1930 / 1970**. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 1978.

<sup>257</sup> Cf. entre outros, OLIVEIRA, Paulino, op cit. principalmente a parte “Por que Juiz de Fora?” p. 14 e seguintes; cf. também **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, S/Ed. número 9, ano IX, fevereiro de 1985. Coleção de Documentos Históricos Referentes a Juiz de Fora na Era Colonial que aponta como possível nome para a cidade da compra da Referida Fazenda pelo Juiz de Fora do Rio de Janeiro do Dr. Luís Forte Bustamante e Sá em 1710, p 31.

<sup>258</sup> Ao mesmo tempo sobre o ‘fundador’ da região, a polêmica se dará entre o Engenheiro Henrique Guilherme Halfeld e Antônio Dias Tostes, cf. LESSA, Jair (1985). **Juiz de Fora e seus Pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)** - Ed. UFJF e FUNALFA. Cf. também HALFELD, Geraldo (1970). **Henrique Guilherme Fernando Halfeld: Fundador da Cidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, S./Ed.

<sup>259</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Thomas. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, cap. 5.

Tendemos a concordar neste sentido com a análise supracitada de Luciano Gruppi de que mais do que uma análise teórica, a concepção *liberal* é ideológica e, neste sentido, acreditamos que também a concepção de História pensada e produzida por esta corrente é mais *objeto* do que *sujeito* do que nos propomos em nossa pesquisa. Em outras palavras, esta historiografia *tradicional-liberal* reforçou a própria formação e legitimou a dominação das classes dominantes locais, mais do que as discute. Neste sentido, a copiosa documentação e o rigor acadêmico na ‘verificação da veracidade das fontes’ devem ser revistos para estudar aspectos negligenciados ou pouco explorados. A população indígena, bem como a população mancipia e os ‘homens livres pobres’ foi muito pouco considerada nestes estudos, quando não ignoradas.

Também Bourdieu trata desse ponto quando diz:

*A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por meio de ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detém por delegação; a fração dominada (letrada ou intelectual e artistas, segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização.*<sup>260</sup>

Esta História *tradicional-liberal* irá se especializar então na seleção e interpretação de fontes ‘oficiais’, na realização de ‘panegíricos’ onde a prosopografia e as relações parentais dos ‘grandes da terra’ irão dar à tônica. Importante por todo o trabalho de organização e sistematização de documentos, estes autores, bem como suas produções “*devem ser mais admirados do que imitados*”.<sup>261</sup>

Aquilo que se exclui nessa História é tão significativo, ou mais do que aquilo que ela aborda, ou como diria Eni Orlandi, “*já é sabido que o poder se faz exercido de*

---

<sup>260</sup> Idem, p. 12.

<sup>261</sup> ALENCASTRO, Luís Felipe de. *Modelos da História e da Historiografia Imperial*. Inn: NOVAIS, Fernando (org). *História da Vida Privada no Brasil Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 08

*um certo silêncio*”.<sup>262</sup> Os grupos subalternos, entendidos como as populações nativas, escrava ou excluída somente será considerada de maneira marginal. Como exemplo, vemos na obra do historiador Júlio Cezar Vanni em importante trabalho sobre o povoamento dos sertões do rio Cágado (que englobava parte de Juiz de Fora, além de outros importantes municípios cafeeiros como Mar de Espanha e Bicas) a seguinte referência aos índios nativos da região:

*Os antropólogos e pesquisadores que se embrenharam nos sertões do sudeste mineiro deixaram para os historiadores as mais contraditórias informações sobre estes silvícolas. Tudo indica, entretanto, que os purís [um dos grupos que habitavam à região] tenham sido excessivamente primitivos, mansos, indolentes e dados ao furto, ignorando o sentimento de lealdade. O baixo nível de cultura não lhes dava condição de compreender o sentido de família, de organização político-social e de propriedade, o que facilitou o rápido domínio dos povoadores e sua rápida destruição.*<sup>263</sup>

O preconceito típico da Antropologia do século XIX e que foi recorrente aos historiadores do século XX reaparece naquilo que Pierre Clastres já havia chamado a atenção: “*não se pode imaginar a sociedade sem o ‘Estado’, o ‘Estado’ é o destino de toda a sociedade*”.<sup>264</sup> Daí, para a História *tradicional-liberal*, a impossibilidade de considerarmos a história das sociedades indígenas, posto que não possuem Estado.

Também, no já citado livro de Paulino de Oliveira, escrito à moda de Tito Livio (por décadas) apesar do amplo leque de assuntos abordados sobre a cidade ao longo de todo o século XIX, a obra não menciona em momento algum a questão da população nativa, e mais significativo ainda, sequer menciona a Abolição da Escravidão em Juiz de Fora, não obstante este ter sido um dos maiores municípios escravocrata do país na segunda metade do XIX quando no capítulo sétimo referente ao período de 1880 – 1890 comenta que “*Além da dissolução da Câmara Municipal, em consequência do Golpe de*

<sup>262</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. São Paulo: UNICAMP, 1995.

<sup>263</sup> VANNI, Júlio Cezar. *Sertões do Rio Cágado*. 1ª ed., Niterói, RJ: Ed Comunità, 2001, p. 29, grifos nossos.

<sup>264</sup> CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**. Tradução de Theo Santiago, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves ed., 1978, p. 132.

“Estado” de 89, nada mais importante ocorreu em Juiz de Fora, no período a que se refere este capítulo, do que a inauguração da luz elétrica”.<sup>265</sup>

Assim, se admitirmos o pensamento liberal como uma teoria que se ‘presta’ ao fazer historiográfico, devemos reconhecer que existem ‘limites’ severos para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas. O *convencimento*, ou as *condições de poder* não seriam objetos de estudo.

### 3.2 As Concepções Contemporâneas sobre Estado & Poder para o Brasil, Minas Gerais e a Zona da Mata mineira

Se a historiografia *tradicional-liberal* foi predominante no Brasil ao longo do Oitocentos e ainda na Primeira República vemos que, com a crise da ‘civilização ocidental’ a partir da eclosão da 1ª Guerra Mundial, da Revolução Russa de 1917, dos aumentos dos movimentos anti-coloniais, da ascensão do nazi-facismo pós-1920 e da crise do capitalismo liberal de 29, novas concepções teóricas e metodológicas no campo das ciências sociais surgiram. Influenciados por várias correntes de pensamento que tiveram suas origens no final do XIX – como o Marxismo; a Sociologia de Emile Durkheim e de Max Weber; a Geografia de Vidal de La Blache e Friedrich Ratzel e a Antropologia britânica e norte-americana de Evans-pritchard, Bronislaw Malinowski, Radcliffe-Brown e Franz Boas – surgem movimentos renovadores dentro do “campo” da História. Talvez a mais importante delas, a *Escola dos Annales* (de 1929), promove ‘novos’ historiadores que buscam na interdisciplinaridade, nas novas teorias e novos métodos, novas formas de analisar e entender as sociedades humanas.<sup>266</sup>

A recusa imediata do *estritamente político* é um traço marcante nestas correntes, já analisadas à exaustão por diversos autores.<sup>267</sup> No nosso caso, entendemos não como uma recusa aos estudos políticos em si (embora em vários casos isto, de fato, tenha ocorrido), mas, na ampliação do próprio conceito do que seria o político. ‘Estado’ e ‘Poder’ se constituem em novos campos de experimentação e abordagens. O ‘Poder’ poderia ser ‘simbólico’ e estudado pelos historiadores e não somente pelos folcloristas e

<sup>265</sup> OLIVEIRA, Paulino, op. cit. p. 113. Parte deste ‘silêncio’ sobre a Escravidão foi discutido em nossa pesquisa de Mestrado, SARAIVA, Luiz Fernando. **Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café da Zona da Mata mineira – 1870/1900**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói. 2001, capítulo I.

<sup>266</sup> Cf. IGLESIAS, op. cit. cap. 3; DOSSE, op. cit., cap. 1; BURKE, Peter. *A Revolução Francesa de Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1991, cap. 2.

<sup>267</sup> Cf aqui BARROS, José op. cit.

demólogos. O ‘Estado’ mais do que a soma das partes ‘civilizadas’ e ‘civilizatórias’ de uma sociedade, deveria ser entendido mais como um ‘campo de luta’ dos diversos grupos desta.

No caso do Brasil as novas leituras fizeram com que surgissem obras que buscaram o “*sentido da colonização*”, as “*Casas Grandes, Sobrados, Mucambos, Senzalas*” e as “*Raízes do Brasil*”. Um dos principais ‘avanços’ no que se refere à discussão do ‘Estado’ foi a percepção / discussão dos ‘grupos’ ou classes sociais que o compunham, centrando-se mais nas origens dos proprietários de terras, dos funcionários metropolitanos e, também, dos comerciantes reinóis ou não.

O resgate do período colonial não se fazia mais então, no sentido de aceitação de autoridade, mas sim de uma formação social específica para a construção de um “*Estado*” (ou sociedade política) também específico. A afirmação clássica de Caio Prado Júnior para a gênese de nossa sociedade relacionava, de um lado os interesses metropolitanos externos e de outro ao grande proprietário de terras, que “*viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele*”.<sup>268</sup> O senhor de engenho teria tido uma influência primordial na gênese da sociedade brasileira, mesmo que, passando pela miscigenação com o indígena e o africano, “*o elemento português daria o tom*” nos dizeres de Gilberto FREIRE.<sup>269</sup> Percebe-se também em Sérgio Buarque de Holanda esta mesma associação entre os interesses da metrópole portuguesa e a obra de colonização do país levada a cabo pela interiorização e ocupação do espaço brasileiro – principalmente na questão do “*Ladrihador*” e do “*Semeador*” sobre as diferentes formas do desenvolvimento das cidades nas Américas Lusa e Castelhana.<sup>270</sup> Ou ainda nas diferenças entre o “*Lavrador*” e o “*Aventureiro*” em relação à experiência Lusa e a Anglo-saxã. De maneiras distintas e também já exaustivamente trabalhadas, estes autores foram fundamentais para a construção de uma nova concepção da História nacional. O que nos interessa aqui são as visões complementares sobre as ‘classes’ dos grandes proprietários rurais e de certa ‘homogeneização’ do pensamento dos setores dominantes que perpassa todos os textos destes que formaram, a grande ‘tríade’ da história nacional.<sup>271</sup>

<sup>268</sup> PRADO, Caio Júnior, op. cit, pp. 28-29

<sup>269</sup> FREIRE, Gilberto **Casa Grande & Senzala**. 23ª ed. São Paulo: Livraria José Olympio 1983.

<sup>270</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de **Raízes do Brasil** op. cit. cap. 4.

<sup>271</sup> CÂNDIDO, Antônio **O Significado de Raízes do Brasil**. *Inn*: HOLANDA (1995), op cit, p. 9.

As obras citadas trazem questões várias e, particularmente vamos nos ater na identificação dos grupos que compunham o ‘Estado’ e exerciam o ‘Poder’ e sua influência na formação da sociedade brasileira: Em Gilberto FREIRE a principal preocupação é o de entender a construção de uma *identidade*, a partir da miscigenação, ou nas palavras do próprio autor:

*Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da bagaceira, os europeus e seus descendentes tiveram, entretanto, de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. (...) O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambugem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação.*<sup>272</sup>

Percebe-se daí porque a obra de Gilberto FREIRE suscitou tantas discussões apaixonadas com relação à violência da sociedade colonial, o “*patriarcalismo*”, o papel importantíssimo dos grandes proprietários rurais, também fundamental dos escravos e mesmo o papel aparentemente ‘menor’ da “*gente livre*”. A obra de FREIRE oferece uma imagem bastante complexa da realidade colonial brasileira, como espaço de grande diferenciação social – onde se mantém uma hierarquia definida – mas com formas de inserção e ascensão bastante variadas, para além do simples espaço ‘econômico’ ou ‘político’. O exercício do *Poder* no Brasil e a própria atuação do “*Estado*” (pouco visto ou trabalhado pelo autor, mas possíveis de serem ‘decorridos’ de sua obra) teriam então bases bem mais amplas do que a historiografia *tradicional-liberal*, e que serão resgatadas em várias obras posteriores. “*Miscigenação*”, “*sincretismo*”, “*mulatismo*”, seriam conceitos que complementaríamos a dualidade *Sertão & Civilização*.

No livro **Raízes do Brasil**,<sup>273</sup> publicada um pouco depois de **Casa Grande & Senzala**, Sérgio Buarque de Holanda trabalha principalmente com as relações sociais

<sup>272</sup> FREIRE, Gilberto op cit p. IX

<sup>273</sup> Há uma clara influência da Sociologia de matriz weberiana e do culturalismo alemão A respeito da obra de Sérgio Buarque cf. BLAJ, I. (1998) **Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material**. *Inn*: CANDIDO, op. cit.

estabelecidas entre “colônia” e “metrópole”, entre “Brasil” e “mundo ocidental” e entre “rural” e “urbano”, donde vai encontrar nos setores dominantes, não só uma grande repulsa ao trabalho manual,<sup>274</sup> mas na valorização das atividades intelectuais, incorporando e importando idéias e procedimentos, uma “Cultura” própria e específica. A idéia do “homem cordial” permite entender a construção de “categorias ideais” que explicam a nossa sociedade e a par de um grande formalismo, toda a gama de relações pessoais e familiares que interfeririam neste processo. Outras “categorias ideais” construídas por Sérgio Buarque de Holanda serão igualmente importantes para a historiografia posterior como “Aventureiros” e “Lavradores”, ou ainda as várias “visões” que se tinha das colônias, depois Império. Embora na obra de Sérgio Buarque se perceba uma maior preocupação com o ‘movimento’ da história do que na de Gilberto FReire e a sua ‘sociedade imóvel’, o conjunto de transformações que afetava o país no momento da escrita (revolução de 30, industrialização acelerada, urbanização, etc) levaram o autor a exagerar na dicotomia entre o ‘novo’ e o ‘antigo’ que segundo o autor estariam sendo ‘eliminados’ de nossa sociedade e onde podemos perceber à época em que tal obra foi escrita, o ano de 1936. Assim, mesmo sendo Sergio Buarque um dos primeiros autores a admitir um “Estado” mais complexo, posto que composto por vários grupos sociais, uma “mentalidade senhorial” acabaria por aplainar as diferenças de composição social, unificando os grupos à sombra de uma Sociedade e um Estado “estamental”.

No trabalho de Caio Prado Júnior as questões econômicas foram privilegiadas, destacando-se a relação da empresa colonial capitalista com a montagem da “plantation”, na ocupação do território, na ‘escolha’ da mão-de-obra, nas técnicas empregadas e na ‘racionalidade’ econômica destes agentes. Ou nos dizeres de Antônio Cândido “o primeiro grande exemplo de interpretação do passado em função das realidades básicas da **produção, distribuição e do consumo**”.<sup>275</sup> Nesta análise, o ‘espaço’ para os homens livres ficaria bastante limitado, e os grandes fazendeiros/proprietários seriam analisados dentro de uma ótica de uma racionalidade essencialmente econômica (embora não necessariamente capitalista), onde a ocupação do território brasileiro teria se dado a partir das possibilidades encontradas por estes agentes. Não é de se estranhar que as questões políticas apareçam como subsidiárias na

<sup>274</sup> Já notada em Gilberto FReire e posteriormente em Caio Prado Júnior, op. cit.

<sup>275</sup> CÂNDIDO, Antônio, op. cit. p. 11. (Grifos nossos)



obra de Caio Prado Júnior.<sup>276</sup> Entretanto, é necessário que se destaque a grande contribuição de uma base material (ou social e econômica) deste autor na análise de questões políticas referentes ao Estado Português e depois imperial.<sup>277</sup>

O que é inegável nestas obras – para além das críticas e releituras que lhes são endereçadas atualmente – é a perenidade de sua influência para toda a historiografia ulterior. Um dos pontos em que a historiografia mais avançou a destes autores foi o de entender, o que vamos chamar aqui de *relações sociais de dominação*. O aumento dos conflitos sociais nas décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970, pelo processo de modernização / exclusão que a sociedade e a economia brasileira atravessavam, explicam, em parte, esta maior preocupação com as temáticas sociais. O fato é que encontramos a partir daí um maior ‘amadurecimento’ da historiografia brasileira – incluindo também, a atuação cada vez maior de historiadores estrangeiros – prenunciadas pelos estudos da Tríade Gilberto FReire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

Sobre a sociedade brasileira do início do XIX existem vários novos estudos que marcam a diferença entre um *período colonial tardio* tanto do ponto de vista do desenvolvimento da economia, como também das mudanças políticas. A historiografia *clássica*, aqui tomada como Gilberto FReire, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda tendeu a tratar este período como, *grosso modo*, da preeminência dos grandes fazendeiros sobre o conjunto da sociedade em questão, além de ser este um período de crise, dada pela retração do ouro e a ainda não-expansão da cafeicultura, um hiato de meio século ‘estagnado’ em nossa História.<sup>278</sup>

Desde pelo menos a década de 1970 novos estudos trouxeram a necessidade de se rever a questão da formação do Estado brasileiro e, conseqüentemente, quais grupos sociais estariam ligados a este Estado. Foi o próprio Sérgio Buarque de Holanda que

<sup>276</sup> Cf. por exemplo PRADO, Caio Júnior op cit Vida Social e Política pp 341-380 onde o autor analisa a independência do Brasil principalmente a partir de ‘postulados’ de crescimento da economia da colônia

<sup>277</sup> Emblemático neste sentido é análise que Caio Prado Junior faz da administração colonial, cf. PRADO, Caio Junior, op. cit. capítulo *Administração*. A respeito desta análise cf. HESPANHA, Antonio Manuel, op. cit. Agradeço a Fernando Gaudereto Lamas as constantes discussões e à biblioteca socializada que nos ajudou a construir conjuntamente algumas das idéias aqui tratadas.

<sup>278</sup> Cf. a este respeito o texto de CARDOSO, Ciro Flamarion. *A crise do colonialismo luso na América portuguesa 1750/1822*. In: LINHARES, Maria Yeda. (org.) *História Geral do Brasil*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1996, principalmente a parte *A última fase verdadeiramente colonial (1777/1808)* p 112 – 118. Cf. também as críticas que LENHARO, op. cit. faz especificamente a Roberto Simonsen *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. 2a edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Cf. tb. FRAGOSO, João Luiz Ribeiro e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto* com as críticas, a assim chamada ‘escola do sentido da colonização’ composta por Caio Prado Junior, Celso Furtado e Fernando Novais. Por último Jobson Arruda trabalha com a idéia do “Elo Perdido” ou o período de 1780 a 1830 entre a crise do ouro até a emergência do café, ARRUDA, Jobson. *O Elo Perdido*. Mimeo, 1995.

chamou a atenção para este fato em 1973, em seu artigo de jornal **Sobre uma Doença Infantil da Historiografia Brasileira**, em que, além de ‘lembrar’ a presença de grandes comerciantes junto à política do I Reinado, também se propunha a considerar como o conceito de **classes** (na matriz weberiana) seria mais adequado do que o uso acrítico da categoria **estamento** para a compreensão das mudanças que o país passava neste momento.<sup>279</sup>

Este ‘pequeno’ texto de Sérgio Buarque de Holanda rompeu com vários outros estudos sobre a formação do Estado no Brasil que, apoiando-se também em categorias tiradas da sociologia de Max Weber, determinava ao Estado brasileiro uma origem muito mais ‘oriental’, no sentido utilizado por este autor de “*patrimonialismo*”, ou seja, de um “*sistema de dominação e poder*” política no qual a riqueza, os cargos, ou seja, o próprio Estado são patrimônios pessoais de um chefe ou de um governante. O livro **Os Donos do Poder**, de Raimundo Faoro, constituiu-se num dos textos mais importantes da sociologia política brasileira que se apóia em grande parte, nestas categorias.<sup>280</sup> Para este autor, as origens ibéricas da colonização no Brasil determinaram um “*‘Estado’ Patrimonialista*” bem próximo das sociedades orientais e onde não existem limites nítidos entre as atividades públicas e privadas e que inclusive impediriam as bases de acumulação mais notadamente capitalistas.

Na análise de Faoro, a sociedade imperial brasileira (principalmente no II Reinado) estava marcada pela preeminência do “*estamento burocrático*” que, segundo o autor:

*Sobre as classes que se armam e se digladiam, debaixo do jogo político, vela uma camada político social, o conhecido e tenaz estamento, burocrático nas suas expansões e nos seus longos*

<sup>279</sup> Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. Sobre uma doença Infantil da Historiografia Brasileira ‘Suplemento Literário’ in **O Estado de São Paulo**, 24 de junho de 1973 cf. também RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e Contra Revolução**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, sem data, principalmente o capítulo A Idéia de um Império Americano.

<sup>280</sup> Nunca é demais lembrar a nota do próprio autor no prefácio à 2ª edição quando afirma “Os conceitos básicos – patrimonialismo, estamento, feudalismo, entre outros – estão fixados com maior clareza, indicando a própria ambigüidade que os distingue, na ciência política (...). Advirta-se que este livro não segue, apesar de seu próximo parentesco, a linha de pensamento de Max Weber”. In FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Vol. 1, 10ª ed. – São Paulo: Globo, Publifolha, 2000 p. 1. Também o texto ‘clássico’ de Sérgio Buarque de Holanda **Raízes do Brasil**, se apóia em premissas muito semelhantes às idéias centrais de Faoro, cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995, principalmente os capítulos III “A Herança Rural” e 7 “Nossa Revolução”.

*dedos. Nação, povo, agricultura e comércio obedecem a uma tutela, senhora e detentora da soberania.*<sup>281</sup>

Neste entendimento, o Estado congregaria assim os vários elementos da sociedade ibérica colonial, que perpassariam estes períodos e teriam entrado ‘porta adentro’ do II Reinado. Funcionários de baixa extração social, setores oriundos das classes médias, diversos fazendeiros e a maior importância dos grandes negociantes todos ‘dependentes’ e ‘agentes’ *do e no* Estado.<sup>282</sup>

A importância do texto e da obra de Sérgio Buarque de Holanda foi provocar uma discussão mais ampla e fecunda sobre os condicionantes políticos e econômicos da independência e do Brasil ao longo do século XIX, para além das grandes correntes interpretativas que predominavam então na historiografia nacional. Diversos outros trabalhos passaram a admitir uma maior complexidade na formação do Estado brasileiro e, conseqüentemente, das classes que o compunham. Riva Gorenstein e Lenira Martinho analisaram a formação e atuação dos grupos de pressão, tais como os “*negociantes de grosso trato*” portugueses e brasileiros, que negociavam com o tráfico negreiro, a cabotagem, os seguros e outros, sobre a política joanina na sociedade do Rio de Janeiro a partir das mudanças provocadas com a vinda da família real em 1808.<sup>283</sup> A importância política das classes dos negociantes de grosso trato, bem como dos comerciantes e produtores de alimentos ligados ao abastecimento interno da corte, constituíram-se em objetos de pesquisa. Alcir Lenharo, em seu livro **As Tropas da Moderação**, tratou da formação uma classe dominante, responsável pela produção e comercialização de alimentos em regiões do sudeste (principalmente a região ‘Sul’ das Minas Gerais como visto), e cujo principal mercado foi a cidade do Rio de Janeiro,

---

<sup>281</sup> FAORO, Raimundo, op cit. p. 437. Sobre o pensamento de Raimundo Faoro cf. RICUPERO, Bernardo. Raimundo Faoro e as interpretações do Brasil.

<sup>282</sup> O trabalho de Raimundo Faoro é rico em pesquisa de fontes primárias e análise dos vários documentos que o autor se propõe a trabalhar, entretanto, podemos entender a necessidade de se ampliar esta discussão a partir de novas fontes e também enfoques mais regionais que retirem esta suposta ‘homogeneização’. Também a influência da obra de Faoro, bem como do pensamento de Max Weber no Brasil é extensa demais para ser citada, além de fugir ao escopo deste trabalho, basta dizer que várias obras compartilham desta visão de Estado. Cf., por exemplo SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. 3ª edição revista e ampliada, São Paulo: Editora Campus, 1988 que chega a citar o conceito de Modo de Produção Asiático na sua ‘classificação’ do Estado Brasileiro como oriental. p.84.

<sup>283</sup> GORENSTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1993. (Coleção Biblioteca Carioca v. 24)

ainda mais com a chegada da Corte, que de 50.000 habitantes, saltou para mais de 120.000 em 1821.<sup>284</sup>

A respeito da participação política e econômica dos negociantes de grosso trato, João Luiz Ribeiro Fragoso destacou a participação desses no tráfico negreiro e na cabotagem no “*período colonial tardio*”, final do século XVIII e início do XIX.<sup>285</sup> Discordando das leituras de Maria Odila Silva Dias e de Riva Gorestein, João Luiz Ribeiro Fragoso enfatiza no poder dos negociantes ainda no período colonial, principalmente a partir do século XVIII, quando além de controlarem o comércio da cabotagem em direção ao Sul e o tráfico negreiro da Costa Ocidental e, depois Oriental africana, também se articularam com outras praças portuguesas na Ásia, em relativa independência da metrópole.<sup>286</sup> O trabalho de João Fragoso aprofundou trabalhos pioneiros de Charles Boxer, Eulália Maria Lahmeyer Lobo e de José Roberto do Amaral Lapa que, de certa forma, ficaram às *margens* de uma historiografia clássica.<sup>287</sup>

Mais modernamente se questiona a própria idéia da divisão “*colônia versus metrópole*” bem como do próprio “*sistema colonial*” que foi a base explicativa de grande parte da produção sobre o período colonial e o início da construção do Estado no Brasil. Apoiados em leituras que irão questionar a autoridade absoluta dos monarcas europeus, ou lusos, como visto em Antônio Manuel Hespanha, ou ainda na idéia de um Império Luso com menor importância para os mecanismos de “*coerção*” e “*extração do excedente*” e maior atenção à “*negociação*” e “*conectd histories*”, diversos historiadores irão promover verdadeiras revoluções nos estudos deste período tardio. A reação aos ‘exageros’ desta corrente também se fazem rapidamente sentir.<sup>288</sup>

Retomando a historiografia que nos interessa mais de perto, Ilmar de Mattos já havia trabalhado com o processo de Construção do Estado Imperial Brasileiro e, concomitantemente da formação da “*classe senhorial*” constituída por proprietários de

<sup>284</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. (caps. 1 e 2)

<sup>285</sup> FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992; Idem. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. **LOCUS: Revista de História**. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional / Departamento de História / Arquivo Histórico / EDUFJF, 2000. v. 6, n. 1;

<sup>286</sup> FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. Mercado e Negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império Português (séculos XVIII-XIX). **História: Questões e Debates**, Curitiba, nº 36, pp. 99-127, 2002, Ed. UFPR.

<sup>287</sup> LOBO, op.cit, BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português 1415-1825**. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa, Ed. 70, 1993. (Edição Especial); LAPA, José Roberto do Amaral. **O Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1982

<sup>288</sup> Para uma crítica à esses exageros cf. SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa. do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

terras, negociantes e burocratas, detentora da hegemonia nesse Estado na segunda metade do XIX. Segundo o autor, o Estado Imperial vai ser o “*locus*” dos dirigentes “*saquaremas*”, daqueles que por meio desta ação estatal exercem uma direção intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade brasileira do período – citando diretamente Antônio Gramsci, ou numa visão marxista ‘ampliada’ em relação à Caio Prado Júnior. Desta forma, amplia-se a noção de Estado que deixa de ser somente um aparelho de dominação no sentido de coerção física e também, o que se entende por “*dirigentes*” tende a se ampliar para além dos funcionários públicos (alta burocracia imperial), passando a incluir também os proprietários rurais, comerciantes, além de profissionais liberais, literatos e “*frações da classe dominante*” por sobre o conjunto da sociedade brasileira.<sup>289</sup>

Esta leitura será importante também para a construção de identidades regionais a partir do processo de expansão da colonização como o que iremos assistir em diversas regiões do país e, em particular na Zona da Mata mineira. Uma região não seria assim, somente a ocupação de um espaço natural determinado, mas sim, no conjunto de relações sociais estabelecido entre as várias classes entre si e com o Estado.<sup>290</sup>

No tocante ao Estado, outros autores trabalharam ainda com a noção de formação de uma “*elite imperial*”, a partir das trajetórias de vida destes dirigentes, principalmente no “*treinamento*” de tais agentes a partir de uma formação social em comum e não apenas de uma “*homogeneidade social*” como foi trabalhado em diversas obras por José Murilo de Carvalho, sob forte influência da ciência política norte-americana e da teoria das elites de Pareto.<sup>291</sup> Se, por questões teóricas a discussão entre “*elites*” e “*classes sociais*” adquire uma importância capital, como será mais à frente detalhado – entendemos que a trajetória de vida dos grupos dominantes, tanto política quanto economicamente falando, vai ser uma importante contribuição a obra de José Murilo de Carvalho para a problemática aqui em discussão. O que se chama atenção nesta discussão é a grande ênfase na atuação do Estado que também é visível em outros trabalhos e para os quais, a sociedade civil (ou os ‘aparelhos privados’ para além do Estado) estaria submetida de maneira quase reflexa, sem alternativas ou formas de expressão e grande participação política. Neste sentido, as obras de Ilmar Mattos, como

<sup>289</sup> MATTOS, Ilmar Rollof. op. cit p. 4.

<sup>290</sup> Idem, principalmente o capítulo **A moeda colonial**.

<sup>291</sup> CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem: a elite imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 21. Cf do mesmo autor Centralização versus Federalismo *Inn: Pontos e Bordados, escritos de História Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

também a de Ricardo Sales **Nostalgia Imperial**, inovam ao buscarem uma maior importância na ‘montagem’ do Estado e também na maior participação de setores sociais – daquilo que Gramsci chamaria de Sociedade Civil.<sup>292</sup>

Estes trabalhos são fundamentais para a compreensão da construção e consolidação do Estado brasileiro, resultante de imensas lutas sociais, políticas, movimentos separatistas e debates. A consolidação de uma ordem interna vai se dar através de todo um re-arranjo entre os grupos políticos dominantes, já que:

*Ao longo do primeiro reinado, o crescimento da oposição, ligado não somente à política autoritária do governo e à própria luta interna entre os diversos grupos pelo controle do Estado, bem como à crucial questão do comércio de escravos, leva ao esvaziamento político do imperador que, em 1831, em meio a manifestações de rua, às quais aderiu parte do Exército, renunciou ao trono, abdicando em favor de seu filho, D. Pedro II, então com apenas cinco anos de idade. A Abdicação assinalava a chegada ao poder efetivamente dos **proprietários de terras e escravos**.*

*A fixação da preponderância econômica e política do sudeste, com base na expansão cafeeira, o crescimento urbano e a profunda instabilidade política do período regencial reaproximou antigos aliados no processo de independência, que haviam se separado no primeiro reinado. A aliança sustentará o Império e dirigirá o país. Iniciou-se a (re)centralização monárquica, através de sucessivos atos que anulavam as conquistas de autonomia provincial, e com a decretação da Maioridade de D. Pedro II (1840), novamente poderia funcionar o Poder Moderador. A ação centralizadora da Coroa fez refluir as idéias separatistas, controlou ou esmagou as revoltas regionais e os sonhos de autonomia. A trajetória do Regresso conhecia a vitória no poder imperial. Não foi uma vitória do imperador ou da Coroa, e sim, das classes e frações de classes ocultas pelo manto imperial, sob o mito do poder pessoal.<sup>293</sup>*

Assim, segundo Théo Piñeiro, para compreender a estabilidade política que vai se construir em meados do XIX além de trabalhar com o conceito de classes sociais é importante diferenciar os vários grupos sociais a que pertencem as “classes

<sup>292</sup> SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: A Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topobooks, 1996. GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. op. cit. e **Os Cadernos do Cárcere**. op. cit.

<sup>293</sup> PIÑEIRO, Théo L. **Os Simples Comissários (Negociantes e Política no Brasil Império)**. Tese de Doutorado, Niterói: UFF, 2002, grifos do autor, p. 5.

*dominantes*”. Desta forma, segundo este autor é importante pensar em “*frações das classes dominantes*”<sup>294</sup> e quais são os “*elementos de coesão*” que serão encontrados e que dão uma unidade ou hegemonia na atuação deste grupo – o que não quer dizer que não existam conflitos internos, ao contrário, acreditamos que a grande contribuição de Théo Piñeiro nesta discussão é quando afirma que os “*elementos de coesão*” não criam uma classe social, mas antes os reforçam; ou nas palavras do próprio autor:

*Penso que, de fato, devemos considerar os chamados "elementos de coesão" das classes sociais e que, entre eles, se encontram os de instrução, conduta, experiências. Entretanto, no meu entender, tais elementos reforçam a constituição da classe, não a cria. Na base de sua formação ainda estará o lugar ocupado na produção social, sendo esta "produção social", não uma visão estreita das formas de produção material, e sim, o conjunto de atividades que integram a realização da riqueza material, na medida em que produção, distribuição, troca e consumo fazem parte de um mesmo processo e submetido às mesmas determinações sociais.*<sup>295</sup>

Mas qual seria a base desta ‘produção social’ que garantiria os elementos de coesão das *classes dominantes* do II Reinado? O que existe de consenso entre a historiografia que estudou o Império Brasileiro, até o momento, é que, em grande parte, a estabilidade e centralização política em meados do XIX deveram-se a expansão de uma *economia* e de uma *sociedade* sob a hegemonia do *café*. Segundo José Murilo de Carvalho, na consolidação do II Reinado “*quase todo café era exportado pelo Rio de Janeiro (...) A centralização política na cidade do Rio de Janeiro coincidiu assim com grande concentração de riqueza na província do Rio de Janeiro*”.<sup>296</sup> Isto não significa dizer que o café tenha sido importante somente do ponto de vista econômico – no sentido de garantir uma estabilidade ao Estado e a economia brasileira – mas sim, no

---

<sup>294</sup> Existe uma diferença entre o conceito de Théo Piñeiro e Ilmar Mattos acerca dos grupos que compõem o Estado. De forma esquemática, poderíamos dizer que a diferença entre **Frações das Classes Dominantes** (Théo) e **Frações de Classe Dominante** (Ilmar) se refere à idéia de que no 1º conceito as classes manterão uma grande distinção entre si, tanto de origem, como de comportamento, permitindo inclusive a percepção de suas diferenças ideológicas e políticas. Já o 2º conceito vem especificamente de Ilmar Mattos e refere-se a idéia de uma formação de uma única classe social que embora com origem sociais distintas e que, ao longo do processo de sua formação (no caso, na expansão da cafeicultura pela região do vale do Rio Paraíba do Sul) adquirirá uma unidade de classe através de *elementos de coesão*, políticos e ideológicos.

<sup>295</sup> Idem, p. 10.

<sup>296</sup> CARVALHO (1998), op. cit., p. 168.

sentido de construir uma classe social dominante, a senhorial, que dominou, tanto do ponto de vista econômico quanto político e cultural sobre toda a sociedade e que nos permite entender a noção de *habitus senhorial*.

Desta forma, o principal produto da economia brasileira no século XIX deve ser entendido então sobre múltiplos prismas; econômicos, sociais e políticos. Sobre a importância que o café terá para a economia nacional, Carlos Gabriel Guimarães destaca que:

*O aumento das exportações brasileiras, liderada pelo café do Vale do Paraíba fluminense, que a partir da década de 1830 substituiu o açúcar como principal produto das exportações brasileiras, possibilitou não só uma maior inserção do Brasil no comércio mundial, como também criou condições para a organização dos primeiros bancos comerciais privados nas principais praças comerciais.*<sup>297</sup>

O mesmo autor mostra ainda a importância da cafeicultura na estabilização monetária do II Reinado, tanto nos Orçamentos do Império quanto na Balança Comercial.<sup>298</sup> Também já é praticamente consenso na historiografia a relação que o café teve para o desenvolvimento e modernização que o Brasil ao longo do Dezenove – embora possa variar a compreensão sobre o ‘grau’ que a economia cafeeira terá nesse processo. O café se desdobrou ainda em uma série de outras atividades urbanas, comerciais e em um vigoroso processo de industrialização de várias regiões do Brasil, tanto em efeitos ‘retrospectivos’ como ‘prospectivos’, naquilo que Albert Hirschman denominou *desenvolvimento por efeitos em cadeia*, ou seja: a modernização do sistema de transportes, melhorias no beneficiamento dos produtos agrícolas, desenvolvimento de indústrias, comércio e urbanização a partir da expansão de um “*produto primário exportador*”.<sup>299</sup>

Pelo que foi exposto até aqui, entendemos que estas várias concepções teóricas permitiram avançar no inter-relacionamento entre Economia e Política, explicando as variadas formas como a expansão das atividades econômicas, *complexificavam* as

<sup>297</sup> GUIMARÃES, Carlos Gabriel. p. 201.

<sup>298</sup> Idem p. 210 e passim.

<sup>299</sup> HIRSCHMAN, Albert O. *Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada* *Inn*: CARDOSO, Fernando Henrique, SORJ, Bernardo e FONT, Maurício (orgs.) **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, pp. 31 – 79.



relações sociais e interferiam de forma indelével na montagem do Estado brasileiro do Oitocentos.

Do ponto de vista social, a expansão da cafeicultura se deu em uma sociedade centrada no *trabalho escravo*, portanto, na reafirmação da escravidão e da defesa de sua sobrevivência; uma sociedade centrada na ocupação da terra, em um tipo de ocupação da terra que expulsava índios e colonos pobres; e por fim, em uma sociedade marcada por um grande controle, mas em um controle específico da sociedade em geral. Dito de outra forma “*a expansão cafeeira significava, também, a expansão das grandes propriedades, e com elas o predomínio das grandes famílias e o domínio da escravidão*”.<sup>300</sup>

Ilmar Mattos reafirma ainda que este domínio não se deu sem lutas sociais mais profundas, ao contrário, foram justamente as lutas travadas pelos setores dominantes, contra os índios, contra os pequenos posseiros e contra o elemento escravo que “*reais ou imaginários, os movimentos de rebeldia (...) propiciavam a aproximação dos setores proprietários*”.<sup>301</sup> Este mesmo autor condiciona a sobrevivência e expansão do escravismo brasileiro no século XIX à expansão da cafeicultura. Também é notória a alta concentração de escravos na região sudeste para todo o século XIX e principalmente para o final do processo de abolição da escravidão, demonstrando a importância deste regime para a produção cafeeira e todos os debates – impossíveis de serem listados no presente trabalho – sobre escravidão e resistência no Brasil.<sup>302</sup>

A discussão sobre os grupos dominantes e a escravidão vai ser importante, porque ela condiciona o tipo de *Sociedade* e “*Estado*” que tínhamos no Brasil, principalmente ao longo do século XIX. Para a maioria dos autores que estudaram este período, é praticamente impossível pensarmos em autonomia da Sociedade Civil no Brasil ao longo do Império (ou até mesmo em sua existência). Assim, segundo a análise dos historiadores baseados em Max Weber e seus *tipos ideais* de dominação, a

<sup>300</sup> MATTOS, Ilmar R., op. cit. p. 60.

<sup>301</sup> Idem, p. 71.

<sup>302</sup> Cf., por exemplo, a obra clássica neste sentido VIOTTI, Emília. **Da Senzala à Colônia**. 3ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. Para uma análise preliminar dos debates sobre a escravidão no Brasil, principalmente no século XIX, cf. SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001, principalmente o capítulo I. Ainda sobre as questões sociais suscitadas pela cafeicultura, a expropriação das pequenas parcelas de terra nas mãos de ‘homens livres pobres’ e os conflitos sociais daí decorrentes já foram abordados por diversos autores, Stanley Stein trabalhou, embora de maneira ‘superficial’ para o município de Vassouras, STEIN, Stanley, op. cit. Márcia Menendes Mota, em um estudo de maior fôlego, discutiu as várias formas de lutas pela terra ocorridas em Paraíba do Sul durante a expansão da cafeicultura. MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder: Conflito e Direito à Terra no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro /Vício de Leitura, 1998.

sociedade brasileira do século XIX pertencia ao tipo *tradicional*, onde a autoridade era estamental, burocrática não-racional, baseada na tradição e autoridade do governante. Acresce-se a esta análise a idéia de uma *elite* dada por condicionantes mentais, intelectuais e com sinais distintivos de posição e honra. Teríamos então, além das *elites econômicas* – já apontadas nos autores anteriores – as *elites políticas, intelectuais e burocráticas* em que se conformariam tantos elementos sobre a sombra de um “Estado” Tradicional, muito embora já em vias de *racionalização*.<sup>303</sup> Esta visão é recorrente também na própria obra de José Murilo de Carvalho, onde os limites da atuação das classes dominantes seriam dados por que:

*A homogeneidade da elite pela educação comum na tradição do absolutismo português e pela participação na burocracia estatal fazia com que o fortalecimento do Estado constituísse para ela não só um valor político como também um interesse material muito concreto. Desse modo, o objetivo da manutenção da unidade da ex-colônia raramente seria posto em dúvidas por elementos da elite nacional, talvez até mesmo independentemente de estar essa unidade em acordo ou desacordo com os interesses dos grupos econômicos dominantes.*<sup>304</sup>

O espaço de atuação dos agentes foi então, extremamente limitado, ou porque nas “*sociedades políticas*” (partidos, grêmios, associações abertas ou secretas) “*vários de seus líderes ocupavam também posições formais de poder*”, ou porque nas “*sociedades de classes*” (como a Sociedade Auxiliadora da Indústria de 1827, ou Associação Comercial de 1820) estes espaços eram restrito e a atuação bastante limitada a políticas específicas (como questões cambiais ou fiscais) ou de natureza técnica-científica.<sup>305</sup>

De qualquer maneira José Murilo de Carvalho chamava atenção para a necessidade de novas pesquisas que aumentariam a percepção sobre o papel destas instituições, ditas privadas. O trabalho de Théo Piñeiro **Os Simples Comissários**, já citado, supre parte das lacunas apontadas por José Murilo, ao mesmo tempo em que

<sup>303</sup> WEBER, op. cit; FAORO, op. cit.

<sup>304</sup> CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 p. 42.

<sup>305</sup> Ídem, pp 51-54.

rompe com esta visão ao apontar um maior significado político a atuação dos comerciantes e comissários do Rio de Janeiro, principalmente a partir das demandas e ações do **Corpo de Comércio do Rio de Janeiro** e da **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**.<sup>306</sup> O autor trabalha ainda com o conceito de *Bloco de Poder* para o corpo dos comerciantes do Rio de Janeiro no século XIX, identificando-os como um grupo à parte.

Para nossa pesquisa nas Minas Gerais do oitocentos, como tentaremos demonstrar no próximo capítulo, estamos longe de encontrar um *Bloco de Poder*, afinal a expansão da economia mineira será de tal forma que irá provocar uma profunda diferenciação nos agentes de acordo com as regiões em que se inseriram, sendo que um dos poucos pontos de contato entre eles será uma certa identidade, ou *habitus* senhorial.

Ainda assim, os estudos sobre a sociedade e economia brasileira do período colonial até o Império, privilegiaram, até bem pouco tempo, as relações escravistas, não somente como *predominantes*, mas também como *determinantes* sobre todas as demais formas de trabalho e inserção na sociedade brasileira. Isto resulta não somente da importância que a escravidão teve em nossa história, mas também da necessidade de se criar ‘modelos explicativos’ de nossa sociedade. Os historiadores em geral deram muito mais atenção as relações de cativo, sendo que as demais formas de trabalho apareciam somente como subsidiárias e complementares à escravidão. Isto significa também dizer que a concepção de Estado e das classes que o compõem somente pode ser entendida a partir deste prisma. A própria idéia da *Moeda Colonial* de Ilmar Mattos, tem na manutenção da escravidão (quer africana, quer indígena) um dos principais vetores explicativos da permanência do ‘Pacto Colonial’ para os *colonizadores* – grandes proprietários – que se sobrepõem aos *colonos* e *colonizados* e depois em sua *recunhagem* no século XIX também só teria sentido na defesa da escravidão frente as investidas inglesas contra o fim do tráfico e do movimento abolicionista que cresce ao longo do Dezenove.<sup>307</sup> Também o mesmo autor, apesar de destacar a importância das ‘lutas’ contra índios, quilombolas e homens pobres na conformação de sua classe senhorial, conforme citado anteriormente, não aprofunda este eixo de análise, somente ‘apontando caminhos’.

Mesmo em obras mais recentes, que admitem uma maior importância de setores sociais médios e, portanto, relativizam o domínio estritamente econômico, esta

---

<sup>306</sup> PIÑEIRO, op cit.

<sup>307</sup> MATTOS, Ilmar Roloff, op. cit principalmente capítulo I

influência (da escravidão) como determinantes para a formação, como na obra de Ricardo Sales onde lemos que:

*O fato é que as considerações em torno do tema escravidão e nação permitiram que, concretamente, se formasse uma visão por parte das elites sobre as camadas e classes sociais que constituíam na realidade o povo brasileiro. O elemento central desta visão era de que o verdadeiro povo brasileiro ou só se constituiria em um futuro, quando de uma forma ou de outra, os efeitos da escravidão estivessem superados, ou tinha suas características constitutivas associadas apenas à parcela livre e europeizada da população, não afetada por tais efeitos.*<sup>308</sup>

Mas, além de discutir a visão que os contemporâneos teriam sobre o povo brasileiro, a referência do autor é exatamente a mesma, onde: *“Espero ter demonstrado como a estrutura econômica e social escravista teve na base da formação do ‘Estado’ nacional brasileiro e do próprio conceito de nação que este estimulou e buscou consolidar no plano da cultura”*.<sup>309</sup>

Um trabalho que neste sentido inova ao incorporar uma vasta população livre na ordenação política do Império vai ser **Clientelismo e política no Brasil do século XIX** de Richard Grahan, onde o autor procura incorporar em suas análises a grande dependência desta população *“não-europeizada”* aos mecanismos políticos do 2º Reinado não somente como *“massa de manobra”*; mas como condição efetiva para o poder dos potentados ou proprietários na disputa de poder.<sup>310</sup>

Também em obra recente temos duas autoras que partindo de princípios distintos complexificam e inovam na compreensão das relações entre sociedade e política no período. A primeira é Ângela Alonso que em seu trabalho **Idéias em Movimento: A Geração de 1870 na Crise do Brasil Império** indica uma maior importância dos setores tradicionalmente tidos como intermediários e urbanos e que, vinculados a uma produção mais literária ou ‘marginal’ as atuações políticas formalmente exercidas no Estado brasileiro teriam tido pouca influência nas mudanças ocorridas no final do Império. O que a autora diz é que estes setores tiveram importante participação na política do segundo reinado entendida de uma maneira mais ampla e abrangente. Sem

<sup>308</sup> SALLES, Ricardo. op. cit. p. 91

<sup>309</sup> Ídem, p. 198.

<sup>310</sup> GRAHAN, Richard **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

simplesmente copiar as várias correntes de pensamento que existiam na Europa neste momento, esses diversos autores divididos em ‘correntes’ como “*Positivistas*”; “*Federalistas*”; “*Republicanos*” e “*Monarquistas Liberais*” estavam na verdade atualizando as discussões externas as diversas mudanças em curso em nossa sociedade, negociando e forçando a mudança de mentalidade dos próprios políticos ‘tradicionais’ do Império.<sup>311</sup>

Já Mirian Dolhnikoff em seu **O Pacto Imperial** chama a atenção que apesar do processo de centralização levado à cabo no século XIX, a importância que as discussões regionais terão para esse mesmo Estado. Estudando as províncias de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, a autora pretende ‘inverter’ a lógica inaugurada por Ilmar Mattos, de onde a “*hegemonia saquarema*” se desdobraria do ‘centro’ para as ‘periferias’ do Império. Segundo a autora, grande parte das discussões que irão condicionar os debates do Império se deu primeiramente no âmbito das províncias, abrindo caminho para novas perspectivas que tenham como referência este novo olhar.<sup>312</sup>

Por fim, do ponto de vista político, percebemos, que a maior parte da construção das **classes dominantes** do II Reinado (nos dizeres de Théo Lobarinhas) ou da formação de uma **classe senhorial** (na visão de Ilmar Mattos) ou ainda de uma **elite imperial** (segundo José Murilo de Carvalho), apoiou-se em sobremaneira na expansão da cafeicultura. E que, a partir da região sudeste, conseguimos ‘ver’ uma hegemonia *no* Estado Imperial Brasileiro, obviamente com a participação de alguns mais setores da sociedade, ou nos dizeres de Carlos Gabriel Guimarães:

*A inserção desses grupos no aparelho do Estado Imperial ficou clara, quando analisamos a concessão de títulos nobiliárquicos a partir da década de 1840. Embora a quantificação fique mais clara com relação aos títulos dados aos proprietários de terras de terras e escravos do Vale do Paraíba fluminense, os Barões do Café a análise [dos demais títulos dados] não deixa dúvida que os proprietários de terras e de escravos de outras regiões, a burocracia e homens de negócios receberam títulos, formando uma verdadeira **sociedade de corte** brasileira.<sup>313</sup>*

<sup>311</sup> ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento – A Geração de 1870 na crise do Brasil Império**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

<sup>312</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005

<sup>313</sup> GUIMARÃES, op. cit, pp. 213-214, grifos do autor.

A respeito do declínio do Império Brasileiro, a maioria das obras citadas trabalha de maneiras distintas, embora para os objetivos do presente trabalho, possamos relacionar, as mudanças estruturais, por volta de 1870, pelas quais passava a economia, por exemplo, onde “*O café continuava sendo o carro chefe da economia nacional, mas boa parte de sua produção deslocara-se do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, para o Oeste Paulista (...) O poder político não coincidia mais com o poder econômico*”.<sup>314</sup> O final do Império também vai ser marcado pela ascensão de novos grupos sociais, com interesses distintos como o exército brasileiro (após a guerra do Paraguai)<sup>315</sup> e o processo de abolição da escravidão como a quebra da aliança entre os vários grupos políticos.<sup>316</sup>

As obras citadas nos são importantes na medida em que demonstram, a partir de teorias e metodologias distintas, como se tem trabalhado com economia e política ainda nos períodos iniciais do século XIX passando pelo período de consolidação e auge do II Reinado e, posteriormente, no seu declínio. Para a nossa pesquisa, devemos reter a percepção de que, o “*domínio político*” se relaciona a uma “*produção social e econômica*” sobre o “*conjunto da sociedade*” da Zona da Mata mineira no Oitocentos, deve se dar a partir de uma análise do ‘peso’ relativo que estes elementos vão ter na conformação desse processo.

Se pudermos resumir estas discussões para nossa pesquisa, um ponto se revela fundamental: À importância da compreensão do ‘Estado’ para os estudos sobre a Economia e Sociedade brasileira do século XIX. Entre as várias obras citadas, a percepção que fica é, nos dizeres de Sônia Regina de Mendonça,

*A rigor, as tentativas de explicar o processo histórico brasileiro com base na centralidade do Estado produzem uma conveniente e confortável segmentação entre Estado e Sociedade, já que o primeiro se torna, ao mesmo tempo objeto e sujeito da História, entidade continente de uma dinâmica peculiar, dotada de lógica e prática imanentes, sempre percebida em separado dos conflitos que perpassam a vida social, até mesmo e sobretudo, o que envolve as várias frações da classe dominante.*<sup>317</sup>

<sup>314</sup> CARVALHO, op. cit, pp. 171-172

<sup>315</sup> Cf. COSTA, Wilma Peres. op. cit, pp 151-153( principalmente a parte referente ao exército brasileiro)

<sup>316</sup> COSTA, Emilia Viotti. da. **Da Monarquia à República**. São Paulo, Ed. Grijalbo, 1977.

<sup>317</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado Brasileiro: Agência e Agentes. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005, p. 9.

Ainda segundo a autora grande parte dos trabalhos ao abordaram a temática do Estado brasileiro como algo independente e acima da sociedade tendem a retirar a noção de processo nos vários movimentos tomados pela sociedade. Neste sentido é que o conceito de “*Estado Sujeito*” fica clara com diversos estudos onde lemos que o “*Estado fez*”, ou “*Estado criou*”, sendo que a inserção dos agentes sociais e suas demandas se dá, novamente, via Estado, ou, em outras palavras as lutas políticas resumem-se tão somente em serem, ou não, assimiladas pelo mesmo.<sup>318</sup>

Os trabalhos contemporâneos que abordam o estudo das Elites, ou classes dominantes em Minas Gerais no século XIX e mesmo no início do XX se inserem em linhas gerais dentro das visões até aqui tratadas. Nestes, o Estado surge normalmente como algo dado, completo, não se discutindo as disputas e lutas entre os vários segmentos sociais e principalmente os conflitos entre os vários setores das classes dominantes. Já é clássica a afirmação de Cid Rebelo Horta, um dos primeiros historiadores a tratar deste assunto quando disse que:

*No Império, o compromisso de dominação se fazia entre o poder local e o poder central, através do presidente da Província. O poder central se resumia, em última análise, no poder moderador do Imperador, que podia demitir e nomear os Presidentes de Províncias, descartar-se quando quisesse de seus ministros. Era o Imperador, personalidade acima das contingências locais e regionais, acima mesmo das vicissitudes das lutas políticas, quem, no final das contas, dava a vitória a essa ou àquela facção, era quem executava um jogo político que permitia a existência da oposição parlamentar, para “fingir que governava uma nação democrática”.*<sup>319</sup>

Mais do que a *personalização do ‘Estado’*, assistimos a ‘estatização de D. Pedro II’, que passa a ser associado à própria vontade do Estado. Neste sentido, o trabalho recente de Patrícia Falco Genovês **O Espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado** apesar do brilhante esforço de levantamento prosopográfico e das relações familiares estabelecidas pelos principais grupos da província, reforça esta idéia, quando após a análise dos títulos de nobreza e comendas que foram dados aos políticos

<sup>318</sup> Idem, p. 11 e *passim*

<sup>319</sup> HORTA, Cid Rebelo, op. cit.

mineiros durante todo o império, a autora afirma: “*todos eles [os políticos mineiros] precisavam da monarquia para se identificar entre si (...); todos eles se miravam no Imperador e na corte em busca de significados cotidianos para os universos distintos da cidadania social, política e cívica*”.<sup>320</sup> Acreditamos que parte destas questões refere-se às opções teóricas dos autores,<sup>321</sup> onde o Estado surge como elemento ordenador da vida social. Ao mesmo tempo, em uma leitura um pouco mais aprofundada, estes estudos têm o mérito de abordarem as grandes ‘famílias mineiras’ (aqui entendidas como as famílias política e economicamente dominantes), suas estratégias de manutenção no poder e as suas reiterações ao longo do tempo.

Segundo estes trabalhos as famílias mineiras funcionaram como um todo ‘coerente e orgânico’ onde a expansão de seus ‘agentes’ pelas várias regiões de Minas (como a migração de famílias da região central para a Mata mineira) se dava dentro de uma lógica comum de ampliação de influência o que de fato, em vários aspectos, ocorreu. Para parte significativa desta historiografia os termos como ‘divisões partidárias’, ‘classes’ ou ‘classe dominante’ ou ainda ‘elite’ poderia ser facilmente substituída por ‘famílias’ ou ‘clãs’, ou no resumo magistral de Cid Rebelo Horta:

*Liberais e conservadores, entretanto, representavam, afinal, a mesma classe dominante do patriciado rural. A rigor, não havia Partido Conservador ou Partido Liberal, o que existia eram famílias liberais e famílias conservadoras, que dominavam nesse ou naquele distrito eleitoral.*<sup>322</sup>

O trabalho citado de Horta é a ‘matriz’ dessa visão, onde o autor listou as principais famílias que permaneceram no poder na província depois estado durante todo o século XIX até meados do XX quando escreve a obra. Ainda segundo o autor, sobre a origem dos grupos de poder:

---

<sup>320</sup> GENOVÊS, Patrícia Falco. **O Espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado**. Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 2003, p.459

<sup>321</sup> No caso de Cid Rebelo Horta a leitura de Max Weber é bastante explícita, no caso de Patrícia Falco Genovês fica claro uma visão derivada de Norbert Elias e o seu a Sociedade da Corte com o qual a autora ‘dialoga’ o tempo todo, Elias, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro, Jorge. Zahar Editor, 1990 e também o obra de KANTOROWICZ, E. **Los dos cuerpos del Rei. Un estudio de teologia política medieval**. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

<sup>322</sup> HORTA, op. cit.



*(...) em Minas, os “homens bons”, espécie de nobreza local, eram constituídos pelos desbravadores da terra e seus descendentes, por aqueles que imediatamente lhes seguiram na disputa do domínio dos ricos aluviões auríferos das “Gerais”, assim como pelos funcionários enviados pela Coroa para arrecadar os “quintos”, impor a lei metropolitana e administrar a justiça.*<sup>323</sup>

Utilizando-se de categorias tipicamente ‘ideais’, Horta aponta como as estruturas familiares as principais formas de perpetuação do poder nas Minas Gerais. As suas relações ‘endogâmicas’ garantiriam a manutenção e ampliação da área de influência e o poder. Além de uma origem social e de uma estratégia familiar em comum estes grupos estabeleceram uma relação patrimonialista com o Estado Luso que perdurou após a independência. Também a Religião adquiriu grande importância nesta sociedade como forma de referendar as posses, reconhecer a autoridade sobre os demais grupos que compunham a sociedade e se estabeleciam em áreas recém-conquistadas. Por fim a metamorfose ocorrida a partir da 2ª metade do XVIII onde “*o antigo senhor de minas e de escravos não perdeu o seu status: mudou apenas de atividade, transformando-se em latifundiário de gado e de café*”.<sup>324</sup>

Se estudos recentes diversos autores têm ampliado e questionado a participação somente do antigo “*senhor de minas*”, incluindo aí as categorias de contratadores, comerciantes e mesmo pequenos proprietários para o período do século XVIII, a influência do trabalho de Horta é nítida e tem sido cada vez mais revisitada a idéia de ‘família clânica’.<sup>325</sup> A realidade mineira tem sido estudada principalmente sobre o ‘olhar’ das famílias e de suas ‘estratégias’ esta uma das principais formas de se entender a atuação política dos grupos dominantes para o Estado.<sup>326</sup>

O estudo, já trabalhado anteriormente de John Wirth **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889 – 1937**. Neste trabalho o autor também apresenta as relações parentais como importante elemento para a compreensão da dinâmica política mineira no período posterior da república, tanto que em suas palavras:

---

<sup>323</sup> HORTA, Cid Rebelo, op. cit.

<sup>324</sup> Idem

<sup>325</sup> ARAUJO, Luiz Antônio da Silva, LAMAS, Fernando Gaudereto e CHAVES, Cláudia.

<sup>326</sup> Cf. por exemplo CARVALHO, José Murilo, op. cit. e GENOVÊS, Patrícia Falco, op. cit.

*Os laços de família, a educação e o dinheiro eram os caminhos comuns para se atingir o status de elite. Do dinheiro, pouco se revela nos dados biográficos. A elite se considerava historicamente bem estabelecida: as famílias mais velhas ligavam suas origens ao “boom” da mineração no século XVIII através de São Paulo ou Portugal. Muitas famílias ganharam dinheiro mais tarde com o café e comércio. Como as fortunas feitas em Boston após 1840, o sangue destes ricos não era verdadeiramente azul. Contudo, apesar de suas pretensões aristocráticas esta elite estava aberta aos novos ricos e aos jovens talentosos capazes de impulsionar as fortunas das famílias. Em troca, ganhavam dinheiro mais fácil por causa dos vínculos de parentesco e da proteção de famílias estabelecidas.*<sup>327</sup>

A ‘inovação’ do trabalho é que o autor introduz de maneira mais qualificada os ‘conflitos’ regionais, de certa forma ausentes na obra de Cid Rebelo Horta. A ‘pátria mineira’ aparece de maneira bem mais fragmentada, embora o período da pesquisa (basicamente o denominado de República Velha) seja particularmente propício para este tipo de análise, dada a configuração mais ‘federalista’ da realidade política do país.<sup>328</sup>

Trabalho similar e para o mesmo período foi a tese de doutorado da professora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi e publicada em 2001 com o título **O Teatro das Oligarquias: Uma Revisão da “Política do Café com Leite”** traz importante contribuição sobre o estudo da dinâmica política do período da República Velha. Questionando a idéia difundida de um ‘acordo’ entre os políticos mineiros e paulistas durante todo o período da República Velha, a principal contribuição da autora no que se refere a política ‘interna’ entre os mineiros é o reforçar à tese das disputas políticas ‘dentro’ das Minas Gerais ou:

*O Estado [Minas Gerais] viveu internamente, durante todo o período em foco árduas disputas inter-elitistas, que interferiram na luta por sua projeção nacional. Assim, a sua importância política no período não derivou do apaziguamento interno de suas divergências, mas sobretudo, de seu poder econômico,*

---

<sup>327</sup> Wirth, op cit. p. 205

<sup>328</sup> Idem.

*condicionado por ser o segundo maior exportador nacional de café, aliado ao fato de possuir o maior contingente eleitoral.*<sup>329</sup>

Cláudia Viscardi entende que a grande diversidade econômica do Estado permitiu certa autonomia do ‘Estado’ mineiro e das elites políticas frente ao domínio econômico da cafeicultura. Como exemplo a autora cita o “*Convênio de Taubaté*”, onde a historiografia ‘tradicional’ afirmava a união dos interesses paulistas e mineiros na sua consecução. Segundo Viscardi, a diversidade política em Minas Gerais não permitiu uma política de efetivo apoio à cafeicultura pelo governo estadual como o que ocorreu em São Paulo.<sup>330</sup>

Recentemente Alexandre Mendes Cunha pesquisou em seu doutorado **Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação** a formação social mineira ao longo da 2ª metade do século XVIII e na 1ª metade do XIX analisando a diferenciação provocada entre o ‘urbano’ e o ‘rural’. Analisa ainda a regionalização ocorrida na capitania e depois província chamando a atenção aos processos de ‘hierarquização’ social entre as elites políticas que incluíam desde as onipresentes ‘relações familiares’, mas também a propriedade de escravos vinculados à produção econômica e passando ainda pelo acesso à educação.<sup>331</sup>

Destacando ainda a importância que a região mineradora irá ter para Minas Gerais o autor destaca que:

*Grosso modo define-se um espaço que percorre desde São João Del Rei até o arraial de Tejuco, definido mesmo o coração dessas Minas, no que pode ser anotado como a primeira “região” no sentido econômico do termo a se conformar neste território, atravessando todo o Dezoito e encontrando ainda no Dezenove em seus atributos de polarização e centralidade, estendendo assim em muito a sua força regional para muito além do início da decadência do ouro. Da mesma forma, como não poderia deixar de ser, é essa região que já na sua origem demarca certa heterogeneidade e neste sentido conforma progressivamente outros vetores de articulação regional,*

<sup>329</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 22

<sup>330</sup> Idem, p. 152.

<sup>331</sup> CUNHA, Alexandre ... **Minas Gerais da Capitania a Província** ... op. cit pp. 158 – 166.

*produzindo no Dezenove um outro recorte de regiões, reveladas nos desdobramento do núcleo minerador.*<sup>332</sup>

Desta forma percebemos que existe uma ‘viragem’ nos estudos que abordaram as Minas Gerais ao longo do século XIX, a percepção de suas regionalizações e dos possíveis conflitos decorrentes destes interesses distintos. Recuperando os estudos ‘específicos’ sobre a Mata mineira que abordaram a construção do Estado ao longo do século vemos que estes são relativamente recentes. O processo de ‘esvaziamento’ político e econômico sofrido pela região na 2ª metade do século XX bem como a criação tardia de Universidades, Centros de Estudos e Arquivos Históricos contribuíram para que esta região permanecesse ‘silenciosa’ nos dizeres de Xavier Pedrosa, apesar de todo o seu poderio econômico alcançado na 2ª metade do século XIX e início do XX. É sintomático que nas **Revistas do Arquivo Público Mineiro** as referências à região sejam tão esparsas e incompletas.<sup>333</sup> Este conflito, correspondeu também há um *silêncio* em sua História e na inserção de sua História dentro das Minas Gerais.

Dentre os estudos que se ocuparam especificamente com a temática do Estado e a construção do Poder para a Zona da Mata mineira, temos como um dos primeiros a dissertação de mestrado de Evantina Pereira Vieira de 1978 **Economia Cafeeira e Processo Político: Transformações na População Eleitoral da Zona da Mata Mineira (1850 – 1889)**.<sup>334</sup> O argumento da autora é relativamente simples e bastante significativo e vale a pena ‘seguir-lo’ o descompasso entre o poder político da Mata mineira e o seu grande poderio econômico se relacionava ‘exclusivamente’ ao sistema eleitoral do Império e ao tamanho reduzido que a Mata mineira possuía então. Apesar de concordar em tese com o raciocínio da autora, acreditamos que existem outras questões que reforçam e dão outras ‘nuances’ a esta tese.

---

<sup>332</sup> Idem, p. 95

<sup>333</sup> Existem 40 volumes da Revista do Arquivo Público Mineiro publicadas de 1896 até 1995. Do total de verbetes encontrados na Revista menos de 5% referem-se especificamente à Zona da Mata mineira, como, por exemplo, as cidades de Juiz de Fora, Paraibuna, Ubá, Cataguazes, Muriaé, Leopoldina, etc. a mesma questão para temas como Caminho Novo, União & Indústria, Café, ou seus ‘homens ilustres’ Mariano Procópio e o Museu que leva seu nome, são dos poucos artigos que mereceram por parte dos pesquisadores do APM.

<sup>334</sup> VIEIRA, Evantina Pereira. **Economia Cafeeira e Processo Político: Transformações na População Eleitoral da Zona da Mata Mineira (1850 – 1889)**. Dissertação de Mestrado, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1978. Agradeço a Jonis Freire a ‘cópia’ dessa dissertação ainda que na fase final do doutorado, a ‘descoberta’ anterior deste trabalho pouco conhecido pela historiografia mineira e da mata em particular teria ‘poupado’ um tempo preciosos das pesquisas da seção 5.2.

Ainda em 1982 vemos a tese de Peter Blasenhein **A Regional History of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870 – 1906** já citada anteriormente. Em um sentido completamente diferente dos autores antes vistos e concordando com o estudo de Evantina, Blasenhein trabalha com uma Mata mineira dotada de uma identidade política própria, ainda em processo de construção e onde o ‘conflito’ com as demais regiões de Minas Gerais, notadamente a região central mineradora interferiu em seu desenvolvimento. Analisando a posição política da Mata derivada de seus interesse inerentes à cafeicultura no final do Império e início da República o autor afirma:

*(...) enquanto o governo da Província fortalecia a economia regional e o café prosperava, a Mata aceitou uma posição política subalterna. (...) É verdade que a região se queixava do pesado imposto que incidia sobre a exportação do café, um total de 11 por cento do valor do produto, pago às autoridades gerais e provinciais. Mas os representantes da Mata não tiveram iniciativa de legislação para reduzir este ônus até a crise de superprodução, em 1898.*<sup>335</sup>

Ao estudar as relações política em Minas Gerais para além das alianças familiares ou matrimoniais, Blasenhein não nega a sua importância, no entanto, para o autor as determinações e necessidades oriundos de um modelo econômico-social distinto teria provocado uma diferenciação no interior da elite mineira, particularizando a Mata.<sup>336</sup>

Também a dissertação de Mestrado de Ângelo Carrara, **A Zona da Mata Mineira: Diversidade econômica e continuísmo: 1839-1909** tratou especificamente da criação do município de Ubá e da sua articulação com o resto da região, notando inclusive diferenças internas entre os interesses políticos dos vários municípios da Mata mineira. Reconhecendo a importância das relações familiares, a pesquisa não se ocupou especificamente das disputas *entre* as regiões mineiras, mas sim das disputas *dentro* de uma mesma região, assim:

---

<sup>335</sup> BLASENHEIN, Peter. **A Regional...**, op. cit.

<sup>336</sup> Idem.

*A Zona da Mata mineira no Império e nas primeiras décadas da Primeira República inseria-se no quadro de diversificação econômica característica de Minas Gerais. Comprovamos que essa região compreendia três sub-regiões (...) as lideranças políticas mais destacadas no período estudado provinham da sub-região central da Mata. Ao contrário das postulações da historiografia tradicional defendíamos também que não havia uma vinculação direta dessas lideranças com a defesa do escravismo e da monocultura do café.<sup>337</sup>*

Se para um grande número de autores as relações familiares são a base da política mineira, acreditamos que essas relações não escondiam os conflitos inerentes entre as diversas regiões (ou mesmo dentro delas) com seus interesses políticos distintos. A partir da ‘diferenciação’ de Minas Gerais (que poderíamos recuar ainda para o século XVIII). As relações entre os clãs não poderiam suplantar todo o tempo a gama de interesses econômicos e políticos surgidos ao longo dos processos de expansão ao longo do território mineiro.

O que buscamos em nossa pesquisa é a ‘lacuna’ do conflito, ou de uma sociedade também pautada em disputas, além das estratégias familiares. É nosso objetivo perceber exatamente estes conflitos, as disputas que ocorreram entre as várias frações das classes dominantes, a partir de uma região periférica no rateio do poder em Minas Gerais, mas que ao mesmo tempo exerce um grande poder econômico sobre a província como um todo.

São esses interesses e trajetórias que pretendemos buscar nos próximos capítulos.

---

<sup>337</sup> CARRARA, Ângelo. **Diversidade** p. 147.

## Capítulo 4: O Império do Café? Poder e representação em Minas Gerais no século XIX

(...) em terra alguma haverá tantos barões como em Juiz de Fora

Arthur Azevedo<sup>338</sup>

Em visita à Juiz de Fora em março de 1889 o jornalista e escritor Arthur Azevedo escreveu a frase acima após assistir a uma peça de teatro onde, segundo ele, de seis a oito camarotes estariam ocupados por barões e suas famílias. Entre os prováveis nobres que ‘poderiam’ estar nessa ocasião, visto que não temos notícia no maior jornal local **O Pharol**,\* pois viviam na cidade ou possuíam residências, amigos e interesses naqueles momentos finais do Império Brasileiro figuras como o Barão de Santa Helena; o Barão das Três Ilhas e o irmão deste Barão de São José Del Rei; o Barão de Santa Mafalda; o Barão e depois Visconde de Itatiaia; o Barão de Lourical; de São Geraldo; de Avellar Resende; de Santa Clara; de Monteiro de Barros; do Alto Muriaé; da Conceição; de Santa Justa; o Barão e também Visconde de Monte Mário; o Barão de Guaraciaba; de Além Paraíba; de Rio Pomba; de Santa Bárbara; de São Marcelino; de Monte Alto e, por fim, o Barão e também Visconde com grandeza de Rio Novo.

Segundo José Procópio Filho, “*quase todos foram líderes na cafeicultura local e apenas mostraram grande apreço e mesmo amor, ao grande vulto político e humano que foi D. Pedro II*”.<sup>339</sup> De fato, a maioria destes nobres foram cafeicultores de grande expressão no Império, suas fortunas ascenderam a vários milhares de contos de réis, sendo que vários ainda exerceram cargos públicos como oficiais da Guarda Nacional, juízes, delegados, a vereança, o senado e mesmo a presidência de províncias. Desta forma, pode-se fazer uma associação entre o poderio econômico e o político que a Mata mineira deteve nesse momento. Tal relação já foi feita por grande parte dos historiadores que abordaram em seus estudos a Zona da Mata mineira, como forma de dinamismo e da importância política da mesma.<sup>340</sup>

<sup>338</sup> Arthur Ramos *Apud* NOBREGA, Dormevely. **Reverendo o Passado: Memória juiz-forana**. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 1997, p. 67.

\* O Jornal O Pharol circulou por Juiz de Fora grande parte do último quartil do XIX, entretanto, as coleções guardadas pela Biblioteca Nacional ou pelo Biblioteca Municipal Murilo Mendes apresentam lacunas em determinados anos, assim, para o ano de 1889 faltam os meses referentes ao 1º semestre.

<sup>339</sup> PROCÓPIO, José Filho. **Salvo Erro ou Omissão: Gente juiz-forana**. Edição do Autor, Juiz de Fora, 1979, p. 331.

<sup>340</sup> Cf. GENOVÊS, Patrícia Falco. **As Malhas do Poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Niterói: Dissertação de Mestrado, UFF, 1996; o próprio José Procópio Filho, op. cit e LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros (do caminho novo à proclamação)**. Juiz de Fora: UFJF / FUNALFA, 1985, dentre outros.

O que pretendemos trabalhar neste capítulo, é que este grande número de nobres não necessariamente expressava um grande poder *político* da Zona da Mata mineira em relação à Província ou mesmo ao Império brasileiro, embora indicasse o processo de construção do mesmo. Acreditamos que a construção desta civilização atingiu a Mata mineira a partir do final do século XVIII, conforme visto no capítulo anterior, se completando na 2ª metade do XIX.

Com o advento da República tivemos uma alteração nas relações de poder tanto no nível estadual, como no nível nacional com a re-acomodação das relações políticas ‘entre’ e ‘dentro’ dos Estados da Federação. John Wirth chamou atenção para o fato de que a Mata mineira bem como o Sul de Minas tornam-se as regiões mais influentes dentro das Minas Gerais para o período da República Velha, com o grupo liderado primeiramente por Cesário Alvim, depois Crispim Jacques Bias Fortes e posteriormente por Antônio Carlos de Andrada. Consoante com John Wirth, “*assim o poder mudou [com o advento da proclamação da República] para as zonas cafeeiras sem a intervenção federal ou colapso institucional e as receitas sem precedentes de café facilitaram a transição*”<sup>341</sup>

O fato é que a Mata mineira e o Sul de Minas forneceram durante o período da República Velha 03 presidentes, além de 02 vices. Wenceslau Brás Pereira Gomes, advogado e cafeicultor, além de empresário nascido em São Caetano da Vargem Grande, atual Brasópolis no Sul do Estado, foi presidente da República no período de 1914 a 1918, assim como o também advogado e cafeicultor Arthur da Silva Bernardes do município de Viçosa (pertencente à Mata mineira), presidente entre 1922 a 1926. Foi ainda presidente da república entre 1918 e 1919 o advogado Delfim Moreira da Costa Ribeiro (nascido na fazenda da Pedra em Cristina, Sul de Minas) e que também foi vice-presidente até 1920, substituído por Francisco Álvaro Bueno de Paiva, nascido na vila do Caracol em Caldas (Sul de Minas) entre 1920 e 22.<sup>342</sup>

Diversos ministros também foram dessas duas regiões como José Cesário de Faria Alvim, Ministro da Justiça logo após a proclamação da República e João Luís Alves, nascido em Juiz de Fora, e ministro durante o governo de Arthur Bernardes. Outros exemplos foram Antônio Carlos de Andrada, originário de Barbacena, mas com forte base de atuação na Mata mineira, particularmente em Juiz de Fora, foi Ministro

---

<sup>341</sup> WIRTH, John. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 159. Cf. também sobre o poder de Antônio Carlos de Andrada p. 175 e seguintes.

<sup>342</sup> Wirth, John, op. cit.



das Finanças (ou fazenda) entre 1917 a 1918, além de governador de Minas Gerais no período da Revolução de 1930. Outro foi Odilon Duarte Braga, cafeicultor, nascido em Guarani (próximo a Juiz de Fora) e que foi Ministro da Fazenda em 1919 além de ministro da agricultura para o período de 1934 a 1937. Por fim, podemos destacar o cafeicultor e advogado em Ubá (na Mata mineira) Fernando Lobo Leite Pereira (nascido em Campanha – Sul de Minas), que foi prefeito do Distrito Federal durante o governo do Marechal Floriano Peixoto. Todos os citados, direta ou indiretamente possuíam vinculação com a cafeicultura, principal riqueza de Minas desde meados do XIX.<sup>343</sup>

Entendemos, no entanto, que a Zona da Mata presenciou uma situação curiosa, por um lado nunca seus políticos tiveram tanto poder e influência no cenário estadual e mesmo nacional, por outro, a criação da nova capital entre 1893 e 1897 em Belo Horizonte drenou uma parte significativa das rendas do Estado para a região central e, a longo prazo, ajudou a manter e a desenvolver a econômica do ‘centro’, ao mesmo tempo que impediu um maior desenvolvimento da Mata mineira.<sup>344</sup>

Anderson Pires, ao analisar a montagem do sistema financeiro gerado na Mata no final do Império e na República Velha, destacou a idéia de “*Assimetrias*” para justificar grande parte das especificidades do “*complexo agroexportador periférico*” criado na região.<sup>345</sup> Segundo este autor a Mata teve um desenvolvimento marcado por uma série de “*Assimetrias*” tanto em relação à cafeicultura do Vale do Paraíba Fluminense e Paulista – “*Assimetrias*” temporais e espaciais – quanto em relação à própria província de Minas Gerais – “*Assimetrias*” de fluxos de recursos e de informação. Segundo o autor foram essas “*Assimetrias*” que garantiram à região um comportamento ascendente, enquanto outras regiões do vale do Paraíba (fluminense e paulista) entrariam em decadência no final do XIX e, ao mesmo tempo, impediram um

---

<sup>343</sup> Sobre a participação dos políticos mineiros para a República Velha cf. além de WIRTH, John, op. cit. e MONTEIRO, Norma de Góes (coord.) **Dicionário Biográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: ed. Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994. Cláudia Ribeiro Viscardi reforça essa idéia do aumento do poder da Zona da Mata mineira frente aos antigos grupos políticos de Minas Gerais e da maior participação desses na vida política brasileira. Para a autora os interesses ligados ao café, irão permitir uma maior composição durante as negociações sobre as sucessões presidenciais principalmente com São Paulo e Rio de Janeiro. A diversidade da economia e política mineira nas demais regiões irão aumentar a tensão nesses processos VISCARDI, Cláudia Ribeiro. **O Teatro do absurdo: uma revisão da “política do café com leite”** Belo Horizonte: Com Arte, 2001.

<sup>344</sup> Cf. acerca do crescimento econômico de Minas Gerais e da decadência da Zona da Mata mineira DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997, DULCI, O.S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2004 e PIRES, Anderson. **Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930**. (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

<sup>345</sup> PIRES, Anderson, op. cit., p. 12.

maior crescimento posterior pela ‘perda’ da capital para a região central de Minas – fato que também é comentado por Octávio Dulci.<sup>346</sup>

A *Assimetria Política*, ou um ‘descompasso’ entre o poder econômico adquirido pela Zona da Mata mineira a partir do café e o poder político de uma fração da classe dominante senhorial – ou praticamente a nobreza da região – exerceu na Província e também no Império é o que destacamos neste capítulo. Esta *Assimetria Política* pode ser percebida pela presença relativamente pequena dessa mesma nobreza (e por extensão dos demais fazendeiros, capitalistas e políticos da região) nas *posições formais de poder* – embora, obviamente não no nível local. Esta pequena participação política se traduz no número relativamente baixo de deputados, senadores, juízes, ministros, presidentes de província e conselheiros de estado independente do grande número de nobres, como demonstrado no início do texto.<sup>347</sup>

#### **4.1 O Poder e as Minas: principais grupos políticos em Minas Gerais no século XIX.**

Na demonstração da ‘distribuição’ do poder nas várias regiões de Minas Gerais, durante o Império, optamos por fazer uma análise da participação no Estado Imperial dos ‘principais políticos mineiros’. Para tanto é importante explicitar o que estamos entendendo como ‘principais políticos’ e também por ‘mineiros’. O primeiro ponto a se destacar é que encontramos grandes dificuldades em definir senão a naturalidade de alguns ‘mineiros’ ao menos suas *trajetórias* e principais áreas de atuação como sendo *local, provincial, inter-provincial* ou *nacional*, não tendo uma única ‘base’ de atuação definida. Critérios como nascimento, residência, filiação ou parentesco mais ou menos extenso também são igualmente problemáticos, pois muitas vezes não se referem às atividades ou interesses políticos e econômicos, ou então são inconclusivos, criando um ‘monstro’ onde uma pequena parcela da sociedade à todos se relaciona e de todos tem parentesco.

---

<sup>346</sup> DULCI, O.S., *op. cit.*

<sup>347</sup> Como já mencionado na Introdução, no próximo capítulo iremos buscar na análise da participação efetiva dos políticos de Minas Gerais nos assuntos, debates e decisões mais importantes em relação as políticas provinciais e imperiais. Entendemos assim que a referida Assimetria também pode ser vista nas disputas que resultaram nas construções de rodovias e ferrovias ao longo da segunda metade do XIX, na formação do território mineiro, nas questões fiscais, e, por fim, na criação de Belo Horizonte em fins deste mesmo século. Acreditamos que esta assimetria foi fruto ainda da construção de uma ‘identidade mineira’, diferente e específica dos ‘velhos mineradores’ que fora forjada ainda no século XVIII.

As relações praticamente ‘endógenas’ das famílias mineiras já tem sido abundantemente trabalhada pela historiografia como visto antes. Da idéia de “*famílias governamentais*” trabalhada por Cid Rebelo Horta, passando por um “*universo fechado*” visto na República Velha por John Wirth até a idéia de “*clãs*” como tratado por Patrícia Falco Genovês novamente para o período do Império, todos destacam ter sido esta uma das principais, senão, a ‘principal’ estratégia da política em Minas. Sem discordar deste princípio, das relações familiares como uma estratégia para acumular fortunas e prestígio político, vamos buscar aqui no estudo das trajetórias de atuação da parcela mais significativa destes agentes os pontos mais importantes para a política nas Minas Gerais ao longo do século XIX.

Quanto à questão das hierarquias de atuação política e/ou institucional, ou seja, quais são os critérios que definem os ‘principais políticos’ estabelecemos uma análise da estrutura política do Estado Imperial para definirmos a partir daí, àqueles mineiros que exerceram de fato uma ‘atuação significativa’ através e no Estado. O primeiro ponto a destacar são as posições *formais* nos cargos públicos (eletivos ou indicados pelo Imperador e seus Conselhos) ocupados pelos ‘mineiros’ no período, isto porque segundo José Murilo de Carvalho:

*Havia uma razoável indiferenciação de esferas de influência e de focos de poder para permitir-nos utilizar, sem muito receio de errar além do tolerável, o critério das posições formais para definir a elite política real. É razoável supor que as decisões da política nacional eram tomadas pelas pessoas que ocupavam os cargos do Executivo e do Legislativo, isto é, além do Imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados.*<sup>348</sup>

Ainda segundo o mesmo autor, a hierarquia do Estado Brasileiro durante o 2º Reinado era constituída por um “*primeiro escalão*” formado pelo *Conselho de Estado; Ministros; Senadores e Deputados*. No “*segundo escalão*” teríamos o grupo formado pelos *Presidentes de Província; Diretores e Chefes de Seção*. O próprio autor ressalva ainda que nas demais hierarquias ‘públicas’, como *Exército, Marinha, Cargos*

---

<sup>348</sup> CARVALHO, José Murilo op cit. p. 51

*Eclesiásticos* e a *Justiça* seriam importantes em estudos mais detalhados, principalmente nos de caráter regional.<sup>349</sup>

Em nosso caso, discordamos de parte das análises propostas por José Murilo a partir de algumas constatações surgidas no decorrer da pesquisa. Consideramos os cargos mais importantes dentro da estrutura de poder do Estado Imperial Brasileiro no século XIX (ou o *primeiro escalão*) como sendo: o *Conselho de Estado*; os *Ministérios do Império*; o *Supremo Tribunal de Justiça*; o *Senado* e as *Presidências das Províncias*. Excluímos, portanto deste *primeiro escalão*, os ‘cargos’ de *Deputados Gerais* e *Diretores e Chefes de Seção*.

Esta exclusão se justifica por três motivos: em primeiro lugar como iremos demonstrar mais à frente, os cargos de *deputados gerais* e / ou *diretores* eram importantes ‘portas’ de entrada para a vida pública, trajetórias políticas e o próprio pertencimento ao aparelho do Estado, mas não significavam necessariamente uma carreira dentro deste Estado. Diversos deputados mineiros tiveram participações ‘tímidas’ ou pouco expressivas em suas atuações na Câmara dos Deputados, não sendo mais do que lideranças locais e/ou regionais e que tiveram um poder limitado ou praticamente nulo em relação à uma política provincial ou imperial, principalmente na década de 1850 e 60 quando a “*lei dos círculos*” fortaleceu líderes locais em detrimento dos políticos mais ‘cosmopolitas’.

O segundo motivo é que analisamos em separado o próprio sistema eleitoral do Império com suas modificações ao longo do segundo reinado e suas implicações para as Minas Gerais. Diferentemente do cargo de senador que era escolhido pelo Imperador a partir de uma lista tríplice, os deputados eram eleitos diretamente pelos eleitores das províncias e, dessa forma, os deputados expressavam mais uma relação ‘local’ do que uma relação ‘externa’ à província com o poder imperial.

Por último, analisamos os principais debates parlamentares ocorridos na segunda metade do XIX, dessa forma, àqueles deputados que tiveram uma atuação mais ou menos expressiva serão analisados em um contexto que, entendemos ser, mais adequado de acordo com suas origens.

Além de excluir os *deputados* e *Diretores de Repartições*, optamos por incluir entre os ‘principais políticos mineiros’ os *Presidentes de Província* e alguns cargos como *Diretores de ferrovias* e *companhias de navegação, colonização* e similares. No

---

<sup>349</sup> Idem, p. 56

caso dos *Presidentes de Província* entendemos que eles terão uma posição fundamental para o exercício do poder nas suas questões internas e, como eram cargos de escolha do Imperador (e do Gabinete), demonstravam uma importante relação com o poder central. Principalmente em momentos ‘críticos’ do Império como em 1833, 1842 e 1848, a escolha dos presidentes de província demonstrou a importância que alguns políticos mineiros tiveram na conjuntura política crítica.<sup>350</sup>

De outra forma, e lembrando as discussões do segundo capítulo os cargos de *Diretores* demonstram uma importante participação de setores de uma “*sociedade civil*” em construção. Tais ‘personagens’ atuaram em questões específicas da província e demonstravam outras relações econômicas e políticas além das simplesmente *formais*. Tais eram os casos de Companhias como a do Vale do Mucuri, da União & Indústria, de diversas Companhias de Mineração, das Ferrovias Pedro II, Leopoldina e Bancos como o Territorial e Mercantil Mineiro e de Crédito Real que, justamente por serem empresas privadas, a maioria organizada sob a forma de **sociedades anônimas**, com o Código Comercial de 1850, dependiam de relações com o poder público (Poder Executivo e Poder Legislativo) em vários níveis.<sup>351</sup>

Dentro do levantamento prosopográfico que fizemos (conferir Anexo II), anotamos outras informações que achamos pertinentes como a *formação e profissão* (no caso de cursos superiores ou proprietários); pertencimento aos quadros da *diplomacia brasileira* (embaixadores e ministros plenipotenciários em missões específicas); as carreiras *militares, eclesiásticas e jurídicas*; a militância na *política provincial* (deputados da assembleia mineira, vice-presidências, além de cargos da administração); na *política local* (como vereador, ‘chefe político’ ou membros da Guarda Nacional); a participação em Associações *Culturais, Científicas* ou *Filantrópicas* (o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, os Conselhos das Santas Casas, as Irmandades, as Associações Comerciais, os *Clubs* de Lavoura, etc) e, por fim os títulos de nobreza. Tentamos levantar as datas ou períodos de atuação em cada uma dessas instâncias

---

<sup>350</sup> A respeito da situação crítica de 1833 em MG, conhecida como a Sedição em Ouro Preto, cf, SILVA, Wlamir. Usos da fumaça: a Revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, vol. 4, nº 1, pp. 105-118, 1998.

<sup>351</sup> A respeito do Código comercial de 1850 cf. BENTIVOGLIO, Julio. *O império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica brasileira (1840-1860)*. São Paulo, 2002. Tese de doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo; GUIMARÃES, op. cit; ALVISI, op. cit.

sempre que possível, embora o resultado tenha ficado aquém do esperado, nos permite, no entanto, algumas conclusões significativas.<sup>352</sup>

## 4.2 O Conselho de Estado

Iniciando então as análises propostas, vemos que o *Conselho de Estado* efetivamente constituía-se no “*depositório dos antigos segredos de Estado, da velha arte de governar*”.<sup>353</sup> Espécie de Conselho privado do Imperador, foi criado inicialmente como *Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil* em 16 de fevereiro de 1822, dissolvido logo em seguida em 1823 por existir certa confusão entre a sua função de representar os interesses do monarca ou o das províncias.<sup>354</sup> Deu lugar em 13 de novembro de 1823 ao *Conselho de Estado* que foi extinto oficialmente em 1834 pelo Ato Adicional de 12 de Agosto. Esse *Segundo Conselho* teve grande importância na elaboração da Constituição Brasileira de 1824 e vários de seus membros se destacaram nos anos tumultuados do Primeiro Reinado até a abdicação de D. Pedro I. Notadamente foram esses conselheiros o ‘núcleo duro’ de apoio à D. Pedro I, a facção áulica ou os “*caramurus*”, como destacado pela Historiografia Política.

O Conselho de Estado somente foi recriado entre 1841 e 1842 e se estendeu até a proclamação da república, sendo normalmente chamado de *Terceiro Conselho de Estado*.<sup>355</sup> Seu papel foi extremamente importante em vários aspectos da política do Império, como ‘fonte de consulta’ do Imperador e que acabava ‘transbordando’ para os gabinetes ministeriais, a câmara dos deputados e também o Senado. Constatamos ainda a importância do Conselho de Estado quando vemos que “*quase todos os conselheiros foram também ministros e senadores*”.<sup>356</sup> Poucas vezes o imperador D. Pedro II contrariou uma decisão do *Conselho de Estado* e, diversas decisões importantes para a

---

<sup>352</sup> Excluímos os títulos honoríficos como as comendas da Ordem de Cristo, ou da Rosa ou ainda do Cruzeiro do Sul por verificarmos ao longo da pesquisa o seu pouco significado, praticamente todos os nobres e políticos aqui trabalhados dentro das Minas Gerais receberam algumas dessas comendas em variados graus, ao mesmo tempo, praticamente nenhum político de expressão recebeu somente esta comenda, exceção à ser notada no caso de Bernardo Pereira de Vasconcelos mais à frente. Sobre os mineiros que receberam Comendas e uma explicação sobre o significado das mesmas, conferir GENOVES, ... **O Espelho da Monarquia...** op. cit

<sup>353</sup> Joaquim Nabuco *apud* TAPAJÓS, Vicente, op. cit. p. 139

<sup>354</sup> *Idem*, pp. 129 – 130.

<sup>355</sup> Cf. TAVARES, Augusto de Lyra. **Instituições Políticas do Império**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1978 também TAPAJÓS, V. op. cit e o Senado Federal

[http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/AT\\_AtasDoConselhoDeEstado.asp](http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/AT_AtasDoConselhoDeEstado.asp)

A respeito do III Conselho, além do trabalho de José Murilo de Carvalho e outros citados, destacamos a tese de MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Tese de doutorado – Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS. 2005.

<sup>356</sup> CARVALHO, J. M. op. cit. p. 58.

trajetória política do Império foram tomadas, em primeiro lugar, no Conselho tornando-se *normas* depois para as demais instâncias do Estado. Como exemplos significativos nas questões de Minas Gerais, temos a ‘confusão’ sobre as atribuições específicas das Assembléias Geral e Provincial visto na década de 1840, os casos da Companhia União e Indústria e da Companhia do Vale do Mucuri quando do processo de encampação das mesmas pelo Estado nas décadas de 1850 e 1860 dentre outros.<sup>357</sup>

Como a nomeação de seus membros era de livre escolha do Imperador e não se relacionavam às Províncias, como no caso do Senado, a nomeação acabava refletindo uma hierarquia das regiões mais importantes. Segundo Maria Fernanda Vieira Martins,

*No que se refere às suas origens, nota-se a concentração nas regiões histórica e tradicionalmente reconhecidas como as mais dinâmicas do país – Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco –, tanto em função do poderio econômico quanto do ponto de vista social, demográfico e político.*<sup>358</sup>

De acordo com a autora do total de 72 conselheiros que atuaram no *Terceiro Conselho de Estado*, de 1842 até a dissolução do mesmo em 1889, 13 indivíduos nasceram em Minas. Maria Fernanda Martins organiza ainda os dados dos conselheiros, para além do local de nascimento, levando em conta também a área de atuação, dessa forma dos 13 conselheiros oriundos da província, três teriam tido a sua atuação notadamente na província do Rio de Janeiro.<sup>359</sup> Soma-se a essa lista, no entanto, o conselheiro Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) que, apesar de ter nascido em Portugal, teve destacada atuação na província mineira, totalizando 11 conselheiros ou 15,3% do total. Isto coloca Minas Gerais como a 3ª província com o maior número de representantes do Império, atrás apenas do Rio de Janeiro, com 27 membros ou 37,50% e da Bahia com 13 conselheiros ou 18,05% dos membros.<sup>360</sup>

<sup>357</sup> Cf. Capítulo 6 desta tese.

<sup>358</sup> MARTINS, op. cit, p. 98.

<sup>359</sup> Embora Maria Fernanda não destaque quais estes três mineiros ‘estranhos’ à província, pode-se deduzir pelo seu texto serem eles Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná); Affonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto) e Cândido José de Araújo Viana (Marquês de Sapucaí). Em nosso caso, iremos considerá-los como sendo originários da Província porque tiveram relevantes papéis políticos de atuação na mesma.

<sup>360</sup> Idem, p. 100 quadro 2.

Diferentemente de Maria Fernanda, e de acordo com a nossa metodologia, encontramos **20 conselheiros** ‘mineiros’ durante todo o Império, dos quais dois para o ‘primeiro’ Conselho (1822 – 1823) cinco para os do ‘segundo’ Conselho (1823 – 1834) e 14 para o ‘terceiro’ Conselho (1842 – 1889), conforme se observa no quadro I e no gráfico I, sendo que Estevão Ribeiro de Rezende participou tanto do ‘primeiro’ quanto do ‘segundo’ Conselhos. Destes, 12 (ou 60% do total) também foram nobres, o que reforça a importância que as titulações possuíram para a política imperial e provincial como um todo. 15 (ou 75%) foram senadores, mesmo número de presidentes de província e 16 (ou 80%) foram ministros. Oito (ou 40%) foram ainda membros do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e vários pertenceram à diversas outras instituições filantrópicas, científicas, religiosas ou ainda jornais e lojas maçônicas como a *Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro*; o *Observatório Astronômico* e o *Colégio D. Pedro II* da mesma cidade; jornais como o *Eco da Razão*, *O Universal*, *O sete de abril*, *A Atualidade* e *A Sentinela da Liberdade* ou ainda a loja maçônica *Grande Oriente*, etc.

**Quadro I: Membros do Conselho de Estado de Minas Gerais**

Nome	N / M	Conselho de Estado	Posição Política	Período de Atuação	Locais origem e atuação	Região
Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá	1768 1835	1822	Caramuru	1822 1835	Serro Frio Recôncavo da Bahia	Norte
Estevão Ribeiro de Rezende	1777 1856	1822 1827	Caramuru	1823 1856	Prados	Central
João Gomes da Silveira Mendonça	1781 1827	1823	Caramuru	1823 1827	São Miguel	Central
Manuel Jacinto Nogueira da Gama	1765 1847	1823	Caramuru.	1823 1847	Minas Rio de Janeiro	Central / Sul
João Severiano Maciel da Costa	1769 1833	1824	Caramuru	1822 1833	Queluz (Cons. Lafaiete)	Central
José Resende da Costa		1827				Central
Bernardo Pereira de Vasconcelos	1795 1850	1842	Lib. / Cons.	1821 1850	Ouro Preto Corte	Central
Honório Hermeto Carneiro Leão	1801 1856	1842	Lib. / Cons.	1832 1856	Jacuí / Ouro Preto / Corte	Central / Sul
José Cesário de Miranda Ribeiro	1792 1856	1842	Lib. / Cons.	1821 1856	Ouro Preto Juiz de Fora	Central / Mata
Antônio Paulino Limpo de Abreu	1798 1883	1848	Liberal	1822 1883	Lisboa São João Del Rei	Central / Oeste
Cândido José de Araújo Viana	1793 1875	1850	Conservador	1832 1875	Ouro Preto Corte	Central
Domiciano Leite Ribeiro	1812 1881	1866	Liberal	1835 1881	S. João Del Rei Vassouras	Central
José Ildefonso de Sousa Ramos	1812 1883	1870	Conservador	1843 1883	Baependi	Sul
José Pedro Dias de	1808	1876	Liberal	1831	Mariana	Central

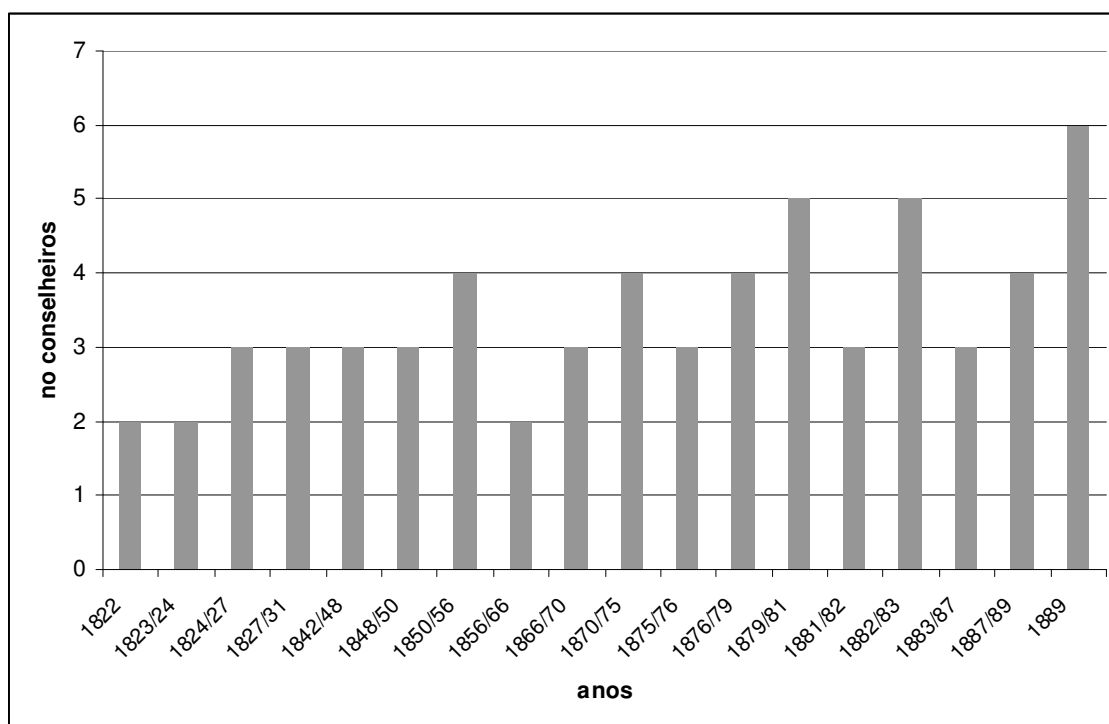


Carvalho	1881			1881		
Camilo Maria Ferreira Armond	1815 1882	1879	Liberal	1842 1882	Barbacena Juiz de Fora	Central / Mata
Affonso Celso de Assis Figueiredo	1836 1912	1882	Liberal	1860 1889	Ouro Preto Corte	Central
Lafaiete Rodrigues Pereira	1834 1917	1882	Liberal	1864 1889	Queluz (Cons. Lafaiete)	Central
Martinho Álvares da Silva Campos	1816 1887	1887	Liberal	1857 1887	Pitangui	Central
Joaquim Delfino Ribeiro da Luz	1824 1903	1889	Conservador	1850 1889	Cristina	Sul
José Vieira Couto de Magalhães	1837 1898	1889	s / definição	1860 1889	Diamantina / São Paulo / Goiás	Norte

OBS> N/M: ano do nascimento/ano do falecimento

Fonte: Cf. Anexo II.

**Gráfico I: Políticos Mineiros com Assento no Conselho de Estado**



Fonte: Quadro I.

A maioria desses políticos teve uma atuação que poderíamos classificar de 'nacional'. Entretanto, ao analisarmos as origens e trajetórias destes conselheiros, percebemos a predominância absoluta de políticos originários da região Central com 16 membros (80% dos conselheiros), dois do Sul, dois Norte. Alguns possuíam ligações com as outras regiões da província (como a Mata e o Oeste) conforme iremos detalhar à

frente, no entanto, a assimetria temporal começa a ser demonstrada posto que, mesmo com a rápida expansão da cafeicultura, a Mata mineira não apresentou nenhum de seus políticos ‘autóctones’ como pertencentes ao Conselho de Estado. Da mesma forma a região do Triângulo mineiro não teve nenhum de seus membros nesses ‘Conselhos’. Como a indicação era feita pelo Imperador a partir da relevância política, podemos entender que estas regiões não possuíram entre os seus setores dominantes de personalidades que tivessem uma trajetória capaz de representar uma indicação à esta instituição. Claro que vários destes conselheiros tiveram ligações com a cafeicultura e com os principais políticos da Zona da Mata mineira (ou eles próprios); no entanto foi principalmente pelas vias informais que os interesses da região foram contemplados. O caso do conselheiro José Cesário Ribeiro de Miranda com as famílias Lage e Vidal Barbosa, ou de Camilo Ferreira Armond com seu primo Mariano Procópio Ferreira Lage, ou ainda de José Pedro Dias de Carvalho com o Barão de Santa Helena, conforme se verá à frente, constituíram-se em exemplos dessas relações familiares/poder.

A atuação política dos conselheiros mineiros pode ser dividida em três períodos distintos, tanto pela divisão política do próprio império quanto pela ‘coerência’ interna no número de conselheiros da província que atuaram *ao mesmo tempo*. Durante o tumultuado período do primeiro reinado e início da Regência Minas irá ter seis conselheiros, sendo que um irá participar tanto do ‘primeiro’ quanto do segundo ‘conselho’. Pelo curto período de 1822 a 1834, e também pela forma abrupta como se deu o fim do Conselho de Estado é muito difícil identificarmos qualquer tendência. Já no período 28 anos de 1842 até 1870 – no que se convencionou chamar de auge do segundo reinado – iremos ter pequenas variações dadas as mortes e nomeações ou não de conselheiros mineiros, mas na média o número de conselheiros foi de três.<sup>361</sup> Já para o período final da monarquia brasileira, de 1870 a 1889, cresceu o número de representantes da província para determinados períodos em cinco conselheiros atuando ao mesmo tempo e até mesmo para seis no ano de 1889, embora a média dos conselheiros da província no período seja de quatro.

Passando a analisar mais detidamente as trajetórias desses políticos, percebemos que a maioria dos seis políticos mineiros era formada em Coimbra e que pertenceram ao ‘primeiro’ e ‘segundo’ Conselho de Estado durante o I Reinado. Desse grupo

---

<sup>361</sup> É importante lembrar que não havia obrigatoriedade de se escolher conselheiros de províncias determinadas e sim a ‘preferência’ ou o ‘reconhecimento’ por parte do Imperador da importância dos políticos à serem nomeados.

destacamos as trajetórias dos mineiros Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, João Severiano Maciel da Costa (Visconde com grandeza e Marquês de Queluz), Manuel Jacinto Nogueira da Gama (Visconde com Grandeza, Conde e Marquês de Baependi), João Gomes da Silveira Mendonça (visconde com grandeza do Fanado e Marquês de Sabará), Estevão Ribeiro de Rezende (Barão com grandeza, Conde e Marquês de Valença) e de José Resende da Costa (o filho do inconfidente José Resende Costa).

**Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá** nasceu em 1768 na região do Serro. Formou-se em mineralogia na Academia Real de Ciências em Lisboa no ano de 1789 tendo sido companheiro de José Bonifácio de Andrada, foi Intendente de Diamantes e responsável pela elaboração do novo regimento das minas do Brasil em 1798, foi ainda Desembargador tendo sido nomeado para o ‘primeiro’ Conselho em 1822. Em pesquisa realizada por Bert Barickman vemos que já no início do século XIX (por volta de 1807) Manoel Ferreira havia se tornado senhor do engenho da Ponta no Iguape no recôncavo baiano, com grande número de escravos.<sup>362</sup> Isto não o impediu, no entanto, de ser eleito deputado por Minas em 1823 e de ter sido nomeado senador em 1826 pela mesma província. Falece em 1835, tendo pouco se destacado na política nacional.<sup>363</sup>

**João Severiano Maciel da Costa** era originário da vila de Queluz (hoje Conselheiro Lafaiete) na região central, formado em Direito em Coimbra, foi Governador da Guiana entre 1809 e 1819 e desembargador do Paço além de ter sido deputado à assembléia constituinte em 1823. Foi um dos redatores da Constituição de 1824, governador da Bahia em 1825, nomeado senador pela Paraíba em 1826 anos em que recebeu os títulos de Visconde com Grandeza e Marquês de Queluz. Pertencente à maçonaria, era parente da esposa do grande comerciante da praça do Rio de Janeiro Brás Carneiro Leão.<sup>364</sup> Foi ainda ministro em 1827, o que demonstra a continuidade de sua ‘adesão ao monarca’; morreu em 1833 não tendo atravessado o período da Regência.

Ligado por laço de parentesco ao Marquês de Queluz, **Manuel Jacinto Nogueira da Gama** ou o Visconde, Conde e Marquês de Baependi foi Doutor em

---

<sup>362</sup> BARICKMAN, Bert Jude. E se a Casa-Grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do recôncavo baiano em 1835. In: **Afro-Asia**. Salvador: UFBA, 29/30 (2003), pp. 92 (nota 24) e p. 118.

<sup>363</sup> RAPM, vol 10, 1905 jan/jun Nelson Coelho de Senna: desembargador, intendente dos diamantes, mineralogista, político da Região de Serro Frio.

<sup>364</sup> GENOVÊS, op. cit, p. 164.

Matemáticas e Filosofia pela Universidade de Coimbra, esteve na Casa dos Arcos dos Cegos de Lisboa (futura Imprensa Régia) na década de 1790, além de ter sido professor da Real Academia de Marinha de Lisboa. Inspetor das nitreiras e fábricas de pólvora em Minas e Marechal de Campo, foi, também, deputado constituinte em 1823 no mesmo ano que foi nomeado conselheiro.<sup>365</sup>

Casado com a filha do negociante de grosso trato do Rio de Janeiro Braz Carneiro Leão, sua família tinha ligações com Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo se tornado proprietário de extensas sesmarias na divisa entre as duas províncias à altura do sul de Minas, constituindo-se num grande cafeicultor da província do Rio de Janeiro. Seu irmão, o comendador José Inácio Nogueira da Gama foi cafeicultor do lado fluminense, seu filho José Calmon Nogueira da Gama foi um dos fundadores do Jóquei Clube da Cidade do Rio de Janeiro.<sup>366</sup>

Manuel Jacinto Nogueira da Gama manteve forte ligação com o Imperador, sendo um dos signatários da Constituição; presidente do Senado e Senador por Minas em 1826, foi ainda Ministro da Fazenda no Gabinete de 1823, no de 1826 e no de 1831, o último do primeiro reinado, daí até a sua morte em 1844 não exerceu nenhum outro cargo executivo, permanecendo no Conselho de Estado, e constituindo-se no principal crítico da indicação de Bernardo Pereira de Vasconcelos para o Senado em 1834 conforme veremos à frente. Seus títulos foram concedidos em momentos chaves do período de D. Pedro I, a saber, 1824, 1825 e 1826.

**João Gomes da Silveira Mendonça** nascido em São Miguel na região Central em 1781 formou-se em Ciências Físicas e Naturais, foi nomeado para o ‘segundo’ Conselho de Estado em 1823. Com patente de Brigadeiro, foi ainda Inspetor da Fábrica de Pólvora da Estrela (à época de D. João VI), ministro da Guerra entre 1823 – 1824, além de ter sido eleito deputado para as Cortes em 1821 e em 1823 para a Assembléia Nacional Constituinte. Nomeado senador em 1826, faleceu em 1827 não tendo atravessado o 1º Reinado. Seus títulos de nobreza vieram em 1825 (visconde com grandeza do Fanado) e em 1826 (Marquês de Sabará).

---

<sup>365</sup> Sobre a geração de brasileiros na Corte de Lisboa na década de 1790 cf. MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia de Império Luso-brasileiro. In: Idem. *Chocolate, Piratas e outros Malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 157-207.

<sup>366</sup> Sobre Brás Carneiro Leão e a sua família cf. GORESTEIN, Riva. Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: GORESTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1993. (Coleção Biblioteca Carioca v. 24); FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993; MARTINS, op. cit.

No mesmo ano da morte de João Gomes tivemos a nomeação para senador de **Estevão Ribeiro de Rezende**. Natural de Prados, localizada na região Central que até 1890 pertenceu à vila de São João Del Rei, era formado em Direito em Coimbra e exerceu diversos cargos na magistratura, indo de juiz de fora em Palmeira (Portugal) até o último Desembargador do Paço em 1826. Além de ter acompanhado D. Pedro I na viagem à Minas Gerais em 1822, foi também deputado constituinte em 1823, ano em que também assumiu o ministério em 1823 e em 1826 quando também foi eleito deputado geral. Após a abdicação de D. Pedro I, continuou se destacando na política, sendo ainda presidente do Senado em 1841 e agraciado em 1848 com o título de Marquês de Valença por D. Pedro II. Seus títulos anteriores haviam sido dados em 1825 e 29 por D. Pedro I, morre em 1856.

Estevão Ribeiro de Resende foi um dos primeiros ‘mineiros’ que se estabeleceu na região de Valença na província fluminense ainda na década de 1820. Casou-se com a filha do Brigadeiro Luiz Antônio de Souza, negociante de grosso português que viveu e acumulou expressiva fortuna em São Paulo.<sup>367</sup> O filho de Estevão, Estevão Ribeiro de Rezende Filho recebeu o título de Barão de Lorena, e se estabeleceu em São Paulo.<sup>368</sup> Seus outros filhos também se tornaram cafeicultores como Pedro Ribeiro de Resende, o 2º barão de Valença, cafeicultor no Rio de Janeiro, Estevão Ribeiro de Resende Filho, que se tornou Barão de Resende, e ainda Geraldo Ribeiro de Resende, Barão de Geraldo de Resende. Estes dois últimos em São Paulo.

Nomeado também senador em 1827 temos **José Resende da Costa**. Filho de José Resende Costa e, inconfidente como seu pai pela Devassa de 1789, ambos foram degredados para São Tomé de Cabo Verde.<sup>369</sup> Retornando ao Brasil em 1809, José Resende Costa (filho) foi eleito deputado para as cortes em 1821 e constituinte em 1823, ambas por Minas Gerais. Foi nomeado administrador da Fábrica de Lapidação de Diamantes e Contador Geral e Escrivão da Mesa do Tesouro e, é importante destacar

---

<sup>367</sup> Segundo Maria Lucília Viveiros Araujo, o negociante Luiz Antonio de Souza deixou uma fortuna de mais de 1.000 contos, constituindo-se na segunda maior fortuna do primeiro quarto do século XIX, perdendo apenas para Bras Carneiro Leão. Cf. ARAUJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2006.

<sup>368</sup> MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira – Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena, São Paulo: Stiliano, 1998.

<sup>369</sup> A respeito de José Resende Costa (pai) cf. RODRIGUES, Andre Figueiredo. *Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos seqüestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes*. Tese de doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2008

que José Resende Costa (filho) era tio do Marquês de Valença com quem chegou a conviver no ‘segundo’ Conselho de Estado.

A trajetória desses conselheiros nos mostra como a política imperial foi marcada por continuidades, mas também e, principalmente, por rupturas. No contexto turbulento do final do primeiro reinado, da regência e do início do segundo reinado assistimos de um lado ao ‘declínio’ de uma antiga geração de políticos que tinha tido na ‘adesão ao monarca’ a base de seu poder. Por outro lado, uma nova geração política estava se formando e, tendo na oposição ao poder “absoluto” do monarca, face ao Poder Moderador e ao Conselho de Estado, e não a monarquia, uma das suas razões de unidade, assumiu as principais posições de comando *formal* dentro da lógica do Estado. Fortemente ligados ao Imperador, sendo quatro dos seis primeiros conselheiros também senadores, compuseram o que foi conhecida como a facção Áulica. Essa facção foi responsabilizada pelos liberais pelo afastamento do Imperador junto à Assembléia (1828) e, embora enfraquecidos politicamente com a abdicação do imperador e no período regencial, sua atuação política foi importante para o Regresso Conservador e o Golpe da Maioridade.<sup>370</sup> Como dos seis conselheiros, cinco eram formados pela Universidade de Coimbra, três em Matemática e Ciências Físicas e dois em Direito, fizeram parte, também, do grupo do período da independência denominado de **Coimbrões**.<sup>371</sup>

Estes dados ficam mais claros quando, com a recriação do Conselho de Estado, três novos conselheiros mineiros foram nomeados ainda em 1842: Bernardo Pereira de Vasconcelos; Honório Hermeto Carneiro Leão (Visconde com grandeza, Conde e Marquês de Paraná) e José Cesário de Miranda Ribeiro (Visconde com Grandeza de Uberaba). Nesse mesmo ano, outros 9 conselheiros foram nomeados, três baianos; dois pernambucanos, um pelo Rio de Janeiro além de três de nascidos em Portugal. Tais fatos reforçam a importância que essas províncias e seus políticos tinham para o

---

<sup>370</sup> Alguns desses pertenceram a facção áulica, o grupo palaciano próximo de D. Pedro I, muito criticado pelos liberais na Assembléia pós-1828. Sobre os áulicos cf. BENTIVOGLIO, Julio. **A Corte negociada: a presença de Aureliano Coutinho no golpe da maioria de 1840**. Mimeo; GUIMARÃES, Lúcia M. P. Verbete facção áulica. In: VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

<sup>371</sup> NEVES, Lucia Bastos Pereira das e MACHADO, Humberto. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Império, bem como a ruptura que ocorreu entre o primeiro e o segundo reinado, face à situação política provocada pela Revolução Liberal.<sup>372</sup>

É importante entendermos que os três mineiros, acompanhado a tendência política do período de criação do 3º Conselho de Estado em 1842, estavam ligados ao ‘regresso-conservador’, embora com trajetórias distintas do período anterior.<sup>373</sup> O primeiro, **Bernardo Pereira de Vasconcelos** era originário de Ouro Preto e formado em Direito por Coimbra em 1819. Deputado e um dos líderes dos liberais moderados, na assembléia geral de 1826 e 1830, se constituiu num dos principais opositores ao Poder Moderador de D. Pedro I e ao Conselho de Estado do 1º Reinado. Chegando ao poder com o governo regencial, sendo Ministro da Fazenda no período, e aliado de Evaristo da Veiga e do regente Diogo de Feijó, começou a se afastar dos mesmos quando participou da repressão da sedição de Ouro Preto em 1833 – movimento de grandes proprietários que preconizava, entre outros aspectos, a volta de D. Pedro I.<sup>374</sup> Rompeu de vez com os liberais face ao Ato Adicional de 1834, e constituiu-se num dos líderes do movimento conhecido como o Regresso. Foi o autor do famoso manifesto em defesa da Constituição de 1824 contra o Ato Adicional de 1834: “*Como então quis, quero hoje servi-la [a sociedade], quero salvá-la, e por isso sou regressista. (...)*”.<sup>375</sup>

Com destacada atuação na política e na magistratura, Bernardo Pereira de Vasconcelos participou ativamente na criação e reforma do Código Criminal, como também foi o idealizador do Colégio Pedro II em 1838. Fundou vários jornais em Minas e na Corte, tendo colaborado em vários outros com artigos inflamados sobre vários temas.<sup>376</sup> Durante o *regresso* permaneceu como deputado e foi ministro da justiça entre 1837 e 1839 e, em 1838, na regência una de Araújo Porto Alegre (futuro Marquês de Olinda), foi escolhido senador por Minas. Foi um dos poucos políticos a se opor ao golpe da maioria em 1840, tanto pela forma quanto pelo caráter de manobra liberal

<sup>372</sup> MARTINS, op. cit. pp. 164 – 165 Tabela. A respeito da Revolução Liberal em SP cf. HORNER, Erik. A luta já não é hoje a mesma: as articulações políticas no cenário provincial paulista, 1838-1842. In: **Almanak Braziliense**, nº 5, maio 2007. São Paulo: IEB-USP

<sup>373</sup> Para efeitos práticos nessa pesquisa optamos por colocar a denominação caramuru para àqueles políticos próximos à D. Pedro I e diferenciá-los dos liberais moderados e conservadores da Regência e do segundo reinado.

<sup>374</sup> SILVA, op. cit; cf. também, o cap. 1.

<sup>375</sup> CARVALHO, José Murilo de (organização e introdução). **Bernardo Pereira de Vasconcelos.** São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 24.

<sup>376</sup> A respeito da trajetória de Bernardo Pereira de Vasconcelos conferir a Introdução do livro organizado por José Murilo de Carvalho. Cf. CARVALHO, José Murilo (org.). **Bernardo Pereira de Vasconcelos.** São Paulo: Ed. 34, 1994, pp. 9-34. Sobre a nomeação para o Conselho de Estado cf. OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales. O Conselho de Estado e o complexo funcionamento do governo monárquico no Brasil do Século XIX. **Almanack Braziliense.** Nº 5, maio 2007, São Paulo: IEB-USP p. 18 Tabela.

do movimento. Tal fato não o impediu de ser nomeado para o Conselho de Estado em 1842 quando os conservadores retornaram o poder. Pode causar estranhamento que tenha sido um dos poucos conselheiros de Estado com importante atuação neste período inicial do segundo reinado que não recebeu titulação de nobreza, porém, como tentaremos demonstrar, a sua morte relativamente precoce em 1850, vitimado pela epidemia de febre amarela que assolou o Rio de Janeiro,<sup>377</sup> pode ter impedido esse reconhecimento por parte de D. Pedro II do qual como veremos à frente.

**Honório Carneiro Leão** foi outro grande líder do partido conservador. Aliado de Bernardo Pereira de Vasconcelos na facção dos liberais moderados, por pouco, não chegou a ser contemporâneo em Coimbra. Conforme já foi dito no primeiro capítulo, nasceu no Sul de Minas, tendo sido criado em Ouro Preto. Iniciou na política em 1831 e, durante a regência trina, foi ministro da justiça entre 1832 e 1833. Ao lado de Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi um dos que levantou a “bandeira” do *regresso* e, ainda em 1832, foi contra o projeto de um grupo de deputados liberais mineiros (principalmente do Sul) que tentaram criar uma nova constituição liberal no episódio que ficou conhecido como a “*Constituição de Pouso Alegre*”.<sup>378</sup>

Apesar de ser crítico ao “*golpe da maioria*” aderiu ao movimento sendo que no segundo reinado teve uma trajetória bastante significativa. Presidiu a província do Rio de Janeiro em 1841 onde reprimiu os revoltosos liberais, em 1842 foi eleito senador por Minas, onde contou com o apoio do presidente da província Bernardo Jacinto da Veiga. Foi ministro das relações exteriores em 1843, da Justiça, entre 1843 e 1844, presidente de Pernambuco em 1849 e 1850 onde liderou junto com Nabuco de Araújo o movimento de pacificação da província. Assumiu como ministro plenipotenciário a guerra contra o presidente argentino Rosas em 1851, e foi chefe de Gabinete conhecido como o **Gabinete da Conciliação** (1853 e 1856), momento ‘auge’ de sua trajetória e também do Império. Recebeu seus títulos de nobreza em 1852 e 1854 o que indica que o reconhecimento do Imperador pelos préstimos na missão na região do Prata e pelo ‘apoio’ nos primeiros anos de seu governo, vieram somente na década de 1850, tarde mais para seu antigo aliado Vasconcelos.

Sua morte em 1856 encerra junto com a de Vasconcelos em 1850, uma das maiores trajetórias dos políticos do Império. Porém, as diferenças entre eles são

---

<sup>377</sup> CARVALHO, op. cit., p. 34.

<sup>378</sup> Explicaremos esse episódio mais à frente quando formos descrever a trajetória de José Bento Leite Ferreira de Melo.



extremamente pertinentes. Como Bernardo Pereira, Honório Hermeto tinha, indubitavelmente, forte ligação com a região Central de Minas, tanto que reconhece “*o interesse que devo ter pelo Ouro Preto, onde passei o melhor tempo de minha vida, a infância, e onde tenho parentes e amigos*”.<sup>379</sup> Entretanto, o outro ponto importante e bastante significativo, embora relativamente pouco explorado em sua trajetória, foi o fato de ter-se tornado em 1835 um grande cafeicultor na província do Rio de Janeiro, tanto por herança de sua esposa como pelos proventos acumulados.<sup>380</sup> É importante destacar que Honório Hermeto Carneiro Leão fora presidente do “Banco do Brasil de Mauá” (1852-1853), deixando a presidência para ser o chefe do gabinete de ministros de 1853.<sup>381</sup>

A sua vinculação pessoal com a grande lavoura o colocava mais próximo dos interesses dos cafeicultores, embora não obrigatoriamente aos de Minas, tanto que em sua trajetória podemos identificar uma série de medidas em benefício ao setor. Em 1832 e 1833 durante o seu mandato como ministro da justiça lutou para retirar “*Lei Conservatória*” que permitia aos ingleses perseguir traficantes de escravos em território nacional desde 1831. Foi favorável à tarifa Alves Branco em 1844 não pelo seu sentido protecionista, mas pela ‘solução’ que oneraria menos os setores agro-exportadores. Ciente ainda das necessidades de financiamento da lavoura foi durante o seu gabinete, que o novo Banco do Brasil, o terceiro com esse nome, fruto da fusão do Banco do Brasil de Mauá com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, teve o direito de emitir três vezes mais do que suas reservas em ouro, provocando episódios inflacionários que, no entanto foram benéficos à expansão da cafeicultura.<sup>382</sup> Também data da *conciliação* as primeiras concessões de Estradas de Ferro, como a da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis, organizada pelo negociante de grosso Irineu Evangelista de Souza (Barão, depois, Visconde de Mauá). Sobre esse tema, a

---

<sup>379</sup> *Apud*: TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão. Do berço de Jacuí ao Fastígio do Poder. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org). **O Marquês de Paraná**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 201

<sup>380</sup> Segundo Almir Chaiban, Paraná tornou-se proprietário da fazenda Lordelo no Município de Sapucaia, província do Rio de Janeiro, próximo a vila de Porto Novo do Cunha em Minas Gerais. Foi possuidor de cerca de 2 sesmarias e mais ou menos 150 escravos. Cf. EL-KAREH, Almir Chaiban. O Marquês do Paraná: O Político e o Fazendeiro. In: CORRÊA, op. cit. pp. 24- 25.

<sup>381</sup> GUIMARÃES, op. cit. cap. 2.

<sup>382</sup> Sobre a nova política emissionista do Banco do Brasil Cf. SUZIGAN, Wilson e PELAEZ, Carlos Manuel. *História Monetária do Brasil*. 2ª Ed. Brasília: Ed. da UNB, 1980; NOGUEIRA, Dênio. *Raízes de uma Nação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988; LEVY, Maria Barbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas (esboço de História Empresarial)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, GUIMARÃES, caps. 2 e 3.

bancada mineira na Corte praticamente se omitiu desses primeiros debates sobre as ferrovias, conforme se verá.

Diferente foi a visão de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que se aproximou das posições conservadoras e dos interesses da grande lavoura mais por opção política e menos por ideologia ou por interesses de classe. Originário de família de funcionários públicos de Vila Rica e Mariana, seu pai e avô materno teriam sido, assim como ele, juristas, tanto que se ocupou mais de questões políticas amplas como o ‘desenho constitucional’ do Estado, sempre em conformidade com as suas posições políticas cambiantes. Durante sua fase ‘liberal’ crítico da centralização, defensor ferrenho do papel legislador da câmara, durante o ‘regresso’ defensor de regras claras em que se esforçou por precisar as atribuições dos poderes. Quando opinava sobre assuntos mais ‘pragmáticos’ nem sempre atendia as demandas da lavoura, como em 1827 se declarou contrário ao tráfico de escravos e, depois, reviu sua posição em 1828. No mesmo ano, foi sucinto ao propor a falência do Banco do Brasil sem pensar em alternativas de crédito. Acabou por decretar sua falência na regência durante o período em que ocupou a pasta da fazenda (1831 e 1832), e pressionado pela Câmara e pelos interesses agrários passou a defender não só a necessidade de um novo banco, como também chegou a propor chegou a defender a emissão de moeda sem lastro que tinha sido anteriormente contrário. Também se colocou ao lado do livre-cambismo e pela unificação das taxas de importação sem entender as nuances envolvidas. Bernardo foi ainda ferrenho crítico e contrário às concessões de ferrovias nos debates parlamentares conforme se verá no capítulo VI.<sup>383</sup>

O terceiro conselheiro nomeado em 1842 foi **José Cesário de Miranda Ribeiro**. Nascido em Ouro Preto e tendo se formado em Coimbra em 1821, o Visconde com Grandeza de Uberaba teve uma trajetória, a partir de certo ponto, bem distinta dos seus companheiros. Principalmente nas ‘ausências’ de sua carreira foi que pudemos perceber um significado maior das diferenças dentro dos grupos no poder. Sua carreira política começou ainda em 1821, tendo sido eleito deputado por Minas Gerais para as Cortes em Lisboa; Não compareceu às sessões e enviou em conjunto com outros deputados eleitos uma carta na qual explicitava as razões para essa decisão.<sup>384</sup> Exerceu carreira dentro da magistratura até ser eleito deputado pela província em 1826, e durante

---

<sup>383</sup> SOUZA, Otávio Tarquínio de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. História dos fundadores do Império do Brasil. Vol. 5, Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1998.

<sup>384</sup> VEIGA, José Xavier da, op. cit p.

a regência foi o autor em 1831 do projeto de reforma da constituição de 1824 que deu início aos debates sobre o tema. Eleito em pleitos sucessivos até 1844, ano em que foi escolhido senador por São Paulo, província da qual havia sido presidente em 1836. Foi ainda presidente da província de Minas Gerais em 1837.

Apesar da postura bastante liberal no final do primeiro reinado e início da regência, José Cesário foi mudando cada vez mais para posições conservadoras, tanto que no início do segundo reinado, em 1842, junto com Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi um dos autores do projeto de lei que regulamentaria a ocupação das terras devolutas no Império e que viria a ser o embrião da Lei de Terras de 1850.<sup>385</sup> No projeto original ficou claro a preocupação com a fixação dos trabalhadores ao controle dos proprietários, demandas gerais da lavoura. O texto pressupunha também o controle geral do Estado sobre as terras e a taxação das mesmas em um imposto progressivo que estimularia a produção e evitaria o acúmulo especulativo. A recusa direta da Câmara em aceitar esses últimos dois pontos mostrava bem os limites dessa visão de uma lei que se colocaria acima dos interesses dos vários setores da lavoura ‘nacional’, e somente em 1850 foi aprovada.<sup>386</sup>

Enquanto presidente da Província de Minas Gerais José Cesário demonstrou mais ainda posições conservadoras ao recomendar taxas mais altas do fabrico de aguardente porque “*este gênero de indústria seja nocivo à moral, e à saúde pública*”.<sup>387</sup> Ao mesmo tempo sua posição em relação à lavoura e aos métodos agrícolas era, consoante com o discurso dominante à época, de modernização e combate à rotina, tanto que mandou distribuir memórias de vários tipos de cultura para as câmaras municipais da província.<sup>388</sup>

O que mais diferenciou, no entanto, José Cesário Ribeiro de Miranda foi que a partir de 1845, ele praticamente se retira da vida pública, e não participou mais das reuniões do Conselho do Estado, a não ser em raras ocasiões como em 27 e maio de

---

<sup>385</sup> Em 1842 por solicitação do Imperador D. Pedro II foi Bernardo Pereira de Vasconcelos nomeado para a criação de um projeto sobre terras e colonização, sendo assim foi encaminhado ao conselheiro cerca de treze projetos e propostas havidas desde 1825. (citar a fonte).

<sup>386</sup> Sobre a Lei de Terras Cf. MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra ; OSÓRIO, Lígia. **Terras Devolutas e Latifúndio...**; MOTTA, Márcia Menendes **Nas Fronteiras do Poder**.(citar corretamente)

<sup>387</sup> Relatório de Presidente de Província, 1838 (citar corretamente). Cf. também GODOY, Marcelo Magalhães. Os Engenheiros entre a norma e a clandestinidade as relações entre o estado e a agroindústria canavieira de Minas Gerais no século XIX. In: IX Seminário sobre a Economia Mineira. (citar corretamente)

<sup>388</sup> Relatório de 1838 e também FERREIRA, Isabella Martins Dias. Políticas econômicas de Integração na região Centro-Sul

1854.<sup>389</sup> Ao que tudo indica entre 1845 e 1846, José Cesário tinha ido morar na fazenda Montebelo no distrito e depois vila do Santo Antônio do Paraibuna a partir do seu casamento com Ana Cândida de Lima pertencente as duas das famílias mais importantes dos ‘fundadores’ de Juiz de Fora, os Vidal e os Lage, abastados proprietários rurais na Zona da Mata mineira que haviam migrado das regiões centrais no início do XIX.

Essa informação veio do historiador juizforano Wilson de Lima Bastos que o coloca como um dos grandes nobres e políticos da Mata mineira para o período.<sup>390</sup> Ainda segundo o autor, o Visconde transformou a sua fazenda em “*centro de movimentadas reuniões, onde se entregava as suas abstrações intelectuais*”.<sup>391</sup> Historiador ligado a ‘escola’ *tradicional-liberal*, Wilson de Lima Bastos lamentou que tal figura de vulto não fora devidamente homenageada pela Câmara Municipal de Juiz e Fora, apesar de seu não-envolvimento na vida política do município, ou da província ou mesmo no senado depois de 1845 até o seu falecimento em 1856.

João Cesário era o proprietário de uma grande fazenda cafeeira da Mata mineira à época e, de longe, o cidadão mais ‘respeitável’ ou com mais prestígio político que qualquer um dos que se envolveram na elevação do distrito de Juiz de Fora à condição de vila em 1850 (cf. próximo capítulo). Em nossas pesquisas não conseguimos identificar alguma crise ou conflito que fizesse um político da formação de José Cesário se retirar da vida pública, mesmo assim a análise de algumas questões pode ser bastante reveladora.

Um primeiro ponto a destacar foi que José Cesário mesmo não tendo mais uma grande participação política *efetiva* a partir de 1845, mantinha uma condição diferenciada nos ‘mecanismos’ de reconhecimento e distinção do império. Tanto que, em 1854 ele foi agraciado com o título de Visconde com Grandeza de Uberaba, à mesma época, portanto, dos títulos recebidos por Honório Hermeto Carneiro Leão.

A opção por uma vida ‘afastada’ da Corte pareceu ter sido então uma escolha *deliberada* de José Cesário que passou então a se dedicar com afinco na administração da fazenda Montebelo como deixa transparecer em uma carta enviada a sua mãe ainda em 1853 quando afirma que irá para a Corte “*durante o tempo da sessão legislativa, depois da qual voltarei muito contente para esse meu paraíso, donde nunca me separo*”

---

<sup>389</sup> Atas do Terceiro Conselho de Estado 1842 – 50 e 1850 – 57

<sup>390</sup> BASTOS, Wilson de Lima. Caminho Novo, Espinha Dorsal de Minas, PP 135 – 38.

<sup>391</sup> Idem, p. 137.

*sem grande saudade*".<sup>392</sup> Nesse ponto vamos perceber ainda algumas diferenças significativas de seu companheiro Honório Hermeto Carneiro Leão que passou a administração de sua fazenda em 1839 ao Visconde de Condeixa, abastado negociante de *grosso trato* da praça mercantil do Rio de Janeiro.<sup>393</sup>

José Cesário não retornou as sessões do Senado e do Conselho de Estado a não ser em momentos importantes como já dito e, aparentemente, também não teve participação na política provincial e local. Insistimos na idéia de uma opção, pois o Visconde de Uberaba podia certamente contar com a ajuda de seus cunhados – todos grandes cafeicultores – para administrar seus bens, também poderia ter atuado em várias atividades que se desenvolviam em nível local, como nas articulações políticas que acabaram com a criação do município de Santo Antônio do Paraibuna entre 1849 e 1853, ou ainda na “*Sociedade Promotora dos Melhoramentos Materiais da Vila de Santo Antônio do Paraibuna e do seu Município*” sociedade criada por Mariano Procópio Ferreira Lage em 1855.

Tentando ‘fechar’ a hipótese possível sobre a questão da ‘não’ titulação nobiliárquica de Bernardo Pereira de Vasconcelos, percebemos que tanto Honório Hermeto quanto José Cesário conseguiram os seus títulos na década de 1850 e, antes desses, no final da década de 1840 receberam as comendas da “*Imperial Ordem da Rosa*”, da “*Imperial Ordem de Cristo*” e no caso do Marquês do Paraná ainda à comenda da “*Imperial Ordem do Cruzeiro*”. O próprio Bernardo Pereira também foi condecorado com a grão-cruz do “*Cruzeiro*” ainda em 1849, pouco antes de sua morte.<sup>394</sup> Isto pode indicar que apesar de sua personalidade inflamada e que lhe criou diversas inimizades, estava em curso um processo de conciliação, ou ao menos de reconhecimento por parte do Imperador D. Pedro II

Se esses três conselheiros nomeados no início do segundo reinado representavam alguns dos principais expressão políticas conservadoras de meados do XIX, o movimento liberal e, particularmente os grupos políticos mineiros engajados na Revolução de 1842 voltaram a ter expressão ao final da década com a nomeação em 1848 para o Conselho de Estado de Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde com grandeza de Abaeté). Além do liberal Abaeté, em 1850 D. Pedro II nomeou Cândido José de Araújo Viana (Visconde com grandeza e Marquês de Sapucaí) de tendência

---

<sup>392</sup> BASTOS, Wilson de Lima, op. cit. p. 136.

<sup>393</sup> EL-KAREH, op. cit p. 27.

<sup>394</sup> SISSON, op. cit, p. 393 e ainda o Anexo I

conservadora, em 1866 o liberal Domiciano Leite Ribeiro (Visconde com grandeza de Araxá) e, em 1870 o conservador José Ildefonso de Sousa Ramos (Barão das Três Barras e 2º visconde com grandeza de Jaguari). Portanto, para o período de 1842 até 1870, D. Pedro II nomeou sete conselheiros de Estado com fortes ligações por Minas Gerais e que a questão dos partidos (liberais ou conservadores) parece ter sido determinante em suas escolhas como havia sido desde os primeiros anos do Império.

O contexto do final da década de 1840 foi marcado pela volta, mesmo que atribulada dos liberais ao poder, tendo sido nomeado três gabinetes no curto período de julho de 1847 à setembro de 1848 que foram substituídos pelo gabinete conservador de Pedro Araújo Lima (visconde, depois Marquês de Olinda). A nomeação do liberal Antonio Paulino Limpo de Abreu e do conservador Cândido José de Araújo Viana para o Conselho de Estado parece ter correspondido a este movimento de indicar conselheiros ‘afinados’ com o partido que detinha o poder naquele momento.<sup>395</sup>

Entre os políticos ‘originários’ de Minas Gerais que possuíram uma trajetória *nacional e internacional*, talvez uma dos mais importantes desses, tenha sido **Antonio Paulino Limpo de Abreu**, Visconde de Abaeté. Nascido em Portugal no ano de 1798 veio para o Brasil com a transmigração da família real, e retornou para Portugal onde estudou direito na Universidade de Coimbra (1815 – 1820). De volta para o Brasil, foi nomeado *Juiz de Fora* e, depois, ouvidor interino da Vila de São João Del Rei entre 1821 até 1823. Nesse mesmo ano foi nomeado ouvidor na vila de Paracatu onde se casou com Luísa Carneiro de Mendonça, nascida na mesma vila e filha do português da Ilha da Madeira e tenente-coronel de Milícias João José Carneiro de Mendonça, fazendeiro e comerciante na região oeste de Minas Gerais e que depois se mudou para a região de Sumidouro na província do Rio de Janeiro onde se tornou proprietário das fazendas de café Cebolas (Sebolas), Itamarati e Posse.<sup>396</sup>

Em nossa pesquisa colocamos o Visconde de Abaeté como sendo oriundo da região Central, apesar de suas vinculações também à região Oeste.<sup>397</sup> Entretanto, definir a sua origem ou área de atuação é bastante problemático. De acordo com uma das suas biografias, suas ligações com Minas Gerais foram demais evidentes, pois

<sup>395</sup> O primeiro Gabinete liberal foi de 20 de julho de 1847 tendo como presidente Manuel Alves Branco que ficou até 8 de março de 1848, sendo substituído José Carlos Pereira de Almeida Torres que saiu em 31 de maio do mesmo ano sendo presidente Francisco de Paula Souza Melo que ficou até 29 de setembro cf. JAVARI, op. cit.

<sup>396</sup> SISSON, A. S. op. cit, p. 55 – 63 cf. ainda o Anexo.

<sup>397</sup> Seu título tem como origem no arraial de Abaeté fundado em 1840 e elevada a condição de vila em 1870 e onde também exerceu o cargo público de ouvidor em Paracatu, por último foi nessa região que contraiu núpcias.

*Minas Gerais foi a província do Império que o escolheu para representá-la na assembléia geral legislativa. Eleito pela primeira vez em 1824, foi reeleito até a legislatura de 1843 que foi dissolvida em 1844, e em que não foi considerado por se achar fora do Império em virtude do movimento revolucionário que em 1842 teve lugar nas províncias de Minas e São Paulo; daí por diante foi sempre eleito até o ano de 1847 quando entrou para o Senado.*<sup>398</sup>

Foi presidente da província de Minas Gerais entre 1833 e 1835 com a missão de ‘acalmar os ânimos’ do movimento *caramuru* ou conservador de 1833, visto que Bernardo Pereira de Vasconcelos havia despertado profundas antipatias, durante todo o movimento.<sup>399</sup> Também foi ministro 12 vezes entre o período de 1835, quando chefiou a pasta de Negócios do Império, ainda durante a Regência de Feijó, até 1858 quando foi presidente do Conselho de Ministros. Atuou como enviado plenipotenciário em missão no Uruguai em 1855 e na Argentina em 1856, e chefiou as pastas da Justiça, dos Assuntos Estrangeiros, da Marinha e da Fazenda. Foi ainda presidente do Senado por 12 anos, entre 1861 até 1873.<sup>400</sup>

Apesar da participação no movimento de 1842 que o levou a um ‘rápido’ exílio em Portugal, retornando em 1843, o Visconde de Abaeté se ‘reconciliou’ rapidamente com o Império e com os mineiros, pois foi eleito mais uma vez deputado e, posteriormente, foi nomeado senador (também por Minas) em 1847, sucedendo o Marquês de Baependi, que tinha falecido. Dessa forma, suas ligações políticas transcendiam em muito o universo da comarca de Paracatu, e mesmo de Minas Gerais.

Sua trajetória nos mostra a dificuldade de tentar ‘fechar’ uma definição sobre origens e pertencimento *exclusivo* a alguma região ou província do Império e mesmo sobre família ‘fechadas’ em uma mesma região ou província. O próprio D. Pedro II

---

<sup>398</sup> Idem, p. 60.

<sup>399</sup> SILVA, op cit.

<sup>400</sup> GENOVÉS, Patrícia Falco, op. cit. p. 214. Lemos ainda em Sisson sobre o governo do Visconde: “Tendo no ano de 1833 rebentado na capital de Minas Gerais um movimento sedicioso, que obrigou o presidente a mudar para outro lugar a sede do governo, e achando-se a província em um grau extraordinário de agitação, e a capital constantemente ameaçada, foi o Sr. Limpo de Abreu nomeado presidente daquela província, e seguiu para ali em fins daquele mesmo ano. Suas maneiras e suas qualidades o fizeram logo estimado e respeitado dos mineiros, e ele, prevalecendo-se dessas boas disposições, logrou, sem derramar uma gota de sangue, pacificar a província, depois do que instou por sua demissão, que obteve em 1835”, SISSON, op. cit, p. 61

anota em seu diário no dia 22 de fevereiro de 1862 diante do eterno conflito entre as províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro quanto a questão dos impostos sobre o café que pretendia nomear Abaeté como árbitro por Minas, no que foi contestado por Francisco Diogo de Vasconcelos (irmão de Bernardo Pereira de Vasconcelos também de tendência conservadora) que queria o lugar “*por ser mais mineiro que o Abaeté*”.<sup>401</sup>

Político que permaneceu liberal chegou a ser companheiro dos regressistas, depois conservadores Honório Hermeto Carneiro Leão e Bernardo Pereira de Vasconcelos aos quais apoiou no ato adicional em 1834 e participou junto do primeiro do gabinete da conciliação entre 1853 e 1856. Uma de suas atuações políticas mais significativas se deu nos embates contra a Inglaterra em 1845, a partir da decretação do Bill Aberdeen, enquanto ministro da Justiça. Já tinha participado ainda das discussões sobre a reforma do código do processo civil e criminal entre 1831 e 1832 sempre defendendo um maior grau de autonomia aos poderes locais.<sup>402</sup>

**Cândido José de Araújo Viana** nasceu em 1793, natural de Congonhas de Sabará. Bacharel em Direito em Coimbra em 1821, deputado na assembléia nacional constituinte em 1823, e na sessão seguinte de 1826, foi presidente das províncias de Alagoas (1828) e do Maranhão (1829 – 1831). Foi nomeado em 1839, mestre de Literatura e Ciências Positivas de D. Pedro II e de suas irmãs e, no mesmo ano, foi escolhido senador pela regência. Ministro Supremo Tribunal de Justiça e da Fazenda por duas vezes, em 1832 e 1842, sua atuação política foi muito mais no que se convencionou denominar de facção *áulica* do que propriamente *conservador*, ou seja, ligada diretamente à corte e ao imperador. Dos doze conselheiros até agora citados, seis foram membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o que reforça a estreita relação entre esta instituição e o poder imperial. Cândido José, entretanto, foi mais que simples sócio da instituição, pois foi um dos seus fundadores e presidente por mais de 30 anos e, em diversas ocasiões homenageou o Imperador como na sessão magna de 1865 onde o comparava ao “*sol*” que iluminava o Instituto.<sup>403</sup> Grão Mestre também da Loja Grande Oriente, sua vinculação à maçonaria o manteve próximo dos principais líderes políticos nacionais à época do segundo reinado.<sup>404</sup>

---

<sup>401</sup> Diário de D. Pedro II 22 de fevereiro de 1862

<sup>402</sup> Idem, ibidem

<sup>403</sup> *Apud* CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 40, 2001.

<sup>404</sup> BARATA, Alexandre Mansur. Citar corretamente.



Conforme se pode perceber na sua trajetória, o Visconde (1854), depois Marquês de Sapucaí (1872), esteve muito mais ligado à corte e a questões ‘nacionais’ do que a política mineira ou aos interesses da lavoura ou comércio. Foi ele, por exemplo, um dos primeiros redatores do “*Diário da Câmara*” ainda em 1823, onde teve grande atuação na regulação e registro das atividades parlamentares, participou ainda, sem grande destaque, da comissão liderada por Nabuco de Araújo no Conselho de Estado em 1868 que proporia o projeto “*gradualista*” de abolição da escravidão, embrião do projeto da Lei do Ventre Livre de 1871.<sup>405</sup> Seus primeiro título de nobreza também vem do período de consolidação do segundo reinado, em 1854, quando seus vários ‘companheiros’ por Minas e pela construção do Estado foram reconhecidos. Seu segundo título veio um ano antes de sua morte, em 1874.

**Domiciano Leite Ribeiro** por sua vez, pode ser considerado como pertencente à uma ‘nova geração’ de políticos do Império, a começar por sua trajetória de vida. Nascido em São João Del Rei em 1812, e originário de uma família de comerciantes e de grandes proprietários rurais, foi um dos primeiros ‘grandes’ políticos formado pelas escolas de direito criadas no Brasil e não mais em Coimbra. Graduado em 1833 pela Faculdade de Direito em São Paulo, sua carreira também foi marcada por algumas ‘diferenças’. Além de ser nomeado Juiz de Direito na comarca do Rio das Mortes, foi deputado pela assembléia legislativa da província de Minas Gerais em duas legislaturas a partir de 1835 (1835 – 1837 e 1838 – 1839), eleito em seguida para a Assembléia Geral (1840). Político de origem liberal sua participação na Revolução de 1842 interrompeu sua carreira nos anos seguintes, voltando a ocupar cargos em 1848 quando foi nomeado presidente da província de São Paulo.

Em 1855 liderou junto com seus parentes em Vassouras um movimento contra a proposta de redução dos poderes das câmaras municipais exarada do ministério da Justiça no “*Gabinete da Conciliação*” liderada por Honório Hermeto. Ou nos dizeres de Célia Maria Loureiro Muniz:

*Domiciano Leite Ribeiro, o Visconde de Araxá, parente dos Teixeira Leite, político influente no Império, futuro membro do Conselho de Estado redigiu uma representação dos*

---

<sup>405</sup> MARTINS, op. cit p. 350. Sobre o Conselho de Estado e a lei de emancipação, cf também, SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai, escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990 (cap. 3)

*vassourenses dirigida ao Senado, mostrando os inconvenientes da reforma judiciária tentada pelo ministério do Paraná. Foi o que se chamou “Movimento de Vassouras”. Ele fez recuar o Ministério Paraná e o projeto foi arquivado.*<sup>406</sup>

Eleito novamente para a Assembléia Geral em 1864, foi nomeado ministro de Agricultura Comércio e Obras Públicas no gabinete liberal-progressista de Zacarias de Góes e Vasconcelos, e foi ainda presidente da província do Rio de Janeiro em 1865. No ano seguinte foi indicado para o Conselho de Estado.<sup>407</sup>

Domiciano era sobrinho paterno do Barão de Airuoca, Custódio Ferreira Leite Ribeiro grande proprietário de Mar de Espanha na região da Mata mineira, e da Baronesa de Itambé, Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, casada com Francisco José Teixeira, 1º Barão de Itambé, patriarca da família Teixeira Leite, proprietária de muitas sesmarias em Vassouras, como também ligada a casas comissárias e bancos.<sup>408</sup> O próprio Domiciano era proprietário de fazendas no Sul de Minas e no Rio de Janeiro, nomeado Visconde com Grandeza de Araxá em 1872 e faleceu em 1881.

Trajetória semelhante foi a do conselheiro **José Ildefonso de Sousa Ramos**. Nascido em 1812, em Baependi na porção Sul da província de MG, formou-se em direito em São Paulo em 1834, e foi presidente das províncias do Piauí em 1843, de Minas Gerais em 1848 e de Pernambuco em 1850. Eleito deputado para a Assembléia Geral pelo Piauí em 1845 e, depois duas vezes pelo Rio de Janeiro entre 1850 e 1856, quando assumiu como ministro da pasta da justiça no gabinete conservador de Joaquim José Rodrigues Torres (depois visconde de Itaboraí) em 1852, sucedendo o Marquês do Paraná. Foi ministro do império no gabinete do Marquês de Caxias em 1861 e da justiça no de José Antônio Pimenta Bueno em 1870. Foi nomeado senador por Minas em 1853, e presidente da casa entre 1874 e 1881. Recebeu o título de Barão das Três Barras em 1867, foi indicado para o Conselho de Estado em 1870. Atuou como provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, membro do IHGB, foi o responsável pela organização da delegação brasileira na Exposição Universal de Berlim em 1873, motivo pelo qual teria sido agraciado por D. Pedro II 2º Visconde com grandeza de Jaguari.

<sup>406</sup> MUNIZ, Maria Célia Loureiro. Os Teixeira Leite: trajetórias e estratégias familiares, em Vassouras, no século XIX. *In: Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas*. Conservatória: ABPHE, 2005, (Anais), p.13.

<sup>407</sup> Foi conselheiro extraordinário e, em 1878, ordinário.

<sup>408</sup> Sobre a família Teixeira Leite Cf. MUNIZ, op. cit.

José Idelfonso era da chamada “*Patrulha parlamentar conservadora*”, composta por grandes proprietários de terras e de escravos em Paraíba do Sul na província do Rio de Janeiro. Fernanda Martins trabalhou com seu inventário *post-mortem* demonstrando como sua grande fortuna (cerca de 1:195:000\$000) era bastante diversificada em imóveis, títulos da dívida pública, apólices e ações de várias companhias estabelecidas na Corte, mesmo para um “*ultra-conservador*” como ele.<sup>409</sup>

Sua atuação como ministro da justiça entre 1852 e 1853 ocorreu num momento estratégico para a consolidação, não somente da “*hegemonia saquarema*”, como também de grandes mudanças no âmbito da economia. Durante o gabinete do futuro Visconde de Itaboraí foram concedidas autorizações como a da primeira ferrovia no Brasil, em 1852, que ligava a Praia da Estrela, na Baía da Guanabara, à raiz da Serra de Petrópolis, que beneficiou Irineu Evangelista de Souza e sua Imperial Companhia; e também a recriação do 3º Banco do Brasil em 1853, fruto da fusão do Banco Comercial do Rio de Janeiro com o Banco do Brasil “de Mauá”, como ficou conhecido esse banco.<sup>410</sup> Os interesses de José Idelfonso por investimentos em ações podem ter sido originários desse momento, bem como a valorização do setor agro-exportador, quando se assiste a redução em 5% das tarifas de exportação pelo decreto de 23 de março de 1853.

Apesar de suas origens mineiras, sua atuação política se relaciona muito mais à expansão da economia agro-exportadora cafeeira como um todo e, em particular com a fluminense. Durante os debates da década de 1850 para a expansão das ferrovias, a ‘bancada’ mineira pouco atuou ou participou das discussões. Em Minas Gerais, a discussão mais importante no período ainda era a reforma e construção das estradas regulares. A atuação de José Idelfonso demonstrou uma *assimetria* não somente em relação aos fazendeiros da Mata mineira, mas também aos políticos *estritamente* mineiros. **Ferrovias** moviam os interesses e debates dos políticos ligados à cafeicultura fluminense e paulista, **estradas e limites** da província moviam por sua vez os vários grupos mineiros.

Em 1876 temos a nomeação de **José Pedro Dias de Carvalho** para o Conselho de Estado. Originário de Mariana foi um dos poucos conselheiros de estado mineiro que não teve formação superior e jurídica (na verdade estudou no Seminário de Mariana) e nem alçado à nobreza. Jornalista começou a sua carreira política como deputado pela

---

<sup>409</sup> VEIGA, op. cit. p. 701 também Martins, op. cit., p. (citar a página?)

<sup>410</sup> Cf. nota 376

província em 1835 e foi eleito diversas vezes deputado geral até 1856. Participante da revolução liberal de 1842, José Pedro ficou ‘fora’ da política por pouco tempo, pois já no ano seguinte era eleito deputado provincial e a partir daí retornou à assembléia do Império. Nessa década foi presidente da província de Minas entre 1847 e 1848, sendo ainda ministro da fazenda no período de 14 a 31 de maio de 1848, durante o gabinete liberal de José Carlos Pereira de Almeida Torres (futuro Visconde de Macaé), de 8 de março a 31 de maio de 1848. Em 1858 foi indicado ao senado, tendo sido ministro da Fazenda mais três vezes (1862, 1864 e 1865 – 1866).<sup>411</sup>

Marcadamente liberal, foi considerado um dos “*financistas do império*”, face às medidas tomadas na pasta da fazenda, que tiveram impacto no sentido de expansão do crédito. Em 1866 acabou renunciando ao cargo de Ministro da Fazenda pela política emissionista que tinha empreendido na Guerra do Paraguai, e que fora criticada pelos conselheiros Visconde de Itaboraá e Manoel Felizardo de Souza Melo.<sup>412</sup>

Apesar das origens mineiras era também cafeicultor na região de Sapucaia no Rio de Janeiro e “*possuía fortuna avaliada em 374:069\$973, e que apresentava cerca de 22% em imóveis urbanos, 26% em terras e escravos (11,66%) e cerca de 45% em apólices gerais da dívida pública*”<sup>413</sup> Manteve ligações ainda com cafeicultores da Mata mineira como José Joaquim Monteiro da Silva, o barão de Santa Helena, a quem ajudou por ocasião dos estatutos da Estrada de Ferro União Mineira de quem Santa Helena era diretor.<sup>414</sup>

A ascensão de José Pedro Dias de Carvalho marcou o período dos políticos liberais no Conselho de Estado. Se para o período de 1823 até 1870 foram nomeados 10 conselheiros, sendo oito conservadores, no período seguinte de 1876 até 1889 vemos sete conselheiros sendo nomeados, dos quais cinco pertencentes ao grupo liberal. Tais dados também seguem a tendência identificada por Maria Fernanda que mostra um maior número de políticos liberais nos anos finais do Império.

---

<sup>411</sup> Maiores informações sobre a sua participação no Banco do Brasil e outros cf. MARTINS, op. cit., p. 228

<sup>412</sup> MARTINS, op. cit, p. 142. Sobre a política econômica na Guerra do Paraguai cf. SUZIGAN e PELAEZ, op. cit; NOGUEIRA, op. cit.

<sup>413</sup> Idem, p. 153.

<sup>414</sup> Idem, p. 282. Sobre as relações familiares e de negócios entre o Barão de Santa Helena e outros cf. GENOVEZ, Patricia Falco. Os Barões e os trlhos: a estrada de ferro União Mineira e os laços de sangue na Zona da Mata Mineira. **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira Economia, História, Demografia e Políticas Públicas**. Diamantina, MG - 26 a 29 de agosto de 2008. [http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2008/D08A090.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A090.pdf)

Em 1879 foi nomeado para o Conselho, **Camilo Maria Ferreira Armond** (Barão, Visconde e Conde de Prados). Originário de Barbacena na região Central, formou-se em Medicina pela Universidade de Paris e foi ainda Juiz de Paz e jornalista, tendo fundado o jornal **Ecos da Razão** no qual defendia suas idéias liberais e “modernizantes”. Diferentemente dos demais políticos liberais até aqui estudados, sua carreira política começa ‘a partir’ da revolução de 1842 na qual se engajou vários membros de sua família.<sup>415</sup> Depois do movimento torna-se vereador pela sua cidade natal e em 1849 torna-se presidente da câmara municipal e na seqüência deputado provincial (1848 – 1849). Eleito duas vezes para a assembléia geral (1864 – 1866 e 1878 – 1881 na qual exerceu a presidência), foi ainda presidente da província do Rio de Janeiro no mesmo ano em que foi nomeado para o Conselho de Estado (1879). Foi um dos poucos membros do Conselho que não chegou a ser ministro ou senador, tendo atuado mais no âmbito da ‘sociedade civil’ como fundador da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, vice-presidente da Companhia União & Indústria no seu período inicial entre 1854 e 1859, presidente do Banco Nacional de Depósito e Descontos além de ter sido Diretor do Observatório Astronômico.

Sem ser propriamente um político de ‘carreira’ possuía grande prestígio junto à D. Pedro II bem como toda a sua família. Seu pai, Marcelino José Ferreira Armond foi o 1º Barão de Pitangui e era tio de Mariano Procópio Ferreira Lage, o idealizador da Companhia União & Indústria. Todos eram abastados proprietários rurais na região de Barbacena e, por volta das décadas de 1840 e 1850 começaram a se tornar cafeicultores na Zona da Mata mineira, particularmente em torno do que viria a ser a cidade de Juiz de Fora. Mantiveram relações políticas e econômicas com as duas cidades, tanto que foram dos poucos ‘mineiros’ que acompanharam D. Pedro II nas suas visitas à Minas Gerais tanto na Mata mineira quanto na ‘velha’ região central como se verá.

Seus títulos de nobreza lhe foram conferidos no período de 1861, 1871 e 1880 em momentos distintos vinculados sempre às atividades científicas ou filantrópicas, o que reforça a idéia de uma participação fora dos canais ‘normais’ de participação política. Outro ponto que chama atenção na trajetória do Conde de Prados foi que ele pode ser considerado como um dos ‘políticos mineiros’ com ligações mais consistentes com a Zona da Mata. Exemplo disto foi o seu empenho e voto favorável a convocação

---

<sup>415</sup> A respeito da família Ferreiran Armonde e sua trajetória desde o século XVIII em MG cf. LACERDA, Antonio Henrique Duarte. A evolução do Partimônio da família Ferreira Armonde através de três gerações (comarca do Rio das Mortes, MG, 1751-1860). In: MOTTA e GUIMARÃES, op. cit, pp. 63-86.

da Assembléia Extraordinária em 1880 e que foi debatida no Conselho de Estado. O motivo da convocação era principalmente a reforma no sistema eleitoral que ‘atravessava’ as diversas regiões mineiras e fazia com que os votos da Mata se diluíssem entre distritos e freguesias distintas, alvo de várias reclamações conforme se verá no capítulo seguinte. A posição de Camilo Ferreira era inteiramente favorável à essa convocação principalmente porque “*Nas circunstâncias especiais em que subsistimos há mais de dois decênios, a verdade da representação nacional é um problema de tal magnitude que será difícil imaginar outro que mais de perto se prenda à noção de – bem geral*”.<sup>416</sup> Morreu em 1882 sendo, portanto, bastante reduzida sua participação no Conselho.

Outro conselheiro liberal nomeado em 1878 foi **Lafaiete Rodrigues Pereira**. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1857, era filho do Barão de Pouso Alegre, oriundo de uma família de proprietários rurais originários de Queluz (hoje justamente Conselheiro Lafayette). Foi deputado geral na legislatura de 1877, presidente das províncias do Ceará entre 1864 – 1865 e do Maranhão entre 1865 – 1866 foi também ministro da justiça (1878 – 1880), 1º ministro (1883 – 1884) e da fazenda (1884 – 1885).

Tendo atuado em vários jornais e escritos diversas obras foi considerado um dos maiores juristas brasileiros de sua época. Apesar de tendência inicialmente republicana, assumiu uma postura liberal com grande moderação. Tanto que a partir dos debates na câmara dos deputados sobre a abolição da escravidão no gabinete por ele presidido até junho de 1884 e no de Souza Dantas, sua postura foi de defesa da ordem, da manutenção da escravidão e da dissolução da Câmara, ou em suas palavras:

*De um lado – a lavoura, comércio e as classes que, em geral, representam os interesses estáveis da nossa sociedade, condenam o projeto, vêm nele uma combinação de medidas antes de abolição do que de emancipação gradual. Talvez não haja nesse modo de ver inteira exatidão, mas em todo o caso é uma opinião, e como tal uma força que a razão política não deve desprezar.*

*De outro lado, os fatores confessos do abolicionismo aceitam o projeto com entusiasmo.*

(...)

---

<sup>416</sup> ACEP, 29 de julho de 1884, p. 16.

*Mas, no entanto, Senhor, quaisquer que sejam os inconvenientes e perigos da dissolução, ela se impõe fatal, necessariamente, porque absolutamente não há outro meio de sair da complicação criada pela apresentação do projeto e pelo voto da Câmara dos Deputados.*<sup>417</sup>

Outro conselheiro liberal e que teve atuação em várias regiões foi **Afonso Celso de Assis Figueiredo** (Visconde com Grandeza de Ouro Preto). Natural de Ouro Preto, da região central, e formado em Direito por São Paulo em 1858, já em 1860 era deputado provincial e daí galgou diversos postos na administração da justiça, na política e em instituições científicas. Foi juiz de paz, secretário de polícia, inspetor da tesouraria provincial, procurador da fazenda, o mesmo tempo em que pertenceu a partir de 1864 a assembléia geral nas legislaturas até 1868 retornando depois em 1877 até 1879, nomeado para o senado neste mesmo ano foi ainda ministro da marinha (1866) e da fazenda por duas vezes (1879 – 1880 e 1889) Foi o chefe de gabinete do último ministério do Império.

Pertenceu ao IHGB, ao Instituto Histórico do Ceará e foi professor de Direito Civil e Comercial da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro já na República. Militou como jornalista em Ouro Preto entre 1859 – 1863 com o jornal de sua propriedade “*O Progressista*” e na corte com “*A Reforma*” de 1869 até 1879. Em 1860 destacou-se como defensor de uma política emissionista, assim como em 1879 e no último gabinete do império. Nomeado para o conselho em 1882, recebeu o título de Visconde de Ouro Preto em 1888, e juntamente com Joaquim Nabuco, foi um ferrenho defensor da monarquia e crítico da República. Entre os seus escritos destacaram-se “*Aos Monarquistas*”, “*Guerrilhas*” e “*Contraditas Monárquicas*”, escritos entre 1895 e 1896. Afonso Celso viveu até 1912, porém não teve participação expressiva depois da primeira década republicana, ou seja, depois da conciliação com o governo de Campos Sales.<sup>418</sup>

Nos anos finais do império foram nomeados ainda como conselheiros Martinho Álvares da Silva Campos (1887), Joaquim Delfino Ribeiro da Luz e José Vieira Couto de Magalhães (ambos em 1889), embora nem chegassem a exercer de fato, a função de Conselheiro do Império. **Martinho Álvares da Silva Campos** era originário de

<sup>417</sup> ACEP, 29 DE JULHO DE 1884, p 161 e 162

<sup>418</sup> Silva, João Manuel Pereira da. **Memórias do meu tempo**. Introdução de Célio Ricardo Tasinafo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. nota 11

Pitangui e formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1838. Iniciou sua carreira política em 1857 quando eleito para a Assembléia Geral e lá permaneceu por diversas legislaturas (até 1882). Tendo presidido a província do Rio de Janeiro entre 1881 e 1882, foi nomeado senador nesse mesmo ano quando assumiu a chefia do Gabinete e ainda a pasta da fazenda. De tendência liberal, seu curto gabinete (de Janeiro a Julho de 1882) foi marcado pela questão dos flagelados da seca e pelos déficits do Estado.<sup>419</sup> Embora fazendeiro e escravocrata, sofreu forte oposição por parte dos conservadores da câmara dos deputados e também de dissidentes liberais, foi substituído pelo gabinete de João Lustosa da Cunha Paranaguá (visconde, depois marquês de Paranaguá).<sup>420</sup>

Não chegou a atuar no Conselho de Estado, pois desde a sua nomeação até a queda da Monarquia, ocorreram seis reuniões das quais não participou de nenhuma.<sup>421</sup> Este parece ter sido ainda o caso de Joaquim Delfino Ribeiro da Luz e José Vieira Couto de Magalhães ambos nomeados em 1889.

**Joaquim Delfino Ribeiro da Luz** era originário de Cristina no Sul de Minas e se formou em Direito na Faculdade de São Paulo na década de 1840. Foi deputado provincial de 1850 até 1856 e deputado geral de 1853 até 1870 ano em que foi nomeado para o Senado. Conservador participou dos ministérios da Marinha entre 1872 e 1875 do Gabinete de José Maria da Silva Paranhos (o visconde de Rio Branco), da Justiça entre 1885 e 1887 no Gabinete de João Maurício Wanderley (o barão de Cotegipe) e no da Guerra entre 1887 e 1888 no ministério montado por João Alfredo Correia de Oliveira. Como ministro esteve presente em varias reuniões do Conselho como as de 27 de agosto e 5 de dezembro de 1885, em 27 de novembro de 1886 e em 18 de janeiro de 1888, mas não irá participar de nenhuma reunião a partir de sua nomeação em 1889.

Mais marcante ainda foi o caso do Brigadeiro **José Vieira Couto de Magalhães**. Originário de Diamantina, bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo e engenheiro militar pela Academia Militar do Rio de Janeiro, atuou politicamente como Secretário do Governo de Minas 1860 e presidiu as província de Goiás entre 1863 e 1864, a do Pará entre 1864 e 1866 e a do Mato Grosso entre 1867 e 1868 e São Paulo. Nessa última província ocupava a presidência quando veio a República em 15 de

---

<sup>419</sup> AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História Administrativa e Econômica do Brasil**. 2ª Ed. Revista e atualizada. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, FENAME, 1976, p. 237.

<sup>420</sup> ACEP, 1884-1889, p. 120

<sup>421</sup> Idem, as reuniões foram 13 de junho de 1888, 12 de janeiro, 2 de fevereiro, 31 de maio, 15 de junho e 10 de agosto de 1889.



Novembro.<sup>422</sup> Tendo participado na Guerra do Paraguai, foi nomeado para o Conselho de Estado em 1889 e também não chegou a participar de nenhuma reunião do Conselho.

Segundo a análise já clássica de Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, na década de 1880 ocorreria um ‘esvaziamento’ do Conselho de Estado, segundo o autor o número e a importância das reuniões diminuíram sensivelmente.<sup>423</sup> No gráfico II percebemos que não existiu uma queda sensível no número de reuniões, embora o Conselho de Estado tivesse perdido uma parte importante da sua capacidade de ‘aconselhar’ uma monarquia cada vez mais desgastada.

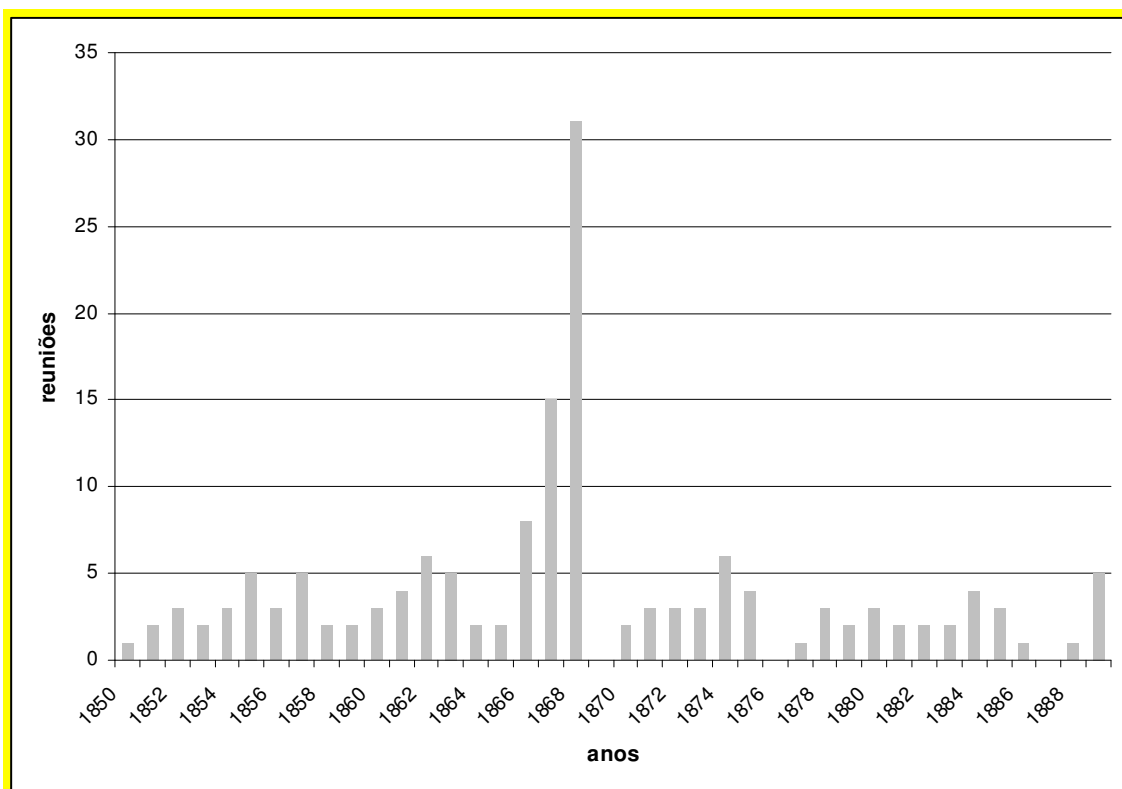
Na década de 1850 ocorreram 26 reuniões do Conselho de Estado ou pouco mais de duas reuniões por ano, na década seguinte por causa de Guerra do Paraguai assistimos a uma ‘explosão’ de conferências com 76 reuniões, sendo que os anos de 1867 e 1878 serão marcados pelo maior número com 17 e 31 respectivamente. Já na década de 1870 foram 27 sessões do Conselho, e na última década do regime encontramos 23 encontros do Conselho, sendo que obviamente com a abolição da escravidão e o aumento do movimento republicano aumente o número de reuniões do Conselho que chega a cinco em 1889.

---

<sup>422</sup> Quando presidente da província de Goiás fez uma expedição ao Araguaia e relatou no livro “Viagem ao Araguaya”, cuja 1ª edição foi de 1863. Cf. MAIA, João Marcelo E. Governadores de ruínas: os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 40, julho-dezembro de 2007, pp. 3-23.

<sup>423</sup> ACEP, 1884-1889 Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho, p. 1.

## Gráfico II: Número de Sessões Realizadas no Conselho de Estado 1850 – 1889



**Fonte:** Atas do Conselho de Estado Pleno (ACEP), 1850-1889.

Na análise das trajetórias até aqui estudadas vemos que, grosso modo, três gerações de políticos mineiros pertenceram ao Conselho de Estado, uma primeira marcada por àqueles que nasceram ainda no século no último quartil do século XVIII e que participaram do processo de independência, do primeiro reinado e no caso de Estevão Ribeiro de Resende do início da regência. Outra daqueles que nasceram no final do XVIII e início do século XIX e que ‘chegaram’ ao poder com a regência tendo contribuído para a Consolidação do II Reinado cujos grandes exemplos foram Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão. Uma terceira geração foi daqueles que nascidos na 1ª metade do século XIX e chegaram ao poder após a Revolução Liberal de 1842. Permaneceram até o final do Império, e como exemplos tivemos José Ildelfonso de Sousa Ramos e José Pedro Dias de Carvalho.

Estas três gerações de políticos eram majoritariamente das regiões Central e do Sul, e com pequena participação do Norte, o que reforça as idéias de *assimetria*. Embora alguns tenham participado diretamente da expansão cafeeira como proprietários

de terras e homens, a maioria o fez pelo ‘lado’ fluminense que cresceu até por volta de 1870, com muito mais vigor que as regiões cafeeiras de Minas Gerais.<sup>424</sup>

Com exceção das trajetórias já assinaladas do Visconde de Uberaba, de José Pedro Dias de Carvalho e do Conde de Prados podemos afirmar então que existia uma ‘ponte’ que ligava o ‘centro’ das Minas Gerais *diretamente* à Província do Rio de Janeiro. A expansão da cafeicultura pela Mata apesar de vigorosa não foi suficiente para formar uma geração de políticos apta ainda no Império a assumirem as mais altas instâncias desta política.

A historiografia tem destacado a relação do Conselho de Estado com o Senado, aos Ministérios e ainda à presidência das províncias. No **Quadro II** podemos verificar os políticos mineiros que pertenceram ao Conselho de Estado e ao Senado, com as respectivas datas da nomeação. A associação entre essas instituições tem sido notada com certa constância e podemos citar como exemplos em outras províncias como foi o de Clemente Ferreira França, o Barão de Nazaré, que nasceu na Bahia e foi nomeado para o Conselho de Estado em 1823 e senador em 1826. Também o Visconde com grandeza de Niterói, Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, desembargador, nomeado senador em 1869 e Conselheiro do Império em 1870<sup>425</sup> e o Visconde com grandeza, depois Marquês de Inhambupe, Antonio Luiz Pereira da Cunha, nomeado senador em 1826 e membro do Conselho de Estado desde 1823.<sup>426</sup>

Em Minas Gerais percebemos que a nomeação para o Conselho do I Reinado se deu anteriormente aos cargos de senadores, o que obviamente se relaciona à nomeação para o Senado que somente se ocorreu na 1ª Câmara regular do Império em 1826. Quando da Regência e II Reinado a nomeação para o Senado precedia a indicação ao Conselho de Estado. Entretanto, com a extinção do Conselho de Estado em 1834, e a sua posterior recriação em 1842, houve certa defasagem na medida em que o Conselho como órgão consultivo privado do imperador exigia uma experiência política. As únicas exceções serão as de Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês do Paraná nomeado

---

<sup>424</sup> A década de 1870 marcou, também, o início do declínio da cafeicultura do Vale do Paraíba fluminense. Sobre a cafeicultura do vale, entre outras obras, cf. STEIN, op. cit; MACHADO, Humberto F. *Escravos, Senhores e Café*. Rio de Janeiro: Ed. Cromos, 1993; SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX, Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>425</sup> Seu irmão, João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato, o Visconde de Sabará, foi desembargador do Tribunal do Comércio e, depois, ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Cf. ALVISI, Edson. **Magistrados e Negociantes na Corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio (1850-1875)**. Tese de Doutorado (em História). Niterói, UFF/PPGH, 2007.

<sup>426</sup> Cf. MARTINS, Maria Fernanda Vieira, op. cit.; OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales, op. cit.

no mesmo ano para as duas instâncias (1842) e a de Antônio Paulino Limpo de Abreu, o visconde de Abaeté nomeado para o Senado em 1847 e para o Conselho de Estado no ano seguinte (1848).

Entre os Conselheiros de Estado que não foram nomeados para o Senado destacam-se Camilo Maria Ferreira Armond e Domiciano Leite Ribeiro que se ligavam mais ao Imperador pela amizade ou pertencimento à facção “*áulica*”.

### Quadro II: Conselheiros de Estado nomeados Senadores

Nome	C. E.	Senado	Região
Estevão Ribeiro de Rezende	1822 – 1827	1826	Central
João Severiano Maciel da Costa	1824	1826 PB	Central
João Gomes da Silveira Mendonça	1823	1826	Central
Manuel Jacinto Nogueira da Gama	1823	1826	Central
Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá	1822	1826	Norte
Bernardo Pereira de Vasconcelos	1842	1838	Central
Cândido José de Araújo Viana	1850	1839	Central
Honório Hermeto Carneiro Leão	1842	1842	Central / Sul
José Cesário de Miranda Ribeiro	1842	1844 SP	Central / Mata
Antônio Paulino Limpo de Abreu	1848	1847	Central
José Ildfonso de Sousa Ramos	1870	1853	Sul
José Pedro Dias de Carvalho	1876	1858	Central / Mata
Joaquim Delfino Ribeiro da Luz	1889	1870	Sul
Afonso Celso de Assis Figueiredo	1882	1879	Central
Lafaiete Rodrigues Pereira	1882	1879	Central
Martinho Álvares da Silva Campos	1887	1882	Central

**Fonte:** Anexo II, SP e PB nomeados Senadores respectivamente por São Paulo e pela Paraíba.

Entre os Conselheiros de Estado que exerceram o cargo de Ministros, as informações estão remetidas no **Quadro III**. Podemos observar uma grande ‘coincidência’ entre os Conselheiros de Estado que também foram ministros do Império e ainda Senadores. Somente Camilo Ferreira Armond e José Vieira Couto de Magalhães não foram senadores nem exerceram algum ministério entre àqueles que pertenceram ao Conselho de Estado. Estamos falando, portanto, de um ‘**núcleo duro**’ de 14 políticos ‘mineiros’ que estiveram presentes na construção do Estado Brasileiro ao longo do século XIX.

### Quadro III: Conselheiros de Estado nomeados Ministros

Nome	C. E.	Ministérios	Senado	Região
Estevão Ribeiro de Resende	1822 (1º) 1827	Império 1824 – 25 Justiça 1827	1826	Central
João Gomes da Silveira Mendonça	1823	Guerra 1823 – 1824	1826	Central
Manuel Jacinto Nogueira da Gama	1823	Fazenda 1823 Fazenda 1831	1826	Central
João Severiano Maciel da	1824	Estrangeiro 1826 – 27	1826	Central

Costa			PB	
José Cesário de Miranda Ribeiro	1842	Ministro Supremo Tribunal de Justiça	1844 SP	Central Mata
Honório Hermeto Carneiro Leão	1842	Justiça 1832 – 33 Estrangeiro 1843 Justiça 1843 – 44 1º Ministro 1853 – 56	1842	Centro Sul
Bernardo Pereira de Vasconcelos	1842	Fazenda 1831 – 32 Justiça 1837 – 39	1848	Central
Antônio Paulino Limpo de Abreu	1848	Justiça 1835 – 1836 Exterior 1836 – 1837 Justiça 1840 – 1841 Justiça 1845 – 1846 Fazenda 1848 Exterior 1848 Exterior 1853 – 1855 Fazenda 1855 1º ministro 1859 Marinha 1858 – 1859	1847	Central
Cândido José de Araújo Viana	1850	Ministro Supremo Tribunal de Justiça Fazenda 1832 Fazenda 1842	1839	Central
Domiciano Leite Ribeiro	1866	Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1864	Não	Central
José Ildefonso de Sousa Ramos	1870	Justiça 1852 – 53 Justiça 1870 – 1871	1853	Sul
José Pedro Dias de Carvalho	1876	Fazenda – 1848 Fazenda – 1862 Fazenda – 1864 Fazenda 1865 – 66	1858	Central
Afonso Celso de Assis Figueiredo	1882	Marinha 1866 Fazenda 1879 – 1880 Fazenda 1889 1º Ministro 1889	1879	Central
Lafaiete Rodrigues Pereira	1882	Justiça 1878 – 1880 1º ministro 1883 – 84 Fazenda 1884 – 85	1879	Central
Martinho Álvares da Silva Campos	1887	Fazenda 1882 1º ministro 1882	1882	Central
Joaquim Delfino Ribeiro da Luz	1889	Marinha 1872 – 75 Justiça 1885 – 1887 Guerra 1887 – 1888	1870	Sul

**Fonte:** Anexo II, SP e PB nomeados Senadores respectivamente por São Paulo e pela Paraíba.

Por último encontramos no **Quadro IV** abaixo a lista dos Conselheiros de Estado que ainda exerceram a presidência de Província. Conforme destacado por José Murilo de Carvalho, esse ‘cargo’ poderia ser incluído como de um “*segundo escalão*” dentro da hierarquia imperial. Segundo o autor tais políticos estavam sendo treinados dentro da lógica do Império para atuarem como políticos mais experimentados dentro da realidade nacional. Desta forma a Presidência da Província era um cargo de “*treinamento*” para os futuros Senadores, Conselheiros e Ministros de Estado.<sup>427</sup> Embora em sua análise o autor se refira principalmente ao 2º reinado, podemos perceber, no entanto, em algumas trajetórias ainda no 1º reinado tal comportamento.

<sup>427</sup> CARVALHO, J. M., op. cit. (pág.?)

**Quadro IV: Membros do Conselho de Estado que foram presidentes de Província**

<b>Nome</b>	<b>C. E.</b>	<b>Ministérios</b>	<b>Senado</b>	<b>Pres. Província</b>	<b>Região</b>
Estevão Ribeiro de Resende	1822 (1 <sup>o</sup> ) 1827	Império 1824 – 25 Justiça 1827	1826	MG 1826 MG1841	Central
João Severiano Maciel da Costa	1824	Estrangeiro 1826 – 27	1826 PB	BA 1825	Central
José Cesário de Miranda Ribeiro	1842	Ministro Supremo Tribunal de Justiça	1844 SP	SP 1836 MG 1837	Central Mata
Honório Hermeto Carneiro Leão	1842	Justiça 1832 – 33 Estrangeiro 1843 Justiça 1843 – 44 1 <sup>o</sup> Ministro 1853 – 56	1842	RJ 1841 PE 1849 – 50	Centro Sul
Bernardo Pereira de Vasconcelos	1842	Fazenda 1831 – 32 Justiça 1837 – 39	1838	Gov. Provisório MG1833	Central
Antônio Paulino Limpo de Abreu	1848	Justiça 1835 – 1836 Exterior 1836 – 1837 Justiça 1840 – 1841 Justiça 1845 – 1846 Fazenda 1848 Exterior 1848 Exterior 1853 – 1855 Fazenda 1855 1 <sup>o</sup> ministro 1859 Marinha 1858 – 1859	1847	MG 1833 – 1835	Central
Cândido José de Araújo Viana	1850	Ministro Supremo Tribunal de Justiça Fazenda 1832 Fazenda 1842	1839	AL – 1828 MA 1829 – 31	Central
Domiciano Leite Ribeiro	1866	Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1864	Não	SP – 1848 RJ – 1865	Central
José Ildefonso de Sousa Ramos	1870	Justiça 1852 – 53 Justiça 1870 – 1871	1853 1874 – 81 pr.	PI 1843 – 44 MG 1848 – 50 PE 1850 – 51	Sul
José Pedro Dias de Carvalho	1876	Fazenda – 1848 Fazenda – 1862 Fazenda – 1864 Fazenda 1865 – 66	1858	MG 1847 – 48	Central
Camilo Maria Ferreira Armond	1879	Não	Não	RJ – 1879	Central
Lafaiete Rodrigues Pereira	1882	Justiça 1878 – 1880 1 <sup>o</sup> ministro 1883 – 84 Fazenda 1884 – 85	1879	CE 1864 – 65 MA 1865 – 66	Central
Martinho Álvares da Silva Campos	1887	Fazenda 1882 1 <sup>o</sup> ministro 1882	1882	RJ 1881 – 82	Central
Joaquim Delfino Ribeiro da Luz	1889	Marinha 1872 – 75 Justiça 1885 – 1887 Guerra 1887 – 1888	1870	MG 1857 MG 1860	Sul
José Vieira Couto de Magalhães	1889	Não		GO 1863 – 64 PA 1864 – 66 MS 1867 – 68 SP 1889	Norte

**Fonte:** Anexo II, SP e PB nomeados Senadores respectivamente por São Paulo e pela Paraíba.

Tal foi o caso de Cândido José de Araújo Viana, Visconde com grandeza e Marques de Sapucaí, presidente das províncias de Alagoas em 1828 e do Maranhão em 1829, e que foi nomeado senador e membro do Conselho de Estado no ano de 1839. Na

difícil transição da Regência para o Reinado de D. Pedro II, José Cesário de Miranda Ribeiro, Visconde com grandeza de Uberaba, presidiu as províncias de São Paulo em 1836 e a de Minas Gerais no ano seguinte (1837) sendo então nomeado senador e membro do Conselho de Estado em 1844.

Nas décadas seguintes tivemos Domiciano Leite Ribeiro que chefiou a província de São Paulo em 1848 e a do Rio de Janeiro em 1865, tendo sido nomeado para o Conselho de Estado três anos depois em 1868 ou ainda José Ildefonso de Sousa Ramos que tendo governado o Piauí entre 1843 e 1844, Minas Gerais 1848 e 1850 e Pernambuco 1850 e 1851 foi nomeado para o Conselho em 1870.

Entretanto, se estes exemplos demonstram um ‘padrão’, algumas discrepâncias podem ser identificadas. Tal foi o caso de Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marques de Paraná que, ministro da justiça em 1832 e nomeado para o Conselho de Estado e o Senado em 1842, foi presidente das Províncias do Rio de Janeiro ‘antes’, em 1841 e ‘depois’ em 1849 em Pernambuco. A sua nomeação como presidente para a província de Pernambuco relaciona-se então não como “*treinamento*” e sim muito mais com ‘experiência’ administrativa e política, fundamental, como já visto, “*de apaziguar a situação local transtornada pelo movimento praieiro*”.<sup>428</sup>

Como estamos tratando exatamente das relações entre os poderes locais, provinciais e imperiais, entendemos serem os cargos de Presidentes de Províncias fundamentais para se levar à frente as disputas dentro das Províncias, como também apontado por Mirian Dolhnikoff. Reparámos ainda que, a maioria dos Conselheiros de Estado que foram ainda Senadores e exerceram cargos de Ministros, teve ainda algum ‘treinamento’ na presidência dessas províncias.

Um último aspecto que mereça ser destacado foi a recusa por parte de um político mineiro em pertencer ao Conselho de Estado. Tal foi o caso de Teófilo Benedito Otoni, de quem voltaremos a falar outras vezes. Originário do Norte do Estado nasceu em 1807 na vila do Serro, formou-se com distinção pela Academia da Marinha no Rio de Janeiro, sendo que largou posteriormente como deixa claro em suas memórias. Atuou como jornalista, comerciante e empresário, tendo fundado a “*Companhia do Vale do Mucuri*” em 1847 junto com seu irmão Honório Benedito Otoni, e tendo como acionistas importantes negociantes da praça do Rio de Janeiro, como o Barão de Mauá. A companhia visava a colonização da região Leste de Minas e,

---

<sup>428</sup> CORREA, Luiz Felipe de Seixas. *O Marquês de Paraná*. In: CORREA, Luiz Felipe de Seixas (et al). *O Marquês de Paraná*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 10.

diante de vários insucessos, acabou sendo encampada pelo poder imperial em 1857. Político marcadamente liberal foi proprietário de vários jornais e redigiu textos extremamente lidos e debatidos pelos políticos brasileiros. Deputado em várias ocasiões, forte crítico do sistema político imperial, foi convidado pelo Imperador para compor o Conselho de Estado em 10 de dezembro de 1862, dias depois o Imperador comenta sobre a recusa de Teófilo Otoni em compor o Conselho e escreve: “*Li logo que acordei a carta do Otoni. Nada lhe acho de inconveniente e se não fosse o excesso de orgulho que nela se descobre eu até a louvaria*”.<sup>429</sup>

Tal atitude mostra, ainda que em escala reduzida, que a relação dos políticos mineiros com o Império podia ser extremamente nuançada. Apesar de todo o prestígio que Otoni poderia adquirir pertencendo ao Conselho de Estado, preferiu ficar em uma ‘posição’ distante do Imperador e de seu poder. Neste sentido, sua trajetória foi quase ‘única’ dentro do Império Brasileiro.

### 4.3 Ministros de Estado

Quanto aos *Ministros de Estado* percebemos que estes se constituíram em um poderoso grupo de ‘agentes do Executivo’ responsáveis por levar a cabo a política imperial.<sup>430</sup> Durante o primeiro reinado foram cinco ministros nomeados diretamente pelo Imperador, e que compunham o gabinete: 1º do Império e Assuntos Estrangeiros; 2º da Justiça; 3º da Fazenda; 4º da Guerra e 5º da Marinha. Com o decreto nº. 523, de 20 de julho de 1847, foi criada presidência do Conselho de Ministros, e o número de ministros passou a seis, sendo o presidente ou chefe de gabinete faria às vezes de 1º ministro, e passaria a nomear os demais. Para Vicente Tapajós, com certo exagero, ocorreu a implantação do “*Parlamentarismo no Brasil*”.<sup>431</sup> Em 1861 foi criada a 7ª pasta com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas que perdurou até a queda do Império. Minas Gerais teve pelo menos 30 ministros com alguma relação com a província em diversos gabinetes desde o início do império em 1822. A indicação para Ministro demonstrava uma maior articulação política com os partidos do período,

---

<sup>429</sup> Diário do Imperador D. Pedro II, 13 de Dezembro de 1862.

<sup>430</sup> OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales, op. cit., p. 57.

<sup>431</sup> TAPAJÓS, op. cit., p. 105



apesar da indicação ser ‘consentida’ pelo Imperador, ou seja, mesmo que o partido indicasse, a aceitação final cabia ao monarca.

No Quadro V podemos observar mais uma vez que a grande maioria dos ministros mineiros era da região central, embora houvesse um maior número de representantes de outras regiões. Dos 30 ministros que a província de Minas Gerais teve no século XIX cerca de 24 eram diretamente ligados à região central ou 80% do total. As regiões Sul e Norte possuíram respectivamente três e dois (ou 10 e 6,6%). Enquanto à Mata mineira não possuiu nenhum ministro originário da região, embora três (ou ainda 10%) estivessem de alguma forma ligados à região. Destes 30 ministros cerca de 15 foram ainda conselheiros, como já visto. E como suas trajetórias já foram trabalhadas, preferimos nos omitir de comentá-las novamente.

Entre àqueles que ‘ajudaram’ na construção do estado brasileiro ainda à época da independência e no período do primeiro reinado, tivemos seis ministros, e desses, três foram os conselheiros ‘mineiros’ já estudados anteriormente (Manuel Jacinto Nogueira da Gama; João Severiano Maciel da Costa e Estevão Ribeiro de Resende).

Os outros três foram Sebastião Luís Tinoco da Silva; Bento Barroso Pereira e Lúcio Soares Teixeira de Gouveia. **Sebastião Luís Tinoco da Silva** era na verdade português de nascimento (em 1758) e não possuía relações com a província de Minas Gerais até onde pudemos pesquisar, foi nomeado, no entanto, senador por essa província em 1826, exerceu os ministérios da justiça em 1822, da fazenda em 1823 e novamente da justiça no período de 1825 à 1826 quando trocou correspondência com o chefe do serviço de aldeamento dos índios Thomas Guido Marlière, falece em 1839 sem ter exercido outros cargos importantes.<sup>432</sup>

---

<sup>432</sup> RAPM, (citar corretamente)

**Quadro V: Políticos Mineiros que foram Ministros do Império**

Nome	N / M	Ministérios	Posição Política	Período de Atuação	Regiões e Cidades em que atuou	Região
Sebastião Luís Tinoco da Silva	1758 – 1839	Justiça 1822 Fazenda 1823 Justiça 1825 – 26	Caramuru	1822 – 1839	Vianna Portugal	Não
<b>Manuel Jacinto Nogueira da Gama</b>	1765 – 1847	Fazenda 1823 Fazenda 1831	Caramuru	1823 – 1847	Vassouras Valença	Central
<b>João Severiano Maciel da Costa</b>	1769 – 1833	Estrangeiro 1826 – 27	Caramuru	1822 – 1833	Queluz (Conelheiro Lafaiete)	Central
<b>Estevão Ribeiro de Resende</b>	1777 – 1856	Império 1824 – 25 Justiça 1827	Caramuru	1823 – 1856	Prados	Central
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	1778 – 1859	Regência Trina Provisória (1831) Império (1831 – 32) Justiça 1847	Conservador	1831 – 1859	Vale da Porca – Lisboa São Paulo	Não
<b>João Gomes da Silveira Mendonça</b>	1781 – 1827	Guerra 1823 – 1824	Caramuru	1823 – 1827	São Miguel	Central
Bento Barroso Pereira	1785 – 1837	Guerra 1824 – 28 Marinha 1832	Conservador – Liberal Moderado	1824 – 1837	Arraial do Tejuco (Diamantina)	Norte
Lúcio Soares Teixeira de Gouveia	1792 – 1838	Justiça 1827 – 28 Justiça 1828 – 29	Caramuru	1822 – 1838	Mariana	Central
<b>José Cesário de Miranda Ribeiro</b>	1792 – 1856	Ministro Supremo Tribunal de Justiça	Liberal – Conservador	1821 – 1856	Juiz de Fora Ouro Preto	Central Mata
<b>Cândido José de Araújo Viana</b>	1793 – 1875	Ministro Supremo Tribunal de Justiça Fazenda 1832 Fazenda 1842	Conservador	1832 – 1875	Ouro Preto Corte	Central
<b>Bernardo Pereira de Vasconcelos</b>	1795 – 1850	Fazenda 1831 – 32 Justiça 1837 – 39	Liberal – Conservador	1821 – 1850	Ouro Preto	Central
José Joaquim Fernandes Torres	1797 – 1869	Justiça 1846 – 47 Fazenda 1847	Liberal	1835 – 1869	Mariana Rio Doce	Central
<b>Antônio Paulino Limpo de Abreu</b>	1798 – 1883	Justiça 1835 – 1836 Exterior 1836 – 1837 Justiça 1840 – 1841 Justiça 1845 – 1846 Fazenda 1848	Liberal	1822 – 1883	Lisboa São João Del Rei	Central

		Exterior 1848 Exterior 1853 – 1855 Fazenda 1855 1º ministro 1859 Marinha 1858 – 1859				
<b>Honório Hermeto Carneiro Leão</b>	1801 – 1856	Justiça 1832 – 33 Estrangeiro 1843 Justiça 1843 – 44 1º Ministro 1853 – 56	Conservador	1832 – 1856	Jacuí Corte Ouro Preto	Centro Sul
<b>José Pedro Dias de Carvalho</b>	1808 – 1881	Fazenda – 1848 Fazenda – 1862 Fazenda – 1864 Fazenda 1865 – 66	Liberal	1831 – 1881	Mariana	Central
Joaquim Antão Fernandes Leão	1809 – 1887	Marinha – 1848 Guerra – 1848 Transportes – 1868	Liberal (a partir de 1848 – conservador)	1845 – 1887	Queluz Conselheiro Lafaiete	Central
Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos	1812 – 1863	Justiça 1857 – 1858	Conservador	1840 – 1863		Central
<b>Domiciano Leite Ribeiro</b>	1812 – 1881	Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1864	Liberal	1835 – 1881	São João del Rei Vassouras	Central
<b>José Ildfonso de Sousa Ramos</b>	1812 – 1883	Justiça 1852 – 53 Justiça 1870 – 1871	Conservador	1843 – 1883	Baependi Paraíba do Sul	Sul
Luiz Antônio Barbosa	1815 – 1859	Justiça 1853 – 54	Conservador	1842 – 1859	Ouro Preto	Central
<b>Martinho Álvares da Silva Campos</b>	1816 – 1887	Fazenda 1882 1º ministro 1882	Liberal	1857 – 1887	Pitangui	Central
João Evangelista Negreiros Saião Lobato	1817 – 1894	Supremo Tribunal de Justiça (presidente) 1886 – 1891		1840 – 1892	Serro São Paulo Rio Grande do Sul	Norte – leste
<b>Joaquim Delfino Ribeiro da Luz</b>	1824 – 1903	Marinha 1872 – 75 Justiça 1885 – 1887 Guerra 1887 – 1888	Conservador	1850 – 1889	Cristina	Sul
Francisco de Paula Silveira Lobo	1826 – 1886	Marinha 1865 – 66 Fazenda 1866	Liberal (republicano)	1857 – 1886	Mamanguape (PB) Mariana Ponte Nova	Central Mata
José Rodrigues de Lima Duarte	1826 – 1896	Marinha 1880 – 82	Liberal	1854 – 1889	Barbacena	Central Mata
<b>Lafaiete Rodrigues Pereira</b>	1834 - 1917	Justiça 1878 – 1880 1º ministro 1883 – 84 Fazenda 1884 – 85	Liberal	1864 – 1889	Queluz	Central

<b>Afonso Celso de Assis Figueiredo</b>	1836 – 1912	Marinha 1866 Fazenda 1879 – 1880 Fazenda 1889 1º Ministro 1889	Liberal	1860 – 1889	Rio de Janeiro Ouro Preto?	Central
Carlos Afonso de Assis Figueiredo	1845 – 1907	Guerra 1882 – 1883	Liberal	1840 – 1889	Ouro Preto	Central
Cândido Luís Maria de Oliveira	1845 – 1918	Guerra 1884 – 1885 Fazenda 1889 Justiça 1889	Liberal	1865 – 1889	Ouro Preto	Central
Afonso Augusto Moreira Pena	1847 – 1909	Guerra 1882 Agricultura, Comércio e Obras Públicas 1883 – 84 Justiça 1885	Liberal Republicano	1870 – 1909	Santa Bárbara	Central
João da Mata Machado	1850 – 1901	Estrangeiro – 1884	Liberal	1878 – 1889	Diamantina	Norte – leste

**Fonte:** Cf Anexo II, em **NEGRITO**, são aqueles que por serem Conselheiros de Estado já foram trabalhados.

Já **Bento Barroso Pereira** nasceu no arraial do Tejuco em Diamantina no Norte da província em 1785, de formação militar (era engenheiro), participou da repressão à revolta pernambucana de 1817, sendo nomeado ministro da guerra em 1824 e da Marinha em 1832 já na Regência. Foi ainda nomeado senador pela província de Pernambuco em 1826, falece em 1837.

**Lúcio Soares Teixeira de Gouveia** de quem também temos poucas informações por sua vez era originário de Mariana, nascido em 1792 formado em direito por Coimbra, foi deputado em 1823, novamente na legislatura de 1826 a 1829 quando foi ministro da justiça entre (1827 – 1829). Em 1837 foi nomeado senador pelo Rio de Janeiro tendo falecido no ano seguinte.

Aqui novamente vemos repetir a idéia de uma ‘ruptura’ entre os grupos políticos do primeiro reinado com os da regência, nenhum dos três ministros trabalhados terá uma participação política expressiva no período posterior à abdicação de D. Pedro I, a exceção de Lúcio Soares que será nomeado senador em 1837 pelo Rio de Janeiro, os demais ‘encerram’ suas carreiras junto com o monarca. Há que se reparar ainda que esta primeira geração praticamente não ‘chega’ ao segundo reinado, morrendo quase todos ainda na Regência.

Apesar de estarmos analisando aqui a participação dos ministros ‘mineiros’, percebe-se da análise das trajetórias destes três políticos que durante o primeiro reinado e mesmo na regência a nomeação de senadores não era diretamente ligada às províncias. Sebastião Luiz Tinoco da Silva era português com bem poucas relações com Minas Gerais, no entanto foi nomeado pela província. Bento Barroso era militar originário da região norte das Minas Gerais, a única explicação para a sua nomeação foi ter participado da repressão à revolta na província em 1817, já Lúcio Soares apesar de ser de Mariana, foi nomeado senador pelo Rio de Janeiro.

Segundo Vicente de Tapajós tais casos se deram porque, entre outros motivos, *“Para a composição do primeiro senado foram apresentadas a D. Pedro I listas em que figuravam, em várias delas, os mesmos nomes, fato que provocaria o primeiro grande problema que, neste terreno o poder moderador teve de enfrentar”*.<sup>433</sup> Assim, segundo o autor D. Pedro escolhia os candidatos sem levar em conta as províncias. Este ‘problema’ irá persistir ainda à frente.

---

<sup>433</sup> TAPAJÓS, op. cit, p. 153.

Durante a própria regência vemos outro caso de um político ‘fragilmente’ ligado às Minas Gerais, o último senador nomeado por D. Pedro I pelo I Reinado e pela província de Minas em 1828 **Nicolau Pereira de Campos Vergueiro**. Foi membro da Regência Trina Provisória em 1831, do Império entre 1831 e 1832 e ainda da Justiça em 1847. Nascido em Portugal e bacharel por Coimbra, teve destacada atuação política, seja no período da Independência, seja posteriormente na regência e no segundo reinado, sendo presidente de província e ministro em vários gabinetes. Fez sociedade comercial com o Brigadeiro Luiz Antonio, um dos maiores negociante de São Paulo,<sup>434</sup> além de ter fazendas de café em Campinas e Limeira. É amplamente conhecido por ter sido um dos pioneiros na introdução do trabalho livre para o Brasil. Sua ligação com Minas vem, além da nomeação pelo senado, da ‘sedição’ de Ouro Preto em 1833, onde participou da repressão ao movimento.<sup>435</sup>

Já no segundo reinado haverá uma maior preocupação por parte de D. Pedro II em nomear senadores com relações mais próximas das províncias, tal será o caso de Benedito Teófilo Otoni à quem D. Pedro preteriu na indicação da vaga de senador por Minas Gerais várias vezes, quando Otoni se candidatou pela província de Mato Grosso em 1862 porque havia outro que tinha maiores proximidades com a província. Ou nas palavras de D. Pedro II:

*Escolhi o Paranhos, senador por Mato Grosso. Fi-lo porque é ele quem melhor conhece a província e lhe prestou serviços, preferindo o Pedreira se atendesse unicamente aos serviços em geral e às minhas afeições. Nenhuma antipatia tenho a Otoni e desejaria que ele viesse na alguma lista de Minas para eu escolhê-lo.*<sup>436</sup>

De fato o Imperador escolheu Teófilo Otoni na eleição seguinte (1864) para o Senado, porém o que se depreende dessa passagem de seu diário foi de que a escolha dos senadores deveria obedecer minimamente a alguma lógica regional, preocupação nem sempre existente nos primeiros anos do Império. Os ‘casos’ de Teófilo Otoni, Nicolau Vergueiro e outros, foram para demonstrar como o processo de construção do

<sup>434</sup> A respeito da fortuna e riqueza do Brigadeiro Luiz Antonio cf. ARAUJO, op. cit.

<sup>435</sup> MARTINS, op. cit. Acerca do senador Vergueiro e sua participação em Minas Gerais ver RAPM Vol. 07, 1902, jan/jun Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte. **A sedição militar de Ouro Preto em 1833**. mostra a participação de Vergueiro tentando manter a paz neste movimento.

<sup>436</sup> Diário de D. Pedro II, 22 de novembro de 1862. TAPAJÓS, op. cit, assim se expressa sobre o episódio “A preocupação do segundo imperador em ser justo e responsável, por exemplo, pela escolha de Silva Paranhos em 1861, à senatoria por Mato Grosso, em detrimento de outra grande figura, Luís Pedreira do Couto Ferraz, o visconde do Bom Retiro, o mais próximo amigo do Monarca”, p. 154.

Estado Brasileiro era lento e tortuoso e não se completava nos limites provinciais e de identidades incompletas. Os ministros e que também foram senadores citados por Minas Gerais até então possuíam pouca, ou nenhuma, representatividade em relação à Província, seus interesses seriam focados em outras regiões, marcados mais por divergências que por convergências.

Tal parece ter sido o caso da questão da mão-de-obra para citarmos aqui um exemplo bastante conhecido. O Senador Vergueiro foi um grande defensor da introdução do trabalhador livre europeu para a substituição do trabalho escravo nas fazendas, inclusive com subvenção pública. A posição dominante em Minas Gerais era mais pelo controle das terras e principalmente mão-de-obra, pelo ensino agrícola, melhoria dos meios de transportes e a introdução dos *chins* (como eram chamados os chineses). Não que as propostas pró-imigrantes não tenham sido postuladas nas várias instâncias do poder provincial e local, somente que nunca foi o principal argumento dos representantes mineiros como iremos ver mais à frente.<sup>437</sup>

Durante o II Reinado encontramos 20 ministros originários de Minas Gerais, e desses, já trabalhamos com 09, sendo que então os outros 11 ministros não foram membros do Conselho do Estado. Para a periodização que estamos usando aqui como de consolidação do II Reinado que vai até 1870, temos a nomeação e atuação de mais cinco ministros ‘não-conselheiros’ que foram José Joaquim Fernandes Torres; Joaquim Antônio Fernandes Leão; Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos; Luiz Antônio Barbosa e Francisco de Paula Silveira Lobo.

**José Joaquim Fernandes Torres** nasceu em Mariana em 1797, embora sua família fosse proprietária de fazendas na região do Rio Doce, indo para o ‘Leste’ de Minas. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, iniciou sua carreira política pela Assembléia Legislativa Provincial, à qual permaneceu entre 1839 e 1842. De tendência liberal, pouco se sabe se participou da revolução liberal de 1842 embora o hiato entre 1842 até 1845 indique que sim, foi eleito para a Assembléia Geral em 1845, ministro da Justiça no Gabinete de 1846 a 1847 e da fazenda em 1847 quando “*se diligenciou a preservação do padrão monetário e dispôs sobre a arrecadação do imposto do ouro*”.<sup>438</sup> Foi ainda ministro do Império entre 1866 e 1868 quando participou de praticamente todas as sessões do Conselho de Estado na qualidade de

---

<sup>437</sup> Entre outros sobre a transição da mão-de-obra em Minas Gerais cf. SARAIVA, Luiz Fernando. (...) ; CONSENTINO, Daniel,(...); Sobre os debates parlamentares cf. CONRAD, Robert (...) e LAMOUNIER, Maria Lúcia. (...) (Citar os trabalhos corretamente)

<sup>438</sup> AVELLAR, op. cit., p. 224

Ministro, embora nada tenha opinado. Presidente das províncias de São Paulo entre 1857 e 1860 e de Minas Gerais em 1862. Neste mesmo ano foi escolhido para o Senado, falecendo pouco depois em 1869.

Seu colega de ministério foi **Joaquim Antão Fernandes Leão** nascido em Queluz no centro da província em 1809 e que se formou em Direito pela Faculdade de São Paulo, atuou como Promotor Público Ouro Preto e Inspetor da Fazenda na província. Iniciou sua carreira como ‘político’ em 1834 como deputado provincial cargo no qual ficou até 1843. Foi um dos principais líderes do movimento liberal de 1842 e passou por diversas sessões da Assembléia Legislativa Geral de 1845 até 1869. Foi ministro junto com Fernandes Torres da Marinha e da Guerra em 1848 e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1868 durante o gabinete conservador de Joaquim José Rodrigues Torres (ou o visconde de Itaboraí). Segundo Patrícia Falco Genovês tal guinada ao movimento conservador se deu a partir de 1862.<sup>439</sup> Nomeado senador em 1871 veio a falecer em 1887.

**Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos** era irmão de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Nasceu em Ouro Preto em 1812 onde também atuou como Juiz Municipal e de Órfãos Ouro Preto. Foi Juiz de Direito substituto da Comarca do Paraibuna e Juiz de Direito na Comarca do Rio Das Mortes, além de Juiz de Direito da Segunda Vara do Crime de Belém e Chefe de Polícia da Corte do Império. Como político conservador iniciou sua carreira na província na Assembléia de 1840 a 1842, e depois foi eleito para a Assembléia Geral entre os anos de 1843 a 1857. Foi Presidente da província de Minas Gerais por duas vezes, a primeira entre 1853 e 1854 e a segunda entre 1862 e 1863, e também presidiu a província de São Paulo entre 1856 e 1857. Ministro da Justiça entre 1857 e 1858 no gabinete conservador do Marquês de Olinda, ainda na fase da conciliação. Senador neste mesmo ano morre relativamente novo como o irmão em 1863.

Companheiro dentro do partido conservador e que teve trajetória muito semelhante foi **Luiz Antônio Barbosa**. Originário, também de Ouro Preto, nasceu em 1815 e formou-se em Direito por São Paul em 1837, tendo exercido daí os cargos de Juiz Municipal em Sabará; Juiz de Direito na Comarca do Rio das Velhas, Rio das Mortes, Serro, Diamantina, Rio Jequitinhona e Ouro Preto. Foi ainda Chefe de Polícia da província em 1849. Pertenceu a Assembléia Provincial entre 1842 e 1845 na Geral

---

<sup>439</sup> GENOVES, op. cit, p. 231.



entre 1843 e 1844 e novamente em 1850 e 1852. Presidente da Província de Minas Gerais durante esse período (1851 – 1853), foi ainda Presidente do Rio de Janeiro entre 1854 e 1857. No período imediatamente anterior (1853 – 1854) foi ministro da justiça no gabinete da conciliação do Marquês do Paraná quando estabelecida reformas no ensino jurídico e regulamentada a execução da lei territorial de 1850 (1854).<sup>440</sup> Indicado para o Senado em 1859 vem a falecer no mesmo ano.

O último dos ministros nessa fase de Consolidação do II Reinado (1840 – 1870) foi o liberal **Francisco de Paula Silveira Lobo**, que não era originário das Minas Gerais. Nascido na vila de Mamanguape na província da Paraíba em 1826 formou-se em Direito pela Faculdade do Recife, tornando-se Juiz Municipal em Mariana, onde veio a casar-se com a filha do ministro José Joaquim Fernandes Torres. Tornou-se um grande fazendeiro na região de Ponte Nova, na ‘divisa’ do Centro com a Mata mineira, aparentemente se dedicando à cafeicultura. Deputado Geral em diversas legislaturas entre 1857 e 1868, foi ainda Ministro da Marinha entre 1865 e 1866 durante a Guerra do Paraguai no gabinete do Marquês de Olinda, quando assumiu a pasta da Fazenda em 1866. Nomeado para o Senado em 1868, segundo Patrícia Falco Genovês tornou-se republicano a partir de 1870, mesmo assim, foi escolhido para governar a província em 1878.<sup>441</sup>

Da análise desses ministros até aqui empreendida, ficou claro que apesar da importância dos cargos que exerceram, não tiveram a mesma ‘estatura’ dos Ministros que foram também conselheiros de Estado como Antônio Paulino Limpo de Abreu, ou Honório Hermeto Carneiro Leão ou ainda José Pedro Dias de Carvalho que lideraram ministérios em pastas e momentos ‘chaves’ da política imperial. Reforçando algo que já foi sugerido anteriormente, existia um ‘núcleo duro’ dentro dos principais líderes políticos mineiros e uma hierarquia onde ‘gravitavam’ os políticos em torno de posições de importância variável.

Apesar de muitos destes ministros trabalhados terem sido também senadores, deputados e presidentes de província, conforme visto notamos duas ausências significativas, o pertencimento ao Conselho de Estado e ainda a nobilitação, poucos para não dizer nenhum dos cinco citados conseguiram algum título de nobreza.

A fase final do Império (de 1870 a 1889) foi marcada pela presença de seis ministros que não pertenceram ao Conselho de Estado, serão eles: João Evangelista

---

<sup>440</sup> AVELLAR, op. cit., p. 228.

<sup>441</sup> GENOVÊS, op. cit, p. 404.

Negreiros Saião Lobato; José Rodrigues de Lima Duarte; Carlos Afonso de Assis Figueiredo; Cândido Luís Maria de Oliveira; Afonso Augusto Moreira Pena e João da Mata Machado.

**João Evangelista Negreiro Saião Lobato**, nascido na vila do Serro no Norte da Província em 1817, teve uma carreira diferenciada em relação aos demais políticos aqui tratados, pois foi eminentemente dentro dos quadros da magistratura que atuou. Tendo se formado em direito pela Faculdade de São Paulo, foi Juiz Municipal em São Paulo, Juiz de Direito no Rio Grande do Sul e ainda chefe de Polícia na mesma província, chegando a Desembargador da Relação do Rio de Janeiro, Procurador da Coroa e Soberania Nacional, deputado do Tribunal do Comércio da Corte e foi ainda Presidente do Supremo Tribunal de Justiça entre 1886 até 1891. Sua trajetória política foi principalmente como presidente de províncias, presidindo a província de São Paulo e de 1850 a 1852, de 1853 a 1856 e de 1869 a 1872 a província do Rio Grande do Sul em algumas das presidências mais ‘longas’ de todo o Império.<sup>442</sup> Recebeu o título de Visconde com grandeza de Sabará em 1888, já ao final do Império e aparentemente como coroamento pela sua dedicação à carreira jurídica. É importante destacar que seu pai, João Evangelista de Faria Lobato fora senador, assim como seu irmão Francisco de Paula Negreiros de Saião Lobato.

**José Rodrigues de Lima Duarte** era originário de Barbacena, tendo nascido em 1826 e se graduado como médico no Rio de Janeiro de 1849. Não se tem certeza, porém participou da Câmara Municipal de Barbacena e também da Assembléia Legislativa Provincial a partir de 1854. Foi ainda deputado geral nos períodos de 1859 a 1868 e 1877 a 1884, e ministro da Marinha entre 1880 a 1882 no Gabinete Liberal de João Antônio Saraiva. Recebeu o título de Visconde com Grandeza de Lima Duarte em 1889. Na República assumiu a Superintendência Geral de Imigração de Minas Gerais em 1892 que tinha na Hospedaria Horta Barbosa em Juiz de Fora a principal ‘porta’ de entrada dos imigrantes europeus. Como visto no capítulo I, Lima Duarte era inicialmente muito ligado à vila de Barbacena tendo inclusive se oposto à transferência da Sede da Comarca do Paraibuna para Juiz de Fora em 1855. Quando do crescimento intenso da cafeicultura da Mata, cada vez mais ele irá se associar à região.

---

<sup>442</sup> Francisco Iglesias aponta para 07 meses a média que os presidentes de província permaneciam no cargo, bastante inferior, portanto aos três e quatro anos que chefiou a província do Rio Grande do Sul por exemplo, cf. IGLESIAS, op. cit. p.

Patrícia Falco chamou atenção para de suas relações familiares que acabavam “*religando o centro da província às importantes e endinheiradas famílias da Zona da Mata*”.<sup>443</sup> Tal fato se deveu ao casamento de um grande cafeicultor de Juiz de Fora, João Nogueira Penido com a filha do Visconde. De qualquer maneira, as aproximações entre a região central, particularmente a região denominada ‘Campos das Vertentes’ com a expansão da cafeicultura na Mata mineira já tem sido notada conforme visto em capítulo anterior.

Outro ministro de ‘pouca’ expressão política foi **Carlos Afonso de Assis Figueiredo**, que era irmão do Visconde de Ouro Preto. Originário como visto da região central, nascido em 1845. Formado em Direito por São Paulo, tendo sido sucessivas vezes deputado provincial de 1840 até 1882, foi ainda deputado geral entre 1878 e 1885, ministro da Guerra entre 1882 e 1883, foi o último presidente da província do Rio de Janeiro, tendo sido banido junto com seu irmão e a família imperial em 1889. Também de pouca expressão foi **João da Mata Machado**, originário de Diamantina no Norte da província, nascido em 1850 e que se formou em Medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, deputado provincial entre 1870 e 1880, foi geral entre 1882 a 1884 e 1886 a 1889, assumiu o Ministério dos Assuntos Estrangeiros em 1884.

Outro ministro ‘mineiro’ que, diferentemente dos anteriores, se destacou no cenário político nacional foi **Cândido Luís Maria de Oliveira**. Nascido em Ouro Preto em 1845, formou-se em Direito São Paulo, e exerceu as funções de Promotor Público em Minas, Procurador Fiscal da Tesouraria da Fazenda, Juiz municipal de Curvelo e na República. Foi ainda Professor e Diretor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro entre 1900 a 1919. Sua carreira política começou na Câmara Municipal de Ouro Preto em 1867, daí passou para a Assembléia de Minas entre 1869 até 1878 quando foi eleito para Assembléia Geral do Rio de Janeiro entre 1878 até 1885. Tendo sido ministro da Guerra em 1884, foi nomeado para o Senado em 1887 e teve grande importância política nos últimos anos do Império como ministro da Fazenda e da Justiça em 1889 sendo um dos autores da lei do ‘13 de maio’, o que desagradou profundamente a maioria dos cafeicultores da região centro-sul do país e, particularmente da Mata mineira.<sup>444</sup>

---

<sup>443</sup> GENOVÊS, op. cit. p. 385

<sup>444</sup> Sobre os ressentimentos da Abolição para os cafeicultores em geral cf. CONRAD, Robert. Os últimos anos da Escravidão no Brasil. Para a Zona da Mata mineira cf. SARAIVA, Luiz Fernando, op. cit. capítulo III

O último ministro ‘mineiro’ do Império foi **Afonso Augusto Moreira Pena**, o único entre todos esses políticos até aqui trabalhados por Minas Gerais, que teve uma destacada atuação política no período posterior ao Império. Nascido em 1847 na cidade de Santa Bárbara na região Central, formou-se em Direito em São Paulo em 1870. Eleito deputado para a Assembléia Geral em 1874, foi Ministro da Guerra em 1882, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas entre 1883 e 1884 e da Justiça em 1885. De postura liberal, aderiu à República, tendo se tornado governador do Estado de Minas Gerais para o período de 1892 a 1894 quando foi decidida a nova capital do Estado, além de ter sido um dos fundadores da Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1892. Foi ainda eleito Senador por Minas Gerais no ano de 1898.

#### 4.4 O Senado

O *Senado do Império* era outra instância que tinha uma grande importância para a política nacional e para a própria reprodução do ‘status’ e da ordem imperial. Diversos autores já chamaram atenção para a importância do cargo que “*representava o coroamento de carreira brilhante. Para galgá-lo necessário certa experiência política, certa maturidade nas manhas dos partidos, nas dificuldades de administração e governo*”.<sup>445</sup> A respeito do cargo, Machado de Assis, responsável pela cobertura das sessões no Diário do Rio de Janeiro, numa crônica de novembro de 1861, ironizava: “*É tão bom ter uma cadeira no Senado! A gente faz o seu testamento, e ocupa o resto do tempo em precauções higiênicas, a bem de dilatar a vida e gozar por mais tempo das honrarias inerentes ao posto de príncipe do Império*”.<sup>446</sup>

Dos 233 senadores do Império,<sup>447</sup> 44 o foram pela província de Minas Gerais (ou 18,88% do total). Minas foi de longe àquela com o maior número de Senadores, definidos pela lei eleitoral de 1826 como ficará mais claro no próximo capítulo. Como o cargo era vitalício, uma nova vaga somente surgia quando morria um senador, e a escolha dos senadores não se dava por regiões dentro das províncias, mas pelas eleições de listas tríplexes das quais posteriormente o Imperador escolhia um nome auxiliado “às

<sup>445</sup> Pandiá Calogeras. *apud* TAPAJÓS, op. cit., p.151.

<sup>446</sup> FRANCO, Bernardo Mello. A casa do compadrio. **História. Jornal O Globo**, sábado, 8 de setembro, p. 30.

<sup>447</sup> Taunay aponta para o número de 235 senadores, Vicente de Tapajós indica 234, em nossa conta, excluindo o Senador Carlos Peixoto de Melo que chegou a ser nomeado, não tomando posse, encontramos o número de 233.

vezes” pelo Conselho de Estado e pelos Ministérios. Essas escolhas podem ser bastante relevantes como indicações do ‘rateio’ do poder realizado por D. Pedro II e da expressão dos grupos ‘locais’.

Conforme discutido antes, entre os 44 senadores por Minas Gerais encontramos dois que não podem ser identificados com a província, da mesma forma, tivemos quatro ‘mineiros’ que foram nomeados por outras províncias, apesar de manterem laços com suas origens.<sup>448</sup> Desta forma encontramos 48 Senadores com ‘vinculação’ à Minas Gerais, se acrescentarmos Carlos Peixoto de Melo que foi nomeado em 1889 mas não chegou a assumir teremos um total de 49 senadores. No **Quadro VI** vemos esta listagem completa

Dos 49 senadores ‘mineiros’ ou ‘por Minas’ vemos que a maioria absoluta era ainda da região central, 33 ou 67,34% dos senadores; da região Sul tivemos seis senadores, ou 12,24%; cinco foram originários do Norte da Província ou 10,20% e três vieram da Mata mineira ou 6,12%. Quanto à distribuição pela filiação ideológica, tivemos um relativo equilíbrio na escolha dos Senadores ‘mineiros’, particularmente para o II Reinado, e não encontramos uma grande diferença entre os ‘liberais’ e os ‘conservadores’. Conforme pode ser visto no **Gráfico III**, na década de 1840 D. Pedro II nomeou quatro senadores, dois por cada partido; já na década de 1850 foram escolhidos cinco, dois liberais e três conservadores, tal tendência se inverteu na década seguinte, a de 1860 com a escolha de três liberais e dois conservadores. Nas duas últimas décadas do Império houve uma nítida tendência ‘conservadora’, pois foram escolhidos quatro desse partido contra dois liberais em 1870 e cinco conservadores para quatro liberais na década de 1880.

---

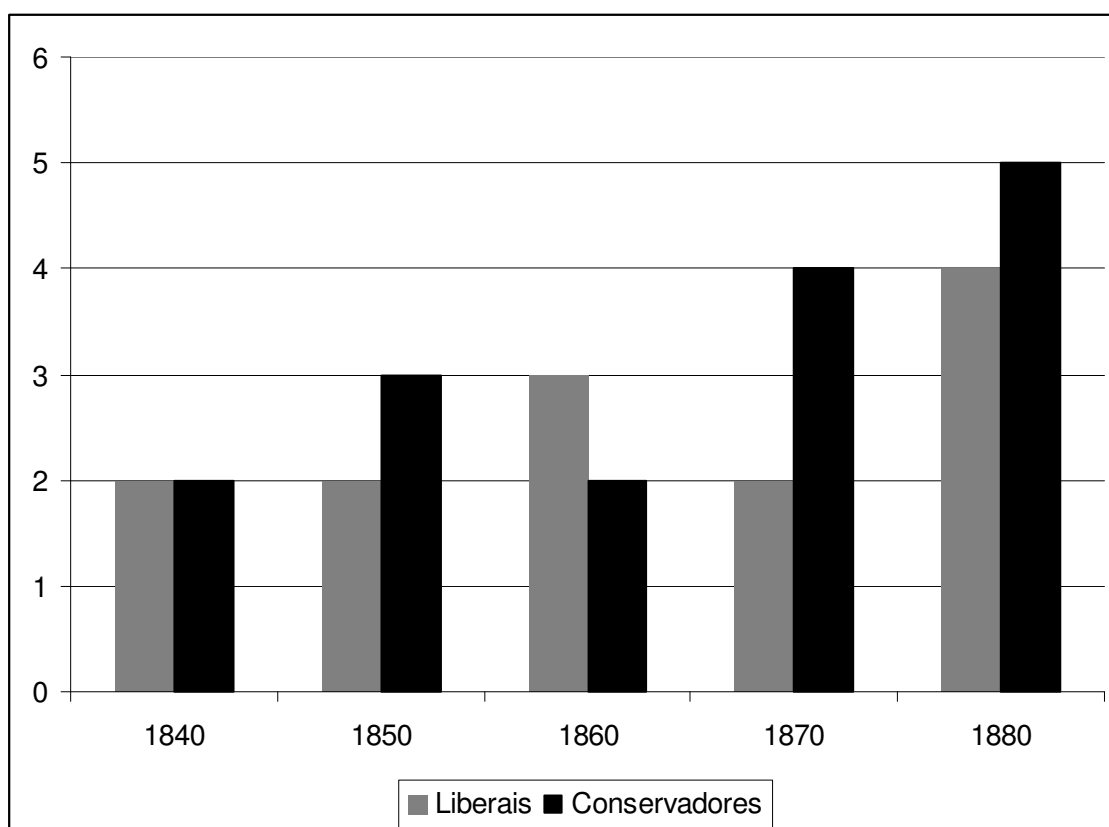
<sup>448</sup> O Senador Vergueiro e Sebastião Luiz Tinoco da Silva foram nomeados por Minas apesar de pouca ligações com a Província. João Severiano Maciel da Costa e Bento Barroso Pereira ambos nomeados por Pernambuco em 1826, Lúcio Soares Teixeira de Gouveia nomeado pelo Rio de Janeiro em 1834 e José Cesário de Miranda Ribeiro nomeado por São Paulo em 1844.

Quadro III: Senadores por Minas Gerais

Nome	N / M	Senado	Posição Política	Período de Atuação	Regiões e Cidades em que atuou	Região
João Evangelista de Faria Lobato	- 1846	1826	<b>Caramuru</b>		Serro	Norte
<b>Estevão Ribeiro de Resende</b>	<b>1777 – 1856</b>	<b>1826</b>	<b>Caramuru</b>	<b>1823 – 1856</b>	<b>Prados</b>	<b>Central</b>
Antônio Gonçalves Gomide	1770 – 1835	1826	-	1823 – 1835	Vila Rica (Ouro Preto)	Central
Jacinto Furtado de Mendonça	- 1834	<b>1826</b>		<b>1821 – 1834</b>	<b>Via Rica (Ouro Preto)</b>	<b>Central</b>
<b>João Gomes da Silveira Mendonça</b>	<b>1781 – 1827</b>	<b>1826</b>	<b>Caramuru</b>	<b>1823 – 1827</b>	<b>São Miguel</b>	<b>Central</b>
<b>João Severiano Maciel da Costa</b>	<b>1769 – 1833</b>	<b>1826 PB</b>		<b>1822 – 1833</b>	<b>Queluz (Conelheiro Lafaiete)</b>	<b>Central</b>
José Teixeira da Fonseca e Vasconcellos	1767 – 1838	1826	<b>Caramuru</b>	1822 – 1838	Sabarará	Central
<b>Manuel Jacinto Nogueira da Gama</b>	<b>1765 – 1847</b>	<b>1826</b>	<b>Caramuru</b>	<b>1823 – 1847</b>	<b>Vassouras Valença</b>	<b>Central</b>
Marcos Antônio Monteiro de Barros	- 1852	1826	<b>Caramuru</b>	1828 – 1841	Sabarará	Central
<b>Sebastião Luís Tinoco da Silva</b>	<b>1758 – 1839</b>	<b>1826</b>	<b>Caramuru</b>	<b>1822 – 1839</b>	<b>Vianna Portugal</b>	<b>Não</b>
<b>Bento Barroso Pereira</b>	<b>1785 – 1837</b>	<b>1826 PE</b>	<b>Caramuru</b>	<b>1824 – 1837</b>	<b>Arraial do Tejuco (Diamantina)</b>	<b>Norte</b>
<b>Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá</b>	<b>1768 – 1835</b>	<b>1826</b>	<b>Caramuru</b>	<b>1826 – 1835</b>	<b>Serro Frio Bahia</b>	<b>Norte</b>
<b>Nicolau Pereira de Campos Vergueiro</b>	<b>1778 – 1859</b>	<b>1828</b>	<b>Caramuru</b>	<b>1831 – 1859</b>	<b>Vale da Porca – Lisboa</b>	<b>Não</b>
José Bento Leite Ferreira de Melo	- 1844	1834	Liberal "Progressista"		Pouso Alegre Campanha	Sul
José Custódio Dias	- 1838	1835	Liberal "Progressista"	1823 – 1838	Pouso Alegre	Sul
Manoel Inácio de Mello e Souza	1771 – 1859	1836	Liberal Conservador	1826 – 1859	Val – Portugal São João Del Rei	Central
<b>Lúcio Soares Teixeira de Gouveia</b>	<b>1792 – 1838</b>	<b>1837 RJ</b>		<b>1822 – 1838</b>	<b>Mariana</b>	<b>Central</b>
Antônio Augusto Monteiro de Barros	1790 – 1841	1838		1822 – 1828	Sabarará Ouro Preto	Central
<b>Bernardo Pereira de Vasconcelos</b>	<b>1795 – 1850</b>	<b>1838</b>	<b>Liberal Conservador</b>	<b>1821 – 1850</b>	<b>Ouro Preto</b>	<b>Central</b>
<b>Cândido José de Araújo Viana</b>	<b>1793 – 1875</b>	<b>1839</b>	<b>Conservador</b>	<b>1832 – 1875</b>	<b>Ouro Preto Corte</b>	<b>Central</b>
<b>Honório Hermeto Carneiro Leão</b>	<b>1801 – 1856</b>	<b>1842</b>	<b>Conservador</b>	<b>1832 – 1856</b>	<b>Jacuí Ouro Preto Corte</b>	<b>Central Sul</b>
Manoel Inácio de Andrade Soto Maior Pinto Coelho	1782 – 1867	1844	Liberal	1819 – 1867	Rio de Janeiro	Não
<b>José Cesário de Miranda Ribeiro</b>	<b>1792 – 1856</b>	<b>1844 SP</b>	<b>Conservador</b>	<b>1821 – 1856</b>	<b>Juiz de Fora Ouro Preto</b>	<b>Central Mata</b>
<b>Antônio Paulino Limpo de Abreu</b>	<b>1798 – 1883</b>	<b>1847</b>	<b>Liberal</b>	<b>1822 – 1883</b>	<b>Lisboa São João Del Rei</b>	<b>Central</b>
Gabriel Mendes dos Santos	- 1873	1851	Liberal	1831 – 1857	São João de Rei	Central
<b>José Ildefonso de Sousa Ramos</b>	<b>1812 – 1883</b>	<b>1853</b>	<b>Conservador</b>	<b>1843 – 1883</b>	<b>Baependi Paraíba do Sul</b>	<b>Sul</b>

<b>Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos</b>	<b>1812 – 1863</b>	<b>1858</b>	<b>Conservador</b>	<b>1840 – 1863</b>	<b>Ouro Preto</b>	<b>Central</b>
<b>José Pedro Dias de Carvalho</b>	<b>1808 – 1881</b>	<b>1858</b>	<b>Liberal</b>	<b>1831 – 1881</b>	<b>Mariana</b>	<b>Central</b>
<b>Luiz Antônio Barbosa</b>	<b>1815 – 1859</b>	<b>1859</b>	<b>Conservador</b>	<b>1842 – 1859</b>	<b>Ouro Preto</b>	<b>Central</b>
Manuel Teixeira de Souza	1811 – 1878	1860	Conservador	1840 – 1878	Ouro Preto	Central
<b>José Joaquim Fernandes Torres</b>	<b>1797 – 1869</b>	<b>1862</b>	<b>Liberal</b>	<b>1835 – 1869</b>	<b>Mariana Rio Doce</b>	<b>Central</b>
Teófilo Benedito Otoni	1807 – 1869	1864	Liberal (republicano)	1838 – 1869	Serro	Norte
Firmino Rodrigues da Silva	1816 – 1879	1868	Conservador	1844 – 1879	Niterói Ouro Preto	Central
<b>Francisco de Paula Silveira Lobo</b>	<b>1826 – 1886</b>	<b>1868</b>	<b>Liberal (republicano)</b>	<b>1857 – 1886</b>	<b>Mamanguape (PB) Mariana Ponte Nova</b>	<b>Central Mata</b>
<b>Joaquim Delfino Ribeiro da Luz</b>	<b>1824 – 1903</b>	<b>1870</b>	<b>Conservador</b>	<b>1850 – 1889</b>	<b>Cristina</b>	<b>Sul</b>
<b>Joaquim Antão Fernandes Leão</b>	<b>1809 – 1887</b>	<b>1871</b>	<b>Liberal 1848 – conservador</b>	<b>1845 – 1887</b>	<b>Queluz (Conselheiro Lafaiete)</b>	<b>Central</b>
Antonio Cândido da Cruz Machado	1820 – 1905	1874	Conservador	1850 – 1889	Serro Frio	Norte
Luiz Carlos da Fonseca	- 1887	1875	Conservador	1843 – 1887	Cristina Baependi	Sul
<b>Afonso Celso de Assis Figueiredo</b>	<b>1836 – 1912</b>	<b>1879</b>	<b>Liberal</b>	<b>1860 – 1889</b>	<b>Rio de Janeiro Ouro Preto</b>	<b>Central</b>
<b>Lafaiete Rodrigues Pereira</b>	<b>1834 – 1917</b>	<b>1879</b>	<b>Liberal</b>	<b>1864 – 1889</b>	<b>Queluz</b>	<b>Central</b>
<b>Martinho Álvares da Silva Campos</b>	<b>1816 – 1887</b>	<b>1882</b>	<b>Liberal</b>	<b>1857 – 1887</b>	<b>Pitangui</b>	<b>Central</b>
Inácio Antonio de Assis Martins	1839 – 1903	1884	Liberal	1867 – 1889	Rio das Velhas	Central
<b>José Rodrigues de Lima Duarte</b>	<b>1826 – 1896</b>	<b>1884</b>	<b>Liberal</b>	<b>1854 – 1892</b>	<b>Barbacena</b>	<b>Central Mata</b>
<b>Cândido Luís Maria de Oliveira</b>	<b>1845 – 1918</b>	<b>1887</b>	<b>Liberal</b>	<b>1865 – 1889</b>	<b>Ouro Preto</b>	<b>Central</b>
Evaristo Ferreira da Veiga	1832 – 1888	1887	Conservador	1861 – 1888	Campanha	Sul
Manoel José Veloso Soares	1829 – 1883	1888	Conservador	1880 – 1889	Ouro Preto	Central
José de Rezende Monteiro	1810 – 1888	1888	Conservador	1882 – 1888	Leopoldina	Mata
José Joaquim Monteiro da Silva	1827 – 1897	1888	Conservador	1888	Juiz de Fora	Mata
Carlos Peixoto de Melo	- 1919	1889	Conservador	1860 – 1919	Ubá	Mata

Fonte: Anexo II

**Gráfico III: Composição do Senado no II Reinado por Filiação Ideológica**

Fonte: Cf. quadro III

Da análise sumária das trajetórias dos demais senadores que **não** pertenceram ao Conselho de Estado ou a algum Ministério do Império verificamos a mesma tendência esboçada anteriormente. A forte ligação ao ‘Centro’ das Minas Gerais, relações mais ‘frágeis’ com o Sul e o Norte e ligações dadas por laços de parentesco ou amizades políticas com a Mata.

Desde a independência e durante o I Reinado, D. Pedro I irá tentar recompor a sua base de aliados, fragilizada com os conflitos da Independência e posteriormente com o ‘fechamento’ da Assembléia Nacional Constituinte e a Repressão à Confederação do Equador, umas das províncias onde ele irá buscar apoio desde sempre será Minas Gerais conforme visto no capítulo I. Desta forma, em 1826 D. Pedro I nomeou 10 Senadores por Minas Gerais, entre eles podemos destacar **João Evangelista Faria Lobato**, nascido na cidade do Serro (Norte de Minas) magistrado formado em Coimbra e que foi nomeado em 1826 vindo a falecer em 1846.<sup>449</sup> **Jacinto Furtado de Mendonça** da região central, agricultor e Capitão-mor de Vila Rica, eleito também para as “*Côrtes*

<sup>449</sup> Referência na RAPM, vol 10, 1905 jan/jun Nelson Coelho de Senna, p. 172



*Geraes, Extraordinárias, e Constituintes da Nação Portuguesa*” em 19 de setembro de 1821, foi nomeado senador neste mesmo ano tendo falecido em 1834.<sup>450</sup> O Eclesiástico **Marcos Antônio Monteiro de Barros**, originário de Sabará ainda da ‘leva’ de 1826, falecido em 1852, era formado em Direito Canônico por Coimbra.<sup>451</sup> Outro do centro e da mesma época foi **Antônio Gonçalves Gomide**, nascido em 1770 em São João Del Rei, médico formado por Edimburgo, atuou no Rio de Janeiro e em um conhecido caso de ‘fanatismo’ religioso ocorrido na região de Caeté em 1812, faleceu em 1835.<sup>452</sup> O último dos Senadores nomeados no início da Assembléia Geral foi o já citado no capítulo I **José Teixeira da Fonseca e Vasconcellos**, por ter tomado parte como vice-presidente da 1ª junta governativa de Minas Gerais ainda em 1822. Natural de Sabará (região Central), nasceu no ano de 1767 e graduou-se em Direito em Coimbra. Era fazendeiro na região Central e foi ainda Intendente do Ouro, Juiz de Fora e Ouvidor de Sabará e Desembargador. Pela ‘adesão’ ao Imperador na ocasião, foi nomeado presidente da Província para o período de 1824 a 1826 quando foi escolhido para o Senado, morreu em 1838.

Durante a regência foi nomeado para o Senado em 1834, **José Bento Leite Ferreira de Melo**. Eclesiástico e fazendeiro da região de Campanha e Pouso Alegre (Sul), tendo tomado parte da 1ª junta governativa da província, foi eleito para a assembleia geral em 1826. Teve grande importância no episódio que ficou conhecido como “*Constituição de Pouso Alegre*”, que foi uma tentativa de estabelecimento de uma nova Constituição em 1832, e que foi articulada por ele e pelo também padre José Custódio Dias (cf mais à frente) e por outros políticos “*progressistas*”. A proposta era de uma nova Constituição em substituição à outorgada em 1824, neste projeto que constava de 171 artigos estabelecia-se uma Monarquia Federativa; extinguiu-se o

---

<sup>450</sup> NETO, Casimiro. **A Construção da Democracia: Síntese Histórica dos Grandes Momentos da Câmara dos Deputados, das Assembleias Nacionais Constituintes e do Congresso Nacional – 180 Anos (1823 – 2003), de Representação Parlamentar – 182 Anos (1821 – 2003), e de 15 Anos da Promulgação da Constituição Federal de 1988**. Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 2003, p. 69

<sup>451</sup> Seus pais: Manuel José Monteiro de Barros e Margarida Eufrásia Negreiros da C. Matos da região Mineradora. RAPM vol. 01, 1896 Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ouro Preto Parte inedita da monographia do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos sobre a Capitania de Minas - Geraes, escripta no primeiro decenio do presente século, p. 450

<sup>452</sup> “*Impugnação Analítica ao exame feito pelos clínicos Antônio Pedro de Souza e Manoel Quintão da Silva, em uma rapariga que julgaram santa, na Capela de Nossa Senhora da Piedade da Serra*”. In: Um opúsculo precioso. RAPM, op. cit. pp 759 – 781, cf. também a passagem “O primeiro psiquiatra brasileiro foi, provavelmente, Antônio Gonçalves Gomide (1770-1835), um mineiro nascido na cidade de Piranga e que estudou no Seminário Diocesano de Mariana, diplomando-se em medicina pela Universidade de Edimburgo na Escócia”. Moretzsohn J. A. **História da psiquiatria mineira**. Belo Horizonte: Coopmed Editora; 1989. e ainda MOTT, Luís

Conselho de Estado e o Poder Moderador e os títulos de nobreza e ainda seriam criadas as Assembléias Legislativas Provinciais.<sup>453</sup>

Honório Hermeto Carneiro Leão, na época com 31 anos de idade, teve um ‘papel-chave’ para barrar esse movimento, dando início a sua trajetória política nacional e contribuindo para o “*regresso*”. Em 1834 José Bento candidatou-se ao Senado, concorrendo com Bernardo Pereira de Vasconcelos e Manuel Inácio de Melo e Souza. Acerca de sua eleição lemos na ata do Conselho de Estado que:

*(...) O Excelentíssimo Ministro do Império leu na mesma ocasião a proposta feita em Lista Tríplice para Senador pela Província de Minas, que estava vago por falecimento do Doutor Jacinto Furtado de Mendonça, e disse que José Bento Ferreira de Melo tivera 690 votos; – o Desembargador Manuel Inácio de Melo e Souza; – 587 votos e – o Desembargador Bernardo Pereira de Vasconcelos 573. Os Conselheiros de Estado Marques de Paranaguá e Baependi foram de opinião que fosse escolhido para Senador o que estava proposto com mais votos. Todos os outros Conselheiros votaram em favor do Desembargador Bernardo Pereira de Vasconcelos.*<sup>454</sup>

Apesar das divergências a escolha acabou recaindo sobre José Bento Ferreira de Melo que veio a falecer em 1844. O ‘companheiro’ do Padre José Bento na “*Constituição de Pouso Alegre*” foi **José Custódio Dias**, originário da vila de Pouso Alegre no Sul da Província e em torno do qual o ‘movimento’ tinha sido criado.<sup>455</sup> José Custódio foi eleito deputado para as Cortes ainda em 1821, depois foi deputado geral em 1823, 1826, 1830 e 1834. Além da tentativa de implementar uma nova Constituição, teve participação ativa no Ato Adicional de 1834. Indicado e escolhido para o Senado em 1835, veio a falecer logo depois em 1838.

Outro deputado escolhido ainda na Regência foi **Manoel Inácio de Melo e Souza**, ou o Barão de Pontal, que já havia concorrido ao Senado com José Bento em 1834. Nascido em Portugal em 1771, se formou em Direito por Coimbra tendo chegado ao Brasil por volta de 1806, eleito vereador em 1808, foi nomeado Juiz de Fora em

<sup>453</sup> MACIEL, Adhemar Ferreira. *Observações sobre o constitucionalismo brasileiro antes do advento da república*. In: **Revista de Informação Legislativa**. Brasília: a. 39 n. 156 out./dez. 2002, p. 20.

<sup>454</sup> ACE 1822 – 1834. 127ª Sessão

<sup>455</sup> MACIEL, op. cit, pp. 20 e 21.

Goiás, Ouvidor-mor em São João Del Rei, foi ainda da 1ª junta do governo provisório em Minas Gerais, presidente de província em 1831, deputado provincial e geral, antes de ser escolhido Senador em 1836. Irene Nogueira Resende trabalhou toda a trajetória de Manoel Inácio, e destacou que o Barão do Pontal tornou-se, além de homem de negócios e político, importante fazendeiro na Mata mineira, dono de três fazendas na região. Entretanto, um ponto importante a se destacar é que a autora ‘revela’ que Manoel Inácio praticamente não administrou as suas propriedades na Mata, permanecendo mais tempo na capital mineira ou ainda em Mariana onde possuía residência ou então na corte.<sup>456</sup>

Outro que foi nomeado ainda na Regência foi **Antônio Augusto Monteiro de Barros**. Nascido em Vila Rica em 1790, graduou-se em Direito por Coimbra, e foi Ouvidor da Câmara Municipal de Sabará, Juiz em Ouro Preto. Deputado geral na legislatura de 1826, foi nomeado para o Senado em 1838, tendo falecido pouco depois em 1841.<sup>457</sup>

Para o II Reinado tivemos a nomeação quase simultânea de vários políticos para o Senado e o Conselho de Estado como foi apontado para Honório Hermeto, José Cesário e Limpo de Abreu. Já **Manoel Inácio de Andrade Soto Maior Pinto Coelho**, ou o Barão e posteriormente Marquês de Intanhaem, foi nomeado em 1844 e se tornou o único ‘caso’ de senador durante o II Reinado que não esteve ‘fortemente’ ligado à Minas Gerais, mas que mesmo assim foi nomeado Senador pela província. Originário da fazenda de Marapicu, da vila de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, provavelmente foi feito Senador pela proximidade pessoal ou então pertencimento aos círculos “*áulicos*” já Manoel Inácio de Andrade tinha sido nomeado barão ainda por D. João VI em 1819 participado da coroação de D. Pedro I como “*alferes-mor*” e substituído José Bonifácio de Andrada como tutor do futuro D. Pedro II em 1834.

Nomeado ainda nessa fase inicial de consolidação do II Reinado foi **Gabriel Mendes dos Santos**, originário de São João Del Rei, formado em Direito por Coimbra

---

<sup>456</sup> RESENDE, Irene Nogueira de. **Negócios e Participação Política: Fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821 – 1841)**. Tese de Doutorado, São Paulo: PPGHS / USP, 2008, pp. 104 – 132.

<sup>457</sup> A informação de que Antônio Augusto Monteiro de Barros teria sido ouvidor em Sabará vem do seguinte documento “Ill.mo e Ex.mo Sor – Acompanha este duas cópias das – Notícias dos acontecimentos, que tiveram lugar nesta F. V.a do Sabará desde o ano de 1821 que me foram remetidas pela Câmara desta V.a, e que exigi p.a cumprir o que V. Exa. Me ordena em Portaria de 4 de março do Corrente. Deus guarde a V. Exa. M.s a.s. Sabará 31 de agosto de 1825. Ill.mo e Ex.mo S.or Presidente José Teixeira da Fonseca Vasconcellos – O Ouvidor, Antônio Augusto Monteiro de Barros” Memórias municipais III - Câmara de Sabará In: RAPM Vol. 1, 1896 Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ouro Preto, p. 267.

foi Intendente dos Diamantes, Juiz de Fora na cidade de Santos em São Paulo e Ouvidor e Juiz de Direito na Comarca de São João Del Rei. Deputado geral a partir de 1831 até ser escolhido Senador em 1851, participou ainda da resistência ao movimento ocorrido em Ouro Preto em 1833.

Na década de 1860 o Imperador nomeou cinco senadores. Um destes foi **Manoel Teixeira de Souza** nascido em Ouro Preto em 1811 e que foi o 2º Barão de Camargos, era ‘proprietário’ e foi Inspetor da Tesouraria Geral da Província, além de secretário da Presidência da mesma em 1848, foi ainda diretor da Agência do Banco do Brasil em Ouro Preto. Participou da Assembléia Provincial em 1840 e 1848 e da geral em 1849 e 1856, do Partido Conservador foi nomeado Senador em 1860, conseguiu seu título em 1871, falecendo em 1878.

Francisco de Paula Ferreira Resende em seu livro **Minhas Recordações** conta que tendo sido nomeado juiz municipal e de órfãos em Queluz em 1857, precisou contar com a ‘boa vontade’ de Manuel Teixeira para dar posse no cargo de Juiz. Como à época Manuel Teixeira era vice-presidente e queria concorrer para a votação no Senado, ou nas palavras de Ferreira Resende: *“Até então ou até ser escolhido senador, o Comendador Manuel Teixeira havia se tornado notável em toda a província pela prontidão e pela mais completa boa vontade com que a todos servia”*.<sup>458</sup> Dessa forma Francisco de Paula, foi rapidamente nomeado e ainda conseguiu acumular o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos com o de delegado de polícia.

O já citado **Teófilo Benedito Otoni** somente foi escolhido Senador na sua quinta tentativa em 1864, antes perdeu na indicação de D. Pedro II para José Pedro Dias de Carvalho em 1858; Luiz Antônio Barbosa em 1859; Manuel Teixeira de Souza em 1860 e José Joaquim Fernandes Torres em 1862 e também para o Visconde de Rio Branco nesse mesmo ano como relatado, apesar das votações expressivas que sempre conseguiu.

Em 1868 D. Pedro II escolheu como Senador **Firmino Rodrigues da Silva**. Advogado formado por São Paulo foi ‘homem de letras’ tendo elaborado vários folhetins, foi membro do IHGB, além de Juiz de Direito em Ouro Preto, Chefe de Polícia em Minas e Desembargador da Relação. Começou sua carreira como vereador em Ouro Preto em 1844 e foi deputado provincial entre 1850 e 1856, de tendência conservadora, faleceu em 1879.

---

<sup>458</sup> RESENDE, Francisco de Paula Ribeiro de. **Minhas Recordações**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 337

Na década de 1870 D. Pedro II nomeou seis senadores dos quais faltam comentar dois. O conservador e advogado **Antonio Cândido da Cruz Machado** que recebeu o título de Visconde com Grandeza de Serro Frio em 1888. Originário da região Norte, nasceu na vila do Serro em 1820, aonde chegou a ser promotor. De tendência conservadora, opôs-se à Revolta de 1842, e foi ainda deputado geral de 1850 a 1852, 1857 a 1860, 1861 a 1864, 1869 a 1872 e 1872 a 1875 nessas ocasiões presidiu ainda as províncias de Goiás (1854), Maranhão (1855) e da Bahia (1873). Foi nomeado Senador em 1874, e faleceu em 1905. Patrícia Falco Genovês o coloca como um dos políticos que teria proposto à criação da ‘Província do Sul de Minas’ em 1854, entretanto, nesse momento ele não exercia o cargo de deputado provincial.<sup>459</sup>

Outro conservador nomeado foi **Luiz Carlos da Fonseca**. Originário do Sul de Minas, da região de Cristina, formado em Medicina pelo Rio de Janeiro foi deputado na assembléia geral em várias legislaturas de 1843 até 1874, escolhido senador em 1875, faleceu em 1887.

Dos 09 Senadores nomeados na década de 1880 e que ainda não fizemos menção, o primeiro foi **Inácio Antonio de Assis Martins**, o Visconde de Assis Martins Político liberal, nasceu em 1839 no Rio das Velhas, na região Central, e formado em direito por São Paulo em 1868. Foi Juiz Municipal e de Órfãos nessa região, deputado provincial em 1867 e geral nas sessões de 1872, 1878 e 1882, quando foi escolhido para o Senado (1884). Sócio do IHGB e diversas outras instituições de caráter científico, seu título lhe foi dado em 1889, vindo a falecer em 1903.

O jornalista **Evaristo Ferreira da Veiga** era originário de Campanha no sul da província nasceu em 1832 e formou-se em Direito por São Paulo. Foi Juiz Municipal em Jaguari nesta mesma região. Ligado aos conservadores foi deputado geral em 1861, 1864 e 1869 sendo que foi ainda presidente da província de Sergipe. Escolhido senador em 1887 falecendo no ano seguinte, foi um dos importantes líderes separatistas da região Sul conforme visto no capítulo I

Por fim temos **Manoel José Veloso Soares**, que foi um importante comerciante, ‘capitalista’ e banqueiro. Originário de Ouro Preto, nasceu em 1829. Foi deputado geral em 1882, 1885 e 1886, nomeado Senador em 1888.

Pela sumária descrição acima, ficou bastante claro a continuidade da predominância dos políticos da Região Central, do Sul e do Norte de Minas mesmo

---

<sup>459</sup> GENOVÊS, op. cit, p. 237

entre os Senadores do Império que não foram Conselheiros de Estado ou Ministros. A grande ‘novidade’ foi que a Mata mineira ‘apareceu’ com dois senadores efetivos e um nomeado, mesmo que nos últimos anos do Império. O primeiro foi **José de Resende Monteiro**, o Barão de Leopoldina, nascido em 1810, foi grande cafeicultor na Mata mineira. Formado em direito pela Faculdade do Recife, somente com 62 anos de idade ‘iniciou’ sua carreira política como deputado geral em 1882 até que foi nomeado em Senador em 1887, não chegando a participar de nenhuma sessão do senado, pois passou mal no início da primeira, sendo retirado e vindo a falecer pouco depois.<sup>460</sup> O segundo senador foi **José Joaquim Monteiro da Silva**, o Barão de Santa Helena. Coronel da Guarda Nacional, também foi grande cafeicultor, além de diretor e um dos maiores acionistas do Banco de Crédito Real e da Estrada de Ferro União Mineira.<sup>461</sup> Tendo sido vereador em Juiz de Fora em 1860, chegou a ser deputado geral como suplente entre 1857 e 1860, e com a idade de 30 anos de idade, visto que nasceu em 1827. Desde a década de 1860, José Joaquim Monteiro da Silva dedicou-se ao plantio de café, e posteriormente à criação da Estrada de Ferro União Mineira em 1877 e ao Banco de Crédito Real em 1887. Foi nomeado Senador em 1888 e não chegou a apresentar nenhuma proposta ou projeto de lei no Senado.

Semelhante foi o caso de **Carlos Peixoto de Melo Filho**, que nomeado para o Senado, não chegou a tomar posse por causa da proclamação da República. Natural do Serro, na região Norte, e advogado formado em São Paulo,<sup>462</sup> mudou-se para Ubá em meados do XIX. Carlos Peixoto teve uma trajetória ‘crescente’ na carreira política, começando como vereador, agente executivo, deputado provincial e geral até 1889, quando foi nomeado Senador. Desempenhou um importante papel durante a República Velha, sendo deputado federal, líder dos deputados mineiros, presidente da Câmara, além de amigo de João Pinheiro. Faleceu em 1917.

Outro político da Mata mineira emblemático nesse sentido foi o já citado **José Cesário de Faria Alvim**, cafeicultor também em Ubá. Apesar de um dos líderes do partido liberal e de ter sido deputado provincial em duas legislaturas (1864 – 1867), deputado geral por quatro vezes (1867 – 1881 e 1886 – 1889), e ainda presidente da província do Rio de Janeiro entre 1884 e 1886, foi recusado seis vezes na indicação para o Senado. Nomeado como presidente do Estado de Minas Gerais em 1889, somente foi

---

<sup>460</sup> BASTOS, Wilson de Lima

<sup>461</sup> PIRES, op. cit; GENOVÊS, op. cit.

<sup>462</sup> TAUNAY, Affonso, op. cit. o coloca como engenheiro, mas CARRARA, Ângelo (dissertação de mestrado) confirma que foi advogado formado por São Paulo.

para o senado em 1890. Político em ascensão ainda no Império foi somente com a proclamação da República que conseguir atingir a ‘maturidade política’.<sup>463</sup>

Tal ponto é bastante indicativo dos processos subjacentes à expansão econômica e aos comportamentos políticos que permeavam o império e a província. A Mata não possuiu um representante político na ‘alta política’ do Império. É sintomático que os políticos da Mata mineira tenham somente alcançado o senado ao final do Império; exatamente quando a região atingia seu auge do ponto de vista econômico e suas articulações políticas começavam a se consolidar para além da lógica familiar, mas dentro da ocupação formal de cargos no sistema imperial.

---

<sup>463</sup> Para a trajetória e cargos ocupados por Cesário Alvim cf. Wirth, John, op. cit., CARRARA, Ângelo e RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: o Novo PRM (1889-1906)**. Tese de Livre Docência, UFMG, 1977.

## Capítulo 5: A Criação de Juiz de Fora e a evolução política e econômica da Zona da Mata Mineira

### 5.1 Do Sertão: O pequeno mundo selvagem e a civilização que o cercava

*Dizem alguns historiadores que o povo da Zona da Mata de Minas Gerais é um povo melancólico e triste, pois com o final do ouro na Zona de Mineração, foram obrigados a tornar-se fazendeiros e em seu coração ficou sempre o desejo que os velhos tempos voltassem.*

Mauro Luiz Senra Fernandes<sup>464</sup>

Parte integrante da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul que atravessa áreas dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a Zona da Mata mineira é uma região cujo povoamento e colonização ocorreu somente no final do século XVIII e o início do XIX, em um momento muito específico da História do Brasil e, em particular da capitania, depois província de Minas Gerais. Apesar de movimentos anteriores que marcaram o início da colonização das Minas e de ‘partes’ da Zona da Mata mineira, podemos dizer que o processo de construção de uma ‘civilização’ na Mata mineira somente se deu a partir da expansão da cultura cafeeira em meados do século XIX.<sup>465</sup> Até então esta e diversas outras áreas de Minas Gerais, recebiam a denominação genérica de “sertões”, “caminhos”, “matas” ou “áreas proibidas”, ou estiveram ligadas a outras regiões do país.<sup>466</sup> A presença de populações autóctones, de colonos marginalizados e/ou fugitivos aumentava o clima de abandono e insegurança para aqueles que por ali deviam passar ou se estabelecerem nas ‘fronteiras’ destes espaços que hoje se constituem em regiões como o Vale do Jequitinhonha; o Vale do

<sup>464</sup> SENRA, Mauro Luiz Fernandes. **Famílias que povoaram a Zona da Mata Mineira**. Vol. I, 2ª ed. (revisada), s/e., Além Paraíba, 2004, p. 13.

<sup>465</sup> Cf. nesse sentido ALMICO, Rita de Cássia da Silva, LAMAS, Fernando Gauderetto e SARAIVA, Luiz Fernando. **A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma Historiografia**. In: **V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas**. CAXAMBU: ABPHE, 2003.

<sup>466</sup> CARRARA, Ângelo. **Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS. 1997.



Mucuri; o Triângulo Mineiro; a Região do Alto São Francisco, ou o Vale do Rio Doce.<sup>467</sup>

Trabalhando um pouco mais detidamente com a biografia rapidamente citada no capítulo anterior, **Minhas Recordações**, de Francisco de Paula Ferreira de Resende, vemos um pouco das dificuldades de locomoção nas próprias Minas Gerais, que era uma das províncias mais próximas da Corte. Nascido em Campanha da Princesa (na região do sul de Minas), filho do coronel de milícias. Valério Ribeiro de Resende formou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo onde teve como colegas de turma Evaristo da Veiga e Paulino Soares de Souza (Visconde do Uruguai). Francisco de Paula foi promotor na sua cidade natal (1855) e Juiz Municipal e de Órfãos em Queluz (1857 a 1861), tornou-se fazendeiro logo depois em Feijão Cru (mais tarde Leopoldina) cujo povoamento inicial não distava mais de 30 anos.<sup>468</sup>

Na obra de Francisco de Paula lemos que, além de pertencer a uma família de grandes proprietários rurais e mineradores do Sul da província uma de suas mais vívidas lembranças de infância foi “*incontestavelmente a minha primeira viagem à corte*”.<sup>469</sup> Como já foi dito, o autor era originário de Campanha, município na região Sul da província mineira que não distava mais que 300 quilômetros da capital do Império, mesmo assim a viagens envolvia numerosos riscos e incluía grandes preparativos. A ida, estadia e volta da família Resende em 1839 envolveu mais de três meses e implicou em grandes gastos, como se percebe na leitura de sua biografia – o autor dedica mais de dois capítulos para relatar esta *história*. O próprio autor ao ‘fechar’ o relato da viagem diz orgulhoso:

*Ainda no tempo em que fui à Corte muito poucos eram os homens da Campanha, que a não serem tropeiros ou comerciantes tivessem feito essa viagem; e se isto não se dava com os homens, quanto mais com as mulheres ou com os meninos!*

*Eu, entretanto que ainda não tinha 8 anos, já havia viajado 138 léguas de ida e volta; tinha visto muitos rios muitas vilas (...) e para tudo dizer em uma palavra, eu tinha ido à Corte. Eu, pois, não só não era um menino como qualquer outro; poderia*

---

<sup>467</sup> Sobre as regiões contemporâneas em Minas Gerais, cf. PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada – HEERA**. Juiz de Fora, UFJF, número I, 2006.

<sup>468</sup> Foi também deputado provincial (biênio 1853 – 1864 e 1865 – 1866) e, com a República, Ministro do STF em 1892. Cf. [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br), Galeria dos Ministros dos STF no período da República.

<sup>469</sup> RESENDE, op. cit. p. 76.

*mesmo ser considerado como um homem que muito mais do que os outros já bem sabia quanto este nosso mundo era grande.*<sup>470</sup>

A partir do exemplo de uma grande família detentora de escravos e capital, podemos pensar que a grande mobilidade que vários autores apontam para as populações mineiras do século XIX parece ter assim um sentido mais restrito. De um lado existiam as atividades que implicavam no deslocamento constante como os tropeiros, comerciantes e criadores de gado, de outro haveriam ‘migrações’ ligadas às expansões das atividades econômicas onde, encerradas as ‘travessias’ predominava a sedentarização e o imobilismo típico das sociedades rurais.<sup>471</sup>

O nosso objeto **espacial** de estudo, a Zona da Mata mineira, não era, portanto, propriamente parte integrante da ‘civilização’ mineira, estando mais ligada ao conceito de ‘sertão’ até o momento em que viveu um processo de colonização acelerada como se pode perceber pelo ‘ritmo’ de ocupação de seu espaço. O mapa abaixo (I) demonstra as áreas de ocupação da bacia do Vale do Rio Paraíba do Sul, onde a Zona da Mata mineira faz parte de sua extensão natural. A fundação das principais cidades ocorreu a partir da expansão da cafeicultura em um processo análogo ao que estava ocorrendo do ‘lado fluminense’ do Vale, como se percebe nos casos de Resende (1801); Cantagalo (1814); Valença (1822); Vassouras (1833); Paraíba do Sul (1833); Barra Mansa (1857); Carmo (1881) e Barra do Piraí (1890).<sup>472</sup>

Na Mata mineira este processo se fez com certo *atraso*, ou uma *Assimetria Temporal* principalmente pós-1850, como no caso das fundações das vilas de Juiz de Fora (1850); Mar de Espanha (1851); Leopoldina (1854); Muriaé (1855); Ubá (1871); Cataguazes (1875); Carangola (1878); São João Nepomuceno (1880) e Santos Dumont (1889), antiga ‘Palmira’.<sup>473</sup> Há que se considerar ainda que a ‘parte paulista’ do Vale foi de colonização mais antiga, ligada às bandeiras e seus bandeirantes, como foram os casos Taubaté (1650); Guaratinguetá (1651); Jacareí (1653); São José dos Campos (1767) e Lorena (1788), ligada à expansão da produção de açúcar, a criação de animais

---

<sup>470</sup> Idem, p. 93

<sup>471</sup> Sobre as mudanças demográficas em Minas Gerais cf. principalmente RODARTE, Marco Antônio, op. cit.

<sup>472</sup> Pra a expansão fluminense cf. principalmente STEIN, Stanley J. **A grandeza e decadência do café**. Editora Brasiliense, São Paulo 1983.

<sup>473</sup> Para a expansão da Mata mineira cf., entre outros, MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do Leste**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.



e produção de alimentos para a capitania. Somente com a expansão da cafeicultura que a região adquiriu grande importância para o país.<sup>474</sup>

Pode parecer desnecessário tratar da importância do café para a economia brasileira, face à extensa bibliografia sobre o tema. Entretanto, voltando a discutir este ponto, e de acordo com os dados da tabela I abaixo, observamos a importância que a expansão da cafeicultura do Vale do Rio da Paraíba teve para o conjunto da economia brasileira. A supremacia do Rio de Janeiro era garantida também pelas rendas das Alfândegas e o café da Mata mineira – bem como diversos outros produtos exportados pela província – teve uma participação crescente neste processo face ao escoamento da produção matense pelo porto do Rio de Janeiro, conforme ficará claro mais à frente.

**Tabela I: Quadro da renda de exportação e despacho marítimo arrecadada nas Mesas de Consulado do Império nos anos de 1847, 1857 e 1867**

Alfândega	1847	%	1857	%	1867	%
Rio de Janeiro	2.451:122\$000	50,29	3.203:857\$000	48,83	81.251:943\$000	59,21
R. Grande do Sul	648:248\$000	13,30	244:042\$000	3,72	7.746:772\$000	5,65
Bahia	669:272\$000	13,73	841:978\$000	12,83	18.267:107\$000	13,31
Pernambuco	561:876\$000	11,53	1.040:710\$000	15,86	17.936:595\$000	13,07
Maranhão	159:215\$000	3,27	202:969\$000	3,09	2.081:358\$000	1,52
São Paulo	156:666\$000	3,21	232:555\$000	3,54	1.378:004\$000	1,00
Pará	92:408\$000	1,90	259:127\$000	3,95	4.838:708\$000	3,53
Alagoas	79:245\$000	1,63	149:426\$000	2,28	151:609\$000	0,11
Paraíba	55:309\$000	1,13	227:536\$000	3,47	99:416\$000	0,07
Sergipe	20:123\$000	0,00	51:146\$000	0,78	61:168\$000	0,04
Santa Catarina	17:564\$000	0,00	10:948\$000	0,00	499:810\$000	0,36
Ceará	15:306\$000	0,00	81:397\$000	1,24	2.743:853\$000	2,00
Espírito Santo	865\$000	0,02	66\$000	0,00	1:723\$000	0,00
R. G. do Norte	82\$000	0,00	27:051\$000	0,41	170:252\$000	0,12
Totais	4.874:311\$000	100,00	6.561:861\$000	100,00	137.226:595\$000	100,00

**Fonte:** Adaptado Suplemento, **Almanak Laemmert**, 1851, p. 59; 1861, p. 69 e 1871, p. 11.

Nos estudos que visam entender o povoamento do Vale do Paraíba ainda no século XVIII a palavra “*sertão*” foi utilizada por dezenas de autores com significados também variados.<sup>475</sup> No **Vocabulário Português e Latino** do Padre Raphael Bluteau

<sup>474</sup> Pra a expansão paulista pelo Vale do Rio Paraíba do Sul cf. principalmente MARCONDES, Renato Leite. **A arte ...** op. cit.

<sup>475</sup> Entre os autores que se referem ao Vale do Paraíba e, particularmente à Zona da Mata mineira em seus primórdios como Sertão, cf. STEIN, Stanley, op. cit. FRIDMAN, Fânia. **As cidades e o café. Inn: VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica e VII Conferência Internacional de História de Empresas**, 2005, Conservatória (RJ), MERCADANTE, Paulo op. cit.,

(1712 – 1727), o termo “*sertão*” é entendido como: “*Região apartada do mar e por todas as partes, metida entre terras*”.<sup>476</sup> Essa denominação de “*sertão*” como ‘interior’ chamou a atenção de Luís Câmara Cascudo que disse ser uma das poucas uniformes em suas múltiplas acepções. Entre os outros significados possíveis consolidou-se aquele ligado principalmente as regiões norte e nordeste junto com à criação de gado e a permanência maior de costumes e tradições ‘arcaicas’.<sup>477</sup>

Erivaldo Fagundes Neves resgata ainda as controvérsias que dividem os filólogos donde a origem da palavra viria da língua bunda (de Angola) “*Mulcetão*” como visto por Gustavo Barroso, ou ainda do latim “*Desertanu*” conforme preconiza Houaiss. Para este autor a palavra traz múltiplos significados, mas, concordando com Cascudo, se generalizou em nossa época para as regiões norte e nordeste, associando-se indelevelmente à categoria de ‘Semi-árido’ e ‘Pecuária’.<sup>478</sup>

Ao trabalhar com o conceito de sertão para Minas Gerais no século XVIII Ângelo Carrara o definiu como região pouco povoada, tendo como origem o étimo “*Sartãa*” originário da colonização portuguesa no momento das Navegações na África e Ásia relacionado ainda à conquista de áreas ocupadas por gentios. A transposição do termo se fez então por analogia ao que ocorrera desde os primeiros desbravamentos realizados do litoral em direção ao ‘interior’, notadamente pelos paulistas.<sup>479</sup>

Em nosso caso, as generalizações modernas que associam o termo a regiões ou atividades específicas não servem e não definem o seu uso para a expansão cafeeira ocorrida na bacia hidrográfica do rio Paraíba do sul. Ao trabalhar o povoamento da região sudeste no século XIX Fania Fridman definiu “*sertão*” como o “*de áreas no interior, afastadas do litoral (civilizado e dominado pelos brancos) e habitadas por índios selvagens e animais bravios*”.<sup>480</sup> O processo de ocupação da região do Vale do Paraíba fluminense, que tinha se iniciado ainda no século XVIII, somente se acelerou quando da expansão da cafeicultura na 1ª metade do XIX. O “*sertão*” para a região sudeste se constituiu, então, diferentemente do nordeste, num ‘entre-lugares’, entre o

CARRARA, Ângelo. **A Zona da Mata mineira: Diversidade Econômica e Continuísmo (1839 – 1909)**. Dissertação de Mestrado: Niterói, UFF, 1993; CARRARA, Ângelo, **Agricultura** op. cit.

<sup>476</sup> BLUTEAU, R., S. J. **Vocabulário Português e Latino**. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1727, vol 7 p. 613.

<sup>477</sup> CASCUDO, Luís Câmara. **Dicionário Etnográfico Brasileiro**. São Paulo: Livraria José Olympio 1969, p 620

<sup>478</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como Recorte Espacial e como Imaginário Cultural. Inn: **Politéia** Revista da UESC, Vitória da Conquista, v. 3, 2003, p. 154-5.

<sup>479</sup> CARRARA, **Agricultura** op. cit, pp. 47-49.

<sup>480</sup> FRIDMAN, op. cit.

porto do Rio de Janeiro, a região da Vila de Santos e São Paulo e a região aurífera, ou as Minas Gerais do século XVIII, fortemente povoada e urbanizada.

Buscando assim um conceito de “sertão” que nos ajude a entender o caso do povoamento da Zona da Mata mineira, retomamos novamente livro **Minhas Recordações** de Francisco de Paula Ferreira de Rezende, pois há uma descrição que se aproxima bastante daquilo que entendemos como particular e específico para nosso objeto de pesquisa (ou a Mata mineira). O ritmo da expansão econômica vivida pela região permitiu que Francisco de Paula Ferreira de Resende virasse um próspero cafeicultor e, ao analisar a colonização de Minas Gerais disse que esse processo:

*(...) desprezou completamente a parte hoje mais rica de toda a província, isto é, aquela que hoje se denomina a mata. Ora, desta circunstância veio a resultar um fato que, se não é talvez singular, não deixa entretanto, de ser bastante curioso, e esse fato vem a ser o seguinte – o de ter-se conservado no Brasil durante perto de século e meio, e de mais a mais, a uma distância da costa que não chegava a dezenas de léguas, um verdadeiro pequeno mundo selvagem que, independente e inteiramente segregado, vivia, por assim dizer, no meio da civilização que o cercava.<sup>481</sup>*

O sertão do Vale do Paraíba e mais particularmente, a Zona da Mata mineira, estava no “meio da civilização que o cercava”. Este ponto pode explicar grande parte das *Assimetrias Políticas* do capítulo anterior. Já destacamos que a expansão da cafeicultura garantiu o povoamento destas regiões, entretanto, a forma da expansão é o que nos interessa. Diferentemente da conquista das regiões do semi-árido nordestino, no sudeste cafeeiro essa expansão esteve atrelada com a abertura de caminhos, doações de sesmarias, criação de cidades e uma intensa articulação comercial, ou seja, para o ‘caso’ fluminense:

*(...) o modelo de ocupação adotado no período constituiu uma rede urbana (associada à sua rede de comunicações) e distintas regiões, antes autônomas, agora integradas econômica e*

---

<sup>481</sup> REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas Recordações**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. p. 346

*socialmente pelas oligarquias que, desta forma, re-inventaram o território fluminense. Esta integração ocorreu a partir da exportação de capital das casas comissárias e dos traficantes de escravos da cidade para o campo, transformando a relação cidade-campo para cidade-região.*<sup>482</sup>

Tal articulação também ocorreu nas Minas Gerais onde a participação de potentados, homens-livres agregados, escravos, índios e a Igreja se anteciparam à chegada do Estado e a constituição da “*Rede de Cidades*” como visto em Fânia Fridman. Jair Lessa um historiador juizforano já havia escrito à respeito dizendo que “*o Rio enviava à Minas sal, civilização, cobradores de impostos e soldados para esfriarem seus patriotas esquentados*”.<sup>483</sup>

O “*Sertão*” da Mata mineira nesse sentido é o ‘entre-lugares’ onde o convívio com elementos civilizado/selvagem durou ao menos um século até a completa absorção da região pelo Estado e Sociedade Imperial (ou em outros termos a ‘Civilização’). Para uma significativa ‘parcela das frações das classes dominantes’ das Minas Gerais o país oferecia muitas possibilidades de deslocamento, alianças políticas e/ou matrimoniais, ou ainda interesses diversos. A vinda da família real; a expansão da cafeicultura a partir do vale do rio Paraíba; a montagem do Estado e a “*hegemonia saquarema*” construída em meados do século XIX criaram ‘vias’ por onde estas ‘parcelas’ transitavam com desenvoltura. Essa prática se manteve durante toda a segunda metade do oitocentos e adentrou nas primeiras décadas do século seguinte.<sup>484</sup>

À despeito destas dificuldades de locomoção, mesmo para regiões próximas do centro político do país como era o caso das Minas Gerais, particularmente no caso da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul que congregava as regiões mineiras da Zona da Mata; parte do Sul; o Vale do Paraíba Paulista e fluminense, essas inter-relações entre as famílias mais abastadas se faziam sentir de maneira efetiva. Mesmo com a proximidade geográfica propiciada por esta Bacia Hidrográfica comum as três províncias, a rápida expansão que a região sofreu tem muito de inédito, tal o tamanho e a envergadura do processo de conquista e povoamento a partir da expansão da cafeicultura ocorridas na 1ª metade do XIX. As constantes disputas por terras e poder

---

<sup>482</sup> FRIDMAN, Fânia, op. cit.

<sup>483</sup> LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros (do caminho novo à proclamação)**. Juiz de Fora: UFJF / FUNALFA, 1985, p. 18 (grifo nosso).

<sup>484</sup> Uma leitura diferente sobre a estratégia política de rotatividade do Império está em MURILO, op. cit.

levou a expulsão dos homens livres pobres, dos nativos e de escravos aquilombados por toda a região do Vale do Paraíba do Sul é ainda uma faceta bastante obscura desse processo e que somente agora começa a ser estudada por alguns autores.<sup>485</sup>

O que diferencia este processo no caso da Mata mineira é que, a partir do levantamento de algumas das principais famílias de cafeicultores da região, percebemos que existe um ‘atraso’ em relação à Mata mineira. Deliberadamente as principais famílias mineiras que migraram da região Central estagnada, ou ao menos em um processo mais lento de crescimento seu em direção primeiro para o Rio de Janeiro.

Como exemplos, temos os casos, além dos já citados no capítulo anterior de Estevão Ribeiro de Resende, Honório Hermeto Carneiro Leão, Manoel Jacinto Nogueira da Gama e José Inácio Nogueira da Gama, de José Gualberto de Carvalho, o 1º Barão de Cajurú, agraciado com a titulação em 1860. Originário de São João Del Rei (portanto na região Central), o Barão foi um grande cafeicultor tanto em Minas Gerais quanto no Rio de Janeiro no distrito de Porto das Flores.<sup>486</sup> Ao que parece seu título foi recomendado pelo então Visconde de Bonfim (depois Conde e Marquês do mesmo nome), José Francisco de Mesquita que também havia nascido 1790 em Minas Gerais, na freguesia de Congonhas à época distrito da Vila de Queluz. José Francisco foi banqueiro e amigo pessoal de D. Pedro I no Rio de Janeiro e fez fortuna com o comércio de carne mineira para a Corte através da firma Mesquita & Guimarães. Essa firma era em sociedade com Domingo Custódio Guimarães, também da região de São João Del Rei, e que viria a ser Barão e depois Visconde de Rio Preto.<sup>487</sup>

Esse último era originário de Carrancas em Minas e, enriquecendo com o comércio de carnes para a corte, mudou-se para a província do Rio de Janeiro por volta de 1836 onde tornou-se proprietário da fazenda Barra das Flores rapidamente tornou-se proprietário de mais de 14 fazendas (tanto do lado ‘mineiro’, quanto ‘fluminense’) com uma produção estimada de 60.000 arrobas de café por ano e centenas de escravos.

Outro mineiro que se mudou para a província fluminense foi o Capitão Manoel Vieira Machado da Cunha. Originário também de São João Del Rei, migrou com a família na década de 1810 para Valença, onde, em 1814, adquiriu uma sesmaria da

---

<sup>485</sup> Citar o artigo no Tributo à Maria Yeda Linhares e também o trabalho de Vitória Schettini no II Seminário da Zona da Mata mineira.

<sup>486</sup> BUENO, Carlos Barata Cunha. **Dicionário das Famílias Brasileiras**. Brasília, 2000. O barão de Cajurú era possuidor a fazenda Bicas em Andrelândia (no sul de Minas) e também da Fazenda São Lourenço na província do Rio de Janeiro – Distrito de Porto das Flores

<sup>487</sup> LENHARO, op. cit, p. 62.



Francisco Chagas Werneck, dando-lhe o nome de fazenda Nazareth.<sup>488</sup> Seu filho foi José Vieira Machado da Cunha que tendo nascido ainda em São João Del Rei em 1815 mudou-se com a família para o Rio de Janeiro onde, depois da morte dos pais tornou-se proprietário da Fazenda São José que foi um desmembramento da fazenda original de seus pais. José Vieira foi ainda nobilitado com o título de Barão do Rio das Flores em 1867.<sup>489</sup>

O mesmo aconteceu com Nicolau Antônio Valle da Gama, o Visconde de Nogueira da Gama, que nasceu na tradicional Fazenda de São Mateus na Zona da Mata mineira em 1809. Originário de uma das mais importantes famílias da região de São João Del Rei, a família Nogueira da Gama, parente de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, o marques de Baependi,<sup>490</sup> sua mãe era Francisca Maria do Valle Amado, que se tornou na Baronesa de São Mateus depois da morte do marido o Capitão José Inácio Nogueira da Gama. Apesar de suas origens mineiras, Nicolau Antônio passou grande parte de sua vida na corte tendo sido mordomo da Casa Imperial a partir de 1868, agraciado com o título de Barão em 1872 e de Visconde pouco depois, era ainda cafeicultor, proprietário da fazenda Independência na freguesia de Santa Teresa de Valença na província fluminense. Sua biografia **Minhas Memórias**, deixa claro sua origem mineira, se referindo, entretanto, constantemente a sua condição de homem do império, ou da corte.<sup>491</sup>

Esta ‘fusão’ entre famílias e regiões da bacia hidrográfica já foram apontadas por dezenas de autores, dos mais variados matizes historiográficos. Trouxemos estas informações à baila, para ressaltar que o processo de expansão da cafeicultura ocorrido na Mata mineira se deu com certo ‘descompasso’ em relação ao ocorrido na ‘mata’ fluminense. Entre os vários motivos que podemos encontrar para justificar a ‘preferência’ das famílias mineiras em se mudarem para o vale pelo ‘lado’ fluminense, encontra-se as facilidades para o escoamento da produção cafeeira, as possibilidades de expansão em novas terras e obviamente a proximidade com a Corte no que significava em termos de poder político e também de ‘status’.

---

<sup>488</sup> INEPAC. **Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense**. Fazenda Saudade e Capela de Santa Maria Eterna. p. 226

<sup>489</sup> A outra fazenda, também resultada do desmembramento da Nazareth, foi a fazenda da Saudade, que ficou com o outro filho do Capitão Manoel, o João Vieira Machado da Cunha. Idem, p. 226

<sup>490</sup> Idem, pp. 53-4.

<sup>491</sup> GAMA, Nicolau Antônio Valle da. **Minhas Memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985, cf. também CALMOM, Pedro. **Historias de Minas e “Memórias” de Nogueira da Gama**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985..

Tanto isto é verdade que já no período joanino Alcir Lenharo chama a atenção para a grande construção de estradas que irá ocorrer do lado fluminense, várias destas estradas foram feitas como a do “*Comércio*” ou a da “*Polícia*” para atender a expansão da cafeicultura na região fluminense.<sup>492</sup> Apesar das constantes reclamações dos políticos mineiros, como visto, por exemplo, no caso da Câmara Municipal de Barbacena que ‘discretamente’ pediu por melhores estradas para o ainda príncipe regente Pedro como visto no capítulo I, o antigo Caminho Novo somente começara a ser ‘reformado’ e transformado na “*Estrada do Paraibuna*” na década de 1820.<sup>493</sup>

Já pelo lado ‘mineiro’ do vale do Paraíba, percebemos que a colonização adquiriu um sentido um pouco diferente. Se parte significativa da colonização do Vale do Rio Paraíba do Sul em sua ‘porção’ fluminense foi feita por mineiros da região Central, particularmente de São João Del Rei (além de portugueses e os antigos senhores de engenho do Rio),<sup>494</sup> a Mata mineira foi sendo ocupada em diferentes e sucessivas ‘levas’ de imigrantes.

Isto porque a Mata mineira pode ser ‘dividida’ internamente em três sub-regiões de acordo com a colonização empreendida, à época da colonização e o ‘volume’ da produção cafeeira. Uma primeira região foi denominada **Mata Sul** que corresponde *grosso modo* ao caminho-novo e seu entorno e, cujos primeiros povoamentos, referem-se ainda à doação de sesmarias à época da construção do referido caminho no início do século XIX. Tais foram os casos das sesmarias que Garcia Paes o 1º construtor do caminho solicitou ao Rei ainda em 1703 – 1709, também foi o caso da sesmaria doada a Tomé Correia Vasques em 1708 e que dará origem à Fazenda do Tapera, ou a sesmaria doada a Matias Barbosa em 1709 pelo governador das Minas Fernando Lancastre.<sup>495</sup>

---

<sup>492</sup> O caminho do Comércio teve como grande idealizador o negociante, traficante, contratador e deputado da Real Junta de Comércio João Rodrigues Pereira de Almeida. Filho do negociante de grosso trato português José Rodrigues Pereira de Almeida, uma das maiores fortunas no período de D. Maria I em Portugal, João Rodrigues Pereira de Almeida, pelo lado materno, era sobrinho do negociante de grosso trato no RJ e proprietário do engenho de Pau Grande Antonio Ribeiro de Avelar, patriarca da família Ribeiro Avelar do Médio do Vale do Paraíba fluminense (Paraíba do Sul). João Rodrigues comprou do seu tio José Rodrigues da Cruz, irmão de Antonio Ribeiro Avelar, o engenho de Ubá (Vassouras/RJ), e além de receber o título de Conselheiro da Real Fazenda pelas mãos de D. João VI, recebeu o título de Barão de Ubá de D. Pedro I. Foram caixeiros de João Rodrigues Pereira de Almeida, dois negociantes de maiores fortunas e prestígio na Praça do RJ no II Reinado: o Visconde de Mauá e o barão de Nova Friburgo. Cf. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *De negociante e contratador a Barão de Ubá: a trajetória de João Rodrigues Pereira de Almeida (1793-1830)*. Mimeo.

<sup>493</sup> LENHARO, op. cit e BASTOS, Wilson de Lima. **Caminho Novo a espinha dorsal de Minas.**

<sup>494</sup> Ilmar R. de Mattos destaca, que além dos generalistas mineiros, duas outras correntes estavam chegando na região do médio Vale do Paraíba fluminense, procedentes das capitânicas de São Paulo e do Rio de Janeiro. MATTOS, op. cit, p. 46.

<sup>495</sup> FILHO, José Procópio Ribeiro. **Aspectos da Vida Rural em Juiz de Fora.**

Estas imensas fazendas obviamente não foram exploradas intensamente, ocorrendo alguma mineração, a produção de alimentos e o estabelecimento de pontos de paragens das tropas. Na verdade essas sesmarias aparentemente funcionavam muito mais como ‘reserva de valor’ para seus proprietários do que efetivamente áreas de investimento. Tal situação aparentemente começou a mudar no início do século XIX com a rápida expansão da cafeicultura.

A outra porção do território da Mata consiste na chamada **Mata Central** e engloba municípios como Rio Pomba, Ubá e Visconde do Rio Branco. Sua colonização se deu através de famílias mineradoras e bandeirantes que migraram para a região ao final do século XVIII e entraram em contato com as populações nativas que viviam nesta região. Ângelo Carrara trabalhando com esta colonização demonstra que a produção de Fumo como também mantimentos constitui-se na ‘base’ desta produção voltada para mercados ‘restritos’ mas que também irá desenvolver forte sentido agroexportador. Por exemplo, em sua viagem pela Mata mineira em 18XX COLOCAR A CITAÇÃO DE D. PEDRO II E DO FUMO DANIEL

Já a porção **Nordeste** da Mata mineira foi àquela que foi trabalhada por Rômulo de Andrade Garcia em seu doutorado defendido em 1992 e que foi um dos primeiros trabalhos a destacar essas diferenças existentes na Mata mineira

Abaixo temos um mapa que dá conta destas divisões da mata, bem como de seu ritmo de colonização

Vemos que muitos habitantes do núcleo inicial da Mineração irão se ‘aproximando’ da Mata a partir da fundação da vila de Barbacena em 1795. Os estudos de Mônica Ribeiro de Oliveira, Fábio Wilson Pinheiro e Jonis Freire já apontam para esta questão. De um lado Fábio Wilson Pinheiro mostra um intenso tráfico de Escravos para Minas Gerais e que, uma porção significativa destes escravos era ‘importada’ por fazendeiros estabelecidos na região de Barbacena. Por outro lado o autor mostra que estas famílias serão a dos principais cafeicultores como se desprende da Tabela II retirada de seu trabalho:

**Tabela II: Relação das famílias da Zona da Mata e seus integrantes no tráfico de escravos para Minas Gerais (remessas acima de 20 cativos), 1809-1830**

<b>Famílias</b>	<b>Números de escravos negociados</b>
<b>Família Ferreira Armond</b>	<b>917</b>
Marcelino José Ferreira Armond	337
Honório José Ferreira Armond	195

Simplicio José Ferreira Armond	133
Mariano José Ferreira Armond	83
Lino José Ferreira Armond	70
Joaquim José Ferreira Armond	60
Antônio José Ferreira Armond	39
<b>Família Leite Ribeiro</b>	<b>668</b>
Antônio Leite Ribeiro	187
Floriano Leite Ribeiro	177
Francisco Leite Ribeiro	157
Luciano Leite Ribeiro	147
<b>Família Monteiro de Barros</b>	<b>567</b>
Romualdo José Monteiro de Barros	289
José Joaquim Monteiro de Barros	278
<b>Silva Pinto</b>	<b>99</b>
José Antônio da Silva Pinto (Barão de Bertiooga)	99
<b>Família Dias Tostes</b>	<b>96</b>
Antônio Dias Tostes	96

**Fonte:** Pinheiro, Fábio Wilson Amaral Pinheiro. **O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c.1809- c.1830.** Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ / PPGHS, p. 32

As famílias listadas estarão entre os maiores produtores de café em Minas na segunda metade do século XIX e, a exceção da família Ferreira Armond que irá manter residências tanto em Barbacena quanto na vila de Santo Antônio do Paraibuna, os demais irão se estabelecer definitivamente na Mata mineira. Grande parte da historiografia matense apontava para o ‘boom’ da expansão cafeeira a partir de meados do século XIX o que estas novas pesquisas tem demonstrado é uma maior concentração de cativos e terras para esta porção sul da Mata mineira ainda na 1ª metade do XIX formar a base desse crescimento em períodos um pouco mais recuado.

Por exemplo, se compilarmos outros dados para a posse de escravos na Mata mineira ainda para o período iremos perceber que existia uma forte tendência à concentração dos cativos, tais dados podem ser vistos na tabela III.

**Tabela III: Estrutura da posse de escravos na Zona da Mata mineira (1809 – 1830 / 1831 –1832)**

1809 – 1830 Freguesias do Termo de Barbacena					
Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 5	64	177	39,7	10,3	2,7
6 – 10	49	333	30,5	19,2	6,7
11 – 19	24	329	14,9	18,9	13,7
Mais de 20	24	895	14,9	51,6	37,2
Total	161	1.734	100,0	100,0	10,7

1831 – 1832 Região da Mata mineira					
Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietário	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	427	760	48,8	11,5	1,7
4 – 10	285	1.763	32,6	26,7	6,1
11 – 49	155	3.109	17,8	47,2	20,0
Mais de 50	7	969	0,8	14,6	138,4
Total	874	6.601	100,0	100,0	7,55

**Fonte:** Pinheiro, Fábio Wilson Amaral Pinheiro. **O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c.1809- c.1830.** Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ / PPGHS, p. 32 e PAIVA, Maria Clotilde e GODOY, Marcelo.... **Territórios de...**, op. cit. p.510.

Através dos dados podemos perceber que existia um grande já em 1831 e 1832 ao menos sete proprietários contando com plantéis de mais de 50 escravos, na verdade podemos inferir alguns plantéis com mais de 100 cativos, visto a média ser de pouco mais de 138 para cada. Estes fazendeiros apesar de corresponderem a menos de 1% do total de proprietários irão possuir mais de 14% dos mancipios ou uma média de 138,4 escravos para cada um desses proprietários. Como exemplo podemos citar o cafeicultor Antônio Dias Tostes que segundo os dados de Fábio Wilson Pinheiro teria importado ao porto do Rio de Janeiro entre 1808 e 1830 cerca de 96 escravos como visto na tabela I. Em 1831 vemos no **Mapa de População de Santo Antônio do Paraibuna** que Antônio Dias Tostes possuía 147 escravos.<sup>496</sup> Jonis Freire em trabalho mais específico acerca das famílias escravas na primeira metade deste período lista a partir de inventários *post-mortem* alguns desses grandes proprietários de escravos. Entre eles podemos ver o inventário de Dona Ana Maria do Sacramento a primeira esposa de Antônio Dias Tostes em 1837 já com 185 escravos. Ou seja, pouco menos que o dobro dos 96 africanos importados do porto do Rio de Janeiro. Parece ficar claro que a participação em tal mercado estava diretamente ligada à expansão da cafeicultura e não somente ao comércio com outras regiões das Minas.<sup>497</sup>

Analisando este mesmo **Mapa**, verificamos outros grandes proprietários como Manoel Vidal Lage Barbosa, anotado como fazendeiro com 55 escravos; Felizarda Maria declarada lavradora com 65; Francisco Bernardino Rodrigues Silva também lavrador com 78; Mariana Leocádia da Silva, lavradora com 99; Manoel Pereira de

<sup>496</sup> Apud. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. op. cit. Anexo III Mapas de População – Santo Antônio do Paraibuna – 1831 – APM.

<sup>497</sup> FREIRE, Jones. Expectativas e Tensões: Estabilidades das Famílias Escravas, em uma Sociedade Escravista Mineira, Século XIX. In: **2º Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira.** Muriaé: FAFISM, 2008.

Souza dito lavrador com 102; José Bernadino de Barros, lavrador com 115; Francisco Leite Ribeiro, fazendeiro com 206; e José Inácio Nogueira da Gama com 394 cativos.<sup>498</sup>

O que o estágio atual das pesquisas indica, é que o financiamento dessas fazendas se deu a partir do comércio de gêneros para corte e província, incluindo ai significativamente o tráfico de escravos e a ‘migração’ de algumas famílias da região das Vertentes (incluindo-se aí Barbacena, São João e São José Del Rei) que tinham acumulado grandes fortunas nesses negócios.<sup>499</sup>

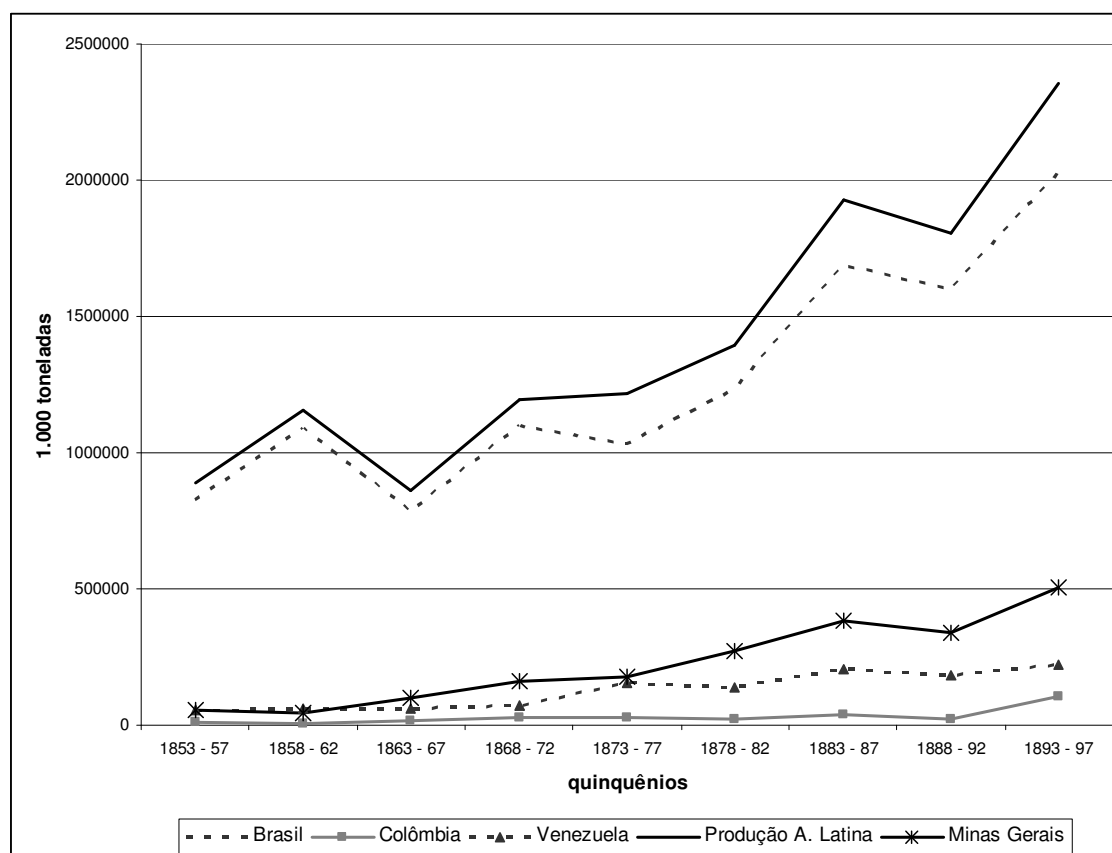
Todos eram grandes cafeicultores da Mata mineira segundo a obra do memorialista José Procópio Filho e os plantéis indicam um ritmo de expansão, embora ‘defasado’, ao menos na mesma ‘monta’ do que ocorria do lado fluminense. Se nos dados do capítulo II vimos o crescimento da cafeicultura até meados do século XIX esta expansão da produção de café na mata mineira tornou rapidamente a região em uma das maiores produtoras da América Latina como se depreende no gráfico I e na tabela IV. Se até a década de 1850 a Mata contribuiu com algo em torno de 5% do café na América Latina, já no quinquênio de 1863 – 1868 a região ultrapassou a Venezuela até então segundo maior produtora de café do continente, em um ritmo ascendente, chegou ao final do período da pesquisa (1893 – 1897) com pouco mais de 24% da produção nacional e pouco mais de 20% da produção do continente.

---

<sup>498</sup> Apud. OLIVEIRA, Mônica ... Anexo III Mapas ... op. cit.

<sup>499</sup> OLIVEIRA, op. cit. PINHEIRO, Fábio, op. cit e LACERDA, Antônio, op. cit.

**Gráfico I: Produção de Café da América Latina, do Brasil e de Minas Gerais 1853 – 1897**



**Fonte:** Para Brasil e demais países da América Latina cf. SAMPER, Mario e RADIN, Fernand. *Appendix Historical Statistic of Coffe Production and Trade from 1700 to 1960* Apud: CLARENCE-SMITH, Gervase e TOPIK, Steven. **The Global coffee economy in Africa, Asia and Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 405. Para Minas Gerais 1853 – 1887 cf. ROSEMBURG, Cornélio. **O Estado de Minas Gerais, sua evolução econômica**. 1922 e para o período de 1888 – 1897 cf. BLASENHEIN, Peter. **A Regional History of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870 – 1906**. Dissertation submitted for the degree of Doctor of Philosophy. Stanford. Stanford University. March, 1982.

**Tabela IV: Produção da América Latina, Brasil, Colômbia, Suriname, Venezuela e Minas Gerais (em 1.000 toneladas) 1853 – 1896**

Quinquênios	Brasil	Colômbia	Suriname	Venezuela	A. Latina	MG	A %	B%
1853 – 57	826.020	9.530	1.500	54.260	891.310.000	54.661	6,62	6,13
1858 – 62	1.087.740	7.330	910	58.630	1.154.610	46.433	4,27	4,02
1863 – 67	785.430	15.620	262	59.500	860.812	98.585	12,55	11,45
1868 – 72	1.099.980	26.380	-	69.620	1.195.980	160.231	14,57	13,40
1873 – 77	1.035.420	25.210	-	157.470	1.218.100	178.893	17,28	14,69
1878 – 82	1.231.680	22.760	-	141.640	1.396.080	273.547	22,21	19,59
1883 – 87	1.686.150	36.580	-	203.030	1.925.760	383.734	22,76	19,93
1888 – 92	1.597.260	21.380	-	185.200	1.803.840	340.956	21,35	18,90
1893 – 97	2.028.960	104.490	-	221.190	2.354.640	504.182	24,85	21,41

Fontes: Gráfico I

- A:** Proporção da produção mineira em relação ao Brasil  
**B:** Proporção da produção mineira em relação à América Latina.

Conexo a esse processo, o café se tornou na principal fonte de riqueza da Província de Minas Gerais, como vemos abaixo nos dados acima extraídos por Restitutti (tabela V). No período de 1850 à 1860, o café assumiu a supremacia na balança exportadora mineira com 27,9% de todas as exportações da província, chegando à quase 70% nas décadas de 1870 e 1880.

**Tabela V: Evolução da composição das exportações mineira, 1818-1884 (%)**

Produtos	Períodos					Total
	1818/28	1839/49	1850/60	1860/70	1870/84	1818/84
Café	5,0	19,2	27,9	47,6	69,4	47,1
Gado bovino	22,6	17,9	15,2	10,2	9,4	12,6
Ouro	11,3	24,0	16,1	9,8	4,4	10,7
Toucinho	10,8	12,5	10,2	6,5	4,3	7,0
Fumos e derivados	5,7	7,2	7,6	6,7	5,2	6,0
Diamantes	6,5	5,4	12,8	9,8	2,4	6,0
Gado suíno	3,5	4,1	3,7	2,3	1,3	2,4
Derivados algodão	9,3	4,4	2,4	2,0	0,4	2,3
Queijos	2,6	2,2	1,7	1,3	1,6	1,7
Algodão bruto	14,0	0,0	0,0	1,8	0,2	1,4
Gado eqüideo	1,8	0,9	0,8	0,3	0,3	0,6
Grãos e farinhas	0,6	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4
Couros	1,4	0,5	0,3	0,3	0,2	0,4
Derivados de cana	2,0	0,3	0,4	0,3	0,1	0,4
Outros minerais	1,3	0,0	0,0	0,2	0,2	0,3
Aves	0,4	0,5	0,3	0,2	0,2	0,3
Gado ovelhum e lã	0,2	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1
Marmelada e doces	0,4	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1
Ipecacuanha	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Outros agrícolas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Outros da pecuária	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

**Fonte:** RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As Fronteiras da Província: Rotas de Comércio Interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884.** Dissertação de Mestrado, UNESP / Araraquara, 2006, p. 82.

Apesar dos dados não contarem com os rendimentos internos, podemos ver na pesquisa de Laird Bergard que as regiões engajadas na agricultura de exportação possuíram uma grande importância no conjunto da economia mineira. Assim, entre



1850 até 1870 as arrecedorias e coletorias engajadas na produção de café serão as de maior arrecadação em toda a província.<sup>500</sup>

A importância econômica que a cidade de Juiz de Fora teve no final do Império pode ser demonstrada de várias formas. A cidade passou a ter uma das maiores arrecadações da província a partir de meados da década de 1860 e se tornou a partir de então seu município mais rico conforme os dados gentilmente cedidos por Fernanda Amaral de Oliveira e conforme se desprende da tabela abaixo (VI).<sup>501</sup>

**Tabela VI: Arrecadação das principais cidades mineiras – 1849 a 1888**

	Diamantina	Juiz de Fora	Mariana	Ouro Preto	São João del Rei
1849-50	10:215\$419	-	2:767\$433	3:170\$404	5:419\$122
1850-51	-	-	1:821\$530	-	-
1851-52	8:062\$007	-	1:724\$306	7:038\$651	7:120\$743
1852-53	9:741\$032	-	-	9:120\$825	8:673\$863
1853-54	7:834\$636	1:617\$610	2:943\$231	9:810\$817	7:681\$477
1854-55	8:024\$625	1:577\$458	5:879\$660	12:838\$943	10:323\$695
1855-56	-	-	-	-	-
1856-57	8:341\$575	4:733\$158	-	13:620\$237	-
1857-58	7:961\$970	-	-	-	-
1858-59	12:575\$000	7:637\$680	3:073\$987	14:245\$699	8:432\$527
1859-60	13:525\$829	7:603\$363	3:699\$273	12:851\$063	11:470\$291
1860-61	11:237\$503	9:471\$167	3:569\$175	16:306\$575	15:590\$563
1861-62	11:226\$579	11:284\$659	3:269\$928	13:617\$346	8:619\$751
1862-63	10:955\$391	10:416\$898	5:234\$532	15:648\$915	11:810\$150
1863-64	10:707\$297	12:730\$120	5:011\$929	13:800\$257	8:977\$359
1864-65	12:466\$331	11:103\$782	4:459\$718	11:836\$814	10:507\$680
1865-66	13:125\$363	17:403\$347	3:531\$196	14:002\$078,5	11\$885\$731
1866-67	11:274\$530	16:648\$346	3:742\$151	-	18:784\$268
1867-68	13:508\$744	21:107\$737	5:984\$015	16:446\$108,5	18:790\$610
1868-69	20:055\$217	18:788\$968	6:270\$898	18:024\$040,5	16:606\$095
1869-70	7:030\$767	27:065\$401	7:030\$767	16:488\$267	18:264\$718
1870-71	12:823\$655	19:519\$659	8:913\$125	16:381\$656	13:515\$904
1871-72	-	24:275\$900	10:420\$976	24:538\$040	21:370\$486
1872-73	-	28:557\$316	5:652\$870	18:377\$918	14:100\$957
1873-74	-	32:251\$889	6:732\$559	15:200\$849	16:831\$244
1874-75	-	34:795\$577	-	-	-
1875-76	-	-	-	-	30:924\$608
1876-77	12:442\$200	24:620\$820	9:011\$961	14:201\$698	33:654\$415
1877-78	12:285\$284	31:307\$391	-	19:231\$048	20:347\$270
1878-79	17:618\$605	46:906\$922	-	-	40:829\$010
1880	14:736\$975	49:711\$489	-	-	25:078\$754
1881	15:289\$352	42:981\$519	-	-	23:254\$239
1882	14:240\$519	45:483\$972	-	-	-

<sup>500</sup> BERGARD, Laird, op, cit, cap. II

<sup>501</sup> Trata-se da pesquisa de mestrado ainda em Curso na Universidade Federal de Ouro Preto. Os resultados parciais dessa pesquisa podem ser visto em XXXXX

<b>1883</b>	-	-	-	-	19:452\$702
<b>1884</b>	13:379\$360	43:601\$713	-	-	-
<b>1885</b>	16:984\$010	39:648\$602	6:190\$327	30:273\$402	21:824\$430
<b>1886</b>	19:436\$388	42:979\$087	5:262\$409	30:407\$723	20:950\$922
<b>1887</b>	17:022\$195	54:741\$443	6:835\$340	-	49:818\$647
<b>1888</b>	15:672\$097	84:425\$348	-	-	-

Ao mesmo tempo passou a centralizar serviços e demais atividades de uma forma tão impressionante que em 1891 no relatório para a escolha da nova capital da província lemos que “*é Juiz de Fora a principal cidade do Estado de Minas Gerais, quer sob o ponto de vista comercial e industrial, quer sob o do conforto e bem estar da população*”.<sup>502</sup> Também a cidade se tornou um dos principais ‘centros’ financeiros da província e depois estado, podemos perceber este ponto quando vemos que diversos empreendedores de várias Companhias irão buscar na Mata mineira e particularmente na cidade de Juiz de Fora fontes de financiamento para variadas empresas.

Tal fato se deu, por exemplo, em julho de 1893 quando os concessionários da Estrada de Ferro de Rio Pardo no norte da província ‘percorreram’ diversos municípios da Mata mineira (como Juiz de Fora, Além Paraíba e Leopoldina) expondo os projetos da ferrovia em busca de capital dos cafeicultores locais.<sup>503</sup> Ou ainda a criação de inúmeras companhias, indústrias e empreendimentos como se depreende da leitura dos jornais e dos trabalhos especializados no tema.

A criação e depois instalação da Vila do Santo Antônio do Paraibuna ocorreram entre 1850 e 1853 em um momento bastante específico da História do Império Brasileiro, da província mineira e mesmo da Zona da Mata. Conforme visto nos capítulos anteriores, a década de 1850 foi marcada por profundas discussões sobre a configuração do território do Império e das estruturas políticas que o compunham e também por modificações na economia que aprofundaram a expansão cafeeira no Sudeste e aceleraram a diversificação das atividades. De maneira mais consistente, a urbanização e modernização de várias de nossas regiões também têm início nesse momento.

Do ponto de vista político, a década foi marcada pelo predomínio do grupo conservador, particularmente pela “*hegemonia saquarema*” e ainda pelo ideal de

<sup>502</sup> APM Seção Obras Raras – 0067 século XIX “Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital” e também o “Relatório da Comissão de Estudos da Nova Capital” (Versão resumida que foi impressa em 1902 somente com o Relatório do Daniel Aarão Reis), p. 24.

<sup>503</sup> JOF dias 01, 03 e 05 de julho de 1893

conciliação que foi empreendido pelo Marquês do Paraná, durante seu longo gabinete de 1853 até 1856. Enquanto a política imperial primava pelo fim dos conflitos entre os grupos políticos e as várias regiões do país, a província mineira acompanhou esta tendência além de ser marcada por discussões específicas. Entre elas, as que mais se destacaram foram os inúmeros debates, petições e relatórios sobre o sistema de transportes da província (leia-se estradas) o aumento da arrecadação do café é um grande aumento nas discussões sobre os limites e na criação de vilas conforme visto antes. O fato é que entre os anos de 1850 e 1860 cerca de **10 municípios** foram criados em toda a província além dos inúmeros pedidos de criação de curatos, freguesias, distritos e os respectivos desmembramentos, vemos que somente no ano de 1856 12 novas freguesias foram criadas, provocando inúmeras dúvidas administrativas.<sup>504</sup>

A proposta da criação da vila de Juiz de Fora ou de Santo Antônio do Paraibuna já foi alvo de pesquisa por vários historiadores de Juiz de Fora tanto dentro da escola *tradicional-liberal* como de historiadores de tendências mais contemporâneas. Inicialmente, centrada na busca do “*fundador da cidade*”, as polêmicas sobre a fundação da vila passaram depois para a busca daqueles cidadãos e dos seus interesses na elevação do distrito à cidade. Paulino de Oliveira em seu livro da década de 1950 já falava dos esforços empreendidos junto ao Arquivo Público Mineiro para encontrar este documento. Monsenhor Falabela, Wilson de Lima Bastos e mais recentemente Douglas Fazolato foram alguns dos historiadores desta escola *tradicional-liberal* que se esforçaram por encontrarem este documento. Recentemente James William Goodwin Junior em pesquisa sobre a Câmara Municipal de Juiz de Fora e o processo de urbanização também buscou referência à este documento e, não encontrando limitou-se a transcrever a lei de nº 472 de 31 de maio de 1850 em sua dissertação de mestrado **A princesa de Minas**.<sup>505</sup>

Apesar a pesquisa destes vários historiadores a petição inicial para a criação da vila nunca foi encontrada, porém vários nomes foram aventados, como o do Barão de

---

<sup>504</sup> Relatório do Presidente de Província, 1857, “(...) e com quanto o novo regulamento que dei a secretaria da presidência já tenha procurado habilitar a administração com os precisos esclarecimentos reunidos e dispostos de maneira que se possam ser facilmente consultados, prevejo que ainda assim muitas dúvidas hão de suscitar-se sobre os limites dos atuais distritos, freguesias, municípios e mesmo comarcas que não poderão ser resolvidas de um modo satisfatório já por falta de detalhadas explicações nas leis, ou ordens de sua criação, já pela absoluta carência delas, uma vez que se ignora quando e por quem foram expedidas, e não se encontram nos registros da secretaria, nem nos das respectivas Câmaras Municipais, como há respeito de mais de uma freguesia já se tem verificado”.

<sup>505</sup> GOODWIN, James Willian Júnior. **A “Princesa de Minas” A construção de uma identidade pelas elites juizforanas. 1850 – 1888**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: PPGH / UFMF, 1998, op. cit. p. 45.

Bertioga ou José Antônio da Silva Pinto que foi um grande benfeitor local juntamente com Antônio Dias Tostes e Henrique Guilherme Halfeld. Em nossas pesquisas no Arquivo Público Mineiro também não encontramos a petição para a criação da vila mesmo recuando as pesquisas para os anos anteriores à 1850.

A respeito dos debates parlamentares sobre a criação de vilas temos as petições dos moradores, as emendas propostas pelos deputados e os vários modelos de redação da referida lei. Desta documentação constam vários abaixo-assinados com cartas para a criação das vilas do Desemboque, e Rio Preto, além dos projetos das novas vilas de Minas Novas, São José das Formigas, São João Nepomuceno e Santo Antônio do Paraibuna e a junção destes vários projetos em uma única lei.<sup>506</sup>

Estas várias versões dos projetos bem como as petições apresentadas pelos moradores nos permitem, entretanto, apontar algumas possibilidades. O que se pode perceber destes documentos é que a linguagem adotada pelos moradores das freguesias é o do **respeito à ordem** (da Religião, do Império e da Constituição), a **importância eleitoral** e a **expansão das atividades econômicas**, no caso da Mata mineira a expansão do café. Esta linguagem se encontra em vários documentos solicitando a elevação de freguesias à categoria de vilas, tal fato se deu na petição de 31 de maio de 1850 onde os moradores das freguesias do Senhor dos Passos do Rio Preto e Ibitipoca pediram a elevação à categoria de vila do então arraial de Rio Preto. No documento os moradores afirmam que:

*Os abaixo assinados, Eleitores, proprietários e fazendeiros, pelas freguesias o Senhor dos Passos do Rio Preto, e Ibitipoca, vêm perante vós implorar a bem justa e reclamada aprovação do projeto apresentado, em o ano próximo passado, nesta casa pelo Doutor Cândido Bueno da Costa Júnior para ser elevado a vila o atual arraial de Rio Preto.*<sup>507</sup>

A afirmação inicial de que tratam-se de “*Eleitores, proprietários e fazendeiros*” é importante de ser notada até porque foi reiterada várias vezes. Em primeiro plano surge a questão do aumento do eleitorado da região e de sua participação nas votações, tanto que mais à frente se lê: “*Os abaixo-assinados tendo concorrido com seus votos*

---

<sup>506</sup> AL 3/8 1850 Caixa 01 Projeto de Lei, emendas e modelos de redação da lei 476 projeto 23

<sup>507</sup> APM, AL 1/6 Cx. 13 31/03/1850 (doc. 02)

*para a presente Assembléia Provincial, e certos de que dela empregará seus Talentos e Patriotismo para engrandecimento de nossa Província*".<sup>508</sup> O fato do projeto ter sido apresentado por um deputado, no caso Cândido Bueno da Costa Júnior também demonstrava esta maior articulação política dos moradores da região. O crescimento econômico também não deixa de ser anotado e é apontado ainda como na passagem seguinte:

*O aumento progressivo desta Freguesia, sua posição geográfica e topográfica, e o número de jurados que dá constante dos documentos incluso reclamam a muito a vossa atenção em benefício da criação de uma Vila que tanta prosperidade promete a província.*<sup>509</sup>

Além da expansão econômica gerada pelo café, os moradores citam o número de jurados, o que indica o crescimento dos cidadãos com renda e ainda o fato que já haviam recolhido mais de 5:000\$000 em doações "*para a compra de um sobrado para as sessões da Câmara Municipal e do Juiz, cujas lojas serão prontificadas com portais de pedra e grade de ferro bem seguras e cômodas para prisões*".<sup>510</sup>

A lista dos que assinam à petição traz 13 nomes onde aparecem ao lado 'eleitores' além 8 'proprietários' ou 'fazendeiros', dois oficiais da Guarda Nacional, um farmacêutico e um 'cavaleiro da ordem de cristo' o cidadão Luís José da Souza e Silva. Por fim o documento termina afirmando que a fundação da vila contribuiu "*para firmar-se cada vez mais nela a ordem e estabilidade da atual política, única que nos pode salvar, ousam esperar que prestará benignamente a sua alta aprovação*".<sup>511</sup>

Isto significa dizer que além de contribuir como eleitores, aprovavam o contexto de conciliação que se firmava no país nesse momento. A 'negociação', portanto, para a criação das vilas e mesmo dos limites entre elas se dava o tempo todo pela alusão à constituição, o respeito às leis, as eleições e a expansão das atividades econômicas. As estratégias utilizadas indicavam então a observância às principais discussões políticas que estavam em curso no país. Como os pedidos das demais vilas foram similares a

---

<sup>508</sup> Idem, ibdem.

<sup>509</sup> Idem, ibdem.

<sup>510</sup> Idem, ibdem.

<sup>511</sup> Idem, ibdem.

esse, podemos pensar que a ‘famosa’ petição desaparecida dos moradores de Juiz de Fora seguiu no mesmo sentido.

O documento acima pode nos indicar os processos subjacentes à expansão da economia no sentido de que as classes dominantes da Mata mineira na medida em que iam expandindo o seu poder de ação sobre uma população de escravos, ‘agregados’ e homens livres mais ou menos errantes partiam em busca de disciplinar as suas disputas internas ao mesmo tempo em que pretendiam exercer um controle mais efetivo sobre o conjunto da sociedade que se formava. Para tanto fazia-se necessário o aparelhamento do ‘Estado’ naquele sentido original que Antônio Gramsci falava de “*hegemonia*”, ou “*coerção*” revestida de “*convencimento*”.<sup>512</sup> Se o “*sertão*” era o **espaço da conquista**, dos aventureiros e do ganho fácil, a manutenção dessas conquistas somente poderia se dar com a ‘chegada’ do Estado que garantiria a necessária **Civilização**. Na região da Mata essas ‘passagens’ se deram com ritmos e velocidades diferentes de acordo com a sub-região estudada (sul, central ou norte), mas de maneira geral assistimos no momento da fundação das vilas uma parte importante desse processo.

Mais uma vez recorremos à Francisco de Paula Ferreira de Resende quando este ao iniciar sua ‘jornada’ pela região de Leopoldina, ainda na chamada Mata ‘sul’ irá dizer que:

*Foi na terceira década mais ou menos do corrente século que veio a ter lugar a descoberta do Feijão Cru ou que este começou a ter os seus principais habitantes brancos; e a primazia ou a precedência deste fato é ainda hoje disputada pelas duas famílias mais numerosas destes contornos – a dos Monteiro de Barros e a do Almeidas –; família esta última que do campo já veio confundida ou que aqui desde logo se confundiu com a dos Brito e dos Netos.*<sup>513</sup>

Desse trecho percebemos que a região de Leopoldina (ou o Feijão Cru) somente iniciou a sua colonização por volta de 1830 com a chegada de desbravadores oriundos das regiões centrais. O ‘clã’ dos Monteiro de Barros teve a sua origem segundo o estudo de Cid Rebelo Horta “*de um rico minerador e latifundiário da região de Congonhas do*

---

<sup>512</sup> GRAMSCI, op. cit, p.

<sup>513</sup> RESENDE, Francisco... op. cit. p. 346.

*Campo*".<sup>514</sup> O 'líder' da 'conquista da região do 'Feijão Cru' tinha sido iniciada pelo comendador Manuel José Monteiro de Barros irmão do Visconde de Congonhas dos Campos que mudou-se para a região "*com todos os seus filhos, genros e alguns sobrinhos*" e obviamente agregados e escravos.<sup>515</sup>

Os 'Britos', 'Almeidas', e 'Netos' por sua vez eram originários de outras áreas de Minas, como explica mais à frente Ferreira Resende quando diz que "*Em 1829 Manoel Antônio de Almeida que morava na freguesia do Bom Jardim que hoje pertence à freguesia do Turvo ou Lima Duarte*".<sup>516</sup> Os Britos segundo a pesquisa de Patrícia Falco Genovês por sua vez se constituíram em um poderoso grupo familiar originário do Sul da província e os Netos também teriam sua origem na região central, constituindo-se em extensa família com ramificações na Corte e em outras regiões.<sup>517</sup> Processos similares ocorreram em Cataguases como nos mostra Márcia Amantino em sua análise do Major Joaquim Vieira da Silva Pinto que nascido em Queluz adquiriu uma sesmaria de mais de 15.000 hectares na região por volta de 1840, mudando-se com a família e extensa escravaria que, em 1872 era de cerca de 119 cativos.<sup>518</sup>

Poderíamos continuar citando exemplos dessas articulações entre as famílias tradicionais (leia-se proprietárias de terras e homens) e as colonizações por elas empreendidas pela Mata mineira. Tal foi o caso da Família Ferreira Armond que ainda na década de 1820 começou a expandir a cafeicultura em torno da região que será Juiz de Fora como apontado por Antônio Henrique Duarte Lacerda. Ou o Barão de Pontal como Irene Nogueira de Resende nos mostra para a região de Ponte Nova na década de 1840, ou ainda o Barão de Airuoca e a abertura da Estrada na região da "*Meia-Pataca*" onde hoje se situa o município de Mar de Espanha.<sup>519</sup>

O que de fato nos parece interessante assinalar é que por mais 'laços' de parentesco, amizade e compadrio esses 'atores' pudessem manter com as ditas 'elites políticas' o processo 'conquista' dessas regiões, entendido aqui como ocupação, colonização e montagem de extensas fazendas exigia a presença 'física' constante na maioria das vezes e 'impedia' ou 'dificultava' a atuação em outras esferas da vida social, predominantemente a política. Exemplo disso vem do próprio Francisco de Paula

---

<sup>514</sup> HORTA, Cid... op. cit.

<sup>515</sup> Idem, ibidem.

<sup>516</sup> RESENDE, Francisco... op. cit, p. 348

<sup>517</sup> GENOVÊS, Patrícia... O Espelho..... sobe os 'Britos' cf. p. 339 sobre os 'Netos' cf. p. 205 e 344.

<sup>518</sup> AMANTINO, Márcia. *A escravidão em Cataguases e os cativos da família Vieira. In: II Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira*. Muriaé: FAFISM, 2008.

<sup>519</sup> LACERDA, Antônio ... op. cit, RESENTE, Irene... op. cit. e VEIGA, José Xavier..., op. cit.

Ferreira de Resende que tendo se formado em direito por São Paulo, atuado como Promotor (1855) Juiz e Delegado de Polícia (1857 – 1861) e tendo sido ainda Deputado Provincial por duas ocasiões (1863 – 1864 e 1865 – 1866) adquiriu em 1864 um fazenda na região junto de seu irmão apesar de reconhecer que “*tanto eu quanto meu irmão não tínhamos a menor noção da cultura do café*”.<sup>520</sup> Nos anos seguintes grande parte da atenção de Francisco de Paula foi absorvida pela fazenda onde ele irá abandonar a advocacia que até então vinha lhe sustentando, republicano confesso, também irá abandonar à política, entretanto, com a proclamação da República voltou a ‘arena’ política tornando-se Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1892.

Essa trajetória com uma ‘lacuna’ de pouco menos de 30 anos nos indica a hipótese formulada do ‘absenteísmo’ das famílias sediadas nas antigas áreas de colonização de Minas Gerais e que era praticamente impossível na Mata mineira onde os grandes proprietários simplesmente não podiam (ou não queriam) se ausentar de suas posses, principalmente durante o processo de implementação das mesmas. O processo de conquista que viemos nos referindo aqui obrigava à presença constante dos proprietários, muitas vezes oriundos de famílias em ascensão econômica ou então em seu contrário, em processo de declínio junto à mineração, o que levava muitos de seus membros a ‘tentarem à sorte’ nas regiões de expansão da província, ou ainda além como no caso do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, a questão de uma formação acadêmica aparece como fundamental nesse processo de diferenciação de uma elite politicamente dominante conforme visto em José Murilo de Carvalho.<sup>521</sup> Pelos dados levantados no capítulo anterior a educação especificamente bacharelesca que significava ainda o pertencimento à associações científicas ou culturais era mais que um diferencial na trajetória política da sociedade imperial, pois era condição **essencial** para este exercício de poder.

Diversos cafeicultores e grandes proprietários da Mata mineira, não obstante suas grandes fortunas, numerosa escravaria e grande prestígio local se ressentiam dessa formação bacharelesca e ainda pertencimento à associações culturais mas ‘prestigiadas’. Francisco de Paula Ferreira de Resende deixou sobre este aspecto um relato bastante interessante sobre os grandes proprietários rurais da região de Leopoldina quando conta que:

---

<sup>520</sup> RESENDE, Francisco ....., op. cit. p. 411.

<sup>521</sup> CARVALHO, José Murilo... A Construção, op. cit.



*Muitas vezes se encontrava pelas estradas um homem todo vestido de roupa grossa pouco asseada e às vezes até um pouco esfrangalhada, com um chapéu também grosso, sujo e velho, descalço ou com sapatos ou chinelos de couro branco, e finalmente ou quase sempre com as pernas das calças mais ou menos arregaçadas. Este homem ia montado em um cavalo ou burro muito ordinário, tendo no pé uma única espora e sobre um lombilho muito mal forrado (...) e também no saco que ia à garupa, ou na enxada, no machado, ou algum outro objeto de igual natureza que ia carregando ao ombro.*<sup>522</sup>

Logo à frente Ferreira de Resende completa que:

*Ao ver uma figura assim tão esquipática, ninguém havia que desde logo não pensasse que era apenas um trabalhador da roça, e, se tinha os pés inchados ou algumas feridas nas pernas, que não acreditasse que era talvez algum mendigo: e no entretanto pondo-se a conversar com ele ou tiradas as devidas inquirições, vinha-se afinal saber que o tal trabalhador da roça era às vezes um **fazendeiro cuja fortuna ascendia a muitas dezenas de contos de réis e que era ou já tinha sido eleitor, juiz de paz, vereador, etc.***<sup>523</sup>

Exemplo deste comportamento pode ser visto na trajetória de Custódio Ferreira Leite Ribeiro ou o Barão de Airuoca, um dos primeiros nobres da Zona da Mata mineira. Nascido em 1782 e falecido em 1859, grande fazendeiro na região da atual Mar de Espanha, sua fazenda chamava-se Barra do Lourical e foi responsável pela abertura da estrada da “*Meia Pataca*” para o Porto Novo do Cunha (hoje Além Paraíba) além de ter construído a estrada do “*Comércio*” da Iguaçú para Minas, administrado as estradas de Sapucaia e do Feijão Cru e realizado diversos atos de caridade.<sup>524</sup> Nas **Efemérides Mineiras** encontramos a seguinte definição de sua trajetória “*À esfera dos estudos primários, por motivos alheios a sua vontade e não obstante a inteligência vivaz que cedo revelou, ficou limitada à soma dos conhecimentos que até a adolescência pode*

<sup>522</sup> RESENDE, Francisco ....., op. cit. p. 375 e 376.

<sup>523</sup> Idem, p. 376, grifos nossos.

<sup>524</sup> Idem, p. 354 – 356 e VEIGA, Xavier da op. cit. p. 988 – 989.

*adquirir*”.<sup>525</sup> Segundo ainda Xavier da Veiga seu título de nobreza somente se deu por intervenção do Marquês do Paraná em 1855. Custódio Ferreira Leite Ribeiro foi eleito ainda deputado provincial para o período de 1858 e 1859 e segundo Ângelo Carrara com uma visão mais crítica vai afirmar que:

*Apesar da riqueza e dos amigos e parentes poderosos e ‘mediana cultura’ do Barão de Airuoca, conjugada com seu pouco interesse pela política, impedia sua afirmação como liderança consistente junto à elite imperial. Seus amigos o elegeram apenas uma vez, para a 12ª legislatura provincial. A mesma situação a experimentou o primeiro Barão de Leopoldina, Manoel José Monteiro de Barros, deputado provincial apenas uma vez, pela 3ª legislatura.*<sup>526</sup>

Os exemplos acima tratados nos mostram como além de ser a Mata mineira uma região de “*fronteiras abertas*”, portanto com terras a serem ‘conquistadas’; o discurso à respeito da questão da educação (ou da falta de) também criava poderosos obstáculos para a formação de grupos políticos poderosos para além dos limites estreitos da localidade. Esta preocupação com a educação já foi apontada por diversos autores como poderoso papel de diferenciação social dentro dos grupos políticos de Minas.

Neste sentido a ‘formação’ educacional e familiar de alguns políticos diferenciaram dos demais da Mata mineira. Conforme visto no capítulo anterior de José Cesário de Miranda Ribeiro apesar do ‘exílio’ voluntário na Mata permaneceu com grande prestígio junto à corte. Outro exemplo pode ser visto em Mariano Procópio Ferreira Lage. Considerado um dos políticos mais ‘progressistas’ da região pela historiografia *tradicional-liberal* sua trajetória foi marcada por profundas diferenças da maioria dos políticos da região.

O que irá diferenciá-lo frente aos políticos ‘tradicionais’ da Região segundo Patrícia Falco Genovês era que:

*Mariano era filho de um influente político em Barbacena, cuja base se fazia sobre a produção de alimentos e das grandes*

<sup>525</sup> VEIGA, Xavier da op. cit, p. 988

<sup>526</sup> CARRARA, Ângelo op. cit, p. 98.

*propriedades que possuíam. Além disso, sua mãe pertencia a uma influente família de São João Del Rei. Empreendedor, Mariano deslocou-se para Juiz de Fora, onde concretizou um antigo projeto de seu pai, a Rodovia União e Indústria, ligando a localidade à Corte. Amigo pessoal do Imperador mandou construir o que se poderia considerar, na época, um palacete para recebê-lo. Embora não gozando de prestígio na então Cidade do Paraibuna, onde sequer conseguiu consagrar-se como vereador, Mariano conseguiu ingressar no seletivo grupo da elite provincial, muito provavelmente em função de suas ligações estreitas com o Monarca e pelo prestígio eminente do clã ao qual pertencia, repleto de barões, de altos escalões da Guarda Nacional e de grandes e respeitáveis proprietários de terras e escravos. Esse prestígio era tão eminente que Mariano declinou da honra de receber das mãos do próprio Imperador o título de Barão de Santana, deixando o título para a mãe, Maria José de Santana. Anos mais tarde, Mariano foi agraciado com uma Ordem estrangeira (Ordem Francesa da Legião de Honra), e duas brasileiras: Comendador da Ordem de Cristo e Dignatário da Ordem da Rosa, em 1868.<sup>527</sup>*

## **5.2 Das eleições no Império Brasileiro: evolução do sistema político e representação por regiões**

Nessa sessão trabalhamos com os ‘sistemas eleitorais’ e as eleições ocorridas durante o século XIX no Brasil a partir de alguns pontos que entendemos ser fundamentais. Em primeiro lugar, resgatamos a ‘montagem’ do sistema eleitoral e suas várias reformas como parte da construção do Estado Brasileiro no período. Ao mesmo tempo, a análise das sucessivas ‘legislações eleitorais’ ajudam a entender a distribuição do poder pelas províncias além de ser uma das grandes formas de *exercício direto* do poder senhorial ou local, conforme assinalado José Murilo de Carvalho e Ilmar Mattos e trabalhado com maiores detalhes por Richard Graham. Por último, a análise destes sistemas e suas configurações regionais em algumas eleições nos permitem entender com maiores detalhes as constantes disputas intraprovinciais, especificamente no caso mineiro. Portanto, ao analisarmos esse sistema eleitoral estamos buscando explicar, em parte, os constantes conflitos assistidos nas Minas Gerais do Dezenove e também parte da *assimetria política* que irá marcar a trajetória da Mata mineira no período da segunda metade do mesmo século.

---

<sup>527</sup> GENOVÊS, Patrícia... O Espelho... op. cit. p. 221

Fruto da diversidade das estruturas administrativas herdadas ainda do período colonial, também originária do impacto das mudanças políticas do final do século XVIII e àquelas provocadas pela transmigração da corte portuguesa no início do XIX; o sistema e a legislação eleitoral ‘instalada’ no Brasil serão prenes de contradições. Houve grandes diferenças entre as formas de se proceder as eleições com interpolação de poderes, constantes reclamações sobre abusos de autoridades, fraudes e as formas como se dividia os colégios eleitorais. Em grande parte estes problemas eleitorais vinham ainda das ‘formas’ de organização do território mineiro tanto no sentido civil como eclesiástico como visto. Em 1857 vemos novamente o Presidente da Província Herculano Ferreira Pena esse chamou atenção para que à Assembléia Provincial:

*(...) ponderando principalmente a necessidade de harmonizar quanto seja possível as divisas civis com as eclesiásticas para que não subsista a anomalia que ainda se observa em algumas de nossas leis, de pertencer um distrito na parte eclesiástica à Freguesia de um município diverso daquele à que presta obediência na parte civil, o que além de muito prejudicial à marcha do serviço e **especialmente a das eleições**, é contrário ao princípio estabelecido pela lei geral de 8 de novembro de 1831.*<sup>528</sup>

O sistema eleitoral consistiu, também, num processo de racionalização e burocratização, que estava em consonância com a expansão de uma economia e de uma sociedade escravista e liberal a partir de meados do século XIX. Dessa forma a legislação eleitoral irá sofrer diversas modificações no período. Basta dizer que entre 1821 até 1893 teremos pelo menos 11 leis alterando os modelos, as circunscrições de votantes e as formas de se realizar as eleições. Tantas mudanças geraram o comentário do 3º vice-presidente de Província de Minas Gerais em 1862 o coronel Joaquim Camilo Teixeira da Mota ao justificar algumas questões na eleição do ano anterior observou: “*Deram-se na verdade, no processo eleitoral algumas irregularidades, cujos efeitos pertencem-vos apreciar e que seguramente não podem ser estranhadas em um país novo, onde cada legislatura traz o ensaio de um novo sistema eleitoral*”.<sup>529</sup>

<sup>528</sup> Relatório de Presidente de Província, 1857, grifos nossos.

<sup>529</sup> Relatório de Presidente de Província, 1862.

É importante destacar que as eleições realizadas desde o período colonial eram organizadas pelas “*Ordenações do Reino*”, entre elas, a que mais chama a atenção foram as “*Ordenações de 1603*” ou as “*Ordenações Filipinas*” em seu Título 67 do “*Livro Primeiro das Ordenações*”. Tais eleições eram realizadas sempre pelas Câmaras Municipais para os cargos da administração e justiça local. Como não havia propriamente um funcionalismo público, a função das eleições era a indicação dos cargos tanto da vereança (juiz e vereador) como também procuradores, tesoureiros, almotacéis e escrivães. Este sistema eleitoral permaneceu em uso no país até o início do século XIX, grosso modo os ‘homens bons’ elegiam seis eleitores que realizavam a escolha dos membros do conselho municipal que governariam pelo prazo de um ano, como as eleições deveriam ser chamadas de três em três anos, esses eleitores deveriam eleger três conselhos distintos para o período em questão. Obviamente o espírito da lei nem sempre era obedecido e todo tipo de privilégio e abusos ocorriam nesses processos.<sup>530</sup> Ao mesmo tempo, o fato das eleições serem para cargos da administração local impedia conflitos de maiores montas entre as várias ‘esferas’ do poder.<sup>531</sup>

A grande autonomia das câmaras municipais para o período colonial já foi apontada exaustivamente pela historiografia pertinente, tanto como forma estratégica de colonização do vasto território das colônias por parte da metrópole como também de expressão dos poderes locais que chegavam a rivalizar com as autoridades enviadas do reino.<sup>532</sup>

Quando da transmigração da família real em 1808, a construção de um “*corte tropical*” implicou na adequação de estruturas do antigo sistema colonial no Estado do Brasil.<sup>533</sup> No tocante as eleições nas vilas do Estado do Brasil, mesmo com a presença da Corte, as eleições continuaram a ser realizadas pelas câmaras municipais, por mais

---

<sup>530</sup> A respeito de um caso sobre “eleição” e sua anulação no período colonial cf. PEDROSA, Silvio Henrique. *Entre as dores e o crescimento: a atuação dos ouvidores gerais no Rio de Janeiro (1700-1752)*. [www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212976588\\_ARQUIVO\\_Entreasdoresoeocr escimento\\_SilvioPedrosa.pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212976588_ARQUIVO_Entreasdoresoeocr escimento_SilvioPedrosa.pdf)

<sup>531</sup> FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

<sup>532</sup> Além dos estudos ‘clássicos’ como os de Caio Prado Júnior e Raimundo Faoro, cf uma visão mais ‘moderna’ entre outros. BICALHO, Fernanda. *As Câmaras Municipais no Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro*. In: *Revista Brasileira de História*, v. 18 n. 36, São Paulo 1998

<sup>533</sup> A respeito da Corte no RJ e seu desdobramento para o Império Português, além dos trabalhos já citados, Cf. SHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical: Império, Monarquia e a Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

que, no caso do rio de Janeiro, algumas de suas funções foram transferidas para a Intendência de Polícia.<sup>534</sup>

O sistema eleitoral que aqui será montado, em parte herança do antigo ‘sistema’ das “*Ordenações Filipinas*” onde as eleições eram realizadas pelas câmaras municipais e, em parte na construção de um ‘modelo nacional’ demonstram bem essas “*transações*”.<sup>535</sup>

Entre 1820 e 1821 com a revolução liberal do Porto tornou-se preciso eleger os representantes do Estado do Brasil e, um novo sistema foi ‘sobreposto’ às eleições locais. Em 1821 foi necessário coordenar e realizar em todo o território do reino, articulando as municipalidades e outras circunscrições administrativas como freguesias, paróquias e comarcas em um processo mais amplo de representação por Capitania. A Instrução já citada no capítulo I de **07 de Março de 1821** foi inspirada no sistema eleitoral estabelecido pela constituição espanhola de 1812 que preconizava o número de um representante para cada povoação que atingisse um determinado número de habitantes (no Brasil esse número seria de 30.000 ‘almas’).<sup>536</sup> Nessas eleições foram escolhidos 72 deputados para representar o Brasil junto às cortes, Minas Gerais elegeu 13 representantes, o maior número de todas as Províncias.<sup>537</sup>

Nessa primeira eleição “*geral*” houve quatro níveis; o local (municipal e distrital, ou então por freguesia) o paroquial (que reunia as freguesias, distritos e municípios); o nível de comarca e por fim o nível da capitania / província.<sup>538</sup> Esse “*sistema eleitoral*” foi marcado por grande pessoalidade e improvisação, como foi dito havia quatro níveis de eleitores, as “*juntas eleitorais de freguesias*” onde os ‘cidadãos’ votantes (1º nível) elegeriam os “*compromissionários*” (2º nível) que por sua vez iriam

<sup>534</sup> HOLLOWAY, Thomas H.. *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. (Cap 2, Primórdios, 1808-1830) (citar corretamente)

<sup>535</sup> É importante destacar aqui que o conceito de nacional era originário das novas idéias de representação política, da construção dos Estado-nações, para além do sentido estrito que o termo pátria ou nação ainda possuíam no antigo regime. Sobre os conceitos de pátria e nação para o final do século XVIII e início do XIX e a transmutação desses conceitos cf. RIBEIRO, GLayds Sabina “SSS”

<sup>536</sup> O título do decreto de 7 de março de 1821 é “*Instruções para as eleições dos deputados das Cortes, segundo o método estabelecido na Constituição Espanhola, e adotado para o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve*” para maiores informações cf.

<sup>537</sup> Os 13 representantes mineiros foram: Dr Lúcio Soares Teixeira de Gouveia; José Eloi Otoni; Padre Belchior Pinheiro de Oliveira; Capitão-mor Doningos Álvares Maciel; Antônio Teixeira da Costa; Manuel José Veloso Soares; Desembargador Francisco de Paula Pereira Duarte; o inconfidente José (de) Rezende Costa; Desembargador Lucas Antônio Monteiro de Barros; Padre José Custódio Dias; Coronel João Gomes da Silveira Mendonça; Dr. José Cesário de Miranda Ribeiro e Dr Jacinto Furtado de Mendonça, fonte VEIGA, Xavier da. op. cit. p. 779.

<sup>538</sup> apesar de já se encontrar na documentação de época referências as províncias em substituição ao termo capitania, neste momento as províncias ainda não haviam sido formalmente criadas o que somente irá ocorrer em abril de 1821 com o retorno de D. João VI para Portugal

eleger os “*eleitores de paróquia*” (3º nível). Esses iriam até a sede (cabeça) da comarca, escolher os “*eleitores de comarca*” (4º nível) que iriam se dirigir a capital da província para daí escolherem os representantes da província. No caso mineiro as eleições finais foram realizadas entre os dias 17, 18 e 19 de setembro de 1821 onde vários ‘candidatos não-residentes’ mas que possuíam fortes interesses e relações políticas com a província foram eleitos. Tal foi o caso já citado de José Cesário de Miranda Ribeiro que retornando de Portugal em 1821 por ter se formado em Direito pela Universidade de Coimbra, ao chegar descobriu que tinha sido escolhido representante pra as Cortes.<sup>539</sup>

O sistema eleitoral estabelecido pelo decreto de 07 de Março de 1821 sofreu várias modificações nas duas eleições seguintes, para a escolha do Conselho de Procuradores da Província e para a escolha das Juntas dos Governos Provisórios das mesmas ambas em 1822. No caso específico de Minas foram três eleições, visto que serão duas juntas eleitas entre setembro de 1821 e Maio de 1822 conforme já trabalhado anteriormente.

Essa lei foi substituída em **19 de Junho de 1822** quando o príncipe regente chamou eleições gerais para a eleição da Assembléia Nacional Constituinte. De acordo com as novas diretrizes as eleições seriam realizadas em dois níveis, em um primeiro nível haveria os “*Votantes*”, cidadãos classificados entre àqueles proprietários, os assalariados de maior monta (1º caixeiro, guarda-livros, criados da Casa Real, Administradores de Fazendas e Fábricas) excetuando-se os assalariados, soldados, clérigos, estrangeiros, criminosos, etc.. Esses seriam responsáveis pela escolha dos “*Eleitores de Paróquia*” que seriam contados a partir do número de “*fogos*” de cada freguesia e não mais pelo número de “*almas*”. Cada 100 “*fogos*” daria direito a um eleitor, caso a localidade passasse de 150 “*fogos*” daria direito a dois e assim sucessivamente. Esta nova forma de se contar os eleitores obviamente beneficiava os centros urbanos e mesmo regiões onde existissem plantéis menores de escravos. Até que ponto tal medida foi pensado pelos responsáveis pela lei é incerto, porém essa forma de contagem da população manteve o predomínio das regiões de povoamento mais antigo nas Minas Gerais (e de plantéis menores) conforme se verá.

A mesa eleitoral ou junta seria presidida pelo presidente da câmara e pelo pároco que ficava ainda responsável pela identificação dos votantes. Os “*Eleitores de Paróquia*” depois de escolhidos deveriam se reunir após 15 dias na “*cabeça do*

---

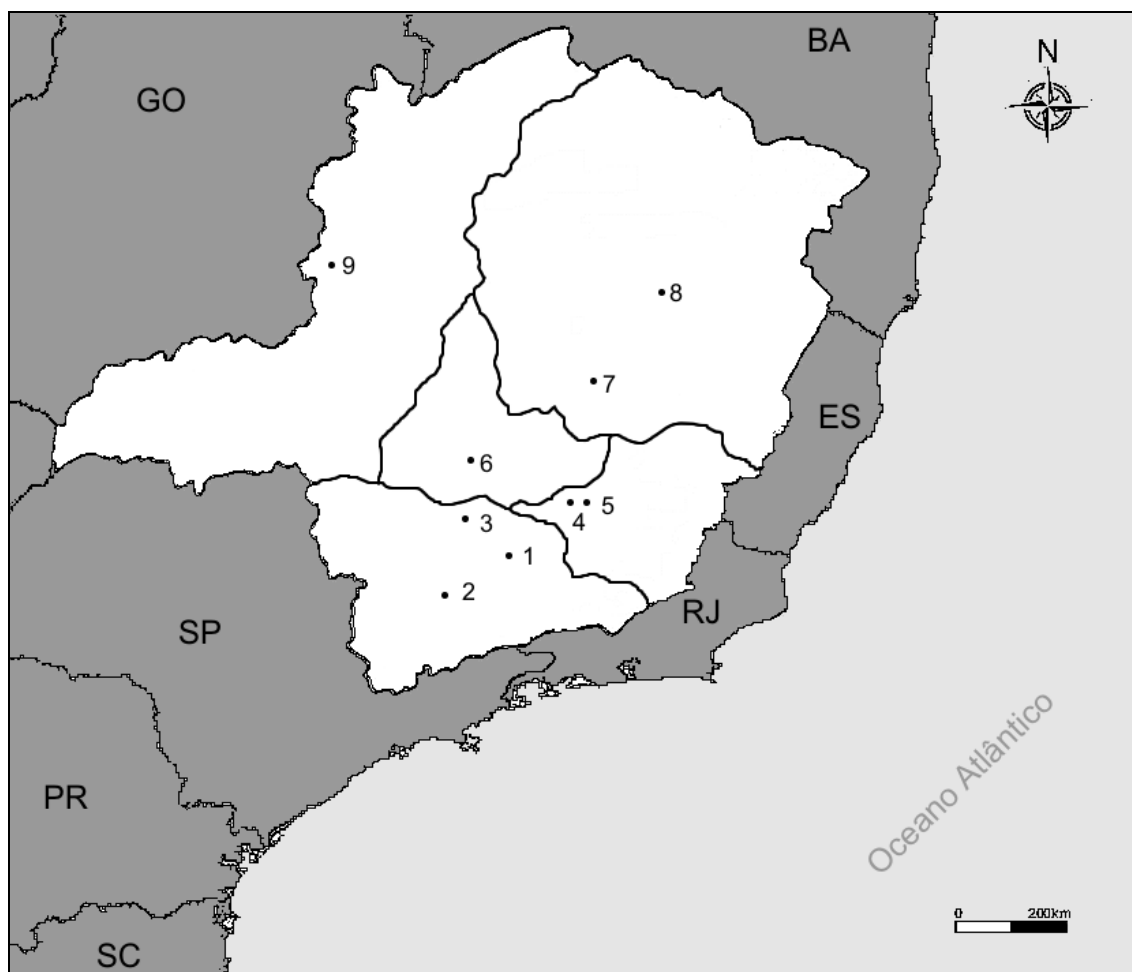
<sup>539</sup> SILVA, Wlamir, op. cit. e VEIGA, Xavier da, op. cit.

*distrito*” onde passariam por votação similar, nesse caso um dos eleitores seria escolhido como presidente da comissão e junto com o Pároco e demais escrutinadores iria montar a mesa para conferência dos votos. Após a eleição as atas eram lavradas e enviadas para a câmara municipal da capital da província, onde os resultados eram apurados pelos vereadores da câmara municipal da capital e pelos demais eleitores de paróquia presentes.

A manutenção do sistema de freguesias e distritos interferiu na estrutura das comarcas, e Minas Gerais possuía na época cinco comarcas, a saber: Vila Rica, Rio das Mortes, Sabará, Serro Frio e Paracatu. Apesar das continuidades em relação ao modelo anterior a confusão entre as divisões administrativas acabou por determinar como “*cabeças de distrito*” 9 vilas: Vila de São João Del Rei; Vila da Princesa da Campanha; Vila de São Bento de Tamanduá; Vila Rica, Cidade de Mariana; Vila de Pitangui; Vila do Príncipe (Serro); Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso (Minas Novas) e Paracatu. A lei deixava claro ainda que esta divisão referia-se somente para efeito dessas eleições o que implicava ainda em admitir o quanto o modelo adotado deveria ser aperfeiçoado. No mapa abaixo segue a divisão das comarcas na província em 1821, bem como a localização aproximada das “*cabeças de distritos*”.



**Mapa II: Comarcas Mineiras e Cabeças de Distritos Eleitorais – Minas Gerais – 1822**



**Fonte:** (Elaboração Própria) a partir de

Pela distribuição das “*cabeças de distritos*” que presidiriam as eleições percebe-se claramente quais as regiões ou vilas que detinham maior poder ou prestígio nesse momento e ainda a baixa densidade de alguns *sertões*. A comarca do Rio das Mortes possuía três vilas como ‘cabeças’, As comarcas do Serro Frio e de Vila Rica duas cada uma e as comarcas de Sabará e Paracatu apenas uma cada apesar das vastas extensões que seus territórios cobriam. Regiões como a Mata mineira e o Triângulo sequer possuíam vilas capazes de aglutinarem grandes populações e seus votos foram ‘diluídos’ pelas paróquias e distritos de maior densidade demográfica.

Para se ter uma idéia dessa situação, basta dizer que os moradores do arraial do Juiz de Fora, de Chapéu D’Uvas, de Matias Barbosa e outras regiões mais distantes deviam se deslocar até Barbacena para poderem escolher os eleitores de paróquia.

Esses, por sua vez, deveriam se deslocar até a capital da província. Esses constantes deslocamentos eram um grande empecilho à participação política, tanto que o Barão de Bertioga, ao declinar do cargo de vereador da câmara municipal de Juiz de Fora quando de sua fundação em 1853, justificou da seguinte forma:

*E Silva Pinto por aí já residia desde 1833, ocupando posição de relevo. Ele próprio, eleito pela segunda, em 1856 vereador da Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraibuna, declarou, em carta a Paula Lima, então exercendo a Presidência, que, por andar sempre ‘incomodado’, não podia tomar posse de tal cargo, mas que ninguém vislumbresse nessa atitude a recusa de prestar serviço à localidade em benefício da qual vinha trabalhando ‘desde quando vinte e três anos antes, a representou na Câmara de Barbacena, apesar da distância’.*<sup>540</sup>

A lista dos representantes eleitos mostra bem como os deputados eram originários das regiões de povoamento mais antigo. Alguns deles por certo terão uma relação mais próxima quando a expansão da cafeicultura ou a criação de gado e o transporte das tropas no triângulo e Oeste de Minas, entretanto, estas regiões ainda não possuíam identidades políticas ou atividades econômicas consolidadas, conforme viemos tentando demonstrar.

#### Quadro I: Lista dos Deputados Mineiros da Assembléia Nacional Constituinte

Deputados Eleitos	Região	Formação ou títulos
Belquior Pinheiro de Oliveira	Norte	Padre
José Joaquim da Rocha	?	Diplomata
Cândido José de Araújo Viana	Central	Senador / Marquês de Sapucaí
José de Resende da Costa	Central	Contador do Erário Régio Inconfidente
Manoel Rodrigues da Costa	?	Padre / Inconfidente
João Gomes da Silveira Mendonça	?	Senador / Marquês de Sabará
Antônio Teixeira da Costa	?	Medicina
Manoel José Veloso Soares	?	Bacharel em Cânones
Manoel Ferreira Câmara Bitencourt de Sá	Norte	Senador / Engenheiro
Teotônio Álvares de Araújo Maciel	?	Direito
José Álvares do Couto Saraiva	?	Direito
Padre José Custódio Dias	Sul	Senador
João Severiano Maciel da Costa	Central	Senador / Marquês de Queluz
João Evangelista de Faria Lobato	Norte	Senador / Direito

<sup>540</sup> Apud OLIVEIRA, Paulino de. op. cit. p. 18 (grifos do autor). A a distância de Juiz de Fora para Barbacena é de cerca de 100 quilômetros.

Antônio Gonçalves Gomide	Central	Senador / Medicina
Lúcio Soares Teixeira de Gouveia	Central	Senador / Direito
Estevão Ribeiro de Resende	Central	Senador / Marquês de Queluz
Antônio da Rocha Franco	Central	Padre
José Antônio da Silva Maia	?	Senador*
José Teixeira da Fonseca Vasconcelos	Central	Senador / Visconde de Caeté / Direito

**Fonte:**

Quanto a distribuição dos deputados a lei em si não determinava nenhuma espécie de filiação por comarca, ou distrito como se verá em períodos posteriores. A instrução determinou somente que o número de deputados do “*Reino do Brasil não podem ser por ora menos de 100*” e apesar das imprecisões dos levantamentos censitários citados no próprio corpo da lei, esta, ainda que provisoriamente, distribuiu os deputados por cada uma das províncias de acordo com o quadro II. Nela podemos perceber que Minas Gerais será a província com o maior número de deputados do Império (20 no total) e que, apesar da lei declarar que esta distribuição seria passível de mudanças dado a precariedade dos dados, esse número jamais foi alterado no caso mineiro, nas demais províncias o foi muito pouco.

**Quadro II: Número de Deputados Representantes por Província durante o Império Brasileiro (1822 – 1889)**

Províncias / Ano	1822	1824	1834	1850	1853	1861	1886
Alagoas	5	5	5	5	5	5	5
Bahia	13	13	14	14	14	14	14
Ceará	8	8	8	8	8	8	8
Cisplatina	2	2	-	-	-	-	-
Espírito Santo	1	1	1	1	1	2	2
Goiás	2	2	2	2	2	2	2
Maranhão	4	4	4	4	6	6	6
Mato Grosso	1	1	1	2	2	2	2
Minas Gerais	20	20	20	20	20	20	20
Pará	3	3	3	3	3	3	3
Paraná	-	-	-	-	1	2	2
Paraíba	5	5	5	5	5	5	5
Pernambuco	13	13	13	13	13	13	13
Piauí	1	1	2	2	2	2	3
Rio de Janeiro	8	8	8	10	10	10	12
Rio Grande do Norte	1	1	1	1	2	2	2
Rio Grande do Sul	3	3	3	5	6	6	6
Santa Catarina	1	1	1	1	1	2	2
São Paulo	9	9	9	9	9	9	9
Sergipe	-	2	2	2	2	2	4

Amazonas	-	-	-	<b>1</b>	1	<b>2</b>	2
Total	100	102	102	108	113	117	122

**Fonte:** TAPAJÓS, Vicente. op cit. p. 142 e Coleção de Leis do Império

**1** | Data da Criação ou modificação do número de deputados da província

\*Em virtude da Revolução Farroupilha a representação do Rio Grande do Sul foi ‘esvaziada’ durante o período de 1845 – 1855.

A constituição outorgada em 25 de março de 1824 e a “*Instrução para se proceder as eleições*” publicadas no dia seguinte em **26 de Março de 1824** pouco modificou a lei eleitoral de 19 de junho de 1822. Entre as alterações estava a substituição do presidente da câmara municipal pelo juiz de fora ou pelo juiz ordinário na condução dos trabalhos, apesar da manutenção do pároco como um dos componentes da mesa, além de determinar que as eleições devessem ser realizadas na igreja local ou na matriz quando existisse mais de uma igreja. Podemos inferir a possibilidade de uma maior centralização política que estava em curso e que será coroada com a lei de 01 de outubro de 1828, posto que tanto o cargo do juiz de fora, quanto do vigário eram de nomeações do poder central, ou então ‘escapavam’ ao controle dos poderes locais.

O sistema continuava dividido em dois níveis, um primeiro dos “*votantes*” – que poderiam ser todos os cidadãos conforme determinado na lei de 1822 – e os “*eleitores de paróquia*”. Estes se reuniram novamente nas “*cabeças dos distritos*” para elegerem três ‘tipos’ de representantes, os: 1º Os deputados gerais; 2º O(s) senador(es) – organizados em lista tríplice e, 3º Os membros do Conselho Geral da Província que deveriam assessorar o Presidente (em Minas Gerais, bem como nas províncias maiores e mais populosas eram em número de 21).

As eleições de 1825 para a 1ª assembléia legislativa regular do Império (visto que a primeira assembléia era constituinte e foi dissolvida) foram conduzidas por essa instrução, essa lei somente sofreu pequenas modificações pelos decretos de 29 de julho de 1828 e 28 de junho de 1830 que determinavam regras mais claras quanto à realização das eleições (que deveriam se proceder ao mesmo tempo em cada província); multas para os “*votantes*” que não comparecessem (obviamente sem causa justificada) e regras mais detalhadas para a realização das eleições paroquiais (1º nível), como a exigência de atos religiosos de acordo com o momento e identificação dos mesários.

Ao mesmo tempo o decreto de **1º de outubro de 1828** que determinava as atribuições, direitos e deveres das vilas e cidades do Brasil regulamentava as eleições para as câmaras municipais, ficando, portanto o país com duas legislações eleitorais, uma para deputados, senadores e conselheiros das províncias (a lei de 25 de março de

1824) e outra para os vereadores (1º de outubro de 1828). As diferenças mais importantes entre as duas leis era que nas eleições para vereadores deveria ser feita até 15 dias antes das eleições uma listagem geral das pessoas aptas a votar por paróquia e que a eleição seria em um nível apenas. COLOCAR UMA RÁPIDA E SUCINTA ANÁLISE DA LEI

A abdicação de D. Pedro I e o período turbulento que se seguiu fizeram com que o governo regencial alterasse a legislação eleitoral consubstanciada na lei de número 16 de **12 de agosto de 1834** que determinava não só a eleição direta do Regente Uno (o que não chegou a ocorrer) como também a organização e eleição das Assembléias Legislativas Provinciais, uma das mais significativas reformas do Avanço Liberal.<sup>541</sup>

Criadas em 1834 pelo ato adicional à constituição de 1824, as Assembléias Legislativas “*tinham por principal objeto propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas províncias; formado projetos peculiares e acomodados às suas localidades e urgências*”.<sup>542</sup> Sobre as competências das Assembléias estava o direito de legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica; a mudança da capital (se conviesse a assembléia); sobre a instrução pública (excetuando-se as faculdades de medicina e jurídicas e as academias); sobre os casos de desapropriação (por interesse municipal e provincial); a polícia; a questões referentes às despesas e impostos municipais; a criação ou extinção de empregos municipais (e provinciais); sobre a construção de cadeias e demais prédios públicos (exceto os Imperiais); a Câmara poderia ainda organizar regimentos internos; autorizar às câmaras municipais à contrair empréstimos; organizar as estatísticas provinciais; a catequese e estabelecimento de colônias e finalmente decretar a suspensão ou até demissão do magistrado à quem se provasse crime de responsabilidade.<sup>543</sup>

A criação das Assembléias Provinciais irá provocar uma grande crise de competência entre os poderes instituídos, tanto que na mensagem do Ministro do Império José Inácio Borges ainda em 1835, ou seja logo após a criação das mesmas lê-se que:

---

<sup>541</sup> A respeito do Ato Adicional, entre outros trabalhos, cf. MURILO, op. cit. No tocante ao período da regência existe uma extensa bibliografia. Para uma pequena síntese do período cf. MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

<sup>542</sup> Art. 81 do Ato Adicional à Constituição de 1824 *apud* TAPAJÓS, Vicente, op. cit. p.237.

<sup>543</sup> *Idem*, p. 238-239.

*Conquanto estes corpos deliberantes tenham preenchido as expectativas da nação, pelo que respeita as providências e remédios locais que nem a Assembléia Geral nem o governo central poderiam acautelar, contudo algumas tem exorbitado das raias que lhe marcou o Ato Adicional das reformas à Constituição, legislando sobre matérias que aquele ato lhes não confiou.<sup>544</sup>*

Entre as assembléias provinciais, será a de Minas Gerais a que mais irá tomar decisões que serão posteriormente modificadas pelo retorno do Conselho de Estado. As constantes disputas que a criação das assembléias legislativas provinciais provocou no país, já a partir de 1834,<sup>545</sup> bem como o enfrentamento entre os grupos políticos levaram a vários projetos de modificação do sistema. Antônio Paulino Limpo de Abreu e Bernardo Pereira de Vasconcelos enquanto ministros dos governos regenciais reclamaram respectivamente em 1837 e 1838 das constantes disputas que tais eleições provocavam. Dizia Limpo de Abreu em 1837:

*Em diversos pontos do Império as eleições tanto para o corpo legislativo, como para os cargos municipais, tem dado causa a agitações mais ou menos graves (...) deve-se recear que desordens maiores apareçam e que se veja comprometida a paz interna.<sup>546</sup>*

Já em 1838 assim se expressou Bernardo Pereira de Vasconcelos:

*Tendo o governo trazido ao conhecimento da Assembléia Geral no último relatório da repartição a que internamente presido, os fatos escandalosos que em algumas províncias se praticaram*

---

<sup>544</sup> Ministério do Império (ministro José Inácio Borges) Relatório do Ano de 1835 apresentado a Assembléia Legislativa na sessão ordinário de 1836

<sup>545</sup> Em 1834, por exemplo, foram anuladas as eleições para a Assembléia Legislativa da Província de Alagoas cf. Ministério do Império (ministro Joaquim Vieira da Silva Souza) Relatório do Ano de 1834 apresentado a Assembléia Legislativa na sessão ordinário de 1835 Já em 1838 irão acontecer vários incidentes na província da Paraíba, levando a anulação de vários colégios eleitorais cf. Ministério do Império (ministro Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque) Relatório do Ano de 1838 apresentado a Assembléia Legislativa na sessão ordinário de 1839

<sup>546</sup> Ministério do Império (ministro Antônio Paulino Limpo de Abreu) Relatório do Ano de 1836 apresentado a Assembléia Legislativa na sessão ordinário de 1837

*nas próximas passadas eleições gerais, e que deram lugar à sua anulação, não cansarei a vossa paciência com a repetição do que então se disse (...) O governo espera conveniente remédio em assunto de tamanha importância, no qual a experiência tem mostrado a necessidade de providências vigorosas para que não se repitam os abusos que se tem cometido.*<sup>547</sup>

O resultado destes debates foi o decreto 157 de **04 de maio de 1842** que modificou o sistema eleitoral principalmente ao se criarem as listas de eleitores e de votantes que eram afixados nas igrejas no momento das eleições para evitar os constantes abusos na qualificação de quem teria direito à voto. Além desta medida se proibia o voto por procuração e se nomeava as autoridades que poderiam intervir em caso de fraudes, no artigo 11º lia-se:

*O fiscal deve, e os interessados podem, representar ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império na Corte e aos Presidentes nas Províncias, contra os abusos e ilegalidades cometidas na formação das listas e suas alterações; afim de que se faça efetiva a responsabilidade dos que a tiverem*

Vemos que no caso das províncias a autoridade deveria ser o próprio presidente o que diminuía o poder da Câmara Municipal da Capital, posto que vários conflitos de competência já haviam ocorrido entre as câmaras das capitais e algumas regiões, em Minas particularmente na eleição de 1822 e em outras como no caso da Paraíba em 1838 quando a câmara municipal da *Cidade da Paraíba* anulou as eleições de diversos colégios eleitorais da província, provocando protestos e a intervenção do governo regencial.<sup>548</sup>

A partir desta lei passamos a perceber nos relatórios dos presidentes de províncias as primeiras informações acerca das eleições, dados que inexistiam antes, ao menos para Minas. Em 1842 o presidente Bernardo Jacinto da Veiga traz as primeiras informações sobre o número de votantes por comarcas (que nesse momento ainda se

<sup>547</sup> Ministério do Império (ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos) Relatório do Ano de 1837 apresentado a Assembléia Legislativa na sessão ordinária de 1838

<sup>548</sup> Ministério do Império (ministro Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque) Relatório do Ano de 1838, op. cit

‘confundiam’ com os distritos eleitorais), municípios e paróquias conforme se vê no Quadro III.<sup>549</sup>

**Quadro III: Proporção Eleitores e Fogos por Comarca em Minas Gerais – em novembro de 1842**

Comarca	Fogos	votantes	proporção fogos / votantes	% votantes da província
Paracatu	1.656	354	4,68	0,87
Paraná	3.735	814	4,59	2,00
São Francisco	9.001	1.632	5,52	4,01
Jequitinhonha	7.291	1.649	4,42	4,05
Rio Grande	7.181	2.040	3,52	5,01
Rio das Mortes	7.704	2.683	2,87	6,59
Ouro Preto	9.647	3.080	3,13	7,56
Sapucai	13.077	4.287	3,05	10,53
Serro	12.954	4.317	3,00	10,60
Rio das Velhas	19.499	4.336	4,50	10,65
Paraibuna	11.815	4.658	2,54	11,44
Rio Verde	15.653	5.394	2,90	13,25
Piracicava	16.292	5.476	2,98	13,45
Totais	135.505	40.720	3,32	100,00

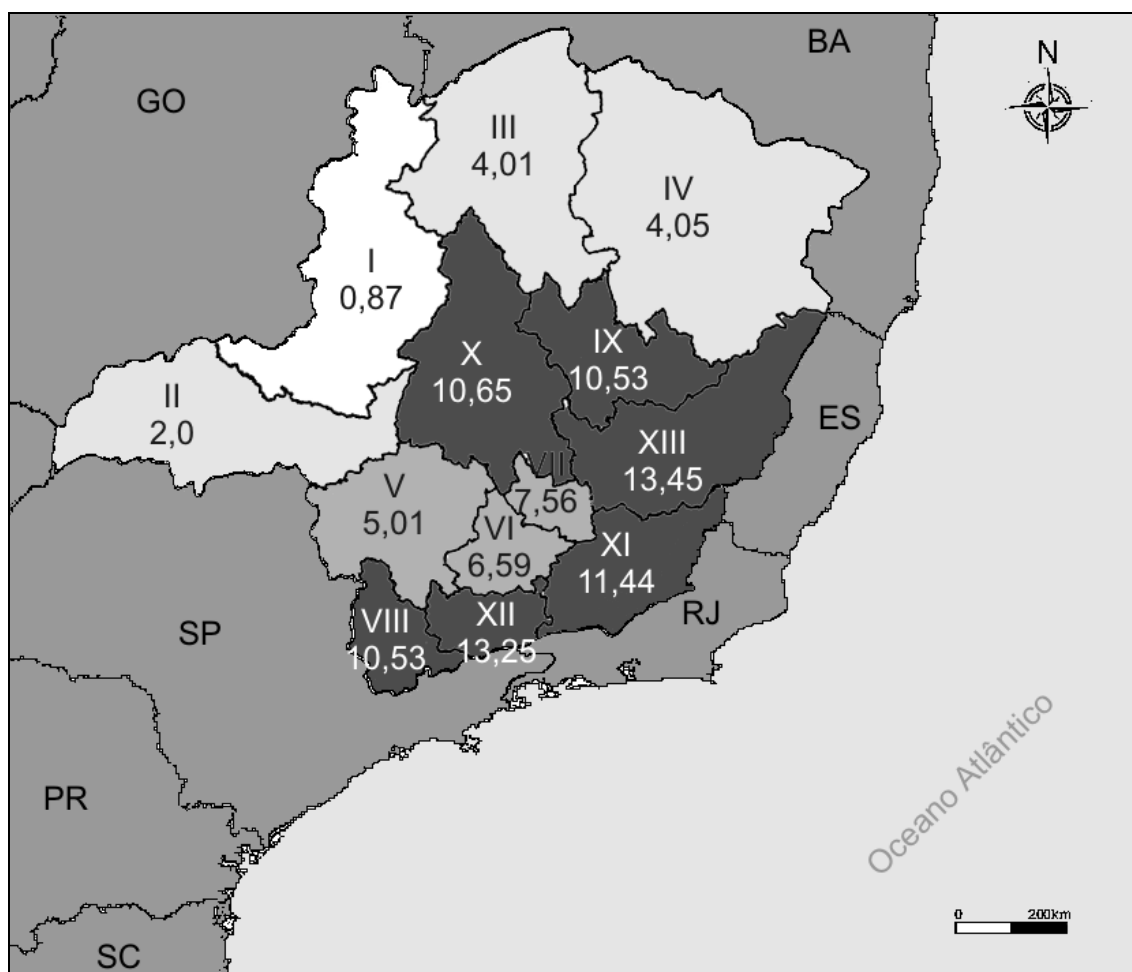
**Fonte:** Relatório de Presidente de Província, 1842.

Da análise do quadro podemos perceber a distribuição do eleitorado de 1º grau para a província. O número de Comarcas e/ou Distritos nesse momento era de 13 e esta divisão não era contemplada em nenhum dos mapas estabelecidos por Laird Bergard em seu trabalho citado anteriormente. Fazendo a ‘adaptação’ no mapa de Minas Gerais das divisões de comarca para o período de 1833 temos como resultado o Mapa III que demonstra como era a divisão eleitoral na década de 1842

<sup>549</sup> Exposição feita pelo exm. conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga, na qualidade de presidente da provincia de Minas Geraes, a seu successor, o exm. tenente-general Francisco José de Souza Soares de Andréa, no acto da sua posse. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C.a, 1843.



### Mapa III: Distribuição do número de votantes para as comarcas mineiras – 1842



**Fonte:** (Elaboração Própria) Comarcas: I Paracatu; II Paraná; III São Francisco; IV Jequitinhonha; V Rio Grande; VI Rio das Mortes; VII Ouro Preto; VIII Sapucaí; IX Serro; X Rio das Velhas; XI Paraibuna; XII Rio Verde e XIII Piracicava

A desagregação das comarcas em Municípios e Paróquias segundo as principais regiões mineiras vemos que a maioria dos eleitores continuava localizados nas regiões de colonização mais antiga. Assim temos o Centro com as comarcas de Ouro Preto, Rio das Velhas e Piracicava juntas com cerca de **31,66%** do votantes; Sul com as comarcas de Rio Grande, Rio Verde, Rio das Mortes e Sapucaí com **35,38%** e o Norte com as comarcas do Serro, Jequitinhonha e São Francisco com mais de **18,66%** deste ‘eleitorado’ de 2º grau. Como era de se esperar juntas, as antigas regiões mineiras possuíam mais de 80% do total de votantes. As demais regiões de Minas, particularmente à Mata (comarca do Paraibuna incluindo aí o município de Barbacena) e o Triângulo (à época comarca do Paraná) representavam respectivamente **11,44** e **2%** dos votantes, já a vasta região de Paracatu possuía apenas **0,87%**.

Conforme se percebe ainda na análise do quadro III podemos verificamos ainda que as listas eleitorais determinadas por ‘fogos’ ocasionava algumas **distorções** entre o número de votantes. Como exemplo, vemos que em regiões onde a escravidão era mais intensa, a relação de votantes por fogos era relativamente baixa, pois os escravos não votavam e os grandes plantéis escravistas contavam como um único ‘fogo’. Como na Comarca do Paraibuna (incluindo ai todos os municípios da Mata); na do Rio das Mortes (de importantes municípios escravistas como São João e São José Del Rei); na de Rio Verde e de Piracicava com menos de 3 eleitores por ‘fogo’. Já em regiões onde havia maior população livre e menores plantéis a proporção de votantes por fogo era maior como na Comarca de Ouro Preto (3,13 votante por ‘fogo’); Jequitinhonha (4,42) ou São Francisco com a maior média (5,52).

Em Minas Gerais as eleições na década de 1840 foram relativamente ‘tranqüilas’ pelo predomínio dos conservadores após a ‘derrota’ do movimento de 1842. Porém os anos de 1845 e 1846 foram marcados por intensos debates parlamentares na corte sobre o sistema eleitoral a proposta de reforma foi ‘puxada’ pelos deputados Manoel Odorico Mendes (pela Província do Maranhão) e Paulo Barbosa da Silva (pelo Rio de Janeiro) em Janeiro de 1845.<sup>550</sup> Após um ano e meio de discussões nas quais os políticos mineiros pouco participaram o resultado foi a Lei nº 387 de **19 de Agosto de 1846** que “*Regula a maneira de proceder às Eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembléias Provinciais, Juizes de Paz e Câmaras Municipais*”.<sup>551</sup>

Esta lei substituía todas as leis anteriores, ‘unificando’ a legislação eleitoral para todos os cargos eletivos, mantinha-se ainda a divisão em dois níveis com os “*votantes*” (1º grau) e “*eleitores de paróquia*” (2º grau). Somente em caso de eleição dos vereadores o sistema permaneceria com eleições diretas. A lei preconizava ainda eleições gerais à serem organizadas “*Em todo o Império será no 1º Domingo do mês de Novembro do 4º ano de cada legislatura*”.<sup>552</sup>

Esta lei trazia ainda um importante dispositivo em seu artigo 108º que dizia “*Suspender-se-á o recrutamento em todo o Império por três meses, a saber: nos sessenta dias anteriores e nos trinta posteriores ao dia da eleição primária*”.<sup>553</sup> O artigo proibia ainda a ostentação de forças públicas ou particulares a menos de uma légua do local de votação. Obviamente estas práticas eram muito comuns nas eleições

<sup>550</sup> ACDG, Sessões de Janeiro de 1845.

<sup>551</sup> CLI, 19 de Agosto de 1846.

<sup>552</sup> Idem, artigo 39º, p. 12

<sup>553</sup> Idem, p. 34

por todo o Brasil. Particularmente em Minas Gerais vemos o presidente de província o Conselheiro João Crispiano Soares em 1863 relatar que na Freguesia de Santana da Barra do Rio das Velhas, no município de Bagagem: “*homens armados, dirigidos e insuflados pelo subdelegado e seu 1º suplente penetraram na Igreja, ficando ferido um cidadão inerme que guardava a urna, violaram esta e rasgaram as cédulas e mais papéis que dentro dela se achavam*”. Em diversos outros relatórios tomamos ciência de fatos semelhantes.<sup>554</sup>

A lei deixava à cargo ainda da Província a reorganização interna das comarcas e distritos eleitorais, e até onde pesquisamos em Minas Gerais a organização eleitoral somente se modificou em 1854 quando a presidência da província determina os novos distritos eleitorais. Neste ponto as ‘confusões’ entre as múltiplas divisões civis, jurídicas e eclesiásticas ficaram patente. Em 1854 a província de Minas Gerais teria 18 comarcas como no mapa adaptado do estudo de Laird Bergard (capítulo II mapa IX), entretanto o governo do presidente de província à época, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos havia determinado a divisão da província em 15 distritos eleitorais, tendo por base às comarcas e suas “*cabeças de distrito*”. Entre as 18 comarcas ‘juridicamente’ válidas e os 15 distritos eleitorais criou-se uma vez mais, grande confusão de competências. Não apenas três comarcas deixaram de ser “*Cabeças de Distritos*” como também a lei provincial fundiu outras comarcas, mudando-lhes a denominação e provocando confusões entre as autoridades.

Tais foram os casos das comarcas da comarca de Rio Grande que deixou de ser “*cabeça de distrito*”, ou da comarca da Parnaíba que continuou ligada em termos eleitorais à comarca do Paraná unindo-se ao Distrito de Sapucaí. O quadro abaixo demonstra a distribuição do eleitorado mineiro para o ano de 1854.

VER SE TEM ÂNIMO PARA TERMINAR A ‘BODEGA’

---

<sup>554</sup> Relatório de Presidente de Província de 1863.

**Quadro IV: Demonstrativo das Comarcas, Municípios, Freguesias e Distritos, contendo o número de Quarteirões, e dos votantes e Eleitores da Província por Freguesia em 1854**

<b>Distrito</b>	<b>Municípios</b>	<b>Votantes</b>	<b>Eleitores</b>	<b>% Eleitores sobre Votantes</b>	<b>% Eleitores por Distrito</b>
Ouro Preto	Ouro Preto	2.691	64	2,38	6,43 (130 eleitores)
	Queluz	1.367	30	2,19	
	Bomfim	1.570	36	2,29	
Rio das Velhas	Sabará	3.575	82	2,29	9,10 (184 eleitores)
	Curvelo	1.238	34	2,75	
	Pitangui	2.447	53	2,17	
	Dores do Indaiá	876	15	1,71	
Serro	Serro	3.070	73	2,38	9,30 (188 eleitores)
	Conceição	1.527	38	2,49	
	Diamantina	3.431	77	2,24	
Jequitinhonha	Minas Novas	3.474	81	2,33	7,08 (143 eleitores)
	Rio Pardo	919	23	2,50	
	Grão Mogol	1.554	39	2,51	
São Francisco	São Romão	562	15	2,67	4,60 (93 eleitores)
	Januária	1.076	21	1,95	
	Montes Claros	2.434	57	2,34	
Paracatu	Paracatu	-	66	-	5,89 (119 eleitores)
	Patrocínio	2.095	53	2,53	
Paraná	Araxá	992	26	2,62	3,76 (76 eleitores)
	Uberaba	1.633	40	2,45	
	Desemboque	597	10	1,68	
Rio Grande	Tamanduá	1.406	44	3,13	4,40 (89 eleitores)
	Formiga	1.284	28	2,18	
	Piumhy	666	17	2,55	
Sapucaí	Pouso Alegre	2.758	66	2,39	9,05 (183 eleitores)
	Itajubá	1.188	35	2,95	
	Jaguari	583	15	2,57	
	Caldas	2.694	67	2,49	
Rio Verde	Campanha	1.618	42	2,60	5,94 (120 Eleitores)
	Baependi	1.215	31	2,55	

	Cristina	791	20	2,53	
	Airuoca	1.132	27	2,39	
Rio das Mortes	São João Del Rei	1.399	37	2,64	5,89 (119 eleitores)
	São José Del Rei	1.069	24	2,25	
	Oliveira	1.435	34	2,37	
	Lavras	701	19	2,71	
Pomba	Pomba	1.438	23	1,60	11,18 (226 eleitores)
	Piranga	1.920	45	2,34	
	São Januário do Ubá	4.539	95	2,09	
	Mar de Espanha	2.497	63	2,52	
Piracicava	Mariana	4.430	96	2,17	10,79 (218 eleitores)
	Santa Barbara	1.709	39	2,28	
	Itabira	2.051	54	2,63	
	Caeté	1.199	29	2,42	
Paraibuna	Barbacena	1.069	20	1,87	3,07 (62 eleitores)
	Rio Preto	1.195	19	1,59	
	Santo Antônio do Paraibuna	(incompleto) 1.122	23	2,05	
Três Pontas	Três Pontas	1.055	26	2,46	3,76 (76 eleitores)
	Passos	1.513	32	2,12	
	Jacuí	950	18	1,89	
Total de Eleitores e Votantes		83.754	2.021		

**Fonte:** Relatório de Presidente de Província, 1854

A distribuição dos eleitores e votantes teria sofrido algumas alterações significativas entre 1842 e 1854 e essas modificações não seriam apenas àquelas provocadas pela nova legislação. Se agregarmos os dados da tabela acima percebemos que a região central delimitada pelos distritos de Ouro Preto, Rio das Velhas e Piracicava que detinha em 1842 cerca de 31,66% do eleitorado passou a representar em 1854 cerca de **26,32%** do total de eleitores da província, ou seja, entre 1842 e 1854 o eleitorado da região caiu pouco mais que 5%. A região Sul que também possuía 35,38% do eleitorado em 1842 ‘caiu’ para cerca de **24,64%** dos total nos distritos eleitorais de Três Pontas, Sapucaí, Rio Verde e Rio das Mortes. O número de eleitores da região Norte praticamente permaneceu ‘estável’ para o período, sendo que em 1854 possuía 20,98% do colégio eleitoral mineiro juntando-se os distritos do Serro, Jequitinhonha e São Francisco um pouco mais que os **18,66%** de 1842.

Vemos que as outras regiões tiveram um crescimento significativo, o Triângulo, por exemplo que em 1842 apresentou apenas 2% do eleitores, ‘cresce’ sua participação para **3,76%**. O Oeste apresentou também um crescimento importante passando a deter **4,4%** dos eleitores e demonstrando assim a expansão da colonização que, em nosso entendimento era ‘organicamente’ ligado à região Central. A mata mineira que detinha 11,44% dos eleitores (incluindo sempre a vila de Barbacena) em 1842, passou no ano de 1854 a deter **14,25%** destes, concentrados nos distritos eleitorais do ‘Pomba’ e do ‘Paraibuna’. Este aumento da participação política estava ligado ao grande crescimento econômico e demográfico vivenciado pela região. Não sem sentido os primeiros deputados originários ou radicados na região começam a atuar politicamente com maior intensidade neste momento. Casos como Pedro de Cerqueira Leite (o futuro Barão de São João Nepomuceno) proprietário na região de Juiz de Fora e Antônio Monteiro de Barros, grande cafeicultor na região de Leopoldina que assume uma vaga como suplente em 1853.<sup>555</sup>

Uma das mais controversas reformas eleitorais que ocorreram no período imperial foi a de **19 de setembro de 1855** que ficou conhecida como a “*lei dos círculos*”. Segundo essa nova legislação a eleição se daria por ‘círculos’ que substituíam as comarcas como unidade básica, embora tivessem suas origens nestas divisões.<sup>556</sup> Tida como uma das últimas grandes realizações do Marquês do Paraná (que

---

<sup>555</sup> ACGD, sessão 23 de Maio de 1857.

<sup>556</sup> CLI, 19 de Setembro de 1855

faleceu no ano seguinte) a lei na verdade provocou mais conflitos e disputas em todo o Brasil e, particularmente em Minas Gerais.

Até a referida lei a escolha dos deputados não se dava por regiões ou distritos, eram eleitos àqueles que recebiam mais votos no cômputo geral da Província. É claro que havia certa ‘regionalidade’ nas escolhas e votações, porém muitas vezes havia acordos entre os chefes políticos locais e as lideranças nacionais onde os eleitores eram induzidos em votar em candidatos que pouca relação possuíam com o local. O exemplo da eleição de Joaquim Nabuco como deputado geral em 1878 é ‘clássico’ desse tipo de comportamento, em sua obra biográfica o autor nos conta de maneira quase ‘singela’ que:

*O fato que me lançou na política foi a morte de meu pai, em março de 1878, ano em que serei eleito pela primeira vez deputado... Ele morreu em tempo ainda de assegurar a minha eleição que tinha ficado resolvida entre ele e o barão de Vila-Bela, chefe político de Pernambuco.*

(...)

*Não me custou nada essa eleição... Custou sim a Vila-Bela na corte e na província a Adolfo de Barros, que passou pela política como um perfeito gentleman, seu presidente, incluírem-me na lista...<sup>557</sup>*

Em outras palavras, dependendo de um ‘padrinho’ político forte as eleições estavam praticamente garantidas. Tais situações despertavam severas críticas tanto na imprensa quanto entre os políticos de tendências mais liberais e / ou republicanas. Foi contra essa característica das eleições gerais e provinciais até então existentes que a reforma de Honório Hermeto vinha se bater. Influenciada pelo modelo eleitoral norte-americano e principalmente francês,<sup>558</sup> a lei propunha a criação de circunscrições por onde os candidatos deveriam ser registrados, impedindo o recebimento de votos de outros ‘círculos’.

A lei dizia em seu artigo 3º que as províncias seriam divididas em tantos ‘círculos’ quantos fossem o número de deputados gerais que tinham direito à assento na corte. Para a eleição dos deputados provinciais a lei preconizava dividir o número de

<sup>557</sup> NABUCO, op. cit. *Minha Formação*, Capítulo XIX *Eleição de Deputado*, p. 46

<sup>558</sup> FERREIRA, Manoel Rodrigues, op. cit. p. 195

deputados provinciais pelo número de deputados gerais e que distribuisse o ‘resultado’ entre os círculos. Desta forma Minas Gerais seria dividida em 20 círculos cada um tendo o direito de escolher um deputado geral e como o número de deputados provinciais era de 40, cada circunscrição elegeria ainda dois deputados provinciais.<sup>559</sup>

Na visão de Cid Rebelo Horta este sistema acabou tornando “*a representação do senhorio rural mais autêntica: este já podia mandar à Corte o seu filho doutor, não precisava mais eleger somente os notáveis que vinham do funcionalismo civil, eclesiástico e militar do tempo do Brasil-Reino*”.<sup>560</sup> De fato percebeu-se uma grande renovação na câmara geral não somente dos deputados mineiros, mas também em várias províncias do país. O objetivo de aumentar a participação dos grupos locais foi atingido, porém Cid Rebelo Horta ainda irá comentar que:

*Se fosse vivo, ao executar-se a sua lei eleitoral, Paraná teria visto o seu filho derrotado na Campanha por um sacerdote que, no dizer de Ferreira de Rezende, era uma acabada notabilidade de aldeia. Paula Cândido, cientista famoso, preceptor e médico da família Imperial, seria derrotado por um rábula em Ubá. No distrito de Sabará, o Conselheiro Luiz Antônio Barbosa por pouco perderia o pleito para um outro rábula.*<sup>561</sup>

A “*notabilidade de aldeia*” que venceu o filho do Marquês do Paraná foi o cônego Antônio Felipe de Araújo que enfrentou desde o gabinete do Marquês de Caxias até os chefes locais dos dois partidos que se coligaram contra ele.<sup>562</sup> O “*rábula*” de Ubá foi o Coronel Francisco de Assis Ataíde, grande proprietário na região e que desde 1839 já exercia o cargo de vereador na vila do Presídio, em 1853 torna-se presidente da Câmara Municipal de Ubá, foi ainda cinco vezes deputado provincial (1850 – 1859).<sup>563</sup>

Dos 20 deputados mineiros somente sete se reelegeram segundo o estudo de Evantina Pereira o que teria significado uma grande renovação da ‘bancada mineira’ no

---

<sup>559</sup> Na verdade o número de deputados da Assembléia Legislativa Provincial variou entre as sessões, assim, vemos como exemplos que entre a 9ª sessão legislativa (1852 – 1853) a Assembléia contou com 34 deputados, na 10ª (1854 – 1855) o número de deputados foi de 40, na 11ª (1856 – 1857) foi de 40, na 12ª (1858 – 1860) 53 e assim por diante. Cf. RAPM, Representantes de Minas Eleitos de 1821 a 1896), op. cit.

<sup>560</sup> HORTA, Cid Rebelo... op. cit p. 12

<sup>561</sup> Idem, ibdem

<sup>562</sup> RESENDE, Francisco... op. cit. pp. 306 – 312.

<sup>563</sup> CARRARA, op. cit, p. 100.



Congresso.<sup>564</sup> O fato é que essa eleição foi um ‘marco’ na política do Império no sentido de permitir aos líderes locais um maior destaque na política ‘nacional’. Mas há que se considerar que vários deputados eleitos foram aqueles que retornaram à atuação política. Tal foi o caso de Pedro de Alcântara Cerqueira Leite que já havia sido deputado geral entre 1844 e 1848 e que ‘volta’ na eleição sessão de 1856. Pedro Cerqueira Leite havia nascido em 1807 e formou-se em Direito por São Paulo, tornou-se um dos mais prósperos fazendeiros de café da Mata mineira. No caso de Pedro de Alcântara Cerqueira Leite ou o Barão de São João Nepomuceno tratava-se na verdade de seu ‘retorno’ à cena política após ficar afastado quase 10 anos, o que de certa forma pode indicar como hipótese a impossibilidade do ‘absenteísmo’ dos proprietários da Mata no momento da montagem de suas fazendas de café como dito anteriormente. Entre 1864-1866 foi ainda presidente da província de Minas Gerais o que reforça a ‘tese’ de um retorno a uma atuação política mais ampla após ter consolidado a expansão de suas fazendas.

Caso um pouco diferente foi o de Antônio Cândido da Cruz Machado, ou o futuro Visconde com grandeza de Serro Frio, originário da região Norte, havia sido deputado geral na legislatura de 1850 a 1852, assumiu a presidência das províncias de Goiás (1854) e do Maranhão (1855) não foi deputado nessa legislatura, também retornou à Câmara Geral nas eleições em 1856. Desta forma, mesmo que a “*lei dos círculos*” tenha permitido um maior grau de representação local, não impediu que os grandes líderes ‘nacionais’ ligados à província permanecessem com um grande controle dos eleitorados locais.

Também o caso do Coronel Ataíde visto há pouco demonstra uma trajetória ascendente dentro da lógica política da província. Sua eleição consolidava alguma ‘autonomia’ entre os políticos da Mata, visto que Paula Cândido vivia no Rio de Janeiro há muitos anos conforme visto anteriormente.

A província de Minas Gerais sofreu então mais uma vez alteração na sua estrutura eleitoral, os novos limites foram fixados ainda em 1855 e podem ser vistos no quadro abaixo onde colocamos às regiões aproximadas à que pertenceram cada distrito. Da análise deste quadro poderíamos *grosso modo* falar que a região central passou a eleger seis deputados, acrescidos de mais dois da região Oeste, o Norte com quatro distritos elegia o mesmo número de representantes à corte que a região Sul, a Mata

---

<sup>564</sup> VIEIRA, Evantina Pereira, op. cit. p. 93

mineira ligada à Barbacena, mas com os círculos de Leopoldina e São Januário do Ubá três representantes e o Triângulo representada por Uberaba apenas um. Da análise dos deputados eleitos para a legislatura de 1857 vemos que, de fato existe uma forte correspondência com esses dados.

**Quadro V: Eleições de 1856 – Distritos e Deputados Eleitos**

Região	Distrito	“cabeça de distrito”	Deputado Eleito
Central	1º	Ouro Preto	Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos
	2º	Pitangui	Francisco Álvares da Silva Campos
	3º	Sabará	Luiz Antônio Barbosa
	4º	Itabira	José Felicíssimo do Nascimento (padre)
	16º	São João Del Rei	João das Chagas Andrade
	20º	Mariana	Francisco de Paula da Silveira Lobo
Oeste	15º	Vila Nova da Formiga	Francisco Cirilo Ribeiro e Souza
	9º	Paracatu	Bernardo Belisário de Souza
Norte	5º	Serro	Antônio Cândido da Cruz Machado
	6º	Diamantina	Pedro de Alcântara Machado
	7º	Minas Novas	Antônio Joaquim César
	8º	Montes Claros das Formigas	Luiz Carlos da Fonseca
Triângulo	10º	Uberaba	Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswick
Sul	11º	Caldas	Agostinho José Ferreira Bretas
	12º	Pouso Alegre	João Dias Ferraz da Luz
	13º	Bependi	Domingos Teodoro de Azevedo Paiva
	14º	Campanha	Antônio Felipe de Araújo
Mata	17º	Barbacena	Pedro de Alcântara Cerqueira Leite
	18º	Leopoldina	Antônio José Monteiro de Barros
	19º	São Januário do Ubá	Francisco de Assis Ataíde

**Fonte:** relatório de Presidente de Província, 1857 e VEIGA, Xavier op. cit.

Além dos políticos já tratados nas seções anteriores como Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, Luiz Antônio Barbosa ou Francisco de Paula Silveira Lobo da região Central, temos ainda eleito pelo 10º distrito o cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswick proprietário da Fazenda Nova Suécia no Triângulo e de atuação destacada junto à Assembléia Provincial em defesa da região.<sup>565</sup> Da mesma forma Pedro de Alcântara Cerqueira Leite ou o futuro Barão de São João Nepomuceno grande cafeicultor na mata foi eleito pelo 17º distrito que compreendia as vilas de Barbacena, Rio Preto, e Santo Antônio do Paraibuna, além dos distritos. TERMINAR A PORRA DA ANÁLISE

<sup>565</sup> LUZ, Estevão de Melo Marcondes. **Um Legislador nas Gerais: vida e obra do cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)**. (Dissertação de Mestrado) Franca: FHDSS/UNESP, 2008.

De todo modo, voltamos a reforçar que a década de 1850 foi um período de relativa ‘tranqüilidade’ nas eleições da província de Minas Gerais, seja como fruto do ideal da “*conciliação*” empreendido por D. Pedro II e pelo Marquês do Paraná, seja ainda porque as divisões da província continuavam relativamente ‘estáveis’. Não encontramos relatos de grandes conflitos no período, tanto que no relatório do Presidente da Província Luiz Antônio Barbosa em 1853 lemos que:

*Durante o período a que me refiro tiveram lugar as eleições para os cargos municipais e representação nacional; atravessamos portanto duas crises, pois que em tais ocasiões se despertam e combatem mil paixões, as mais nobres e as mais mesquinhas. Se a violência destas em poucos lugares de algumas províncias traduziu-se em fatos deploráveis, é certo que os seus efeitos em nada alteraram a tranqüilidade geral.*<sup>566</sup>

Já em 1856 quando a lei dos círculos foi implementada, vemos que as eleições àquele ano também não foram marcadas por grandes conflitos e violência ou nos dizeres do Presidente da Província Herculano Ferreira Pena:

*A reunião das Assembléias Paroquiais em setembro e novembro para as eleições de vereadores, juizes de paz e eleitores, que em outros tempos poderia ser justamente considerada como origem de cenas deploráveis, teve lugar em quase todas as freguesias por maneira verdadeiramente digna de um povo civilizado, generosos, e amante do sistema representativo. Nenhuma das parcialidades políticas mostrou-se indiferente ao resultado do escrutínio, nem isso era de se esperar, tratando-se de questões que tão imediatamente interessam a toda sociedade; cada uma delas esforçou-se quanto pode por obter o triunfo, mas nesse conflito de opiniões não interveio a força material, nem se cometerão excesso da natureza daqueles, que de ordinário só servem para desacreditar e comprometer as causas mais belas e justas.*<sup>567</sup>

---

<sup>566</sup> Relatório de Presidente de Província, 1853.

<sup>567</sup> Relatório de Presidente de Província, 1857.

Quanto à divisão da província nos 20 ‘círculos eleitorais’ podemos considerar que de uma maneira em geral representava de maneira satisfatória as divisões políticas, administrativas e dos interesses dos vários grupos mineiros. O próprio Herculano Ferreira Pena completou mais à frente que “*Contra essa divisão dos distritos muito poucas são as reclamações de que tenho notícia, mas ainda assim não desconheço que algumas haverá dignas da consideração do poder, a quem compete hoje corrigir as imperfeições (...)*”.<sup>568</sup> A lei dos círculos sofreu ainda duas alterações mas que não modificaram a distribuição ‘espacial’ das votações. A primeira foi em **23 de Agosto de 1856** e a segunda em **27 de Setembro de 1856**. A lei de 23 de Agosto detalhava à composição da mesa eleitoral e a de 27 de Setembro referia-se à exigência de sigilo do eleitor de 1º grau (votante).<sup>569</sup>

Entretanto, a reação na câmara dos Deputados Geral à lei dos círculos não irá demorar e pelo decreto de **18 de agosto de 1860** vai ser estabelecido “*distrito eleitorais de três deputados [gerais] cada um*”. A idéia era evitar as disputas e ‘forçar’ composição entre os grupos locais e os partidos. Provavelmente para evitar os abusos que as Assembléias Provinciais e as Presidências das Províncias vinham fazendo em relação às divisões administrativas, foi o próprio governo central que determinou as divisões dos novos distritos, especificamente para Minas Gerais foi o Decreto nº 2.636 de 05 de Setembro de 1860 que dividiu a província em sete distritos eleitorais conforme se vê no quadro abaixo (VI).<sup>570</sup>

#### Quadro VI: Divisão Administrativa dos Distritos eleitorais em Minas Gerais 1860

Novos Distritos	Antigos Distritos	Sede	Região	Deputados
1º	1º, 19º e 20º	Ouro Preto	Central	3 Gerais 6 Provinciais
2º	2º, 3º e 4º	Sabará	Central	3 Gerais 6 Provinciais
3º	13º, 17º e 18º	Barbacena	Central Mata	3 Gerais 6 Provinciais
4º	10º, 15º e 16º	São João Del Rei	Central Triângulo Oeste	3 Gerais 6 Provinciais
5º	11º, 12º e 14º	Campanha	Sul	3 Gerais 6 Provinciais
6º	5º, 6º e 7º	Serro	Norte	3 Gerais 6 Provinciais

<sup>568</sup> Idem, ibdem.

<sup>569</sup> FERREIRA, op. cit, p. 196 e DI de 23 de agosto de 1856 e de 27 de setembro de 1856.

<sup>570</sup> DI, decreto no 2636 de 05 de Setembro de 1860.

7º	8º e 9º	Montes Claros	Norte Oeste	2 Gerais 4 Provinciais
----	---------	---------------	----------------	---------------------------

**Fonte:** Decreto N° 2.636 de 05 de Setembro de 1860 e quadro X

A lei excluía ainda algumas paróquias dos distritos incorporando-as às outras circunscrições e ‘misturava’ as diversas regiões de produção econômicas diversas da província como foi o caso do 4º distrito que possuía municípios da região Central (São João Del Rei), Oeste (Formiga) e Triângulo (Uberaba e Araxá) com grande diversidade de população e atividades econômicas. A região da Mata manteve por sua vez, uma certa ‘integridade’ representada pelo 3º distrito cuja sede era em Barbacena e que agregava os antigos distritos de Leopoldina e São Januário de Ubá, além da Paróquia de São Paulo do Muriaé. Apesar disto, importantes regiões dentro da expansão cafeeira permaneceram ligadas ao 1º distrito cuja sede era em Ouro Preto como Santa Luzia do Carangola, São Caetano do Chopotó e Piranga. De qualquer modo esta lei trouxe uma importante modificação, pois independentemente do número de eleitores a Mata passou, aliás como praticamente os demais distritos, a eleger três deputados gerais e seis provinciais.<sup>571</sup> Em termos de distribuição regional vemos que o Centro representado pelos distritos de Ouro Preto, Sabará e São João Del Rei passou a eleger 09 deputados gerais, enquanto a região Norte elegeria seis e a região Sul apenas três. Áreas como o Triângulo e o Oeste ficaram ‘diluídas’ pelas regiões Central e Norte, dificultando a escolha de lideranças regionais.

Apesar de uma nova tentativa de conciliação esse período foi marcado ainda, segundo Francisco Iglesias pelo acirramento das disputas políticas e, particularmente no caso de Minas Gerais, foi na comarca de Parnaíba, na vila de Bagagem que se deu um grande conflito na eleição de 1864 que chegou a ser ‘alvo’ de discussão no Conselho de Estado.<sup>572</sup>

Da análise das eleições que se seguiram temos que foram eleitos pela Mata mineira os seguintes deputados para a 11ª legislatura (1861 – 1863) Cristiano Benedito Otoni; João Rodrigues de Lima Duarte (que depois será Visconde de Lima Duarte) e Mariano Procópio Ferreira Lage. O primeiro era irmão de Teófilo Benedito Otoni e terá uma importante participação na Ferrovia D. Pedro II como diretor e acionista. Já o visconde de Lima Duarte visto no capítulo anterior pode ser encarado como um

<sup>571</sup> Idem, Artigo 1º Parágrafo 3.

<sup>572</sup> ACEDP, Sessão de 31 de Janeiro de 1866, pp. 26 a 28.

representante das antigas regiões centrais que ‘deslizava’ para a Mata mineira por onde cada vez mais atuou. Tinha sido eleito suplente na eleição anterior quando assumiu o lugar de Pedro de Alcântara Cerqueira Leite em 1859, ambos eram de tendência liberal. Ligavam-se, no entanto, à Mariano Procópio Ferreira Lage de tendência conservadora. Cristiano Benedito Otoni pelas ações e empreendimentos modernizantes conforme se verá, e à Lima Duarte porque ambos eram descendentes do Conde de Prados e, portanto, primos.

Cristiano Benedito Otoni demonstra esta articulação ‘modernizadora’ quando em carta solicitando apoio para a sua eleição em 1861 à Joaquim Vidal Leite Ribeiro (ou o Barão de Itamarandiba) vai afirmar que:

*A instância de vários amigos da Leopoldina resolvi apresentar-me candidato por aquele círculo, não porque deseje abandonar a minha missão, que é a comunicação por trilhos de ferro entre a capital e o interior, mas porque mesmo para melhor desempenhá-la preciso da influência que dá um assento no parlamento.<sup>573</sup>*

Nas duas eleições seguintes (1864 – 1866 e 1867 – 1868) vemos a escolha dos três deputados gerais pelo 3º distrito: Camilo Maria Ferreira Armond, à época Barão de Prados e novamente Cristiano Benedito Otoni e o futuro Visconde de Lima Duarte. A Mata mineira começava a consolidar a sua presença entre os políticos ‘gerais’, ainda que fossem originários de outras regiões. É interessante notarmos à união de grupos considerados ‘modernizantes’ em oposição aos setores tradicionalmente ligados ao Centro da província. A ‘exclusão’ de Mariano Procópio Ferreira Lage pode ser entendida pelo fato de que na década de 1860 ele esteve às voltas com a sua Companhia a União & Indústria conforme explicaremos melhor no próximo capítulo.

Discordando, em parte, da visão do predomínio dos grupos locais sem maiores vinculações com uma política mais ‘geral’ a partir da lei dos círculos de 1855, vemos que também no sufrágio seguinte para a 14ª legislatura (1869 – 1872) teremos a eleição de políticos de trajetórias mais ‘amplas’, junto à políticos mais ‘regionais’. Para a 14ª

---

<sup>573</sup> Apud CARRARA, op. cit, p. 99.

legislatura o 3º distrito elegeu Domiciano Mateus Monteiro de Castro, Mariano Procópio Ferreira Lage e José Calmon Nogueira da Gama.

O primeiro conforme visto era originário de São João Del Rei, tinha ligações com a cafeicultura na região de Vassoura na província fluminense e já havia sido presidente da província de São Paulo do Rio de Janeiro (1848, 1865) e ministro de Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1864 em um momento chave para a expansão do sistema de transportes no país. Mariano Procópio voltava à Câmara de Deputados depois de ter tentado uma vaga no senado, da encampação pelo governo da rodovia União & Indústria e no momento em que será nomeado diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II. Faleceu em 1872 tendo interrompido uma das ‘trajetórias’ mais promissoras dentro dos políticos da Mata mineira. Por fim José Calmon Nogueira da Gama bacharel em Direito por São Paulo que tinha sido “*moço-fidalgo*” da Casa Imperial e era parente de Manoel Jacinto Nogueira da Gama, irmão de Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama, do Barão de São João Nepomuceno, além de outras personalidades de destaque. Entretanto, tendo se tornado grande cafeicultor no atual município de Belmiro Braga exerceu o cargo de deputado geral por mais duas legislaturas (1872 – 1875 e 1877) e não ocupou outros cargos de destaque.<sup>574</sup>

Em 1872 para a 15ª legislatura (1872 – 1875) vemos que o 3º distrito elegeu novamente José Calmon Nogueira da Gama e dois novos políticos que ‘estream’ na Câmara dos Deputados do Império, José Pereira dos Santos e Luiz Eugênio Horta Barbosa, ambos formados em Direito e ambos do partido conservador. De José Pereira dos Santos temos poucas informações. Já Luiz Eugênio Horta era filho do Senador e ministro da Justiça Luiz Antônio Barbosa, foi deputado provincial entre 1870 – 1871 e 1871 – 1872 quando foi eleito ainda em 1872 como suplente da vaga deixada pelo falecimento de Mariano Procópio.<sup>575</sup> Luiz Eugênio Horta Barbosa foi ainda presidente da Província de Alagoas em 1876 a 1877 e de Minas em 1887.

Em 1872 junto com o recenseamento geral do Império temos uma visão mais precisa de como se dava à distribuição eleitoral da Mata e de outras regiões das Minas Gerais. Na prática estes dados poderiam indicar mais o crescimento populacional do que propriamente uma maior capacidade de representação política por conta do sistema adotado em 1860 com a eleição de um número fixo de representantes.

---

<sup>574</sup> GENOVÊS, Patrícia... O espelho... op. cit. p. 241

<sup>575</sup> ACDG, sessão de 16 de maio de 1872.

**Quadro VII: Distritos eleitorais, número de Eleitores e Votantes em Minas Gerais 1872**

Distritos	Sede	Região	Votantes	Eleitores	Razão E / V	% Votantes na Província
1º	Ouro Preto	Central	26.026	433	60,11	14,40
2º	Sabará	Central	26.716	504	53,01	16,76
3º	Barbacena	Central Mata	27.624	436	63,36	14,50
4º	São João Del Rei	Central Triângulo Oeste	23.625	455	51,92	15,13
5º	Campanha	Sul	18.256	395	46,22	13,14
6º	Serro	Norte	23.385	403	58,03	13,40
7º	Montes Claros	Norte Oeste	21.451	381	56,30	12,67
Total			167.083	3.007		

**Fonte:** Decreto N° 2.636 de 05 de Setembro de 1860 e quadro X

De uma maneira em geral não percebemos grandes alterações na composição eleitoral para o período anterior, apesar da dificuldade de desagregar os dados do quadro VII acima. Percebemos que a região Central continuava a manter mais de 30% do eleitorado enquanto à Mata possuía cerca de 14,5%, dados muito próximos, portanto, aos de 1854. Nas eleições realizadas a partir de 1860 assistimos ao crescimento das disputas e conflitos políticos entre os grupos das várias províncias. Assim, em 1862 houve conflitos nas vilas e distritos de Ubá, Sabará, São José do Chopotó, Glória, Tombos, Patrocínio do Muriaé, Conceição da Barra, Penha de França, Rio Manso, São José do Jacuri, e Morrinhos de Januária, sendo que em várias destes locais as eleições tiveram de ser refeitas.<sup>576</sup> Nas eleições de 1865 vemos no relatório da Presidência, apesar do tom calmo que:

*Felizmente só em 3 freguesias temos de lastimar fatos de maior gravidade. Na freguesia de Patos, houve um conflito fora da Igreja, dando-se tiros de parte a parte de que resultou a morte de um indivíduo e vários ferimentos.*

*(...)*

*Em Itajubá a eleição foi precedida de cenas tumultuosas*

*(...)*

<sup>576</sup> Relatório de Presidente de Província, 1862.



*Na cidade de Campanha, a mesa paroquial suspendeu o processo eleitoral no dia 8. Deu a isto motivo os tumultos dentro da Igreja, a ameaça de morte feita ao Juiz Municipal, a prisão e espancamento do agressor, e o receio bem fundado de uma comoção na ordem pública.*

*Por igual motivo não se verificou também a eleição na freguesia de Três Corações do Rio Verde, pertencente ao mesmo termo.*

*Em outras freguesias deram-se também ocorrências que impediram a continuação do processo eleitoral, ou motivaram a sua anulação, as quais não sendo de maior gravidade, não farei delas especial menção.<sup>577</sup>*

Em 1870 vemos que anulação da eleição de vereadores em Itabira e anulação das eleições de eleitores de paróquia do 1º distrito das localidades de Santa Luzia do Carangola, do colégio de Ubá e de São Caetano do Chopotó e do colégio do Piranga (estas regiões pertencentes à Mata mineira). Também se questionou a legalidade das eleições de todo o município de Ponte Nova onde as atas não foram enviadas. Nos distritos e Riacho Fundo dos colégios de Santa Luzia e da Conceição respectivamente as eleições foram anuladas. No 3º distrito foi anulada a eleição de alguns distritos como de Santa Rita do Jacutinga e de São José do Paraíso, em São João Del Rei (4º distrito) foi anulada a eleição do distrito Carrancas. Em Araxá tal fato ocorreu no distrito de São Francisco das Chagas do Campo Grande, sendo anuladas as eleições das paróquias do Espírito Santo dos Coqueiros (Lavras), Dores do Campo Formoso (Uberaba) e Monte Alegre Abadia e São Francisco de Sales. Conflitos similares ocorreram ainda no 5º e no 6º distritos eleitorais.<sup>578</sup>

As críticas ao sistema adotado em 1860 se avolumaram na década de 1870 em conjunto com o aumento das disputas políticas entre os partidos e a própria fundação do Partido Republicano em 1870, tanto que Manoel Rodrigues Ferreira irá afirmar que:

*As lutas políticas no Império travavam-se, em grande parte, em torno do sistema eleitoral. As fraudes, a corrupção, a intervenção das autoridades no dia das eleições, a inexistência de título de eleitor, a eleição indireta (em dois graus), os processos de eleição, as restrições do voto (privilégio), as incompatibilidades, etc. eram os temas em torno dos quais travavam-se acesos debates. Era o Partido Liberal o que mais*

<sup>577</sup> Relatório de Presidente de Província, 1865.

<sup>578</sup> Relatório de Presidente de Província, 1870.

*agitava esses problemas. No entanto, todos os partidos procuravam pôr o próprio regime monárquico acima das disputas políticas.*<sup>579</sup>

O sistema eleitoral foi então mais uma vez modificado, fruto de intenso debate parlamentar na década de 1870, foi sancionada por D. Pedro II como o decreto-lei nº 2.675 de **20 de outubro de 1875** e que ficou conhecida como “*a lei dos terços*”. A lei modificava as condições de alistamento com exigências mais claras para se comprovar a renda para ser eleitor de 1º grau (que continuava de 200\$000 por ano), a lei trazia ainda em seu artigo 3º os cargos que eram incompatíveis com a condição de candidatos ao Senado, a Câmara Geral e Provincial. Eram vetados como candidatos os Presidentes e Secretários das províncias; Bispos e demais membro do clero com cargos na jurisdição das eleições; os funcionários da justiça (como delegados, promotores, juízes) e de outros órgãos imperiais (fiscais de alfândega, militares, inspetores de instrução pública, etc) sempre que quisessem se candidatar pelos distritos em que exercessem seus cargos.<sup>580</sup> Segundo José Murilo de Carvalho tal fato se deu pelas grandes críticas que se fazia no Congresso à forte ligação entre o funcionalismo público e a carreira política. Estas críticas vinham tanto da parte dos políticos mais liberais e mesmo republicanos e, de outro lado também da parte dos grandes proprietário rurais que se ressentiam do “*bacharelismo*” da política brasileira.<sup>581</sup>

A “*Lei dos Terços*” ainda foi alterada pelo decreto nº 6.097 de 12 de janeiro de 1876 que modificou o sistema de contagem dos votos. Segundo Evantina Pereira “*A lei do Terço, de 1876, não constituiu elemento importante para o remanejamento da população eleitoral*”<sup>582</sup> afirmando portanto que a lei não alterou significativamente a relação eleitoral na província. Entendemos que, ao contrário, a disputa por uma vaga para a câmara de deputados (para a Assembléia geral) não somente aumentou como também se generalizou por toda a Província. Isto porque apesar da lei manter os distritos praticamente inalterados ela determinava em seu artigo 3º no parágrafo 17º “*Para deputados à Assembléia Geral, ou para membros das assembleias legislativas provinciais, cada eleitor [2º grau] votará em tantos nomes quantos corresponderem aos*

<sup>579</sup> Ferreira, Manoel (op. cit) p. 225

<sup>580</sup> DI, 20 de outubro de 1875, artigo 3º.

<sup>581</sup> CARVALHO, José Murilo. A Formação da Ordem (...) op. cit.

<sup>582</sup> VIEIRA, Evantina op. cit., p. 99.

*dois terços do número total marcado para a província*".<sup>583</sup> Isto significava que cada eleitor de 2º grau, independente do distrito ou região que residisse na Província votaria em 13 candidatos.<sup>584</sup>

Desta forma somente seriam eleitos os deputados (gerais e provinciais) que conseguissem o maior número de votos em toda a província e não apenas em uma determinada localidade ou 'círculo'. Podemos ver ainda que a importância política da Mata aumentou neste momento. Nas eleições de 1876 para a 16ª legislatura foram eleitos como deputados imperiais com forte vinculação com a Mata mineira os deputados Carlos Peixoto de Melo; José Cesário de Faria Alvim; José Rodrigues de Lima Duarte; José Calmon Nogueira Vale da Gama e Lucas Mateus Monteiro de Castro. Ou seja, um total de seis deputados, ou 30% do número de deputados da província.<sup>585</sup>

Destes, temos que Carlos Peixoto de Melo que já analisamos por ter sido o 'último' senador nomeado pelo Império e que não chegou a tomar posse. Carlos Peixoto de Melo já havia sido eleito antes para deputado geral em 1872 pelo 1º distrito o que demonstra uma maior articulação política por parte dos grupos que se consolidavam na Mata. Seu pai foi Francisco Peixoto de Melo originário do Serro e que se mudou para a Mata mineira em meados do século XIX, Carlos Peixoto foi bacharel em Matemática e em Direito por São Paulo já havia sido deputado pela província entre 1870 – 1871 e 1872 – 1873, deputado geral em 1872 e 1877 como visto será ainda eleito em 1885 e em 1886 – 1889.

José Cesário de Faria Alvim vai ser outro político originário da região da Mata também citado no capítulo IV por ter se candidatado seis vezes ao Senado, mas que terá uma trajetória diferenciada. Nascido na região de Piranga no Norte da região em 1839 formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo, quando começou a advogar em Ouro Preto e por onde iniciou sua carreira política, assumindo o lado liberal e tornando-se próximo do Visconde de Ouro Preto. Eleito deputado em 1877 vai ser reconduzido ainda em 1878 – 1880 e 1886 – 89. Durante o período de 1884 a 1886 foi ainda presidente da província do Rio de Janeiro. Vai aderir a República e adquirir grande

<sup>583</sup> DI, 20 de outubro de 1875, artigo 3º.

<sup>584</sup> A província de Minas elegia 20 deputados imperiais, 2/3 seria 'arredondado' para 13 deputados.

<sup>585</sup> Ângelo Carrara coloca Lucas Antônio Monteiro de Barros e José de Resende de Monteiro (o 2º Barão de Leopoldina) como tendo sido eleitos em 1876, não conseguimos confirmar estas nomeações em nossos levantamentos, cf. CARRARA, op. cit, p. 107. Sobre Lucas Antônio que será mais tarde (1886) nomeado Barão de Santa Alda e era um grande cafeicultor proprietário da fazenda de cujo título herdou cf. GENOVÊS... O Espelho... op. cit. p. 283

prestígio no início do novo regime, pois foi sucessivamente nomeado governador provisório de Minas entre 1889 a 1890, ministro do Interior ainda neste ano quando também foi eleito senador tornando-se presidente do Senado. Novamente indicado para o governo em Minas Gerais entre os anos de 1891 e 1892 será considerado como um dos opositores à mudança da capital e defensor da manutenção da mesma na região central conforme veremos no capítulo seguinte. Sofre violenta oposição por parte dos demais políticos da Mata mas manteve um grande número de adeptos, foi um dos fundadores do Partido Republicano Mineiro onde irá controlar as dissidências, excluindo algumas das principais lideranças da região de onde era originário.<sup>586</sup>

O futuro Visconde de Lima Duarte e José Calmon já foram citados e sobre Lucas Mateus Monteiro de Castro conseguimos recolher poucas informações, somente que era originário da Mata e formado em Direito, foi deputado provincial por três legislaturas (de 1870 a 1874) antes de ser eleito para a legislatura de 1877.

Na 17ª legislatura de 1878 a 1880 (a câmara de 1877 foi dissolvida no mesmo ano) somente José Cesário de Faria Alvim, José Rodrigues de Lima Duarte e o então Visconde de Prados foram eleitos como políticos ligados à Mata. Essa variação na representação das diversas regiões de Minas pode ser atribuída ao clima de disputas políticas que ocorriam no momento. Tanto o movimento republicano como o abolicionista cresciam neste período o que levou inclusive a última reforma eleitoral significativa do período Imperial.

O gabinete liberal de 1880 a 1881 chefiado por José Antônio Saraiva foi responsável por propor esta reforma dentro do Conselho de Estado, obtendo a aquiescência do Imperador indicou ao deputado baiano Ruy Barbosa à relatoria da Reforma. Apresentado na Câmara dos deputados em 29 de abril de 1880 foi aprovado e foi sancionado pelo Imperador pelo decreto nº 3.029 de **09 de Janeiro de 1881**. Esta lei entre outras reformas instituía eleições diretas, extinguiu as cerimônias religiosas e diversas outras formalidades além de novamente dividir a província em distritos eleitorais de um só candidato.<sup>587</sup>

Em Minas Gerais a divisão em 20 distritos corresponde ao quadro abaixo. Nele podemos perceber que os distritos seguiram de uma maneira em geral, a distribuição em regiões com afinidades econômicas e mesmo políticas.

---

<sup>586</sup> Sobre José Cesário Ribeiro Alvim cf. além do Anexo I, WIRTH, op. cit e CARRARA, op. cit

<sup>587</sup> DI 3.029 de 09 de Janeiro de 1881, artigos 1º, 15º e 17º além da complementação do DI 8.213 de 13 de Agosto de 1881

**Quadro VIII: Distritos Eleitorais Minas Gerais – 1881**

<b>Regiões</b>	<b>Distrito</b>	<b>Sede</b>	<b>Municípios</b>
Central	1º	Ouro Preto	Ouro Preto; Entre Rios e Queluz
	2º	Mariana	Mariana; Ponte Nova e Manhauçu
	3º	Itabira	Itabira; Santa Bárbara e Conceição
	4º	Sabará	Sabará; Caeté; Santa Luzia e Sete Lagoas
	5º	Pitangui	Pitangui; Abaeté; Curvelo; Pará e Santo Antônio do Monte
	6º	São João Del Rei	São João Del Rei; São José Del Rei; Bom Sucesso; Oliveira e Bonfim
	7º	Barbacena	Barbacena; Turvo e Piranga
Mata	8º	Ubá	Ubá; Pomba; Viçosa e Carangola
	9º	Leopoldina	Leopoldina; Cataguases; Muriaé e Mar de Espanha
	10º	Juiz de Fora	Juiz de Fora; Rio Novo e Rio Preto
Sul	11º	Pouso Alegre	Pouso Alegre; Itajubá; Santo Antônio do Paraíso; Cristina; Baependi e Airuoca
	12º	Pouso Alto	Pouso Alto; Jaguari; Caldas; Muzambinho; Cabo Verde; São Sebastião do Paraíso e Passos
	13º	Campanha	Campanha; São Gonçalo do Sapucaí; Três Pontas e Lavras
Oeste	14º	Formiga	Formiga; Tamanduá; Campo Belo; Dolores da Boa Esperança; Carmo do Rio Claro e Piuí
	16º	Paracatu	Paracatu; Bagagem; Patrocínio e Patos
Triângulo	15º	Uberaba	Uberaba; Prata; Monte Alegre; Sacramento; Araxá e Carmo do Paraníba
Norte – Leste	17º	Diamantina	Diamantina; Montes Claros e Jequitaiá
	18º	Serro	Serro; São Miguel de Ganhães e Rio Doce
	19º	Minas Novas	Minas Novas; Filadélfia; São João Batista e Arassuaí
	20º	Grão Mogol	Grão Mogol; Rio Pardo; Boa Vista; Januária e São Francisco

**Fonte:** Decreto Imperial de 09 de Janeiro de 1881.

No quadro VII percebemos que com essa divisão, a região Central elegeu sete deputados, o Norte–Leste e o Sul da província quatro cada uma, a Mata mineira três, o Oeste dois e o Triângulo apenas um. O maior peso político ainda se mantinha nas regiões de povoamento mais antigo. É claro que vários políticos originários de uma região se candidatavam por outra onde possuíam uma base de aliados e parentes. Tais foram os ‘casos’ de Carlos Peixoto de Melo que foi eleito em 1885 e em 1886 deputado geral pelo 19º Distrito (Minas Novas) onde sua família possuía parentes (tanto seus pais

quanto sua mulher).<sup>588</sup> Este foi ainda o que ocorreu com Afonso Celso de Assis Figueiredo o Visconde de Ouro Preto que foi eleito pelo 20º distrito (Grão Mogol) no norte da província em 1881, 1885 e 1886 apesar de ser originário da região Central.

Mas o fato é de que nas três eleições que foram realizadas a partir da lei de 1881 a representação dos deputados tendeu a seguir as origens regionais dos políticos, ao menos na Mata mineira vemos essa ‘constância’. Assim, na eleição de 1881 o 8º distrito (cuja sede era em Ubá) elegeu o liberal Carlos Vaz de Melo fazendeiro na região e que venceu o conservador Carlos Peixoto de Melo, o 9º distrito (Leopoldina) elegeu José de Resende Monteiro ou o 2º Barão de Leopoldina e o 10º distrito (Juiz de Fora) elegeu o médico João Nogueira Penido que ‘estreava’ na política nacional. BUSCAR INFORMAÇÕES SOBRE ELE. O 7º distrito (Barbacena) elegeu ainda José Rodrigues de Lima Duarte, o que demonstra que sua ‘base’ de apoio oscilava entre a Mata (particularmente Juiz de Fora) e a região das vertentes da qual era originário. Os mesmos foram reeleitos em 1885, à exceção foi que o Visconde de Lima Duarte foi indicado Senador em 1884, sendo que então Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (também ligado tanto à Barbacena quanto à Mata) inicia a sua trajetória ascendente dentro da política nacional. ARRUMAR DADOS SOBRE A PORRA DO ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA

A última eleição para a Câmara Geral do Império será realizada em 1886 e vemos que no 8º distrito José Cesário de Faria Alvim ‘retorna’ a cena política. Nos demais distritos da Mata mineira serão mais uma vez eleitos o Barão de Leopoldina (pelo 9º) sendo que será chamado ao Senado em 1888 e mais uma vez João Nogueira Penido pela região de Juiz de Fora (10º).

Quando analisamos o quadro com os deputados gerais no período fica clara a predominância dos políticos ligados à região de antigo povoamento como o Centro, o Sul e o Norte. Isto se explica em grande parte pela distribuição do eleitorado que permaneceu majoritariamente nestas regiões, apesar de todo o crescimento que as demais regiões irão apresentar. As reformas eleitorais durante todo o período do Império acabarão por reforçar as expressões mais tradicionais da província, ao determinar círculos com número fixos de deputados. Porém, somado à essa ‘localização’ do eleitorado e das cambiantes ‘regras’ eleitorais, havia claro a questão do treinamento, educação, articulações políticas e familiares que mantinham a

---

<sup>588</sup> Cf. CARRARA, Ângelo, op. cit, p.

predominância dos políticos das regiões tradicionais nos cargos eletivos mais importantes da província.

A Mata mineira obviamente não irá deixar de ter os seus representantes, entretanto eles irão se consolidando lentamente dentro da lógica imperial. Inclusive com ‘composição’ de interesses como quando da escolha pela região de Cristiano Benedito Otoni, ou ainda da eleição de Carlos Peixoto de Melo. O ponto central aqui no entanto é que, à despeito das exceções já assinaladas de José Cesário de Miranda Ribeiro, de José Rodrigues de Lima Duarte, de Camilo Maria Ferreira Armond e de Mariano Procópio Ferreira Lage que já vinham de tradicionais famílias com forte trajetória na política desde o início do Império, os demais políticos da Mata somente começaram a consolidar suas trajetórias ao final do Império, quando a proclamação da República irá alterar as relações de força no interior do Estado e a questão da capital irá assumir um papel central conforme veremos no próximo capítulo.

Apesar da liderança econômica que a região irá nitidamente assumir neste momento, a reorganização das forças políticas de Minas irão manter a capital na região central, consolidando uma lógica peculiar dentro das várias regiões mineiras.

## Capítulo 6: Projetos, Gabinetes, Relações de Força, a Vila a Província e o Império

*O verdadeiro patriotismo, é aquele que nasce da localidade: em toda a parte se acham os prazeres da vida sociais (sic), mas não podem reaver as reminescências, os costumes das localidades; cumpre enraizar os homens aos lugares a que os ligam as lembranças, costumes e tradições; para este fim se conseguir é mister dar toda a importância compatível com a ordem pública a estes mesmos homens nos seus municípios, nas suas comarcas, nas suas províncias*

Joaquim Otávio Nebias<sup>589</sup>

Para descrevermos como se dava as discussões políticas entre a criação da vila de Juiz de Fora em 1853 até os debates que irão redundar na criação de Belo Horizonte em 1893 temos um período de 40 anos em que iremos assistir a sucessão de 157 Reuniões do Conselho de Estado; 27 Gabinetes; uma Presidência Provisória e depois ‘definitiva’; 8 Assembléias Legislativas Gerais; uma Assembléia Nacional Constituinte; 19 Assembléias Legislativas na Província, e uma no depois Estado de Minas Gerais e 11 legislaturas na Câmara Municipal de Juiz de Fora. A idéia central é fazer um estudo comparativo entre as principais discussões que irão ocorrer nessas várias instâncias do poder e ainda a mudança do regime da Monarquia para a República. A nossa análise irá tentar relacionar os vários níveis de ‘poder’ no Império para percebermos até que ponto existiam ‘convergências’ ou ‘divergências’ de interesses entre as esferas local, provincial e imperial e, até que ponto estas interferiam na dinâmica e expansão de uma sociedade centrada no café na Mata mineira.

Em 1º lugar é importante ressaltar mais uma vez a decisão de se escolher o município de Juiz de Fora como ‘objeto privilegiado’ para a Mata. Para além de se configurar na ‘metrópole regional’ conforme abundantemente citado pela historiografia, trata-se ainda da região que congrega mais estudos historiográficos sobre Economia, Política, Sociedade, Urbanização, etc. dando-nos assim a possibilidade de termos um quadro mais completo dessas relações. Também a existência do Jornal local “*O Pharol*” que além de expressar as opiniões ‘locais’ se tornará um importante líder no movimento mudancionista no início da República trazendo importantes contribuições para compreender a dinâmica que vivia o território mineiro nesse momento.

Um 2º ponto a ser destacado é que a análise por nós empreendida irá deliberadamente fugir de qualquer tentativa e ‘análise do discurso’. Falta competência

<sup>589</sup> ACGD, sessão de 06 de Junho de 1853, p. 87



para emprendermos quaisquer operações nesse sentido. Apesar de Ângela Alonso nos ter mostrado a importância de entender os discursos e textos e as ‘conexões’ culturais existentes entre os intelectuais e político brasileiros na 2ª metade do XIX com os pensamentos europeus e americanos de vanguarda, como o “*decadentismo*” luso, o “*positivismo*”, o “*spencerianismo*” e outros, foge ao escopo da pesquisa este tipo de abordagem.<sup>590</sup> Obviamente nas diversas Atas por nós trabalhadas abundam citações de autores e teorias estrangeiras mais ou menos incorporadas ao “*repertório intelectual*” dos políticos brasileiros.

Também em texto recente José Murilo de Carvalho aponta para a “*retórica*” como possível chave de leitura dos discursos e textos produzidos pelos intelectuais e políticos nacionais no período e além. Essa “*retórica*” obviamente presta-se a derivações e categorizações e pode ser uma importante ‘via’ de compreensão dos interesses e posturas mentais daqueles grupos detentores da “*hegemonia*” por sobre o conjunto da sociedade imperial brasileira.<sup>591</sup> É fato que os discursos parlamentares, por exemplo, abundam em citações, artifícios de inversão, paradoxos, ‘estrangeirismos’, ‘chistes’, argumentos de autoridade, provérbios em diversas línguas e em variados níveis de leitura.

Causa-nos espanto, por exemplo, quando dos debates para a expansão da Ferrovia D. Pedro II em 1872, por exemplo no Parlamento Brasileiro a defesa empreendida por José de Alencar ficou muito aquém dos discursos dos demais deputados. Qualquer leitor desavisado destes documentos jamais identificaria pela fala um dos maiores romancistas brasileiros do século XIX em confronto com outros intelectuais ‘políticos’ com discurso muito mais consistente. A ‘arte da retórica’ no sentido do discurso nem sempre caminhou junto com a literatura, ao menos na Câmara dos Deputados.

Sobre este ponto já se pode dizer que é praticamente um consenso na historiografia pertinente que não existe um ‘descolamento’ ou uma grande autonomia entre a atividade intelectual ‘literária’ ou ‘artística’ e a atividade intelectual ‘política’ no país, conforme a tendência para o final do século XIX apontada por Pierre Bourdieu em seu estudo sobre os intelectuais franceses. Dito de outra forma, a produção cultural e a

---

<sup>590</sup> ALONSO, Ângela, op. cit. cf 1º capítulo

<sup>591</sup> CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: **Topói Revista de História**, PPGHS / UFRJ, nº 1, vol. 1, 2000, pp. 123 a 154.

produção dos discursos políticos se aproximavam muito dentro do que seria a expressão da “*hegemonia*” e de um discurso dominante sobre a sociedade brasileira.

A nossa análise se dará ao contrário em nível mais ‘comezinho’ ou a ‘rés do chão’, iremos tratar dos Gabinetes, Assembléias Gerais e Provinciais, Sessões do Conselho de Estado, Relatórios dos Presidentes de Província e da Câmara Municipal naquilo que ela possui de mais ‘concreto’ dos interesses colocados em disputas e dos argumentos gerais empreendidos na discussão. Nesse caso, entendemos que nem sempre as leis ou decretos que foram aprovados, necessariamente sejam os únicos indicativos dos temas mais importantes. Por diversas vezes é exatamente naquilo que não foi aprovado ou naquelas discussões que não se chegou a consenso é onde podemos identificar as tensões e os diversos interesses envolvidos. Exemplos disto podem ser considerados como as dificuldades de se aprovar o Código Civil Brasileiro que só irá ocorrer na República apesar das várias tentativas ainda no Império. Da mesma forma as constantes reformas eleitorais como visto no capítulo passado ainda demonstram as constantes cisões sobre o conceito de representação nacional e obviamente regional.

Sem pretender uma quantificação rigorosa, entendemos no entanto que, ao abordarmos os vários discursos produzidos pelos órgãos políticos e as instâncias do poder conseguiremos:

*(...) somente uma análise estrutural dos sistemas de relação que definem um determinado estado do campo intelectual pode imprimir eficácia e verdade a análise estatística, fornecendo-lhe os princípios de uma seleção de fatos capaz de levar em conta suas propriedades mais pertinentes, isto é suas propriedades de posição.*<sup>592</sup>

Um 3º ponto que deve ficar claro é que dada a diversidade de ‘temas’ tratados pelo poder público, iremos trabalhar com os assuntos que interessam ‘genericamente’ à Cafeicultura do país e ‘particularmente’ à Mata mineira. Desta forma empreendemos um ‘corte’ entre os inúmeros debates travados nas várias instâncias do poder (Conselho de Estado, Assembléias Geral e Provincial, Presidência da Província e na Câmara em Juiz de Fora) para àqueles que mais interessariam estes setores. Tais assuntos seriam então **Mão de Obra** (referentes à escravidão, colonização, imigração leis relativas ao mundo do trabalho e escolas agrícolas); **Transportes** (incluindo ai ferrovias, estradas,

---

<sup>592</sup> BOURDIEU, op. cit Capítulo IV Campo do Poder, Campo intelectual e Habitus de Classe

navegação); **Impostos e Taxas** (alfândega, passagens, contrabando de café entre Minas e Rio de Janeiro); **Modernização e Privilégios** (incluindo aí benefícios para igrejas, irmandades, fundação de empresas, escolas, ‘bonds’, iluminação, canalização, telégrafo, etc.) e **Autonomia Local** (conflitos de jurisdição, delimitação do território e atribuições ou busca por mais autonomia). Dentro destes ‘temas’ iremos buscar por limitação de espaço tratar daqueles que tiveram maior importância à época, ou àqueles que nos permitam ter uma visão mais completa das relações entre as diversas instâncias do poder no império.

O recorte temporal escolhido para estes debates é inicialmente àquele delimitado entre 1853 e 1893 conforme já explicada, entretanto algumas discussões levaram à ‘recuos’ como, por exemplo, com as discussões das 1ª ferrovias do país ou limitados pela escassez de fontes, principalmente no caso das atas da Câmara dos Deputados da Vila de Santo Antônio do Paraibuna para o período anterior à 1867 que não existem mais no caso usamos de algumas aproximações em obras feitas pelos historiadores “*tradicionais-liberais*” que tiveram acesso à estas atas, particularmente o já citado Paulino de Oliveira e o seu **História de Juiz de Fora**. Outro ponto que é importante destacar é que diferentemente das Atas do Conselho de Estado, das Assembléias Geral e Provincial, as Atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora não foram registradas por taquígrafos, sendo somente um resumo das discussões propostas, sendo assim, os argumentos discursos dos vereadores da cidade ficam ‘prejudicados’.

Da mesma forma não existia uma ‘sincronia’ entre as Presidências de Província, as Assembléias Gerais e Provinciais, sendo que em algumas ocasiões a Assembléia Geral foi dissolvida, alterando profundamente o perfil dos deputados e das discussões. Da mesma forma Minas Gerais possuiu uma das maiores ‘rotatividades’ de presidentes de província o que impede qualquer ‘continuidade’ administrativa como já notado desde Francisco Iglesias. O Conselho de Estado por sua vez não teve uma regularidade ao longo de sua trajetória conforme visto no capítulo IV, as sessões variavam aos ‘sabores’ do Imperador e dos contextos políticos.<sup>593</sup>

Dessa forma, optamos por acompanhar os debates a partir dos gabinetes estabelecidos, entendendo que estes eram responsáveis por empreender as principais mudanças, reformas e políticas ‘desejadas’ ou ‘sentidas’ pelos detentores do poder e, em grande medida as demais instâncias do poder ‘reagem’ à essas decisões, ora

---

<sup>593</sup> Por exemplo em 1853 marco ‘inicial’ de nossas discussões não ocorreu nenhuma sessão do Conselho, desta forma recuamos para as Atas do ano de 1851 e 1852, cf. item

contrapondo-se, ora apoiando, mas sempre tomando os ministérios como referência de ação.

Separamos ainda estes Ministérios que por afinidade ideológica empreenderam ou tentaram empreender reformas em determinadas ‘direções’. Isto quase sempre significou separá-los pelos partidos e o seu revezamento no poder. No caso da Conciliação iniciada pelo Gabinete Liberal de Honório Hermeto Carneiro Leão em 1853, entendemos que existiu uma continuidade no Gabinete seguinte de Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, tanto pela questão da reforma eleitoral, quanto das reformas modernizantes empreendidas até 1857 e nos Gabinete seguintes até se desfazer o ‘mito da Conciliação’ por volta de 1862.<sup>594</sup>

Nessa análise compreendemos cinco grandes períodos distintos, o 1º que vai de 1853 até 1862 de franco predomínio conservador com um discurso de ‘conciliação’; um 2º período que inicia-se com o Gabinete Liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos e se estende até 1868. O 3º com a volta dos conservadores no gabinete Joaquim Rodrigues Torres (ou o Visconde de Itaboraá) em 1868 e encerra-se com o gabinete de Caxias em 1878. O 4º ‘momento’ seria iniciado com o Gabinete liberal do Visconde de Sinimbu neste mesmo ano (1878) encerrando-se em 1885 quando o declínio do Império aponta para o 5º período com os três últimos gabinetes do Império que, independente de suas posições políticas tentaram ‘resgatar’ o regime cada vez mais fragilizado com uma série de reformas que foram tentadas.

Por último, os debates travados no momento de criação da nova Capital Mineira, ou o período de 1890 à 1893 serão feitos em sessão à parte, dado o caráter específico que irão assumir para as Minas Gerais e por tratar-se ainda de uma discussão efetivamente ‘mineira’ embora com repercussões ‘nacionais’ que não serão tratadas nesse trabalho.

## **6.1 Império, Província e a Mata mineira: aproximações de uma discussão comparativa**

### **6.1.2 – 1853 a 1862:**

---

<sup>594</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. SOBRE O PODER PESSOAL DO IMPERADOR NO LIVRO HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Os resultados podem começar a ser vistos no quadro I que trata de nosso primeiro período da pesquisa. Este período se estende conforme dito do Gabinete da Conciliação de Honório Hermeto Carneiro Leão estabelecido em 1853 e vai até o gabinete de Caxias encerrado em Maio de 1862. Encontramos ainda a presença de três políticos ‘mineiros’ nos ministérios, inclusive dois chefiando Gabinetes como foi o caso de Paraná (1853 – 1856) e Antônio Paulino Limpo de Abreu (1858 – 1859) e ainda Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos que foi ministro da justiça entre 1857 e 1858.

Durante este período importantes reformas foram estabelecidas, algumas ainda frutos da regência como as atribuições das províncias e dos diversos poderes, outras de regulamentação das decisões promovidas pela chegada dos “*saquaremas*” ao poder como a lei de terras de 1850 que somente será efetivada em 1854, ou ainda o combate ao tráfico de escravos, novamente proibido com a lei Euzébio de Queiróz mas que irá promover intensos debates entre parlamentares paulistas e fluminenses quanto ao rumoroso caso do ‘desembarque de Bracuri’ em 1853.

Entre as reformas mais importantes havidas no período em relação à cafeicultura estaria a autorização do funcionamento das 1ª Estradas de Ferro no país, a regulamentação da Lei de Terras, de 1854, a reforma eleitoral já vista no capítulo anterior e a nova tarifa de alfândegas tomada no sentido de beneficiar os setores agro-exportadores, e também os debates para a criação de Bancos para aumentar a oferta de crédito para a “*lavoura e indústria*”.

### Quadro I: Gabinetes Imperiais de 1853 – 1862

Ministério	Tendência	Principais Discussões / Decisões
6 de Setembro de 1853 a 3 de Setembro de 1856 <b>Honório Hermeto Carneiro Leão</b> , Marquês do Paraná Luís Pedreira Couto Ferraz (Império) José Tomás Nabuco de Araújo (Justiça) Antônio Paulino Limpo de Abreu e José Maria da Silva Paranhos (Estrangeiro) Pedro de Alcântara Bellegarde e Luís Alves de Lima e Silva (Guerra) José Maria da Silva Paranhos e João Maria da Silva Wanderley (Marinha)	Liberal (Conciliação)	Resolução da Questão do Prata; Discussão e Autorização das 1ª Estradas de Ferro e foram autorizadas novas Linhas de Navegação; Elevação da Comarca do Paraná à Província; Novos Estatutos aos Cursos Jurídicos e Médicos; Regulamentação da Lei de Terras; Aprovação dos Estatutos da Ferrovia D. Pedro II e Contrato de Esgoto da Corte

3 de setembro de 1856 a 4 de maio de 1857 <b>Luís Alves de Lima e Silva</b> , Duque de Caxias (Guerra) Couto Ferraz (Império) Nabuco de Araújo (Justiça) José Maria da Silva Paranhos (Estrangeiro e Marinha) João Maurício Wanderley (Fazenda)	Conservador (Conciliação)	Reforma da Lei Eleitoral; Nova Tarifa de Alfândegas; Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com Argentina
4 de Maio de 1857 a 12 de Dezembro de 1858 <b>Pedro Araújo Lima</b> , Marquês de Olinda (Império) Visconde de Maranguape (Estrangeiro) <b>Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos</b> (Justiça) Bernardo de Souza Franco (Fazenda) Jerônimo Francisco Coelho (Guerra) José Antônio Saraiva (Marinha)	Conservador	Tratados Internacionais de Cooperação; Aceitação das Moedas Inglesas nas Estações Fazendárias
12 de Dezembro de 1858 a 10 de Agosto de 1859 <b>Antônio Paulino Limpo de Abreu</b> , Visconde de Abaeté (Marinha) Sérgio Teixeira de Macedo (Estrangeiros) Visconde do Rio Branco (Justiça) José Tomás Nabuco de Araújo e Barão de Muritiba (Fazenda) Francisco Sales de Torres Homem e Manuel Felizardo de Souza Melo (Guerra)	Conservador	Tentativa de fazer o Código Civil; Reestruturação das Secretarias de Estado; 'Cisão' dos Partidos, fim da 'conciliação'.
10 de Agosto de 1859 a 2 de Março de 1861 <b>Ângelo Muniz da Silva Ferraz</b> , Barão de Uruguaiana (Fazenda) João de Almeida de Pereira Filho (Império) João Lustosa da Cunha Paranaguá (Justiça) João Lins Vieira Sinimbu (Estrangeiros) Francisco Xavier Paes Barreto (Marinha) Sebastião do Rego Barros (Guerra)	Conservador	Criação do Ministério Comércio e Obras Públicas; Regulamentação das Alfândegas, Casa da Moeda; Regulamentação da Emissão de Bilhetes ao Portador; Criação dos Imperiais Institutos de Agricultura (Rio e Bahia) Reforma eleitoral 1860
2 de Março de 1861 a 24 de Maio de 1862 <b>Luís Alves de Lima e Silva</b> , Duque de Caxias (Guerra) Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato; José Antônio Saraiva e José Ildefonso de Souza Ramos (Império) Visconde do Rio Branco; Antônio Coelho de Sá e Albuquerque e Benevuto Augusto de Magalhães Taques (Estrangeiro) Visconde de Niterói (Justiça) Visconde do Rio Branco (Fazenda) Joaquim José Inácio e Manoel Felizardo de Souza Melo (Agricultura...) Joaquim José Inácio (Marinha)	Conservador	Cisão dos Conservadores, criação da 'Liga Progressista'; Contrato de Iluminação a gás da cidade do Rio de Janeiro (Mauá)

**Fonte:** JAVARI, op. cit. TAPAJÓS, op. cit, AVELLAR, op. cit, ACDG

**NEGRITO:** Chefe de Gabinete

**EM CINZA:** Político 'mineiro'

A questão das ferrovias se revelará bastante significativa para demonstrar as relações de poder entre o Império a Província e a Mata mineira que 'acelerava' o seu ritmo de crescimento. Se diversas concessões de Estradas de Ferro haviam sido

propostas desde a década de 1830 ainda no gabinete de Diogo Feijó,<sup>595</sup> nenhum destes projetos havia de fato ‘vingado’, inclusive sofrendo forte oposição à época por parte de Bernardo Pereira de Vasconcelos. (PROCURAR A CITAÇÃO)

Entre essas concessões vemos o “*privilégio*” de uma Ferrovia concedida à Tomas Crockane que havia sido aprovada em 1840, sendo este direito revalidado em 1849,<sup>596</sup> o projeto original era que esta Ferrovia sairia do Rio de Janeiro em direção a província de São Paulo.<sup>597</sup> Na década de 1850 iremos ver a concessão de outras ferrovias, estradas e autorização para Companhias de Navegação de diversos Rios.<sup>598</sup> Quanto as Ferrovias e Estradas que interessariam diretamente à região cafeeira do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais tivemos as propostas de Tomas Crockane de 1849 que irá dar origem à “*Estrada de Ferro D. Pedro II*”, a “*Imperial Companhia de Navegação à Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis*” de Irineu Evangelista de Souza o Barão de Mauá em 1852<sup>599</sup> e a “*Rodovia União Indústria*” de Mariano Procópio Ferreira Lage aprovada em decreto imperial do mesmo ano.<sup>600</sup>

Na verdade a ‘confusão’ se deu porque em 26 de junho de 1852 o governo decretou uma lei geral que tinha como objetivo permitir que várias companhias construíssem estradas de ferro que a partir do Rio de Janeiro fossem em direção às províncias de São Paulo e Minas Gerais.<sup>601</sup> Como estas concessões e decretos imperiais colocavam vários projetos em ‘choque’ o Conselho de Estado discutiu a questão e vemos o Marquês do Paraná assim se exprimir em seu voto no dia 25 de agosto de 1852 sobre o projeto original da Estrada de Ferro de Tomas Cokrane:

(...) *que não se tendo, atualmente, em consideração somente à pessoa de Cockrane, mas a companhia, que já está organizada, e de maneira de oferecer todas as garantias, pode bem o Governo conceder-lhes todas as condições favoráveis, que contém a lei; se não por direito rigoroso, que a isso tenha, ao*

---

<sup>595</sup> CLI Lei nº 101 de 31 de Outubro de 1835 “*Autoriza o governo a conceder uma ou mais companhias, que fizerem uma estrada de ferro da Capital do Império para as de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, o privilegio exclusivo por espaço de 40 anos para o uso de carros para transporte de gêneros e passageiros, sob as condições que se estabelecem*”. E cf. ainda a Lei nº 64 de 29 de Outubro de 1838 “*Aprova diferentes Artigos da resolução da Assembléia Provincial de São Paulo que concede Privilégio exclusivo para construção de uma Estrada de ferro a Aguiar Viuva, Filhos e Companhia*”.

<sup>596</sup> Decreto Imperial (doravante DI) 4 de Novembro de 1840 e 2 de Janeiro de 1849.

<sup>597</sup> DI de 29 de agosto de 1839.

<sup>598</sup> Por exemplo é autorizada a

<sup>599</sup> DI de 27 de abril de 1852.

<sup>600</sup> DI de 7 de agosto de 1852.

<sup>601</sup> CLI Lei nº 641 “*Autoriza o Governo para conceder a uma ou mais CIA a construção total ou parcial de um caminho de ferro que partindo Municípios da Corte, vá terminar nos pontos das Províncias de Minas Gerais e São Paulo*”. de 26 de Junho de 1852

*menos por equidade, e com a atenção às garantias conhecidas (...)*

*O privilégio concedido a Cockrane é unicamente para uma estrada que, partindo da Corte se dirija à Província de São Paulo, passando pelo Município de Iguaçú, tocando no rio Paraíba e seguindo pelos Municípios de Piraí, Barra Mansa e Resende e que o dito privilégio não se estende a qualquer linha que se projete dirigir da Corte, ou de algum dos pontos de mar desta baía, à Província de Minas Gerais, ou a outros pontos da mesma Província.*<sup>602</sup>

Percebe-se que a prioridade de Honório Hermeto seria a de estabelecer uma ferrovia que se dirigisse à partes mais ‘ricas’ da cafeicultura do Vale do Rio Paraíba do Sul e, ao mesmo tempo podemos pensar como hipótese que tal medida não ‘esbarrasse’ nos projetos que estavam sendo ‘gestados’ à época por Mauá e também por Mariano Procópio Ferreira Lage que se dirigiriam para a Minas Gerais em um projeto naval-ferro-rodoviário. Tanto que em seu parecer o Marquês do Paraná completa:

*(...) pois o dito privilégio não se estende a qualquer linha, que se projete dirigir da Corte, ou de algum dos portos de mar desta baía à Província de Minas Gerais, ou a outros pontos da mesma Província; e que portanto dando todo o valor do privilégio concedido não está o Governo impedido de fazer concessão de privilégios para a construção de outras estradas, que se dirijam à dita Província de Minas, ou a outros Municípios da do Rio de Janeiro, que não sejam os de Iguaçú, Piraí, e Barra Mansa e Resende.*<sup>603</sup>

O fato é que tanto o projeto de Ferrovia pensado por Mauá como a Rodovia que Mariano Procópio Ferreira Lage intentavam construir foram aprovados praticamente ao mesmo tempo o que permite ver interesses em comum. O projeto de Mauá implicava a navegação da Baía de Guanabara e uma ferrovia iria se dirigir dos ‘fundos’ da Baía até Petrópolis; já a rodovia intentada por Mariano Procópio Ferreira Lage por sua vez tinha

---

<sup>602</sup> ATCE, 25 de Agosto de 1852, p. 44

<sup>603</sup> Idem, Ibidem



como objetivo “*construir, administrar e explorar uma estrada de rodagem que ligasse as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro*”.<sup>604</sup>

O traçado original partiu das margens do Rio Paraíba do Sul na divisa das províncias do Rio e de Minas e tinha como objetivo atingir a cidade de Barbacena, aproveitando-se de trechos do antigo ‘Caminho Novo’ e da ‘Estrada do Paraibuna’. Para qual inclusive o governo provincial irá conceder o uso da estrada ‘reformada’ duas décadas antes por Henrique Guilherme Fernandes Halfeld.<sup>605</sup>

Segundo Maurício Luiz de Almeida em sua pesquisa de mestrado **O preço de um fracasso: A Companhia União e Indústria e a política e a economia no Império (1852 – 1872)** somente a partir de 1856 o governo imperial irá tentar ‘ligar’ as duas companhias, quando a Companhia União e Indústria assumiu a concessão da continuação da estrada até Petrópolis encontrando-se assim com a ferrovia de Mauá que a esta altura partia do Rio de Janeiro e estava chegando à vila de Inhomirim na raiz da serra.<sup>606</sup> A discussão proposta pelo Marquês do Paraná nos permite pensar que tal intento já era desejado anteriormente.

Da parte da Câmara dos Deputados do Império a 9ª legislatura (1852 – 1853) somente havia iniciado o segundo ano das sessões parlamentares depois que o Ministério de Paraná já havia iniciado suas atividades e que essas diversas concessões já haviam sido dadas. Entre os deputados as principais discussões se travaram em torno das concessões de ferrovias que ocorreram neste período, esta discussão acabava por trazer à tona debates não somente sobre **modernização** e **transportes** mas também sobre a **competência das autoridades** e ainda a **regionalização** e a **centralização** do Império Brasileiro.

As propostas de Cockrane, Mauá e Mariano Procópio foram extremamente criticadas por vários deputados e por dois motivos principais: 1º A bancada do nordeste especialmente criticava tanto empenho na corte enquanto a ferrovia proposta para Pernambuco por Eduardo e Alfredo de Mornay e aprovadas pelo mesmo decreto que concedera à concessão à União e Indústria não tinham sido contempladas na “*Fala do Trono*” de 1853 e nem nos planos do Ministério; 2º As três concessões se sobrepunham a lei votada pela Câmara dos Deputados ainda em 26 de junho de 1852.

<sup>604</sup> ALMEIDA, Maurício Luiz de. **O Preço de um fracasso: A Companhia União e Indústria e a política e a economia no Império (1852 – 1872)**. Dissertação de Mestrado, USP, 2002, p. 51

<sup>605</sup> Lei nº 631 de 10 de Julho de 1853. Coleção de Leis e Decretos da Província de Minas Gerais e também AALPMG.

<sup>606</sup> ALMEIDA, op. cit p. 54

Saindo na defesa do governo o Ministro do Império Francisco Gonçalves Martins, o Visconde de São Lourenço da província da Bahia afirmava em uma citação mais longa, porém reveladora destes vários interesses regionais:

*Assim podia um deputado pelo Pará, por exemplo, encetar essa discussão desenvolvendo as providências que o governo cumpre adotar para tornar mais ampla e mais bem favorecida a navegação do Amazonas e seus afluentes.*

*Assim poderia também um deputado pelo Maranhão pedir auxílios mais prontos para a grande obra do Arapapai, e ao mesmo tempo o estabelecimento de colônias militares nas margens dos grandes rios, que convém tornar habitadas e civilizadas.*

*Assim igualmente um deputado do Piauí principiaria a presente discussão pedindo a navegação do grande rio Parnaíba, para se levar população e civilização ao centro daquelas férteis matas.*

*Do mesmo modo um deputado do Ceará poderia encetar esta discussão pedindo as providências que julgasse convenientes para se evitar o flagelo da seca naquela província.*

*Um deputado por Pernambuco poderia tratar dos meios mais amplos para que se auxiliasse à realização de empresa Mornay, como a medida mais importante para a província.*

*Um da Bahia também podia discutir as vantagens da empresa da estrada de ferro do Juazeiro e a navegação dos seus grandes rios.*

*Um deputado do Rio Grande do Sul podia encetar a discussão demonstrando a necessidade de estabelecer canais de comunicação entre os importantes rios daquela província.*

*Um deputado de São Paulo poderia tratar da estrada de ferro que vai de Santos à vila da Constituição, e poderia mesmo pedir um desenvolvimento em maior escala da grande navegação fluvial para o Cuiabá. **E mil outras grandes empresas que se oferecem, todas elas dignas de ser trazidas à discussão na ocasião de iniciar-se os debates parlamentares sobre a resposta à fala do trono**.*<sup>607</sup>

Neste longo trecho fica claro que a modernização dos transportes bem como do conjunto da economia interessava a todas as regiões, entretanto, o que se defendia era o fato do governo prestar mais apoio as províncias do ‘Centro-sul’ que outras. Transportes, investimentos imperiais e regionalismo se localizavam no cerne dessa discussão.

Por outro lado, os vários projetos propostos demonstravam divisões de interesses entre os vários grupos dentro dos próprios políticos fluminenses e paulistas ligados à

<sup>607</sup> ACDG, Sessão de 02 de junho de 1853, p. 25 (grifos nosso)

cafeicultura. Um dos deputados que mais criticavam o governo na ocasião, apesar de ser do mesmo partido conservador e ligado à cafeicultura fluminense, foi o deputado fluminense Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato se opunha especificamente aos projetos da Ferrovia de Mauá e da de Cockrane e dias seguintes, na sessão de 09 de Junho de 1853 afirmou que:

*(...) a estrada da lei de 26 de junho, estrada importantíssima, tão reclamada pelas circunstâncias locais, estrada geral que vai abrir em grande escala uma comunicação franca e rápida para os pontos mais povoados, férteis e produtivos do Brasil, estrada que seguramente será o princípio da grande ramificação das linhas de ferro que algum dia deve ter o Brasil; essa estrada que deve ser lançada nesta parte do império da qual no presente principalmente se levanta a máxima parte da receita pública; essa estrada não podia deixar de merecer ao nobre ministro, se atentamente, sem prevenções, a considerasse em todas as suas circunstâncias a justa estima e toda solícitude, como objeto da maior importância, não havendo seguramente outro no presente que mais se lhe avantage.*

Podemos perceber ainda o ‘choque’ de interesses entre as diversas regiões do país, visto que Saião Lobato defendia de toda a maneira que a futura ferrovia se expandisse do ‘Centro-sul’, ou em suas palavras no mesmo discurso:

*Sr. presidente, em 33.000:000\$000 é orçada a receita pública, e ninguém ignora que 24.000:000\$000 são levantados nesta cidade e província do Rio de Janeiro, e nas três províncias que com ela se agrupam – São Paulo, Minas e Rio-Grande do Sul. Uma estrada de ferro como essa da lei de 26 de junho que deve necessariamente dar nesta parte do império um incremento fortíssimo a todos os ramos da indústria, que concorrem para tanto avantajá-la a renda pública, é sem dúvida objeto de maior importância que deve interessar, como interessa, a todos os Srs deputados, embora eleitos pelas províncias de Sergipe, do Pará, Ceará, etc., etc., e portanto como não estranhar que parecesse ao nobre ministro, muito natural confundir este melhoramento como outro que pudesse ser discretamente pedido por qualquer dessas outras províncias (...).<sup>608</sup>*

Na continuação do debate ficará claro que o interesse era que a ferrovia intentada por Mauá deveria passar pela região de Rodeio mais ao sul da província e

<sup>608</sup> ACDG, sessão de 09 de junho de 1853, p. 136

menos íngreme segundo a análise de Saião Lobato e daí partir para a vila de Paraíba do Sul. Obviamente tais traçados interessavam mais a determinados grupos de cafeicultores que outros, entretanto não é o cerne da discussão que estamos tentando travar aqui.

A análise das atas da Câmara dos Deputados revela que bem poucos deputados da província de Minas Gerais participaram destas discussões que ficou praticamente polarizada entre os deputados do Rio de Janeiro e São Paulo de um lado e do outro lado diversos deputados da Região Nordeste. Um dos poucos deputados por Minas que irá se levantar para discutir sobre a questão será Francisco de Paula Cândido que tinha muito mais ligações com a Corte da qual inclusive será preceptor e médico da família imperial.<sup>609</sup>

Uma das grandes preocupações de Paula Cândido ao longo de sua vida foi o “*problema das comunicações entre o município da Corte com o interior do país, destacando a necessidade da ligação do Rio de Janeiro com o sertão mineiro do Alto São Francisco, em direção ao Brasil central*”.<sup>610</sup> Durante as sessões do Parlamento defendeu a necessidade das ferrovias e rodovias propostas pelo gabinete do Paraná, colocando-se em oposição à Saião Lobato, entretanto, as preocupações de Paula Cândido eram muito mais ligadas às idéias de integração do Império à civilização que propriamente vinculadas à expansão de uma ou outra atividade econômica.<sup>611</sup>

Conforme foi dito anteriormente este debate que ocupou a Câmara dos Deputados Geral, os Ministérios e o Conselho de Estado, pouco chegaram à província mineira. A Assembléia Legislativa Provincial durante a década de 1850 foi marcada por discussões que pouco se relacionam com as ferrovias. Da análise das atas da Assembléia da província vemos inúmeras solicitações de desmembramento de territórios como dito, entre a 9ª legislatura (1852 – 1853) até a 14ª (1862 – 1863). É praticamente impossível encontrar uma sessão em que não se encontre uma requisição de moradores de um curato pedindo para serem elevados à categoria de freguesia, ou solicitações para

---

<sup>609</sup> Nascido na fazenda do Macuco, distrito e Piranga à época comarca de Mariana em 1805, estudou no Seminário de São José e depois ingressou como cadete no Regimento dos Dragões de Minas, posteriormente foi ao Rio de Janeiro freqüentando a Academia Militar. Pedindo baixa em 1825 dirigiu-se para a Europa onde estudou diversos cursos, tendo se formado médico em 1832 pela “*Faculté de Médecine de Paris*”. Retornando ao Brasil em 1833 tornou-se professor da Faculdade de Medicina por mais de 30 anos, ajudou a combater diversos surtos epidêmicos na corte tendo sido em 1855, um dos fundadores da “*Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro*”, era sócio ainda do IHGB e realizou diversos estudos sobre as doenças tropicais, falece em 1864. Cf. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz.

<sup>610</sup> Idem, ibidem

<sup>611</sup> ACGD, 09, 10, 11 de Junho de 1893 e seguintes

desmembramento de distritos, ou ainda solicitações para que determinadas povoações fossem elevadas à categoria de vilas.

Também serão inúmeras as solicitações municipais para aumento de impostos locais, reformas nas posturas municipais ou ainda solicitações de empréstimos ou doações para conclusão de obras como de igrejas matrizes ou prédios públicos como as cadeias ou câmaras. Entre os debates parlamentares mais expressivos se encontra a reorganização das aulas públicas, ou ainda das secretarias. Abundava por outro lado as solicitações de construção de pontes, reparos de estradas, etc.

Será somente em 14 de julho de 1857 que será aprovada pela Assembléia Legislativa da Província a lei de nº 839 que versava sobre a construção de uma estrada ‘carroçável’ que partindo de Bom Jardim fosse até Rio Preto onde desse ponto se encontraria com a Ferrovia D. Pedro II. Esta lei teria partido de uma solicitação do Presidente da Província Herculano Ferreira Pena (em 1856) que falava da utilidade dessa estrada para a província ligar-se à expansão da referida ferrovia.<sup>612</sup>

Em 1858 na sessão de 12 de abril irá ocorrer uma das primeiras discussões pela não aplicação da referida lei, sendo que o deputado Catão Filho irá admoestar a presidência da província por nada ter feito neste caso, porque:

*(...) esta é uma estrada muito conveniente aos habitantes do sul da província, e especialmente aos municípios de São João Del Rei, Baependi e parte de Airuoca, participando imediatamente deste benefícios os moradores dos Arraiais do Turvo, São Vicente e Bom Jardim, porquanto a distância que existe do Arraial do Turvo ao lugar denominado Mendes aonde deve chegar a estrada de Pedro II é a de 19 léguas.*<sup>613</sup>

Os futuros barão de Airuoca e particularmente o Visconde de Lima Duarte ainda deputados provinciais contestaram violentamente o discurso pois, segundo eles tratava-se não da inoperância da Presidência da Província, mas da definição do melhor lugar para se construir a referida estrada que, segundo eles deveria atender a Mata onde a expansão das atividades comerciais mais se faziam sentir.<sup>614</sup>

Apesar da preocupação com a ferrovia demonstrada pelo presidente da província à época, Herculano Ferreira Pena, aparentemente este não era o principal objetivo da

<sup>612</sup> Relatório de Presidente de Província de 1856

<sup>613</sup> ALPM, Sessão de 12 de Abril de 1858, p. 01.

<sup>614</sup> Idem, ibdem

parte dos políticos e presidentes de província. O estudo de Marcelo de Magalhães Godoy e Lidiany Silva Barbosa **Uma outra modernização: transportes em uma província não-exportadora – Minas Gerais, 1850 – 1870** ‘dissecou’ as solicitações de informações que estes diversos Presidentes da Província solicitaram aos municípios mineiros até 1870 encontrando um total de 42 pedidos. Estes pedidos de informação se referiam a temas como: “*Características Gerais das Comunidades*” (1853); “*Registros de Terras*” (1854); “*Mineração, agricultura, fábricas e comércio*” (1854); “*Dados da População Livre e Escrava*” (1855); “*Problemas de Abastecimento*” (1857); “*Receita Municipal*” (1862) e “*Migração*” (1870).<sup>615</sup>

Ou seja, nenhum específico sobre transportes ou ainda as ferrovias, é claro que várias vilas respondiam em termos gerais falando inclusive na necessidade de melhorar as estradas, tema onipresente na política mineira desde o início do Império como visto, no capítulo I. Da mesma forma os próprios autores citam o um plano de desenvolvimento dos transportes para a província de 1864, encomendado pelo então presidente ao engenheiro Henrique Gerber que incluía a conexão entre o transporte fluvial, rodoviário e ferroviário integrando a rodovia União e Indústria, a ferrovia D. Pedro II se dividindo posteriormente em três ramais, um para o sul da província a partir de Sapucaí, outro para o Rio Grande e outro que seguindo à União & Indústria iria para a região central e daí para além.<sup>616</sup> A questão é que não somente as ferrovias não chegaram em Minas antes de 1869 em Chiador na altura do município de Mar de Espanha como a própria ‘idéia’ das ferrovias demorou a chegar aos ‘mineiros’.<sup>617</sup>

Também Daniel Val Consentino em estudo sobre a transição do trabalho escravo para o livre em Minas Gerais irá encontrar para a década de 1850 inúmeras correspondências das Câmaras Municipais alegando entre outras questões a crise da economia local devido a “*falta de braços*” a escassez de escravos, a necessidade de ensino agrícola, mas não sistematicamente a questão dos transportes, ou especificamente das ferrovias.<sup>618</sup>

---

<sup>615</sup> GODOY, Marcelo de Magalhães e BARBOSA, Lidiany Silva. **Uma outra modernização: transportes em uma província não-exportadora – Minas Gerais, 1850 – 1870**. (texto para discussão), Belo Horizonte: UFMG/Cedpelar, 2007, quadro p. 11.

<sup>616</sup> Idem, p. 13

<sup>617</sup> GIROLETTI, op. cit. p. 83 e segundo ainda Peter Blasenhein que estudou sistematicamente as atas da Assembléia Provincial “*Os fazendeiros de café da Mata pegaram a ‘febre’ das ferrovias no início da década de 1870*” BLASEHEIN, op. cit, p. 88.

<sup>618</sup> COSENTINO, Daniel do Val. **Um múltiplo de transições: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais**. Campinas, Unicamp, IE, 2006.

No caso específico da Mata mineira, abordando a Câmara Municipal de Juiz de Fora o tema, aparentemente também, foi tratado de maneira ‘enviesada’. Isto se explica até mesmo porque o município havia sido recentemente criado, conforme visto em 1850 e somente instalado em 1853. Durante este período as principais ocupações dos “*homens bons*” locais e dos vereadores eleitos a partir de 1853 foram, segundo Paulino de Oliveira a aquisição dos prédios da Câmara Municipal e da Cadeia (para qual foi aberta uma subscrição pública como de costume); a epidemia de Cólera Morbus que assolou o país no ano de 1855; as preocupações com a Urbanização da cidade como o calçamento das ruas, construção do cemitério e matadouro público e fontes e chafarizes e a feitura do código de posturas do município.<sup>619</sup>

A questão das Estradas e Caminhos também esteve presente e revela algumas das *assimetrias* que viemos tratando, tal fato se deu porque na sessão da Câmara em 1º de abril de 1854 o vereador Furtado de Mendonça endereçou à Assembléia Legislativa Provincial uma solicitação que se continuasse a “*estrada denominada Paraibuna da vila de Paraíba do Sul até Petrópolis*”.<sup>620</sup> A questão é que Mariano Procópio Ferreira Lage já havia adquirido a concessão da construção desta estrada enquanto decreto imperial há pelo menos dois anos como visto. Ao mesmo tempo, o governo provincial mineiro já havia celebrado o contrato com a Companhia para a cessão da Estrada do Paraibuna em 31 de Maio de 1853 e a lei já havia sido aprovada na Assembléia Provincial de Minas em 10 de Julho e 1853.<sup>621</sup> Ou seja, há pelo menos dois anos que Mariano Procópio estava agindo, incorporando capitais e se articulando politicamente para a construção da Estrada, enquanto à Câmara Municipal da Vila de Santo Antônio do Paraibuna, aparentemente ficou alheia à este processo. Segundo Paulino de Oliveira e Patrícia Falco Genovês esse pode ser o principal motivo que gerou por parte dos principais moradores do município do Santo Antônio do Paraibuna uma grande ‘antipatia’ ou resistência para com Mariano Procópio Ferreira Lage.

Originário de Barbacena conforme visto e, somente se mudando para Juiz de Fora em 1856, Mariano Procópio era detentor de educação esmerada, possuía conexões familiares e políticas bastante expressivas inclusive com o Imperador e ‘atravessara’ o caminho da Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraibuna.<sup>622</sup> Isso também pode ser visto na “*Sociedade Promotora dos Melhoramentos Materiais da Vila de Santo Antônio*

---

<sup>619</sup> OLIVEIRA, Paulino... op. cit, pp. 27 – 43.

<sup>620</sup> Idem, p. 46.

<sup>621</sup> Relatório da Presidência da Província, 1854 e AALPMG, sessão de 10 de Julho de 1853.

<sup>622</sup> OLIVEIRA, Paulino, op. cit, p. 29 e GENOVÊS, Patrícia... As Malhas do Poder..., op. cit.

*do Paraibuna e do seu Município*” citada anteriormente e que foi criada por Mariano Procópio no ano seguinte, ou em 1855 e da qual ele não foi sequer cogitado para compor à diretoria.

A União & Indústria sofreu ainda uma série de reclamações por parte da Câmara Municipal quanto pela própria Assembléia da Província. A primeira criticou o seu traçado e que algumas obras não eram condizentes com, enquanto à segunda fez severas críticas aos constantes gastos que a província teve que fazer na renovação do contrato em 1854.<sup>623</sup>

Patrícia Falco Genovês demonstrou ainda como a recepção ao Imperador D. Pedro II na cidade quando inaugurada a União & Indústria em 1861 foi marcada por ‘tensões’ e disputas entre a Câmara e Mariano Procópio. Usando o conceito de celebração como forma de construção de uma hierarquia social a autora demonstra como houve um ‘racha’ na ocasião entre a Câmara Municipal da Cidade e Mariano Procópio Ferreira Lage e seu ‘grupo’ político. Poucos vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora foram recebidos na residência de Mariano Procópio que se distinguia de todas as demais residências da cidade, pela beleza, imponência e o ideal de modernidade que ali reinava.<sup>624</sup>

De qualquer maneira, já ao final do período a Companhia deu os primeiros sinais de crise financeira, sendo em 16 de Julho de 1861 a primeira solicitação de Mariano Procópio Ferreira Lage da absorção da Estrada pelo poder imperial. Novamente em 19 de Agosto deste mesmo ano houve nova solicitação que será rejeitada pela Assembléia Geral. Será somente no período posterior que a Companhia conseguiu ser absorvida pelo Estado Imperial e, não sem um certo ‘esforço’ de D. Pedro II conforme veremos.

Neste período dois outros temas ainda nos chamam atenção, o 1º é praticamente uma questão local, embora bastante reveladora das diferenças que começavam a se ‘desenhar’ entre a Mata e outras regiões de Província. O 2º refere-se à escravidão e a forma como esta foi tratada pelos poderes locais.

A 1ª questão no caso foi a indicação para Cônego Honorário de José de Souza e Silva Roussin em 1854 para o canonicato vago para a Igreja da Sé em Mariana. O bispo de Mariana à época D. Viçoso indicou outro pretendente como tendo uma reputação irrepreensível, entretanto o ministério acabou por indicar o Cônego Roussin em 10 de Setembro de 1855. Iniciou-se então uma ‘luta’ que chegou ao Conselho de Estado em 2

---

<sup>623</sup> AALPMG, Sessão de 03 de maio de 1854.

<sup>624</sup> OLIVEIRA, op. cit e GENOVÊS, op. cit.



de outubro de 1856 quando o Bispo de Mariana protestou alegando a baixa moralidade do Padre, do colégio por ele dirigido, de simonia e outras práticas moralmente condenáveis, como festas, amantes e filhas. Inicialmente o Conselho de Estado se colocou do lado do Imperador em 1857, porém em 1858 o Conselho reformou ainda a sua posição baseado em parecer dos viscondes do Uruguai e do Jequitinhonha reformando a decisão e abrindo nova seleção para Cônego de Mariana.<sup>625</sup>

O referido cônego de ‘vida dissoluta’ acabou por se mudar para a cidade de Juiz de Fora, onde irá abrir colégio e inclusive será vereador em quatro legislaturas de 1865 a 1868, 1868 a 1872, 1873 a 1876 e 1884, chegando ainda a ser Juiz Municipal em 1868. Na cidade exerceu uma séria de atividades como diretor do colégio Roussin para qual pediu diversas vezes donativos da Assembléia Provincial.<sup>626</sup> Foi ainda um dos fundadores da Irmandade de Santo Antônio, além de emprestar dinheiro como demonstra a pesquisa de Elione Silva Guimarães que relata um roubo em sua casa em 18XX. a 1886 BUSCAR EM ELIONE QUESTÕES SOBRE O CÔNEGO ROUSSIN – CRIME, EMPRESTAR \$, COLÉGIO

A 2ª questão seria a preocupação com a **Mão de Obra** e as classes subalternas, ou preferencialmente o ‘elemento cativo’ e ainda a preocupação com o processo de substituição da mão de obra. Sendo a Mata e, principalmente Juiz de Fora um município com elevado número de cativos, o ‘temor’ de uma revolta escrava poderia se tornar um tema onipresente para os grupos dominantes da cidade. No Brasil a década de 1850 foi marcada pelo fim do tráfico de Escravos e pelo re-ordenamento de algumas características básicas da escravidão como a ampliação das famílias escravas, o aumento do número de alforrias, a ‘alta’ no preço dos escravos, o crescimento de movimentos pacíficos ou não por maior autonomia, quando não a liberdade pura e simples.<sup>627</sup>

Tais discussões apareceram no nível local, principalmente no Código de Posturas Municipais que, elaborado entre 1853 e 1857, somente foi aprovado em 1858 e publicado em 1860. Segundo estudo já citado de James Willian Goodwin Júnior A

<sup>625</sup> ACEDP, 02 de Outubro de 1856, pp. 220 – 233.

<sup>626</sup> AALPMG, sessões de

<sup>627</sup> A discussão sobre a Escravidão e o seu final no Brasil é extremamente grande e diversificada fugindo completamente ao escopo do trabalho a sua abordagem. Remeto para uma obra síntese de caráter historiográfico o capítulo A historiografia recente da escravidão brasileira In: SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP, EDUSC, 2001. Especificamente sobre Juiz de Fora cf. à título de uma ‘introdução’ ao tema SARAIVA, Luiz Fernando. **Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café da Zona da Mata mineira – 1870/1900**. (Dissertação de Mestrado), Niterói: PPGH / UFF, 2001 e GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação (Juiz de Fora - Minas Gerais)**. Tese de Doutorado. UFF, 2004.

**“Princesa de Minas” A construção de uma identidade pelas elites juizforanas. 1850 – 1888**, este código de posturas tinha por base o 1º código de posturas Municipais feito em Minas Gerais que havia sido o da cidade de Mariana em 1830.<sup>628</sup> Ainda segundo o autor, o número de artigos que se referiam especificamente ao “*controle*” do elemento servil seria de 15 e que se encontrariam ‘espalhados’ por todas as sessões do código. Entre essas, as que mais chamam a atenção foram àquelas que proibiam os escravos participarem de casas de jogos e as pessoas de apostarem à dinheiro com eles (artigos 118 e 119); as festas e batuques sem autorização (149 e 150) o comércio com os escravos de diversos gêneros, principalmente os taverneiros e ‘ciganos’ (157 e 161).<sup>629</sup>

A questão do imigrantismo se tornou cada vez mais importante no país inteiro a partir da década de 1850 teve em Juiz de Fora também o seu início com a fundação da colônia de imigrantes alemães trazidos pela Companhia União & Indústria já entre 1856 e 1858. Se, a Estrada União & Indústria sofre oposição da Câmara Municipal inicialmente conforme visto, a fundação de uma colônia de imigrantes europeus na cidade foi saudada quando a Câmara propôs em 12 de julho de 1858 “*um voto de agradecimento [A Mariano Procópio Ferreira Lage] pelo serviço que acaba de prestar a este município, escolhendo o distrito desta cidade para centro da Colônia D. Pedro II*”.<sup>630</sup>

### 6.1.3 – 1862 a 1868:

Durante o período de 1862 até 1868 tivemos cerca de seis gabinetes liberais, sendo que este foi um período relativamente turbulento pelas crises econômicas e o início da Guerra do Paraguai. Foi ainda um período marcado por uma série de medidas como as tentativas de criação de um código civil, a adoção do sistema métrico-decimal, a criação de diversas empresas e o estabelecimento de vários serviços como linhas regulares de ‘bonds’ na corte e a criação da Repartição Geral dos Telégrafos. Neste período assistimos o crescimento das críticas contra o sistema centralizado consolidado na década anterior.

Sobre este período que também foi marcado pelo ideal de conciliação e tentativa de se criar uma “*Frente Progressista*” Francisco Iglesias vai dizer que:

---

<sup>628</sup> GOODWIN, op. cit. p. 107

<sup>629</sup> Idem, pp. 123 a 126.

<sup>630</sup> OLIVEIRA, op. cit, p. 49.

*A Liga ou Partido Progressista estende-se de 62 a 68. De novo tentam compor-se liberais e conservadores (estes, os conservadores moderados). O chamado partido da ordem perdeu a unidade: além dos velhos chefes, representantes da ortodoxia com assento no Senado, outros chefes, igualmente ilustres e antigos, como Olinda, formavam grupos compondo-se com liberais, mantendo-se assim em posição eminente e mesmo no governo, enquanto os elementos do Partido adverso obtinham posições, conseguiam participar um pouco do poder.<sup>631</sup>*

A província de Minas teve seis representantes em quatro desses gabinetes, os ministros José Pedro Dias de Carvalho (Fazenda no ministério de 1862 e no de 1864), Domiciano Leite Ribeiro (Agricultura, Comércio e Obras Públicas no de 1864) e José Joaquim Fernandes Torres e Afonso Celso de Assis Figueiredo (respectivamente nas pastas de Império e Marinha no Gabinete de 1866 a 1868).

**Quadro II: Gabinetes Imperiais de 1862 – 1868**

Ministério	Tendência	Principais Discussões / Decisões
24 de Maio de 1862 a 30 de Maio de 1862 <b>Zacarias de Góis e Vasconcelos</b> (Império) Francisco José Furtado (Justiça) Carlos Carneiro de Campos (Estrangeiro) <b>José Pedro Dias de Carvalho</b> (Fazenda) José Bonifácio de Andrada e Silva (Marinha) Manoel Marques de Souza (Guerra) Antônio Coelho de Sá e Albuquerque (Agricultura...)	Liberal	Ministério dos Anjinhos de 'menor' duração
30 de Maio de 1862 a 15 de Janeiro de 1864 <b>Pedro Araújo Lima</b> , Marquês de Olinda (Império) Visconde de Maranguape e Visconde de Sinimbu (Justiça) Marquês de Abrantes (Estrangeiros) Visconde de Albuquerque (Fazenda) Joaquim Raimundo de Lamare (Marinha) Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão e Antônio Manoel de Melo (Guerra) Visconde de Sinimbu e Pedro de Alcântara Belegarde (Agricultura...)	Liberal	Ministério dos 'velhos'; Implementação do sistema métrico decimal; Aprovação da Cia de Carros Urbanos do Jardim Botânico; Regulamentação do Telégrafo; Registro Civil dos acatólicos; Regulamentação do Serviço Diplomático Dissolução da Câmara (12 de Maio de 1863)

<sup>631</sup> IGLESIAS, Francisco. In: Prefácio ACEPD 1865 – 1867, p. 3

<p>15 de Janeiro de 1864 a 31 de Agosto de 1864  <b>Zacarias de Góis e Vasconcelos</b> (Justiça)  José Bonifácio de Andrada e Silva (Império)  Francisco Xavier Paes Barreto e João Pedro Dias Vieira (Estrangeiros)  José Pedro Dias de Carvalho (Fazenda)  João Pedro Dias Vieira e Francisco Carlos de Araújo Brusque (Marinha)  José Mariano de Matos e Francisco Carlos de Araújo Brusque (Guerra)  Domiciano Leite Ribeiro e João Pedro Dias Vieira (Agricultura...)</p>	Liberal	Regulamentação da Repartição dos Telégrafos
<p>31 de Agosto de 1864 a 12 de Maio de 1865  <b>Francisco José Furtado</b> (Justiça)  José Liberato Barroso (Império)  Carlos Carneiro de Campos e João Pedro Dias Vieira (Estrangeiros)  Francisco Xavier Pinto Lima (Marinha)  Henrique de Beaufort-Rohan e José Egídio Gordilho de Barbuda (Guerra)  Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá (Agricultura...)</p>	Liberal	Crise do Soto; Guerra contra Aguirre
<p>12 de Maio de 1865 a 3 de Agosto de 1866 <b>Pedro de Araújo Lima</b>, Marquês de Olinda (Império)  José Antônio Saraiva (Estrangeiros)  José Tomás Nabuco de Araújo (Justiça)  José Pedro Dias de Carvalho e João da Silva Carrão (Fazenda)  José Antônio Saraiva e Francisco de Paula Silveira Lobo (Marinha)  Angelo Muniz da Silva Ferraz e José Antônio Saraiva (Guerra)  Antônio Francisco de Paula Souza (Agricultura...)</p>	Liberal	Ida de D. Pedro II ao Rio Grande do Sul; Início da Guerra do Paraguai –Medidas Militares
<p>3 de Agosto de 1866 a 16 de Julho de 1868  <b>Zacarias de Góis e Vasconcelos</b> (Fazenda)  Martim Francisco Ribeiro de Andrada; Antônio Coelho de Sá e Albuquerque; João Lustosa da Cunha e João Silveira de Souza (Estrangeiros)  José Joaquim Fernandes Torres (Império)  Visconde de Paranaguá e Martin Francisco Ribeiro de Andrada (Justiça)  Afonso Celso de Assis Figueiredo (Marinha)  Ângelo Muniz da Silva Ferraz e Visconde de Paranaguá (Guerra)  Manoel Pinto de Souza Dantas (Agricultura...)</p>	Liberal	Continuação da Guerra; Liberdade para os Escravos Voluntários; Abertura dos Rios da região Norte para Navegação dos Navios Mercantes Estrangeiros Crise com o Comando Militar da Guerra 'Golpe da Espada' Tentativa de Criação de um Conselho das Presidências das Províncias

Além da Guerra do Paraguai que será o principal tema debatido desde o seu início, uma das questões mais importantes desta época se relacionou à crise do Soto em 1864, a maior crise financeira ocorrida no II Reinado e que está diretamente ligada a 'falência' e encampação da Companhia União & Indústria de Mariano Procópio Ferreira Lage pelo Estado Brasileiro. O assunto (a quebra da casa bancária A. J. Souto e Cia) foi exaustivamente discutido, tanto no Conselho de Estado, quanto na Câmara dos

Deputados Gerais, onde Mariano Procópio Ferreira Lage era deputado já o processo de incorporação da União & Indústria pelo Estado foi severamente criticado por diversos deputados, inclusive da sua própria província.

No Conselho de Estado o assunto das ferrovias e dos sistemas de transportes a partir de um parecer sobre a situação financeira da Estrada de Ferro de Pernambuco foi alvo de grande debate, particularmente na sessão de 06 de Abril de 1861. Nessa sessão discutiu-se longamente os vários empreendimentos ferroviários como a Estrada de Ferro da Bahia e a Ferrovia D. Pedro II e o apoio do governo aos mesmos.<sup>632</sup>

A alegação de Mariano Procópio Ferreira Lage e da diretoria da Companhia pra os constantes déficits da estrada era diretamente relacionado à construção e concorrência que o ramal da Ferrovia D. Pedro II teria feito à União & Indústria. Segundo Maurício Luiz de Almeida em seu estudo sobre a falência da dessa acresce-se ainda como motivos a “*má gestão das contas da empresa, de supostos erros na avaliação dos custos necessários para a construção da estrada, da crise financeira que desde 1857 vinha perturbando a economia da época*”.<sup>633</sup>

Como o visto, a primeira tentativa de encampação da Rodovia veio ainda 16 de Julho de 1861. Estas várias tentativas sofreram críticas bastante ácidas na Assembléia Geral e mesmo na Provincial contra Mariano Procópio. Entretanto, a relação pessoal que Mariano possuía com D. Pedro II e pode ser vista em seu Diário ajuda a entender porque a Companhia foi encampada em 29 de Setembro de 1864, além de Mariano ser nomeado para Diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II em 13 de Janeiro de 1869.<sup>634</sup>

Vemos que em 25 de Abril de 1862 o imperador anota que “(...) Às 7 veio o Lajes [Mariano Procópio Ferreira Lage] trazer-me o relatório que pretende apresentar à Companhia União e Indústria”. Nesse momento a discussão se dava sobre fluxo da rodovia e das idéias de baixar o frete dos alimentos. Já em 03 de Junho de 1862, D. Pedro II anota “O Lajes veio pedir proteção para sua empresa”.<sup>635</sup> Desde o final da década de 1850 o Imperador se reuniu diversas vezes com seus ministros propondo a ‘solução’ do problema dessa e de outros empreendimentos que apresentavam constantes

---

<sup>632</sup> ACEDP, sessão 06 de Abril de 1861.

<sup>633</sup> ALMEIDA, Maurício Luiz, op. cit. p. 62

<sup>634</sup> Idem, ibdem.

<sup>635</sup> BEDIAGA, Bedonha. **Diário de D. Pedro II...** op. cit. Cf. as anotações dos dias 23 de Abril, 03 de junho, 20 de Junho, 19 de Julho de 1862 .

déficits como a Companhia de Navegação do Vale do Mucuri de Teófilo Otoni e ferrovias como a Estrada de Ferro de Pernambuco e a Central da Bahia.<sup>636</sup>

A falência da Casa Bancária Soto aparentemente se iniciou no mesmo dia em que foi decretada a incorporação da Cia União & Indústria por parte do governo, ou em 29 de Setembro de 1864. Isto porque a Casa Bancária Soto era a maior credora individual da Cia com cerca de 2.000:000\$000 à receber. A ‘quebradeira’ que se seguiu foi alvo de constantes debates quer no Conselho de Estado, quer no Senado, quer na Assembléia Geral.

Também na cidade de Juiz de Fora vimos nesse momento as primeiras manifestações contrárias à excessiva centralização política do Império e ainda da dependência para com o Governo e a Assembléia da Província. Tais fatos são apontados ainda por Paulino de Oliveira para o ano de 1865 e pelas primeiras atas a que tivemos acesso que são do ano de 1866. No caso a 1ª crítica vem do fiscal em relação ao código de posturas do município pela incoerência de alguns dos seus artigos, como a exigência que as obras e reparos indicadas pelo poder local deveriam começar em prazo não maior que 24 horas, ou ainda a obrigatoriedade dos trabalhadores servirem imediatamente às solicitações do sub-delegado. O fiscal reclamava ainda da morosidade de se ter que aprovar os códigos de posturas a partir da Assembléia da Província, o que seria uma burocracia desnecessária.<sup>637</sup>

Da mesma forma a própria Câmara Municipal de Juiz de Fora em ofício à presidência da Província reclama da pouca autonomia que o poder local teria para fazer frente a calamidades como as enchentes que assolavam a cidade. A crítica referia-se então especificamente à lei de 01 de Outubro de 1828 que havia ‘manietado’ a autonomia dos municípios e vilas do país.<sup>638</sup>

Vemos nesse momento o desenvolvimento de associações como a Santa Casa de Misericórdia da Cidade – a partir da ação de XX ou o Barão de Bertioga. Também será nesse momento que será criada a irmandade de Santo Antônio presidida pelo já citado Cônego Roussin e que entrará em conflito com a Câmara quanto à questão da criação de um cemitério para os associados da Irmandade, nesse caso a comissão responsável pela avaliação da proposta seguirá a lei de 1º de Outubro de 1828 exatamente no artigo XX que preconizava a não criação

---

<sup>636</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, p. 132.t

<sup>637</sup> OLIVEIRA, Paulino, op. cit p. 67.

<sup>638</sup> Idem, p. 68.

### 6.1.3 – 1868 a 1878:

O nosso ‘terceiro’ período da pesquisa é marcado de um lado pelo grande crescimento da cafeicultura na Mata mineira e também da chegada das ferrovias na província, particularmente na Mata e de outro pelo predomínio dos Conservadores

Durante este período temos quatro ministérios, incluindo o ministério de José Maria de Silva Paranhos o Visconde de Rio Branco que foi o mais ‘longo’ gabinete do Império com mais de cinco anos de duração. Poucos ‘mineiros’ compuseram estes ministérios, sendo somente Joaquim Antão Fernandes Leão na pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Joaquim Ribeiro Delfino Luz na pasta da Marinha.

**Quadro III: Gabinetes Imperiais de 1868 – 1878**

Ministério	Tendência	Principais Discussões / Decisões
16 de Julho de 1868 a 29 de Setembro de 1870 <b>Joaquim José Rodrigues Torres</b> , Visconde de Itaboraí (Fazenda) Paulino José Soares de Souza (Império) Visconde do Rio Branco e Barão de Cotegipe (Estrangeiros) José Martiniano de Alencar, Joaquim Otávio Nábias e Marquês de Muritiba (Justiça) Barão de Cotegipe (Marinha) Visconde de Muritiba (Guerra) Joaquim Antão Fernandes Leão e Diogo Velho Cavalcanti e Albuquerque (Agricultura...)	Conservador	Final da Guerra; Proibição da venda de escravos em hasta pública; Reforma penas de apelação; Ordenamento do recenseamento geral do Império; Autorização do Cabo telegráfico submarino (Brasil – Europa); Navegação do Araguaia Regulamentação de Cia de Esgoto para a Corte
29 de Setembro de 1870 a 7 de Março de 1871 <b>José Antônio Pimenta Bueno</b> , Marquês de São Vicente (Estrangeiros) João Alfredo Correia de Oliveira (Império) Visconde de Jaguari (Justiça) Visconde de Inhomirim (Fazenda) Luiz Antônio Pereira Franco (Marinha) Visconde de Pelotas, João Frederici Caldwell e Raimundo Ferreira de Araújo Lima (Guerra) Jerônimo José Teixeira Jr e João Alfredo Correia de Oliveira (Agricultura...)	Conservador	Ampliação das Atribuições dos Presidentes de Província e Inspetores das Tesourarias de Fazenda
7 de Março de 1871 a 25 de Junho de 1875 <b>José Maria da Silva Paranhos</b> , visconde do Rio Branco (fazenda) João Alfredo Correia de Oliveira (Império)	Conservador	Ministério de maior duração do Império; Lei do Ventre Livre; Autorização para ampla

Manoel Francisco Correia (Estrangeiros) Visconde de Niterói e Manoel Antônio Duarte de Azevedo (Justiça) Manoel Antônio Duarte de Azevedo e <b>Joaquim Ribeiro Delfino Luz</b> (Marinha) Domingos José Nogueira Jaguaribe e José de Oliveira Junqueira (Guerra) Teodoro Machado Freire Pereira da Silva; Cândido Borges Monteiro; Francisco do Rego Barros Barreto José Fernandes da Costa Pereira Jr. (Agricultura)		naturalização; Recenseamento Geral do Império; Autorização para o prolongamento da E.F. D Pedro II com subvenção pública e de outras ferrovias; Reforma do Código do Processo Criminal; Autorização para 'Bonds' na Corte Autorização de Mauá para Cabo Telegráfico; Introdução de Imigrantes com subvenção imperial; Tentativa de Elaboração do Código Civil; 'Questão Religiosa' Quebra do Banco Mauá
25 de Junho de 1875 a 5 de Janeiro de 1878 <b>Luís Alves de Lima e Silva</b> , Duque de Caxias (Guerra) José Bento da Cunha Figueiredo e Antônio da Costa Pinto e Silva (Império) Barão de Cotegipe e (Estrangeiros) Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e Francisco Januário da Gama (Justiça) Barão de Cotegipe (Fazenda) Luis Antônio Pereira Franco (Marinha) Tomás José Coelho de Almeida (Agricultura...)	Conservador	Anistia aos Bispos e Padres da 'Questão Religiosa'

A cidade de Juiz de Fora passou por um grande crescimento nesse momento, exatamente quando Paulino de Oliveira a descreve como “A Princesa de Minas”. Foi também durante este período que a cidade passou a ter a maior arrecadação da Província, ultrapassado Ouro Preto, Diamantina, São João Del Rei e Mariana conforme também visto no capítulo anterior na tabela VI. Este crescimento também se traduziu em sua maior importância no cenário provincial e nacional, sendo que a partir de então seus ‘políticos’ começam a ter uma projeção cada vez mais nacional.

#### 6.1.4 – 1878 a 1885:

**Quadro IV: Gabinetes Imperiais de 1878 – 1885**

Ministério	Tendência	Principais Discussões / Decisões
5 de Janeiro de 1878 a 28 de Março de 1880 <b>João Lins Vieira Cansação de Sinimbu</b> , Visconde de Sinimbu (Agricultura)	Liberal	Tentativa de Reforma Eleitoral



<p>Carlos Leôncio de Carvalho e Francisco Maria Sodré Pereira (Império)  Domingos de Souza Leão; Carlos Leôncio de Carvalho Antônio Moreira de Barros (Estrangeiros)  Lafaiete Rodrigues Pereira (Justiça)  Gaspar Sileira Martins; Visconde de Sinimbu e Afonso Celso de Assis Figueiredo (Fazenda)  Eduardo de Andrade Pinto e João Ferreira de Moura (Marinha)  Manoel Luís Osório e Eduardo de Andrade Pinto e João Lustosa da Cunha Paranaguá (Guerra)</p>		
<p>28 de Março de 1880 a 21 de Janeiro de 1882 <b>José Antônio Saraiva</b> (Fazenda)  Barão Homem de Melo e Manoel Pinto de Souza Dantas (Império)  Pedro Luís Pereira de Souza e Franklin Américo de Menezes Dória (Estrangeiros)  Manoel Pinto de Souza Dantas (Justiça)  José Rodrigues de Lima Duarte (Marinha)  Visconde de Pelotas e Franklin Américo de Menezes Dória (Guerra)  Manoel Buarque de Macedo e Pedro Luís Pereira de Souza (Agricultura...)</p>	Liberal	Reforma Eleitoral de 1881 (elei�o direta)
<p>21 de Janeiro de 1882 a 3 de Julho de 1882 <b>Martinho �lvares da Silva Campos</b> (Fazenda)  Rodolfo Epifânio de Souza Dantas e Manoel da Silva Mafra (Império)  Bento Francisco de Paula Souza e Antônio Carneiro da Rocha (Marinha)  Afonso Augusto Moreira Pena (Guerra)  Manoel Alves Araújo (Agricultura...)</p>	Liberal	Socorro as vítimas da seca; Reformas nos estatutos do Colégio D. Pedro
<p>3 de Julho de 1862 a 24 de Maio de 1883 <b>João Lustosa da Cunha Paranaguá</b>, 2� Marquês de Paranaguá (Fazenda)  Pedro Leão Veloso (Império)  Lourenço Cavalcanti de Albuquerque (Estrangeiros)  João Ferreira de Moura (Justiça)  João Florentino Meira de Vasconcelos (Marinha)  Carlos Afonso de Assis Figueiredo (Guerra)  André Augusto de Pádua Fleuri; Lourenço Cavalcanti de Albuquerque e Henrique Francisco D'Avila (Agricultura...)</p>	Liberal	Reforma do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro; Regulamenta�o da lei eleitoral; Alter�o da lei que regia as Sociedades An�nimas e Companhias; Concessão de Companhias Telef�nicas
<p>24 de Maio de 1883 a 6 de Junho de 1884 <b>Lafaiete Rodrigues Pereira</b> (Fazenda)  Francisco Antunes Maciel (Império)  Francisco de Carvalho Soares Brandão (Estrangeiros)  Francisco Prisco de Souza Paraíso (Justiça)  Antônio de Almeida Oliveira (Marinha)  Afonso Augusto Moreira Pena e Felipe Francisco de S� Afonso (Guerra)  Afonso Augusto Moreira Pena (Agricultura...)</p>	Liberal	Credito Suplementar para auxílio aos flagelados da Seca Dissolu�o da Câmara em 1884
<p>6 de Junho de 1884 a 6 de Maio de 1885 <b>Manoel Pinto de Souza Dantas</b> (Fazenda)  Felipe Franco de S� (Império)  João da Mata Machado e Manoel Pinto de Souza Dantas (Estrangeiros)  Francisco Maria Sodré Pereira (Justiça)  Joaquim Raimundo de Lamare (Marinha)</p>	Liberal	Aprova�o de Novo Regulamento para as Estradas de Ferro do Estado; Cria�o do Presídio em Fernando de Noronha; Combate e Cólera

Cândido Luís Maria de Oliveira (Guerra) Antônio Carneiro da Rocha (Agricultura...)		Morbus
6 de Maio de 1885 a 20 de Agosto de 1885 <b>José Antônio Saraiva</b> (Fazenda) João Florentino Meira de Vasconcelos (Império) Visconde de Paranaguá (Estrangeiros) <b>Afonso Augusto Moreira Pena</b> (Justiça) Luís Felipe de Souza Leão (Marinha) Antônio Eleutério de Carvalho (Guerra) João Ferreira Moura (Agricultura...)	Liberal	Início da Discussão da Lei dos Sexagenários

### 6.1.5 – 1885 a 1889:

#### Quadro VI: Gabinetes Imperiais de 1885 – 1889

Ministério	Tendência	Principais Discussões / Decisões
20 de Agosto de 1885 a 10 de Março de 1888, <b>João Maurício Wanderley</b> , Barão de Cotegipe (Estrangeiros) Francisco Belisário de Souza (Fazenda) Barão de Mamoré; Manoel Nascimento Machado Portela e Barão de Cotegipe (Império) <b>Joaquim Delfino Ribeiro da Luz</b> ; Samuel Wallace Mac-Dowell e Carlos Frederico Castrioto (Justiça) (Marinha) João José de Oliveira Junqueira; Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves e <b>Joaquim Ribeiro Delfino da Luz</b> (Guerra) Antônio da Silva Prado e Rodrigo Augusto de Silva (Agricultura...)	Conservador	Lei dos Sexagenários
10 de Março de 1888 a 7 de Junho de 1889 <b>João Alfredo Correia de Oliveira</b> (Fazenda) José Fernandes da Costa Pereira Jr. e Antônio Ferreira Viana (Império) Antônio da Silva Prados e Rodrigo Augusto da Silva (Estrangeiros) Antônio Ferreira Viana e Francisco de Assis Rosa e Silva (Justiça) Luís Antônio Vieira da Silva; Tomas José Coelho de Almeida e Barão de Gauí (Marinha) Tomás José Coelho de Almeida (Guerra) Rodrigo Augusto da Silva e Antônio da Silva Prado (Agricultura...)	Conservador	Lei Áurea
7 de Junho de 1889 a 15 de Novembro de 1889 <b>Afonso Celso de Assis Figueiredo</b> , Visconde de Ouro Preto (Fazenda) Barão de Loreto (Império) José Francisco Diana (Estrangeiros) Cândido Luis Maria de Oliveira (Justiça) Barão de Ladário (Marinha) Visconde de Maracajú e Cândido Luís Maria de Oliveira (Guerra) Lourenço Cavalcanti de Albuquerque (Agricultura...)	Liberal	Proposta de Reforma Ampla da Legislação do Império Liberdade de Culto Fim da Vitaliciedade do Senado Reforma do Conselho de Estado Liberdade de Ensino Redução tarifas de exportação

	Acesso mais fácil à terra Expansão do Crédito Redução de Frete e ampliação do Sistema de Transportes
--	--

## 6.2 Belo Horizonte e a redefinição política em Minas

Quando irá se dar a proclamação da República conforme visto no capítulo I, o país será sacudido por um forte movimento de caráter federalista. A criação de Belo Horizonte como foi apontada nos capítulos anteriores será um momento impar dentro da dinâmica político-econômica das Minas Gerais. No momento da proclamação da República as forças autonomistas e separatistas vão recrudescer a sua atuação em várias regiões da província. De um lado tínhamos um crescimento acelerado e cada vez maior da cafeicultura da Mata mineira e, em menor escala do Sul de Minas. Por outro lado, este crescimento, particularmente na Mata mineira tinha sido acompanhado durante todo o período do século XIX por um aumento da participação política de seus principais representantes políticos conforme visto no capítulo V.

A historiografia mineira abordou o tema a partir de diversas perspectivas, uma historiografia seminal e que remonta a Xavier da Veiga como visto anteriormente considerou Belo Horizonte como a busca por uma modernidade perdida pelas Minas Gerais desde o final da mineração, visão muito próxima aos discursos dos contemporâneos.

Vários trabalhos de autores como Heliana Angotti Salgueiro trabalharam com a criação de Belo Horizonte a partir de considerações arquitetônicas em sua tese de doutorado **Belo Horizonte: Histoire d'une capitale au XIXe siècle. Representations urbaines et architecturales françaises au Brésil – une étude de cas** defendida na *Ecole de Hautes Etudes* em 1992

A despeito da tímida presença política de alguns de seus principais 'moradores' na 1ª metade do século XIX como Marliéré e o Visconde de Uberaba e da participação expressiva de Mariano Procópio Ferreira Lage, Carlos Guilherme Halfeld, Antônio Dias Tostes, (cf mais algum) em meados do século XIX, o fato é que somente no final do período em questão iremos perceber a presença mais constante e articulada dos 'naturais' da região na política imperial e provincial. O Barão de Santa Helena, o Barão de São João Nepomuceno o Visconde de Monte-Mário, Carlos Peixoto e Cesário Alvim

são alguns destes políticos que irão ter uma presença mais constante neste momento, interferindo diretamente nas principais questões políticas da província e exigindo maior participação política dos representantes da Mata mineira. Conforme o capítulo anterior podemos entender que as principais discussões que mobilizávamos políticos de Minas Gerais, tanto no nível provincial quanto no nível do Império eram as questões referentes a substituição da mão-de-obra escrava, a questão das ferrovias e demais meios de transportes, a questão do financiamento das lavouras bem como a expansão do crédito em geral e também as discussões sobre as reformas políticas que seriam necessárias neste momento

Conforme se vê, as relações entre as Assembléias Legislativas Provinciais e as câmaras municipais eram de estreita dependência dos poderes locais para com o poder provincial. A pequena autonomia das câmaras municipais exigia por parte dos grupos políticos locais um ‘esforço’ de negociação com o poder, no caso de Minas Gerais com Ouro Preto.

Peter Blasenhein que trabalhou o tema do regionalismo, especificamente da Zona da Mata mineira, ao final do império e no início da República Velha, destaca as diferenças entre os representantes locais da Zona da Mata mineira com os políticos do ‘centro’, segundo este autor:

*Ao debater várias propostas de lei apresentadas para beneficiar a Mata, os legisladores desta região definiram-na como próspera e progressista, enquanto criticavam o resto de Minas como indolente e reacionários. Legisladores do Campo, entretanto, atribuíam a prosperidade da Mata estritamente a circunstâncias geográfica fortuita, que colocaram a região dentro da zona cafeeira.*<sup>639</sup>

Ainda segundo Blasenhein as principais discussões entre os políticos da Zona da Mata mineira e a Assembléia Legislativa de Minas seriam as concessões de autorizações para a construção de ferrovias – fundamentais para a expansão da cafeicultura da Mata – e o pagamento de salários mais altos para os professores da região. Apesar dos méritos

---

<sup>639</sup> BLASENHEIN, Peter,

do trabalho de Blasenhein, principalmente em relação ao pioneirismo de suas análises acreditamos que outras discussões foram importantes para a região como, por exemplo, o processo de abolição e as leis de emancipação gradual dos escravos que, apesar da determinação imperial tinham a distribuição de recursos realizada em nível provincial, além de que os debates gerados serem essenciais no cotejamento com os discursos em nível local e provincial.

Entre 1890 e 1893 grandes debates irão ocorrer na “*Assembléia Constituinte do Estado de Minas Gerais*” e depois na Assembléia Estadual e em praticamente todos os jornais mineiros sobre a transferência da capital da “*decadente*” Ouro Preto. A bancada dos deputados de Minas Gerais irá se dividir em vários grupos, inclusive àqueles representantes de Ouro Preto que se colocarão contra a mudança da capital. Apesar dessa oposição irão surgir várias propostas para a localização da nova capital.

Apesar da oposição à mudança da capital partir do próprio governador do Estado, o político mineiro originário da região da Mata, porém profundamente ligado aos grupos políticos de Ouro Preto Cesário Alvim. O “*Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais*” irá propor como sua 1ª lei em 28 de outubro de 1891:

*Nós, os representantes do povo mineiro, em Congresso Legislativo, decretamos e promulgamos a seguinte lei:*

*Art. 1º O presidente do Estado mandará com urgência uma ou mais comissões de sua livre nomeação, proceder a estudos nos seguintes lugares para dentre eles ser escolhido um para o qual seja mudada a Capital do Estado: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora.*

*Art. 2º Fica o governo autorizado a fazer operações de crédito até a quantia de cem contos de réis para ocorrer as necessárias despesas.*

*Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.*

*(...)*

*Paço do Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais, em Ouro Preto, aos 28 de outubro de 1891.*

*Crispim Jaques Bias Fortes; Otávio Otoni; João Gomes Rebelo Horta; Carlos Ferreira Alves; Manoel José da Silva e David Moretson Campista.*

Uma comissão de Engenheiros com apoio de técnicos, agrimensores e um médico será nomeada pelo “*presidente do Estado*” à época, o antigo Conselheiro do

Império Afonso Pena que substituíra Cesário Alvim pela sua resistência à idéia da mudança da capital e pela violenta oposição que lhe fizera o “*Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais*”. Chefiada pelo engenheiro paraense radicado há muitos anos no Rio de Janeiro, Daniel Aarão Reis,<sup>640</sup> a comissão irá fazer entre janeiro e maio de 1893 um relatório contendo as principais características das localidades escolhidas.

A primeira questão que se percebe da análise do Relatório de Daniel Aarão é que a nova capital obviamente despertaria imensa disputa entre as diversas localidades mineiras. O fato de que a “*Cidade de Minas*” não se localizaria em uma antiga cidade, mas sim nos ‘arredores’ das mesmas, não retirava a idéia de uma ‘disputa’ entre as regiões. Tanto que lemos logo no início do referido relatório que:

*Não sendo natural de Minas Gerais, nem tendo aí o mínimo interesse pessoal, direto ou indireto, e animado, por outro lado, dos sentimentos a que já me referi, encontrei-me e encontro-me felizmente, no exame e estudo desse assunto, com a mais perfeita isenção de ânimo e de espírito, sem predileções prévias e, mesmo agora, sem paixões adquiridas; fazendo os mais ardentes votos para que o futuro confirme a escolha que for decretada, embora divirja a decisão suprema do Congresso Legislativo das indicações que ofereço como resultado de meu estudo comparativo, e baseado nos dados positivos reunidos pelos meus distintos colegas, que igualmente se acham em idênticas condições, visto com evitei cautelosamente recorrer à colaboração de profissionais mineiros, á cuja cooperação já tenho aliás devido, em outras comissões, os melhores serviços.*<sup>641</sup>

O ‘cuidado’ com uma imparcialidade será onipresente em todo o Relatório. Daniel Aarão demonstra esta preocupação de várias maneiras, ao escolher engenheiros ‘de fora’ do Estado ao mesmo tempo que não desqualifica o engenheiros mineiros, apoia-se eminentemente em relatórios técnicos e ao longo do “*Relatório*” insiste diversas vezes na tese de sua ‘neutralidade’ e ‘isenção’ por ser de fora do Estado. O fato é que Daniel Aarão foi escolhido por Afonso Pena com quem o engenheiro já trabalhara

<sup>640</sup> Os dados biográficos sobre Daniel Aarão foram retirados de **Dicionário Biográfico de Construtores e Artistas de Belo Horizonte: 1894/1940**. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1997

<sup>641</sup> APM Seção Obras Raras – 0067 século XIX “*Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital*” e também o “*Relatório da Comissão de Estudos da Nova Capital*” (Versão resumida que foi impressa em 1902 somente com o Relatório do Daniel Aarão Reis) p. 10 e 11.

anos antes, conforme ele mesmo diz no relatório.<sup>642</sup> Tendo se formado como engenheiro civil pela “*Escola Central*” (mais tarde Escola Politécnica do Rio de Janeiro) em 1874 até a Comissão para a escolha da nova capital e o início da construção da mesma ocupou diversos cargos, com engenheiro fiscal das obras do novo matadouro, em Santa Cruz (1875/1879); chefe dos serviços de eletricidade da Estrada de Ferro D Pedro II (1881/1885); diretor das obras civis e hidráulicas do Ministério da Marinha (1886/1889); diretor e engenheiro-chefe das Estradas de Ferro de Pernambuco (1889); diretor geral de uma das diretorias da Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas (1890); consultor técnico do Gabinete Ministerial (1890); Engenheiro-chefe da Estrada de Ferro Elétrica da Tijuca (1891) e Presidente da Cia Geral de Melhoramentos do Maranhão (1891/92).<sup>643</sup> Pertenceu ainda à diretoria do Montepio Geral dos Servidores do Estado, instituição à qual também pertenceu também Afonso Pena.

Pelo relatório temos uma extensa descrição das localidades escolhidas. A primeira localidade escolhida foi a Várzea do Marçal “*Situada na confluência do rio Carandaí com o rio das Mortes, na aba ocidental da Serra de São José que é um belíssimo e encantador subúrbio, ainda não habitado, da pitoresca cidade de S. João Del Rei, da qual dista apenas uns quatro quilômetros*”.<sup>644</sup> As avaliações foram feitas pelo engenheiro José de Carvalho Almeida e desde cedo ela irá se revelar como a ‘preferida’ pelo presidente da comissão.

A segunda região seria o distrito de “*Belo Horizonte – Situada na encosta ocidental do vale do rio das Velhas, em atitude superior de mais de 100 metros á cidade de Sabará, da qual se afasta cerca de 18 quilômetros para oeste*”. Antigo Curral Del Rei, escassamente povoado, segundo as palavras de Daniel Aarão “*um belíssimo anfiteatro natural*”. O sítio foi ‘investigado pelo engenheiro Samuel Gomes Pereira.’<sup>645</sup>

A terceira localidade seria “*Paraúna – Situada no município de Diamantina, a margem direita do rio Paraúna, no ponto da confluência do ribeirão do Crime, seu afluente, a cerca de 500 metros de altitude*”.<sup>646</sup> Desde cedo, conforme se verá foi ‘descartada’ pelos estudiosos da comissão apesar de admitirem que de todas as cidades era a que apresentava a melhor ‘localização’ em termos de situar-se no ‘centro

<sup>642</sup> APM Seção Obras Raras – 0067 século XIX “*Comissão*” (...) p. 09

<sup>643</sup> Dicionário (...)

<sup>644</sup> APM Seção Obras Raras – 0067 século XIX “*Comissão*” ... p. 24

<sup>645</sup> Idem, ibidem.

<sup>646</sup> Idem, p. 25

geográfico' do Estado. Essa região foi estudada pelo engenheiro Luiz Martinho de Moraes.

A vila de Barbacena seria a quarta opção para a escolha da nova capital “*Situada no planalto da Mantiqueira, a 1.115 metros de altitude média (...) incontestavelmente, um dos pontos mais aprazíveis, não só do Estado Mineiro, porém mesmo de todo o Brasil*”.<sup>647</sup> Também rapidamente será apresentada pela comissão uma série de dificuldades técnicas para se fundar uma cidade capaz de comportar uma grande população. Os estudos foram dirigidos pelo próprio Daniel Aarão Reis e por Manoel da Silva Couto.

Por fim, da cidade de Juiz de Fora “*situada a margem do rio Paraibuna, principal afluente do Parahyba, em altitude média de 703 metros acima do nível do mar*”<sup>648</sup> Segundo o estudo o melhor local para se fazer a nova capital seria um de seus subúrbios, denominado de *Gramma*. O engenheiro responsável pelos estudos foi Eugênio de Barros Raja Gabaglia. A relação com Juiz de Fora será extremamente dúbia desde o início do Relatório. De um lado, tanto Raja Gabaglia quanto o Daniel Aarão reconheciam o seu dinamismo e sua importância econômica chegando mesmo a dizer que: “*é Juiz de Fora a principal cidade do Estado de Minas Gerais, quer sob o ponto de vista comercial e industrial, quer sob o do conforto e bem estar da população*”.<sup>649</sup> Entretanto a desqualificavam como sede da futura capital pela sua localização e porque não teria sentido concentrar ainda mais as riquezas do Estado ou como se lê na parte final do Relatório:

*Sua colocação, porém, aquém da Mantiqueira e afastada, portanto, do verdadeiro centro territorial mineiro, sua inconveniente proximidade da Capital Federal nos limites quase do Estado de Minas com o do Rio de Janeiro, suas tendências já acentuadamente comerciais e industriais, o próprio rápido desenvolvimento que lhe assegura sua posição, e até o fato de ir ser muito breve a sede aduaneira do Estado, - tudo aconselha que não seja a escolhida para a nova capital.*<sup>650</sup>

---

<sup>647</sup> Idem, p. 22

<sup>648</sup> Idem, p. 24

<sup>649</sup> Idem, p. 24.

<sup>650</sup> Idem, p. 92.



A alusão à construção da Alfândega demonstra como, de um lado a questão estava sendo amplamente debatida no Estado e de outro como quase uma ‘compensação’ para a cidade por não sediar a nova capital.

### **Conclusão:**

Essa pesquisa partiu do princípio de que as relações de poder nas Minas Gerais no período do Império Brasileiro foram fruto de uma construção social que remonta ainda o período colonial. Esta construção obviamente se deu a partir das regiões mais prósperas e dinâmicas da então capitania e implicava ainda em desdobramentos econômico-sociais que explicam (em nosso entendimento) as diferentes ‘adesões’ ao processo de independência que ocorreram no Brasil naquele momento. As diferentes atividades desenvolvidas pelas diversas vilas da região mineradora, como a mineração propriamente dita, passando pela produção de abastecimento voltada para um mercado local e chegando ainda a produção de gêneros diversos para ‘fora’ da capitania podem nos ajudar a entender as diferentes posições que os municípios de Vila Rica, São João Del Rei, Campanha e Barbacena tomaram desde a chegada da Corte em 1808, passando pela eleição da primeira junta governativa provisória e da própria ‘adesão’ ao novo Monarca D. Pedro I em 1822 e 1823.

Esses fatos revelam, também à nosso ver uma profunda divisão dentro das próprias Minas Gerais e a ausência de um sentimento ou uma identidade em comum do que hoje se chamaria de “*mineiridade*”. Além da luta por maior autonomia dos distritos, vilas e da própria província, a política como desdobramento não-natural de atividades econômicas e relações sociais implicaram necessariamente em interesses divergentes e que por diversas vezes levaram a movimentos separatistas ou de mudança da capital ‘dentro’ do que convencionamos chamar de Minas Gerais.

Ainda sobre o tema tão exaustivamente tratado da “*diversidade mineira*” vimos que o reflexo disso na Historiografia que, de um lado ‘divide’ o território mineiro em inúmeras regiões a partir de suas atividades economias principais e / ou aspectos demográficos. E de outro uma história das Minas Gerais ‘antiga’ com seus conquistadores e desbravadores, em ‘média’ com seus bem-nascidos políticos e nobres, alguns de trajetória, nacional e mesmo internacional e, por último uma história ‘moderna’ das Minas que se escreve com a atuação ‘progressista’ de seus principais líderes e ou estrangeiros que se encantaram com as paisagens da região e ‘ousaram’ ir

além da rotina. Esta História das Minas Gerais se repetiu para cada região com seus ícones locais e, particularmente no caso da Mata mineira teríamos como exemplos o bandeirante Garcia Rodrigues Paes, políticos como o Barão de São João Nepomuceno e ainda o moderno empresário Mariano Procópio Ferreira Lage.

As relações familiares que deram a tônica da política nesse período sem dúvida se revelam essencial para entender esse processo, porém, não conseguem por si só explicar os diversos conflitos que ocorreram na província ao longo do XIX e ainda as diferentes configurações de seu território. Esse território implicou em diferentes regionalizações que por sua vez foram frutos das inúmeras atividades e interesses que os grupos material e moralmente dominantes impuseram ao conjunto de uma sociedade que se formava. O ‘elo’ que garantiu alguma unidade foi o fato de que essa sociedade era sustentada em cima do braço escravo africano e ‘nacional’ de índios em diferentes estágios de assimilação e ainda de uma ‘confusa’ mistura de homens livres pobres de variados matizes, mas que foram incorporados a um ideal excludente de civilização.

A dominação de algumas famílias implicou em ainda em essas se dividirem e se expandirem regionalmente, seguindo estratégias de ocupação de territórios e do ritmo das atividades econômicas mais importantes do centro-sul, do abastecimento da corte, passando pelo comércio, tráfico de escravos e o café, surgem ‘novas’ Minas Gerais, algumas ‘fora’ dos próprios limites da província – como parece ter ocorrido no sul-fluminense. Essa dominação, porém, não se sustentou somente em laços de sangue e na posse de homens, terras e mercadorias; dentro de uma sociedade em transformação, a educação surgiu como um elemento diferenciador dentro da construção de um Estado carente de uma burocracia político-administrativa.

Esta formação educacional vinculada inicialmente à Coimbra, depois particularmente às carreiras jurídicas, mas também militares, médicas e jornalístico-literárias no país garantiu a preservação das classes dominantes das antigas regiões mineiras nas principais posições de poder, ou comando direto do Estado em todas as fases do Império do Brasil. As trajetórias mais expressivas mostram que, mesmo que ocorresse um ‘descolamento’ entre as atividades políticas e econômicas, o fim último foi a própria manutenção desta dominação econômica e do próprio Estado Imperial, depois republicano. Curioso paradoxo, os grupos político-familiares se utilizaram da política para manterem o poder e o prestígio e o predomínio econômico e, neste processo fortaleceram o próprio Estado.

Trajetórias como a do Marquês do Paraná, ou do Visconde de Abaeté ou ainda do Visconde de Uberaba nos mostram que alguns dos políticos mais atuantes sempre tiveram na propriedade herdada, recebida como dote, ou comprada a partir de empregos públicos estáveis uma variável explicativa básica. A educação poderia ser a ‘porta de entrada’ mas somente essa não bastava, era necessário o seu justo complemento foi sempre o acesso à bens materiais o que de certa forma torna inócua a discussão entre Classes ou Elites para essa sociedade.

Essa junção entre a propriedade e uma formação educacional foi o que garantiu em grande parte a presença maciça da região Central, em menor escala de políticos do Sul e do Norte de Minas Gerais, não somente na construção do Estado Imperial, mas também ao longo do Segundo Reinado, onde não obstante o declínio – relativo, diga-se de passagem da economia mineradora e de abastecimento – manteve as principais famílias da região no poder.

O crescimento da cafeicultura impôs por sua vez impulsos contraditórios aos agentes dominantes da Mata mineira. De um lado por ser uma região de expansão, abria a possibilidade para a obtenção de riquezas das famílias ricas das regiões antigas e mesmo para àqueles que não possuíam muitos recursos inicialmente Somente que este processo os impedia de pertencerem aos ‘círculos’ mais elevados da política imperial, nos deslocamentos constantes até à Corte e também no fato de que foi necessária uma presença mais constante destes proprietários para a construção de suas fortunas. Tais foram os casos de Francisco Ferreira Resende de Paula e do Barão de Airuoca e parece ter sido ainda o que ‘afastou’ o barão de São João Nepomuceno da atividade política provincial e geral por vários anos.

Na medida em que essa Civilização foi erguida ela se desdobrou na criação de vilas e também na luta por mais espaço político. Esse crescimento se dará em conjunto com as mudanças na legislação eleitoral e na forma como eram realizadas as eleições no Império. Se inicialmente a Mata não possuía representantes diretos na Câmara dos Deputados do Império, rapidamente o crescimento da população, bem como a “*lei dos círculos*” e a “*lei dos terços*” irá garantir ‘espaço’ para os representantes da região.

As demandas políticas da Mata mineira se vincularam obviamente à cafeicultura e teve na questão dos transportes um dos seus pontos centrais. Porém, questões como financiamento, modernização e escravidão / imigração também fizeram parte de sua ‘pauta política’, foi em cima desses temas que a Mata consolidou sua identidade política

e a atuação dos agentes que representaram esses interesses nas várias esferas do poder, tanto na província, quanto no Império.

Ao final do período abordado, a cidade de Juiz de Fora era o principal centro econômico de Minas Gerais, isso levou a um choque com a decadente capital das Minas que trazia desde o período inicial oposições das várias vilas que já existiam e que se formaram nesse período. Juiz de Fora (lendo-se sempre seus principais políticos) se colocou como a 'herdeira' natural da direção política de Minas Gerais e tentou sem sucesso transferir a capital do Estado para os seus limites.

A reação dos políticos mineiros originários do Centro conseguiu manter a capital na antiga região mineradora, ao mesmo tempo em que sinalizava para o progresso. Os movimentos separatistas de certa forma foram obstados impedindo assim que Minas Gerais se fragmentasse como parecia ser a realidade entre os turbulentos anos de 1891 a 1893.

## **BIBLIOGRAFIA:**

- ALENCASTRO, Luís Felipe de. Modelos da História e da Historiografia Imperial. In: NOVAIS, Fernando (org). **História da Vida Privada no Brasil Império**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- ALMADA, Wilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e Transição: O Espírito Santo (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- ALMEIDA, Maurício Luiz de. **O Preço de um fracasso: A Companhia União e Indústria e a política e a economia no Império (1852 – 1872)**. (Dissertação de Mestrado), São Paulo: USP, 2002.
- ALMICO, Rita de Cássia da Silva, LAMAS, Fernando Gaudereto e SARAIVA, Luiz Fernando. A Zona da Mata mineira subsídios para uma Historiografia. In: **V Congresso Nacional de História Econômica e**

- 6º Congresso Internacional de História de Empresas**, 2003, Caxambu. Congresso Brasileiro de História Econômica. Caxambu : ABPHE, 2003.
- ALMICO, Rita de Cássia da Silva, LAMAS, Fernando Gauderetto e SARAIVA, Luiz Fernando. A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma Historiografia. In: **V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas**. CAXAMBU: ABPHE, 2003.
- ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento – A Geração de 1870 na crise do Brasil Império**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- ALVISI, Edson. **Magistrados e Negociantes na Corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio (1850-1875)**. (Tese de Doutorado), Niterói, UFF/PPGH, 2007.
- AMANTINO, Márcia. A escravidão em Cataguases e os cativos da família Vieira. In: **II Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira**. Muriaé: FAFISM, 2008.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro (1680-1822)**. (Tese de Doutorado) São Paulo: FFLCH/USP, 2002.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Família, Fortuna e Poder no Império do Brasil – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- ANDRADE, Rômulo Garcia. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove**. (Tese de Doutorado), São Paulo: USP, 1995.
- ARAUJO, Maria Lucília Viveiros. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2006.
- ARAUJO, Valdeí Lopes de (org.). **Teófilo Otoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível**. Belo Horizonte: APM, 2007
- ARRUDA, Jobson. **O Elo Perdido**. Mimeo, 1995.
- As Câmaras Municipais e a Independência**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional / Conselho Federal de Cultura, 1973.
- ASSIS, Machado de. A Semana (1892 – 1897). In: **Obras Completas de Machado de Assis**. São Paulo: Editora Mérito S.A., vol. 27, 1961.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História Administrativa e Econômica do Brasil**. 2ª Ed. Revista e atualizada. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, FENAME, 1976.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais**. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- BARICKMAN, Bert Jude. E se a Casa-Grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do recôncavo baiano em 1835. In: **Afro-Asia**. Salvador: UFBA, 29/30, 2003.
- BARROS, Jose D'assunção. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BEDIAGA, Bedonha. **Diário de D. Pedro II**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999 (CD-ROOM), 23 de julho de 1862.
- BENTIVOGLIO, Julio. **O império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica brasileira (1840-1860)**. (Tese de Doutorado) São Paulo: USP, 2002.
- BERGAD, Laird. **Escravidão e História Econômica: Demografia de Minas Gerais, 1720 – 1880**. Tradução de Baetrix Sidou, Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- BICALHO, Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de História**, v. 18 n. 36, São Paulo 1998.
- BILHARINHO, G. Os Emancipacionistas do Triângulo perfeito. In. **Brasil Triângulo**. Uberaba: s. ed., p. 07.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. VI Volumes. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- BLASENHEIN, Peter Lois, Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira - 1870 / 1906. In: **V Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte, UFMG/PROEP, 1982.
- BLASENHEIN, Peter. **A Regional History of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870 – 1906**. Dissertation submitted for the degree of Doctor of Philosophy. Standford. Standford Universty, 1982.
- BLUTEAU, R., S. J. **Vocabulário Português e Latino**. Coimbra: Real Collegio das Artes da
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução Carmem C. Varriale, *et ali*, 6ª ed. Editora da UNB, Brasília, vol. 1, 1994.
- BOSI, Alfredo **A Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 1
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Thomas. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

- BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português 1415-1825**. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa, Ed. 70, 1993. (Edição Especial).
- BUENO, Carlos Barata Cunha. **Dicionário das Famílias Brasileiras**. Brasília, 2000.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa de Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1991.
- CALLARI, Cláudia Regina. **Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 40, 2001.
- CALMOM, Pedro. **Historias de Minas e “Memórias” de Nogueira da Gama**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- CAPEL, Horácio Saez. **La regionalización en los países en vías de desarrollo: el caso de Brasil** Horacio In: **Revista de geografia**, Any: 1969 Vol.: 3 Núm.: 1-2
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **A crise do colonialismo luso na América portuguesa 1750/1822**. In: LINHARES, Maria Yeda. (org.) **História Geral do Brasil**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno em Minas Gerais 1674 – 1807**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.
- CARRARA, Ângelo. **A Zona da Mata mineira: Diversidade Econômica e Continuísmo (1839 – 1909)**. (Dissertação de Mestrado), Niterói: UFF, 1993
- CARRARA, Ângelo. **Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS. 1997.
- CARVALHO, José Murilo de (organização e introdução). **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. **Federalismo e Centralização no Império Brasileiro: História e argumento**. In: Idem. **Pontos e Bordados, escritos de História Política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. **História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura**. In: **Topó Revista de História**, PPGHS / UFRJ, nº 1, vol. 1, 2000.
- CASCUDO, Luís Câmara. **Dicionário Etnográfico Brasileiro**. São Paulo: Livraria José Olympio 1969
- CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**. Tradução de Theo Santiago, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves ed., 1978.
- Companhia de Jesus, 1712 – 1727**.
- CORREA, Roberto Lobato e GOMES, Paulo César da Costa (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 62.
- COSENTINO, Daniel do Val. **Um múltiplo de transições: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais**. (Dissertação de Mestrado), Campinas: Unicamp, IE, 2006.
- COSTA, Emília Viotti da. **Do Império à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Edusp, 1992.
- COSTA, Iraci Del Nero. **Minas Gerais: Estruturas Populacionais típicas**. São Paulo: USP, 1982.
- COSTA, João Cruz. **O pensamento brasileiro sob o Império**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. T. II, vol.3. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand-DIFEL, 1987.
- COSTA, Wilma Peres. **A Economia Mercantil Escravista Nacional e o Processo de Construção do Estado no Brasil (1808-1850)**. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo, HUCITEC/ABPHE, 1996.
- CUNHA, Alexandre Mendes. **Vila Rica – São João del Rei: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX**, (Dissertação de Mestrado), Niterói, ICHS/UFF, 2002
- DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.
- Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz., 1998.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005
- DUARTE, Regina Horta (org.). **Notícias sobre os selvagens do Mucuri**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002
- DULCI, O.S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2004
- FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Vol. 1, 10ª ed. – São Paulo: Globo, Publifolha, 2000.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- FIGUEIREDO, Ana Teresa Lanna e DINIZ, Célio Campolina. **Distribuição Regional da Indústria Mineira**. In: **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 10 n. 2 dez 2000 e DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

- FILGUEIRAS, Carmegildo e ARAÚJO, Thomas de Aquino. **Os correios na História da Campanha**. Campanha, MG: Ministério das Comunicações, ECT, Diretoria Regional da Campanha, 1973.
- FONTANA, Joseph. **História: Análise do Passado e Projeto Social**. Tradução Luiz Roncari. São Paulo, Edusc, 1998.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro e FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992
- FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. Mercado e Negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império Português (séculos XVIII-XIX). **História: Questões e Debates**, Curitiba: Ed. UFPR n° 36, pp. 99-127, 2002.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão em seu lugar. In: **Cadernos de debate**. São Paulo: Brasiliense n° 1, 1976.
- FREIRE, Gilberto **Casa Grande & Senzala**. 23ª ed. São Paulo: Livraria José Olympio, 1983.
- FREIRE, Jones. Expectativas e Tensões: Estabilidades das Famílias Escravas, em uma Sociedade Escravista Mineira, Século XIX. In: **2º Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira**. Muriaé: FAFISM, 2008.
- FRIDMAN, Fânia. As cidades e o café. In: **VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica e VII Conferência Internacional de História de Empresas**, 2005, Conservatória (RJ),
- FURTADO, Celso. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- GAMA, Nicolau Antônio Valle da. **Minhas Memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- GENOVÊS, Patrícia Falco. **As Malhas do Poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. (Dissertação de Mestrado), Niterói: PPGHS/UFF, 1996.
- GENOVÊS, Patrícia Falco. **O Espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado**. (Tese de Doutorado), Niterói, UFF / PPGHS, 2003.
- GENOVÊS, Patricia Falco. Os Barões e os trlhos: a estrada de ferro União Mineira e os laços de sangue na Zona da Mata Mineira. In: **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira Economia, História, Demografia e Políticas Públicas**. Diamantina, MG - 26 a 29 de agosto de 2008.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. Os pombos abrem os olhos: conspiração popular na Itália do século XVII. In: **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.
- GIOVANI, Rafael Rangel. **Regiões em Movimento: Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897)**. (Dissertação de Mestrado) Belo Horizonte, UFMG, PPGG, 2006.
- GODOY, Marcelo de Magalhães e BARBOSA, Lidiany Silva. **Uma outra modernização: transportes em uma província não-exportadora – Minas Gerais, 1850 – 1870**. (texto para discussão), Belo Horizonte: UFMG/Cedpelar, 2007.
- GODOY, Marcelo Magalhães. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço – Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX**. Texto para discussão n°.109, Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG, 1996.
- GORENSTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1993. (Coleção Biblioteca Carioca v. 24)
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del-Rei (1831-1888)**. (Tese de Doutorado), Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1998.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. O mosaico mineiro oitocentista: historiografia e diversidade regional. In: **Revista Tempos Gerais**. N° 3, Maio de 2001.
- GRAHAN, Richard **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel**. Tradução de Dário Canali, 16ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: O caso da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866)**. (Tese de Doutorado) São Paulo:, USP, 1997.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **De negociante e contratador a Barão de Ubá: a trajetória de João Rodrigues Pereira de Almeida (1793-1830)**. Mimeo.
- GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação (Juiz de Fora - Minas Gerais)**. (Tese de Doutorado), Niterói: PPGHS/UFF, 2004.

- GUIMARÃES, Lúcia M. P. Verbete facção áulica. In: VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, pp. 5-27.
- CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação**. (Tese de Doutorado), UFF, Niterói, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX In: **Topoi Revista de História**. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ / 7Letras, set. 2002, n. 5.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**, nº 1, 1988.
- HALFELD, Geraldo. **Henrique Guilherme Fernando Halfeld: Fundador da Cidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, S./Ed, 1970.
- HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **Atlas e relatório concernente a exploração do Rio de São Francisco desde a cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico: levantado por ordem do governo de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II**. Rio de Janeiro : Lithografia Imperial, 1860.
- HILAIRE, August de Saint. **Viagem pela província do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira, Belo Horizonte: editora Itatiaia Ltda, 2000.
- HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada In: CARDOSO, Fernando Henrique, SORJ, Bernardo e FONT, Maurício (orgs.) **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- HOBSBAWN, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Sobre uma doença infantil da Historiografia In: **O Estado de São Paulo – Suplemento Literário**. 24/06/1973.
- HOLLOWAY, Thomas H.. **Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 1997
- HORNER, Erik. A luta já não é hoje a mesma: as articulações políticas no cenário provincial paulista, 1838-1842. In: **Almanak Braziliense**, nº 5, maio 2007. São Paulo: IEB-USP
- HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. In: **II Seminário de estudos mineiros**. Belo Horizonte:UFMG, 1956.
- IGLESIAS, Francisco. Minas Gerais In: **História Geral da Civilização Brasileira (O Brasil Monárquico)**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, Tomo II, Volume 2.
- IGLESIAS, Francisco. **Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG/IPEA, 2000.
- IGLESIAS, Francisco. **Política Provincial do Governo Mineiro (1835 – 1889)**. Rio de Janeiro: INL, 1958.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1992.
- LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso da Servidão Voluntária**. Tradução de Laymert Garcia dos Santos, Comentários de Claude Lefort, Pierre Clastres e Marilena Cahuí, São Paulo: Brasiliense, 1998.
- LACERDA, Antonio Henrique Duarte. A evolução do Partimônio da família Ferreira Armonde através de três gerações (comarca do Rio das Mortes, MG, 1751-1860). In: MOTTA e GUIMARÃES.
- LANGER, Johnni. **A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império**. Revista Brasileira de História, 2002, vol.22, nº.43, p.126-152.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **O Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LEMOES, Mauro Borges, DINIZ, Clelio Campolina, GUERRA, Leonardo Pontes e MORO, Sueli. A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V. 33, nº. 4, p. 665-700, Outubro-Dezembro 2003.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808 – 1842)**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1979.
- LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus Pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)** - Ed. UFJF e FUNALFA, 1985.
- LEVY, Maria Barbara. **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas (esboço de História Empresarial)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988
- LIMA, Augusto de. Memória histórica e documentada sobre a questão de limites entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. In: **RAPM**. Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte, V 09, Fascículo 1, 2 Páginas 3-87 jan./ jun 1904.



- LIMA, Nominato José de Souza. Questão de limites entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes. In: **RAPM**. Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte, Vol 08, Fascículo 1, 2, Páginas 175-257, jan./ jun. 1903.
- LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da Capital (apontamentos históricos). In: **RAPM**. Volume 10, fascículo 1 e 2, janeiro / junho, Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte, 1905.
- LISLY, Andéia Gonçalves. A “Oligarquia Tenebrosa”: Um perfil sócio-econômico dos Caramurus Mineiros (1831-1838). In: **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina: CEDPLAR/UFMG, 2006 e
- LIZ, Iara Cortes. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo - 1780-1831**. São Paulo: UNESP, 1999.
- LOBARINHAS, Théo Piñero. **Os Simples Comissários (Negociantes e Política no Brasil Império)**. (Tese de Doutorado), Niterói: PPGHS/UFF, 2002.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LOCKE, John. **Sobre o Governo Civil**. In: FENTON, Edw. **32 Problemas na História Universal**. São HESPANHA, Antônio Manuel. Para uma teoria da História Institucional do Antigo Regime. In: HESPANHA, Antônio Manuel (org) **Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime**, Coimbra: Fundação Calouste Gulbekian, 1984.
- LUNA, Francisco Vidal, KLEIN Herbert. **Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo de 1750 a 1850**. Tradução de Laura Teixeira Mota, São Paulo: EDUSP, 2005.
- LUZ, Estevão de Melo Marcondes. **Um Legislador nas Gerais: vida e obra do cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861)**. (Dissertação de Mestrado) Franca: FHDSS/UNESP, 2008.
- MACHADO, Humberto F. **Escravos, Senhores e Café**. Rio de Janeiro: Ed. Cromos, 1993.
- MACIEL, Adhemar Ferreira. Observações sobre o constitucionalismo brasileiro antes do advento da república. In: **Revista de Informação Legislativa**. Brasília: a. 39 n. 156 out./dez. 2002.
- MAIA, João Marcelo E. Governadores de ruínas: os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 40, julho-dezembro de 2007.
- MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre independência do Brasil (desde c.1980). University Of Oxford: **Centre For Brazilian Studies, Working Paper** Number CBS-45-03, 2003
- MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira – Vale do Paraíba, século XIX**. Lorena, São Paulo: Stiliano, 1998.
- MARQUES, Claudia Eliane Parreira. **Riqueza e Escravidão. Dimensões Materiais da Sociedade no Segundo Reinado: Bonfim/MG**. (Dissertação de Mestrado), São Paulo: USP. 2000
- MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. e MARTINS, Roberto Borges. Slavery in a Non-Export Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited. In: **HAHR**, v. 63. n. 3, agosto, 1983.
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar e SILVA, Helenice de Carvalho Cruz da. Produção Econômica de Minas Gerais no século XIX. In: **V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Caxambu, ABPHE, 2003.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. (Tese de doutorado), Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS. 2005.
- MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamas e LAPA, José R. do Amaral. **História Econômica da Independência e do Império**. 2ª ed. Revista. São Paulo: HUCITEC/ABPHE/Ed da USP. Imprensa Oficial, 2002.
- MATOS, Raimundo José da Silva. **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais**. Vol. 1. Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte / São Paulo. 1981.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de, **O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.
- MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia de Império Luso-brasileiro. In: Idem. **Chocolate, Piratas e outros Malandros: ensaios tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MENDES, Cândido de Almeida. Paraná e o homem público brasileiro. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org). **O Marquês de Paraná**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado Brasileiro: Agência e Agentes**. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.
- MENDONÇA, Sonia. Regina. de. Estado e Sociedade. In: MATTOS, MARCELO BADARÓ (Org.). **História: Pensar & Fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História-UFF, 1998, v. 1.
- MONTEIRO, Norma de Góes (coord.) **Dicionário Biográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: ed. Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994.
- MORAES, J. G. Filho. **As Sete Irmãs da Campanha: A História e a Lenda**. São Paulo: s/Ed. 1951.
- MORETZSOHN J. A. **História da psiquiatria mineira**. Belo Horizonte: Coopmed Editora; 1989.

- MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder: Conflito e Direito à Terra no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro /Vício de Leitura, 1998.
- MUNIZ, Maria Célia Loureiro. Os Teixeira Leite: trajetórias e estratégias familiares, em Vassouras, no século XIX. *In: Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas*. Conservatória: ABPHE, 2005, (Anais).
- NETO, Casimiro. **A Construção da Democracia: Síntese Histórica dos Grandes Momentos da Câmara dos Deputados, das Assembléias Nacionais Constituintes e do Congresso Nacional – 180 Anos (1823 – 2003), de Representação Parlamentar – 182 Anos (1821 – 2003), e de 15 Anos da Promulgação da Constituição Federal de 1988**. Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 2003.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como Recorte Espacial e como Imaginário Cultural. *In: Política* Revista da UESC, Vitória da Conquista, v. 3, 2003.
- NEVES, Lucia Bastos Pereira das e MACHADO, Humberto. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NOBREGA, Dormevely. **Reverendo o Passado: Memória juiz-forana**. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 1997.
- NOGUEIRA, Dênio. **Raízes de uma Nação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales. O Conselho de Estado e o complexo funcionamento do governo monárquico no Brasil do Século XIX. *Almanack Braziliense*. Nº 5, maio 2007, São Paulo: IEB-USP.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870**. (Tese de Doutorado), Niterói: PPGH/UFF, 1999.
- OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. 2ª ed., Juiz de Fora: s./ed. 1966.
- ORLANDI, Eni Puccinelli **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. São Paulo: UNICAMP, 1995.
- OTONI, Carlos. Theophilo Benedicto Ottoni: memória biographica lida no Instituto Historico e Geographico Mineiro e publicada em comemoração do 1º centenario do nascimento do grande cidadão: 1807 – 1907 *In: RAPM*. vol 12, 1907, Belo Horizonte: imprensa oficial de MG.
- PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX. *In: X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina, CEDEPLAR / UFMG, 2002
- PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do Século XIX**. (Tese de Doutorado) São Paulo: FFLCH-USP, 1996.
- PAULA, João Antônio de. **O Prometeu no Sertão: Economia e Sociedade da Capitania das Minas dos Matos das Gerais**. (Tese de Doutorado), USP: São Paulo, 1988.
- PAULA, Maria Carlota. **Vicissitudes da Industrialização Periférica: O caso de Juiz de Fora 1930 / 1970**. (Dissertação de Mestrado), Belo Horizonte: UFMG, 1978.
- PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada – HEERA**. Juiz de Fora, UFJF, número I, 2006.
- PEDROSA, Silvio Henrique. **Entre as dores e o crescimento: a atuação dos ouvidores gerais no Rio de Janeiro (1700-1752)**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2008 (Anais)
- PINHEIRO, Fábio Wilson Amaral. **O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c.1809- c.1830**. (Dissertação de Mestrado), Rio de Janeiro, PPGHS / IFCS UFRJ, 2007.
- PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos: Uma análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930**. (Tese de Doutorado), São Paulo: USP, 2004.
- PRADO, Caio Júnior. **Formação Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 1999.
- PROCÓPIO, José Filho. **Salvo Erro ou Omissão: Gente juiz-forana**. Edição do Autor, Juiz de Fora, 1979.
- RESENDE, Irene Nogueira de. **Negócios e Participação Política: Fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821 – 1841)**. (Tese de Doutorado), São Paulo: PPGHS / USP, 2008.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: o Novo PRM (1889-1906)**. (Tese de Livre Docência), Belo Horizonte: UFMG, 1977.
- RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As Fronteiras da Província: Rotas de Comércio Interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884**. (Dissertação de Mestrado), Araraquara: UNESP, 2006.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas Recordações**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
- RODARTE, Mário Marco Sampaio. **O Caso das Minas que não se esgotaram: A pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista**. (Dissertação de Mestrado), Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG, 1999.

- RODRIGUES, Andre Figueiredo. **Estudo econômico da Conjuração Mineira: análise dos seqüestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes.** (Tese de doutoramento) São Paulo: USP, 2008.
- SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1996
- SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX, Senhores e escravos no coração do Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai, escravidão e cidadania na formação do exército.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990.
- SANTOS, Luiz Antonio C. A radicalidade de Os Parceiros do Rio Bonito. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Jun 2002, vol.17, nº 49.
- SARAIVA, Luiz Fernando. **Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café da Zona da Mata mineira – 1870/1900.** Dissertação de Mestrado, Niterói, PPGHS/UFF, 2001.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro.** 3ª edição revista e ampliada, São Paulo: Editora Campus, 1988.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: **Cadernos Cebrap.** São Paulo: CEBRAP, n. 3, 1993. século XIX. In: **Cadernos do IFCH.** Campinas, UNICAMP, n. 17. junho de 1985.
- SENRA, Mauro Luiz Fernandes. **Famílias que povoaram a Zona da Mata Mineira.** Vol. I, 2ª ed. (revisada), s/e., Além Paraíba, 2004.
- SHULTZ, Kirsten. **Versalhes Tropical: Império, Monarquia e a Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SILVA, Alex Marciel da (*et alli*). O Processo de Regionalização e Reorganização Territorial do Triângulo Mineiro: As Origens e Causas do Movimento Emancipacionista. In: **II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas para o Cerrado no Século XX”** Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia, 2003 (ANAIS).
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MATTOS, Hebe Maria e FRAGOSO, João Luís Ribeiro (orgs). **Homenagem a Maria Yedda Linhares.** Rio de Janeiro: Mauad / FAPERJ, 2001.
- SILVA, João Manuel Pereira da. **Memórias do meu tempo.** Introdução de Célio Ricardo Tasinafo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- SILVA, Wlamir. Autonomismo, contratualismo e Projeto Pedrino: Minas Gerais na Independência. In: **Revista de História Regional.** 10 (1): p. 60, Verão, 2005
- SILVA, Wlamir. Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas. In: **LOCUS: revista de história.** Juiz de Fora, vol. 4 no 1, 1998
- SIMONSEN, Roberto Simonsen **História Econômica do Brasil (1500-1820).** 2a edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa. do século XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, Otávio Tarquínio de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos.** História dos fundadores do Império do Brasil. Vol. 5, Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1998.
- SOUZA, Vera Lúcia do Lago. **Athenas do Sul de Minas entre a Memória e a História da Educação: Práticas e Representações das Elites de Campanha – 1870/1930.** (Dissertação de Mestrado) Campinas: da Faculdade de Educação. UNICAMP, 2006.
- STEIN, Stanley J. **A grandeza e decadência do café.** Editora Brasiliense, São Paulo 1983.
- SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SUZIGAN, Wilson e PELAEZ, Carlos Manuel. **História Monetária do Brasil.** 2ª Ed. Brasília: Ed. da UNB, 1980.
- TAPAJÓS, Vicente. **História administrativa do Brasil; organização política e administrativa do Império.** Coord. De Vicente Tapajós. Brasília, Fundação Centro de Formação do Servido Público, 1984.
- TAVARES, Augusto de Lyra. **Instituições Políticas do Império.** Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1978.
- URUGUAI, Visconde de. **Ensaio sobre o direito administrativo.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1962.
- VANNI, Júlio Cezar. **Sertões do Rio Cágado.** 1ª ed., Niterói, RJ: Ed Comunità, 2001.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras.** Introdução Edilane Maria de Almeida Carneiro, Marta Eloísa Melgaço Neves; pesquisa histórica Bruno Fagundes; leitura paleográfica e atualização

ortográfica Cláudia Alves Melo. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998, 4.

VIEIRA, Evantina Pereira. **Economia Cafeeira e Processo Político: Transformações na População Eleitoral da Zona da Mata Mineira (1850 – 1889)**. (Dissertação de Mestrado), Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1978.

VIOTTI, Emília. **Da Senzala à Colônia**. 3ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WIRTH, John D. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889 - 1937**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

## ANEXO II

Distribuição da População Escrava e Livre por Comarcas, Municípios e Distritos para a Região Central 1833 – 1838

Região	Comarca	Município	Distrito	Somatório	Livres	Escravos	Média
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	Campo Belo	570	203	367	64,39
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	Luminárias	403	247	156	38,71
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	Santo Antônio do Rio das Mortes	857	496	361	42,12
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	São Miguel do Cajuru	1014	494	520	51,28
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	São Francisco da Onça	1016	620	396	38,98
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	Madre de Deus	840	385	455	54,17
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	Piedade do Rio Grande	1127	566	561	49,78
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	Conceição da Barra	1547	847	700	45,25
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	Nazaré	1414	704	710	50,21
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	São Gonçalo da Ibituruna	1065	399	666	62,54
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	Conceição de Carrancas	1423	496	927	65,14
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	Espírito Santo de Carrancas	919	253	666	72,47
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	São Tomé da Serra das Letras	743	360	383	51,55
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	Santo Antônio da Ponte Nova	737	417	320	43,42
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	Conceição do Porto	871	307	564	64,75
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	São Gonçalo do Brumado	536	270	266	49,63
Central	Rio das Mortes	São João del Rei	São João del Rei	7058	5235	1823	25,83
Central	Rio das Mortes	São José	Vila de São José	2834	2077	757	26,71
Central	Rio das Mortes	São José	Prados	2347	1404	943	40,18
Central	Rio das Mortes	São José	Ressaca	2043	931	1112	54,43
Central	Rio das Mortes	São José	Freguesia da Lagoa Dourada	2675	1479	1196	44,71
Central	Rio das Mortes	São José	Lages	1640	682	958	58,41
Central	Rio das Mortes	São José	Passatempo	2019	982	1037	51,36
Central	Rio das Mortes	São José	Santa Rita	1342	690	652	48,58
Central	Rio das Mortes	São José	São Tiago	2069	975	1094	52,88
Central	Rio das Mortes	São José	Senhora da Oliveira	2757	1651	1106	40,12
Central	Rio das Mortes	São José	Bom Sucesso	3208	1949	1259	39,25

Central	Rio das Mortes	São José	Bom Jesus dos Perdões	2103	1425	678	32,24
Central	Rio das Mortes	São José	Senhor Bom Jesus da Cana Verde	1785	1398	387	21,68
Central	Rio das Mortes	São José	Cláudio	2500	2011	489	19,56
Central	Rio das Mortes	São José	Japão	1980	892	1088	54,95
Central	Rio das Mortes	São José	Santo Antônio do Amparo	1997	1326	671	33,60
Central	Rio das Mortes	São José	Mata do Carmo	847	449	398	46,99
			Paróquia de Santa Sé, menos Passagem e Morro de Santo Antônio que formam outro distrito				
Central	Ouro Preto	Mariana		3081	2181	900	29,21
Central	Ouro Preto	Mariana	São Sebastião	451	288	163	36,14
Central	Ouro Preto	Mariana	São Caetano	1053	745	308	29,25
Central	Ouro Preto	Mariana	Paulo Moreira	2222	1262	960	43,20
Central	Ouro Preto	Mariana	São José da Barra Longa	3764	2840	924	24,55
Central	Ouro Preto	Mariana	Saúde	932	584	348	37,34
Central	Ouro Preto	Mariana	Forquim	1355	904	451	33,28
Central	Ouro Preto	Mariana	Ponte Nova	4757	3285	1472	30,94
Central	Ouro Preto	Mariana	Piranga	2418	1479	939	38,83
Central	Ouro Preto	Mariana	Oliveira	942	532	410	43,52
Central	Ouro Preto	Mariana	Tapera	1052	310	742	70,53
Central	Ouro Preto	Mariana	Brás Pires	745	465	280	37,58
Central	Ouro Preto	Mariana	Calambau	1368	878	490	35,82
Central	Ouro Preto	Mariana	São José do Chopotó	1563	667	896	57,33
Central	Ouro Preto	Mariana	São Caetano do Chopotó	1434	860	574	40,03
Central	Ouro Preto	Mariana	Conceição	786	592	194	24,68
			Nossa Senhora do Desterro do Melo da nova Freguesia de São José de Chopotó				
Central	Ouro Preto	Mariana		907	522	385	42,45
Central	Ouro Preto	Mariana	Curato da Espera	2228	1373	855	38,38
Central	Ouro Preto	Mariana	Arrepiados	2092	1429	663	31,69
Central	Ouro Preto	Mariana	São José do Barroso	1419	988	431	30,37
Central	Ouro Preto	Mariana	São Domingos	1491	937	554	37,16
Central	Ouro Preto	Mariana	Pinheiro	1005	752	253	25,17
Central	Ouro Preto	Mariana	Boa Vista	1112	665	447	40,20

Central	Ouro Preto	Mariana	Santa Rita	2075	1484	591	28,48
Central	Ouro Preto	Mariana	Passagem	993	776	217	21,85
Central	Ouro Preto	Mariana	Antônio Pereira	646	428	218	33,75
Central	Ouro Preto	Mariana	Bento Rodrigues	462	300	162	35,06
Central	Ouro Preto	Mariana	Inficionado	1692	1045	647	38,24
Central	Ouro Preto	Mariana	Catas Altas	2358	1523	835	35,41
Central	Ouro Preto	Mariana	Ubá	1013	663	350	34,55
Central	Ouro Preto	Mariana	São Gonçalo	987	550	437	44,28
Central	Ouro Preto	Mariana	Santana do Deserto	2269	1739	530	23,36
Central	Ouro Preto	Mariana	Camargos	414	240	174	42,03
Central	Ouro Preto	Mariana	Cuieté	287	260	27	9,41
Central	Ouro Preto	Mariana	Bacalhau	1176	800	376	31,97
Central	Ouro Preto	Mariana	Barra do Bacalhau	2845	1561	1284	45,13
Central	Ouro Preto	Mariana	Sumidouro	1350	950	400	29,63
Central	Ouro Preto	Queluz	Queluz	2050	1205	845	41,22
Central	Ouro Preto	Queluz	Santana do Morro do Chapéu	1300	640	660	50,77
Central	Ouro Preto	Queluz	Dores	944	674	270	28,60
Central	Ouro Preto	Queluz	Glória	1034	465	569	55,03
Central	Ouro Preto	Queluz	São Caetano	859	487	372	43,31
Central	Ouro Preto	Queluz	Santo Amaro	1437	818	619	43,08
Central	Ouro Preto	Queluz	Itaverava	2314	1632	682	29,47
Central	Ouro Preto	Queluz	Catas Altas	2025	1303	722	35,65
Central	Ouro Preto	Queluz	Lamim	1684	896	788	46,79
Central	Ouro Preto	Queluz	Brumado	2418	1169	1249	51,65
Central	Ouro Preto	Queluz	Suaçuí	1508	987	521	34,55
Central	Ouro Preto	Queluz	Bom Fim	1657	1033	624	37,66
Central	Ouro Preto	Queluz	Piedade	2885	2005	880	30,50
Central	Ouro Preto	Queluz	Rio do Peixe	1178	664	514	43,63
Central	Ouro Preto	Queluz	Conquista	1432	809	623	43,51
Central	Rio Paraibuna	Barbacena	Vila de Barbacena	2439	1596	843	34,56
Central	Rio Paraibuna	Barbacena	Ribeirão	1307	822	485	37,11
Central	Rio Paraibuna	Barbacena	Remédios	2098	1043	1055	50,29

Central	Rio das Velhas	Sabará	1 distrito da Vila de Sabará	1737	1284	453	26,08
Central	Rio das Velhas	Sabará	2 distrito da Vila do Sabará	2596	1844	752	28,97
Central	Rio das Velhas	Sabará	Lapa	1638	1140	498	30,40
Central	Rio das Velhas	Sabará	Roas Novas	1339	691	648	48,39
Central	Rio das Velhas	Sabará	Taquaraçu	2405	1364	1041	43,28
Central	Rio das Velhas	Sabará	Raposos	643	279	364	56,61
Central	Rio das Velhas	Sabará	Curral del Rei	1852	1379	473	25,54
Central	Rio das Velhas	Sabará	Contagem	2423	1622	801	33,06
Central	Rio das Velhas	Sabará	Capela Nova	2277	1548	729	32,02
Central	Rio das Velhas	Sabará	Mateus Leme	3233	2330	903	27,93
Central	Rio das Velhas	Sabará	Santa Quitéria	2375	1172	1203	50,65
Central	Rio das Velhas	Sabará	Neves	1088	693	395	36,31
Central	Rio das Velhas	Sabará	Brumado	770	574	196	25,45
Central	Rio das Velhas	Sabará	Aranha	569	332	237	41,65
Central	Rio das Velhas	Sabará	Rio Manso	780	526	254	32,56
Central	Rio das Velhas	Sabará	1 distrito de Santa Luzia	3038	2089	949	31,24
Central	Rio das Velhas	Sabará	2 distrito de Santa Luzia	1771	1192	579	32,69
Central	Rio das Velhas	Sabará	Alagoa Santa	1814	1354	460	25,36
Central	Rio das Velhas	Sabará	Fidalgo	1398	1065	333	23,82
Central	Rio das Velhas	Sabará	Ribeirão do Raposo	1326	1000	326	24,59
Central	Rio das Velhas	Sabará	Matosinhos	2605	1488	1117	42,88
Central	Rio das Velhas	Sabará	Trindade	4258	2852	1406	33,02
Central	Rio das Velhas	Sabará	Rio das Pedras	1024	767	257	25,10
Central	Rio das Velhas	Itabira	1 distrito da Vila de Itabira	7481	4658	2823	37,74
Central	Rio das Velhas	Itabira	2 distrito da Vila de Itabira	2739	1836	903	32,97
Central	Rio das Velhas	Itabira	Brumadinho	137	60	77	56,20
Central	Rio das Velhas	Itabira	São José da Alagoa	2362	1492	870	36,83
Central	Rio das Velhas	Itabira	Ferros	2386	1624	762	31,94
Central	Rio das Velhas	Itabira	Santa Maria	1443	942	501	34,72
Central	Rio das Velhas	Itabira	Itambé	2346	1738	608	25,92
Central	Rio das Velhas	Itabira	Carmo em Tanque Acima	2161	1203	958	44,33
Central	Rio das Velhas	Itabira	Cocais	2817	1352	1465	52,01



Central	Rio das Velhas	Itabira	São João do Morro Grande	1043	721	322	30,87
Central	Rio das Velhas	Itabira	Brumado	1182	695	487	41,20
Central	Rio das Velhas	Itabira	Santa Bárbara	1428	1044	384	26,89
Central	Rio das Velhas	Itabira	Rio de São Francisco	910	612	298	32,75
Central	Rio das Velhas	Itabira	Pacas	1108	600	508	45,85
Central	Rio das Velhas	Itabira	São Gonçalo do Rio Acima	287	210	77	26,83
Central	Rio das Velhas	Itabira	São Miguel	2345	1517	828	35,31
Central	Rio das Velhas	Itabira	Prata	2261	1319	942	41,66
Central	Rio das Velhas	Itabira	Santana do Alfié	1554	1102	452	29,09
Central	Rio das Velhas	Itabira	Antônio Dias	1730	1340	390	22,54
Central	Rio das Velhas	Itabira	Joanésia	945	486	459	48,57
Central	Rio das Velhas	Itabira	Santo Antônio Abaixo	1210	923	287	23,72

Distribuição da População Escrava e Livre por Comarcas, Municípios e Distritos para a Região Sul 1833 – 1838

Região	Comarca	Município	Distrito	Somatório	Livres	Escravos	Média
Sul	Rio Sapucaí	Campanha	Vila da Campanha	3729	2298	1431	38,3749
Sul	Rio Sapucaí	Campanha	Santa Catarina	2479	1564	915	36,91004
Sul	Rio Sapucaí	Campanha	Santa Rita	1792	1345	447	24,9442
Sul	Rio Sapucaí	Campanha	Mutuca	1987	1262	725	36,48717
Sul	Rio Sapucaí	Campanha	Rio Verde	1821	1099	722	39,64854
Sul	Rio Sapucaí	Campanha	Lambarí	2097	1523	574	27,37244
Sul	Rio Sapucaí	Campanha	São Sebastião	1389	994	395	28,43772
Sul	Rio Sapucaí	Campanha	Freguesia Nova de Itajubá	5006	3646	1360	27,1674
Sul	Rio Sapucaí	Campanha	Soledade de Itajubá	1644	1164	480	29,19708
Sul	Rio Sapucaí	Campanha	Santa Rita	973	521	452	46,45427
Sul	Rio Sapucaí	Campanha	Carmo do Dourado	1619	1192	427	26,37431
Sul	Rio Sapucaí	Campanha	Dourado	2271	1696	575	25,31924
Sul	Rio Sapucaí	Campanha	Santana do Sapucaí	4394	3362	1032	23,48657
Sul	Rio Sapucaí	Campanha	São Gonçalo	3473	2204	1269	36,53902

Sul	Rio Sapucaí	Campanha	Mundo Novo	1031	836	195	18,91368
Sul	Rio Sapucaí	Campanha	São Domingos da Bocaina	764	428	336	43,97906
Sul	Rio Sapucaí	Jacuí	Vila de Jacuí	3302	2552	750	22,71351
Sul	Rio Sapucaí	Jacuí	Ventania	2245	1555	690	30,73497
Sul	Rio Sapucaí	Jacuí	Aterrado	1322	988	334	25,26475
Sul	Rio Sapucaí	Jacuí	São Francisco de Paula do Tijucu	1225	1012	213	17,38776
Sul	Rio Sapucaí	Jacuí	Senhor dos Passos	2600	1786	814	31,30769
Sul	Rio Sapucaí	Jacuí	Santa Rita	1635	1281	354	21,65138
Sul	Rio Sapucaí	Jacuí	Alfenas	3036	2089	947	31,19236
Sul	Rio Sapucaí	Jacuí	Sacra Família	1208	664	544	45,03311
Sul	Rio Sapucaí	Jacuí	Areado	1563	1337	226	14,45937
Sul	Rio Sapucaí	Jacuí	São Joaquim	2470	2007	463	18,74494
Sul	Rio Sapucaí	Jacuí	Cabo Verde	6414	5070	1344	20,95416
Sul	Rio Sapucaí	Jacuí	Carmo	5525	3653	1872	33,88235
Sul	Rio Sapucaí	Pouso Alegre	Vila de Pouso Alegre	6817	4806	2011	29,49978
Sul	Rio Sapucaí	Pouso Alegre	Capivarí	1116	915	201	18,01075
Sul	Rio Sapucaí	Pouso Alegre	Cambuí	2504	1830	674	26,91693
Sul	Rio Sapucaí	Pouso Alegre	Santa Rita	1722	1539	183	10,62718
Sul	Rio Sapucaí	Pouso Alegre	Camanducaia	3197	2375	822	25,7116
Sul	Rio Sapucaí	Pouso Alegre	Bom Retiro	523	360	163	31,16635
Sul	Rio Sapucaí	Pouso Alegre	Antas	1397	1224	173	12,38368
Sul	Rio Sapucaí	Pouso Alegre	Ouro Fino	3368	2708	660	19,5962
Sul	Rio Sapucaí	Pouso Alegre	Caldas	4249	2926	1323	31,13674
Sul	Rio Sapucaí	Pouso Alegre	São José das Formigas	3181	2262	919	28,89029
Sul	Rio das Mortes	Lavras do Funil	Paróquia da Vila de Lavras do Funil	3857	2083	1774	45,9943
Sul	Rio das Mortes	Lavras do Funil	Boa Vista	1210	581	629	51,98347
Sul	Rio das Mortes	Lavras do Funil	Capela do Carmo do Campo Grande	1421	995	426	29,97889
Sul	Rio das Mortes	Lavras do Funil	Capela do Rosário	638	341	297	46,55172
Sul	Rio das Mortes	Lavras do Funil	São João Nepomuceno	2868	1521	1347	46,96653
Sul	Rio das Mortes	Lavras do Funil	Ingaí	1102	595	507	46,00726
Sul	Rio das Mortes	Lavras do Funil	Paróquia de Dores	2984	1885	1099	36,82976
Sul	Rio das Mortes	Lavras do Funil	Três Pontas	4145	2408	1737	41,90591

Sul	Rio das Mortes	Lavras do Funil	Capela do Espírito Santo dos Coqueiros	1250	761	489	39,12
Sul	Rio das Mortes	Lavras do Funil	Capela do Espírito Santo da Varginha	2567	1837	730	28,43787
Sul	Rio das Mortes	Lavras do Funil	São Francisco do Aguapé	722	589	133	18,42105
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	1º distrito de Aiuruoca	12710	7923	4787	37,66326
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	Serranos	2064	1073	991	48,01357
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	Lagoa	1288	1020	268	20,80745
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	Guapiara	841	586	255	30,32105
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	Livramento	1468	944	524	35,69482
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	Varadouro	878	464	414	47,15262
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	Turvo	2528	1385	1143	45,21361
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	Bocaina	794	617	177	22,29219
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	Espírito Santo	2357	1418	939	39,83878
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	Capivarí	4180	2330	1850	44,25837
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	Favacho	1010	416	594	58,81188
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	Rio Verde	3568	2350	1218	34,13677
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	Carmo	3398	1730	1668	49,0877
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	Paróquia de Pouso Alto	4072	2148	1924	47,24951
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	2º distrito de Aiuruoca	1690	1102	588	34,7929
Sul	Rio Paraibuna	Baependí	Espraiado	1161	734	427	36,77864

**Anexo III:****Levantamento Prosopográfico dos Principais Políticos Mineiros**

Nome	N / M	Formação	Conselho de Estado	Ministérios	Senado	Presidência Província	Deputado Geral	Deputado Provincial	Vereança	Posição Política	Outros Cargos	Período de Atuação	Observações	Título de Nobreza	Regiões e Cidades em que atuou	Região
José Resende da Costa			1827				1821 (Cortes) 1823			Inconfidente	1809 – Administrador da Fábrica de Lapidação de Diamantes Contador Geral e Escrivão da Mesa do Tesouro		Participou da Inconfidência Mineira tendo sido degredado para São Tomé de Cabo Verde, tendo retornado ao Brasil em 1809 Tio do Marquês de Valença Membro do IHGB			
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	1778 – 1859	Direito ? – Coimbra		Regência Trina Provisória (1831) Império (1831 – 32) Justiça 1847	1828							1831 – 1859	Observação + Paulista que Mineiro		Vale da Porca – Lisboa	São Paulo
Sebastião Luís Tinoco da Silva	1758 – 1839	Direito – Coimbra		Justiça 1822 Fazenda 1823 Justiça 1825 – 26	1826						Juiz de Fora em Campos Secretário de Justiça 1825 Desembargador	1822 – 1839			Vianna Portugal	
Afonso Augusto Moreira Pena	1847 – 1909	Direito – SP (1870)		Guerra 1882 Agricultura, Comércio e Obras Públicas 1883 – 84 Justiça 1885	1898	MG 1892 – 94	1874			Liberal Republicano		1870 – 1909	Fundador da Faculdade de Direito de MG 1892		Santa Bárbara	Central
Antônio Augusto Monteiro de Barros	1790 – 1841	Direito – Coimbra			1838		1826 – 29		Juiz de Ouro Preto Ouvidor Sabará			1822 – 1828			Sabará Ouro Preto	Central
Antônio Gonçalves Gomide	1770 – 1835	Medicina – Escócia			1826		1823					1823 – 1835	Tentou pacificar a Revolta de 1833 Escreveu opúsculo contra movimento fanatismo popular na Serra da Piedade (Caeté) 1814		Vila Rica (Ouro Preto)	Central
Bernardo Pereira de Vasconcelos	1795 – 1850	Direito – Coimbra 1819	1842	Fazenda 1831 – 32 Justiça 1837 – 39	1838	Gov. Provisório 1833 – MG	1826 – 30 1830 – 34 1834 – 38			Liberal – Conservador	Juiz de São Paulo do Garatinguetá Desembargador da Relação de PE (não chegou a assumir) Membro do Conselho do Governo da Província MG	1821 – 1850	Dono de vários Jornais em Ouro Preto Comissão que propôs a liquidação do Banco do Brasil Participou da repressão a revolta de 1833 em Ouro Preto Um dos participantes da Constituição de Pouso Alegre Um dos fundadores do Colégio D. Pedro Autor de vários projetos importantes Líder dos		Ouro Preto	Central

Cândido Luís Maria de Oliveira	1845 – 1918	Direito – São Paulo		Guerra 1884 – 1885 Fazenda 1889 Justiça 1889	1887		1878 – 81 1882 – 84 1885 – 85	1869 – 1872 1873 – 1875 1877 – 1878	1867 – 1868	Liberal	Promotor Público MG Procurador Fiscal da Tesouraria da Fazenda Juiz municipal de Curvelo Professor e Diretor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro 1900 – 1919	1865 – 1889	Um dos autores da Lei do 13 de maio Perseguido pelo governo republicano que se seguiu à proclamação da república	Ouro Preto	Central
Carlos Afonso de Assis Figueiredo	1845 – 1907	Direito – São Paulo		Guerra 1882 – 1883		1889 – RJ	1878 – 81 1882 – 84 1885 – 85	1840 – 1842 1848 – 1850 1858 – 1860 1874 – 1876 1876 – 1878 1880 – 1882		Liberal		1840 – 1889	Irmão do visconde de Ouro Preto Banido do país junto com seu irmão em 1889	Ouro Preto	Central
Firmino Rodrigues da Silva	1816 – 1879	Direito – São Paulo Jornalista (literato)			1868		1850 – 52 1853 – 56	1844 – 45	Juiz de Direito – Ouro Preto Chefe de Polícia Desembargador da Relação	Conservador		1844 – 1879	Escritor de vários folhetins do Império Membro do IHGB	Niterói Ouro Preto	Central
Francisco de Paula Silveira Lobo	1826 – 1886	Direito – PE Fazendeiro		Marinha 1865 – 66 Fazenda 1866	1868	PE 1866 – 67 MG 1878	1857 – 60 1861 – 63 1864 – 66 1867 – 68		Juiz Municipal de Mariana	Liberal (republicano)		1857 – 1886	Torna-se político por Mariana e fazendeiro na expansão para Ponte Nova	Mamanguape (PB) Mariana Ponte Nova	Central Mata
Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos	1812 – 1863	Direito		Justiça 1857 – 1858	1858	MG 1853 – 54 SP 1856 – 57 MG 1862 – 63	1843 – 44 1850 – 53 1853 – 57	1840 – 42		Conservador	Juiz Municipal e de Órfãos Ouro Preto Juiz de Direito Substituto Paraibuna Juiz de Direito Rio Das Mortes Chefe de Polícia Juiz de Direito da Segunda Vara do Crime Belém Chefe de Polícia da Corte do Império	1840 – 63	Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Ouro Preto	Central
Gabriel Mendes dos Santos	- 1873	Direito – Coimbra			1851		1831 – 34 1834 – 37 1838 – 41 1843 – 44 1850 – 51			Liberal	Intendente dos Diamantes Juiz de Fora da cidade de Santos Ouvidor e Juiz de Direito da Comarca de São João del Rei	1831 – 1857	Participou da resistência à sedição de Ouro Preto 1833	São João de Rey	Central
Jacinto Furtado de Mendonça	- 1834	Direito – Coimbra Fazendeiro			1826		1821 (Cortes) 1826				Capitão mor Vila Rica	1821 – 1834		Via Rica (Ouro Preto)	Central
Joaquim Antão Fernandes Leão	1809 – 1887	Advogado – SP 1833		Marinha – 1848 Guerra – 1848 Transportes – 1868	1871	1859 – 61 1861 – 62	1845 – 47 1848 1851 1852 1869	1835 – 43		Liberal (a partir de 1848 – conservador)	Promotor Público Ouro Preto Inspetor da Fazenda Ouro Preto Diretor-geral do	1845 – 1887	Participou da Revolução de 1842	Queluz Conselheiro Lafaiete	Central

										Tesouro Ministro da Marinha						
José Joaquim Fernandes Torres	1797 – 1869	Direito – Coimbra		Justiça 1846 – 47 Fazenda 1847 Império 1866 – 68	1862	SP 1857 – 60 MG – 1862	1845	1835 – 39 1839 – 42		Liberal		1835 – 1869			Mariana Rio Doce	Central
José Pedro Dias de Carvalho	1808 – 1881	Jornalista – Seminário de Mariana Fazendeiro Comerciante Capitalista	1876	Fazenda – 1848 Fazenda – 1862 Fazenda – 1864 Fazenda 1865 – 66	1858	MG 1847 – 48	1834 – 37 1838 – 41 1845 – 47 1848 1850 – 52 1855 – 56	1835 – 37 1843 – 44		Liberal		1831 – 1881	Participou da Revolução de 1842		Mariana	Central
Lafaiete Rodrigues Pereira	1834 - 1917	Direito – SP 1857 Fazendeiro	1882	Justiça 1878 – 1880 1º ministro 1883 – 84 Fazenda 1884 – 85	1879	CE 1864 – 65 MA 1865 – 66	1877 – 77			Liberal		1864 – 1889	Filho do Barão de Pouso Alegre, proprietário rural		Queluz	Central
Lúcio Soares Teixeira de Gouveia	1792 – 1838	Direito – Coimbra ??		Justiça 1827 – 28 Justiça 1828 – 29	1837 RJ		1823 1826 – 29		Cf por onde foi senador			1822 – 1838			Mariana	Central
Luiz Antônio Barbosa	1815 – 1859	Direito – São Paulo 1837		Justiça 1853 – 54	1859	MG 1851 – 53 RJ 1854 – 57	1843 – 44 1850 – 52	1842 – 45	Juiz Municipal – Sabará Juiz de Direito – Rio das Velhas, Rio das Mortes, Serro, Diamantina, Rio Jequitinhona, Ouro Preto Chefe de Polícia MG 1849	Conservador		1842 – 1859	Presidente de província quando da criação de Juiz de Fora Inventário post-mortem 1861 UFJF		Ouro Preto	Central
Manoel José Veloso Soares	1829 – 1893	Capitalista Banqueiro Comerciante			1888		1882 – 84 1885 – 85 1886 – 88			Conservador		1880 – 1889			Ouro Preto	Central
Marcos Antônio Monteiro de Barros	- 1852	Direito – Coimbra Sacerdote			1826		1826 – 28					1828 – 1841			Sabará	Central
Martinho Álvares da Silva Campos	1816 – 1887	Medicina – RJ 1838 Fazendeiro	1887	Fazenda 1882 1º ministro 1882	1882	RJ 1881 – 82	1857 – 60 1861 – 61 1864 – 66 1867 – 68 1872 – 75 1877 – 77 1878 – 81 1882 – 82			Liberal		1857 – 1887			Pitangui	Central
Carlos Peixoto de Melo	- 1919	Direito – SP			1889		1886 – 89 1885 – 85 1877 – 78 1872 – 75 1886 – 89	1870 – 71 1872 – 73	Vereador em Ubá	Conservador		1860 – 1919	Não tomou posse como senador		Ubá	Mata
Bento Barroso Pereira	1785 – 1837	Engenheiro		Guerra 1824 – 28 Marinha 1832	1826 PE					Conservador – Liberal Moderado		1824 – 1837	Participou da repressão à revolta pernambucana de 1817 Foi Ministro da Guerra durante a Revolta dos Estrangeiros 1826 – 28		Arraial do Tejuco (Diamantina)	Norte
João da Mata Machado	1850 –	Médico		Estrangeiro – 1884			1882 – 84 1886 – 89	1878 – 80		Liberal		1878 – 1889			Diamantina	Norte – leste

	1901																
João Evangelista de Faria Lobato	- 1846				1826											Serro	Norte – leste
José Vieira Couto de Magalhães	1837 – 1898	Engenheiro Militar – RJ Empresário	1889			1863 – 64 GO 1864 – 66 PA 1867 – 68 MS 1889 SP					Secretário do Governo de Minas 1860	1860 – 1889	Participou da Guerra do Paraguai Recusou o título de Barão de Corumbá preferindo o de Gal Brigadeiro		Diamantina / São Paulo / Goiás	Norte – leste	
Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá	1768 – 1835	Direito – Coimbra Engenharia (mineralogia) – Freyberg Academia Real de Ciências, Lisboa, 1789 Proprietário (engenho Bahia)	1822		1826		1823			Conservador (D. Pedro I)	Desembargador Intendente dos Diamantes Intendente Geral das Minas	1826 – 1835	Mineralogista, companheiro de José Bonifácio de Andrada. Responsável pela elaboração do novo regimento das minas do Brasil em 1798 Participou da Comissão responsável pela elaboração da 1ª constituição do Brasil (a de 1823)		Serro Frio Bahia	Norte – Leste	
Teófilo Benedito Otoni	1807 – 1869	Militar Naval – Academia Marinha RJ Jornalista Comerciante Empresário			1864		1838 – 41 1845 – 47 1848 – 48 1861 – 63	1835 – 37		Liberal (republicano)		1838 – 1869	Sócio fundador da Cia do Vale do Mucuri Diretor do Montepio Geral Diretor do Banco do Brasil 1853 – 1857		Serro	Norte-leste	
Bernardo Jacinto da Veiga	1802 – 1845	Fazendeiro Jornalista				1838 – 40 1842 – 43 MG				Conservador			Presidente da Província no momento da Revolução de 1842		Campanha	Sul	
Evaristo Ferreira da Veiga	1832 – 1888	Direito – SP			1887	SE 1868 – 69	1861 – 63 1864 – 66 1869 – 72		Juiz Municipal de Pouso Alegre Juiz Municipal de Jaguari	Conservador		1861 – 1888			Campanha	Sul	
Joaquim Delfino Ribeiro da Luz	1824 – 1903	Direito – SP	1889	Marinha 1872 – 75 Justiça 1885 – 1887 Guerra 1887 – 1888	1870	MG 1857 MG 1860	1853 – 56 1861 – 63 1864 – 66 1869 – 70	1850 – 52 1852 – 54 1854 – 56		Conservador	Inspetor da Tesouraria Provincial	1850 – 1889			Cristina	Sul	
José Bento Leite Ferreira de Melo	- 1844	Eclesiástico Fazendeiro			1834	1821 (1ª junta governativa)	1826		Campanha	Liberal “Progressista”	Ordenou-se junto com Diogo Feijó				Pouso Alegre Campanha	Sul	
José Custódio Dias	- 1838	Sacerdício – Seminário Maior			1835		1821 (cortes) 1823 1826 – 29 1830 – 33 1834 – 35			Liberal “Progressista”		1823 – 1838	Participou da tentativa frustrada da constituição de ‘pouso alegre’ (1832)		Pouso Alegre	Sul	
Luiz Carlos da Fonseca	- 1887	Medicina -			1875		1843 – 44 1853 – 56 1857 – 60 1861 – 63 1869 – 72 1872 – 74			Conservador		1843 – 1887			Cristina Baependi	Sul	
Luiz Eugênio Horta Barbosa	1842 1927	Direito – SP Fazendeiro													Serro Juiz de Fora	Mata	



Nicolau Antonio Nogueira Valle da Gama	1802 – 1897	Mordomo – Mor					1843 – 44		Presidente da Câmara Provincial de Ouro Preto			1843 – 1889	Alferes Guarda de Honra P. R. Pedro 1819 MG Veador do Paço 1829 Comandante GN em 1842 MG Gentil-Homem da Imperial Câmara Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial Conselho de S. Magestade Guarda Roupa Porteiro da Imperial Câmara Membro do IHGB Membro Imperial Instituto de Agricultura	Barão (1872) e Visconde com grandeza de Nogueira da Gama (1888)	Ouro Preto Rio de Janeiro	Central
Manoel Inácio de Andrade Soto Maior Pinto Coelho	1782 – 1867	Militar Fazendeiro			1844					Liberal	General	1819 – 1867	Alferes-mor na sagração de D. Pedro I Tutor de D. Pedro II	Barão (1819) e Marques de Itanhahen (1822)	Nova Iguaçu	
Camilo Maria Ferreira Armond	1815 – 1882	Medicina – Paris Fazendeiro	1879			RJ – 1879	1864 – 66 1878 – 81	1848 – 1849	1849 Presidente da Câmara Municipal de Barbacena	Liberal	Juiz de Paz	1842 – 1882	Participou da Revolução de 1842 Fundou o jornal “Eco da Razão” Diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro Fundou a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro Benfeitor local	Barão (1861) Visconde (1871) Conde de Prados (1880)	Barbacena	Central
Antonio Belfort Ribeiro de Arantes	1831 – 1908	Fazendeiro Proprietário Comerciante					1890 – 91		1869 – 72 1883 – 86 1891 – 94 1905 – 07			1869 – 1907	Comandante da GN Benfeitor da câmara municipal de Vila Bela do Turvo, da Santa Casa e da canalização de água para o povoado	Barão (1879) Visconde de Arantes (1888)	Vila Bela do Turvo (Andrelândia)	Sul
João Baptista dos Santos	1828 – 1911	Medicina – RJ				MG 1889 RJ 1889					Capitão-Cirurgião GN Médico da Imperial Câmara	1888 – 1889	Membro do IHGB Membro da Imperial Academia de Medicina RJ	Barão (1882) e Visconde com grandeza de Ibituruna (1889)	São João Del Rei Rio de Janeiro	Central
Marcelino de Brito Ferreira de Andrade	1827 – 1905	Fazendeiro Coronel GN							1884 – 90 (presidente 1887 – 90)			1880 – 1889	Presidente da 1ª diretoria do Banco de Crédito Real	Barão (1886) e Visconde de Monte Mário (1889)	Juiz de Fora	Mata
Estevão Ribeiro de Resende	1777 – 1856	Direito Coimbra – 1799 Fazendeiro	1822 1827	Império 1824 – 25 Justiça 1827	1826	1826 1841 presidente	1823 – 26			Caramuru	Juiz de Fora SP Procurador de Defuntos e Ausentes Fiscal de Diamantes Serro Desembargador Relação BA Desembargador Casa Supliciação Desembargador Paço	1823 – 1856	Membro do IHGB Pai Barão de Lorena Acompanhou D. Pedro I na viagem MG 1822	Barão com grandeza (1825) Conde (1829) e Marques de Valença (1848)	Prados	Central

Manuel Inácio de Mello e Souza	1771 – 1859	Direito – Coimbra			1836	MG 1831	1826 – 29	1835 – 43 Presidente	Mariana – 1808	Liberal Conservador		1826 – 1859	Juiz de Fora em GO Ouvidor Mor São João Del Rei Desembargador 1ª Junta do Governo Provisório MG, 1821 Membro do Conselho do Governo MG 1823	Barão com Grandeza do Pontal (1854)	Val – Portugal São João Del Rei Mariana Piranga	Central Mata
Antonio Ferreira de Brito	? – 1903	Fazendeiro Capitalista							1891 – 1894	Conservador		1888 – 1894	Coronel da GN Chefe político influente	Barão da Boa Esperança (1888)	Dores da Boa Esperança (Boa Esperança) Três Pontas	Sul
José Ildefonso de Sousa Ramos	1812 – 1883	Direito – SP 1834 Fazendeiro	1870	Justiça 1852 – 53 Justiça 1870 – 1871	1853 1874 – 81 pr.	PI 1843 – 44 MG 1848 – 50 PE 1850 – 51	PI 1845 – 47 RJ 1850 – 56			Conservador	Cuidado, sua biografia fala que foi ministro da fazenda	1843 – 1883	Provedor da Santa Casa Sócio do IHGB Exposição Universal de Viena	Barão das Três Barras (1867) e 2º visconde com grandeza de Jaguari (1872)	Baependi Paraíba do Sul	Sul
Custódio Ferreira Leite Ribeiro	1782 – 1859	Fazendeiro						1858 – 59				1840 – 1858	Abertura da Estrada de Meia Pata para o Porto Novo do Cunha Grande benfeitor Seu título se deu por intervenção do Marques do Paraná	Barão de Airuoca (1855)	Mar de Espanha Leopoldina	Mata
Gabriel Francisco Junqueira	1782 – 1869	Fazendeiro					1831 – 34 1834 – 37 1837 – 41					1830 – 1869	Participação da Revolução de 1842 Venceu o conselheiro Maia – candidato de D. Pedro I em 1831	Barão de Alfenas 1º (1848)	Alfenas	Sul
Antonio Dias Maciel	1826 – 1910	Direito							1873	Liberal	Juiz de Direito	1873 – 1889	Coronel da GN	Barão de Araguari 2º (1889)	Bom Despacho e Patos de Minas	Triângulo
Serafim Jose de Menezes	? – 1867											1855 – 1867		Barão de Arassuaí (1855)		Norte – leste
Antonio Belfort de Arantes	1804 – 1885	Fazendeiro Traficante de Escravos							Airuoca		Juiz de Paz (Turvo)	1885	Benfeitor da câmara municipal de Vila Bela do Turvo	Barão de Cabo Verde 1º (1881)	Vila Bela do Turvo (Andrelândia) Airuoca	Sul
Manuel Teixeira de Souza	1811 – 1878				1860	Vice-Presidente (1857)	1849 8ª 1856 9ª	1840 3ª 1848 7ª		Conservador	Inspetor da Tesouraria Geral Secretario de Presidência Província MG 1849 Diretor do Banco do Brasil Ouro Preto.	1840 – 1878		Barão de Camargos 2º (1871)	Ouro Preto	Central
Jose Frâncico Netto	1828 – 1886	Medicina				MG 1880 – 81		1878 – 81 1882 – 84 1885 – 85 1886 – 89		Liberal		1880 – 1889	Chefe do Partido	Barão de Coromandel (1881)		Central
João Antonio de Moraes	? – 1883	Fazendeiro – Pecuária										1830 – 1867		Barão de Duas Barras 1º (1867)	Bonfim	Central
Ângelo de Quadros	? – 1892	Fazendeiro Empresário							Vereador (Grão Mogol)		Juiz de Paz (Gorotuba)	1892	Coronel da GN Sócio da Fábrica	Barão de Gorotuba	Grão-Mogol	Norte-leste

Bittencourt												Filatório Montes Claros	(1889)		
Alexandre José da Silveira	? – 1880	Fazendeiro					1854 – 56 1856 – 58	1837 Santo Antônio de Uberaba	Conservador	Juiz Municipal e de Órfãos	1854 – 1880	Comandante da GN	Barão de Itaberava (1854)	Uberaba	Triângulo Centro
José Ribeiro de Rezende	1808 – 1888	Direito Fazendeiro						Vice-presidente 1853 – 56		Juiz de Paz Juiz de Fora	1853 – 1889	Obras Filantrópicas Cemitério de Santana do Deserto e Caeté	Barão de Juiz de Fora (1881)	Juiz de Fora Chapéu D'Uvas (distrito)	Mata
Alcides Rodrigues Pereira	1812 – 1889	Direito						1881 – 84		Subdelegado Juiz de Direito Juiz de Paz	1881 – 1889	Coronel GN	Barão de Lamin (1889)	Queluz (Conselheiro Lafaiete)	Central
José de Resende Monteiro	1810 – 1888	Direito – PE Fazendeiro			1888	1882 – 84 1885 – 85 1886 – 89					1882 – 1888		Barão de Leopoldina 2º (1879)	Leopoldina	Mata
Antonio dos Santos Neiva	? – 1886 (88)	Fazendeiro									1867 – 1888	Comandante da GN	Barão de Minas Novas (1879)	Araçuaí	Norte- Leste
Romualdo José Monteiro de Barros	? – 1855	Minerador Fazendeiro Empresário				MG 1850					1825 – 1855	2ª Junta do Governo Provisório MG, 1825 – 33 Proprietário da 1ª fábrica de fundição MG	Barão de Paraopeba (1854)	Congonhas do Campo	Central
Antonio Moreira da Costa	1823 – 1898	Fazendeiro Minerador Empresário									1889	Capitão da GN Sócio da Fábrica de Tecidos Itinga Dono da Fábrica de Tecidos da Conceição Sócio Benemérito do Hospital de Nossa Senhora da Saúde	Barão de Paraúna (1889)	Araçuaí	Norte – leste
Marcelino José Ferreira Armond	1783 – 1850	Fazendeiro Capitalista					1825 – 26 1845 – 48	Presidente da câmara de Barbacena	Liberal		1822 – 1848	Pai do Conde de Prados Chefe de Partido Político Coronel da GN Um dos signatários do manifesto de 11 de fevereiro de 1822 (em que se oferecia Barbacena para ser sede do Império) Participou de revolução de 1842	Barão de Pitangui (1848)	Barbacena	Central
Antonio Eloy Casemiro de Araújo	1816 – 1903	Fazendeiro					1858 – 1859				1858 – 1859		Barão de Ponte Alta (1879)	Paracatu Uberaba	Triângulo
Antonio Rodrigues Pereira	1803 – 1883	Direito Fazendeiro						Queluz 1877 (presidente)		Juiz de Direito	1870 – 1883	Coronel GN	Barão de Pouso Alegre (1881)	Queluz (Conselheiro Lafaiete)	Central tinha colocado inicialmente no central
Vicente de Paula Vieira	1833 – 1895	Fazendeiro					1886 – 87				1886 – 1889		Barão de Rifaina (1888)	Sacramento	Triângulo
José Joaquim Monteiro da Silva	1827 – 1897	Fazendeiro Empresário			1888	Vice-presidente MG	1857 – 60 (suplente)	1860			1888	Coronel GN Acionista Banco de Crédito Real Estrada de Ferro União Mineira	Barão de Santa Helena (1867)	Juiz de Fora	Mata

Pedro de Alcântara Cerqueira Leite	1807 – 1883	Direito Fazendeiro				MG 1864	1844 – 48	1838 – 41			Juiz Municipal de Barbacena Juiz de direito em Sabará Desembargador da Relação em Pernambuco	1838 – 1883	Membro do IHGB 1845	Barão de São João Nepomuceno (1881)	Juiz de Fora (?)	Mata
Marcelino de Assis Tostes	1838 – 1913	Direito – SP				ES 1880 – 82		1864 – 66 1866 – 68	1865 – 70 1880 – 89			1860 – 1889		Barão de São Marcelino (1889)	Juiz de Fora	Mata
Antonio Cândido da Silva Mascarenhas	1830 – 1907	Fazendeiro Comerciante Capitalista						1860 – 61				1860 – 1861		Barão de Sete Lagoas (1879)	Sete Lagoas	Norte – leste
Antonio Theodoro da Silva	? – 1890	Fazendeiro										1886 – 1889	Irmão do Barão de Monte Alto	Barão do Alto Muriaé (1886)	Monte Alegre Muriaé	Mata
Antonio Luiz de Azevedo	1809 – 1875											1873 – 1875	Major GN	Barão do Pontal 2º (1873)	Três Pontas	Central
Antonio Teixeira de Carvalho	?	Fazendeiro									Vereador (Juiz de Fora)	1887 – 1889		Barão do Rio Pomba (1889)	Barbacena Juiz de Fora	Mata
João Antonio de Lemos	1780 – 1850	Fazendeiro Industrial					1823 1832 – 35	1838 – 39	Vereador			1823 – 1850	Proprietário da fábrica de Chapéu de São Gonçalo do	Barão do Rio Verde (1848)	São Gonçalo	Sul
Antonio Viçoso	1787 – 1875	Religioso – Congregação da Missão (Lisboa)								Ultramontano	Bispo de Mariana (7º) Diretor de Missão em MS Diretor do Colégio Caraça MG Diretor do Colégio Jacuecanga RJ	1844 – 1875	Membro do IHGB	Conde da Conceição (1868)	Mariana	Central
Afonso Celso de Assis Figueiredo	1836 – 1912	Direito – SP (1858)	1882	Marinha 1866 Fazenda 1879 – 1880 Fazenda 1889 1º Ministro 1889	1879		1864 – 66 1867 – 68 1877 – 77 1878 – 79	1860 – 62 1862 – 64		Liberal	Secretário de Polícia Inspetor da Tesouraria Provincial Procurador da Fazenda Juiz de Paz Professor de Direito Civil e Comercial da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.	1860 – 1889	Sócio-honorário IHGB Instituto Histórico do Ceará e várias outras	Visconde (1860) com Grandeza de Ouro Preto (1889)	Rio de Janeiro Ouro Preto?	Central
Manuel Jacinto Nogueira da Gama	1765 – 1847	Militar Engenheiro – Coimbra	1823	Fazenda 1823 Fazenda 1831	1826		1823			Conservador (D. Pedro I)	Marechal de Campo Inspetor das Nitreiras da Fábrica de Pólvora	1823 – 1847	Sócio do IHGB	Visconde com Grandeza (1824) Conde (1825) Marquês de Baependi (1826)	Vassouras Valença	Central
João Severiano Maciel da Costa	1769 – 1833	Direito – Coimbra	1824	Estrangeiro 1826 – 27	1826 PB	BA 1825	1823				Desembargador do Paço Maçon	1822 – 1833	Governador Guiana 1809 – 1819 Genro de Jose Joaquim da Rocha (deputado mineiro)	Visconde com grandeza (1825) e Marquês de Queluz (1826)	Queluz (Conelheiro Lafaiete)	Central
Honório Hermeto	1801 –	Direito – Coimbra 1825	1842	Justiça 1832 – 33	1842	RJ 1841 PE 1849 –	1831 – 34			Conservador	Ministro Plenipotenciário	1832 – 1856	Membro IHGB Provedor Santa	Visconde com grandeza	Jacuí Corte	Centro Sul

Carneiro Leão	1856			Estrangeiro 1843 Justiça 1843 – 44 1º Ministro 1853 – 56		50					Em Missão no Plata 1851 Juiz de Paz Juiz de Direito Desembargador PE Conselheiro Tribunal de Justiça		Casa de Misericórdia	(1852) Conde (1853) Marques de Paraná (1854)	Ouro Preto	
Cândido José de Araújo Viana	1793 – 1875	Direito – Coimbra 1821	1850	Ministro Supremo Tribunal de Justiça Fazenda 1832 Fazenda 1842	1839	AL – 1828 MA 1829 – 31	1823 – 26			Conservador		1832 – 1875	Grão mestre honorário do Grande Oriente Sócio e fundador e presidente do IHGB (por 30 anos) Tutor do Imperador	Visconde com grandeza (1854) Marquês de Sapucaí (1872)	Ouro Preto Corte	Central
Antônio Paulino Limpo de Abreu	1798 – 1883	Direito – Coimbra	1848	Justiça 1835 – 1836 Exterior 1836 – 1837 Justiça 1840 – 1841 Justiça 1845 – 1846 Fazenda 1848 Exterior 1848 Exterior 1853 – 1855 Fazenda 1855 1º ministro 1859 Marinha 1858 – 1859	1847	MG 1833 – 1835	1826 – 1847 (sendo presidente de 1830 – 1833 e 1845 - 1847)		São João Del Rey	Liberal	Juiz de Fora (São João Del Rey) Desembargador	1822 – 1883	Participou da Revolução de 1842 Diplomata	Visconde com grandeza de Abaeté (1854)	Lisboa São João Del Rey	Central
Domiciano Leite Ribeiro	1812 – 1881	Direito SP – 1833 Fazendeiro Banqueiro	1866	Agricultura Comércio e Obras Públicas – 1864		SP – 1848 RJ – 1865	1840 – 42 1864 – 68	1835 – 39		Liberal	Juiz de Direito da Comarca das Mortes	1835 – 1881	Sobrinho do Barão de Airuoca Participou da Revolução de 1842 Escreveu em vários jornais e textos autobiográficos	Visconde com grandeza de Araxá (1872)	São João del Rei Vassouras	Sul
Inácio Antonio de Assis Martins	1839 – 1903	Direito SP – 1862			1884		1872 – 75 15ª 1878 – 84	1867		Liberal	Juiz Municipal e de Órfãos em Rio das Velhas Juiz de Direito em 1868	1867 – 1889	Sócio do IHGB e diversas outras	Visconde com Grandeza de Assis Martins (1889)	Rio das Velhas	Central
José Rodrigues de Lima Duarte	1826 – 1896	Médico – RJ 1849		Marinha 1880 – 82	1884		1859 – 68 1877 – 84	1854 – 60	1861 – 1880 (??)	Liberal	Superintendente Geral Imigração MG 1892	1854 – 1892	Herdeiro do Conde de Prados	Visconde com Grandeza de Lima Duarte (1889)	Barbacena	Central Mata
João Evangelista Negreiros Saião Lobato	1817 – 1894	Direito – SP Desembargador		Supremo Tribunal de Justiça (presidente) 1886 – 1891		1843 – 44 SP 1850 – 52 RS 1853 – 56 RS 1869 – 72 RS					Juiz Municipal SP Juiz de Direito RS Chefe de Política do RS Desembargador Relação RJ Procurador da Coroa e Soberania Nacional	1840 – 1892		Visconde com grandeza de Sabará (1888)	Serro São Paulo Rio Grande do Sul	Norte – leste
Antonio Cândido da Cruz	1820 – 1905	Direito			1874	GO 1854 MA 1855 BA1873	1850 – 52 1857 – 60 1861 – 64			Conservador	Promotor (serro)	1850 – 1889	Participou da repressão à Revolta de 1842	Visconde com grandeza de Serro Frio	Serro Frio	Norte-leste

Machado							1869 – 72 1872 – 75						Criou a província do Paraná Professor de Latim (Serro)	(1888)		
José Cesário de Miranda Ribeiro	1792 – 1856	Direito – Coimbra 1821 Fazendeiro	1842	Ministro Supremo Tribunal de Justiça	1844 SP	SP 1836 MG 1837	1821 (cortes) 1826 – 44			Liberal Conservador		1821 – 1856	Membro do IHGB 1842 Apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de Universidade Pedro II	Visconde com Grandeza de Uberaba (1854)	Juiz de Fora Ouro Preto	Central Mata
João Gomes da Silveira Mendonça	1781 – 1827	Ciências Físicas e Naturais – Coimbra	1823	Guerra 1823 – 1824	1826		1821 (Cortes) 1823			Conservador (D. Pedro I)	General do Exército Inspetor da Fábrica de Pólvora da Estrela	1823 – 1827		visconde com grandeza do Fanado (1825) Marquês de Sabará (1826)	São Miguel	Central
José Teixeira da Fonseca e Vasconcellos	1767 – 1838	Direito – Coimbra Fazendeiro			1826	MG 1824 – 26	1823				Intendente do Ouro Juiz de Fora e Ouvidos de Sabará Desembargador	1822 – 1838	Vice Presidente 1ª Junta de Governo Provisório	Visconde de Caeté (1826)	Sabará	Central
Manoel José Monteiro de Barros	1805 – 1868	Fazendeiro Oficial da GN							Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto – 1860		Oficial de Milícias – 1824		Participou da Sedição de Ouro Preto 1833 Comandante da GN	Barão de Leopoldina 1º (1862)	Congonhas do Campo Leopoldina	Mata
Joaquim Vidal Leite Ribeiro	1818 – 1883	Fazendeiro Banqueiro												Barão de Itamarandiba (1881)	São João Del Rei Mar de Espanha Juiz de Fora	Mata
José Cesário de Faria Alvim	1839 – 1903	Direito – SP 1862 Jornalista Fazendeiro		Ministério do Interior – 1890	1890	RJ 1884 – 86 MG 1889 – 90 MG 1891 – 92	1877 1878 – 80 1886 – 89			Liberal Republicano	Prefeito do município do Rio de Janeiro (1898 – 99) Presidente do Loyd Brasileiro Presidente do Companhia Oeste de Minas	1877 – 1903	Fundou o jornal 'A Reforma' 1868 Colaborou em vários outros como 'O Dia', 'O Farol' e 'Diário de Minas'		Ubá Ouro Preto	Central Mata

Fontes: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, BUENO, Carlos Barata Cunha. **Dicionário das Famílias Brasileiras**. Brasília, 2000, CUNHA, Rui Vieira da. **Figuras e fatos da nobreza brasileira**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975, CUNHA, Rui Vieira da. **O parlamento e a nobreza brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1979. RHEIGANTZ, Carlos G. **Titulares do Império**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1960. SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999, TAUNAY, Affonso de E. **O Senado do Império**. São Paulo: Livraria Martins, 1941, VEIGA, José Pedro Xavier da. Ephemérides mineiras. Ouro Preto: Ouro Preto. Imprensa Oficial, 1897, **Revista do Arquivo Público Mineiro RAPM** (diversos números), também os sites <http://geocities.yahoo.com.br/Kajafreitas/NobAZ.htm>; [www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores\\_biografia](http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia). FAVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras, 1823-1988**, capítulo III *In*: SUCUPIRA, Newton. **O Ato adicional de 1834 e a Descentralização da Educação**. Publicado por Autores Associados, 1996, Barickman, Bert **E se a Casa-Grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do recôncavo baiano em 1835**. *In*: Afro-Ásia, 29/30 (2003), VEIGA, José Pedro Xavier da. **Ephemérides Mineiras**. Introdução Edilane Maria de Almeida Carneiro, Marta Eloísa Melgaço Neves; pesquisa histórica Bruno Fagundes; leitura paleográfica e atualização ortográfica Cláudia Alves Melo. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998, 4 v. em 2, GENOVÊS, Patrícia Falco. **O Espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado**. (Tese de Doutorado), Niterói: PPGH / UFF, 2003 e MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. (Tese de doutorado), Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS. 2005.